

Boas práticas em

Cooperação Sul-Sul e Triangular

para o **Desenvolvimento Sustentável** – Volume 3



Copyright © Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul
Todos os Direitos Reservados

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul
304 East 45th Street, FF 11th Floor
Nova York, NY, 10017, EUA

Setembro 2020

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade do(s) autor(es) e não representam necessariamente as posições das Nações Unidas, incluindo o PNUD ou dos Estados-Membros da ONU. As designações utilizadas e a apresentação de materiais nos mapas não refletem a manifestação de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas ou do PNUD sobre a situação jurídica de qualquer país, território, cidade ou área ou das suas autoridades, ou relativas à delimitação das suas fronteiras.

Projeto Gráfico – Juan Pablo Ramos Valadez

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este ano marca o 75º aniversário da criação das Nações Unidas e marca o início da Década de Ação para alcançar os Objetivos Globais até 2030. Para a realização desses ambiciosos objetivos, os países em desenvolvimento fortaleceram ainda mais a Cooperação Sul-Sul e Triangular através do compartilhamento de ideias, conhecimentos, competências e experiências, possibilitando a superação de desafios comuns e a construção de um futuro que pertence a todos, sem deixar ninguém para trás. Os países e os parceiros de desenvolvimento cada vez mais adotam a Cooperação Sul-Sul e Triangular como elemento constituinte da sua parceria global inclusiva no intuito de resolver questões de desenvolvimento e concretizar as agendas de desenvolvimento global.

O Documento Final da Conferência BAPA+40 reconheceu a importância do compartilhamento de conhecimentos, experiências e melhores práticas, sobretudo as abordagens de desenvolvimento local, na cooperação Sul-Sul e triangular, na concretização do desenvolvimento sustentável e implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estimulando a participação dos respectivos interessados, sejam eles estatais ou não, a fim de intensificar os esforços que levem à erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões através da cooperação Sul-Sul e triangular.

Baseado na série 'Boas Práticas na Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável' com o primeiro volume lançado em 2016 e o segundo em 2018, este terceiro volume, lançado em 2020, continua a destacar e aprofundar a maneira em que a cooperação Sul-Sul e triangular está servindo de apoio aos países que se esforçam para avançar rumo à concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O volume inclui 195 boas práticas, quase o dobro do volume anterior, apresentadas por 77 parceiros, entre os quais estão os Estados Membros, as organizações intergovernamentais (OI), entidades das Nações Unidas e outros parceiros de desenvolvimento. Esse conjunto de boas práticas evidencia o espírito de solidariedade, de aprendizagem entre pares e de esforços coletivos entre países e parceiros, para confrontar os desafios de desenvolvimento que seriam difíceis de enfrentar de forma independente, além de orientar sobre como as soluções concretas podem ser adaptadas e reproduzidas em outras regiões.

Na apresentação das boas práticas, destacam-se as iniciativas inovadoras que conduziram à transferência de conhecimentos e experiências entre países do Sul para superar os desafios comuns e para seus benefícios mútuos, caracterizadas pela sustentabilidade ambiental, econômica e social, por sua comprovada viabilidade técnica e pelo potencial de reprodução para atingir o impacto desejado em escala.

Mais do que nunca, a solidariedade global e a cooperação reforçada, especialmente à luz da pandemia da COVID-19, são necessárias para superar os desafios relacionados ao desenvolvimento. Soluções acionáveis e esforços conjuntos, executados de forma sistemática e estratégica por todos os parceiros envolvidos, são essenciais para um cenário de crescimento mais promissor.

AGRADECIMENTOS

Esta publicação foi possível graças aos esforços de colaboração do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) e dos parceiros dos Estados-Membros, das entidades da ONU, das organizações intergovernamentais (OIs) e de outros parceiros para o desenvolvimento. Ela contém 195 boas práticas na Cooperação Sul-Sul e Triangular, agrupadas conforme os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Somos eternamente gratos aos colegas dos seguintes parceiros pelo seu trabalho árduo e dedicação. Em especial, dos Estados-Membros, queremos agradecer a: Carolina Ameri e Luisina Wenner, da Diretoria Geral de Cooperação Internacional da Argentina; Nigar Rahimli, da Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão (ADIA); Farhana Yesmen, da *Aspire to Innovate* (a2i), uma iniciativa do Governo do Bangladesh; Annie Branton, da *Global Affairs Canada*; Yang Liu, do Centro Internacional de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE); Jaime A. Gnecco Daza, do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia; Mario Zambrano, do Ministério das Relações Exteriores do Equador; Marwa Mahmoud, da Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD); Janine Gunzelmann, da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit [Agência Alemã de Cooperação para o Desenvolvimento] (GIZ); Marcus Koll, da Missão Permanente da República Federal da Alemanha para as Nações Unidas; Garda Perdana, do Ministério das Relações Exteriores da Indonésia; Anat Fisher Tsin da Missão Permanente de Israel nas Nações Unidas; Atsushi Okada, da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA); Khaled F. Alkhaled, do Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Econômico Árabe; Soddeb Mae, do Ministério das Relações Exteriores de Madagascar; Vreeshini Raojee, da Missão Permanente da República de Maurício para as Nações Unidas; Meryem Hamdouni, da Missão Permanente do Reino de Marrocos para as Nações Unidas; Helge Espe, da Agência Norueguesa de Cooperação para o Intercâmbio (Norec); Hiba Ismail, da Agência Palestina de Cooperação Internacional (PICA); Karen Lou Mabagos, do Departamento de Ciência e Tecnologia da República das Filipinas; Ana Castro, do Instituto Camões, uma iniciativa do Governo Português; Elena Youngran Kim, da Missão Permanente da República da Coreia para as Nações Unidas; Ivan Konstantinopolskiy, da Missão Permanente da Federação Russa para as Nações Unidas; Borg Tsien, do Ministério das Relações Internacionais de Singapura; Sirithon Wairatpanij, da Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA); Güneş Aykut Ergüler, da Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA); e Dane McQueen, da Missão Permanente dos Emirados Árabes Unidos para as Nações Unidas. Agradecemos também a Jie Wei, do Fundo de Desenvolvimento da China-África (CADFund) e a Jiao Meng, do Centro Internacional de Redução da Pobreza na China (IPRCC).

Das organizações intergovernamentais, queremos agradecer a: Ahmad Nisar, da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável no Sul (COMSATS); Marianna Maculan, do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIEGB); Laura Cabral, da União Europeia; Luis Carlos Vargas, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Nadine Piefer-Soyler, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Mark Borg, do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (PIDF); Tahrima Khan, dos Parceiros para o Desenvolvimento da População (PPD); e Kaan Namli, do Centro de Pesquisa e Formação Estatística, Econômica e Social para os Países Islâmicos (SESRIC).

Das entidades da ONU, queremos agradecer a: Polina Tarshis, da Comissão Econômica para a Europa das Nações Unidas (CEE); Enrique Oviedo, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL); Maria Misovicova, da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP); Xiao Liang, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO); Ana Maria Currea, do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF); Thilly de Bodt, da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI); Elena Bertusi, do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); Anita Amorim, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Vandana Prakash Nair, do Centro de Comércio Internacional; Ursula Wynhoven, da União Internacional de Telecomunicações (UIT); Carlos Andrés Emanuele, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); Jenifer Bukokhe Wakhungu e Nan Zhang, do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF); Shirley Mark Prabhu e Martha Santos, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Akisi Bolabola, Vera Hakim, Jiangting (Tina) Hao, Sierge Ndjekouneyom, Leslie Ong e Menghan Yuan, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Angela Mwandia, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUA); Clare Stark, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Hannah Cochrane, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Sebastian Schrottenbach, da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); Bobby Olarte, do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Sayora Arifdjanova, da UNOSSC; Rafael Martinez



Gil e Yu Tang, dos Voluntários das Nações Unidas (UNV); Laurent Porte, do Banco Mundial; Carola Kenngott, Christiani Buani e Bruno Magalhães, do Programa Mundial de Alimentos (PMA); Dr. Momoe Takeuchi e Dr. Tin Tin Sint, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Das partes não estatais, queremos agradecer a: Loubna Chamim, da Iniciativa AAA; Junyan Li, da Escola Vocacional BN; Lanlan Ji, do Instituto Chinês para a Cooperação Sul-Sul na Agricultura (CISSCA); Saurabh Kuma da CUTS International; e Sara Hendery, da Virginia Tech.

A dedicação e o trabalho árduo da equipe foram essenciais. A estruturação deste documento foi supervisionada por Jorge Chediek e Xiaojun Grace Wang, da UNOSSC. Estendemos agradecimentos especiais a Shams Banihani, da UNOSSC, por sua coordenação geral, pesquisa e revisão técnica do documento, e a Tingwei Yin, da UNOSSC pela revisão técnica sobre os manuscritos originais. Agradecemos ao Raphael Avelar, da UNOSSC, por coordenar o processo de edição e design da publicação. Agradecemos também à Barbara Hall e Dawnielle Jacobson por seu apoio editorial, e ao Juan Pablo Ramos Valadez pelo design e layout da publicação final.

Por último, agradecemos ao Achim Steiner, Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que acolhe e apoia o trabalho da UNOSSC. Sem a sua liderança, este relatório não teria sido possível.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
AGRADECIMENTOS	2

1	Erradicação da pobreza	Fortalecendo as Políticas de Desenvolvimento na Primeira Infância na Argentina e no Brasil	9
		Desenvolvimento Inclusivo da Agroindústria Africana através do Bambu	11
		Sistema Agroflorestal de Fungicultura	13
		Soluções Integradas para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Lago Vitória	15
		Demonstrações Técnicas de um Sistema Padronizado na Produção de Arroz e Peixe em Mianmar	17
		Comissão Intersetorial de Desenvolvimento à Primeira Infância	19
		Programa do Banco de Desenvolvimento do Uganda	21
		Desenvolvimento de Microfinanças para Melhoria da Qualidade de Vida	23
		Projeto de Desenvolvimento One Gewog One Product (OGOP)	25
		Economia de Suficiência e Promoção de Negócios no Setor Agrícola	27
		Modelo de Desenvolvimento Comunitário Sustentável Baseado na Aplicação da Filosofia da Economia de Suficiência em Sri Lanka	29
		Melhoria da Qualidade de Vida dos Povos Urbanos, Aposentados, Idosos e Incapacitados com Agricultura Vertical	31
		YouthConnekt Africa: Projeto de Empoderamento dos Jovens na África	33
		Institucionalização Reforçada no Desenvolvimento Local Participativo e Prestação de Serviços	35
		Redução da Pobreza através da Educação Profissional Caritativa	37
		Projeto Double One: Programa Conjunto Tanzânia-China para a Ampliação da Intensificação da Produção do Milho na Região de Morogoro	39
2	Fome zero	Abordando os Desafios do Setor de Laticínios das Filipinas	41
		Medidas de Controle da Migração do Gafanhoto Sul-Americano	43
		Expansão da Agricultura de Conservação na África Oriental	45
		Programas de Capacitação em Sistemas de Irrigação, Produção Agrícola, Saúde Animal, Pós-colheita, e Gerenciamento de Recursos Hídricos e Haliêuticos	47
		Agricultura Hídrica para Mudanças Climáticas e Preparação para Desastres na Índia e Bangladesh	49
		Programa para Alimentação Escolar Crianças Sorridentes nas Escolas da Etiópia e do Sudão	51
		Projeto de Horticultura para Pequenos Agricultores na Etiópia	53
		Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento da Segurança Alimentar	55
		Trabalhando Juntos para Aumentar a Produção Agrícola, a Produtividade e a Rentabilidade em Madagascar	57
		Os Projetos Agrícolas da Agência Palestina de Cooperação Internacional na Nicarágua e El Salvador	59
		Projeto +Algodão	61
		Projeto Cooperação Sul-Sul e FAO-China na República Democrática do Congo	63
		Produção Sustentável da Cadeia de Valor do Arroz na África	65
		Programa de Intercâmbio Brasil-México: Sistemas Agroflorestais e de Desenvolvimento Sustentável	67
		Pequenos Subsídios, Grandes Conquistas: Como o Compromisso Marroquino à Cooperação Sul-Sul e Triangular Conduziu à Reformas Institucionais e à Transformação Rural em Madagascar	69
		Engajamento do Setor Privado na Mecanização Agrícola para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	71
		Aplicativo Harvest IT para Agricultores	73
		Melhoramento da Cadeia de Valor da Mandioca para Fortalecer a Segurança Alimentar e a Nutrição no Congo	75
		O Papel da Índia no Incentivo à Colaboração Intraregional para Fortificação do Arroz	77
		Gestão Pós-colheita e Oportunidades de Expansão para Pequenos Produtores de Arroz e Milho	79
		Aumento da Alimentação Escolar em Moçambique através da Cooperação Sul-Sul e Triangular	81
		Serviços Sensíveis às Questões de Gênero nas Comunidades Rurais do Equador	83
		Pesquisa e Capacitação para uma Agricultura Sustentável	85
		Promovendo o Tricoderma; Fungo Benéfico na Agricultura	87

		Promover os Produtos de Manejo Integrado de Pragas para a Produção Sustentável	89
3	Saúde e bem-estar	Parceria Estratégica na Campanha 'Aliança para Combater a Cegueira Evitável'	91
		Operação de Centros de Deslocação de Médicos Especialistas e Comboios para a África	93
		Capacidade Demonstrada das Maurícias no Controle de Doenças Transmissíveis	95
		Melhoria da Saúde em Áreas Rurais	97
		Melhoria da Qualidade de Serviços de Hanseníase e Deficiência	99
		Projeto Exames Médicos da PICA na Guiné e Serra Leoa	101
		Reforço das Capacidades em Medicina de Emergência nos Estados Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI)	103
		Projeto de Triagem Auditiva Neonatal	105
		Programa Telesaúde da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS)	107
		Edição de Genes para Curar	109
		Sequenciamento de Alto Rendimento (HTS) e Biossimilares	111
		Gerenciando os Efeitos das Doenças Neurodegenerativas	113
		A Estratégia de Serviços Móveis	115
		Projeto da População, Saúde e Ambiente (PHE) 'Fechar Brechas Nacionais para Alcançar Equidade Global' (ENGAGE)	117
		BeHe@lthy, BeMobile	119
		Melhoria da Saúde Materno-Infantil na Fronteira do Norte da República Dominicana e no Haiti	121
		Melhoria dos Serviços de Transfusão de Sangue para Fortalecer o Sistema de Saúde na Guiana	123
		Reforço Institucional para Planejamento e Monitoramento de Programas de Controle de Câncer na América Latina	125
		Reforma dos Serviços de Saúde Mental: Experiências Bem Sucedidas de Comunidades Sul-Americanas	127
		Melhoria da Segurança Rodoviária na República Dominicana e Costa Rica Reforçando a Gestão e as Capacidades Regulatórias	129
		Melhorando a Entrega de Vacinas com Tecnologia Digital na Índia e Indonésia	131
		Prevenção da Transmissão do HIV e Sífilis de Mãe para Filho (PTMF)	133
		Foro Youth4Youth: Abrir Espaços de Diálogos Dirigidos por Jovens para Criação de Soluções na Conferência de População e Desenvolvimento da China-África	135
		Desenvolvimento de uma Rede de Centros de Envelhecimento Saudáveis na Europa Oriental e no Cáucaso	137
		Centro de Referência em Saúde Sexual e Direitos Reprodutivos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD)	139
		Cooperação Sul-Sul da Tailândia e da República Democrática Popular do Laos	141
		Melhores Práticas na Aplicação das Leis de Controle do Tabaco: Estudo de Caso do Sudeste Asiático	143
		Colaboração Transfronteiriça entre Índia e Butão: Rumo à Eliminação e Prevenção de Reincidências de Transmissão da Malária	145
		Metodologia Inovadora de E-Learning: Formação Inicial e Contínua dos Alunos de Medicina e Profissionais de Saúde para Melhorar a Cobertura de Serviços de Saúde	147
4	Educação de qualidade	Bolsas de Estudo para Alunos da ASEAN do Camboja, República Democrática Popular do Laos e Mianmar	149
		Cooperação Triangular na Formação Profissional entre Marrocos, República da Coreia e Quatro Países Africanos	151
		Projeto de Cooperação Tai-Lao para o Desenvolvimento da Faculdade Técnica de Vientiane	153
		Workshops de Treinamento Nacionais do COMSATS-ISESCO sobre Reparo e Manutenção de Equipamentos de Engenharia Científica em Universidades, Instituições de Pesquisa e Indústrias de Pequena Escala	155
		O Programa de Bolsas de Estudo do ICGB para Doutorado e Pós-Doutorado de Curto e Longo Prazo	157
		O Programa de Educação e Formação Profissional para os Estados Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI)	159
		Desenvolvimento e Entrega do Curso de Treinamento de Gerentes Seniores e Plenos da Organização da Aviação Civil	161
		Objetivo 4 de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular no Zimbábue	163
		Empoderando os Currículos STEM para Meninas da África, Ásia e Pacífico	165
		Programa 'Nossos Direitos, Nossas Vidas, Nosso Futuro (O3)'	167

		Redução da Pobreza entre os Jovens de Camboja: Desenvolvendo Conjuntos de Habilidades para Jovens	169
		Voluntários para Aumentar a Empregabilidade	
		Liderança Escolar na América Latina e Caribe	171
		Projeto Rangeet: Empoderando a Próxima Geração de 'Super-heróis'	173
5	Igualdade de gênero	Contendo o Casamento Infantil Usando a Tecnologia	175
		Programas de Empoderamento e Construção de Capacidades das Mulheres	177
		Cooperação Triangular Afeganistão– Indonésia–Alemanha para o Empoderamento Econômico das Mulheres	179
		Desigualdades de Gênero Enfrentadas por Meio da Educação Teatral entre os Grupos mais Vulneráveis da Sérvia	181
		Acampamentos de Codificação e Treinamento em TIC para Meninas na África – Fase 1	183
		Iniciativa Fogões–Foguete para o Empoderamento da Mulher	185
6	Água potável e saneamento	Cooperação Transfronteiriça de Água para o Desenvolvimento Sustentável em Bacias Africanas e Globalmente	187
		Facilitada através da Convenção da Água	
		Aumentando a Segurança da Água para Atender Desafios Locais, Regionais e Globais	189
7	Energia limpa e acessível	Treinamento Prático para o Uso do Digestor de Biogás de Plástico de Fibra Reforçado em Samoa	191
		Promover o Desenvolvimento de Pequenas Hidrelétricas na Zâmbia, Nigéria e Gana	193
		Centro de Pesquisa, Transferência Técnica e Treinamento em Energia Renovável e Eletrificação Rural para Países Africanos	195
		Cooperação Trilateral em Metrologia de Gás Natural na América Latina	197
		Projeto Lar Solar	199
		Fundo de Energia Renovável para o Caribe dos Emirados Árabes Unidos	201
		Solarização das Residências de Chefes de Estado nos Países Membros do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico	203
		Seguindo o Carbono para Energia Limpa na Ásia	205
8	Trabalho decente e crescimento econômico	ekShop: Assistência ao Comércio Eletrônico para Empoderar as Comunidades Rurais	207
		Inovação nos Estágios: Profissionais Qualificados para o Futuro	209
		Rumo à Distribuição da Rede de Segurança Social sem Riscos de Vazamentos	211
		Acesso aos Serviços Financeiros e ao Setor Privado na África	213
		Expansão do Comércio Eletrônico para Empresas de Pequeno e Médio Porte de Países em Desenvolvimento	215
		Empreendedorismo e Crescimento Econômico para Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Nigéria	217
		Empoderando as Empresas de Pequeno e Médio Porte no Suriname	219
		Governança e Capacidade Institucional Reforçada no Estado da Palestina	221
		Programa Vocacional de Formação Profissional (MESIP): Cursos de Design e Impressão em 3D	223
		Programa de Capacitação em Turismo da SESRIC OCI	225
		Territórios de Aprendizagem: Melhorando Habilidades Práticas nos Negócios Rurais	227
		Reforçar o Empoderamento Feminino e a Resiliência das Empresárias Serra Leonesas no Comércio	229
		Transfronteiriço dentro da União do Rio Mano	
		Cooperação Frágil-a-Frágil: Estabelecer um Sistema Efetivo de Informação sobre Mercados de Trabalho em Estados Frágeis	231
		Cooperação Sul-Sul e Triangular para Reforçar o Sistema de Indenização por Lesões Laborais do Paquistão, Baseado nas Lições Aprendidas da Malásia e Tailândia	233
		Cooperação Trilateral China–Camboja–PNUD na Produção de Mandioca	235
		Quadro Regulamentar para Reformas nos Setores de Negócios do Afeganistão: uma Troca de Conhecimentos com o Marrocos	237
		Ferramenta Border Haats para Melhorar a Vida e Meios de Subsistência das Pessoas que Residem em Aldeias Remotas ao longo da Fronteira entre Índia e Bangladesh	239
9	Indústria, Inovação e infraestrutura	Aplicação e Promoção de Materiais Plásticos Funcionais em Países em Desenvolvimento	241
		Informatização e Desenvolvimento Urbano para Países em Desenvolvimento	243
		Tecnologias de Construção Industrial na Etiópia	245
		Instalação de Fibra Óptica Residencial	247
		Workshop Internacional sobre Segurança na Internet: Reforçando Medidas de Proteção na Troca de Informações	249
		Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico: Uma Análise de Necessidades em Aviação	251
		Promovendo Investimento Sustentável nos Países Parceiros: Piloto Etiópia	253

		Modernização Industrial no Setor de Tecelagem de Tapetes do Tajiquistão	255
		Promoção de Biopesticidas Derivados do Nim na África Ocidental	257
		Promovendo Pequenos Recursos Hidrelétricos	259
		Projeto Complexo Industrial de Eletrodomésticos Hisense	261
		Tecnologias Avançadas, Econômicas e Resilientes ao Clima para Construção de Pontes no Nepal: uma Troca de Conhecimentos com Bangladesh	263
		Trânsito de Comércio entre Bangladesh e Butão pelos Aquaviários Transfronteiriços da Índia	265
10	Redução das desigualdades	Acelerando a Transformação Digital em Todos os Ministérios de Bangladesh	267
		Centro de Relevô	269
		Programa Inovador Visando Pessoas com Deficiência Auditiva: Esforço Cooperativo entre o SGP do GEF em Ucrânia e Bielorrússia	271
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Vias Saudáveis em Bogotá e La Paz	273
		Associação de Cidades Inteligentes da ASEAN	275
		Planta Piloto de E-Lixo	277
		Cidades Inteligentes: da Avaliação de Desempenho Urbano ao Financiamento Inovador	279
12	Consumo e produção responsáveis	Utilização Compreensiva de Resíduos e Desenvolvimento Sustentável no Setor de Materiais de Construção para os Países Asiáticos ao longo do Cinturão e Rota	281
		Produção Sustentável de Café no Parque Nacional da Gorongosa	283
		Projeto de Instalação da Fabrica de Laticínios do Fundo de Conservação dos Guepardos da Namíbia	285
		Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar com o Sistema de Aquaponia	287
		Modelo Inovador na Agricultura Sustentável de Baixo Carbono nas Américas: Sistema de Intensificação do Arroz	289
13	Ação contra a mudança global do clima	Caixa Climática: Projeto de Educação e Conscientização sobre Mudança Climática	291
		Tailândia: Fomentando Resiliência Climática nas Comunidades Agrícolas do Camboja	293
		FIDA: Fomentando a Resiliência Climática e a Cooperação Agrícola entre a China e o Paquistão	295
		Drones para Resiliência	297
		Redução dos Riscos de Desastres Reforçando a Resiliência do País	299
		Cooperação Sul-Sul para as Mudanças Climáticas na África Francófona	301
		Incentivando a Economia Verde para o Desenvolvimento Sustentável	303
		Iniciativa para a Adaptação da Agricultura Africana (AAA)	305
14	Vida na água	Projeto de Restauração de Corais	307
		Programa Ecofish	309
		Assistência Técnica para o 'Curso Internacional de Aquicultura Sustentável sobre Moluscos e Macroalgas na África'	311
15	Vida terrestre	Biodiversidade Integrada e Conservação Ambiental para o Uso Sustentável de Ecossistemas Terrestres na Ásia e África	313
		Iniciativa de Sustentabilidade, Estabilidade e Segurança (3S)	315
		Redução Eficiente da Pobreza por Meio da Gestão de Recursos Naturais	317
		Gestão Ecológica Sustentável Apoiando a Subsistência e Reforçando a Resiliência dos Povos Vulneráveis aos Efeitos das Mudanças Climáticas na Bacia do Lago Chade	319
		Restauração da Paisagem Florestal no Cáucaso e Ásia Central	321
		Iniciativa Global Turfeiras	323
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Escola Africana de Ação Forense Humanitária	325
		Supervisão Avançada da Indústria Extrativa na África Francófona	327
		O Papel da Mídia no Apoio às Iniciativas Conjuntas Rumo ao Desenvolvimento Sustentável na África	329
		Programas de Capacitação em Paz e Segurança	331
		Sustentando a Paz por Meio da Promoção da Tolerância, Pluralismo e Democracia	333
		Policimento Comunitário	335
		Registro Civil na Ásia-Pacífico	337
		Pós-COP21 Fase II: Melhoria das Capacidades da Mídia em Monitorar e Divulgar as Mudanças Climáticas	339
		Melhoria da Gestão Ambiental na Cooperação Sul-Sul	341
		Intercambio de Boas Práticas Municipais em Áreas Urbanas Afetadas pela Violência e Reforço às Competências de Deslocamento	343

		Países MIRPS Partilham Boas Práticas de Determinação da Condição e na Aplicação da Convenção do Estatuto dos Refugiados	345
		Programa de Voluntariado ECOWAS	347
		Projeto de Direitos, Empoderamento e Coesão (REACH) para Fijianos Rurais e Urbanos	349
		Tribunais de Aldeias em Bangladesh: Fechando Brechas de Justiça	351
17	Parcerias e meios de implementação	Projeto Centro de Desenvolvimento Sul-Sul Global	353
		Rede de Cooperação Sul-Sul da China	355
		Gerenciamento de Conhecimentos para Pesquisa, Transferência de Tecnologia e Inovação em Biodiversidade	357
		Cooperação Triangular entre as Agências de Desenvolvimento Internacional da Guatemala, Alemanha e do México	359
		Reforçando as Capacidades de Gestão de Riscos de Desastres para Países da América Latina, Europa e do Caribe	361
		Assistir ao Governo da Bielorrússia na Adesão à Organização Mundial do Comércio, Reforçando sua Técnica e Capacidade Institucional Nacional	363
		Desenvolvimento Regulatório, Sinergias e Treinamento para Biotecnologias no Sul Global	365
		Programa de Capacitação Estatística para Constituintes de Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países Membros da OCI	367
		Rede para Implementar e Monitorar a Agenda 2030 e Dar Seguimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e Caribe	369
		Grupo de Trabalho de Bioeconomia Sustentável da FAO Internacional	371
		Apoiando o Comércio e Investimento Indiano para a África	373
		Apoio em Capacitação e Políticas de TIC e Estruturação Regulatória e Legislativa para os Estados Insulares do Pacífico	375
		Banco de Conhecimentos do Programa ADELANTE	377
		Lições Aprendidas do Programa EU-LAC para Cooperação Triangular (ADELANTE) e do Kit de Ferramentas OCDE	379
		Treinamento Internacional Avançado em Finanças Municipais e Democracia Local em Cinco Países Africanos	381
		Monitorando a Eficácia da Cooperação Sul-Sul no México	383
		Programa de Geminção da ESCAP para a Implementação da Agenda 2030 e das Avaliações Nacionais Voluntárias	385
		Transferência de Conhecimento e Tecnologia no Censo de 2020 na África Oriental e Austral	387
		Resposta Interinstitucional à Situação Venezuelana no Peru	389
		Centro de Aprendizagem e Capacitação	391
		Apoiando Redes Continentais para Propriedade Regional de Alimentos e Nutrição	393
		Transformação Digital para Apoiar Projetos de Desenvolvimento e Mobilização de Recursos na Ásia e na África	395
		Fundo Fiduciário Codex	397
	ANEXO	LISTA DE ODSs E METAS	399

Fortalecendo as Políticas de Desenvolvimento na Primeira Infância na Argentina e no Brasil

Desenvolvimento de iniciativas de intercâmbio técnico na Argentina e no Brasil para consolidar políticas públicas que promovam o desenvolvimento na primeira infância

Desafio

O Brasil tem feito grandes avanços nos últimos anos na criação de políticas públicas para mulheres, mães e crianças. Com a implementação do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social e os programas de direito à educação básica e de maior acesso aos centros de acolhimento infantil, as crianças brasileiras vivem hoje em melhores condições do que há 30 anos atrás. Além desses, também existe o programa Criança Feliz, que visa promover o desenvolvimento integral das crianças através do fortalecimento das habilidades de suas famílias, buscando contribuir para o rompimento do ciclo da pobreza, a diminuição da violência, a redução da evasão escolar, e outros benefícios sociais.

No entanto, a desigualdade persiste no país, com muitas famílias pobres vivendo em situação de risco social e vulnerabilidade. Nesse contexto, paira um grande consenso sobre a necessidade de investir no desenvolvimento humano e no crescimento econômico, bem como na luta contra as desigualdades sociais, com foco na saúde, na educação infantil e nas creches, sobretudo na primeira infância; na faixa etária do nascimento até os seis anos de idade.

Rumo a uma Solução

Este projeto buscou desenvolver iniciativas de troca de conhecimentos sobre políticas de desenvolvimento infantil entre as equipes técnicas do programa argentino *Primeros Años* e do programa brasileiro Criança Feliz. O objetivo era gerar novos conhecimentos sobre as intervenções em famílias carentes com crianças em estado vulnerável, o que poderia aumentar o impacto das políticas públicas destinadas à melhoria da sua condição de vida. Dessa forma, o projeto cumpre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 – Erradicação da pobreza em todas as suas formas, em todo o mundo, promovendo a otimização dos instrumentos de proteção social para prevenir e erradicar a pobreza, além de proporcionar uma rede de segurança para crianças pequenas.

Foram criadas equipes de trabalho multidisciplinares de técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Conselho Nacional de Coordenação do programa *Primeros Años* da Argentina, bem como o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Cidadania do Brasil para compartilhar experiências e conhecimentos, além de informações sobre os desafios enfrentados na implementação dos programas de desenvolvimento infantil nos dois países. Essas equipes também trocaram informações técnicas e metodologias de intervenções utilizadas nas famílias com crianças de 0 a 6 anos de idade, em seus locais, bem como ferramentas de acompanhamento e avaliação de programas. Foram realizadas visitas a casas de famílias em nove locais de oito estados na Argentina e sete locais de sete estados do Brasil, onde puderam interagir com técnicos e facilitadores locais e participar de reuniões de capacitação e organização comunitária.

Por fim, e mais importante, a missão dos técnicos envolvidos nessa iniciativa era de treinar agentes locais envolvidos na implementação dos programas *Primeros Años* e Criança Feliz nos respectivos países: 130 técnicos argentinos a nível nacional e provincial, 35 técnicos do Governo Federal do Brasil, 2.500 supervisores municipais e 10.600 agentes municipais do Brasil.

Um dos principais resultados das interações foi o projeto e o desenvolvimento de metodologias de intervenção e de técnicas eficazes com famílias incluindo crianças de 0 a 4 anos de idade na Argentina, e de 0 a 6 anos

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



© FOAR

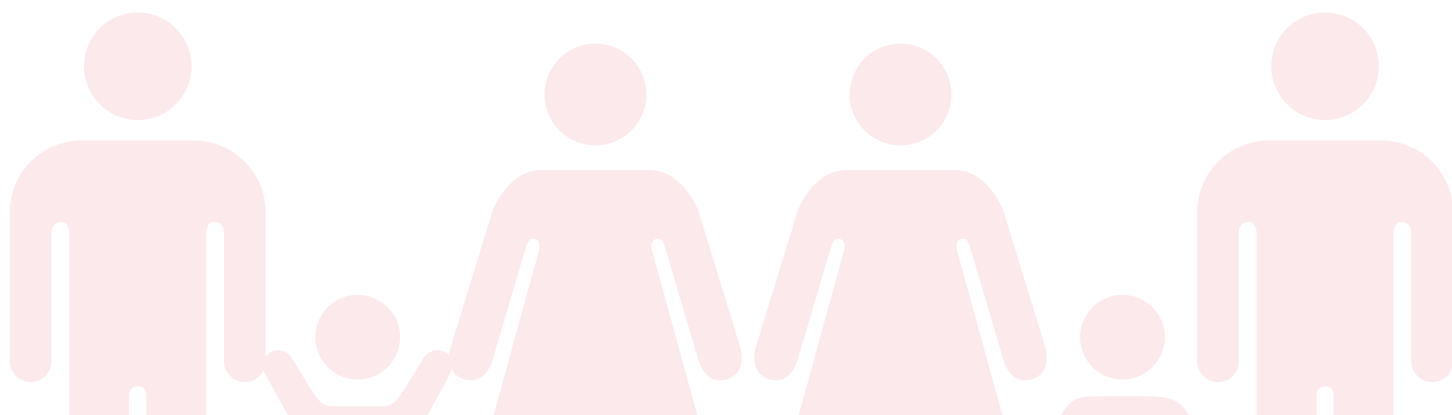
de idade no Brasil vivendo em situação vulnerável. As áreas técnicas dos programas que incluem produção, avaliação, e criação do conteúdo de comunicação e de informação, expandiram a visão das equipes sobre o escopo das respectivas iniciativas em prática, que contribuiu para o melhoramento e o desenvolvimento das atividades locais respectivas, contribuindo especificamente para a sistematização do método de visita, para a criação de competências e das reuniões de apoio, e a transmissão da abordagem de trabalho em rede.

Além disso, como garantia da sustentabilidade das iniciativas, os funcionários e técnicos locais e nacionais de ambos os programas que participaram receberam a capacitação necessária para poderem reproduzir e adaptar o que aprenderam nas suas práticas locais.

Na Argentina, a iniciativa beneficiou 155.000 famílias com crianças de 0 a 4 anos que vivem na pobreza. No Brasil, incluiu 3 milhões de crianças de 0 a 3 anos cujas famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família, 640.000 gestantes do mesmo programa, 75.000 crianças cujas famílias recebem o benefício de pagamento contínuo, bem como 8.600 crianças de famílias em instituições de acolhimento no Brasil.

Contato:

Nome: Diretoria Geral da Cooperação Internacional
Organização: Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina
E-mail: dgcin@mrecic.gov.ar



NOME DO PROJETO: Fortalecendo as Políticas de Desenvolvimento na Primeira Infância

PAÍSES/REGIÕES: Argentina e Brasil

INDICADO POR: Governo da Argentina e Governo do Brasil

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.3, 3.2, 4.2

APOIO: Fundo Argentino de Cooperação Internacional (FOAR); Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO:

Argentina: Diretoria Geral de Cooperação Internacional (Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto), Ministério do Desenvolvimento Social; Conselho Nacional de Coordenação do Programa *Primeros Años*

Brasil: Agência Brasileira de Cooperação; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério da Cidadania

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2019

SITE DO PROJETO: Indisponível

Desenvolvimento Inclusivo da Agroindústria Africana através do Bambu

Desenvolvimento de uma agroindústria sustentável de bambu para a redução da pobreza e a proteção ecológica em Ruanda

Desafio

Desprovida de litoral e montanhosa, Ruanda é um dos países menos desenvolvidos do mundo e um dos países localizados próximo à nascente do rio Nilo. Ela enfrenta grandes desafios sociais, tais como uma elevada taxa de pobreza e desemprego, grandes desafios econômicos, como uma fraca capacidade industrial com mais de 95 por cento dos produtos sendo importados. Além disso, enfrenta grandes desafios ecológicos como a grave erosão do solo e a escassez de água, bem como um impacto negativo nos países a jusante do rio Nilo provocado por um vasto desmatamento florestal de 28 por cento antes do genocídio de 1994 para 75 por cento. Ruanda tem recursos ricos de bambu, mas não os explora por conta da escassez tecnológica.

Rumo a uma Solução

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento do setor de bambu como uma nova agroindústria alternativa sustentável para contrapor os graves problemas de pobreza, desemprego e ambiente, tomando em conta as suas vantagens exclusivas como o rápido crescimento, sólida renovação, curto ciclo e elevada biomassa. Foram utilizadas as seguintes abordagens inovadoras:

- forte apoio prestado tanto pelo governo da China como o de Ruanda;
- uma abordagem holística. O projeto foi concebido com base no princípio internacional do desenvolvimento inclusivo e sustentável, tal como na Visão Ruanda 2020, e a intensiva pesquisa socioeconômica e ecológica do Centro Nacional de Pesquisa de Bambu da China (CNPBC) realizada em Ruanda;
- uma abordagem científica. Foram introduzidas espécies de bambu em todo o país, as quais foram plantadas conforme os princípios científicos de adequação de locais, biossegurança e uso industrial final. As tecnologias de bambu foram transferidas, adaptadas e desenvolvidas para garantir uma alta produtividade de bambu e obter benefícios ecológicos e comerciais;
- um processo simplificado de pesquisa e desenvolvimento de bambu, piloto de produção, demonstração, transferência técnica, e serviço e capacitação para divulgação;
- capacitação eficaz. Capacitação recíproca em Ruanda e na China, com cerca de 1.512 alunos em 150 programas de capacitação em Ruanda e doze alunos na China; métodos de capacitação em geral, juntamente com a produção de encomendas;
- visitas técnicas de serviço a diversas empresas do ramo de bambu;
- exposição de produtos e conscientização com a participação de ministros, embaixadores, governadores e autoridades de Ruanda, bem como empresários e agricultores de Ruanda e de cinco outros países da Comunidade da África Oriental (CAO).

O Ministério do Comércio da China (MOFCOM) e o Ministério das Terras e Florestas de Ruanda (MTF) foram responsáveis pelo financiamento da estrutura do projeto. A Comissão Regulatória Bancária da China (CNPBC) e a Autoridade Florestal de Ruanda (AFR) foram autorizadas a implementar o projeto com o apoio do Centro Global de Desenvolvimento Sul-Sul. Algumas organizações não governamentais (ONGs) de Ruanda também participaram.

Foram destacados treze especialistas chineses em Ruanda. Foram importados da China quatro máquinas de processamento de bambu para palitos de dente, cortinas e móveis e para a construção de tábuas de concreto. Houve a instalação de quatro grandes sistemas de irrigação, além de estufas de produção que fun-

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



© CBRC

cionam o ano todo como propagadores de bambu e incubadores de produção (PBIP) (2.000 m² para cada estufa). Introduziram-se quatro espécies de bambu selecionadas, com a criação de até 400 ha de plantação de bambu ao longo das margens do rio e áreas degradadas para a conservação do solo e da água e para prover um suprimento de madeira bruta para processamento de valor agregado. Além disso, foi criada e produzida uma incubadora de tecnologia de processamento de bambu de alto valor (IPBAV), com mais de 100 tipos de produtos em quatro linhas de móveis, tecelagem, cortinas, persianas e palitos de bambu de baixa, média e alta qualidade para mercados e vida cotidiana. Além disso, cerca de 30 pequenas empresas de bambu foram incubadas e os funcionários receberam pelo menos US\$ 8 por dia. **A agroindústria de bambu da cadeia de fornecimento e o acréscimo de valor foram criados e sustentados do zero, com um valor de produção anual total próximo de US\$ 1 milhão, gerando mais de 2.000 empregos (sendo cerca de 80 por cento para mulheres).** No ano de 2019, uma empresa privada chinesa investiu US\$ 5 milhões na produção de papelão de bambu para substituir a importação da China para Ruanda e outros países da Comunidade da África Oriental (CAO) devido às elevadas exigências do mercado da construção, impulsionadas pela Iniciativa Cinturão e Rota da China. O projeto se encontra em pleno funcionamento. Os dois tipos de incubadoras são eficazes na realização de pesquisa e desenvolvimento, produção piloto, demonstração e capacitação. As mudas de bambu

produzidas pelo BPPT estão destinadas ao reflorestamento em todo o país, já os produtos de bambu produzidos pelo IPBAV são de fácil comercialização, como, por exemplo, a exportação para alguns países próximos da Comunidade da África Oriental. O bambu também será convertido em combustível de carvão vegetal para atender as altas demandas de mercado.

O projeto foi reproduzido com sucesso em países da Comunidade da África Oriental como Burundi, Quênia, Uganda e República Unida da Tanzânia, contribuindo fortemente ao desenvolvimento rural dos mesmos, por meio da exploração dos seus recursos abundantes de bambu, uma vez que as tecnologias empregadas são fáceis de aprender, simples de operar, exigem pouco esforço e proporcionam retorno imediato.

Contato:

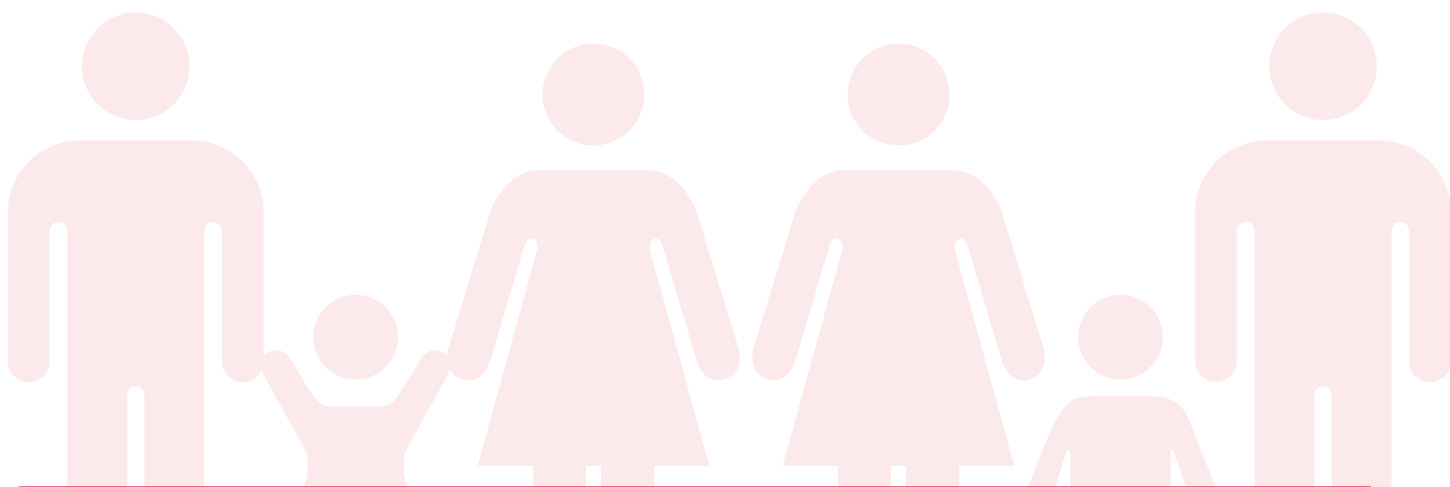
Nome: Dr. Xingcui Ding

Posição: Professor e Diretor

Organização: Divisão de Cooperação Internacional do Centro Nacional de Pesquisa de Bambu da China

E-mail: dxc01@hotmail.com, 13805791796@163.com

WeChat: dxc19630725



NOME DO PROJETO: Desenvolvimento de uma Agroindústria de Bambu Ecológica para a Redução da Pobreza e a Proteção Ambiental na Ruanda

PAÍSES/REGIÕES: China, Ruanda e outros países da Comunidade da África Oriental

INDICADO POR: Centro Internacional de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.5, 13.1, 13.2, 15.1, 15.3, 15.4, 17.7, 17.8, 17.9

APOIO: Governos da China e Ruanda; Projeto do Centro de Desenvolvimento do Sul-Sul Global

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Centro Nacional de Pesquisa de Bambu da China (CNPBC)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2009–2019

SITE DO PROJETO: Indisponível



Sistema Agroflorestal de Fungicultura

Melhoria dos meios de subsistência rurais através de práticas climáticas inteligentes

Desafio

O sistema agroflorestal, ou o uso de árvores na agricultura, corresponde a uma prática agrícola tradicional na Índia, Nepal e China que provê alimentos e serviços ecossistêmicos para apoiar os meios de subsistência e a produção agrícola. A tendência atual à prática de monoculturas na agricultura comercial, tem desviado recursos e atenção dos sistemas agrícolas nativos que exigem mais tempo de espera para início de produção em comparação a culturas de ciclos anuais. Por conta disso, a necessidade dos agricultores ganharem dinheiro e investirem tempo nos primeiros anos de cultivo representa grandes desafios. Portanto, o aumento da disponibilidade de colheitas sazonais e anuais desde o primeiro ano poderia representar um impulso crucial para a viabilidade dos sistemas agroflorestais em relação à segurança da subsistência dos pequenos agricultores, o que é possível através da integração do sistema agroflorestal com o cultivo de cogumelos.

Rumo a uma Solução

Na China, o consumo de cogumelos é alto e cresce a cada ano. A tendência mundial aponta uma demanda crescente pelo consumo do cogumelo. O Centro para Desenvolvimento das Montanhas (CDM), fundado em conjunto com a Academia Chinesa de Ciências (CAS) e o Centro Internacional para a Pesquisa Agroflorestal (CIPAF), com sede no Instituto Kunming de Botânica da CAS, acredita que o cultivo responsável de cogumelos poderá desempenhar um papel fundamental na erradicação da pobreza em comunidades de países em desenvolvimento, conforme o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 – Erradicação da pobreza.

Os objetivos do projeto eram a identificação dos locais e capacitação de agrotécnicos e membros comunitários da floresta sobre a utilização e o reconhecimento de cogumelos. As técnicas seriam repassadas a outros através de redes de agricultores nativos. Centrado nas técnicas de cultivo e gestão, o projeto de capacitação foi desenvolvido por cientistas do CDM. A transferência de conhecimento sobre o cultivo, a coleta, a produção de sementes, secagem e armazenamento de cogumelos valiosos e comestíveis, tais como o morchela, pode gerar novas oportunidades de renda nos locais onde o projeto for realizado através do cultivo sustentável.

O CDM desenvolveu um sistema agroflorestal único, no qual várias plantas medicinais, cogumelos e árvores polivalentes são cultivadas juntas. Foram incluídas novas técnicas de produção de culturas de qualidade, desova, substratos e frutificação de cogumelos e foram definidos locais de demonstração do sistema com fungos florestais em um grande local de mineração de fósforo perto de Kunming, bem como em terrenos fornecidos ao CDM pelo Governo do Condado de Honghe para a criação de práticas climáticas inteligentes.

O trabalho de campo foi realizado pela primeira vez em todas as comunidades agrícolas no distrito de Jorhat, no vale de Catmandu, em Assam, no vale de Nepal, e nos Estados de Chin e Shan, em Mianmar, para avaliar a produção de cogumelos nas regiões. Observou-se que as mulheres estavam particularmente entusiasmadas com a obtenção de novos conhecimentos sobre cogumelos. Posteriormente, representantes da Fundação Balipara, ex-funcionários do governo e parceiros do setor privado do Nepal, além de representantes da Universidade Florestal Yezin em Mianmar, foram convidados a participar por cinco dias da capacitação intensiva sobre o cultivo e a produção de cogumelos considerados viáveis para cultivo no seu país de origem. A capacitação abordou o cultivo no estado sólido e o cultivo no estado líquido.

A capacitação intensiva de cinco dias foi um sucesso. **Os agrotécnicos participantes demonstraram o**



© CFM

domínio das técnicas de cultivo e produção para duas espécies de alta demanda, *Ganoderma lucidum* e *Morchella*, bem como para outros tipos de cogumelos comestíveis e medicinais. Com esse novo conhecimento, a desova foi transferida para um laboratório nacional no Nepal, onde foi cultivada e distribuída aos produtores de cogumelo em Catmandu.

Outra importante conquista foi a gravação de um vídeo de capacitação de cultivo em sala. A Parte 1 já se encontra no site da organização. Serão distribuídos mais materiais de mídia quando estiverem disponíveis. Esse e outros vídeos servem como referências importantes para os participantes quando voltarem às suas casas. Também elaboramos um documento escrito à mão para um manual sobre o cultivo de espécies comerciais de cogumelos (que será publicado em 2020), que dará um novo ânimo às potências rurais a nível mundial.

Com apoio do Centro de Desenvolvimento Sul-Sul da China (DSSC) foi possível avaliar as necessidades nos países parceiros do CDM e dar capacitação específica aos membros das florestas comunitárias sobre tecnologias de crescimento de cogumelos de alto valor. As partes interessadas da Comunidade são beneficiários diretos, com um efeito cascata considerável sobre os outros membros da Comunidade. Dado que a China está posicionada como líder dos países do Sul Global, ela se encontra bem preparada para auxiliar com os membros das outras regiões em desenvolvimento. O projeto representa um exemplo de troca de conhecimentos e habilidades no Sul-Sul, fortalecendo laços cooperativos e conhecimentos tecnológicos entre um grupo em rápido crescimento de nações em ascensão.

O cultivo de cogumelos é exatamente o tipo de prática sus-

tentável que o mundo precisa para garantir um planeta seguro e saudável. Os resíduos agrícolas, como espigas de milho e serragem, podem ser utilizados para a criação de substratos. É possível usar substratos residuais para fertilizar solos de cultura, embora alguns substratos exigem uma secagem antes de entrarem em sistemas de solo, fechando assim, o ciclo de produção. O cultivo de cogumelos também preserva os cogumelos que crescem no meio silvestre, reduzindo a necessidade de forragem selvagem, atenuando os riscos de colheita excessiva e protegendo os habitats naturais dos ecossistemas.

Para replicar o sucesso deste projeto em outros países, é necessário ter capital inicial e capacitar a equipe, aliado a tecnologias baratas e simples. O cultivo de cogumelos não tem custos exorbitantes e os mecanismos de financiamento (subsídios, empréstimos e subvenções) podem permitir que os agricultores tenham acesso a materiais de construção, trabalho, equipamento, entre outros. Será fundamental garantir que os membros da comunidade tenham acesso a uma capacitação técnica aprofundada para manter culturas de alta qualidade e alto rendimento. Por último, é necessário conscientizar a opinião pública sobre os diversos benefícios da produção e consumo de cogumelos, com especial atenção para as mulheres, muito interessadas em lucrar com a produção de cogumelos como atividade de aumento de renda.

Contato:

Nome: Prof. E Dr. Peter Mortimer

Cargo: Líder da Equipe de Biologia do Solo

Organização: Centro para Futuros da Montanha do Instituto Kunming de Botânica da Academia Chinesa de Ciências (CAS).

E-mail: peter@mail.kib.ac.cn

NOME DO PROJETO: Capacitação de Interessados em Sistemas Agroflorestais de Fungicultura no Nepal, Índia e China

PAÍSES/REGIÕES: China, Índia, Mianmar, Nepal

INDICADO POR: Centro Internacional de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.a, 2.3, 2.4, 5.a, 5.b, 8.2, 8.3, 13.1, 15.2, 15.3, 15.4

APOIO: Projeto do Centro de Desenvolvimento Sul-Sul da China

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Centro para Desenvolvimento da Montanha (CDM); Instituto Kunming de Botânica (IKB); Academia Chinesa de Ciências (CAS)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Junho de 2018 – Novembro de 2018

SITE DO PROJETO: <http://english.kib.cas.cn>

Soluções Integradas para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Lago Vitória

Introdução de uma gestão integrada de bacias hidrográficas para a redução da pobreza e para a conservação ambiental na Bacia do Lago Vitória

Desafio

Ao longo das últimas quatro décadas, apesar do crescimento das economias locais, o lago Vitória enfrentou uma série de problemas ambientais, tais como a poluição, a perda de biodiversidade, a destruição de habitats e a erosão dos solos. Estima-se uma redução de 80 por cento das espécies de peixes nativos do lago e uma perda de mais de 70 por cento da cobertura florestal na área de captação. Além disso, devido à má qualidade da água dos rios que fluem para o lago, as quantidades de lodo e nutrientes estão aumentando, o que contribui para o problema de assoreamento do lago Vitória. A degradação ambiental faz com que os habitantes locais voltem à pobreza extrema e aos ciclos viciosos de poluição e pobreza. O projeto introduz o conceito e a estratégia da gestão integrada de bacias hidrográficas (GIBH) da bacia do lago de Poyang: “Para gerenciar o lago, é preciso aproveitar os rios. Para aproveitar os rios, é preciso desenvolver as montanhas. Para desenvolver as montanhas, é preciso erradicar a pobreza”.

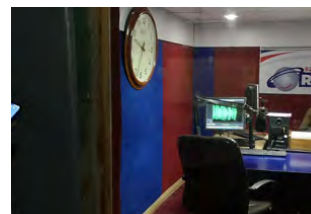
Rumo a uma Solução

Os lagos Poyang e Vitória são os maiores lagos de água doce da China e da África, respectivamente. É possível observar que as duas bacias lacustres enfrentam desafios semelhantes para equilibrar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. Há mais de 30 anos, o Governo Provincial de Jiangxi, desenvolveu o Programa Montanha–Rio–Lago (PMRL) baseado nos conhecimentos da GIBH, que consiste em estratégias e medidas em gestão administrativa de bacias hidrográficas, meios alternativos de subsistência sustentáveis, tecnologias e microfinanças ecoagrícolas, entre outros. Hoje, o ambiente ecológico e os padrões de vida das pessoas na Bacia do Lago de Poyang demonstra melhorias imensas. Para introduzir as estratégias da GIBH, o projeto tem como objetivo aumentar as capacidades institucionais para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Lago Vitória, com ênfase especial no intercâmbio das tecnologias propícias da GIBH.

Com a plataforma da Rede de Cooperação Sul-Sul da China (Rede CSS da China), duas ONGs participantes, a Amigos do Lago Vitória (OSIENALA) do Quênia e a Educação Civil é a Solução para a Pobreza e Gestão Ambiental (CESOPE) da República Unida da Tanzânia, colheram os frutos de uma experiência que compartilha as práticas chinesas da GIBH. Também foi formulado um relatório de estudo de viabilidade para as melhores práticas no desenvolvimento sustentável da Bacia do Lago Vitória. Houve uma melhora ainda maior nas capacidades das ONGs participantes no desenvolvimento sustentável da Bacia do Lago Vitória, quando uma missão de consultoria de especialistas chineses visitou os dois países daquela bacia. Foram criados modelos de demonstração, recomendações políticas e aplicações internacionais para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Lago Vitória, os quais foram propostos às respectivas organizações com a assistência de especialistas chineses em GIBH. O projeto é executado de acordo com os seguintes passos:

- Formulação de um planejamento orientado pela procura. Com base nas situações do ambiente ecológico e da pobreza na Bacia do Lago Vitória da República Unida da Tanzânia e do Quênia, a Associação de Promoção para o Desenvolvimento Sustentável Regional de Montanhas, Rios e Lagos (DSRMRL) da China convidou especialistas em GIBH a desenvolverem dois subprojetos em conjunto, um plano de atividades com o CESOPE da República Unida da Tanzânia e um modelo de demonstração com o OSIENALA do Quênia.
- Apoio e orientação às ONGs participantes na realização dos subprojetos nos seus países. O CESOPE pro-

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



© MRLSD

pôs o projeto “Missão de Averiguação da Situação Ecológica do Lago Vitória”, cujos principais objetivos incluem a apuração da situação ecológica e das atividades de subsistência em torno de Mara, Bukoba, Geita e Mwanza na Bacia do Lago Vitória, e a determinação dos desafios iminentes que a bacia está enfrentando nessas regiões. No intuito de melhorar o ambiente no projeto da Bacia do Lago Vitória, a OSIENALA está implementando a estratégia comunitária, que visa desenvolver um conjunto de atividades coordenadas e sustentáveis que abordem a conexão entre a vida humana e o ecossistema da Bacia do Lago Vitória.

- Resumo do projeto e formulação de um modelo para reproduzir em outras regiões ao longo da Bacia do Lago Vitória. Os especialistas chineses em GIBH avaliaram os dois projetos e ajudaram as duas ONGs, a CESOPE e a OSIENALA, a formular modelos demonstrativos para serem reproduzidos em outras áreas da Bacia do Lago Vitória.

A Rede de Cooperação Sul-Sul da China trouxe oportunidades de divulgação do conhecimento e compartilhamento de experiências sobre GIBH entre China e África. As conquistas importantes do projeto são modelos baseados no conceito de GIBH com as características de operacionalidade, adequação e replicabilidade.

Além da área da Bacia do Lago Vitória da República Unida da Tanzânia e do Quênia, os subprojetos são concebidos conforme a situação de todas as áreas hidrográficas de lagos e bacias de rios na África, tais como em Uganda e na Zâmbia. Assim, a implementação dos modelos em outros países fica facilitado. A CESOPE realizou uma abrangente pesquisa e fiscalização, envolvendo todos os interessados, como governos, ONGs, empresas e indivíduos, entre outros. Já a ONG OSIE-

NALA mobilizou todos os recursos das partes interessadas, sobretudo os agricultores e mulheres locais, para construir Equipes de Conservação de Aldeias (VCT) e Unidades de Gestão de Praias (UGP), que consistem em equipes ambientais de aldeias (principalmente agricultores e mulheres) que são capacitadas em técnicas de subsistência e conservação ecológica sustentáveis pela OSIENALA. Como beneficiários do projeto, eles estão dispostos a compartilhar seu sucesso com outros moradores através dos esquemas de Conservação Gerenciada pela Comunidade e Melhoria da Subsistência e Agrossilvicultura Comunitária da OSIENALA. Além disso, as técnicas ensinadas pela OSIENALA priorizam a utilização de recursos e mão de obra locais, por exemplo, fogões de barro domésticos, sistemas de armazenamento de águas pluviais e sanitários de poço, entre outros. Por conta disso, os modelos são muito populares entre os moradores e conduzem toda a aldeia para a melhoria da subsistência, ambiente, higiene e direitos das mulheres, entre outros.

Com o apoio da Rede de Cooperação Sul-Sul da China, tanto a CESOPE como a OSIENALA estão dedicadas à conscientização para outras tecnologias e proteção ambiental através de emissões de rádio. Eles também desenvolveram aplicações de projeto e sugestões de políticas, buscando mais recursos para implementar a GIBH.

Contato:

Nome: Sra. Yuting Mao

Posição: Secretária-Geral Adjunta

Organização: Desenvolvimento Sustentável Regional de Montanhas, Rios e Lagos (DSRMRL)

E-mail: myt@mrlsd.org.cn

WeChat: maoyuting198918

NOME DO PROJETO: Soluções Integradas para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Lago Vitória

PAÍSES/REGIÕES: China, Quênia, República Unida da Tanzânia

INDICADO POR: Centro Internacional de Intercâmbio e Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 15.1

APOIO: Fundo Fiduciário Perez Guerrero

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Associação de Promoção para o Desenvolvimento Sustentável Regional de Montanhas, Rios e Lagos (DSRMRL) da China; OSIENALA (Amigos do Lago Vitória) do Quênia; Educação Civil é a Solução para a Pobreza e Gestão Ambiental (CESOPE) da República Unida da Tanzânia

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: Junho de 2018 – Junho de 2020

SITE DO PROJETO: www.mrlsd.org.cn (em chinês)

Demonstrações Técnicas de um Sistema Padronizado na Produção de Arroz e Peixe em Mianmar

Aumento da renda e da produção de peixe dos agricultores através de demonstrações técnicas entre os agricultores locais

Desafio

A aquicultura nos sistemas de produção de arroz desempenha um papel importante na segurança alimentar e na redução da pobreza. Mianmar conta com recursos vastos de arrozais, e a produção de arroz e peixe tem sido praticado no país desde meados da década de 1990. O governo observou que além da cultura do arroz, a produção aquática era de suma importância para a subsistência rural. No entanto, embora haja vastos recursos que podem ser utilizados para a produção de arroz e peixe em Mianmar, a indústria não tem tido muito sucesso. O ritmo de desenvolvimento tem progredido de forma lenta, principalmente devido a algumas restrições importantes, por exemplo, falta de técnicos qualificados para selecionar espécies de peixes otimizadas, falta de experiência na gestão agrícola, instalações precárias das unidades de produção de arroz e peixe, falta de técnicos qualificados na produção de arroz e peixe, falta de suprimento de alevinos e falta de verbas para o cultivo e outros projetos afins.

Rumo a uma Solução

Para encarar os desafios já mencionados, o Centro de Desenvolvimento Sul-Sul da China, juntamente com o Centro de Investigação das Pescas de Água Doce da Academia Chinesa de Ciências da Pesca (CIPAD) e o Departamento de Pescas do Ministério da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural (DP/MPPDR) de Mianmar realizaram demonstrações técnicas de um sistema padronizado de produção de arroz e peixe em Mianmar. Isto pode ajudar a aumentar o rendimento produtivo dos agricultores e o abastecimento de peixe, promover o desenvolvimento da indústria do arroz e criar mais oportunidades de emprego em Mianmar, conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero) e ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Também pode ajudar a evitar a pesca excessiva, fornecendo uma opção alternativa no sector da pesca, que contribui para a realização do ODS 14 (Vida na Água). Através da participação ativa de várias instituições de pesca, empresas e agricultores, contribui para alcançar o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Um total de oito especialistas chineses em dois grupos da CIPAD foram enviados para realizar duas missões técnicas de dez dias em Mianmar, a fim de aconselhar sobre a produção de arroz e peixe. Eles ajudaram os agricultores selecionados na reestruturação padronizada de arrozais e na melhoria das técnicas agrícolas e de gestão. Palestras em sala de aula, trabalhos laboratoriais e consultas técnicas foram combinadas para ajudar os agricultores a adquirir a teoria básica e as técnicas práticas de um sistema padronizado de produção de arroz e peixe. Além disso, nove oficiais técnicos, gestores de programas e agricultores de Mianmar foram convidados à China para uma excursão de estudo de dez dias e formação sobre a produção de arroz e peixe. Tornaram-se as pessoas-chave na assistência ao projeto de demonstração e no seguimento da expansão do modelo de cultura inovadora.

Este projeto ajudou a criar duas explorações técnicas de demonstração como um sistema de produção de arroz e peixe padronizado em Yangon e Naypyitaw, centrando-se em contribuir de forma valiosa para a capacitação de técnicos na produção de arroz e peixe da DP/MPPDR. Em última análise, contribuiu para atrair mais pessoas para se envolverem neste tipo de empresas, promovendo o desenvolvimento da agricultura de arroz e melhorando a segurança alimentar e nutricional das famílias no país.

Ao longo do projeto, a equipe do CIPAD se concentrou em cinco aspectos:

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



© Freshwater Fisheries Research Center of Chinese Academy of Fishery Sciences

- aumentar o conhecimento da produção de arroz e peixe;
- formação técnica de profissionais do DP/MPPDR em tecnologia de produção de arroz, incluindo a concepção do sistema de produção de arroz e peixe, o armazenamento de espécies recomendadas, a tecnologia alimentar etc.;
- consulta técnica sobre o produção de arroz e peixe, a concepção, a prevenção de doenças, gestão alimentar e gestão dos arrozais para ajudar os técnicos e os agricultores a gerir melhor as produção agrícola e aumentar a produção de arroz e peixe;
- facilitar a cooperação entre instituições e empresas chinesas de pesca com as instituições locais para melhorar as instalações;
- dar acesso à mais canais de financiamento para interessados no desenvolvimento da indústria de produção de arroz e peixe.

Além disso, a fim de assegurar a sustentabilidade e a liderança do projeto, foi nomeado um Oficial do Programa Nacional (OPN), encarregado da execução de uma série de atividades de coordenação, consultoria e ligação, Sob a supervisão global do projeto do Centro de Desenvolvimento Sul-Sul da China e do CIPA, e do Departamento de Pescas, Mianmar. Cerca de 40 funcionários técnicos e agricultores locais no âmbito do DP/MPPDR foram os principais beneficiários deste projeto. Em 2016, a equipe de missão examinou uma fazenda de demonstração, que foi reprojeta em 2015. Entre outras espécies, o local de demonstração de Yangon estocou alevinos em 1.6 ha de arrozais. Após quatro meses de alimentação sem reduzir o rendimento do arroz, obteve-se uma colheita adicional de 160 kg de alevinos de grande porte, com valor superior a US\$ 120. O local de demonstração de 0.8 ha em Naypyidaw foi ainda mais eficaz. Foi adotado um modelo agrícola integrado. Bananeiras, tomates, pimentas e outros legumes foram plantados nas beiras dos campos. O rendimento do arroz aumentou em mais de 60 por cento no final do ano.

O tamanho médio dos alevinos estocados ultrapassou 15 cm cada, e a produção total excedeu os 260 kg. Os peritos do CIPAC têm estado ativamente empenhados em melhorar a economia da indústria do arroz e da pesca em Mianmar e em ajudar a população de Mianmar a aumentar os seus rendimentos provenientes dos campos do arroz e a enriquecer o fornecimento de produtos aquáticos. Grande interesse foi criado entre muitos outros agricultores locais.

Este projeto ensinou o conceito de “uma terra com rendimento duplo” aos produtores de arroz em Mianmar. Através do projeto, os beneficiários não só podem ganhar uma renda das culturas de arroz, mas também podem ganhar uma renda adicional com os produtos de peixe da mesma terra. As histórias de sucesso dos beneficiários atraíram mais produtores de arroz em Myanmar para se envolverem nesta indústria, que é um bom exemplo de redução da pobreza para países menos desenvolvidos. E, devido aos recursos muito ricos dos arrozais e das águas, a Associação dos Países da Ásia do Sudeste (APASE), incluindo Myanmar, tem um grande potencial de desenvolvimento da indústria do arroz e peixe. Além disso, o projeto incentiva a integração das mulheres e a promoção da igualdade de gênero em todas as fases da cadeia da indústria do arroz em Myanmar (ODS 5, Igualdade de Gênero). Foi elaborado o relatório sobre o desenvolvimento da indústria do arroz em Myanmar, que é uma referência útil para aqueles que esperam cooperar com várias partes interessadas na agricultura em Myanmar.

Contato:

Nome: Dr Xiaojun Jing

Cargo: Diretor da Organização da Divisão de Cooperação

Organização: Centro de Pesquisa em Pesca de Água Doce da Academia Chinesa de Ciências da Pesca

E-mail: jingxiaojun@ffrc.cn

NOME DO PROJETO: Demonstração Técnica de um Sistema Padronizado na Produção de Arroz e Peixe em Mianmar

PAÍSES/REGIÕES: China, Mianmar

INDICADO POR: Centro Internacional de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.2, 2.3, 2.4, 2.a, 5.4, 5.a, 8.2, 8.3, 8.6, 14.3, 14.4, 17.6, 17.7, 17.9, 17.16

APOIO: Projeto do Centro de Desenvolvimento Sul-Sul da China (DSSC)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Centro de Investigação em Pesca de Água Doce da Academia Chinesa de Ciências da Pesca (CIPAC) e do Departamento de Pesca do Ministério da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural (DP/MPPDR), Mianmar

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2014–2016

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/34uJYHa> (em chinês)

Comissão Intersectorial de Desenvolvimento à Primeira Infância

Intercâmbio de experiências na proteção e no cuidado infantil para promover a capacitação e as oportunidades de redução da pobreza e prevenir a exclusão social

Desafio

Quando a Comissão Intersectorial de Desenvolvimento à Primeira Infância (CIPI) foi lançada em 2011, quase 566.429 crianças na Colômbia tiveram acesso a várias modalidades de atendimento. No entanto, como estavam sob a responsabilidade de várias instituições, foram gerados resultados fragmentados, o que enfraqueceu a qualidade das ações de desenvolvimento e acolhimento infantil. O reconhecimento das crianças como seres com direitos assegurados e o estabelecimento de diretrizes de desenvolvimento à primeira infância devem ser a responsabilidade do Governo.

Rumo a uma Solução

A implementação de ações coordenadas nos níveis nacional e local para promover e garantir o pleno desenvolvimento de crianças de 0 a 5 anos na Colômbia pretende alcançar cobertura nacional para melhorar a qualidade de vida das crianças e gerar capacitação local com o envolvimento das comunidades e das entidades locais e nacionais.

Em 2011, o Governo Nacional da Colômbia criou a Comissão intersectorial Nacional de Desenvolvimento à Primeira Infância (CIPI) para servir de plataforma para a divulgação da política de cuidados integrais voltadas à primeira infância e para a coleta de recursos e conhecimentos de entidades públicas e privadas existentes. O CIPI também lidera a Estratégia de Cuidados Integrais na Primeira Infância, de *Cero a Siempre* (de Zero para Sempre), que constitui um conjunto de ações nacionais e locais elaboradas para promover e garantir o pleno desenvolvimento de crianças da gestação aos cinco anos de idade. Isto é possível através de um trabalho unificado intersectorial considerando os direitos e através de uma abordagem diferencial que inclua a deficiência. Detalha e promove a implementação de planos, programas, projetos e ações para o cuidado integral que devem ser garantidos a cada criança de acordo com sua idade, contexto e situação.

As intervenções visaram incentivar o cuidado integral de meninos e meninas em seus primeiros anos como uma janela de oportunidade para o desenvolvimento social e econômico. Estas intervenções geram impactos duradouros no que se refere à força psicológica, à redução do crime no seu ciclo de vida, a um melhor desempenho acadêmico, à diminuição das taxas de abandono e de repetição de ano escolar, ao aumentar a permanência das crianças no sistema educacional e a uma maior produtividade e rendimento futuro. É um investimento social com taxas de retorno mais elevadas (Departamento Nacional de Planejamento, 2011).

Os objetivos do CIPI são:

- reforçar as capacidades das autoridades locais e do governo nacional;
- projetar e implementar o Guia de Atendimento Integral (GAI) em entidades locais;
- aumentar a compreensão e gerar conhecimento sobre questões estratégicas na primeira infância;
- qualificar os agentes para um atendimento abrangente às crianças e famílias;
- desenvolver uma abordagem técnica para a avaliação do desenvolvimento infantil;
- integrar perspectivas de inclusão nas políticas locais, entre outras.

As realizações notáveis do CIPI levaram a: A elaboração conjunta da Estratégia de Cuidados Integrais na Primeira Infância; o desenvolvimento de diretrizes e padrões técnicos, bem como diretrizes de ação e ferramentas de gestão para a implementação de políticas nos territórios; e a implementação do Sistema de *Seguimiento Niño a Niño* (SSNN, Acompanhamento de Criança a Criança).

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



© APC-Colômbia

A partir de 2016, mais de 1.205.906 crianças se beneficiaram de cuidados integrais de qualidade. Em 2018, este número aumentou para 1.374.423. Outros resultados principais entre 2011 e 2016 foram a inscrição de 4.081.320 meninos e meninas com menos de seis anos no sistema de saúde de segurança social, e a provisão de apoio a 20 comunidades étnicas no desenvolvimento de seus roteiros de cuidados integrais, de acordo com os contextos rurais e étnicos.

Com a implementação em 2018 da Estratégia de Cuidados Integrais na Primeira Infância *De Cero a Siempre*, **em 2018, quase 1.270 mulheres rurais e líderes comunitários foram educados para ampliar seus conhecimentos sobre saúde sexual e reprodutiva, nutrição, saúde mental, e prevenção do uso de substâncias psicoativas. Além disso, com os cuidados integrais o número de crianças que frequentam o pré-escolar aumentou de 57.126 em 2017 para 71.500 crianças em 2018.**

A Colômbia compartilhou esta boa prática com o público dominicano (2015–2017) para fortalecer o projeto *Quisqueya Empieza Contigo* que atende às necessidades das crianças de 0 a 5 anos. As entidades dominicanas envolvidas foram o Ministério do Planejamento e Desenvolvimento (MPD), a Direção Geral dos Programas Especiais da Presidência (DIGEPEP) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento à Primeira Infância (INAPI).

As atividades incluíram missões técnicas em ambos os países e, como resultado desses intercâmbios, o público dominicano alcan-

çou o seguinte:

- Identificação de mecanismos metodológicos para o fortalecimento da base familiar e comunitária em serviços de cuidados integrais à primeira infância;
- Identificação do CIPI na coordenação interinstitucional como uma peça-chave para o reforço da política infantil;
- Reforço da coordenação, do acompanhamento e dos mecanismos de monitoramento no âmbito da política infantil, bem como a sua interação com os sectores privados e a sociedade civil.

Para que esta iniciativa seja reproduzida, devem ser consideradas as seguintes condições para a implementação de uma entidade como a CIPI:

- Identificação da situação e das necessidades na primeira infância;
- Identificação da arquitetura institucional atual.

Contato:

Nome: Sr. Luis Roa

Posição: Coordenador Triangular de Cooperação

Organização: Agência Presidencial de Cooperação Internacional de Colômbia (APC– Colômbia)

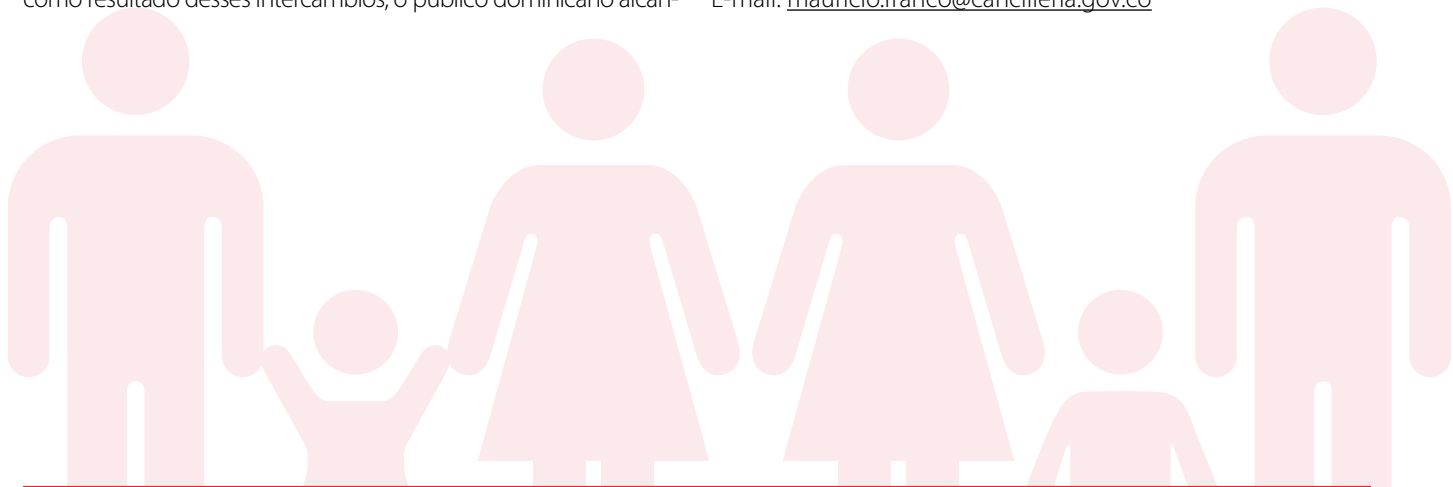
E-mail: luisroa@apccolombia.gov.co

Nome: Sr. Maurício Franco de Armas

Cargo: Organização Sul-Sul e Coordenador Triangular de Cooperação

Organização: Ministério das Relações Exteriores da Colômbia

E-mail: mauricio.franco@cancilleria.gov.co



NOME DO PROJETO: A Comissão Intersetorial de Desenvolvimento à Primeira Infância (CIPI)

PAÍSES/REGIÕES: Colômbia, República Dominicana

INDICADO POR: Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, Agência Presidencial de Cooperação Internacional de Colômbia (APC – Colômbia)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.2, 1.3, 2.2, 3.1, 3.2, 3.3, 3.8, 4.2, 4.5, 16.9

APOIO: APC – Colômbia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Comissão Intersetorial de Desenvolvimento na Primeira Infância

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2011 – em andamento

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3gy8Dxf> (em espanhol)

Programa do Banco de Desenvolvimento do Uganda

Apoio aos projetos de pequeno e médio porte por meio do aporte de recursos financeiros

Desafio

Uganda, um dos países menos desenvolvidos no mundo, procura promover o desenvolvimento econômico e social para elevar o padrão de vida da população e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A principal delas é reduzir a pobreza e a fome através da implementação de estratégias de desenvolvimento destinadas a apoiar o papel do setor privado no desejado desenvolvimento e diversificação das fontes de rendimento. O Banco de Desenvolvimento da Uganda (BDU) é a única instituição financeira no país que se especializa em apoiar o papel do setor privado no desenvolvimento, concedendo empréstimos necessários a um custo relativamente baixo, para financiar os seus investimentos em vários setores econômicos e sociais. Também financia projetos e presta serviços de aconselhamento necessários para garantir a sua correta implementação. Este Conselho baseia-se em razões técnicas sólidas e financeiramente viáveis e tem impactos positivos na economia do país.

O sucesso do BDU depende do sucesso dos projetos que financiará. Foi necessário, portanto, que o Banco tivesse um quadro administrativo, técnico e financeiro para alcançar os objetivos desejados.

Rumo a uma Solução

Ao estabelecer um quadro administrativo, técnico e financeiro adequado, o Banco está em condições de estudar e avaliar os projetos de desenvolvimento apresentados para financiamento. Isso ajuda a identificar projetos de importância para a economia ugandense e ajuda na alocação de recursos financeiros escassos. Além disso, a instalação de um sistema adequado de contabilidade financeira e relatórios promove a transparência e ajuda a determinar a responsabilidade e a prestação de contas. Espera-se que isso ajude a transferir a experiência do Banco para outras instituições de desenvolvimento dentro e fora da Uganda.

O objetivo principal do programa BDU é promover e financiar o desenvolvimento em vários setores da economia, com especial destaque na agricultura, na indústria, no turismo, na habitação e no comércio.

O BDU obtém grandes créditos de financiadores externos, tais como o Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Econômico Árabe e utiliza-os para financiar projetos a médio e longo prazo nos sectores da agricultura, da cultura, do turismo, da educação e da saúde. O Fundo do Kuwait participa com outras instituições de desenvolvimento como o Banco Africano de Desenvolvimento, a Organização do Fundo dos Países Exportadores de Petróleo para o Desenvolvimento Internacional (OFID), o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico em África (BADEA), E a Organização Internacional do Comércio, ao implementar o programa BDU para o período 2020-2025, contribuindo com cerca de US\$ 20 milhões dos EUA. A contribuição do Fundo do Kuwait é estendida ao Ministério das Finanças de Uganda para apoiar o seu programa de desenvolvimento. O Fundo também suportou as disposições financeiras e administrativas adequadas do projeto durante a fase de elaboração.

Ao utilizar o empréstimo fornecido tanto pelo Fundo do Kuwait quanto de outras instituições de desenvolvimento, o BDU espera aprovar 979 projetos de desenvolvimento no montante de US\$ 379 milhões (37 por cento nos setores de agricultura primária e processamento agrícola; 24 por cento no setor industrial; oito por cento nos setores de educação e saúde; sete por cento no setor de infraestrutura; quatro por cento no turis-

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



mo e hospitalidade; e 20 por cento em outros). Os projetos foram distribuídos pela região Central (69 por cento), região Oriental (13 por cento), região Ocidental (12 por cento) e região Norte (seis por cento). Além disso, **projetos financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Uganda durante 2018 criaram oportunidades de emprego para 77 mil ugandenses, 46 por cento das quais eram mulheres.** É importante salientar que, embora o programa tenha sido concluído em 2017, os fundos fornecidos pelo Fundo do Kuwait juntamente com outras instituições de desenvolvimento são fundos renováveis, que continuam após o final do programa.

O BDU assegura sua sustentabilidade através de uma gestão financeira sólida. O Banco fornece empréstimos concessionais para projetos cuidadosamente estudados que são economicamente viáveis. O Banco também exige que os beneficiários forneçam as garantias necessárias para o serviço do empréstimo. Isso garante a alocação eficiente de recursos e disponibilidade de fundos.

O projeto BDU pode ser reproduzido em qualquer país em desenvolvimento. Outros países podem estabelecer bancos de desenvolvimento e pedir às instituições de desenvolvimento

para participar no financiamento de projetos de desenvolvimento viáveis.

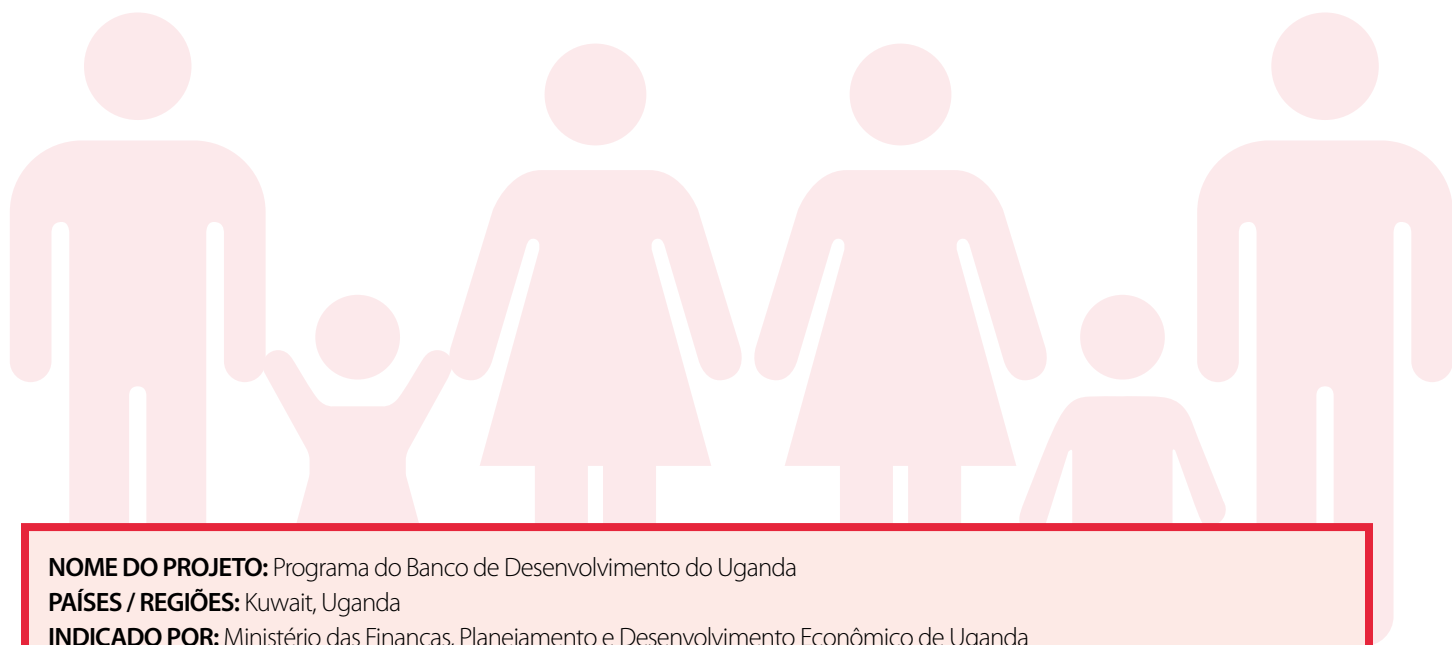
Em suma, ao utilizar um quadro administrativo, financeiro e técnico semelhante, o Fundo do Kuwait proporcionou 21 empréstimos concessionais no setor bancário do desenvolvimento, num montante de US\$ 494 milhões dos EUA e beneficiando 13 países adicionais, incluindo Bahrein, Bósnia e Herzegovina, Butão, Djibuti, Egito, Jordânia, Mauritânia, Marrocos, Sudão, República Árabe, Síria, Togo, Tunísia e Iêmen. O Fundo do Kuwait facilitou a disseminação de conhecimentos, replicando este modelo e dando provas em relação a ele nas suas sucessivas intervenções. Isto contribuiu para a criação de muitas oportunidades de emprego aumentando o padrão de qualidade de vida dos cidadãos dos países beneficiários, ajudando-os a combater a fome e a reduzir a pobreza.

Contato:

Nome: Sr. Khaled F. Alkhaled

Organização: Fundo de Desenvolvimento Econômico Árabe

Email: alkhaledk@kuwait-fund.org



NOME DO PROJETO: Programa do Banco de Desenvolvimento do Uganda

PAÍSES / REGIÕES: Kuwait, Uganda

INDICADO POR: Ministério das Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Uganda

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 4.1, 8.1, 8.2, 9.1, 9.2, 17.1, 17.6

APOIO: Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Econômico Árabe

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Banco de Desenvolvimento da Uganda

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2010–2017

SITE DO PROJETO: Não disponível

Desenvolvimento de Microfinanças para Melhoria da Qualidade de Vida

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Promover o acesso sustentável e inclusivo a serviços financeiros para todos a fim de garantir o desenvolvimento e erradicar a pobreza



Desafio

Apesar de haver um progresso acentuado na redução da pobreza nas últimas décadas, ainda há um número inaceitavelmente elevado de pessoas que lutam para suprir suas necessidades básicas. A falta de acesso aos serviços financeiros constitui um grande obstáculo para o desenvolvimento no mundo de hoje. Este desafio aplica-se tanto ao Quênia como à Etiópia. A maior concentração de pessoas pobres no mundo se concentra em áreas rurais, onde há pouca educação e está empregada no sector agrícola. A fim de erradicar a pobreza em todas as suas formas em toda a parte, é necessário assegurar que todos os homens e mulheres tenham acesso a serviços financeiros, incluindo microfinanças.



Rumo a uma Solução

O projeto de Desenvolvimento de Microfinanças para Melhoria da Condição de Vida apoiado pela Agência de Cooperação de Intercâmbio da Noruega (Norec), tem como objetivo promover o acesso ao financiamento para pequenos agricultores, famílias de baixa renda e micro e pequenas empresas através de micro finanças sustentáveis e inclusivas. Desenvolvendo produtos e serviços financeiros que atendem as necessidades dos clientes, e melhoram o atendimento ao consumidor, e fornecendo serviços financeiros tecnológicos e de capacitação eficiente, a Agência de Desenvolvimento *K-Rep*, do Quênia, e a *Wasasa Microfinance*, da Etiópia, têm como objetivo atingir a inclusão financeira e oferecer serviços financeiros a segmentos mais vastos da população. Ambas instituições, a Agência de Desenvolvimento do *K-Rep* e a *Wasasa Microfinance*, trabalham com micro finanças, intercâmbio de funcionários, disseminando conhecimento, competências e experiência que promovem a inclusão financeira na região. A iniciativa contribui para alcançar o objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (Erradicação da Pobreza), especificamente o objetivo 1.4, melhorando o acesso a serviços financeiros para pessoas de baixa renda.



© Norec

Os principais resultados do projeto incluem um aumento no grau de inclusão financeira das pessoas de baixa renda. O desempenho do papel da tecnologia nas micro finanças varia muito entre os dois países, e as instituições aprenderam a importância da tecnologia como ferramenta para os serviços financeiros.

Dado que o Quênia e a Etiópia têm abordagens à microfinanças muito distintas, todos os participantes de ambas as instituições estão expostos a novas perspectivas sobre essas abordagens, e as instituições aprenderam novas competências na gestão de carteiras e adquiriram conhecimentos sobre os procedimentos de reembolso. Pelo lado pessoal, os participantes no intercâmbio relatam níveis mais elevados de confiança, maior flexibilidade e adaptabilidade e melhores competências em questão de comunicação e de línguas.

A metodologia chave utilizada neste projeto é o intercâmbio recíproco de profissionais no âmbito da cooperação entre instituições privadas. No período de 2018 a 2020, vinte funcionários, dez da Agência de Desenvolvimento *K-Rep* no Quênia e dez da *Wasasa Microfinance* na Etiópia, participaram de intercâmbios durante um período mínimo de sete meses. Os funcionários foram recrutados internamente. Eles também tinham um mínimo de três anos de tempo de contrato restante quando participaram. Estes dois fatores aumentam as hipóteses de resultados sustentáveis. Para que o programa tenha um impacto amplo e a longo prazo, um número considerável de funcionários terá de participar no programa de intercâmbio para substituir aqueles que abandonaram as instituições devido ao atrito natural. Os funcionários que participam de um intercâmbio são recrutados de departamentos distintos das instituições, a fim de garantir que haja

diversidade de experiências, o que, consequentemente, conduz à melhoria e ao aumento da produtividade a nível institucional.

Várias outras medidas também foram tomadas para aumentar as possibilidades de resultados sustentáveis. Estas etapas incluem: Participação dos funcionários em programas de intercâmbio com um mentor para garantir uma melhor integração e transferência de conhecimento em seu novo local de trabalho, oferecer treinamento às equipes não participantes dos programas de intercâmbio, e registrar as lições aprendidas.

O conceito de facilitação da Norec para a cooperação triangular está bem estabelecido. Fornece fundos às instituições que recrutam funcionários para o projeto, bem como fundos para o desenvolvimento. A Norec planeja reuniões, realiza revisões de projetos a médio prazo e fornece formação aos participantes em programas de intercâmbio, bem como aos que coordenam os programas. O conceito de intercâmbio recíproco de funcionários qualificados numa variedade de sectores é um modelo altamente versátil para melhorar as competências, os conhecimentos e a capacidade. O foco na reciprocidade e no desenho horizontal do projeto são aspectos inovadores. Ambas instituições identificam as lacunas que o intercâmbio

lhes ajudará a preencher. Alguns dos objetivos que as instituições privadas visam atingir são específicos a cada instituição. Outros são objetivos em comum. Ambos os parceiros contribuem com seus respectivos pontos fortes e aprendem uns com os outros. Os projetos geralmente são concebidos com base na transferência de tecnologias de um doador para um beneficiário. Mas o reconhecimento do valor da experiência coletiva garante maior propriedade e participação na sustentabilidade do projeto.

Contato:

Nome: Sr. Helge Espe

Cargo: Conselheiro Sênior

Organização: Agência de Cooperação para o Intercâmbio da Noruega (Norec)

E-mail: helge.espe@norec.no

Nome: Sra. Marit Bakken

Cargo: Diretor de Programas

Organização: Agência de Cooperação para o Intercâmbio da Noruega (Norec)

E-mail: marit.bakken@norec.no



NOME DO PROJETO: Desenvolvimento de Microfinanças para Melhoria da Condição de Vida

PAÍSES / REGIÕES: Etiópia, Quênia, Noruega

INDICADO POR: Agência de Cooperação para o Intercâmbio da Noruega (Norec)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 17.9

APOIO: Norec

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Agência de Desenvolvimento K-Rep (Quênia), Wasasa Microfinance Ltd. (Etiópia)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3hsRTZj>

Projeto de Desenvolvimento *One Gewog One Product (OGOP)*

Empoderar as comunidades rurais e elevar a condição de vida dos agricultores Butaneses para a consecução do Butão 2020: Uma visão de paz, prosperidade e felicidade

Desafio

Restringidos por falta de especialização e com exposição limitada, os fazendeiros do Butão possuem poucas oportunidades de criar e desenvolver produtos que poderiam servir a outros propósitos comerciais além do consumo familiar. De fato, há poucas oportunidades econômicas e poucos empregos nas zonas rurais, apesar dos amplos recursos naturais e da sua rica arte, artesanato e alimentação indígena. Consequentemente, o desenvolvimento de produtos agrícolas locais com base na experiência da Tailândia foi abordado por sua Majestade o Rei Jigme Khesar Namgyel Wang Chuck, do Butão, durante uma audiência de HM concedida à delegação do Ministério das Relações Exteriores da Tailândia em 2014. Esta foi uma das iniciativas em que os agricultores butaneses puderam aprender a melhorar a sua produtividade agrícola e melhorar os seus produtos para alcançar os mercados nacionais e até internacionais.

Rumo a uma Solução

Apoiar o Butão nos seus esforços para resolver as questões subjacentes – redução da pobreza, autossuficiência, aumento do rendimento rural e do emprego – refletidas no Butão 2020: Uma visão de paz, prosperidade e felicidade, a Tailândia, através da Agência Internacional de Cooperação da Tailândia (TICA), propôs dois modelos: O Modelo de Promoção com base em Recursos do Mercado, que foi mutuamente acordado e se tornou a base do Projeto Modelo I (2016–2019), *One Gewog One Product (OGOP)* ; e o modelo de promoção do mercado da atração turística que foi desenvolvido e chamado 'Modelo de Desenvolvimento Comunitário Sustentável baseado na aplicação da Filosofia da Economia da Suficiência (FES) para as aldeias no Butão' o OGOP Projeto Modelo II (2019–2022).

O projeto OGOP Modelo I foi implementado visando melhorar a condição de vida e aumentar os rendimentos das comunidades rurais butanesas cujo objetivo era desenvolver produções locais de qualidade para o mercado local e internacional, conforme o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Desde a formulação do projeto, ambas partes interessadas, incluindo especialistas, agências governamentais relevantes e as comunidades alvo no Butão, empenharam-se em discutir e compartilhar ideias valiosas. Adotando a abordagem com base na demanda e na participação. Após quase um ano de consultas e planejamento destes processos, o Projeto foi acordado e fundado no modelo de promoção com base em recursos do mercado, semelhante ao programa *One Tambon One Product (OTOP)* da Tailândia. Lançado em 2001 visando erradicar a pobreza, o programa OTOP continuou a ser uma das importantes iniciativas de estímulo da economia local da Tailândia, através da promoção do empresário comunitário. Concebido conforme as melhores práticas da Tailândia e baseadas em soluções testadas, o projeto sob a liderança do Gabinete de Projetos da Rainha foi deliberadamente estudado por ambas as partes e, em sequência, adaptado para satisfazer as especificidades exigidas dentro do contexto do Butão.

Sob essa luz, o Projeto teve como objetivo fornecer três resultados: Produtos OGOP de qualidade; mercados melhorados para produtos OGOP; e cooperação reforçada entre as comunidades OGOP com parcerias atuando em diversas atividades. Estas atividades incluem cursos, pesquisas de campo, deslocamento de especialistas e voluntários, fornecimento de equipamento e materiais, publicação e promoção da OGOP, planejamento de publicidade, monitorização e avaliação (M&A). Além disso, delegados do Butão também adquiriram experiência prática nas feiras anuais da OTOP realizadas na Tailândia em 2017 e 2018, nas quais os produtos de OGOP

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



© TICA

foram apresentados, atraindo um grande número de visitantes por ano. Em 2017, os produtos OGOP foram vendidos por cerca de Nu 1.7 milhões (aproximadamente US\$ 29.900) na Feira da Cidade. Além disso, os produtos OGOP tiveram exposição em mercados globais, inclusive durante a semana do Butão em Deli, na Índia e no Fórum Global sobre Comércio Inclusivo para Países em Desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio em Genebra, Suíça, que está em conformidade com a política do “Butão em Toda Parte”.

Os resultados do projeto até o momento são notáveis em termos qualitativos e quantitativos, ultrapassando as expectativas de ambos os países. Até a data de setembro 2019, foram desenvolvidos 148 produtos OGOP (48 acima da meta) e 65 produtos inovadores (30 acima da meta) incluindo produtos que são novidade para o mercado butanês. Foram lançadas publicações sobre a estratégia de marketing dos produtos OGOP, bem como as diretrizes e orientações. Receitas provenientes da exportação de produtos OGOP, cujo objetivo era apenas Nu. 2 milhões, a final totalizaram Nu. 16.41 milhões. **De fato, o número de grupos OGOP criados para formar uma rede de produtores e fornecedores foi de 72 grupos superando a meta de 60, e o número de agricultores e empregados autossuficientes foi de 1.132 superando a meta inicial de 100 com 1.032 a mais. O renda total dos produtores da OGOP foi de Nu. 30.32 milhões (ou cerca de Nu. 0.32 milhões acima da meta).** Além das duas lojas da OGOP, operadas pelo Gabinete de Projetos da Rainha, que foram inauguradas no Aeroporto Internacional de Paro e em Thimphu, Também há uma nova loja em construção localizada em Thimphu no bazar de artesanato. Além destes indicadores verificáveis, o

projeto trouxe um impacto positivo inesperado: As lições aprendidas no ciclo de desenvolvimento dos produtos OGOP contribuíram com recomendações inéditas para as diretrizes e normas da Autoridade Reguladora da Agricultura e da Alimentação (BAFRA) do Butão, também ajudaram a aumentar a procura e demanda de matérias primas locais, tais como, mel, trigo e mourisco, resultados da produção local, o que por sua vez, ajudou a impulsionar a economia local.

Do ponto de vista tailandês, as lições aprendidas têm sido reforçadas mutuamente, e a Tailândia passou a adotar ideias e soluções inovadoras. Estes resultados e impactos positivos também destacam o efeito multiplicador que esta cooperação para o desenvolvimento trouxe, apesar do seu curto prazo. Estes levaram à implementação do Projeto OGOP Modelo II, que foi acompanhado pelo Butão, a fim de se basear nos desenvolvimentos do Modelo I e de expandir os benefícios para mais comunidades rurais butanesas. Um objetivo alcançável na aplicação da Filosofia da Economia da Suficiência como um princípio orientador no planejamento, na tomada de decisões ao longo do caminho do desenvolvimento comunitário autossuficiente e sustentável, alinhado com o Índice Bruto de Felicidade Nacional do Butão (IBFN).

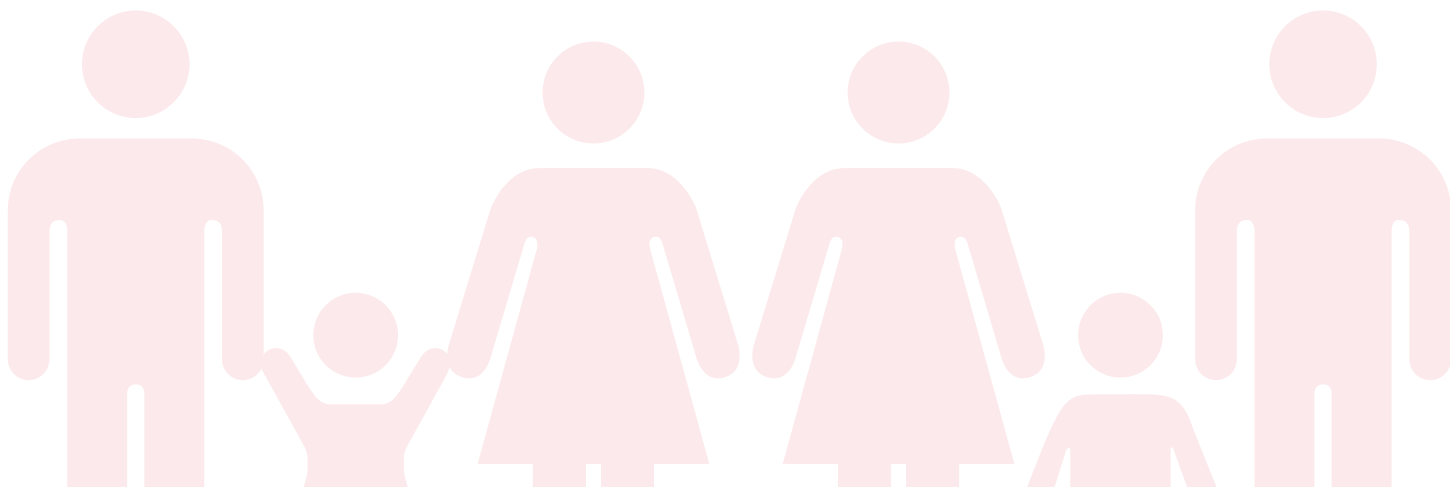
Contato:

Nome: Sra. Charintip Yosthasan

Cargo: Diretor do Serviço de Cooperação Tailandesa II

Organização: Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA); Ministério das Relações Exteriores

E-mail: charintipy@hotmail.com



NOME DO PROJETO: Projeto de Desenvolvimento *One Gewog One Product* entre o Reino da Tailândia e o Reino do Butão (OGOP MODELO I)

PAÍSES / REGIÕES: Tailândia – Butão

INDICADO POR: Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA); Ministério das Relações Exteriores da Tailândia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.a, 8.3, 8.5, 8.9

APOIO: TICA; Gabinete de Projetos da Vossa Majestade Rainha do Butão

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: TICA

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2019

SITE DO PROJETO: Não disponível

Economia de Suficiência e Promoção de Negócios no Setor Agrícola

Aplicando a Filosofia de Economia de Suficiência para Parcerias na Meta do Desenvolvimento Sustentável: Um exemplo bem-sucedido de cooperação triangular entre o Sul-Sul e a Tailândia, Alemanha, e o Timor-Leste

Desafio

Desde a sua independência em 1999, Timor-Leste tem enfrentado desafios de desenvolvimento em todas as dimensões. Uma das prioridades do país é reduzir a pobreza e melhorar a vida do povo timorense. Visto que a agricultura é a principal fonte de subsistência para cerca de 80 por cento da população de Timor-Leste, é importante melhorar os meios de subsistência dos agricultores timorenses, a fim de enfrentar estes desafios.

No entanto, há muitos desafios que os agricultores timorenses enfrentam; por exemplo, a maioria dos agricultores não possuem a terra que cultivam. Também têm acesso limitado às tecnologias e práticas necessárias para uma produção agrícola sustentável e eficiente. O uso de pesticidas e fertilizantes agrotóxicos ainda é amplamente difundido. A produção de cultura não é suficientemente variada. Finalmente, as perdas pós-colheita são comuns, uma vez que os produtos frescos são vendidos diretamente sem serem processados.

Rumo a uma Solução

Em 2003, a Tailândia e o Timor-Leste assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) sobre Cooperação Econômica e Técnica, refletindo a determinação da Tailândia em ajudar o desenvolvimento de Timor-Leste em vários domínios, especialmente na agricultura, no qual Tailândia tem conhecimentos especializados. A Filosofia da Economia de Suficiência (FES), definida e apresentada por sua Majestade o falecido Rei Bhumibol Adulyadej, tem sido o núcleo do desenvolvimento da Tailândia há mais de 40 anos. É uma das abordagens alternativas para realizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a Tailândia tem partilhado com a comunidade internacional.

Com base no MoU, o Modelo de Estabelecimento do Centro de Transferência de Tecnologia e Aldeia, baseado no FES em Hera, foi um dos projetos lançados pela Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA). O projeto iniciou a aplicação do FES com o objetivo de erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável em Hera, um subdistrito próximo a Dili.

O projeto apresenta uma característica única: É um híbrido de cooperação Sul-Sul e triangular. A cooperação bilateral ocorreu de 2010 a 2015, e mais tarde, foi expandida e gerida no quadro trilateral, a Economia De Suficiência e a Promoção das Empresas no Projeto do Setor Agrícola entre a Tailândia, Alemanha (GIZ), e Timor-Leste, de 2016 a 2017.

Durante a primeira fase da cooperação bilateral, foi criado um modelo de uma aldeia sustentável em Hera. Os esforços centraram-se na melhoria das capacidades dos agricultores timorenses nas práticas necessárias para uma produção agrícola sustentável e eficiente, com base no FES, tais como, o cultivo de múltiplas culturas, a produção local e a utilização de fertilizantes orgânicos, alimentos orgânicos animais, aquicultura e produção de valor acrescentado. A capacitação foi organizada por especialistas tailandeses de uma forma interativa para os agricultores timorenses, incluindo jovens agricultores promissores, e com o envolvimento da população local para promover o conceito de propriedade.

Aproveitar a cooperação triangular como uma forma inovadora de cooperação Sul-Sul pode ajudar a mobilizar, de forma prospectiva, os recursos e conhecimentos de cada parte envolvida e, assim, trazer maiores benefícios de desenvolvimento do que se cada um agisse por conta própria. a Tailândia procurou reforçar o

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



© TICA

projeto através da parceria trilateral. A Alemanha, através da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), foi convidada a participar no projeto para compartilhar a sua experiência em planejamento e gestão eficiente utilizando ferramentas como a Gestão Baseada em Resultados (GBR).

As sessões conjuntas de treinamento foram organizadas para promover um entendimento integral tanto do FES quanto da gestão de projetos através do conceito de GBR. Os agricultores que aderiram à formação foram encorajados a aplicar estes conceitos a ações concretas, incluindo o desenvolvimento e implementação de um plano comunitário que atualizaria os seus produtos chave selecionados para satisfazer as exigências do mercado. Foi interessante notar que mais de 60 por cento da população em Timor-Leste tinha menos de 30 anos de idade. Essa geração emergente ativa e mais jovem trouxe potencial e oportunidades para ideias e abordagens inovadoras, evidenciado pela equipe e o coordenador do projeto.

Os benefícios foram dobrados. Primeiro, **a cooperação triangular conduziu a um aumento do rendimento de determinados municípios rurais através de uma maior produtividade agrícola e comercial das empresas. Os participantes do projeto relataram que sua renda foi aumentada em torno de 50 por cento. Os custos de produção diminuíram à medida que aprenderam a transformar os recursos locais em materiais necessários para produções agrícolas, tais como pesticidas e fertilizantes orgânicos; o rendimento aumentou à medida que aprenderam mais sobre gestão agrícola e comercialização.** Segundo, tanto os agricultores timorenses, quanto os capacitadores e especializados tailandeses, tiveram a oportunidade de aprender o conceito alemão de

gerenciamento e planejamento de projetos e puderam reproduzir o conceito em outros projetos de cooperação para o desenvolvimento.

Além disso, estes jovens agricultores timorenses comprometeram-se a virarem modelos para outros. Eles estavam ansiosos para compartilhar seu aprendizado sobre o FES e a metodologia de gerenciamento de projetos, bem como sua aplicação prática no desenvolvimento de negócios obtidos com sua experiência em primeira mão. Para garantir resultados sustentáveis desta cooperação de desenvolvimento, foram organizados *workshops* e atividades de acompanhamento para desenvolver um currículo e manuais no padrão FES e GBR. Este currículo e os manuais ajudam a garantir que o sucesso e as lições aprendidas com o projeto, 'Modelo de Estabelecimento do Centro de Transferência de Tecnologia e Aldeia baseado no FES de sua Majestade o Rei em Hera', possam ser reproduzidos em outras áreas. Com o sucesso em Hera, o projeto foi posteriormente estendido para outras áreas, como Ulmera, Lihu e Metinaro.

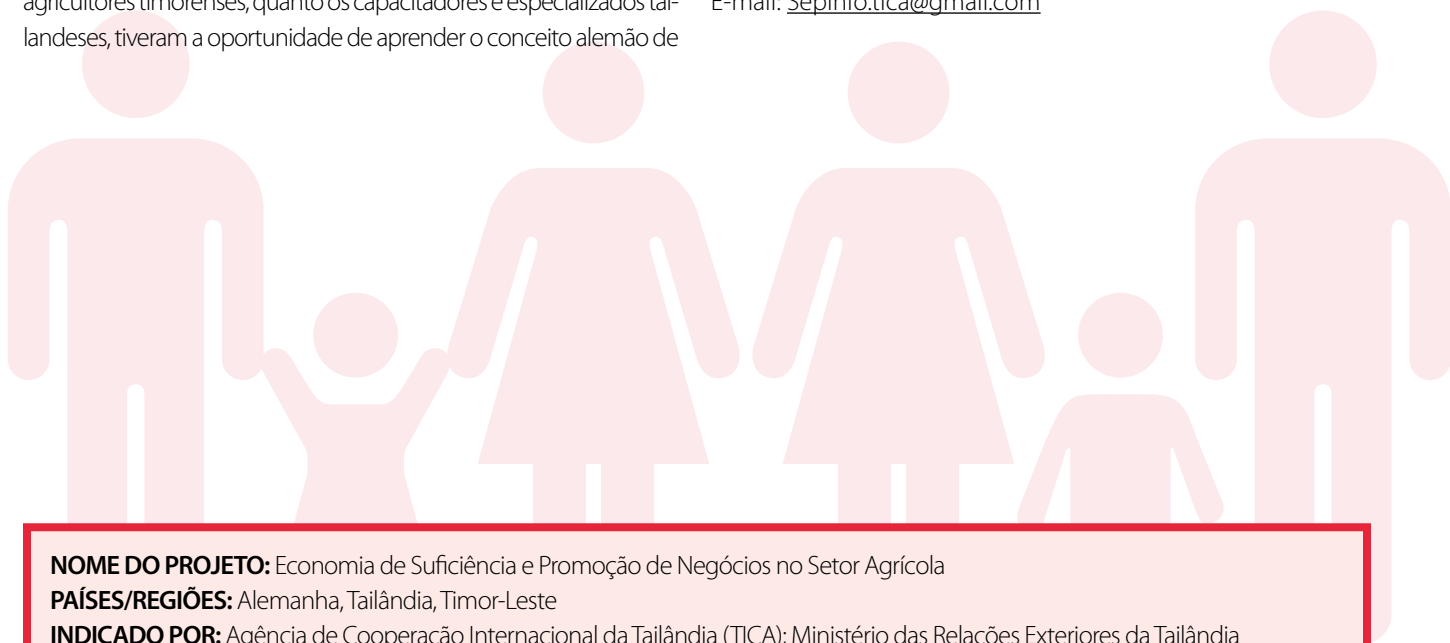
Como resultado deste projeto, não só o objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 foi alcançado, como também os ODS 2, 4, 6, bem como 17, através da parceria trilateral forjada entre a Tailândia, Timor-Leste e a Alemanha, tanto a nível oficial como a nível individual.

Contato:

Nome: Unidade de Filosofia da Economia de Suficiência (FES) e Desenvolvimento

Organização: Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), Ministério das Relações Exteriores

E-mail: Sepinfo.tica@gmail.com



NOME DO PROJETO: Economia de Suficiência e Promoção de Negócios no Setor Agrícola

PAÍSES/REGIÕES: Alemanha, Tailândia, Timor-Leste

INDICADO POR: Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA); Ministério das Relações Exteriores da Tailândia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 4.4, 6.b, 17.6, 17.9

APOIO: TICA; *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: TICA

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2017

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3hp0n3O>

Modelo de Desenvolvimento Comunitário Sustentável Baseado na Aplicação da Filosofia da Economia de Suficiência em Sri Lanka

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Usando a Filosofia da Economia de Suficiência como uma abordagem alternativa de desenvolvimento

Desafio

Embora o índice de pobreza local tenha continuado a cair no Sri Lanka, o Governo vê a necessidade de continuar os projetos de desenvolvimento nas aldeias onde vivem a maioria do povo do Sri Lanka e entre as quais o nível de pobreza é elevado. Em conjunto com essas iniciativas, deveriam também focar na implementação de programas empresariais efetivos orientados ao mercado de negócio. Deixar de implementar tais programas, poderá resultar na volta aos índices elevados de pobreza.

Com esse objetivo o Governo do Sri Lanka procurou obter colaboração com os países da região para aprender com as suas melhores práticas. As experiências da Tailândia resultantes do desenvolvimento das aldeias na economia de suficiência, cujas atividades centrais dependiam da capacitação comunitária, podem ser aplicadas ao contexto do Sri Lanka como parte dos seus esforços para atingir o nível de qualidade de vida resiliente, a nível local e comunitário.

Rumo a uma Solução

O Modelo de Desenvolvimento Comunitário Sustentável baseado na aplicação da Filosofia do Projeto de Economia de Transparência no Sri Lanka aborda o desafio acima. Desenvolvida após a visita de análise de delegados de alto nível do Sri Lanka em vários locais de projeto aplicando a Filosofia da Economia de Suficiência (FES) na Tailândia no início de 2016. É a afinidade cultural inculcada pelos filósofos budistas – uma base orientadora do FES – que une estes dois países.

O objetivo geral era melhorar a qualidade de vida em três comunidades do Sri Lanka, nomeadamente, Delthota aldeia Pahalagama, no distrito de Kandy, aldeia Laksha Uyana, no distrito de Polonnaruwa, E na aldeia de Wathupola, no distrito de Puttalam, através do desenvolvimento de produtos locais de valor agregado, também atingiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 e 8. As atividades foram projetadas para fortalecer líderes comunitários, atualizar produtos locais e desenvolver mercados e uma rede de agências participantes. A fim de manter viva a aprendizagem das comunidades e o projeto sustentável e também de replicar a experiência da Tailândia, foram criados os Centros de Aprendizagem Comunitária (CACs). Eles servem como centros de divulgação para compartilhar, preservar e desenvolver conhecimentos, experiências e sabedoria locais para as gerações futuras.

A FES baseia-se no conceito de moderação, razoabilidade e resiliência com base nas condições de conhecimento e integridade como fatores subjacentes ao tomar uma decisão razoável e resiliente. Com isso em mente, o Projeto começou com uma atividade para preparar um grupo de líderes especializados no FEC com habilidades relevantes que poderiam ser aplicados no Sri Lanka. Em 2017, este grupo de 23 funcionários do Sri Lanka e líderes comunitários selecionados das comunidades alvo participou no *workshop* da “Equipa de mobilização da FES S-M-A-R-T” na Tailândia. Esperava-se que estes líderes “FES S-M-A-R-T” pudessem liderar e reproduzir as atividades dentro do plano de atividades do Projeto e nas suas respectivas comunidades. O *workshop* resultou em planos individuais de desenvolvimento comunitário que foram projetados e concluídos pelos próprios participantes. De forma semelhante, os planos eram disseminar o conhecimento adquirido na aplicação da FES nas práticas de desenvolvimento sustentável da comunidade e a de geração de renda, que foram consideradas novas, mas aplicáveis no contexto do Sri Lanka com seus pares nas aldeias. Os participantes também tinham um plano para configurar seus próprios CACs no futuro.



© TICA

A Agência Internacional de Cooperação da Tailândia está consciente dos vários desafios que a aplicação do FES em projetos de desenvolvimento em diferentes contextos poderia trazer e por essa razão, o projeto tem, desde o início, se apoiado fortemente em uma abordagem participativa e orientada à demanda, com o objetivo de criar um senso de propriedade por parte dos beneficiários para garantir resultados sustentáveis a longo prazo.

De acordo com os relatórios de progresso e uma visita de monitorização no ano seguinte, em 2018, Foi notado que o Departamento de Desenvolvimento de Samurdhi (DDS) no Sri Lanka tinha tomado a liderança na orientação e fornecimento do apoio técnico e financeiro necessário para que as comunidades pudessem levar a cabo as ideias que os participantes adquiriram durante a sua participação na Tailândia. Foi também notado que a DDS se esforçou para montar grupos de produção. Para acomodar essas iniciativas, foi organizado em Sri Lanka, em 2019, um outro *workshop* sobre desenvolvimento comunitário baseado no FES, e na capacitação no processamento de frutas e alimentos e na costura onde participaram moradores das três comunidades. Durante a última visita de monitoramento no início de 2020, **observou-se que vários grupos de produção foram montados, contribuindo para a renda familiar adicional e, portanto, elevando a condição social conforme previsto pelo Projeto. Esses grupos estavam engajados em: agricultura orgânica, cultivo e piscicultura ornamental em Polonnaruwa; produção de jardinagem doméstica, criação, roupas e itens diversos em Kandy; e cultivo de orquídeas, banana e seus derivados em Puttalam.** A produção de valor agregado de alimentos, frutas e

costura em particular, os prepararam com técnicas de produção. Para algumas participantes mulheres o projeto permitiu-lhes ganhar renda extra para a família; antes do projeto, seus maridos tinham sido os únicos sustentadores da família. Embora não fosse um dos objetivos centrais do projeto, houve um reconhecimento evidente do impacto no empoderamento das mulheres nas sociedades rurais do Sri Lanka. Um dos principais fatores de sucesso destas realizações reflete-se no papel significativo do pessoal da DDS em cada localidade na conexão com as pessoas. Outra lição aprendida é que a complementaridade com as políticas e os planos de ação nacionais contribuiu grandemente para as ações no terreno.

Observando o potencial do projeto e a fim de responder ao recente pedido de treinamento adicional, em apoio à criação da CAC no Distrito de Polonnaruwa, a Tailândia concordou em estender a duração do projeto por mais um ano e meio. O objetivo é maximizar o potencial das comunidades e desenvolver as conquistas até à data. O foco será o fortalecimento das capacidades dos líderes da FES S-M-A-R-T na gestão do conhecimento da CAC. A aplicação do FES também será melhorada no planejamento empresarial e no marketing para ajudar a reduzir os riscos associados ao tomar decisões.

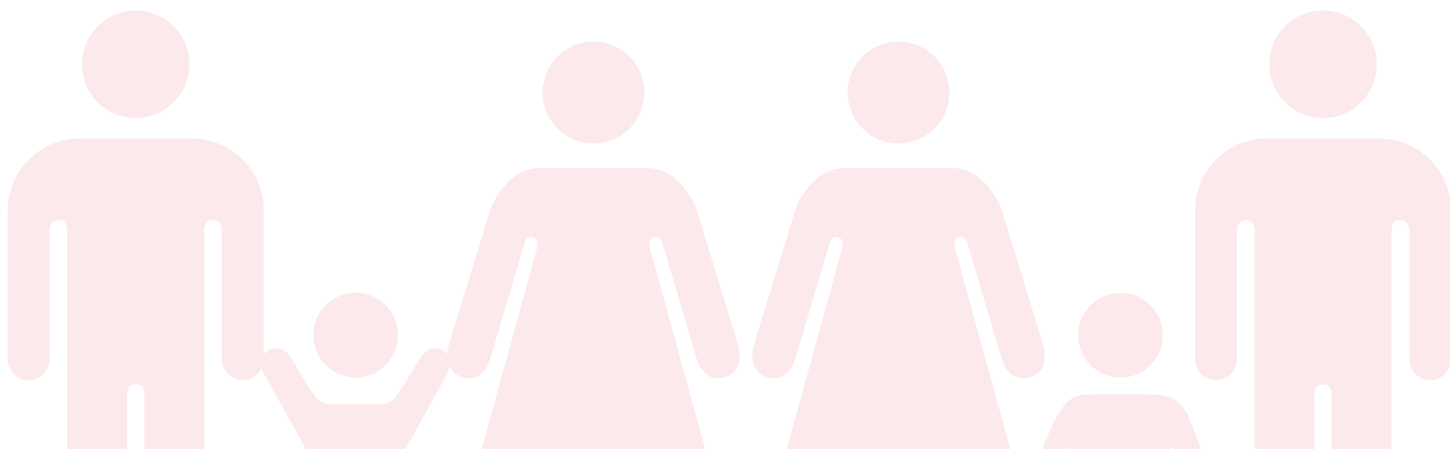
Contato:

Nome: Sra. Orndaporn Pewngern

Cargo: Segundo Secretário

Organização: Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), Ministério das Relações Exteriores

E-mail: or.pewngern@mfa.mail.go.th



NOME DO PROJETO: Modelo de Desenvolvimento Comunitário Sustentável Baseado na Aplicação da Filosofia da Economia de Suficiência em Sri Lanka

PAÍSES/REGIÕES: Sri Lanka, Tailândia

INDICADA POR: Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA); Ministério das Relações Exteriores da Tailândia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.a, 8.3, 8.5, 8.9

APOIO: TICA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: TICA; Departamento de Desenvolvimento de Samurdhi (DDS) do Ministério da Mulher, da Criança e da Segurança Social do Sri Lanka

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2021

SITE DO PROJETO: Não disponível

Melhoria da Qualidade de Vida dos Povos Urbanos, Aposentados, Idosos e Incapacitados com Agricultura Vertical

Fornecer produção agrícola às pessoas urbanas, aposentadas, idosas e incapacitadas em casa com práticas de agricultura vertical hidropônica

Desafio

Embora a Bósnia e Herzegovina tenha tomado importantes medidas no sentido do desenvolvimento no período pós-guerra, a pobreza continua a ser um problema. A taxa de pobreza rural é superior à taxa de pobreza urbana. Mas a situação dos pobres que vivem nas zonas rurais é melhor do que a dos pobres urbanos, porque têm a oportunidade de produzir o suficiente para alimentar as suas famílias. Durante muito tempo, o fundo de pensões disponível na Bósnia e Herzegovina tem sido insustentável e a dívida do Estado aos cidadãos aposentados está aumentando constantemente; 60 por cento das pessoas com mais de 65 anos não recebem salários nem pensões de aposentadoria. Além disso, com o aumento da população idosa e da subnutrição, o número de doenças crônicas também aumenta, uma situação que coloca o fundo de saúde do país em perigo.

Rumo a uma Solução

O projeto, “melhorar a qualidade de vida das pessoas urbanas, aposentadas, idosas e com deficiência, com práticas agrícolas verticais”, apoiado pela Agência de Cooperação e Coordenação Turca (TIKA), teve início com 50 pessoas na primeira fase da sua primeira implementação na Bósnia Herzegovina, e no segundo ano foi expandido para 500 pessoas após a implementação do projeto piloto em cinco municipalidades diferentes. O projeto visa apoiar grupos desfavorecidos, garantir o acesso das pessoas urbanas aos alimentos baratos e saudáveis e apoiar estudos acadêmicos. Os beneficiários do projeto foram os aposentados, idosos, e os com deficiências residentes nos centros urbanos. Os beneficiários foram regularmente acompanhados por acadêmicos da Faculdade de Agricultura da Universidade de Sarajevo. No projeto, implementado sob a supervisão dos membros da Faculdade de Agricultura da Universidade de Sarajevo, que trabalharam como consultores. Foram criados sistemas verticais de produção hidropônica para as famílias, e na primeira temporada, foram cultivados 10 tipos de frutas e legumes, incluindo palha, alface de folha colorida, espinafre, manjerição, tomate e aipo.

Na primeira etapa, foram realizados seis meses do protótipo de produção experimental com o consultor de projetos para o sistema de agricultura vertical. Após resultados bem-sucedidos, foram estabelecidas instalações para os beneficiários selecionados. Na segunda fase, foi desenvolvido e lançado pela Universidade de Sarajevo um programa de formação, acompanhamento e apoio aos beneficiários, e o Guia de Implementação da Produção foi distribuído aos utilizadores do projeto após a formação. Na fase final, a Universidade de Sarajevo desenvolveu um plano para o desenvolvimento e a divulgação do sistema, de acordo com os resultados e dados estatísticos obtidos após um ano de implementação do projeto.

Os resultados obtidos durante as primeiras aplicações foram eficazes na divulgação do projeto, que se expandiu para outros municípios que estavam em contato com a equipe de projeto da Faculdade de Agricultura da Universidade de Sarajevo.

A vantagem desse sistema é que ele fornece sistemas de produção agrícola novos, verticais e densos, especialmente para pequenas áreas. Elimina o problema das áreas restritas para agricultura em ambientes urbanos e pode ser usado em áreas como varandas, ambientes residenciais, pequenas estufas e terraços. Por exemplo, o rendimento a obter numa área aberta de 10 m² é obtido a partir de uma área de 1 m² com sistemas de agricultura vertical. Através deste sistema, cerca de 40 plantas de morango são plantadas em uma placa de 2 m x 30 cm em uma área de 1 m², com uma produtividade mínima de 12 kg, em

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



© TIKA

comparação como mesmo número de plantas de morango em uma área aberta de 10 m². Com os sistemas de agricultura vertical, as necessidades alimentares de uma família podem ser satisfeitas utilizando apenas 18 m². O projeto visa criar sustentabilidade econômica a longo prazo para grupos socialmente desfavorecidos. O período de utilização do sistema é de, no mínimo dez anos. Os benefícios do projeto podem ser listados da seguinte forma:

- **Permite o acesso a produtos agrícolas a custos baixos**
- **Apoia a produção de produtos frescos em casa;**
- **Impede o uso de pesticidas e de conservantes vegetais;**
- **Combina atividades agrícolas com tarefas domésticas;**
- **Adequado para pessoas com mobilidade reduzida;**
- **Fornecer jardins instalados em ambientes urbanos e apartamentos que combatem a poluição ambiental, e criam habitats biológicos criando um isolamento natu-**

ral, reduzindo os custos de aquecimento e refrigeração nos períodos de inverno e de verão.

A experiência dos acadêmicos e dos praticantes engajados da Universidade de Sarajevo envolvidos no projeto pode ser reproduzida por outras partes interessadas que apelam à eliminação do déficit de produção agrícola criado pela urbanização e ao aumento da qualidade de vida urbana. A propriedade local será o componente mais importante durante a implementação do projeto, de acordo com as condições locais e a implementação.

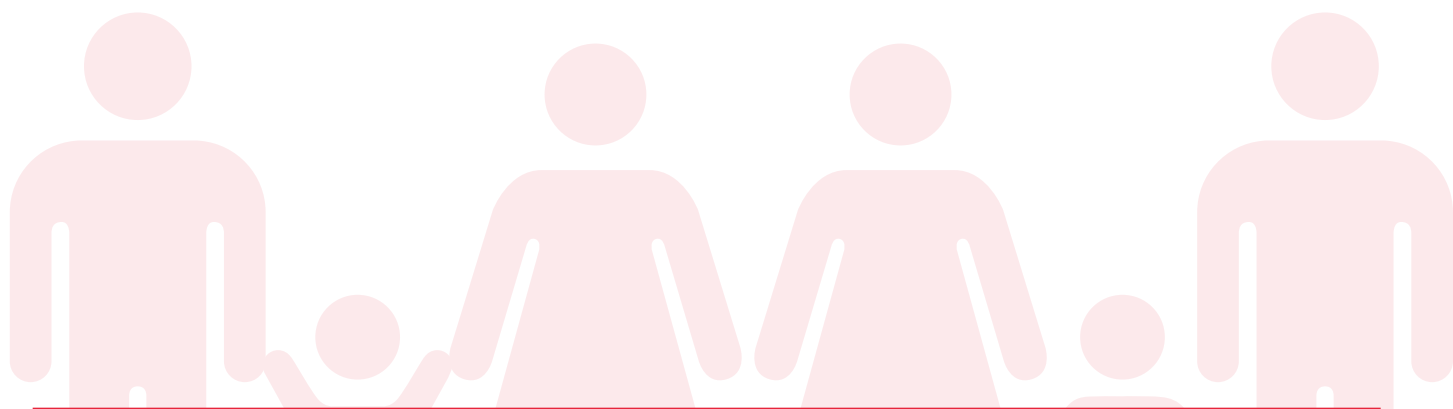
Contato:

Nome: Departamento de Desenvolvimento de Estratégia

Organização: Agência Turca de Cooperação e Coordenação

E-mail: sgdb@tika.gov.tr

Telefone: +90 312 939 70 00



NOME DO PROJETO: Melhoria da Qualidade de Vida de Povos Urbanos, Aposentados Idosos e Deficientes com Práticas Agrícolas Verticais Fornecer produção agrícola a pessoas urbanas, aposentadas, idosas e incapacitadas em casa com práticas de agricultura vertical hidropônica

PAÍSES/REGIÕES: Bósnia e Herzegovina, Turquia

INDICADO POR: Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 1.a, 8.1, 8.9, 9.4, 11.a, 12.2, 12.3

APOIO: TIKA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Municípios da Bósnia e Herzegovina de Stari Grad, Centar, Novi Grad, novo Sarajevo, municípios de Mostar e a Faculdade de Agricultura da Universidade de Sarajevo

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/34s8icL>

YouthConnekt Africa: Projeto de Empoderamento dos Jovens na África

Conectar os jovens africanos à transformação socioeconômica

Desafio

Ao longo das últimas décadas, a África tem visto um rápido desenvolvimento tecnológico e econômico, criando novas oportunidades para milhões de pessoas em todo o continente. No entanto, com mais de 226 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos de idade, África tem a população mais jovem e a taxa de desemprego juvenil mais elevada (60 por cento) do mundo.

A falta de oportunidades de emprego, os baixos níveis de educação e de competências, em conjunto com o acesso limitado aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, resultaram numa geração de jovens com acesso limitado ao mercado de trabalho formal. Mesmo assim, a juventude africana poderia representar um recurso significativo para o crescimento sustentável se a transição demográfica (caracterizada por um aumento da população em idade ativa no mercado de trabalho) fosse devidamente aproveitada.

Rumo a uma Solução

YouthConnekt é um programa de capacitação dos jovens que foi lançado em Ruanda em 2012 e que está sendo implementado atualmente em toda a África. Antes de se tornar continental em 2017, *YouthConnekt* foi lançado pelo Governo do Ruanda, através do Ministério da Juventude e da Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como uma iniciativa multifacetada destinada a dar uma resposta abrangente aos vários lenços de apoio que os jovens enfrentam. Visa ligar os jovens aos seus colegas, aos influenciadores de comportamento, ao desenvolvimento de competências, ao acesso ao financiamento e ao empreendedorismo.

YouthConnekt adota uma “abordagem de plataforma” para resolver problemas de desenvolvimento desafiantes e reúne uma vasta gama de partes interessadas, incluindo chefes de estados, líderes empresariais, parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil, para responder às múltiplas necessidades dos jovens, ao mesmo tempo que os volta totalmente no processo de construção de soluções. Mais especificamente, o PNUD e o Ministério da Juventude e Cultura coordenam todo o projeto, enquanto as autoridades distritais e o Conselho Nacional da Juventude identificam jovens inovadores. A capacitação e o reforço das atividades de empreendedorismo são apoiados por organizações da sociedade civil e instituições públicas (por exemplo, a Fundação de Desenvolvimento de Negócios). O painel da concorrência é também representado por instituições públicas (e.g. Comitê de Desenvolvimento da Ruanda), o setor privado (principalmente bancos), a sociedade civil (Instituto *Akilah*), e parceiros de desenvolvimento (por exemplo PNUD). O capital inicial ou financiamento é fornecido e administrado através do setor privado (*Brasseries et Limonaderies du Ruanda*, Banco de Kigali, Tiro), OSC (*World Vision*, *Techno*, *Serve*, *DOT*, etc.). *YouthConnekt* é a manifestação de diversas parcerias com objetivos em comum.

Alguns dos resultados do projeto são os seguintes:

- O diálogo *YouthConnekt* visa proporcionar uma plataforma para os jovens abordarem as dimensões da unidade e da reconciliação baseadas na verdade e na confiança. Resultados/impacto (desde 2013): Participaram mais de 1 milhão de jovens no Ruanda e no exterior.
- O Hangout de *YouthConnekt* usa o Google e o Hangout e outras tecnologias para conectar os jovens a modelos, recursos, habilidades e oportunidades socioeconômicas. Resultados/impacto (desde 2013): Vinte sessões de Hangout de *YouthConnekt* foram conduzidas em vários tópicos, onde 13 mil jovens foram engajados.
- A Convenção *YouthConnekt* é um evento anual para jovens em todo o país para discutir o seu desenvolvimento suas inovações e mostrar as suas realizações. Resultados/impacto (desde 2012): Cerca de 24 mil jovens têm

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



© UNDP

participado na Convenção e compartilharam suas idéias.

- O mês *YouthConnekt* e o Programa de Férias é conhecido por terem atividades lideradas pelos jovens que são inovadores e que têm um impacto positivo na sociedade, ao mesmo tempo que conscientizam as comunidades da contribuição dos jovens para a construção de nações. Resultados/impacto (desde 2012): **Mais de 4 milhões de jovens foram envolvidos em atividades do mês YouthConnekt. Construíram 30 casas para famílias vulneráveis, trabalharam na reabilitação de 789 casas e na plantação de 1 milhão de árvores por todo o país.**
- Os campeões de *YouthConnekt* têm como objetivo celebrar os jovens da comunidade e atribuir realizações extraordinárias por parte dos jovens na vanguarda das empresas inovadoras e inovações sociais e cívicas. Este programa reconhece também os importantes esforços institucionais para promover o emprego dos jovens. Resultados/impacto (desde 2015): Três campeões e sete empreendedores jovens foram reconhecidos.
- O Acampamento e Premiação *YouthConnekt* visa incentivar a inovação e empreendedorismo entre os jovens. Três dos melhores inovadores de todo o país são capacitados em desenvolvimento de negócios e têm a oportunidade de lançar seus projetos para investidores potenciais.
- Resultados/impacto (desde 2012): Mais de 1.200 jovens inovadores foram capacitados através dos Acampamentos, que geraram mais de 10 mil empregos.
- *YouthConnekt* da África (YCA) é uma conferência anual que une a juventude de todo o continente. Fornece uma plataforma para todos os parceiros envolvidos no desenvolvimento dos jovens, a fim de criar sinergias de esforços nas políticas, programas e parcerias que irão conectar os jovens à transformação continental. Resultados/impacto (desde 2017): Três edições da conferência foram organizadas em colaboração com o Governo do Ruanda, o PNUD, a União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA) e outros parceiros, incluindo agências das Nações Unidas, empresas do setor privado, doadores e organizações não lucrativas. A YCA de 2019 trouxe para a África 10 mil participantes de 91 países, tornando-a o maior evento juvenil pan-africano até à data.

Em termos de sustentabilidade, mais de 20 parcerias foram estabelecidas com o governo, parceiros de desenvolvimento, sociedade civil, instituições acadêmicas e organizações do setor privado (*Liquid Telecom*, KOICA, agências das Nações Unidas, Fundação da Vida Superior, *Steward Bank*, *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Por exemplo, em 2019, o Ministério da Juventude da Ruanda, o PNUD e o Fundo das Nações Unidas para a população (UNFPA) assinaram um acordo de parceria com a KOICA para apoiar o aumento da iniciativa *YouthConnekt* no Ruanda através de um programa de quatro anos (2019-2022).

O YCA fornece amplo apoio técnico para estabelecer parcerias eficazes, conceber mecanismos de execução, ajudar na implementação de políticas e sistemas e desenvolver capacidades institucionais para que os programas nacionais do YCA operacionalizem e cumpram o seu mandato. Através da rede YCA, as parcerias são forjadas entre as iniciativas nacionais da YCA para aprender, replicar e implementar boas práticas e iniciativas relevantes que melhorem a vida dos jovens.

Inspirados pelas realizações da iniciativa *YouthConnekt* Ruanda, vários outros países africanos e organizações do PNUD demonstraram um forte interesse em aprender e replicar o seu modelo nos seus respectivos países. Como resultado, *YouthConnekt* tem aumentado para além de Ruanda para 17 países africanos (Camarões, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Etiópia, Gana, Guiné, Libéria, Madagascar, República do Congo, República da Gâmbia, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Senegal, Togo, Uganda, Zâmbia, E Zimbábue), enquanto que muitos outros países estão em fase de lançamento do *YouthConnekt* nos programas do país.

Contato:

Nome: Sr. Qamer Jatoi

Cargo: Especialista em programas *YouthConnekt* África

Organização: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Governo da Ruanda

E-mail: Qamer.jatoi@pnud.org

NOME DO PROJETO: *YouthConnekt* África

PAÍSES/REGIÕES: Camarões, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Madagascar, Ruanda, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbábue

INDICADO POR: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.2, 1.4, 4.3, 4.4, 4.7, 5.1, 5.5, 5.6, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.6, 9.2, 9.3, 9.3, 9.b, 10.1, 10.3, 13.2, 13.3, 16.1, 16.2, 16.7, 17.11, 17.12, 17.17

APOIO: PNUD; Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA); Banco de Desenvolvimento Africano; União Africana, *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério da Juventude, Governo do Ruanda

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2012–2022

SITE DO PROJETO: www.youthconnektafrica.org

Institucionalização Reforçada no Desenvolvimento Local Participativo e Prestação de Serviços

Fortalecer a Rede Francófona de Desenvolvimento da África impulsionada pela Comunidade

Desafio

Em resposta aos desafios da pobreza, da fragilidade e da liderança fraca, os Governos de Camarões, da Guiné e do Senegal têm seguido uma estratégia de descentralização, que reforça o contrato social entre o Estado e os cidadãos. A descentralização tem como objetivo a melhoria da prestação de serviços básicos e infraestrutura, incentivando a propriedade local e na geração de um uso mais eficiente e equitativo dos recursos. Em alinhamento com seus respectivos quadros de parcerias nacionais, cada um desses governos empreendeu projetos utilizando a abordagem de Desenvolvimento Impulsionado pela Comunidade (DIC) para promover processos participativos de desenvolvimento local. Ao envolver as comunidades locais de forma mais ativa e direta, as abordagens participativas dos projetos para o desenvolvimento local apoiam os investimentos projetos de erradicação da pobreza reduzem o controle da elite e incentivam a responsabilidade e a coesão social.

Embora os governos tenham sido consideravelmente bem sucedidos na prestação de serviços e na promoção de um governo ascendente e transparente a nível do projeto, têm-se esforçado por: (i) institucionalizar as modalidades financeiras e administrativas de baixo para cima; (ii) reforçar a capacitação das autoridades locais; e (iii) promover a coordenação e a apropriação das partes interessadas nos vários níveis do governo. A resolução destas questões é imperativa para se alcançar um impacto sustentado pela visão do seu país rumo à descentralização. A consecução de uma descentralização de competências bem-sucedida para os governos locais e uma boa gestão financeira pública também fizeram parte do desafio.

Rumo a uma Solução

Devido às barreiras linguísticas, os Governos dos Camarões, da Guiné e do Senegal tiveram acesso limitado às melhores práticas internacionais de descentralização. Uma vez que estes países partilham contextos e desafios de descentralização semelhantes, foi considerada uma boa prática oferecer uma troca de conhecimentos entre eles. O intercâmbio foi especialmente proveitoso, uma vez que os governos procuravam institucionalizar os seus modelos financeiros e administrativos de baixo para cima no âmbito de projetos financiados pelo Banco Mundial em curso (mesmo estando em diferentes níveis de maturidade).

A iniciativa começou com três videoconferências com as equipes de projeto dos três países, especialistas técnicos do Banco Mundial e outros parceiros, como a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o Instituto de Efetividade do Estado. Estas videoconferências abordaram as estratégias operacionais dos projetos e incluíram discussões técnicas aprofundadas sobre o envolvimento dos cidadãos e as necessidades de transferência fiscal e de capacidade para abordagens de descentralização do DIC. Esses tópicos foram selecionados com base nos resultados de uma pesquisa online das preferências dos participantes realizada previamente. As três videoconferências permitiram intercâmbios dinâmicos sobre a implementação efetiva de mecanismos de engajamento do cidadão e alternativas para institucionalizar boas práticas.

As videoconferências foram seguidas de visitas de estudo entre Camarões e Guiné, permitindo que os dois países construíssem laços relacionais mais pessoais e tenham discussões políticas e técnicas mais profundas e em primeira mão.

Após as visitas de estudo, os governos e as equipes de projetos continuaram suas discussões técnicas sobre o financiamento baseado no desempenho para apoiar ainda mais este esforço, bem como sobre o banco de dados

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



© World Bank

dos projetos, que seria institucionalizado além do projeto, e o apoio recém ampliado a comunidades urbanas (uma vez que o projeto anterior se centrava apenas nas comunidades rurais). Uma avaliação das ferramentas e mecanismos de envolvimento da comunidade utilizados no âmbito dos projetos alvo estava preparada para fortalecer ainda mais a prática baseada na experiência da África francófona na institucionalização dos modelos DIC.

Aprender com base na experiência do DIC coletivo permitiu que os participantes compreendessem lições na prática e fossem dados oportunidades para institucionalizar modelos de crescimento de baixo pra cima e o avanço estratégico de uma visão de descentralização a longo prazo. Além disso, os participantes tornaram-se mais bem equipados para introduzir reformas para a inclusão social de grupos populacionais vulneráveis e desfavorecidos, tais como as populações indígenas, imigrantes, refugiados e mulheres. Em particular, o intercâmbio permitiu que Camarões aprendesse com o uso robusto da Guiné sobre as táticas de envolvimento dos cidadãos; o Governo do Camarões está agora disposto a adaptá-los para melhorar os seus próprios processos participativos. Além disso, Camarões reconheceu que a utilização da Guiné em orçamentos participativos e programas de investimento anuais organizados por comunidades pode ser altamente eficaz na promoção da propriedade comunitária e da responsabilização pela implementação de planos de desenvolvimento locais.

Da mesma forma, a Guiné identificou como melhorar a ação em prol das práticas participativas e da institucionalização incluindo o aumento das ferramentas de envolvimento dos cidadãos. Com base nas experiências do projeto de apoio ao Programa Comunitário de Desenvolvimento no Camarões, a Guiné foi informada da importância de fornecer infraestruturas básicas de apoio (por exemplo, computadores, kits solares e motocicletas) aos governos locais para uma gestão eficaz dos microprojetos comunitários. A Guiné também foi altamente inspirada pelos exemplos de Camarões de como a comunidade desenvolveu, de forma coletiva, soluções indígenas para cultivo das terras em desenvolvimento local. Por exemplo, a falta de financiamento do governo local para uma ponte foi resolvida por uma comunidade no Camarões através da partilha de recursos. Assim, ao fortalecer a propriedade da comunidade e promover o envolvimento cívico, a Guiné está interessada em iniciar o processo de tomada de medidas e implementar novas abordagens programáticas para promover soluções nativas

nas comunidades. As principais lições aprendidas foram:

- Ferramentas de envolvimento dos cidadãos, tais como orçamentação participativa e o monitoramento e avaliação participativa pode ser altamente eficaz no incentivo da propriedade e responsabilidade da comunidade para a implementação sustentável dos planos de desenvolvimento local.
- O planejamento do orçamento a nível local deve informar a preparação do orçamento nacional de investimento público para uma utilização mais eficaz dos recursos.
- A qualidade dos investimentos de desenvolvimento local é muito grande reforçada pela participação de ministérios de linha, serviços descentralizados do estado e agências técnicas relevantes nos processos de planificação participativa. Isto reforça a propriedade, a contabilidade e a mobilização dos recursos.
- Promover soluções nativas para o desenvolvimento dos desafios locais não podem apenas contornar as restrições orçamentais, mas também promover o envolvimento da sociedade cívica.
- Construir capacidades técnicas locais, em especial dos jovens na comunidade, é essencial para sustentar os esforços para institucionalizar o desenvolvimento e a descentralização local de baixo para cima.

Com base nessa rede, os governos pretendem continuar compartilhando conhecimentos sobre práticas participativas de descentralização por meio de reuniões regulares de videoconferência organizadas para profissionais do DIC e equipes de implementação de projetos.

Já estão em curso várias ações concretas. Por exemplo, a equipa da Guiné está prestes a garantir orçamentos específicos para fornecer a infraestrutura básica aos governos locais fazendo uma avaliação sobre as ferramentas de envolvimento de cidadãos. A equipa do Camarões organizou um treinamento sobre a conscientização entre as partes interessadas com abordagens participativas e está explorando formas de melhorar o envolvimento das autoridades locais, ministérios-chave, e agências técnicas nos processos de planejamento participativo.

Contato:

Nome: Sr. Laurent Porte

Cargo: Gestor de Programas, Escritório Regional Sul-Sul

Organização: Banco Mundial

E-mail: lporte@worldbank.org

NOME DO PROJETO: Institucionalização Reforçada do Desenvolvimento Local Participativo e Prestação de Serviços

PAÍSES/REGIÕES: Camarões, Guiné, Senegal

INDICADO POR: Banco Mundial

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 10.2, 16.7, 17.9

APOIO: Banco Mundial; Escritório Regional Sul-Sul

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Governo dos Camarões, Guiné e Senegal; Banco Mundial; Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2018

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/31m0DuK>

Redução da Pobreza através da Educação Profissional Caritativa

Capacitar os jovens de origens menos favorecidas para realizarem futuros melhores proporcionando-lhes uma educação profissional relevante e de qualidade

Desafio

Durante quase três décadas de guerra civil, 1975–2002, Angola foi deixada com desafios econômicos e sociais, deslocação de milhões de pessoas e a destruição de toda a sua infraestrutura. Para reconstruir a infraestrutura do país e reiniciar a sua economia, os trabalhadores qualificados estão em alta procura em vários países. No entanto, a maioria dos angolanos nunca tinha vivido num ambiente pacífico e estável durante o conflito civil prolongado nem tinham acesso a oportunidades de educação e emprego. Mais especificamente, nenhuma das capacidades da geração jovem, presas no conflito e na pobreza, foi desenvolvida.

Para resolver este problema, a capacitação profissional provou ser uma abordagem eficaz para reintegrar a juventude na força de trabalho baseada na boa prática do *BN Vocational School* (BNVS) na China.

Rumo a uma Solução

Esta iniciativa visa proporcionar aos jovens entre 17 e 24 anos de idade, provenientes de famílias empobrecidas em Angola, acesso à capacitação profissional caritativa, e oportunidades de emprego. Ao dominarem as competências profissionais e ao obterem competências profissionalizantes, podem ajudar a tirar as suas famílias da pobreza e a moldar o seu próprio futuro.

A *BN Vocational School* (BNVS) foi fundada em Pequim em 2005 como a primeira escola profissional sem fins lucrativos da China, no nível de ensino médio técnico. É também a escola-alvo subsidiada pelo Projeto Esperança da Fundação China para o Desenvolvimento da Juventude e o Fundo do Projeto Esperança para a Educação Profissional. Desde seu início o BNVS vem experimentando uma abordagem holística da educação de alunos e um desenvolvimento curricular inovador. O foco não se centra apenas nas competências técnicas para garantir o emprego imediato, mas também nas competências sociais orientadas para o desenvolvimento ao longo da vida, para ajudar os jovens a integrarem-se plenamente na sociedade e a serem bem-sucedidos como cidadãos.

Em 2014, o BNVS Angola foi criado em Luanda com o patrocínio da *CITIC Construction Co. Ltd*, uma empresa chinesa, o Desenvolvimento do Jovem na China e o *BNVS School Board*. A *CITIC Construction* oferece apoio financeiro e material de curso, e a BNVS oferece um sistema eficaz que integra seu modelo de gestão caritativa e conceitos pedagógicos.

O BNVS trabalha ativamente com o governo angolano e o setor público para promover a participação e o engajamento local. Também coopera diretamente com as empresas locais proporcionando uma capacitação profissional orientada para a empregabilidade dos estudantes por meio de cursos conceituados na procura do mercado atual, o que aumenta a garantia do emprego imediato após a formação. No início, somente cursos de engenharia elétrica, mecânica e de construção estavam disponíveis nas escolas. Eventualmente, um curso em serviços de hospitalidade foi disponibilizado para envolver mais estudantes e capacitá-los a serem independentes e mudarem seus próprios destinos através da capacitação profissionalizante.

As equipes de ensino e de gestão também foram estabelecidas através de estreita colaboração com vários canais no setor empresarial. Apenas duas pessoas de toda a equipe de 12 funcionários no campus de Angola são chineses; e são principalmente responsáveis pela gestão da escola e pela comunicação com a sede. A in-

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE



© BN Vocational School

tegração de talentos e recursos locais garante a reprodução local da prática do BNVS de atender às necessidades de grupos-alvo e efetivamente contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Além da cooperação com o governo e os setores privados, o BNVS aborda ativamente as organizações filantrópicas locais e voluntárias para garantir o desenvolvimento sustentável e um impacto forte. A escola estabeleceu uma boa relação de cooperação com a Fundação *Lwini*, fundada pela Primeira Dama de Angola.

Para a melhoria contínua da qualidade na reprodução das práticas, o BNVS vem desenvolvendo a plataforma digital da 'BNTree', abrangendo todas as operações escolares, utilizando um banco de dados e aplicando a filosofia da *blockchain* no gerenciamento da educação. As reuniões de formação e administração anuais também são organizadas para fornecer à equipe informação e apoio atualizado.

Até o momento, a BNVS tem reproduzido suas melhores práticas em todo o mundo, com campi estabelecidos em Pequim, Chengdu, Dalian, Sanya, Wuhan, Yinchuan, Zhengzhou, Lijiang, Meizhou e

Leishan na China e em Angola na África.

A prática em Angola é um esforço conjunto da BNVS e do Governo angolano, das empresas e das comunidades locais. **Em março de 2020, 380 jovens se formaram do BNVS Angola, dos quais, 95 por cento obtiveram emprego em seus locais.**

O BPVS, que está em operação há 15 anos, foi reconhecido como uma das "melhores práticas na redução da pobreza mundial" pela campanha de 2018, organizada conjuntamente pelo Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento, O Centro Internacional de Redução da Pobreza na China (CIRPC) e quatro outras organizações não governamentais internacionais (ONGs).

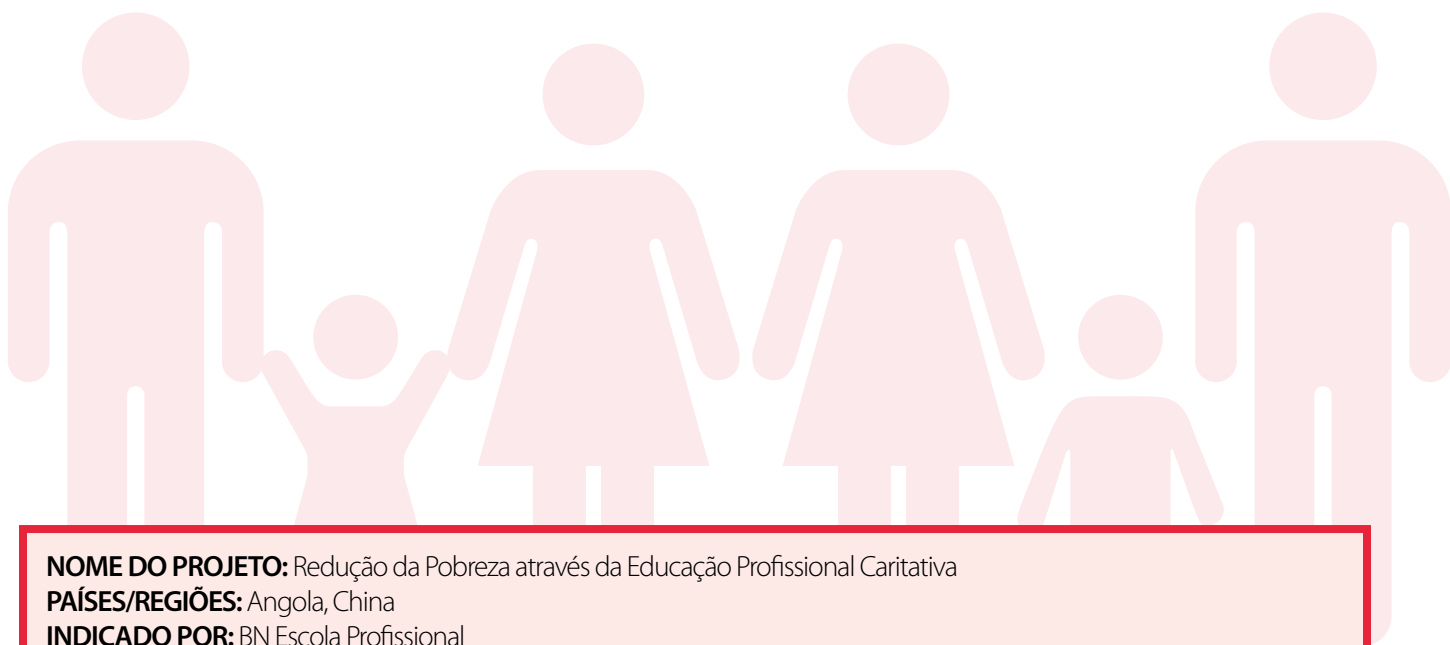
Contato:

Nome: Sr. Bo Wen

Cargo: Diretor

Organização: BN Escola Profissional

E-mail: wenbo@bnvs.cn



NOME DO PROJETO: Redução da Pobreza através da Educação Profissional Caritativa

PAÍSES/REGIÕES: Angola, China

INDICADO POR: BN Escola Profissional

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 4.3

APOIO: CITIC Construction Co., Ltd. (Empresa chinesa)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: BN Escola Profissional

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2014 – em andamento

SITE DO PROJETO: www.bnvs.cn

Projeto *Double One*: Programa Conjunto Tanzânia-China para a Ampliação da Intensificação da Produção do Milho na Região de Morogoro

Usando a experiência chinesa para lidar com baixa produção, produtividade e valor agregado

Desafio

A República Unida da Tanzânia manteve um crescimento econômico relativamente estável e elevado durante a última década, com uma taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) ligeiramente superior a 7 por cento em 2018. Como sempre, o setor agrícola registra um crescimento inferior ao da economia global e muito inferior ao objetivo desejado de alcançar, pelo menos, 6 por cento ao ano. A taxa de crescimento agrícola manteve-se baixa, com um aumento médio de cerca de 3 por cento durante o período 2006–2016, que não cumpriu as metas da Visão de Desenvolvimento da Tanzânia (VDT) 2025, que visavam a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida. Tendo em conta a situação prevalente, o Governo, em colaboração com os seus parceiros de desenvolvimento, tem por objetivo a renovação do setor agrícola, em especial do subsector das culturas. Notando os esforços permanentes feitos pelo Governo para incentivar a produção e a produtividade de culturas, os desafios permanecem em relação ao acesso dos agricultores às tecnologias e serviços que aumentam a produtividade, e ao valor agregado e em mercados fiáveis. Isto prejudicou o alcance aos objetivos desejados da produção de matérias primas estabelecidos no Programa de Desenvolvimento do setor Agrícola.

Rumo a uma Solução

O Programa conjunto entre Tanzânia e China de intensificação da produção de milho na região de Morogoro, ou o projeto *Double One* (Qian Hu Wan MU), visa a interação efetiva entre quatro níveis de governos e instituições de investigação, incluindo universidades, e incentiva os agricultores a criarem soluções de desenvolvimento comunitário específicas para a sua situação particular visando o aumento da produtividade, dos rendimentos, da segurança alimentar e dos meios de subsistência do milho. A solução atenderia aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 (Erradicação da pobreza), 2 (Fome Zero) e 7 (Energia Limpa e Acessível).

O Sistema de Mérito da Gestão Pública (SMGP) baseado na melhoria do desempenho dos agricultores locais foi criado, pilotado e apoiado pela introdução de incentivos de desempenho para os agentes de extensão.

A capacidade do governo regional e dos conselhos distritais de apoiar o desenvolvimento agrícola nas suas áreas de jurisdição foi melhorada como resultado de várias atividades de capacitação, tais como formação e comunicação eficaz através do *WeChat*. Além disso, foram reforçados os vínculos entre os governos centrais e locais, as universidades e as comunidades rurais.

Tecnologias apropriadas de custo-benefício foram identificadas e introduzidas em aldeias adequadas para a adoção de técnicas apoiadas por pesquisa de ação participativa e treinamento centrado nos agricultores.

De um modo geral, os resultados demonstram que a equipe de Gestão do Projeto Morogoro, os sete Conselhos distritais participantes e os beneficiários-alvo utilizaram eficientemente os fundos do projeto da Universidade Agrícola da China (CAU) e o Instituto Chinês de Cooperação Sul-Sul para a Agricultura (CISSCA), com quase 100 por cento de realização dos objetivos do projeto.

O projeto está efetivamente operacional em todas as dez aldeias planejadas, com uma cobertura de 1.432 agricultores (cerca de 72 por cento dos 2.000 agricultores projetados inicialmente) cultivando 1.432 acres (580 ha) equivalente a 80 por cento da meta total de 1.800 acres [729 ha], ou 10.000 mU.

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



© CISSCA at China Agricultural University

O projeto que utilizou o SMGP inovador e apelou ao reforço das parcerias entre os vários intervenientes principais, tais como: Universidades, Governos centrais e locais, institutos de investigação, e agricultores e comunidades locais. Verificou-se que o projeto contribuiu diretamente para a realização do Objetivo de Desenvolvimento do Setor da Agricultura da Tanzânia, Programa II (ASDP II), para melhorar a produtividade das cadeias de valor das matérias-primas prioritárias, e em especial da cultura do milho. Adicionalmente, a implementação do projeto foi inserida nas circunstâncias locais e no contexto socioeconômico, destacando o uso de recursos ou insumos locais.

A sustentabilidade das intervenções do projeto são asseguradas na aplicação efetiva das estruturas e procedimentos governamentais centrais e locais existentes e na garantia de que todos as partes nos quatro níveis do governo cumprem seus deveres diligentemente, aplicando as práticas sustentáveis do SMGP. Além disso, a sustentabilidade das intervenções foi reforçada através da ênfase na utilização de recursos disponíveis localmente e no foco das necessidades prioritárias, das restrições, oportunidades ou ameaças inerentes ao seu ambiente sociocultural, político e econômico. A compatibilidade das intervenções aos sistemas socioculturais e econômicos aumentou o entusiasmo e o senso de domínio dos beneficiários, e consequentemente a sustentabilidade das intervenções.

Visto que o projeto tem estado efetivamente operacional em todas as dez aldeias projetadas com 1.432 agricultores, as boas práticas podem ser expandidas a Tanzânia, onde existe uma equipe de gestão eficiente com conhecimentos acadêmicos composta por parcerias de liderança local do governo. A fim de aumentar sua possibilidade de reprodução, as lições aprendidas podem ser resumidas da seguinte forma:

- Gestão de projeto eficaz é melhorada com a existência de uma estrutura bem definida de coordenação e gestão incluindo liderança visionária e proativa (por exemplo: a equipe CAU e CISSCA

e a liderança do Distrito Regional de Morogoro), e um quadro de gestão competente e empenhado (por exemplo: as equipes do SAR e do Conselho Técnico) sustentadas por um planejamento adequado e monitorização regular.

- Implementação efetiva das atividades do projeto que envolvem As principais partes interessadas, de níveis regionais a inferiores, incluindo universidades/institutos de investigação e os agricultores alvo, redefinem mecanismos sólidos de coordenação e colaboração (por exemplo, um Memorando de Entendimento entre a CISSCA e o Secretário Administrativo Regional de Morogoro), com funções e responsabilidades claramente definidas, e regras de financiamento.
- Tecnologias e práticas agrícolas que são adequados, compatíveis, simples de aplicar, acessíveis e econômicos, e ao mesmo tempo minimizam os riscos, utilizando recursos locais de fácil acesso (por exemplo, o milho) que são rapidamente adotados e mantidos. De fato, o modelo de desenvolvimento centrado nos pequenos agricultores de comunidades da China, com abordagens participativas ascendentes, teve um impacto positivo sobre os agricultores pobres, ao demonstrar a aplicação de tecnologias agrícolas e de benefícios tangíveis na produção do milho. A sustentabilidade das intervenções de desenvolvimento requerem a integração de atividades e modalidades às estruturas das Autoridades Governamentais Locais (AGL), o alinhamento com a planificação e orçamentação do governo central, e o envolvimento de grupos de agricultores comunitários genuínos e capacitados, incluindo jovens.

Contato:

Nome: Dr. Lanlan Ji

Cargo: Decano Assistente

Organização: Instituto da Cooperação Agrícola Sul-Sul da China (CISSCA)

E-mail: lan.ciissca@cau.edu.cn

WhatsApp: +8615010139980

WeChat: 15010139980

NOME DO PROJETO: Projeto *Double One*: Programa Conjunto Tanzânia-China para Ampliação da Produção de Milho em Morogoro

PAÍSES/REGIÕES: China, República Unida da Tanzânia

INDICADO POR: Rede de Laboratórios de Pensamento do Sul

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.6, 2.3, 17.3, 17.6

APOIO: Centro Internacional de Redução da Pobreza da China; Ministério da Ciência e Tecnologia; Embaixada da República Popular da China na Tanzânia; Gabinete do Conselheiro Econômico e Comercial da Embaixada da República Popular da China na Tanzânia; Grupo Nacional de Desenvolvimento Agrícola da China; Fundação Bill & Melinda Gates

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Instituto da Cooperação Agrícola Sul-Sul da China (CISSCA)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: Não disponível



Abordando os Desafios do Setor de Laticínios das Filipinas

Troca de conhecimentos entre a Argentina e as Filipinas para melhorar a produção local de laticínios nas Filipinas

Desafio

O setor de laticínios das Filipinas, foi criado recentemente e ainda está em fase de desenvolvimento. A maior parte da produção leiteira é de pequena escala com rebanhos de cinco a dez vacas e em fazendas que em média, ocupam áreas com menos de três hectares. O processo de recolha, tratamento e redistribuição é organizado por cooperativas. Os principais desafios enfrentados no setor são a escassez de água, a mecanização deficiente, a gestão reprodutora ineficiente, a produção de forragem limitada e a falta de registros de dados para acompanhar a evolução da produção leiteira. Por essa razão, a produção total do setor abastece somente 1.8 por cento do consumo interno, e depende das importações para suprir o restante.

Rumo a uma Solução

O projeto, fundamentado na abordagem participativa, tem como objetivo superar os diversos desafios enfrentados pelos produtores leiteiros nas Filipinas por meio de soluções inovadoras que vêm da experiência e conhecimento técnico da Argentina, e que foram adaptadas ao contexto local, considerando às necessidades e interesses dos produtores filipinos. Tendo como metas principais erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar da população filipina, e incentivar práticas sustentáveis na produção de leite, o projeto está em linha com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2. Como também avança rumo à conquista do ODS 8, incentivando o emprego produtivo e o trabalho digno para a população filipina, e fornecendo soluções técnicas ao setor leiteiro para enfrentar seus desafios e aumentar a produção.

A Associação e Autoridade Nacional de Laticínios das Filipinas em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina, trabalharam juntos na criação do projeto, aplicando o conceito da cultura filipina, *Bayanihan*, que se refere ao espírito da unidade comunal, do trabalho e da cooperação, para alcançar uma meta específica. O conceito *Bayanihan* reflete os valores dos filipinos em ajudar uns aos outros, especialmente em tempos de adversidade, sem esperar nada em troca. Este princípio sociocultural, revelou-se um recurso valioso para reproduzir em futuros projetos na Argentina e seus arredores, onde não há uma representação forte do trabalho associativo no setor agrícola e de pecuária.

O projeto empregou a metodologia de trabalho associativo para gerar mudanças nos processos de gestão e de difusão de conhecimentos e de tecnologias. Na Argentina, a metodologia passou a ser amplamente utilizada no programa de Extensão Rural, uma iniciativa pública bem sucedida, que se ocupa em dar apoio e assistência ao setor por meio de agentes de extensão rural, e de assistência técnica. O trabalho associativo proporcionou tanto aos produtores como às cooperativas, um avanço nos índices de produção, nas práticas de gestão, na expansão em escala e na competitividade.

Formaram-se grupos com cerca de dez produtores cada um, coordenados por agentes da Associação Nacional de Laticínios capacitados na metodologia de cooperação em grupo. O trabalho associativo não só facilita os processos de gestão de extensão e difusão de conhecimentos, como também possibilita o aproveitamento mais eficiente do tempo e dos recursos dos técnicos de assistência.

Os produtores locais de leite e os membros das cooperativas de tratamento, como também os técnicos da Associação Nacional de Laticínios (ANL), participaram de treinamentos focados na alimentação pecuária, na



© FOAR

gestão reprodutora e de qualidade do leite, como também nos procedimentos para a coleta e o registro de dados online. **No total, foram formados e fortalecidos sete grupos de produtores de leite de quatro províncias filipinas, e 26 técnicos da ANL treinados para promoverem novas práticas de gestão e difusão de técnicas aplicáveis ao setor leiteiro.**

Uma das principais propostas desta iniciativa é a criação da base de dados online, visando levar informações objetivas aos produtores e cooperativas sobre o movimento da produção, de forma acessível. Isso permitirá avaliar, monitorar e criar projetos e propostas públicas específicas ao setor. Constituindo, portanto, uma solução efetiva para a falta de informações fiáveis no setor leiteiro das Filipinas.

A capacitação dos assistentes técnicos da ANL, é de importância fundamental para garantir a continuidade e sustentabilidade do projeto. Visto que, mesmo após a conclusão dos projetos, ainda há algumas

atividades de extensão que dependem de uma rede de distribuição territorial das equipes técnicas, com base na capacidade de cobertura da estrutura existente de cada iniciativa de cooperação.

Além disso, as práticas da metodologia de trabalho associativo podem ser aplicadas a uma variedade de temas e produções distintas, tanto no setor agrícola, quanto no setor agroalimentar. A metodologia também pode ser adaptada em outros contextos e outros países. Para a sua implementação, a única condição necessária é a existência de uma instituição local com operação e presença territorial e que realize trabalhos de extensão.

Contato:

Nome: Direção Geral da Cooperação Internacional

Organização: Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina

E-mail: dgcin@mrecic.gov.ar



NOME DO PROJETO: Abordando os Desafios do Setor Laticínio das Filipinas

PAÍSES/REGIÕES: Argentina, Filipinas

INDICADO POR: Argentina

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.3, 2.4, 8.3, 17.9

APOIO: Fundo Argentino de Cooperação Internacional (FOAR)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO:

ARGENTINA: Direção Geral de Cooperação Internacional (Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina); Associação Nacional de Laticínios (Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca)

FILIPINAS: Autoridade Nacional de Laticínios

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2020

SITE DO PROJETO: Não disponível



Medidas de Controle da Migração do Gafanhoto Sul-Americano

Argentina e Bolívia juntaram forças para combater os surtos de infestações de gafanhotos e elaborar um plano regional de combate às pragas

Desafio

Na América do Sul, a dispersão do gafanhoto migratório abrange uma extensa área de cerca de 4 milhões de km², incluindo o norte da Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, a Região Sul do Brasil, Uruguai, Paraguai e o norte do Chile, que têm registrados índices máximos de invasão da praga até então. Em 2017, o Departamento de Santa Cruz de la Sierra do Estado Plurinacional da Bolívia decretou situação de emergência fitossanitária devido à infestação de gafanhotos, e foi obrigado a pulverizar uma área agrícola de mais de 1.000 hectares de culturas de milho, sorgo, soja, feijão e algodão. Esses insetos, que se movimentam até 150 km/dia e com capacidade de dispersão e voracidade enorme, representam uma ameaça enorme para toda a produção agrícola da região, colocando a segurança alimentar em grave risco.

Rumo a uma Solução

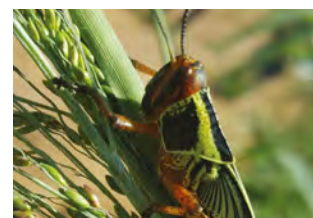
O principal objetivo deste projeto é adotar medidas de monitoramento e controle de pragas através da troca de conhecimentos e trabalho conjunto entre a Argentina e o Estado Plurinacional da Bolívia, a fim de enfrentar o desafio que o gafanhoto migratório representa, e garantir a segurança alimentar da população do Estado Plurinacional da Bolívia, contribuindo para a consecução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2.

Devido à situação de emergência fitossanitária no, Os técnicos argentinos do Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola (INTA) e do Serviço Nacional de Saúde e Agroalimentação (SENASA) forneceram assistência técnica e trabalharam com as autoridades e técnicos bolivianos para combater a praga e ajustar o plano de medidas preventivas às características particulares das áreas afetadas, de modo a ter um controle mais eficaz e imediato dos surtos de infestação. Um total de 50 técnicos Estado Plurinacional da Bolívia foram treinados no uso de metodologias inovadoras de controle de pragas, que levaram à criação de um programa sistematizado e unificado de monitoramento, bem como estudos sobre dinâmicas populacionais e alimentação de gafanhotos. No âmbito do programa foram realizadas pesquisas sobre o ciclo biológico da praga que permitiram a aquisição de conhecimentos no assunto.

A troca de informações visava direcionar a adoção de metodologias e técnicas de gestão para que o Estado Plurinacional da Bolívia pudesse elaborar estratégias eficazes no combate à praga, resultando na projeção e implementação do Programa Nacional de Controle de Gafanhotos do Estado Plurinacional da Bolívia.

Como consequência direta da implementação deste programa, e com o objetivo de abordar o combate à praga de forma sustentável e colaborativa, a Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia e o Paraguai assinaram o 'Plano de Trabalho Regional para a Controle do Gafanhoto'. Este plano ajudará a coordenar e implementar ações fitossanitárias conjuntas entre os países para o monitoramento da praga, contribuindo à produção agrícola sustentável e à conservação da floresta nativa da região.

Outro resultado da implementação bem-sucedida do programa foi o acordo entre os três países em desenvolver dois projetos com impacto regional: O primeiro projeto consiste na criação de uma plataforma digital interativa destinada a melhorar o acesso imediato à informação fitossanitária a nível regional; O segundo projeto consiste na implementação dos mecanismos necessários entre os gabinetes administrativos dos três países



© FOAR

para a contenção da praga do gafanhoto-sul-americano, a fim de minimizar os riscos nas atividades do setor agrícola. Estas iniciativas favorecerão a cooperação entre os países no controle e monitoramento de pragas, na proteção ao meio ambiente, na garantia da segurança fitossanitária das exportações, e na transparência das normas de regulamentação. Ter acesso às informações sobre os principais cultivos, recursos naturais e ecossistemas de um país, como também das pragas que os afetam, são a base para estabelecer um sistema de vigilância fitossanitária conjunta, que contribuirá para reduzir os

efeitos negativos das pragas na produção de alimentos, dando mais segurança ao trabalhador, à indústria e ao setor de serviços, que são elementos centrais da cadeia produtiva.

Contato:

Nome: Diretoria Geral para a Cooperação Internacional

Organização: Ministério das Relações Exteriores,

Comércio Internacional e Culto da Argentina

E-mail: dgcin@mrecic.gov.ar



NOME DO PROJETO: Medidas de Controle da Migração do Gafanhoto Sul-Americano

PAÍSES / REGIÕES: Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Paraguai

INDICADO POR: Argentina

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.3, 2.4, 17.9

APOIO: Fundo Argentino para Cooperação Internacional (FOAR)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO:

ARGENTINA: Direção Geral de Cooperação Internacional (Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto), Serviço Nacional de Saúde e Qualidade Agroalimentar (SENASA) e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA)

O ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA: Vice Ministério de Investimento Público e Financiamento Externo (Ministério do Planejamento do Desenvolvimento), Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar (SENASAG)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2019

SITE DO PROJETO: Não disponível



Expansão da Agricultura de Conservação na África Oriental

Um programa de duração de cinco anos, faz proveito da cooperação triangular para incentivar a agricultura de conservação entre os fazendeiros familiares na Etiópia, Quênia e a República Unida da Tanzânia

Desafio

Um terço das terras agrícolas na Etiópia, no Quênia e na República Unida da Tanzânia está severamente danificada. A insegurança alimentar que já é elevada entre os pequenos agricultores que praticam a agricultura de sequeiro, pode aumentar à medida que as chuvas se tornam mais imprevisíveis. A agricultura de conservação provou ser eficaz na recuperação do solo, na captura e a utilização das chuvas, no aumento dos rendimentos das colheitas, na rentabilidade das produções agrícolas, e na contribuição à resiliência climática. Na África Oriental, a iniciativa foi promovida em diferentes escalas e por meio das organizações da sociedade civil, governos e agências como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Há uma oportunidade de ampliar os programas de extensão para incentivar a adoção da prática entre os agricultores, bem como ações coordenadas com vários parceiros para promover políticas de mudança a nível nacional.

Rumo a uma Solução

Este projeto, implementado pelo Banco Canadense de Grãos com o apoio financeiro do Relações Internacionais do Canada, visa ampliar a agricultura de conservação entre os pequenos agricultores masculinos e femininos na África Oriental. As práticas tradicionais de agricultura de conservação caracterizam-se na baixa utilização de recursos em áreas com níveis elevados de degradação e vulnerabilidade do solo e com condições climáticas altamente variáveis. A agricultura de conservação visa melhorar a fertilidade do solo, a retenção de umidade e a redução da erosão do solo através da preparação do solo a das práticas agrícolas sustentáveis. O projeto, portanto, proporciona mais segurança alimentar e melhor qualidade de vida para os pequenos agricultores, enquanto também incentiva a sustentabilidade, fortalece o empoderamento das mulheres e reduz as barreiras ao acesso financeiro. As atividades no âmbito do projeto proporcionam uma forma eficaz de abordar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, especialmente o Objetivo 2.4, que se concentra nos sistemas de produção alimentar sustentável e nas práticas agrícolas resistentes ao clima que aumentam a produtividade e a produção. A abordagem triangular do projeto também é benéfica para alcançar os objetivos do ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) ao fortalecer a implementação dos objetivos por meio de parcerias mais inclusivas e dinâmicas.

O projeto inclui uma parceria com a Rede Africana de Conservação do Solo, uma entidade regional que trabalha em três países receptores (Etiópia, Quênia e República Unida da Tanzânia) para criar políticas de apoio e programas de agricultura de conservação envolvendo funcionários do governo local, regional e nacional. A cooperação é uma parceria fundamental, compartilhando experiências relevantes no envolvimento cultural da política na região. Não só tiveram sucesso envolvendo governos na agricultura de conservação, mas também, destacaram as preocupações e observações dos agricultores, aumentando a necessidade de mudanças políticas. A liderança e a gestão da rede trouxeram resultados frutíferos e inesperados em termos de avanço progressivo notável dos objetivos políticos do projeto. Na Etiópia, isto incluiu amplas relações entre vários departamentos governamentais, permitindo o progresso contínuo no diálogo político, apesar da reestruturação governamental e do volume alto de rotatividade de funcionários. O sucesso obtido a nível de campo na Etiópia possibilitou ao Banco Canadense de Grãos assegurar o financiamento provindo de outras fontes para a expansão da agricultura de conservação em diferentes regiões do país. Estes resultados têm sido suficientemente convincentes para o Governo da Etiópia do sucesso do programa, que atualmente está à procura de outros financiadores para uma expansão ainda maior.



© Canadian Foodgrains Bank

No decorrer deste projeto, foi desenvolvido um curriculum agrícola de conservação que em seguida, foi utilizado por organizações de parcerias na capacitação de agricultores, de agentes de extensão rural, e de agentes de organizações não governamentais (ONGs). Os parceiros deram apoio contínuo aos agricultores através de palestras, treinamento prático de campo, e intercâmbios de agricultores. Foram criados grupos de poupança econômica para agilizar a poupança local e facilitar o acesso ao crédito. Em parceria com a Radio Rural Internacional, o conteúdo de programas de rádio foi desenvolvido e transmitido ao vivo na Etiópia e na República Unida da Tanzânia para promover os princípios da agricultura de conservação.

Isto gerou vários resultados inovadores, sustentáveis e em conformidade com os ODS. O Banco Canadense de Grãos e a Rede Africana de Conservação do Solo se beneficiaram mutuamente da cooperação triangular na realização do programa entre os três países. O Banco Canadense de Grãos obteve acesso à região e ao setor auxiliado pela Rede Africana de Conservação do Solo, uma organização confiável, experiente e renomada. A Rede, por sua vez, elevou seu perfil trabalhando com o banco canadense. A adoção de políticas mais favoráveis à agricultura de conservação, meta compartilhada por ambas as organizações, foi reforçada pela colaboração. Ambos os países criaram plataformas para troca de conhecimento, reunindo ONGs locais e internacionais, instituições governamentais, acadêmicos e parcerias do setor privado para reforçar a colaboração e a capacidade do setor.

Até março de 2019, haviam 42.495 agricultores (21.450 mulheres) aplicando dois dos três princípios da agricultura de conservação, e quase metade dos seus familiares tinham abastecimento de alimentos suficientes para 12 meses. Utilizando os princípios da agricultura de conservação, os agricultores puderam também economizar

tempo e aumentar sua renda com lucro líquido de C\$999 provindo dos rendimentos das colheitas. Um pouco mais da metade dos participantes puderam arcar com os custos das necessidades domésticas de suas famílias. A participação das mulheres nos programas contribuiu para o seu empoderamento e aumentou seu acesso às finanças domésticas. O programa contribuiu para a criação de 1.091 grupos de poupança e crédito com 24.329 membros (18.677 mulheres), e de campanhas de rádio incentivando a agricultura de conservação em várias regiões.

Alguns fatores que demonstram a sustentabilidade dessa iniciativa são a inclusão do Programa de Agricultura de Conservação no currículo de formação de extensão rural na Etiópia; o compromisso de fazer o mesmo na República Unida da Tanzânia; e a presença de uma rede central dedicada à expansão da agricultura da conservação na Quênia. Os resultados deste projeto já estão sendo reproduzidos em outras regiões da Etiópia com o apoio de outros financiadores. A Rede Africana de Conservação do Solo aplicará o aprendizado deste projeto para a execução de pesquisas e diálogos políticos em outros países. Por sua vez, O Banco Canadense de Grãos está realizando um levantamento detalhado do projeto, com o intuito de adicionar mais informações aos projetos sendo realizados em outros países com base nas lições aprendidas referentes ao diálogo e interações políticas deste projeto.

Contato:

Nome: Sra. Theresa Rempel Mulaire

Cargo: Gerente do Programa de Agricultura de Conservação

Organização: Banco Canadense de Grãos

E-mail: trempelemulaire@foodgrainsbank.ca

NOME DO PROJETO: Expansão da Agricultura de Conservação na África Oriental

PAÍSES / REGIÕES: Canada, Etiópia, Quênia, República Unida de Tanzânia

INDICADO POR: Relações Internacionais do Canada

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2, 4, 1, 7, 16, 17

APOIO: Relações Internacionais do Canada

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Banco Canadense de Grãos; Rede Africana de Conservação do Solo

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2020

SITE DO PROJETO: Não disponível

Programas de Capacitação em Sistemas de Irrigação, Produção Agrícola, Saúde Animal, Pós-colheita, e Gerenciamento de Recursos Hídricos e Haliêuticos

Consolidar parcerias para fornecer soluções regionais de dimensão internacional

Desafio

O crescimento demográfico contínuo, a expansão urbana e as alterações climáticas, levam à crescente demanda por recursos alimentares. Ao longo de várias décadas, tem havido um declínio no interesse a nível internacional, relacionado ao desenvolvimento agrícola e à segurança alimentar. De fato, a segurança alimentar é um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta, e espera-se que se intensifique nas próximas décadas; pois está fortemente ligado à fatores multidimensionais tais como, a pobreza, a fome, a saúde, o desenvolvimento econômico, a energia, a água, as alterações climáticas, a desertificação, o comércio e a transferência de tecnologias.

Garantir a segurança alimentar – o direito básico das pessoas à alimentação adequada – é um dos maiores desafios enfrentados pela comunidade internacional. Nos países de baixa renda, com déficit alimentar, a situação é mais crítica ainda e o desafio maior.

Enfrentar aos desafios na era do desenvolvimento sustentável requer soluções mais integradas que reconheçam a importância das interligações, evitam abordagens por caminhos divergentes, e incorporam medidas econômicas, ambientais e sociais dimensionais.

Na África, os problemas de desenvolvimento rural e agrícola se devem às políticas desatualizadas, às instituições precárias e à falta de mão de obra qualificada. Um dos fatores críticos para garantir a segurança alimentar na África, é a capacitação de recursos humanos através da aquisição de conhecimento e transferência de informação.

Rumo a uma Solução

Desde a sua criação, a Agência de Parcerias para o Desenvolvimento do Egito (EAPD) em conjunto com os seus parceiros nacionais, regionais e internacionais, tem como objetivo melhorar o aproveitamento do imenso potencial do Egito colocando em prática as suas diversas vantagens comparativas.

Apoiar aos interesses de desenvolvimento dos países parceiros do EAPD sempre esteve entre os principais objetivos da política de relações exteriores do Egito, e os resultados bem-sucedidos dessa cooperação é prova de que além de terem a capacidade de apoio mútuo, os países em desenvolvimento efetivamente cooperam entre si para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) disseminando seus conhecimentos e compartilhando seus recursos valiosos.

No quesito da cooperação, a abordagem da EAPD é de manter-se consciente do ambiente e da cultura local, optando pela flexibilidade, adaptabilidade e uma mentalidade de aprendizagem considerando o contexto particular e as medidas necessárias para cada intervenção.

Desde que foi estabelecida, a EAPD tem criado programas integrados em cooperação com muitas instituições nacionais, tais como o Centro Internacional Egípcio de Agricultura, o Instituto de Pesquisa de Recursos Hídricos e o Instituto de Pesquisa de Saúde Animal, para apoiar os esforços dos africanos na organização de cursos de capacitação. Estes cursos abrangem o desenvolvimento e manejo de sistemas de irrigação, o gerenciamento dos recursos hídricos e haliêuticos, e também a gestão de produção agrícola, saúde animal e gestão pós-colheita.

2 FOME ZERO



© EAPD

Além disso, a EAPD participa em programas de cooperação tripartidas com várias organizações regionais e internacionais, que beneficia os países africanos significativamente na aquisição de conhecimento técnico em conformidade com as mais recentes normas internacionais de segurança alimentar.

Neste quesito, o Egito, em conjunto com a Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA), implementa 12 programas de capacitação por ano, tendo como alvo 21 países africanos subsaarianos (Benin, Burundi, Camarões, Comores, República Democrática do Congo, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gana, Quênia, Madagascar, Malawi, Maurício, Namíbia, Ruanda, Sudão do Sul, Sudão, Togo, Uganda, República Unida da Tanzânia e Zâmbia) na agricultura, gestão dos recursos haliêuticos, saúde animal, gestão pós-colheita e técnicas de irrigação.

O Programa de Capacitação para Terceiros Países (PCTP), foi implementado com a JICA por meio de um acordo no âmbito da Coordenação Técnica Triangular Egito-Japão visando promover a Cooperação Sul-Sul na África”.

Estes programas de capacitação, implementados em parceria com a JICA, abrangem diversas atividades do setor, tais como, desenvolvimento de sistemas de irrigação, gerenciamento dos recursos hídricos e haliêuticos, gestão em produção agrícola, saúde animal e de pós-colheita. A formação dos agricultores locais, através da aquisição de conhecimentos e técnicas práticas, ocorreu por meio de uma plataforma digital interativa, beneficiando ainda mais os africanos em formação profissional, que puderam interagir e trocar opiniões, e conhecimentos práticos e técnicos de aplicação das metodologias nos seus países de origem.

O curso de formação completo dura três meses e é realizado uma vez por ano desde 2014 no Egito. As aulas em grupo, contêm exercícios práticos para as atividades mencionadas acima.

Quase um terço do curso (cerca de um mês) é dedicado às palestras teóricas, discussões em grupo dentro da sala de aulas e *workshops*

em módulos. Cada módulo começa com palestras conceituais abordando temas específicos do setor. O restante do curso oferece dois meses de treinamento prático, no qual os participantes visitam laboratórios e participam de excursões e visitas a locais de estudo para demonstrações e pesquisas interativas.

Os participantes obtêm experiência prática através do gerenciamento de lagos que lhes são atribuídos para realizar experimentos sobre a relação macho/fêmea, intensidade populacional e concentração de diferentes nutrientes.

Para garantir a sustentabilidade desta iniciativa, os participantes selecionados de cada país devem ocupar cargos profissionais que lhes permitam repartir os conhecimentos adquiridos no curso, tais como agentes de extensão ou instrutores de instituições no ramo. Em alguns casos, os formados participam na seleção de novos candidatos, a fim de fortalecer o vínculo da relação entre os antigos e os novos participantes, permitindo que estes se tornem líderes nos seus países.

Um programa parecido a esse é implementando no setor da agricultura, em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), especificamente nas atividades relacionadas à gestão pós-colheita e à aquicultura.

A EAPD acolhe e estimula as relações com novas parcerias internacionais na coordenação triangular a fim de incentivar o crescimento da Cooperação Sul-Sul, cumprir os ODS, e garantir o apoio provindo da comunidade internacional com a implementação e execução dos compromissos e planos regionais de desenvolvimento sustentável na Agenda 2063 da União Africana.

Contato:

Nome: Embaixador Mahmoud Elmaghraby

Cargo: Secretário Geral

Organização: Agência de Parceria para o Desenvolvimento do Egito (EAPD)

E-mail: marwa.mahmoud@mfa.gov.eg

NOME DO PROJETO: Programas de Capacitação em Sistemas de Irrigação, Produção Agrícola, Saúde Animal, Pós-colheita e Gerenciamento de Recursos Hídricos e Haliêuticos

PAÍSES/REGIÕES: Benin, Burundi, Camarões, Comores, República Democrática do Congo, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gana, Quênia, Madagascar, Malawi, Maurício, Namíbia, Ruanda, Sudão do Sul, Sudão, Togo, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia

INDICADO POR: Embaixadas egípcias na África, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores dos países envolvidos e outras instituições nacionais competentes

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.2, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 14.2, 14.7, 17.6, 17.7

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Organização para Alimentos e Agricultura das Nações Unidas (FAO), Centro Nacional de Excelência do Egito

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2014 – em andamento

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3aQsPZS>

Agricultura Hídrica para Mudanças Climáticas e Preparação para Desastres na Índia e Bangladesh

Proporcionar meios de subsistência para os agricultores considerando as mudanças climáticas na Índia e Bangladesh pelo cultivo de safras em várzeas

Desafio

As inundações das planícies aluviais da Índia e na costa do Bangladesh são de ocorrência quase anual: 35 por cento da terra é submersa com 25 por cento da terra cultivável permanecendo inundada durante cerca de sete a oito meses. As inundações ameaçam os meios de subsistência e a segurança alimentar das comunidades. Além disso, os agricultores e as suas famílias lutam contra as condições de empobrecimento e disparidade social. As comunidades agrárias estão sendo forçadas a migrarem; os jovens agricultores estão desempregados; e há um número limitado de oportunidades de negócios no setor agrícola.

Em 2019, as inundações registradas em Assam, Índia foram relacionadas à causa da morte de milhares de moradores, devido aos deslizamentos de terra, devastações e bloqueios de estrada que afetaram até 5.8 milhões de pessoas em 21 distritos, dos quais 78 por cento são comunidades marginais em ajuste rural. No mesmo ano, as inundações afetaram 2.100 aldeias e destruíram culturas permanentes numa área de até 212.123 hectares. Consequentemente, os meios de subsistência de quase um milhão de pessoas foi ameaçado e mais de 1.700 aldeias enfrentaram uma crise alimentar crítica.

Desde 2017, 87 por cento das terras arrendadas de Satkhira, em Bangladesh, foram abandonadas devido à entrada da salinidade, e 94 por cento dos agricultores masculinos de 20 a 45 anos migraram para trabalhar no Médio Oriente. Os impactos foram multiplicados pela escassez de alternativas agrícolas adaptáveis, tecnologia resistente aos desastres e planos de contingência. De acordo com registros oficiais quase 220.000 hectares de terras agrícolas em áreas costeiras baixas se tornaram improdutivas devido ao estresse salino causados pelas inundações em 2018.

Rumo a uma Solução

O Fórum do Meio Ambiente do Sul da Ásia (SAFE)¹ implementou o projeto, Agricultura Hídrica para Mudanças Climáticas e Preparação para Desastres na Índia e Bangladesh, com o apoio da *Deutsche Gesellschaft Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), a fim de abordar a segurança alimentar e a preparação climática nas comunidades inundadas na Índia e no Bangladesh. Os beneficiários diretos são agricultores e pescadores nativos que na sua maioria são marginalizados, 90 por cento dos afetados vivem abaixo da linha de pobreza e são excluídos das atividades econômicas mais praticadas. O projeto treina pessoas vulneráveis para estabelecerem fazendas agrícolas flutuantes e de aquicultura com métodos de produção resistentes a inundações gerando oportunidades de negócios. As fazendas flutuantes também são meios de subsistência alternativos para os migrantes deslocados das inundações ou da pandemia COVID-19 e aumentam a segurança alimentar durante os confinamentos.

A iniciativa contribui para a realização de pelo menos oito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): promove a produtividade agrícola e os sistemas de produção de alimentos adaptados às mudanças climáticas (ODS 2, metas 2.3 e 2.4); igualdade de direitos aos recursos econômicos, sociais e naturais (ODS 1, metas 1.4 e 1.5); participação das mulheres (ODS 5, objetivo 5.5); e de cooperação internacional e capacitação em áreas relacionadas com a água e o saneamento (ODS 6; objetivos 6.5, 6.6, 6.a). Sustenta o crescimento do rendimento de 40 por cento da população de renda mais baixa, e reduz as desigualdades econômica (ODS 10; metas 10.1, 10.2, 10.3). Também aumenta a resiliência dos colonatos (ODS 11) e garante uma produção sustentável.

¹ SAFE é uma organização regional da sociedade civil de interação do ecossistema com a comunidade para criar soluções sustentáveis por meio da plataforma comunitária desenvolvendo estratégias de intervenções climáticas no Sul da Ásia

2 FOME ZERO



© EAPD

(ODS 12) e reforça a resiliência aos perigos associados às mudanças climáticas (ODS 13; e 13.1).

SAFE aplicou métodos focados em identificar os beneficiários diretos que são os mais vulneráveis às inundações, com um levantamento sociométrico para administrar as necessidades e a vulnerabilidade nos meios de subsistência, bem como para mapear os recursos e zonas de desastres usando ferramentas e técnicas geoespaciais. Os beneficiários foram capacitados por técnicos agrícolas e de pesca na Índia e no Bangladesh por técnicos de flutuação, hidropônica e aquicultura. Os cursos de capacitação foram desenvolvidos através de métodos tradicionais de criação de boia e informados por uma fase de planificação participativa que envolveu todos os beneficiários dessa cooperação Sul-Sul. Posteriormente, as fazendas flutuantes foram construídas com a participação ativa dos agricultores treinados e formados pelas comunidades. Os agricultores foram encorajados a criar novas oportunidades de negócios agrícolas e receberam apoio no planejamento coletivo do ciclo de culturas, aquicultura na gestão de gado e de incubadoras, bem como informações sobre acesso a crédito, mecanismos de financiamento e cobertura de seguros. Os instrutores técnicos apontados eram capacitados para ensinar as técnicas de integração de fazendas flutuantes nas comunidades e para apoiar a manutenção e expansão da aquicultura.

O projeto alcançou os seguintes resultados ao longo de 15 meses:

- foram colocados 785 tabuleiros hidropônicos em 18 locais diferentes, cobrindo uma área de cerca de 8.75 hectares de explorações agrícolas flutuantes e 72 hectares de explorações piscícolas;
- 620 beneficiários do projeto produziram 37 toneladas métricas com o sucesso de culturas hortícolas, de plântulas e de flores cortadas e de 128 toneladas métricas de pesca para consumo, cultivadas durante todo o período de projeto;
- 68 Grupos de Responsabilidade Solidária com sete a dez membros, das quais 25, atualmente possuem linhas de crédito e operam como cooperativas registradas;
- 60 oficinas de capacitação foram conduzidas para formar 1.500 profissionais em agricultura adaptável às mudanças climáticas e 120 formadores mestres.

De maior importância na capacitação em agricultura hídrica está a possibilidade de garantir um meio de subsistência: Cada fazenda flutuante produz de 130–170 kg de

produtos hortícolas e 150–200 kg de peixe, gerando um valor total de EUR 500 a cada três meses. Os resultados da agricultura flutuante na renda agregada familiar, reforçaram a garantia da segurança alimentar e aumentaram a renda dos agricultores em 65 a 70 por cento.

A sustentabilidade do projeto baseia-se num plano que garante o financiamento coletivo, o acesso aos mercados de consumo e a capacitação da mão de obra e dos 'formadores mestres' locais que apoiam a manutenção e expansão de empresas agrícolas e aquícolas. Além disso, as fazendas flutuantes são equipadas com sistemas de microirrigação solar garantindo a sustentabilidade ambiental.

Esta intervenção tem um enorme potencial de expansão na costa asiática, nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) bem como nas várzeas em que a inundação tem sido uma questão seriamente preocupante. As comunidades com falta de capacitação em gestão dos recursos hídricos ou as comunidades agrárias marginalizadas das áreas inundadas, submersas em pântanos ou e em crise de água podem adotar a tecnologia para o crescimento sustentável depois de serem instruídos e conscientizados na questão. Visto que se trata de uma prática agrícola de sistema fechado, e que também é um método adaptável de agricultura biológica de carbono neutro que avança os objetivos da Agenda 2030. As administrações locais ao decorrer do projeto estenderam o seu apoio, e o Fundo de Desenvolvimento Social do Japão mostrou interesse na reprodução da prática em outras partes do Sul-asiático. A metodologia bem-sucedida já foi transferida da Índia para Bangladesh com o apoio do GIZ e pode ser reproduzida em outros países – inclusive como medida de emergência COVID-19 para garantir a segurança alimentar nas comunidades devastadas por inundações e afetadas pelo confinamento.

Contato:

Nome: Dr. Dipayan

Cargo: Líder de Projeto

Organização: Fórum do Meio Ambiente do Sul da Ásia (SAFE)

E-mail: chair@safeinch.org

Skype: dey9903181171

WhatsApp: +91 990 318 1171

NOME DO PROJETO: Agricultura Hídrica para Mudanças Climáticas e Preparação para Desastres na Índia e Bangladesh

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, Alemanha, Índia

INDICADO POR: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 1.5, 2.1, 2.3, 2.4, 5.5, 6.5, 6.6, 6-a, 10.1, 10.3, 11-b, 12.2, 13.1

APOIO: GIZ

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Fórum do Meio Ambiente do Sul-asiático (SAFE)

STATUS DO PROJETO: Fase piloto concluída; fase de ampliação em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2021

SITE DO PROJETO: www.safeinch.org

Programa para Alimentação Escolar

Crianças Sorridentes nas Escolas da Etiópia e do Sudão

Implementação de um programa de alimentação escolar de cooperação internacional que visa erradicar a fome

Desafio

O índice de fome na África permanece elevado chegando a atingir 16 por cento da população e ainda existem milhões de crianças nas escolas primárias que frequentam a escola passando fome. Uma pesquisa realizada em 2015 pelo Gabinete da Primeira Dama da República Democrática Federal da Etiópia em 220 escolas públicas de ensino primário em Adis Abeba, capital da Etiópia na qual foram registradas mais de 30 mil alunos em situação de fome. A fome a longo prazo traz múltiplos problemas aos estudantes empobrecidos em termos de educação, saúde e segurança. As famílias carentes não podem fornecer às crianças três refeições ao dia, condição que obriga algumas delas a abandonar os estudos para trabalhar ou mendigar-se na rua. Aqueles que permanecem na escola também são incapazes de se concentrar nas aulas devido à fome e muitas vezes chegam a desmaiar. Será necessário muito esforço para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2 – Fome Zero).

Rumo a uma Solução

O Programa de Alimentação Escolar Crianças Sorridentes visa apoiar as crianças em idade escolar carentes de alimento suficiente, fornecendo-lhes refeições gratuitas nas escolas, principalmente para alcançar os ODS 2 (Fome Zero). Além de outros objetivos de apoio às crianças como, a melhoria da sua nutrição, o aumento da sua participação na escola e a redução do fardo das suas famílias, abordando também as iniciativas dos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 3 (Saúde e Bem-estar) e ODS 4 (Educação de Qualidade).

O sucesso dessa iniciativa conta com a experiência e conhecimento de entidades da China, Etiópia e Sudão na sua implementação. Além de angariar fundos para o programa, a Fundação Chinesa da Erradicação à Pobreza (CFPA) compartilhou experiências valiosas aprendidas com o Programa de Refeições Nutritivas realizado na China rural nos últimos anos. Por exemplo, a nível local, o Governo etíope e as organizações não governamentais (ONG) forneceram um mapeamento fiável do situação atual e das necessidades pontuais, tendo como objetivo as populações mais carentes afim de maximizar o impacto do programa. Além disso, a CFPA incorporou e sistematizou um modelo piloto de gerenciamento de programas de outro grupo. Consequentemente, a cooperação conjunta conduziu a uma solução mais eficaz para resolver os problemas.

Para garantir a execução organizada da operação os diversos participantes se concentram estritamente em desempenhar as suas funções e obrigações particulares. Na Etiópia, por exemplo, a equipa chinesa do programa é totalmente responsável pelo design, implementação, gestão diária, monitorização e seguimento. O Gabinete da Primeira Dama da República Democrática Federal da Etiópia auxilia a equipe na implementação do programa e na coordenação de agências e parceiros locais. *Yeenatweg Charitable Organization*, um parceiro etíope, é responsável pela gestão global do programa. As escolas beneficiárias seguem um processo seletivo padrão para selecionar estudantes qualificados, fornecem o equipamento correspondente, supervisionam e examinam a qualidade das refeições e enviam relatórios frequentes, enquanto outro grupo compra ingredientes e prepara as refeições de acordo com os menus e os padrões de qualidade.

Os critérios de seleção dos alunos beneficiários variam de acordo com as diferentes partes executivas. Quando a CFPA é a parte executiva, como princípio, realizam a seleção de alunos vindos de todas as escolas candidatas (públicas ou financiadas pelo governo) que satisfaçam os seguintes requisitos para beneficiarem-se do programa:

- As escolas estão localizadas em áreas densamente povoadas e pobres.

2 FOME ZERO



© IPRCC

- A taxa de desnutrição atinge mais de 30 por cento dos estudantes, segundo as autoridades locais de saúde.
- As escolas estão localizadas em áreas de fácil acesso, que é relativamente conveniente para o transporte de alimentos.
- A prioridade é dada às escolas com números mais altos de crianças.

Quando a *Yeenatweg Charitable Organization* for a parte executiva, os alunos terão que cumprir com os seguintes requisitos para beneficiarem-se do programa:

- ser um órfão;
- ter uma deficiência;
- provir de família monoparental;
- ter SIDA ou vir de uma família afetada pela SIDA;
- ter pais que tenham uma deficiência ou gravemente doentes;
- provir de família migrante e vive numa remota aldeia montanhosa;
- provir de família com outros problemas.

Como abordagem inovadora, o modelo grupo-mãe foi adotado para garantir que as refeições seriam saudáveis, seguras e a preços razoáveis, e para gerar oportunidades de emprego a algumas mulheres. A *Yeenatweg Charitable Organization* recruta os pais dos alunos de cada escola para formar um grupo-mãe, estabelece as regras e regulamentos do grupo, organiza os e treinamentos, fornecendo-lhes os utensílios e aparelhos de cozinha necessários e contribuições mensais para a compra dos ingredientes. O grupo-mãe se encarrega de realizar as compras no mercado e de cozinhar a comida nas cozinhas da escola. A escola e as partes controlam as despesas para garantir o abastecimento de alimentos de qualidade a um preço razoável. A adoção do modelo de grupos-mãe permitiu às mulheres desempregadas terem acesso ao mercado de trabalho garantindo-lhes uma fonte de renda. Além disso, cozinhar e distribuir refeições para os estudantes estimula o entusiasmo das mães pelo programa, garantindo assim a qualidade e a segurança dos alimentos.

Desde 2015, o programa tem sido implementado com sucesso na Etiópia e no Sudão. **No final de 2019, um total de 38.164 pessoas por ano (número de estudantes beneficiários multiplicado pelo número de anos do benefício) de crianças carentes foram beneficiadas pelo programa (23.621 na Etiópia e 14.543 no Sudão). As Escolas melhoraram a frequência e o desempenho escolar, a nutrição e a imunidade dos alunos**

também melhorou, garantindo a segurança dos alunos. Uma avaliação de linha média mostra que durante os anos escolares os alunos avaliados beneficiários ganharam mais peso em relação os alunos que não foram beneficiados por uma média superior de 6.125 kg (feminino) e 5.9 kg (masculino). A taxa de desistência dos alunos beneficiários em 2018 foi reduzida em 76 por cento em relação à taxa anterior ao programa. O programa também gerou oportunidades de emprego para as mulheres; cada escola beneficiária empregou de 30 a 50 mulheres nos grupos-mãe, o que permitiu que algumas mulheres em condição de pobreza, pudessem ganhar uma renda.

Observando a sua eficácia, o Gabinete de Educação de Adis Abeba decidiu adotar o modelo e expandir a alimentação escolar para todas as escolas públicas de Adis Abeba. A FCEP também expandiu o programa para mais escolas em outras áreas da Etiópia, incluindo campos de refugiados do Estado da Somália e o Estado de Amhara. O envolvimento do governo local e o apoio contínuo da ONG chinesa e dos outros parceiros, garante a forte sustentabilidade desse programa.

A replicabilidade do programa pode ser alta quando há uma combinação de cooperação internacional e local. Antes do lançamento do Programa de alimentação escolar, a equipa de investigação chinesa visitou várias agências governamentais etíopes e sudanesas, organizações caritativas e escolas para compreender plenamente as condições locais. Durante a fase de implementação, a equipa chinesa também trabalhou em estreita colaboração com vários parceiros locais e partes interessadas para garantir a qualidade e a eficácia do programa. Até à data, o Programa de Alimentação Escolar para Crianças Sorridentes foi realizado na Etiópia e no Sudão e será lançado em breve no Nepal e em Mianmar, onde a CFPA oficialmente se inscreveu como ONG internacional e colabora diretamente com parceiros locais desde 2015. Com parcerias locais fortes e abordagens personalizadas a iniciativa pode, sem dúvida, ser reproduzida em mais países em desenvolvimento.

Contato:

Nome: Sr. Peng Wu

Cargo: Diretor da Organização do Departamento de Desenvolvimento Internacional

Organização: Fundação Chinesa para Erradicação da Pobreza

E-mail: idd@fupin.org.cn

NOME DO PROJETO: Programa de Alimentação Escolar para Crianças Sorridentes na Etiópia e no Sudão

PAÍSES/REGIÕES: China, Etiópia, Sudão

INDICADO POR: Fundação Chinesa para Erradicação da Pobreza (CFPA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.2, 2.1, 2.2, 3.4, 4.1

APOIO: Filantropia *Alibaba*

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: CFPA

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2QjBASP>

Projeto de Horticultura para Pequenos Agricultores na Etiópia

Melhorar os meios de subsistência dos pequenos agricultores através do desenvolvimento competitivo e sustentável na produção de abacate

Desafio

O maior parte da economia etíope se concentra no setor agrícola, constituído principalmente por pequenas fazendas agrícolas. Nos últimos anos, o crescimento da população e o escassez de recursos hídricos e da terra deterioraram a condição dessas fazendas aumentando os níveis de pobreza e desencadeando a migração da população rural para as cidades. A fim de encontrar soluções para melhorar os meios de subsistência dos pequenos agricultores, todos os aspectos da agricultura devem ser considerados, incluindo a qualidade do solo e os sistemas de irrigação, melhoria da qualidade das culturas e vegetais, recursos agrotécnicos, programas de extensão agrícola, gestão pós-colheita e comercialização. A adição de culturas hortícolas, tanto de frutas como de legumes, ao cabaz de produção pode melhorar significativamente a renda dos pequenos agricultores e evitar os riscos atribuídos à monocultura.

Rumo a uma Solução

O projeto de Horticultura para Pequenos Agricultores (HPA) é um Programa de Cooperação Técnica entre Israel, Estados Unidos e Etiópia. Os parceiros de implementação são a Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (MASHAV) de Israel, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Ministério da Agricultura da Etiópia (MoANR). O programa foi implementado em cinco *woredas* (divisões administrativas na Etiópia): Meca, Meskan, Boloso Sore, Raya Alamata e Kersa, e forneceu assistência técnica aos produtores de abacate do país.

O projeto foi concebido para identificar e acessar novos mercados nacionais e de exportação de abacate, bem como para fornecer apoio técnico para melhorar os regulamentos fitossanitários relativos às culturas hortícolas etíopes. O objetivo final do projeto consistia em promover o crescimento econômico nas zonas rurais, reforçando a comercialização da produção hortícola através do desenvolvimento competitivo e sustentável da produção de abacate. O projeto visava aumentar a fonte de renda dos pequenos agricultores, dando-lhes acesso a novos mercados através da transferência de experiência israelita na produção hortícola de valor agregado, criação de laboratórios de tecidos, de viveiros hortícolas, aumento da produção, fornecimento de material vegetal de qualidade, capacitação de agentes de extensão e de pequenos agricultores e a melhoria das competências de produção e comercialização.

Esta iniciativa considerou todos os aspectos de produção, incluindo: A introdução de novas propriedades avocadas de alta qualidade; formação de qualidade e consultorias; capacitação para serviços de manejo e extensão e de laboratórios de cultura de tecidos e viveiros; e o estabelecimento de laboratórios de cultura de tecidos, viveiros e parcelas de demonstração para a propagação de árvores de abacate. O governo etíope forneceu a coordenação administrativa e o equipamento para a produção nos viveiros; a USAID, em seu papel de parceiro, dirigiu o projeto, incluindo alocação de financiamento, monitoramento e avaliação; e a MASHAV forneceu financiamento, treinamento (em Israel e Etiópia) e conhecimentos técnicos contínuo desde a criação do projeto até abril de 2020.

O projeto foi dirigido por um comitê que se reunia duas vezes por ano (uma vez por ano na conclusão do projeto). A Comissão foi presidida pelo Ministro de Estado da Agricultura da Etiópia, pelo representante da USAID, e pelo representante da MASHAV junto a Embaixada de Israel. O projeto foi realizado em diferentes fases, que foram ajustadas de acordo com as decisões do Comitê Diretor.

O projeto baseou-se na demonstração de tecnologias agrícolas inovadoras, na formação e no desenvolvimento da capacidade de produção, na transferência de conhecimentos e de competências de gestão e na aplicação de uma abordagem de capacitação de formadores. As atividades incluíam:

- A introdução de novas espécies de abacate israelita de alta qualidade para o mercado interno e para o mercado de exportação (fornecimento de abacate israelenses, enxertia de mudas em viveiros);
- prestação de serviços de consultoria de qualidade, tanto na Etiópia como em visitas deslocadas a Israel;

2 FOME ZERO



© MASHAV

- capacitação de técnicos na gestão e extensão dos laboratório de cultura de tecidos e viveiros;
- criação de laboratórios de cultura de tecidos;
- criação de novos viveiros e de parcelas de demonstração para a propagação de árvores de abacate;
- criação de material de capacitação considerando as condições locais.

O projeto também visava fornecer os materiais de plantio adequados para produção, especificamente o da variedade enxertada de abacate Hass. Para superar a falta de equipamento para o plantio do abacate Hass, o projeto importou mais de 280 mil enxertos de Israel entre 2017 e 2019, e plantaram os mesmos em viveiros de quatro regiões. O projeto também forneceu várias centenas de milhares de enxertos para os centros de viveiros a partir de fontes locais que começaram a se abrir em 2016.

No total, mais de 600 mil mudas enxertadas de abacate foram entregues aos produtores entre 2016 e 2019. A maioria das mudas foram fornecidas pelos viveiros envolvidos no projeto.

Na última etapa do projeto, seis viveiros de abacate foram cultivados pelo projeto nas áreas mencionadas anteriormente. Nas áreas que cercam esses viveiros, os agricultores etíopes cultivaram plantações comerciais de abacate compradas nos viveiros do projeto.

O projeto também estabeleceu sistemas piloto de irrigação por gotejamento solar em quatro regiões.

Mais de 2.500 pequenos agricultores foram treinados em melhores práticas de manejo de orquídeas, especificamente em preparação e aplicação de composto, poda de árvores e trabalho de topo, manejo de pragas e plantas daninhas e trituração. Os agricultores também receberam treinamento sobre o manuseio pós-colheita de frutas.

Desde maio de 2016, 413 agentes de desenvolvimento e técnicos de enxertia foram formados. Especificamente capacitados em projetos agrícolas comerciais, bem como em técnicas de manuseio pós-colheita.

Concentrados em cinco *woredas*, **5.000 fazendeiros participaram da capacitação, e 6.308 se beneficiaram diretamente do projeto.**

Viveiros e atividades de extensão foram documentados para cumprir as exigências de boas práticas agrícolas globais na exportação de abacates. Em 2019, cerca de 16,3 toneladas métricas de abacates foram exportados para a Europa, e cerca de 46 agricultores estavam ligados ao mercado de exportação em Amhara e nas Nações dos Povos do Sul, (SNNPR) em 2019. No entanto, apenas cerca de 13 por cento do plano de exportação

foi alcançado em 2019 (o plano era atingir 125 toneladas métricas) devido a várias razões, incluindo a falta de maturidade das árvores e danos causados pelo granizo em Agosto de 2019.

Em geral, o projeto centrou-se na capacitação, tanto no interior quanto no exterior, desde a produção até a divulgação. Mesmo assim, é necessário mais esforço contínua para sustentar as conquistas do projeto e para estabelecer uma base sólida para a exportação de abacates no país.

A sustentabilidade e a reproduzibilidade da iniciativa estão refletidas na abordagem da MASHAV de “formação de técnicos formadores”, resultando num quadro de profissionais locais que continuam a formar técnicos locais de propagação de plantas para viveiros e laboratórios de micro propagação, transferem conhecimentos e materiais vegetais para os agricultores, e os acompanham enquanto acessam os mercados locais e de exportação. Os papéis desses formadores incluem: Transferir conhecimentos em relação à produção de árvores de fruto; visitar regularmente os agricultores e sugerir melhorias; acompanhar a implementação das recomendações; organizar demonstrações de novas tecnologias; e fornecer informações sobre precificação, mercados e insumos.

Até a conclusão da iniciativa, em 2019, mais de 3.000 pequenos agricultores haviam adotado novas tecnologias e técnicas melhoradas, e estavam vendo um aumento de produtividade.

O projeto pode ser reproduzido em outros países em desenvolvimento após ajustes nas condições locais. As atividades podem ser adaptadas a projetos existentes, ou as duas partes podem conceber e criar uma nova iniciativa. Cada lado contribui com sua experiência e vantagem comparativa para o projeto.

A nossa cooperação centra-se em fornecer aos países em desenvolvimento as ferramentas para o desenvolvimento sustentável de capacidades. Na sua cooperação triangular, o principal foco israelense é o reforço das capacidades. Ao cooperarem com um Estado financiante e um país em desenvolvimento, as partes são capazes de atingir os seus objetivos de cooperação triangular.

Contato:

Nome: Shulamit Kurzon van Gelder

Cargo: Diretor do Departamento de Planejamento, Avaliação e Parcerias

Organização: Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional de Israel (MASHAV)

E-mail: shuli.kurzon@mfa.gov.il

NOME DO PROJETO: Projeto de Horticultura para Pequenos Agricultores na Etiópia

PAÍSES/REGIÕES: Etiópia, Israel

INDICADO POR: Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (MASHAV) de Israel

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.2, 1.4, 1.b, 2.1, 2.3, 2.4, 2-a, 2-c, 8.2, 8.3, 8.5

APOIO: MASHAV; Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Apoiado financeiramente pela MASHAV e pela USAID, com o Ministério da Agricultura da Etiópia, como anfitrião, fornecendo apoio em espécie, como espaço de escritório e pessoal.

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2005–2019

SITE DO PROJETO: <http://shpmashavethiopia.com>



Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento da Segurança Alimentar

Ajudar os países a alcançar a segurança alimentar e a garantir o básico direito à comida

Desafio

Hoje, mais de 820 milhões de pessoas regularmente passam fome, das quais cerca de 135 milhões sofrem de fome aguda, em grande parte devido aos conflitos provocados pelo homem, às alterações climáticas e às crises econômicas. Um dos principais problemas de desenvolvimento que os países enfrentam é a variação de preços de alimentos internacional, devido à dificuldade em assegurar a importação de moedas estrangeiras. Isso afeta a importação de alimentos, produção de alimentos, processamento de alimentos e outros serviços relacionados, levando à insegurança alimentar e a graves questões de saúde, especialmente entre as crianças.

Rumo a uma Solução

A fim de ajudar os países a resolver este problema, o Estado do Kuwait propôs uma iniciativa no Foro Econômico Islâmico realizado no Kuwait de 28 de abril a 1 de maio de 2008, de estabelecer o Fundo do Kuwait para a Desenvolvimento da Segurança Alimentar nos países de maioria muçulmana, no total de US\$ 100 milhões. O Fundo ajudaria estes países a alcançar a segurança alimentar através da diversificação e do aumento da produtividade dos produtos agrícolas, juntamente com o gado e a pesca.

O subsídio foi distribuído para 22 países de alta população e baixa renda per capita.

O Fundo funciona mediante a assinatura de acordos de subvenção com países parceiros, que exigem que o país beneficiário abra uma conta com um banco especializado no financiamento de projetos agrícolas autorizados pelo Fundo do Kuwait, onde será depositado o valor total da subvenção. Para monitorar as atividades do banco selecionado e acompanhar os projetos financiados, o Fundo do Kuwait assina outro acordo com o banco. O banco, em cooperação com representantes do governo, avalia as solicitações de financiamento recebidas dos agricultores. Os projetos qualificados para financiamento do Fundo serão classificados como “empréstimos comerciais” (ou seja, empréstimos que não excedam o equivalente a US\$ 25 mil) ou “valor em crédito” (ou seja, créditos que não excedam o equivalente a US\$ 3 mil). O financiamento da conta especial é ministrado na forma de empréstimos concessionais a serem pagos com juros dentro de um prazo acordado. Uma parte das receitas obtidas com os pagamentos de empréstimos dos agricultores é gasta com taxas administrativas, enquanto o restante das receitas são retidas e adicionadas ao montante principal. A manutenção do excedente de receitas e a sua adição ao valor original da subvenção concedida pelo Estado do Kuwait garantem a sustentabilidade do Fundo especial. Por exemplo, foi assinado um acordo com o Banco Coris, em Burquina Faso, para administrar o Fundo devido à sua experiência no financiamento de projetos agrícolas e porque tem sucursais em todo o país, com cerca de 24 sucursais em todo o país.

Em 2013, o Fundo beneficiou 22 países (Afeganistão, Bangladesh, Benim, Burquina Faso, Chade, Comores, Djibuti, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Maldivas, Maurtânia, Moçambique, Níger, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo, Uganda e Iêmen) pelo montante total de US\$ 100 milhões.

Esta iniciativa contribuiu para a geração de um grande número de empregos nos países beneficiários, onde muitos agricultores se tornaram empresários e criaram novos postos de trabalho.

Obtiveram conhecimentos práticos e técnicos relevantes através da capacitação fornecida pelo Ministério da Agricultura nos respectivos países. Também garantiu uma fonte de renda decente



para várias famílias melhorando sua qualidade de vida, especialmente das mulheres. Mais importante ainda, ajudou a aumentar a segurança alimentar nos países beneficiários, minimizou o impacto das variações de preços de alimentos, reduziu a importação e economizou a moeda estrangeira. Esta iniciativa gerou resultados positivos e concretos no saldo das contas correntes dos países beneficiários. Por exemplo, um grupo de mulheres de Guiné-Bissau fizeram um empréstimo do Fundo do Kuwait e criaram uma parceria para pescar, congelar e comercializar as suas pescas. Isto exigiu a contratação de uma série de trabalhadores para incentivar a pesca, o transporte, congelamento, armazenamento e a comercialização da pesca, que proporcionaram renda para todos aqueles

que trabalham neste projeto. Além disso, o projeto promove a segurança alimentar. Também beneficia as mulheres responsáveis por este projeto afirmando que o projeto contribuiu para o seu empoderamento feminino e proporcionou-lhes a renda necessária para educar seus filhos e oferecer-lhes bons cuidados de saúde.

Contato:

Nome: Sr Khaled F. Alkhaled

Cargo: Gerente Regional da Internacional de organizações

Organização: Fundo do Kuwait para Desenvolvimento Econômico Árabe

E-mail: alkhaledk@kuwait-fund.org



NOME DO PROJETO: Fundo do Kuwait para Desenvolvimento da Segurança Alimentar

PAÍSES/REGIÕES: Afeganistão, Bangladesh, Benin, Burkina Faso, Chade, Comores, Djibuti, Gâmbia, Guiné-Bissau, Kuwait, Mali, Maldivas, Mauritânia, Moçambique, Níger, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo, Uganda, Iêmen

INDICADO POR: Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Econômico Árabe

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 2.1, 8.1, 8.2, 8.3, 17.1, 17.6

APOIO: Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Econômico Árabe

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério das Finanças e bancos especializados nos países beneficiários

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2008–2013

SITE DO PROJETO: Não disponível

Trabalhando Juntos para Aumentar a Produção Agrícola, a Produtividade e a Rentabilidade em Madagascar

Assistência técnica na implementação dos Programas de Agricultura e Pesca e no Quadro de Programação dos Países da FAO em Madagascar com apoio da Cooperação Sul-Sul da China

Desafio

A agricultura, que representa 26,4 por cento do produto interno bruto (PIB) e emprega mais de 75 por cento da força de trabalho, é um dos principais motores da economia malgaxe. No entanto, é evidente que, apesar do potencial da ilha em termos de disponibilidade de terras agrícolas e de mão de obra jovem, a produção ainda é insuficiente para satisfazer as necessidades da população em constante crescimento. Na verdade, persistem a baixa produtividade, a falta de infraestruturas, o fraco acesso ao mercado, a falta de acesso ao capital, às sementes e aos fatores de produção, bem como aos serviços técnicos e à formação.

Aumentar a produção e a produtividade na agricultura, criar capacidades técnicas para os agricultores e outros intervenientes, e promover o investimento e o comércio na agricultura entre Madagascar e outros países é essencial para resolver as questões acima mencionadas, a fim de alcançar um ou mais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente os ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 2 (Fome Zero).

Rumo a uma Solução

Em Novembro de 2018, foi assinado um acordo tripartido entre a República Popular da China, a República de Madagascar e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para implementar o projeto de Cooperação Sul-Sul (CSS) entre a China e a FAO, durante um período de dois anos, de 2019 a 2021. O projeto do CSS visa aumentar a produção, a produtividade e a rentabilidade agrícola, apoiando a implementação do Programa para o sector da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (PSAEP) pelo Ministério da Agricultura, da Pecuária e das Pescas (MAEP) e pelo Quadro de Programação dos Países da FAO (QPP). A iniciativa: i) contribuir para a segurança alimentar nacional e para a renda das famílias; ii) contribuir para a autossuficiência, reduzindo simultaneamente o fluxo de divisas na importação do arroz; e iii) promover o investimento, o agronegócio e o comércio agrícola. Estes impactos contribuirão para a realização do ODS 1 (Erradicação da Pobreza), do ODS 2 (Fome Zero) e do ODS 17 (Parceria e Meios de Implementação).

A China desenvolveu fortes conhecimentos e tecnologias em algumas áreas que poderiam ser adaptadas à situação em Madagascar em termos de agricultura. Três áreas prioritárias foram selecionadas para Madagascar: Produção híbrida de arroz, gado (ovino e caprino) e agronegócio. Durante os dois anos do projeto, 17 parcerias da China estiveram envolvidas nas principais regiões produtoras de Madagascar. Posteriormente, transferirão conhecimentos e tecnologias para os agricultores e respectivas organizações que estarão diretamente envolvidos nas atividades de formação e demonstração, bem como para os funcionários públicos, técnicos locais e instituições de investigação.

O MAEP coordena e implementa a colaborando diretamente com os especialistas e técnicos chineses e sob o apoio geral da FAO. Dessa forma os especialistas e técnicos chineses trabalham em estreita colaboração com os seus homólogos nacionais, que são oficialmente selecionados pelo Governo. Estes fatores proporcionam um ambiente propício aos cooperantes, a fim de otimizar a aquisição de conhecimentos e a transferência de tecnologia. A FAO garante uma implementação suave das atividades através do fornecimento de insumos, orientação técnica e monitorização, assegurando uma implementação harmonizada. Os principais instrumentos, tais como o plano de trabalho anual, o plano de aquisição e o plano de formação, foram desenvolvidos conjuntamente por cooperativas, parceria homólogas e a FAO. Essas ferramentas foram debatidas e endos-

2 FOME ZERO



© Ministry of Agriculture, Livestock and Fisheries of Madagascar

sadas por vários conjuntos de participantes e interessados, inclusive no setor privado, bem como por funcionários do governo durante os cursos de capacitação inicial realizados no início do projeto. Esta abordagem participativa garante que o projeto esteja perfeitamente alinhado às normas e práticas do governo e do ambiente local.

Espera-se que pelo menos mil agricultores recebam formação e adotem as tecnologias chinesas transferidas. Terão igualmente reforçado as suas capacidades de gestão organizacional e empresariais. Pelo menos 100 funcionários técnicos e altos funcionários da MAEP se beneficiarão de treinamento local em arroz híbrido, pecuária, agro-negócio, política e governança na agricultura. Até à data, já se provou através de demonstrações que uma melhoria significativa foi alcançada no rendimento no cultivo do arroz, de 2.8 toneladas por hectare com variedades locais a pelo menos 8 a 10 toneladas por hectare com a utilização de arroz híbrido. No caso das unidades populacionais vivas, as intervenções sobre o controlo das doenças dos animais, a melhoria da noz moscada e a seleção das raças melhorarão significativamente a produtividade da criação de ovinos e de bovinos. **Até o momento, uma demonstração sobre as culturas forrageiras resultou em um aumento de rendimento de dez vezes com o uso de novas técnicas e tecnologias chinesas. No final do projeto, espera-se que pelo menos dois novos modelos de negócios, e redes de relações comerciais e de investimento sejam estabelecidas entre a China e Madagascar.**

Madagascar pretende ser o celeiro do Oceano Indiano nos próximos anos, o que implica produzir além da quantidade de consumo de sua população. De fato, a transferência de tecnologias relacionados a produção de arroz híbrido permite aumentar o rendimento da produção de arroz local em até quatro ou cinco vezes mais. Se a maioria dos agricultores adotar as técnicas, a autossuficiência na produção de arroz poderia ser facilmente alcançada.

Os cursos de capacitação fornecidos sobre produção de pequenos ruminantes aumentam a vantagem comparativa de Madagascar no mercado nacional e internacional com enorme potencial para crescimento. Entre as principais práticas inovadoras introduzidas por esta iniciativa está a abordagem que busca impedir as limitações das intervenções à produção básica, enquanto oferece a capacitação necessária às pessoas em toda a cadeia de valor, de jusante até à fase montante. Isto está perfeitamente alinhando com a ambição do país de se tornar um país exportador.

A missão desta iniciativa de cooperação Sul-Sul é disseminar conhecimento e transferir tecnologias mesmo após o a conclusão do projeto. Por esta razão, a capacitação de instrutores é de importância fundamental para garantir a sustentabilidade do projeto. Os futuros gestores que recebem instrução por meio do trabalho em conjunto com as cooperações tornam-se especialistas no campo. Os mesmos serão responsáveis por repassar os conhecimentos após a saída dos técnicos chineses do país. O projeto, na fase atual, ainda está limitado a três das 22 regiões principais. Uma vez que os resultados forem alcançados, espera-se que sejam adotados em outras regiões de Madagascar com enorme potencial para a cultura de arroz e criação de pequenos ruminantes, e a outros países. Madagascar não só fortalecerá a relação comercial criada com a China, mas também poderá tirar proveito das suas vantagens comparativas em mercados locais, como o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Contato:

Nome: Sra. Lanto Rahajarizafy

Cargo: Diretor Geral da Cooperação para Desenvolvimento

Organização: Ministério das Relações Exteriores

E-mail: lanto.rahajarizafy@gmail.com

WhatsApp: +261 347142533; +261 320501675

NOME DO PROJETO: Trabalhando Juntos para Aumentar a Produção Agrícola, a Produtividade e a Rentabilidade em Madagascar

PAÍSES/REGIÕES: China, Madagascar

INDICADO POR: Governo de Madagascar

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2-a, 17.6

APOIO: Governo da China; Governo de Madagascar; Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura (FAO)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca de Madagascar; FAO

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2021

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/31mM1eC>

Os Projetos Agrícolas da Agência Palestina de Cooperação Internacional na Nicarágua e El Salvador

2 FOME ZERO



Transferência de conhecimentos sobre o desenvolvimento agrícola palestino para a Nicarágua e El Salvador

Desafio

A economia da América Central é composta por dois principais setores econômicos: A agricultura e a exploração mineira. A terra, os minerais, e os climas tropicais e temperados, são a combinação ideal para que uma variedade de produtos agrícolas possam ser cultivados, gerando um fator potencial para o crescimento econômico.

Tanto a Nicarágua como El Salvador priorizaram o foco na melhoria das tecnologias e técnicas agrícolas para aumentar a qualidade e a eficiência. A melhoria fortalecerá estrategicamente a economia e afetará positivamente a qualidade de vida e a autossuficiência dos seus povos.

Os desafios que o setor agrícola enfrenta em ambos os países são a baixa eficiência e as tecnologias limitadas. A baixa eficiência deve-se à diferença entre os resultados desejados do ciclo agrícola e o elevado consumo de recursos humanos e naturais. Além disso, a tecnologia utilizada em muitas linhas de produção é muito limitada, e algumas estão ultrapassadas. Isto contribuiu para o custo elevado e para a variedade limitada nos resultados.

Rumo a uma Solução

A Agência Palestiana de Cooperação Internacional (PICA) concebeu programas agrícolas destinados a reforçar o acesso às informações dos agricultores locais, a fim de desenvolver projetos individuais de pequena escala. Isto aumentará o renda das famílias e a produção de culturas saudáveis em sociedades agrícolas integradas. A PICA também visa aumentar a eficiência e otimização de recursos de produção.

O projeto tem como objetivo contribuir para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 (Fome Zero), alcançar uma boa segurança alimentar, melhorar a qualidade da nutrição e promover uma agricultura sustentável. Contribuirá também para o ODS 1 (Erradicação da Pobreza).

Os objetivos do projeto são:

- aumentar a renda dos agricultores;
- produzir alimentos saudáveis;
- reforçar e aumentar as capacidades de estruturas agrícolas, e melhorar a produção agrícola;
- capacitar os engenheiros com conhecimentos teóricos e práticos na produção hidropônica e de silagem;
- conscientizar os produtores sobre a importância da biossegurança aplicada à agricultura, às instituições e aos laboratórios, na detecção precoce de doenças veterinárias através de testes laboratoriais na colheita de amostras.
- disseminar os traços genéticos melhorados do gado masculino de elite usando técnicas de inseminação artificial para melhorar a produtividade da carne e do leite.

No que diz respeito à metodologia, os especialistas da PICA, juntamente com os principais intervenientes nos países de acolhimento, elaboraram uma avaliação das necessidades através de:

- Pesquisa: Coletando informação de engenheiros locais e fazendeiros, observando as tecnologias agrícolas atuais, considerando os fatores econômicos, e se mantendo informado sobre os desafios atuais
- Identificação das demandas e soluções: Estabelecer objetivos e cronogramas a serem implementados;
- Monitoramento e acompanhamento: Mantendo relatórios contínuos antes, durante e depois de cada fase do projeto de agricultura e engenharia local.

Programas de capacitação: Com base nos resultados da avaliação de necessidades, os especialistas da PICA projetaram e implantaram cursos de treinamento prático cumulativo em cada fase do projeto para os produtores e engenheiros locais sobre os seguintes temas:



© PICA

- Produção Hidropônica e de Silagem em escala
- Fabricação de alimentos caseiros
- Técnicas inovadoras para cultivo em estufas de tomate, pepino, pimenta e enxertia de vegetais
- Biossegurança e análise de risco no laboratório
- Inseminação artificial em bovinos, ovinos e caprinos

Os técnicos palestinos forneceram a formação, e o governo anfitrião forneceu os laboratórios, o campo e a coordenação.

Há uma grande dinâmica na Cooperação Sul-Sul entre PICA, Nicarágua e El Salvador. A PICA e os países de acolhimento concebem conjuntamente o programa de reforço de capacidades, adaptado às necessidades dos países de acolhimento do conhecimento dos peritos palestinos. Os países anfitriões facilitaram a logística e forneceram à equipe de especialistas os laboratórios necessários. Os especialistas da PICA utilizaram o conhecimentos atuais no setor agrícola para atender às necessidades dos países de acolhimento.

O conhecimento palestino é especializado em maximizar os resultados de recursos limitados. Os técnicos palestinos forneceram ferramentas, processos e técnicas de engenharia, assegurando um aumento geral da qualidade e da eficiência.

A fim de elaborar estrategicamente um plano para satisfazer necessidades imediatas, a PICA implementou projetos piloto para avaliar as necessidades locais; a delegação era composta por engenheiros agrícolas e especialistas governamentais que trabalham com os ministros competentes da saúde e da agricultura, bem como com os setores econômicos dos países de acolhimento. Todos os esforços palestinos foram coordenados pela PICA.

Os resultados alcançados após o primeira fase foi a formação de mais de 120 engenheiros do curso de engenharia na Nicarágua. Durante a segunda fase do projeto de oito dias úteis, mais de 140 engenheiros participaram dos cursos. Em El Salvador, após cinco dias úteis, mais de 110 engenheiros locais participaram do treinamento. Apenas durante a segunda fase, a PICA alcançou e aconselhou mais de 250 mil engenheiros agricultores, veterinários, e também empreendedores agrícolas, que estão totalmente ou parcialmente envolvidos e empregados pelos Ministérios da Agricultura

ou dos seus centros e agências afiliadas.

O projeto está em curso e visa criar uma produção sustentável no ciclo agrícola nos países de acolhimento. Em cinco anos, a Nicarágua, por exemplo, poderia capacitar mais de mil técnicos e melhorar os seus métodos de interação entre agricultores, sociedades e governos, preparados com o conhecimento atual, produtivo, eficiente e eficaz que podem ser aplicados as suas fazendas, quintas, escolas e fábricas.

A PICA assinou muitos acordos de cooperação em matéria de saúde, de agricultura e de educação, bem como um memorando geral de entendimento com uma organização que abrange os diferentes domínios de cooperação com o Ministério das Relações Exteriores da Nicarágua. Assim, a PICA lançou duas missões agrícolas para capacitar os homólogos nicaraguenses com o conhecimento palestino, que sustentarão pelo menos um plano de cinco anos nos domínios de cooperação já existente, bem como a cooperação nos sistemas de irrigação, gestão de recursos hídricos, e águas residuais, e outras necessidades agrícolas que os palestinos possam atender.

A PICA planeja criar projetos reproduzíveis e promoveu a cooperação sustentável no interior do país e em todos os seus componentes, no âmbito de princípios de cooperação por meio de agrupamentos geográficos e gerenciamento de recursos, mantendo a qualidade das iniciativas. O agrupamento de missões poderá ser altamente benéfico através da implementação de abordagens customizadas e previamente testadas em países com necessidades e recursos parecidos.

Além disso, dentro do mesmo país anfitrião, a reprodução dos processos será facilitado devido a uma clara avaliação sistemática das necessidades, estratégias e sistemas de monitorização dinâmica.

Contato:

Nome: Sr Hiba Ismail

Cargo: Diplomata, Oficial do Programa

Organização: Agência Palestina de Cooperação Internacional (PICA), Ministério das Relações Internacionais

E-mail: hismail@mofa.pna.ps

Skype: hiba.m. ismail

WhatsApp: +970598353603

NOME DO PROJETO: Transferência de Conhecimento sobre o Desenvolvimento Agrícola da Palestina para a Nicarágua e El Salvador

PAÍSES / REGIÕES: El Salvador, Nicarágua, Estado da Palestina

INDICADO POR: Agência Palestina de Cooperação Internacional (PICA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.4, 2.5

APOIO: O Estado da Palestina - Fundo Governamental através do PICA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PICA

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2024

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3jcxKHx>; youtu.be/BuzRdOlyXP8



Projeto +Algodão

Desenvolver a cultura sustentável do algodão na América Latina e Caraíbas

Desafio

O algodão é um dos produtos agrícolas mais importantes do mundo. Estima-se que 350 milhões de pessoas em todo o mundo realizam atividades econômicas relacionadas ao algodão, o que o torna uma das 20 mercadorias mais importantes para exportação. Este setor ajuda os pequenos agricultores e as suas famílias a terem acesso aos alimentos, serviços de saúde, habitação e a muitos outros bens e serviços. Além disso, através do valor agregado e da exportação de têxteis, o algodão contribui para o crescimento da economia, aumentando a geração de emprego e o rendimento do setor. Durante os últimos 20 anos, os países parceiros de projeto, incluindo a Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru, onde 80 por cento da produção de algodão provém de agricultores familiares ou de pequena escala, têm enfrentado uma diminuição da produção de algodão, afetando o potencial de milhares de famílias de agricultura de gerar renda.

Rumo a uma Solução

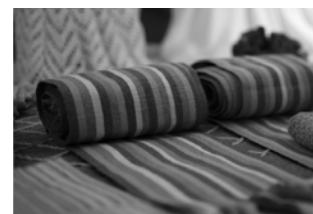
Para enfrentar este desafio, foi estabelecida uma parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e suas instituições brasileiras cooperantes (Embrapa, Abrapa, Empaer-PB, Asbraer, organizações de economia solidária e universidades), em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e com os governos de sete países parceiros. O projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável da cadeia de valor do algodão nos países parceiros, aproveitando a experiência das instituições brasileiras envolvidas no setor. O projeto foca em quatro componentes: produção sustentável de algodão; promoção do diálogo político, desenvolvimento de políticas e alianças estratégicas, incluindo parcerias público-privadas; reforço da competitividade do setor e dos seus intervenientes, incluindo mulheres, jovens e pessoas indígenas; e a promoção dos mercados e do desenvolvimento sustentável da cadeia de valor do algodão.

No âmbito da Cooperação Sul-Sul, as atividades desenvolvidas no projeto incluem: Apoio técnico aos países participantes centrado na adoção de variedades de algodão resistentes a pragas e doenças, gestão do solo e gestão integrada de pragas; tecnologia e inovação para a modernização da cultura do algodão; gestão sustentável dos recursos naturais; apoio técnico a serviços de extensão rural para agricultores familiares e intercâmbio de experiências e boas práticas e tecnologias, entre outros.

Através deste projeto, foi mobilizada nos países parceiros uma rede regional de mais de 70 agentes do setor público e privado, unindo esforços para tornar a cadeia de valor do algodão mais competitiva, e apoiar o acesso dos agricultores familiares aos mercados, resultando no aumento da sua qualidade de vida e dos seus meios de subsistência. Mais de US\$ 14 milhões foram investidos na expansão das capacidades técnicas e de gestão dos governos para um setor de algodão sustentável na Argentina, no Estado Plurinacional da Bolívia, Colômbia, Equador, Haiti, Paraguai e Peru.

Isto levou aos seguintes resultados:

- Geração de renda: O algodão como cultura integrada em um sistema de produção diversificado desempenha um papel importante na geração de renda, com potenciais subprodutos e novos usos na cadeia de valor.



© FAO

Existem 36 melhores práticas de demonstração e validação na produção de algodão.

- **Desenvolvimento de capacidade:** Mais de 70 instituições públicas nos países parceiros foram capacitadas com novos conhecimentos e aumentaram os seus níveis de coordenação público e privado para apoiar o desenvolvimento e a organização da cadeia de valor do algodão.
- **Técnicas agrícolas:** Boas práticas agrícolas foram adotadas nos programas de extensão rural, pelo uso eficiente de insumos, manejo integral de pragas, mecanização e desenvolvimento do primeiro protótipo de uma máquina de colheita de algodão de linha única para pequenas áreas, todas elas em colaboração com a Embrapa.
- **Biodiversidade reforçada:** A identidade ancestral dos países e suas comunidades indígenas, rurais e artesanais foram restauradas por meio da recuperação de variedades de algodão, treinamento em produção e processamento, valor agregado e gestão de vendas.
- **Acesso ao mercado:** A produção estava ligada ao mercado por meio da expansão das alternativas de certificação para fibras e seus derivados e aproveitando a diversidade do algodão na região que procura mercados de nichos.

Através do mecanismo de cooperação Sul-Sul, o projeto +Algodão desenvolveu um modelo de sistema sustentável de produção de

algodão, adaptável a outros países e outras culturas na produção agrícola familiar. A recuperação sustentável dos sistemas de produção de algodão têm implicações sociais, pois estão relacionados à econômica e ao meio ambiente. Visto que é uma cultura resistente às mudanças climáticas e pode ser plantada em zonas secas e áridas, ela reduz a vulnerabilidade dos agricultores familiares e pode ser uma alternativa válida para as comunidades que habitam territórios indígenas, bem como para as famílias deslocadas por conflitos, e onde há um alto nível de pobreza rural.

Contato:

Nome: Sra. Adriana Gregolin

Cargo: Coordenador Regional de Projetos, Escritório Regional para América Latina e Caribe,

Organização: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

E-mail: adriana.gregolin@fao.org

Nome: Escritório de Cooperação Sul-Sul e Triangular (OSS)

Organização: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

E-mail: south-south-cooperation@fao.org

NOME DO PROJETO: Projeto +Algodão

PAÍSES/REGIÕES: Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Colômbia, Equador, Haiti, Paraguai, Peru

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.2, 2.3, 2.4, 2.5, 8.6, 8.7, 10.1, 13.b, 17.1

APOIO: FAO

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Ministério das Relações Exteriores; instituições cooperantes brasileiras (Embrapa, Abrapa, Empaer-PB, Asbraer, organizações de economia solidária e universidades); FAO

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2012–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3j8ePxq>



Projeto Cooperação Sul-Sul e FAO–China na República Democrática do Congo

Apoiar os pequenos agricultores na melhoria da sua produção, produtividade e rentabilidade através de uma agricultura sustentável

Desafio

Enquanto a República Democrática do Congo tem imenso potencial agrícola, sua população de 90 milhões enfrenta uma das crises alimentares e nutricionais mais graves do mundo. Isto deve-se ao aumento dos conflitos intercomunais, que, por sua vez, desencadearam deslocamentos maciços da população, destruição das infraestruturas, preços elevados dos alimentos, perda de meios de subsistência, dietas não diversificadas, infestações de pragas e epidemias de saúde, como o Ebola, a cólera e o sarampo. Visto que mais de 75 por cento das famílias rurais dependem da agricultura para os seus meios de subsistência, garantir o acesso aos recursos de produção e às novas tecnologias é essencial para melhorar a produção agrícola e a segurança alimentar.

Rumo a uma Solução

O objetivo deste projeto de Cooperação Sul-Sul e das Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) – da China na República Democrática do Congo é contribuir para a elaboração do Plano Nacional de Investimento Agrícola (NAIP) durante um período de dois anos. O projeto dá apoio direto à área prioritária na promoção dos setores agrícolas e do desenvolvimento das empresas de agronegócios, a fim de garantir uma segurança alimentar sustentável para as populações e melhorar a qualidade de vida dos agricultores e de outros trabalhadores do setor. Os objetivos mais específicos do projeto incluem:

- reforço das capacidades nacionais nos domínios: desenvolvimento da cultura do arroz, incluindo a pós-produção e disseminação de sementes; desenvolvimento do cultivo de soja, milho, hortaliças; desenvolvimento da piscicultura e da agricultura de ciclo curto;
- seleção e disseminação de variedades de arroz, soja e outras leguminosas e vegetais e introduzindo técnicas e tecnologias adequadas para a piscicultura, o arroz e o cultivo de milho.

A FAO foi responsável pela gestão global do projeto, facilitando a coordenação entre todos os parceiros, fornecendo orientações sobre procedimentos, etc. o Governo chinês financiou o projeto através do Programa de Cooperação Sul-Sul e FAO–China, Enquanto especialistas e cooperantes chineses em sessões de treinamento e demonstração de campo na República Democrática do Congo, forneceram orientação manual aos técnicos e agricultores locais. O Governo da República Democrática do Congo atribuiu aos seus homólogos a tarefa de trabalhar diretamente com os técnicos e cooperantes chineses e forneceu contribuições em espécie para a implementação do projeto.

Este projeto forneceu assistência técnica para aumentar a produção agrícola, a produção e a rentabilidade de cerca de 2.260 famílias. Durante um período de dois anos, treze especialistas e técnicos chineses foram destacados para a República Democrática do Congo, a fim de prestar assistência técnica aos agricultores locais na produção de culturas, na proteção de plantas, na horticultura, no desenvolvimento de gado e na aquicultura, bem como na utilização de máquinas agrícolas.

O projeto ajudou as famílias a satisfazer as suas necessidades de consumo de cereais e de produtos hortícolas, a atingir os seus rendimentos líquidos e a adquirir novas tecnologias agrícolas. Também aumentou a eficiência dos serviços nacionais de extensão rural através do intercâmbio e de competências entre países.

A inclusão de especialistas nas comunidades locais e o envolvimento ativo dos beneficiários trouxeram resulta-



© FAO

dos tangíveis em várias áreas:

- **Produção de cultura:** Os especialistas chineses introduziram tecnologias práticas e realizaram demonstrações sobre várias técnicas de produção de culturas, incluindo arroz, soja, milho, milho e legumes. Os agricultores locais também aprenderam como eliminar e prevenir pragas, tais como a lagarta-militar e afídeos. Como resultado, o rendimento de arroz viu aumentos de 133 a 466 por cento. O aumento do rendimento de milho também foi substancial, com uma média de 6.3 toneladas por hectare.
- **Horticultura:** Técnicos chineses forneceram assistência para fazendeiros locais em soltura e preparação de terra, construção de canteiras e técnicas de semear. Isto resultou num aumento significativo da colheita de couve, tomate, pimentões e cebolas.
- **Produção de gado:** Agricultores locais adotaram técnicas de criação de gado chinesas para o melhoramento das espécies e formação técnica em sistemas de criação e de gestão de frangos de corte, caprinos, suínos e coelhos. Além disso, a Inspeção Veterinária e o Bureau de Quarentena do Haut Katanga receberam medicamentos veterinários para distribuição às fazendas de aves.
- **Aquicultura:** Durante o projeto, foi introduzida maquinaria manual para ração alimentar de peixes. Os técnicos aquáticos teceram cinco gaiolas de 24 m² e 30 kg do produto de peixe foi colocado na máquina para demonstração.
- **Outras tecnologias:** Pequenos agricultores também receberam treinamento de processamento pós-colheita. Ao transformar o milho em forragem e soja em leite, as famílias puderam introduzir novos produtos ao mercado, melhorando assim sua renda mensal. Além disso, o método de produção economiza a necessidade

de mão de obra e o uso de ferramentas e equipamentos que foram adaptados às condições locais para serem introduzidos aos agricultores locais.

Este projeto transferiu eficazmente os conhecimentos e as tecnologias agrícolas a nível local e reforçará ainda mais a segurança alimentar a nível local e nacional, especialmente através da intensificação e diversificação da agricultura, em toda a República Democrática do Congo. Alcançar o impacto à escala exigirá a renovação de parcerias relevantes e o aumento dos investimentos na agricultura local. Tendo em conta os recursos adequados, as tecnologias variedades introduzidas através do Programa de Cooperação Sul-Sul e FAO-China poderiam ser utilizadas em maior escala, atingindo mais beneficiários em toda a República Democrática do Congo.

Contato:

Nome: Sr. Jinbiao Wang

Cargo: Diretor Sênior do Programa e Coordenador do Programa de Cooperação Sul-Sul FAO-China

Organização: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

E-mail: Jinbiao.Wang@fao.org

Nome: Sra. Xiao Liang

Cargo: Funcionário Profissional Associado

Organização: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

E-mail: Xiao.Liang@fao.org

NOME DO PROJETO: Projeto Cooperação Sul-Sul e FAO-China na República Democrática do Congo

PAÍSES/REGIÕES: China, República Democrática do Congo

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para a alimentação e a Agricultura (FAO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.3, 2.4

APOIO: Governo da China, através do Programa de Cooperação Sul-Sul FAO-China

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: FAO; Ministério da Agricultura da República Democrática do Congo; Ministério da Agricultura e dos Assuntos Rurais da República Popular da China

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Julho de 2017 – Agosto de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/34DrHYj>



Produção Sustentável da Cadeia de Valor do Arroz na África

Criação de capacidades para uma produção sustentável da cadeia de valor do arroz por meio da Cooperação Sul-Sul

Desafio

Tal como em muitos outros países em desenvolvimento, as pequenas e médias empresas agrícolas (PMEA) e os comerciantes da África Subsariana fornecem meios importantes para os pequenos agricultores acedem aos mercados. Além disso, também apoiam os pequenos agricultores atendendo às exigências atuais do mercado. Como sempre, as PMEAs frequentemente não têm a capacidade de fornecer a assistência técnica e financeira necessária para elevar o produto dos pequenos agricultores a um nível que satisfaça as necessidades do mercado. Apesar do importante papel que ocupam na cadeia de valor no que diz respeito ao emprego e à geração de rendimentos, não têm apoio institucional do setor público e têm muito pouco impacto nas políticas relacionadas aos mercados agrícolas.

Rumo a uma Solução

Em vista do desafio acima mencionado, foi implementado por meio da cooperação Sul-Sul o projeto Desenvolvimento de Capacidades e Transferência de Experiências para a Produção Sustentável da Cadeia de Valor do Arroz na África da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) na Nigéria, Burquina Faso e Costa do Marfim com o apoio financeiro do Governo da República da Coreia para permitir aos parceiros desenvolver cadeias de valor competitivas e inclusivas do arroz.

Os objetivos específicos do projeto incluem:

- Desenvolver programas que facilitem o intercâmbio de conhecimentos e a partilha de experiências na produção sustentável das cadeias de valor do arroz entre os países participantes e a Associação das Nações do Sudeste (ASEAN).
- Fortalecer a capacidade de formuladores de políticas, técnicos e partes interessadas em cadeias de valor de arroz nos países parceiros.
- Promover o intercâmbio de conhecimentos sobre modelos de parcerias entre o setor público e privado e a cooperação dos intervenientes no apoio ao desenvolvimento rural.

Desde o lançamento das atividades do projeto nos três países beneficiários, as habilidades de agronegócios têm sido desenvolvidas através de programas de treinamento abrangentes voltados para as principais partes interessadas (produtores de arroz, processadores de arroz e grupos de vendedores de arroz). Além disso, as tecnologias de produção de arroz e as boas práticas foram promovidas e adotadas pelos agricultores nos locais selecionados do projeto nos três países. O projeto apoiou numerosas atividades destinadas a desenvolver a cadeia de valor do arroz e a reforçar as parcerias do setor público e privado. Isto foi possível através da colaboração com instituições como o Instituto de Pesquisa do Arroz Internacional (IPAI) e o Centro Africano do Arroz, que colaboraram no fornecimento de formação de capacitação a partes interessadas importantes. Além disso, a Administração do Desenvolvimento Rural (ADR) da República da Coreia forneceu técnicos e programas de formação às principais partes interessadas dos três países.

Algumas realizações dos projetos nos três países podem ser resumidas da seguinte forma:

- Burquina Faso: A capacidade das principais partes interessadas foi melhorada no manuseamento pós-colheita, gestão da qualidade, processamento, armazenamento e embalagem através de três sessões de ca-



© FAO

pacitação. Cerca de 60 mulheres envolvidas no processamento de arroz foram treinadas no uso de modernas tecnologias de processamento. Além disso, 90 participantes de três regiões nos países foram capacitados na gestão de negócios, contabilidade, contratos, negociação e publicidade. Foram organizadas três sessões de capacitação em três regiões do país para que 66 participantes aprendessem informações de manuseio pós-colheita, gestão da qualidade, processamento, armazenamento e embalagem. Além disso, 83 moleiros e fabricantes locais receberam treinamento sobre a manutenção e reparação de equipamentos de processamento.

- Costa do Marfim: Funcionários do governo, produtores de arroz, negociantes e os moleiros de arroz aprenderam sobre o 'sistema de intensificação do arroz' e a tecnologia de mecanização e gestão de sementes da República da Coreia. Uma máquina de processamento de arroz foi instalada no Centro de Formação da Mecanização Agrícola de Grand-Lahou (CFMAG) e foi usado para treinar as partes interessadas. Uma plataforma de cadeia de valor de arroz composta por agricultores, moleiros de arroz, comerciantes, vendedores de produtos químicos e pesquisadores foi estabelecida. A Agência Nacional de Desenvolvimento do Arroz (ANDA) aprendeu sobre o sistema de gestão e distribuição de sementes da República da Coreia. Além disso, os moleiros de arroz foram treinados em critérios de melhoria da qualidade do arroz, enquanto especialistas visitaram a República da Coreia para aprender sobre a produção de arroz e técnicas de colheita, sistemas de extensão, planejamento para pesquisa e treinamento e cooperação com setores privado.

- Nigéria: As principais partes interessadas, incluindo agricultores, pescadores, agências governamentais locais, pesquisadores e fornecedores, participaram nas oficinas de capacitação com os especialistas que vieram da República da Coreia que deram treinamento sobre técnicas de produção e colheita de arroz, sistemas de extensão, planejamento de pesquisa e formação e cooperação com os sectores privados. Equipamentos e maquinarias foram distribuídos aos grupos de beneficiários, que foram treinados para aumentar a capacidade de colheita, ebulição nominal, manutenção, irrigação, produção de sementes e gestão de negócios.

A sustentabilidade é assegurada porque o projeto se baseia em estruturas e mecanismos existentes, incluindo agências governamentais nacionais e instituições regionais relevantes. O reforço da capacidade das agências governamentais nacionais também permite que estas instituições forneçam serviços oportunos de alta qualidade, bem como o cronograma do projeto. Além disso, a propriedade das partes interessadas nas atividades do projeto foi incentivada ao longo do ciclo de vida do projeto. Em especial, foi reforçado o papel das agências nacionais competentes nos países-alvo, que terão contribuídos às principais atividades do projeto, assegurando a sustentabilidade da iniciativa.

Contato:

Nome: Escritório de Cooperação Sul-Sul e Triangular (OSS)

Organização: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

E-mail: south-south-cooperation@fao.org

NOME DO PROJETO: Desenvolvimento de Capacidades e Transferência de Experiências para o Desenvolvimento Sustentável da Cadeia de Valor do Arroz na África por meio da Cooperação Sul-Sul

PAÍSES/REGIÕES: Associação das Nações do Sudeste (ASEAN); Burquina Faso, Costa do Marfim, Nigéria e República da Coreia

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.3, 12.3, 17.11

APOIO: FAO

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: FAO

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2014–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2QimfSu>

Programa de Intercâmbio Brasil–México: Sistemas Agroflorestais e de Desenvolvimento Sustentável

Empregando sistemas agroflorestais como recursos produtivos para fazendeiros de famílias carentes de regiões semiáridas do Brasil e México

Desafio

As regiões semiáridas da América Latina estão entre os locais com os maiores índices de pobreza do mundo e as mais afetadas pelas mudanças climáticas. Nestas regiões, os projetos de desenvolvimento rural que favoreçam o acesso à água e as infraestruturas de produção enfrentam sérios desafios, uma vez que existem poucas opções para a diversificação da produção. No México, os agricultores de pequena escala são particularmente suscetíveis às condições climáticas adversas que são agravadas pelo sistema agropecuário relativamente extenso, a topografia irregular e a chuva escassa. Além disso, existem poucos exemplos de práticas sustentáveis de gestão de recursos naturais em áreas semiáridas e dificuldades de coordenação entre os produtores que vivem em biomas semelhantes. A dependência da produção pecuária e a falta de fontes alternativas de renda nas zonas rurais mais secas do México exigem novas soluções que liguem o acesso à água a sistemas sustentáveis de produção e consumo, a fim de aumentar a produtividade, a segurança alimentar e o rendimento dos agricultores familiares pobres.

Rumo a uma Solução

Novas soluções que utilizam sistemas agroecológicos e agroflorestais revelam meios eficazes na interligação entre o acesso à água e os sistemas de produção sustentáveis e diversificados, aumentando a produtividade, a segurança alimentar e a renda dos agricultores familiares carentes. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para as Comunidades nas Zonas Semiáridas (PRODESZA) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Cariri e Seridó (PROCASE), apoiados pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), e com o cofinanciamento dos governos do México e do Brasil, respectivamente, focam na melhora da produção agrícola e o alívio da pobreza em regiões semiáridas. O PROCASE é implementado no estado mais seco do Brasil – Paraíba – para combater as alterações climáticas usando sistemas de mitigação agroflorestal combinados com produção agrícola sustentável e conscientização ambiental.

A abordagem emprega o sistema de agrossilvicultura sinótico, que pode ser definido como um modelo de produção agrícola que combina espécies de árvores nativas (frutas e/ou madeira) do bioma semiárido nas produções agrícolas e agropecuárias, promovendo benefícios econômicos e ecológicos. As mudas são plantadas utilizando sistemas de colheita interligadas, com a colheita ocorrendo logo após o início do projeto, de modo que o agricultor obtenha uma renda imediata das vendas de vegetais, frutas, forragem animal e culturas, enquanto aumenta as taxas de carbono no solo e evita a desertificação.

O programa de intercâmbio entre o Brasil e o México surgiu à partir dos projetos já executados pelo PROCASE no contexto do plano de emergência de resiliência climática da Paraíba, que inclui as seguintes infraestruturas hídricas para a produção agrícola:

- 539 poços de água e 222 reservatórios subterrâneos, com extração de água através de energias renováveis (energia solar e eólica);
- quatro barragens convencionais de tamanho médio;
- 31 unidades agroflorestais;
- 61 dessalinizadores

Os sistemas de agrossilvicultura foram integrados no plano para aumentar o estoque de carbono no solo e

2 FOME ZERO



© IFAD

produção de forragem para minimizar o desperdício de água usando as reservas dos poços e reservatórios de água. Os sistemas geram aumento da produção pecuária por causa do seu consumo de forragem de qualidade superior, e também favorecem a biodiversidade em geral devido à formação de corredores ecológicos e ao benefício adicional do aumento dos agentes de polinização. Além de mitigar os efeitos das alterações climáticas e melhorar a segurança alimentar e nutricional, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 (Erradicação da Pobreza), 2 (Fome Zero), 6 (Água Potável e Saneamento), 13 (Ação Climática), 15 (Vida Terrestre) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Do ponto de vista socioeconômico, os sistemas agroflorestais também permitem a redução do uso de herbicidas agrícolas, garantindo produção e consumo mais sustentáveis. Os resultados obtidos até à data mostram uma maior segurança alimentar entre os agregados familiares, bem como um impacto positivo na conservação dos recursos naturais e na diversificação das culturas e da produção animal, levando à resiliência climática e à melhoria dos rendimentos. **Até o momento, foram implementados 31 sistemas em uma área de 0.5 ha por agricultor contendo 20 mil mudas e beneficiando diretamente 345 famílias.**

Em novembro de 2019, em resposta a demanda mexicana pela experiência brasileira, o FIDA lançou o primeiro programa de intercâmbio agroflorestal México–Brasil no estado da Paraíba. A visita de intercâmbio foi organizada pelo Programa Semear Internacional com uma bolsa do FIDA no Brasil para a gestão, monitoramento e avaliação do conhecimento e cooperação Sul-Sul focando no desenvolvimento sustentável da região semiárida brasileira. A delegação contou com 30 participantes do México e do Brasil, incluindo a equipe técnica, os pesquisadores, produtores e agricultores vinculados

aos dois projetos e universidades locais.

A atividade incluiu visitas a instituições de pesquisa agroflorestal, unidades de produção de forragem animal, bancos de sementes nativas, estações de colheita de água e armazenamento. Na reunião de debriefing, os participantes concordaram que ambos os países manteriam um diálogo aberto contínuo para a cooperação e troca de experiências em sistemas agroflorestais, e uma série de atividades de acompanhamento foram implementadas em 2020. Em particular, uma parceria brasileira da PROCASE contribuiu para o Fórum Mexicano de Energia Renovável e Assistência Técnica em abril de 2020. O foco principal do Fórum foi a reprodução de experiências bem sucedidas no Brasil e às necessidades atuais dos agricultores familiares no México, especialmente entre grupos liderados por mulheres e pequenos cooperativos trabalhando com produtos florestais não madeireiros, bem como nos novos desafios enfrentados na pandemia COVID-19.

Além disso, foi idealizado um novo evento de capacitação, a Transição Agroecológica, promovida pelo Secretário da Agricultura do México e que será realizada por um dos agricultores anfitriões do intercâmbio, Sr. Rivaldo, que contribuirá como uma nova atividade de acompanhamento dos projetos e está prevista para o segundo semestre de 2020.

Contato:

Nome: Sr. Leonardo Bichara Rocha

Cargo: Oficial do Programa do País

Organização: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

E-mail: l.bichararocha@ifad.org

WhatsApp: + 55 71 99192 4924

NOME DO PROJETO: Programa de Intercâmbio Brasil–México: Sistemas Agroflorestais e Produção Sustentável

PAÍSES / REGIÕES: Brasil, México

INDICADO POR: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Brasil

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.5, 2.4, 2-a, 6.6, 6-a, 8.4, 12.2, 12.8, 13.1, 13-b, 15.1, 15.3, 17.6, 17.7

APOIO: FIDA; Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Comunidades em Áreas Semiáridas (PRODESZA – México); e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Cariri e Seridó (PROCASE – Paraíba, Brasil)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Programa Semear Internacional (implementado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA))

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3hmnax0> (em português)

Pequenos Subsídios, Grandes Conquistas: Como o Compromisso Marroquino à Cooperação Sul-Sul e Triangular Conduziu à Reformas Institucionais e à Transformação Rural em Madagascar

Incentivar a transferência de conhecimentos e lições adquiridas em Marrocos por meio da implementação do *Plano Maroc Vert* (PMV) na África Subsaariana visando alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis 1 e 2

Desafio

A África é um vasto continente que mostra níveis notavelmente diversos de crescimento econômico. Embora alguns países estejam desenvolvendo novos instrumentos e políticas importantes que resultem numa melhoria significativa da sua condição de vida, outros ainda estão em fase de desenvolvimento em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 (Erradicação da Pobreza) e 2 (Fome Zero).

Desenvolver uma abordagem à produção agrícola que seja moderna e sustentável é a chave para erradicar a pobreza rural e acabar com a fome. Para alcançar essas metas será necessário aplicar novas políticas, tecnologias avançadas e sistemas sociais modernos à produção. A transição para novos sistemas agrícolas baseados em parcerias do setor público e privado é essencial para que haja uma colaboração inclusiva e sustentável com os pequenos fazendeiros que serão positivamente impactados pelos resultados. A Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) desempenha um papel crucial na integração regional e na troca de conhecimentos.

Rumo a uma Solução

Em 2008, Marrocos lançou o *Plano Maroc Vert* (PMV), uma estratégia ambiciosa destinada a transformar o setor agrícola marroquino num agente impulsionador do desenvolvimento socioeconômico.

A implementação da PMV conduziu a melhorias significativas: De fato, uma das consequências dessa política proativa foi o aumento dos subsídios públicos e investimentos privados na agricultura, gerando novas oportunidades de emprego e melhorando o desempenho do setor agrícola, tanto economicamente como socialmente. Com base nos resultados positivos alcançados ao longo da última década, Marrocos está agora focado em assumir um papel de liderança na partilha da sua experiência com outros países africanos.

Dentro do contexto do Projeto de Desenvolvimento Rural da Montanha Atlas, O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) concedeu um subsídio de US\$ 1 milhão ao Governo de Marrocos para realizar a visão e desempenhar um papel ativo no Programa de Desenvolvimento Rural da Montanha Atlas de Cooperação Sul-Sul e Triangular. O objetivo é promover a transferência das lições aprendidas do Marrocos através do aumento das melhores práticas e das políticas de desenvolvimento agrícola nos países da África subsaariana.

A primeira etapa deste projeto teve início em 2018 com Madagascar e Costa do Marfim incluindo uma fase intensiva de reuniões, consultas e missões onde todas as partes intervenientes puderam claramente identificar as necessidades e as áreas específicas de compromisso.

Essas atividades iniciais introduziram um mecanismo participativo que levou a um plano de ação concreto nas quais foram identificadas as seguintes áreas temáticas de prioridade: (i) um pilar de estratégias e políticas transversais; (ii) um segundo pilar centrado na produção e no desenvolvimento da cadeia de valor; e (iii) um terceiro pilar centrado na dimensão territorial e na adoção do conceito de "polos agrícolas". Marrocos estabeleceu

2 FOME ZERO



© IFAD

os polos agrícolas como entidades públicas que visam aumentar a concorrência no setor agroalimentar para incentivar as relações de negócios no setor privado a modo de promover investimentos privados e assim, gerar oportunidades de emprego por meio da adoção de sistemas modernizados de produção agrícola.

O Ministério da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Água e Florestas de Marrocos está em próxima colaboração com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Pescas de Madagascar na aplicação de apoio político às abordagens diversificadas da agricultura de pequena escala e nas relações comerciais do setor privado.

Como resultado deste processo, uma conquista histórica é a elaboração das leis agrícolas em Madagascar, fornecendo um quadro legislativo favorável para o envolvimento do setor privado com os pequenos agricultores. Outros processos importantes ainda estão em andamento, tal como a elaboração de uma lei complementar relacionada à regularização das relações de trabalho no setor agrícola em Madagascar.

Inspirado pela experiência marroquina, Madagascar está pesquisando instrumentos financeiros que podem revitalizar e otimizar o desempenho do Fundo de Desenvolvimento Agrícola. O Marrocos partilhou sua metodologia *guichet unique* (sistema único para processos variados), na localização de arquivos e plataformas digitais para garantir coerência na integração de dados entre os sistemas de financiamento agrícola e os sistemas de financiamento público.

Este projeto envolve a elaboração de ferramentas inovadoras para parcerias entre o governo, o setor privado, as instituições financeiras e as seguradoras que incluam guias de usuário e pacotes instrutivos baseados no conhecimento e experiência adquirida do Fundo de Desenvolvimento Agrícola do Marrocos e outros crediários.

Em relação às boas práticas para o desenvolvimento da cadeia de valor, foram realizadas uma série de *workshops* em Marrocos, Madagascar e Costa do Marfim a fim de capacitar os técnicos e instrutores nas práticas de irrigação, inseminação artificial, e rotulagem de produtos.

Além disso, este projeto tem sido fundamental para a criação do *Ifrane*, Centro de Excelência para a Cooperação Agrícola Sul-Sul (Marrocos), uma instituição completa para a concretização da visão estratégica do Governo de Marrocos na prossecução da agenda CSST e na garantia da sustentabilidade do projeto.

O projeto foca bastante nas reformas políticas e está em sincronia com a capacitação, apoio técnico e transferência de tecnologia para práticas agrícolas sustentáveis e resistentes às mudanças climáticas garantindo a sustentabilidade ambiental nas intervenções propostas.

A iniciativa é tanto sustentável quanto reproduzível. De fato, a União das Comores e o Níger já manifestaram um forte interesse em adotar uma abordagem semelhante à marroquina. Com a variedade de recursos inovadores que a PMV utiliza, e o compromisso do Governo de Marrocos, esta iniciativa, na qual o FIDA desempenha um papel fundamental de mediação e financiamento para benefício mútuo, demonstrou ser uma boa prática de cooperação triangular com benefícios mútuos triplicados e com enorme potencial para expansão.

Contato:

Nome: Sr. Naoufel Telahigue

Cargo: Diretor do Projeto no País

Organização: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

E-mail: n.telahigue@fida.org

WhatsApp: +393319871648

NOME DO PROJETO: Projeto de Desenvolvimento Rural Montanha Atlas (PDRMA) / Subsídio CSST

PAÍSES/REGIÕES: Costa do Marfim, Madagascar, Marrocos

INDICADO POR: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 2.3, 17.8, 17.9

APOIO: FIDA

ENTIDADE DE EXECUÇÃO: Governo de Marrocos

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2024

SITE DO PROJETO: Não disponível

Engajamento do Setor Privado na Mecanização Agrícola para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fomentar a segurança alimentar e a expansão rural através do envolvimento do setor privado na Cooperação Sul-Sul

Desafio

A disponibilidade de máquinas e equipamentos adequados e o acesso às mesmas são um dos maiores desafios na mecanização agrícola sustentável da Ásia e do Pacífico, onde a pobreza afeta predominantemente as pessoas que vivem em áreas rurais. Com a exceção de alguns países onde há uma indústria bem desenvolvida na produção de máquinas agrícolas, a maioria dos países nessa região têm capacidade limitada na fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas e frequentemente dependem das importações para satisfazer a demanda do seu mercado interno. Além disso, não há vínculos fortes estabelecidos nas relações comerciais entre as partes interessadas no setor privado desta indústria, o que leva à utilização de máquinas e tecnologias desatualizadas e que muitas vezes são inadequadas nos contextos locais ou para atender às necessidades dos pequenos agricultores de baixa renda nesses países importadores. Para superar estes desafios, é necessário fortalecer as capacidades, proporcionar troca de conhecimentos e reforçar os vínculos das relações comerciais entre as associações de fabricantes e distribuidores de máquinas agrícolas no setor privado. Tais ações resultariam na aceleração do progresso rumo ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero) entre outros ODS na região.

Rumo a uma Solução

Em 2014, O Conselho Regional de Associações de Máquinas Agrícolas (ReCAMA) foi criado pelo Centro de Mecanização Agrícola Sustentável (CEAM) da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), em resposta a um pedido dos Estados Membros e de outras partes interessadas no primeiro fórum regional sobre a matéria Mecanização Agrícola Sustentável na Ásia e no Pacífico. No seu núcleo, a ReCAMA representa uma rede de associações de máquinas agrícolas do setor privado na região Ásia-Pacífico, incluindo fabricantes, distribuidores e outras partes interessadas relevantes. Seu objetivo é promover o uso da mecanização agrícola sustentável na região da seguinte forma: i) reforçar a capacidade das associações nacionais de máquinas agrícolas; ii) facilitar o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas; e iii) reforçar a colaboração e as relações comerciais entre as associações e os seus membros, principalmente através da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O ReCAMA é uma rede participativa e suas atividades são guiadas pelas necessidades dos seus membros. Até o momento, há 20 membros de 14 países, incluindo Bangladesh, China, Índia, Indonésia, Malásia, Mongólia, Nepal, Paquistão, Filipinas, Federação Russa, Sri Lanka, Tailândia, Turquia e Vietnã. **A rede contribui no aumento da disponibilidade, adoção e utilização sustentável de equipamento agrícola a nível regional através da cooperação Sul-Sul, e utiliza um modelo de demanda que envolve uma relação próxima ao setor privado.** Apóia o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), o ODS 2 (Fome Zero), o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), o 15 (Vida Terrestre) e o 17 (Parcerias e Meios de Implementação). A rede tem três funções principais:

- Fomentar o crescimento das capacidades: Cinco sessões de capacitação e pesquisas de campo regionais para fabricantes e distribuidores de maquinaria agrícola tem sido realizadas com sucesso a cada ano desde 2015. Reforçaram as capacidades tecnológicas nacionais tais como, a agricultura de conservação, a agricultura de precisão e a mecanização inteligente do clima, alinhadas aos ODS 1, 2, 13 e 15. Em resposta, os participantes confirmaram que a capacitação melhorou o desempenho das suas funções e que repassavam o os conhecimentos adquiridos aos seus colegas e parceiros.
- Agilizar a criação de relações comerciais e de troca de conhecimentos: O CEAM facilitou a participação da ReCAMA nas principais exposições de máquinas agrícolas na China, Nepal, Tailândia e Turquia, além de realizar sessões de capacitação e pesquisas de campo entre outros eventos da ReCAMA, expondo os agricultores a uma ampla gama de máquinas e equipamentos agrícolas modernos adequados para aumentar a produtividade e a renda.

2 FOME ZERO



© CSAM of ESCAP

Eventos secundários adaptados às empresas semelhantes foram realizados para melhorar a conexão da oferta e demanda entre as associações comerciais e investidores potenciais e para a troca de experiências e conhecimentos. Também foi criado o *Wechat*, um grupo interativo da comunidade ReCAMA, uma prática inovadora para a comunidade da mecanização agrícola sustentável. Com mais de 240 membros, os participantes regularmente trocam experiências sobre novos desenvolvimentos e tecnologias

- Criar produtos de conhecimento que apoiam a tomada de decisões: Possibilitar um entendimento mais claro no âmbito das políticas nacionais, a fim de orientar as decisões empresariais e ajudar os legisladores a identificar as lacunas atuais. Foram lançados em cinco países produtos de conhecimento sobre políticas de comércio e investimento em maquinaria agrícola. Estes incluem estudos sobre políticas de investimento, que estão em expansão no momento para incluir mais países. Também em andamento, está um novo estudo sobre a dinâmica de mercado das máquinas agrícolas em países selecionados.

Algumas das principais realizações do ReCAMA:

- As associações de máquinas agrícolas do setor privado de quatro países (China, Índia, Nepal e Sri Lanka) estabelecem acordos de cooperação entre si para o intercâmbio regular de delegações e outros vínculos de mecanização agrícola sustentável.
- Após participação nos programas CEAM e a experiência adquirida com membros da ReCAMA, o Governo do Camboja está criando a primeira associação nacional de máquinas agrícolas do país, que permitirá fornecer serviços à indústria de maquinaria agrícola aos pequenos fazendeiros por meio de uma plataforma.
- Através da ReCAMA, o CEAM agilizou a doação de máquinas agrícolas pelo setor privado às cooperativas e mulheres agricultoras na China e no Nepal, para reduzir a pobreza e ampliar o uso das tecnologias adequadas nas áreas rurais, apoiando ao ODS 1.4.
- Em um levantamento das atividades da ReCAMA realizado em agosto de 2018, mais de 75 por cento dos entrevistados disseram que haviam empregado o uso de tecnologias mais avançadas, por causa da iniciativa ReCAMA. Sequem dois exemplos específicos do impacto dos resultados:
- Um participante da ReCAMA nas Filipinas indicou que o projeto o motivou a contratar mais engenheiros agrícolas, o que, por sua vez, melhorou os serviços pós-venda da empresa. Ele conheceu novos fabricantes de motores agrícolas e expandiu o seu negó-

cio com os fornecedores indianos. Também consolidou outros negócios que estão em andamento com fabricantes chineses de maquinaria agrícola.

- Um participante da ReCAMA de Bangladesh indicou que o projeto lhe possibilitou introduzir tecnologia de colheita mais avançada à indústria de mecanização agrícola no seu país.

A ReCAMA é uma rede operada por seus membros e baseada nos princípios de cooperação Sul-Sul, que vem proporcionado mais oportunidades de colaboração entre os seus participantes. A rede se beneficia diretamente da contribuição entre os parceiros e colaboradores de gestão nas suas atividades. Além de confirmar um número significativo de participantes autofinanciados, contribuindo assim para uma maior sustentabilidade. Também representa um modelo facilmente reproduzível, especialmente em regiões ou sub-regiões com uma indústria emergente de máquinas agrícolas. As iniciativas do governo e o apoio político na criação e consolidação de relações comerciais e sua manutenção, bem como o compromisso ativo das partes interessadas à expansão e implementação à nível nacional e regional, são fatores fundamentais para alcançar os resultados desejados.

Contato:

Nome: Dr. Yutong Li

Cargo: Diretor-Geral

Organização: Centro de Mecanização Agrícola Sustentável da Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia e o Pacífico

E-mail: li78@un.org

Nome: Sr. Anshuman Varma

Cargo: Oficial de Programa

Organização: Centro de Mecanização Agrícola Sustentável da Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia e o Pacífico

E-mail: varmaa@un.org

Nome: Sra. Yuee Feng

Cargo: Assistente Sênior de Gestão do Programa

Organização: Centro de Mecanização Agrícola Sustentável da Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia e o Pacífico

E-mail: feng1@un.org

NOME DO PROJETO: Engajamento do Setor Privado na Mecanização da Agricultura Sustentável para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, China, Índia, Indonésia, Malásia, Mongólia, Nepal, Paquistão, Filipinas, Federação Russa, Sri Lanka, Tailândia, Turquia, Vietnã

INDICADO POR: Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 2.3, 2.4, 12.2, 12.3, 12.4, 13.1, 15.3, 17.9

APOIO: Associações de fabricantes e distribuidores de máquinas agrícolas do setor privado

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Centro de Mecanização Agrícola Sustentável da ESCAP

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2014–2024

SITE DO PROJETO: <http://recama.un-csam.org>



Aplicativo *Harvest IT* para Agricultores

Fornecer um 'portal de informações' aos agricultores da região dos Estados Árabes, da Europa e da Comunidade dos Estados independentes (CEI)

Desafio

A gestão sustentável dos recursos naturais é especialmente importante em zonas de secas onde, devido aos efeitos crescentes das mudanças climáticas, a água está se tornando um recurso escasso e precioso. Este fato se destaca nos países árabes, nos quais a quantidade de água per capita é a menor do mundo. As secas também afetam outros países próximos à região Oriente, do Norte de África, da Europa e da Ásia Central (NEN) que não têm uma história de escassez de água. Outro desafio sério para a região da NEN é que os países mais populosos com maiores concentrações de população de baixa renda enfrentam níveis decrescentes de renda provinda de recursos naturais.

O fortalecimento da colaboração na região NEN através da cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) é fundamental para garantir mais segurança alimentar e redução da pobreza nas regiões rurais.

Rumo a uma Solução

O projeto da Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Agrícola e a Segurança Alimentar (CSST-DASA), apoiado conjuntamente pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Banco de Desenvolvimento Dinâmico (IsDB) e o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), visava contribuir para enfrentar os desafios acima referidos. O foco principal foi em expandir ainda mais a cooperação Sul-Sul e triangular entre os países da região da NEN e outros, através da identificação, testagem de projetos piloto, e documentação de modelos e abordagens bem sucedidas prontos para reprodução dentro dos Estados Árabes, Europa e região da CEI. Ao facilitar a troca de conhecimentos e outras formas de cooperação o projeto focou em preencher lacunas existentes no: acesso dos jovens e das mulheres à soluções inovadoras adequadas; no treinamento de profissionais, na capacitação de qualidade em autogestão de organização e no acesso à instalações básicas para produção.

O aplicativo *Harvest IT* é um dos produtos de conhecimento desenvolvidos no projeto CSST-DASA, fornece uma plataforma de acesso à informações dos agricultores dos Estados Árabes, da Europa e da CEI. A solução de tecnologia da informação e comunicação (TIC) contém uma série de temas agrícolas, que incluem, dependendo do país, gestão de qualidade de fazendas agrícolas, utilização eficaz da água para irrigação, dimensões importantes da produção de forragem e leite e gestão do solo. As informações são apresentadas através de plataformas interativas com fotos, calculadoras personalizadas para agilizar a tomada de decisões, dados de segurança e links para recursos adicionais. Os agricultores aproveitam as soluções práticas na seção de sugestões práticas, dicas e conhecimento primário através na seção de manuais e publicações. Uma vez baixada, o aplicativo não requer conexão à Internet para funcionar. Os agricultores também podem compartilhar o aplicativo com seus colegas na conexão *Bluetooth*.

A ideia foi inspirada no aplicativo móvel MEVA, desenvolvida no Uzbequistão. Os temas abordados em cada país foram definidos pelos parceiros nacionais do projeto – Ministérios da Agricultura, que consultou à avaliação especializada de procura de informação por parte dos agricultores. Eles também delegaram e aprovaram especialistas nacionais para trabalhar no conteúdo específico do país. Através desta necessidade, os produtores agrícolas rurais da Hungria, da República do Quirguistão, do Sudão e da Turquia conseguiram facilmente acessar as informações atualizadas sobre o sucesso da gestão nas suas fazendas. Os respectivos ministérios



© UNOSSC

da agricultura promoveram ainda mais o aplicativo, alcançando produtores rurais das comunidades alvo. Por exemplo, na Hungria, a série de capacitação para as cooperativas de agricultores integrou uma área dedicada à gestão das normas administrativas e sanitárias recomendadas para garantir que os produtores rurais estejam seguindo as mesmas verificando a relevância e adequação das medidas tomadas. Embora o número exato de agricultores que instalaram e utilizaram o aplicativo não seja rastreável, o resultado indireto do seu impacto é refletido e destacada pelos parceiros nacionais. Atualmente, o aplicativo fornece conhecimentos e dicas práticas relevantes às condições ambientais, naturais e socioeconômicas dos Estados árabes, da Europa e da região da CEI.

Considerando que o público-alvo é o agricultor, o aplicativo pode ser baixado gratuitamente nos sistemas Android e iOS¹. Todo o conteúdo também está disponível online no website².

Também se destaca que mesmo nas condições de conexão à Internet reduzida nas regiões remotas e de baixa literacia digital dos habitantes rurais uma vez baixada, o aplicativo pode ser compartilhado com outros agricultores sempre que necessário, assegurando assim o efeito multiplicador dos resultados.

Acesso fácil ao conhecimento e dicas práticas acima de tudo beneficia aos jovens e mulheres, especificamente, aqueles que têm menos acesso à educação. Conhecer e implementar as práticas, cálculos e conselhos contidos no aplicativo e enriquecer as qualidades nutricionais das terras, seguindo os padrões sanitários, e selecionando intervenções adequadas de melhoria à saúde, fatores adicionais na garantia da segu-

1. IOS: www.apps.apple.com/us/app/harvest-it-app-practical-info/id1413174710?ls=1 Android: www.play.google.com/store/apps/details?id=com.iziss.unssc.harvestit
2. www.sstc-adfs.southsouthworld.org/knowledge-products/harvestit-country-components

rança alimentar e de nutrição das comunidades impactadas.

Os Ministérios da Agricultura e os principais centros de excelência no domínio da agricultura estão melhor posicionados para identificar a área de produção agrícola para a implementação do aplicativo e sua adaptação conforme às necessidades particulares dos vários países da CSS. A produção de conhecimentos e de ferramentas TIC para garantir o acesso imediato dos agricultores à informação reflete o elevado nível de conhecimentos especializados e os esforços coordenados das instituições nacionais. A promoção do aplicativo ainda pode ser melhorada através da divulgação em eventos agrícolas nacionais, cursos públicos e privados entre outros eventos de capacitação.

No âmbito do CSS, o aplicativo é:

- uma reprodução de uma solução do sul, adaptada e enriquecida com novos conhecimentos, temas e países abrangidos, inovações ampliadas e valor acrescentado;
- um instrumento de apoio e promoção à troca de conhecimentos entre as comunidades rurais dos Estados Árabes, da Europa e da região da CEI, com funcionalidades que antecipam a atualização regular e estendem a cobertura nos países;
- uma tecnologia que pode ser reproduzida com conteúdo que pode ser compartilhado e uma cobertura que pode ser estendida à outros países.

Contato:

Nome: Divisão dos Estados Árabes, da Europa e da União Europeia;
Comunidade dos Estados independentes (CEI)
Organização: Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul
E-mail: ssc.arabstates@unssc.org

NOME DO PROJETO: Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Agrícola para a Segurança Alimentar (CSST - DASA)

PAÍSES/REGIÕES: Argélia, Hungria, República do Quirguistão, Sudão, Tunísia, Turquia e Usbequistão

INDICADO POR: Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.3, 2.4

APOIO: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsBD)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNOSSC, Ministérios da Agricultura dos países participantes

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32iQXjQ>

Melhoramento da Cadeia de Valor da Mandioca para Fortalecer a Segurança Alimentar e a Nutrição no Congo

Reforçar as capacidades das comunidades rurais para diversificar e melhorar os seus sistemas alimentares, fontes de rendimento e qualidade na produção de alimentos, com melhores equipamentos e ferramentas

Desafio

Como grande produtor e consumidor de mandioca, a República do Congo prioriza o intercâmbio de tecnologias melhoradas e inovações na cadeia de valor da mandioca. Apesar da importância da mandioca para a segurança alimentar e nutrição no país, a maioria da população ainda depende de métodos manuais tradicionais para processar e produzir derivados do produto como gari.

O método rudimentar de processamento é muito demorado, desgastante e ineficiente em termos de custo-benefício para os agricultores rurais. Alguns dos processos, como torrefacção e gradeamento, requerem trabalho físico intenso com altos riscos de lesão. Além disso, existe uma falta de diversidade de produtos derivados da mandioca, que limita o acesso aos mercados e à renda. Investir em troca de conhecimentos entre os países africanos, de novas tecnologias e produtos adaptáveis ao contexto da República do Congo e que podem ser fabricados localmente com máquinas melhoradas ajudaria a garantir a segurança alimentar e a reduzir a pobreza nas zonas rurais.

Rumo a uma Solução

Após o pedido conjunto do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e do Governo da República do Congo, facilitado pelo Centro Regional de Excelência Contra a Fome e a Subnutrição (CERFAM) na Costa do Marfim, Peritos e técnicos da Costa do Marfim e do Benim estão trabalhando com entidades nacionais e locais da República do Congo para aumentar o desempenho do sector agrícola, melhorar a cadeia de valor da mandioca, e aumentar a produtividade dos fazendeiros cujas fontes de renda poderiam se diversificar num futuro muito próximo. Os especialistas do programa colaboram partilhando recursos e técnicas. Desde novembro de 2019, início do projeto, isso tem ajudado a introduzir novas tecnologias, introduzir boas práticas e a compartilhar conhecimentos e experiências em áreas como a fabricação de máquinas (equipamentos e ferramentas para impulsionar a produção de gari e attieké de boa qualidade) e o processamento da mandioca.

Esta iniciativa de Cooperação Sul-Sul entre a República do Congo, a Costa do Marfim e o Benim visa capacitar as comunidades rurais, especialmente as mulheres e os jovens rapazes, a se beneficiarem igualmente de produtos agroalimentares, incluindo o processamento da mandioca através do reforço das suas capacidades e competências para diversificar e melhorar os seus sistemas alimentares, variar as suas fontes de consumo e melhorar a qualidade dos alimentos produzidos com a utilização de matérias-primas agrícolas locais nas suas regiões com os equipamentos e ferramentas manufaturados. A assistência técnica reuniu especialistas dos Ministérios da Agricultura da Costa do Marfim e Benin, do Instituto de tecnologia da Costa do Marfim e do CERFAM, que é o primeiro Centro de Excelência na África. Este é o resultado de uma parceria entre o Governo da Costa do Marfim e o PMA para apoiar os países nos seus esforços nacionais para desenvolver e implementar políticas e programas sustentáveis e assim, alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 (Fome Zero) e combater todas as formas de subnutrição, em conformidade com a Agenda 2030.

A abordagem da iniciativa inclui um forte componente de desenvolvimento da capacidade humana, que assegura a assimilação e a sustentabilidade a longo prazo de novas e inovadoras técnicas e conhecimentos especializados, garantindo a segurança alimentar e uma adequada nutrição, bem como a disponibilidade de recursos financeiros.

O suporte técnico consistia em três partes: i) uma análise das necessidades das populações locais e da situação

2 FOME ZERO



©WFP

da produção local; ii) capacitação sobre a produção de máquinas de produção de mandioca; e iii) capacitação em transformação de mandioca em *gari* e *attiéké*. Após essa missão, os grupos-alvo foram capazes de monetizar a técnica aprendida e a tecnologia adquirida para processar mandioca, melhorando sua segurança alimentar e nutricional, aumentando sua renda e promovendo o desenvolvimento rural.

Após discussões com o Ministro da Agricultura e com as partes interessadas locais, a missão de avaliação foi capaz de captar as necessidades essenciais e imediatas da população-alvo e desenvolver soluções adequadas e baseadas localmente para melhorar a cadeia de valor da mandioca. Os especialistas observaram demonstrações de campo da produção local de *gari*, especificamente o tipo de máquina usada e como era operada. Isso resultou em uma compreensão profunda dos métodos de produção locais, desafios e como, com um ajuste muito simples na maquinaria, poderiam ter impacto na vida dos agricultores e aliviar a sua carga de trabalho. Estes intercâmbios contribuíram para uma melhor adaptação da formação, que respeita o contexto e adapta o equipamento às restrições locais, tais como o tipo de combustível e os materiais disponíveis.

Após a análise, a primeira fase de treinamento foi ensinar a produção de máquinas mais modernas para processamento de mandioca. 26 técnicos das áreas locais aprenderam conhecimento teórico sobre as diferentes partes do equipamento e aplicaram as mesmas produzindo uma linha de máquinas de processamento de mandioca com a assistência dos especialistas. No final do treinamento, sete máquinas foram produzidas para criar derivados da mandioca. A segunda fase focou na capacitação dos participantes no processamento da mandioca com o equipamento recém-introduzido. Nas sessões teóricas, os participantes aprenderam sobre o procedimento específico para produzir *gari*, que tem sido consumido no Congo desde a década de 1970. O *attiéké*, que é um produto muito popular derivado da mandioca na Costa do Marfim, foi também introduzido aos participantes do curso. Após a sessão teórica, os participantes testaram as novas máquinas e produziram 40 kg de *gari* e 32 kg de *attiéké* de qualidade.

A abordagem participativa é um componente chave da sustentação da iniciativa, envolvendo o governo local e a comunidade na elaboração da iniciativa de assistência, que pode responder melhor às necessidades da população local com soluções relacionadas ao contexto. A aprendizagem e o intercâmbio entre África e África desempenharam um papel crucial para se concentrarem no passo a passo da implementação e em ações concretas para alcançar os objetivos da colaboração. A Costa do Marfim e o Benim enfrentaram estes desafios e conheceram o caminho para superá-los, mas precisavam interagir com as partes interessadas congoleesas para compreender o contexto do seu apoio e moldá-lo em conformidade.

Esta iniciativa encoraja a partilha de conhecimentos e tecnologia para melhorar a cadeia de valor da mandioca. Promove também contatos e redes entre peritos e autoridades do sector agrícola, explorando novas oportunidades de trabalhar em conjunto no futuro. As soluções propostas poderiam ser mais adaptadas, uma vez que os países vizinhos enfrentam desafios semelhantes e partilham culturas semelhantes. Tais atividades poderiam ser replicadas na sub-região, uma vez que a mandioca é consumida em grande parte na região, adaptando-se ao contexto e restrições locais (por exemplo, a disponibilidade de matérias-primas para a produção de equipamento e de eletricidade).

Contato:

Nome: Sr. Issa Sanogo

Cargo: Diretor do Centro Regional de Excelência contra a Fome e Desnutrição (CERFAM)

Organização: Programa Mundial da Alimentos (PMA) Costa do Marfim

E-mail: issa.sanogo@p.org

Nome: Sra. Christiani Buani

Cargo: Chefe de Operação, CERFAM

Organização: Programa Mundial da Alimentos (PMA) Costa do Marfim

E-mail: christiani.buani@wfp.org

NOME DO PROJETO: Assistência Técnica da Costa do Marfim e do Benim para Apoiar o Melhorar da Cadeia de Valor da Mandioca na República do Congo

PAÍSES/REGIÕES: Benim; Costa do Marfim; República do Congo

INDICADO POR: Centro Regional de Excelência contra a Fome e a Desnutrição (CERFAM)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.4, 2.1, 4.4, 9.2, 12.2, 17.3, 17.6, 17.9

APOIO: Programa Mundial de Alimentos (PAM)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério dos Agricultores e Desenvolvimento Rural da Costa do Marfim, empresa marfinense especializada em tecnologia tropical; Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca do Benim

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: Novembro de 2019 – Dezembro de 2020

SITE DO PROJETO: cerfam.org



O Papel da Índia no Incentivo à Colaboração Intraregional para Fortificação do Arroz

Aproveitar a Experiência da América Latina na Redução de Deficiência de Micronutrientes

Desafio

As deficiências de micronutrientes são mais comuns em áreas onde o arroz é um importante contribuinte para as dietas das pessoas. Estas podem constituir uma ameaça para a saúde das pessoas, especialmente das crianças, cujo desenvolvimento pode ser afetado a longo prazo. Nos últimos anos, a fortificação do arroz com vitaminas e minerais ganhou impulso na Índia e em outros países asiáticos afetados por altas taxas prevalentes de deficiências de micronutrientes. A fortificação bem sucedida do arroz requer um planejamento, uma análise cuidadosa, parcerias multissetoriais e o envolvimento dos setores públicos e privados.

Ao abordar as necessidades das grandes populações, os países enfrentam desafios semelhantes no aumento da produção de arroz fortificado de alta qualidade, como uma paisagem de moagem dispersa e descentralizada. Como resultado, muitos países estão trabalhando para a consolidação da cadeia de valor do arroz. Além disso, a defesa de direitos e a partilha de informações são essenciais para impulsionar a vontade política de desenvolver e ampliar um programa de fortificação do arroz.

Rumo a uma Solução

Com o objetivo de solucionar as deficiências de micronutrientes, desde 2013, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) vem trabalhando com o governo indiano para introduzir fortificação em toda a cadeia de valor do arroz. As principais áreas de colaboração incluíram a introdução da fortificação do arroz em programas da rede de segurança, a condução de políticas, a definição de padrões baseados em evidências, a facilitação de eventos de compartilhamento de conhecimento e a conscientização do setor privado para ampliar a produção.

Com base nesta experiência, o PMA pôde apresentar com sucesso o caso da inclusão de arroz fortificado nas redes de segurança governamentais. Isso levou ao desenvolvimento de um Esquema de Setor Central para a distribuição de arroz fortificado no sistema de distribuição pública sob o Ministério indiano de alimentação, Assuntos do Consumidor e Distribuição Pública, bem como no esquema de Serviços Integrados de Desenvolvimento da Criança (SIDC) e no esquema de Refeições do Meio-dia. Estes esquemas alcançam quase 800 milhões de pessoas na Índia que estão na maioria em risco de malnutrição.

Reconhecendo as conquistas indianas na redução das deficiências de micronutrientes através da fortificação do arroz, os países vizinhos demonstraram interesse em explorar a Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) para aprender com esta experiência. Os conhecimentos especializados indianos em garantia de qualidade, de rotulagem de alimentos e as estratégias adotadas para promover o arroz fortalecido são considerados um exemplo para muitos países vizinhos da região. Para responder aos pedidos do governo, o PMA facilitou a CSST com o Sri Lanka e o Butão como um meio eficaz de estimular a aprendizagem entre os países com contextos semelhantes, a fim de reforçar a fortificação do arroz, melhorar a segurança alimentar e disseminar as políticas nacionais. Estas trocas Sul-Sul incluíram não só a promoção do diálogo técnico e a defesa de direitos, mas também a ajuda a estes países para contextualizar as melhores práticas indianas.

Com o apoio do PMA, por exemplo, o Sri Lanka visitou a Autoridade de Normas para a Segurança Alimentar da Índia (FSSAI) em 2019, para conhecer os princípios da implementação de normas e especificações mínimas de fortificação na Índia. A pesquisa de campo à Índia destacou especialmente a importância da criação do



© WFP

logo F+ que certifica que um produto fortificado respeita as normas e especificações estabelecidas pelas autoridades indianas. Além disso, Sri Lanka dedicou especial atenção à campanha social de mudança comportamental *Eat Right India* (Comer Direito Índia) desenvolvida pela FSSAI para promover o uso de alimentos fortificados pelos consumidores e um estilo de vida saudável para o povo indiano. Para o Sri Lanka, a visita ajudou a melhorar a base de conhecimentos a nível político sobre o arroz fortificado. Outras lições da visita incluíram uma melhor compreensão do processo de padronização da fortificação de alimentos, monitoramento da qualidade do arroz fortificado, grãos de arroz fortificados e a necessidade de produção doméstica de arroz fortificado. A visita faz parte de uma série de pesquisas de campo, cada uma das quais se concentra num aspecto específico da política indiana.

O Butão também aproveitou os conhecimentos da Índia para progredir no seu programa de fortificação do arroz. No Butão, as doenças não transmissíveis são uma preocupação crescente em termos de saúde, responsáveis por mais de metade de todas as mortes no país. A conscientização e os programas de publicidade sobre dieta, hábitos alimentares e saúde são fundamentais para reduzir o risco de doenças causadas por doenças transmitidas pelos alimentos. Através do PMA e facilitada pela CSST, em 2019 uma delegação sênior do Butão visitou laboratórios de testes de alimentos e estabelecimentos de alimentos na Índia. Visou apoiar a garantia de qualidade para o programa de fortificação de alimentos implementado pela FSSAI e aprender sobre o campanha *Eat Right India*. Esta pesquisa de campo permitiu ao Butão compreender melhor a campanha social de nutrição e introduzir algumas destas lições aprendidas em sua própria estratégia nacional de nutrição.

Além de ser uma referência para outros países, a Índia também alavancou a Cooperação Sul-Sul rumo a um ambiente favorável e para promover a capacitação em como implementar normas obrigatórias de fortificação do arroz, a fim de aumentar os esforços de fortificação nas entidades de segurança social do governo e no mercado aberto. Por exemplo, em 2019, o PMA facilitou uma pesquisa de campo de alto nível de funcionários do governo indiano à Costa Rica, que tem o programa de fortificação obrigatória de arroz mais bem sucedido do mundo, com 100 por cento de arroz certificado. A visita permitiu que

representantes do Governo indiano identificassem as normas legislativas e regulamentares chaves na implementação do arroz fortificado.

Após a sua visita à Costa Rica, a Índia está considerando adotar a prática de criar uma Comissão de Micronutrientes que reunirá as partes interessadas intersectoriais responsáveis por todas as tomadas de decisão na fortificação dos alimentos, com foco no arroz fortificado. As múltiplas trocas sobre a fortificação do arroz dentro e fora da Ásia demonstram a força do CSST como uma modalidade de aprendizagem entre semelhantes a modo de ajudar os países a avançar os esforços na garantia a segurança alimentar e a nutrição para todos. Além disso, com o apoio do PMA, **estas trocas permitem contextualização entre os países e deliberações políticas nas suas respectivas áreas para criar mecanismos que considerem mais eficazes.**

Décadas de experiência provaram que a fortificação de alimentos em grande escala é uma intervenção sustentável, segura e eficaz com impacto significativo na saúde pública. O aproveitamento dos recursos as modalidades do CSST ajudou a alcançar a produção sustentável de arroz fortificado e apoiou ao Governo indiano a estabelecer uma abordagem multiparticipativa e multidimensional (técnica, política e empresarial). O CSST também garantiu o compromisso do governo e o financiamento consistente. Este projeto pode ser adaptado em países com um contexto semelhante e que promovam a defesa de políticas de integração da fortificação do arroz nas redes de segurança do governo. Como requisitos, o país deve manter boas práticas de cooperação com especialistas para facilitar o processo e deve haver uma necessidade clara do governo anfitrião de implementar a iniciativa CSST.

Contato:

Nome: Sra. Adriana Bianco

Cargo: Consultora de Nutrição

Organização: Programa Mundial de Alimentos (PMA)

E-mail: adriana.bianco@PMA.org

Nome: Sra. Shariqua Yunus

Cargo: Assessora de Nutrição Sênior

Organização: PMA Índia

E-mail: shariqua.yunus@PMA.org

NOME DO PROJETO: O Papel da Índia no Incentivo à Colaboração Intra-regional para Fortificação do Arroz e Aproveitar as Experiências da América Latina na Redução de Deficiências de Micronutrientes

PAÍSES/REGIÕES: Butão, Costa Rica, Índia, Sri Lanka

INDICADO POR: Governo de Índia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.2

APOIO: Programa Mundial de Alimentos (PMA)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PMA, Governo indiano, Governo da Costa Rica, Governo do Sri Lanka

ESTADO DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2013 – em andamento

SITE DO PROJETO: Não disponível

Gestão Pós-colheita e Oportunidades de Expansão para Pequenos Produtores de Arroz e Milho

2 FOME ZERO



Reforçar a resiliência dos pequenos agricultores vulneráveis às mudanças climáticas no Sri Lanka, através do PMA e facilitada pela Cooperação Sul-Sul com a China

Desafio

O Sri Lanka é o sexto país mais afetado a nível mundial por fenômenos meteorológicos extremos. As secas recorrentes e as chuvas repentinas resultam em grandes perdas para os pequenos agricultores, especialmente para as duas principais culturas, arroz e milho. Neste cenário, os pequenos agricultores no Sri Lanka enfrentam múltiplos desafios, desde a produção até à gestão pós-colheita, que colocam em risco a sua segurança alimentar e os seus meios de subsistência.

Na gestão pós-colheita, os principais desafios são a tecnologia e técnicas inadequadas para colher, secar/processar o arroz e o milho, a falta de sistemas de valor agregado e o acesso limitado aos mercados e contribuem para um ciclo vicioso de dívida e pobreza entre os pequenos agricultores.

Rumo a uma Solução

Em resposta ao pedido do Sri Lanka, o Programa Mundial de Alimentos (PMA), em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), tem estado trabalhando em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento de Economia e Política e o Ministério da Agricultura no Sri Lanka para implementar um projeto piloto Sul-Sul e assim, enfrentar os principais desafios dos pequenos agricultores no terreno, com apoio financeiro do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (MARA) da República Popular da China. O apoio técnico foi possibilitado pelo Centro de Excelência (CoE) do PMA na China e pela Academia de Ciências Agrícolas Jiangsu (JAAS), com o propósito de aumentar a resiliência e a subsistência dos pequenos agricultores que cultivam arroz e milho em lidar com as mudanças climáticas em zonas secas selecionadas no Sri Lanka.

Ao facilitar a Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST), o projeto visa preencher as lacunas de capacidade dos pequenos agricultores do Sri Lanka, fornecendo tecnologia inovadora e capacitação profissional na gestão pós-colheita da China, um parceiro Sul-Sul chave neste domínio. O projeto também visa fortalecer a capacidade dos funcionários do governo relevantes no Ministério das Finanças, Economia e Desenvolvimento de políticas do Sri Lanka e Ministério da Agricultura para apoiar a agricultura resistente às mudanças climáticas. Na sequência de uma abordagem inovadora, este projeto é a primeira iniciativa piloto PMA-FAO no âmbito do CSST e contribui para a criação da capacidade do 'Projeto R5n' do PMA no Sri Lanka.

O projeto foi implementado em fases:

- Começou com uma missão conjunta da PMA-FAO no Sri Lanka em julho de 2019. Num forte espírito de colaboração, as agências baseadas em Roma (RBAs) realizaram consultas conjuntas com autoridades nacionais e regionárias para identificar as necessidades do governo anfitrião e visitaram duas cooperações de agricultores, a fim de dialogar com os pequenos fazendeiros e identificar os principais desafios no terreno. A missão conjunta PMA-FAO permitiu que as agências identificassem as principais áreas de colaboração e a maneira de aproveitar suas vantagens competitivas para apoiar o Governo do Sri Lanka através do CSST com a China.
- A missão foi seguida por uma rápida avaliação para identificar necessidades de aprendizagem e lacunas de capacidade da produção à gestão pós-colheita. Os principais resultados da avaliação confirmaram que os pequenos agricultores tinham utilizado métodos de colheita e secagem ineficientes e ferramentas desatualizadas, que têm impacto na qualidade, aumentam as perdas pós-colheita e diminuem os preços no mercado. Isto informou o desenvolvimento de uma proposta de projeto com um pedido de detalhado para o CSST



© WFP

com a China.

- Em Dezembro de 2019, dez pequenos agricultores do Sri Lanka, líderes, e funcionários do governo participaram de uma pesquisa de campo à China. Com treinamento prática no terreno, os participantes do Sri Lanka, acolhidos pelo JAAS, aprenderam sobre o modelo usado na China de práticas e equipamento de processamento de arroz, armazenamento básico, cooperativas de agricultores, agregação de valor e apoio aos agricultores para obterem acesso, bem como as políticas chinesas de extensão rural.

As principais aprendizagens contribuem para melhorar a eficiência e o rendimento da produção de grão do Sri Lanka, que trabalham estritamente para melhorar a cadeia de valor do arroz e do milho, bem como para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 (Fome Zero). Após a visita à China, os pequenos agricultores e representantes do governo têm estado envolvidos em diálogos e *workshops* para repassar os conhecimentos aprendidos a outros, após participar de uma capacitação de instrutores.

As atividades do projeto têm contribuído para explorar e analisar as lacunas de capacidade desde a produção até à gestão pós-colheita, e para preencher essas lacunas nas práticas de processamento do arroz, equipamento, armazenamento, desenvolvimento da cadeia de valor, agregação de agricultores e desenvolvimento de políticas.

- Atualmente, uma missão técnica de especialistas JAAS no Sri Lanka está sendo preparada. Os especialistas chineses irão apresentar uma série de programas de capacitação de instrutores (ToT) para líderes de organizações de pequenos agricultores e oficiais governamentais. Em resposta ao impacto do COVID-19, estão a

ser desenvolvidas sessões de formação online.

- Esses representantes replicarão o treinamento para 1.000 agricultores em dois locais de projeto, concentrando-se em práticas de produção agrícola resilientes ao clima, gerenciamento pós-colheita e sistemas de valor agregado. As sessões de treinamento e aprendizado por semelhantes ajudarão a promover uma rede de suporte entre pequenos proprietários para integrar as novas técnicas no trabalho que estão em andamento à outros quatro distritos onde o Projeto R5n do PMA está sendo implementado.
- Aproveitando as vantagens competitivas do PMA–FAO, os resultados deste piloto informarão uma fase de expansão ainda maior de um projeto apoiado pela CSST e elaborado pelo PMA–FAO. A fase de expansão focará nos distritos adicionais e fornecerá apoio total aos pequenos agricultores ao longo do ciclo da cadeia de valor, alavancando a experiência chinesa. Esta fase piloto também informará a futura colaboração da RBA no terreno através de iniciativas conjuntas do CSST.

Contato:

Nome: Sra. Carola Kenngott

Cargo: Coordenador da Divisão de Cooperação Sul-Sul,

Organização: Programa Mundial de Alimentos (PMA)

E-mail: carola.kenngott@wfp.org

Nome: Sra. Rohini Singarayer

Cargo: Consultor de programas e políticas

Organização: Programa Mundial de Alimentos (PMA) Bangkok região - al Bureau

E-mail: rohini.singarayer@wfp.org

NOME DO PROJETO: Gestão Pós-colheita e Oportunidades de Expansão para Pequenos Produtores de Arroz e Milho

PAÍSES/REGIÕES: China, Sri Lanka

INDICADO POR: Governo do Sri Lanka

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.1, 2.3

APOIO: Programa Mundial de Alimentos (PMA); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Governo da China

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Escritório Regional do PMA da Sri Lanka; Centro de Excelência do PMA na China; Ministério da Agricultura e dos Assuntos Rurais (MARA) da China; Governo do Sri Lanka; FAO

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2020

SITE DO PROJETO: Não disponível

Aumento da Alimentação Escolar em Moçambique através da Cooperação Sul-Sul e Triangular

2 FOME ZERO



Alcançar os mais vulneráveis e contribuir para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2

Desafio

O acesso à alimentação em Moçambique é um desafio para a população devido à pobreza e a um sistema alimentar doméstico instável e vulnerável a choques. Conflitos internos e desastres naturais criam um ambiente complexo que afeta a segurança alimentar e a nutrição. Em 2010, 80 por cento da população não tinha acesso à recursos mínimos para uma dieta adequada. As deficiências de micronutrientes são generalizadas, e a desnutrição crônica continua sendo a preocupação centra, afetando 43 por cento das crianças com menos de cinco anos de idade.

Rumo a uma Solução

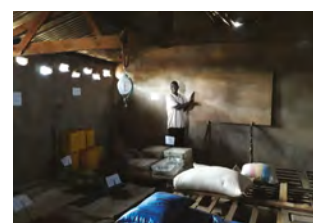
Desde 1977, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) tem implementado e dirigido programas de alimentação escolar em Moçambique, a fim de resolver as deficiências de segurança alimentar e nutrição das crianças mais vulneráveis. O seu programa em Moçambique chegou a alcançar mais de 190 mil crianças, e continua a ser um dos mais antigos programas do PMA. Durante mais de uma década, o PMA apoiou o Governo de Moçambique na alavancagem da cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) como um veículo para facilitar a transição de um programa de alimentação escolar conduzido pelo PMA para um programa de propriedade nacional.

Como parte deste esforço, o CSST tem sido identificado como um meio de apoio chave a esta transição, permitindo que Moçambique pudesse explorar a experiência brasileira na alimentação escolar para promover a mudança de políticas e o potencial fortalecimento da capacidade institucional.

Impulsionado pela demanda do governo anfitrião, o PMA começou a facilitar o CSST com o governo brasileiro em 2010. O programa de alimentação escolar brasileiro (PNAE) é um dos mais antigos e maiores do mundo. É conhecida internacionalmente como uma boa prática para integrar a aquisição de alimentos frescos de pequenos agricultores locais, menus escolares específicos ao contexto e educação nutricional. Explorando a experiência do Governo do Brasil, o PMA tem apoiado o Governo de Moçambique para estabelecer e ampliar a sua alimentação escolar nacional (PRONAE).

Assim, esta parceria tripartida entre Moçambique, Brasil e PMA contribui na reprodução do programa de alimentação escolar implementado pelo PMA a um programa nacional de alimentação escolar sustentável (PRONAE). O programa nacional foi oficialmente aprovado pelo Conselho de Ministros em 2013. A abordagem multissetorial do PRONAE apoia o fornecimento de cestas alimentares diversificadas nas escolas, vermifugamento, educação em alimentação e nutrição, produção de cultivos nas escolas e compras de alimentos locais. O PRONAE foi estabelecido com três objetivos concretos: Melhorar o estado nutricional e de saúde dos estudantes, fornecer educação alimentar e nutricional nas escolas e desenvolver habilidades para a produção agrícola e pecuária. Para consolidar os intercâmbios bilaterais de conhecimento, em 2011, o Centro de Excelência do PMA (CoE) Contra a Fome no Brasil foi solicitado por ambos os governos a fornecer assistência técnica a Moçambique e a promover mais espaços para o diálogo político em fases específicas do PRONAE.

A fase I do projeto-piloto CSST (2013-2015) enfatizou uma abordagem multissetorial, participação comunitária e compra institucional de alimentos produzidos localmente. A fase envolveu 12 escolas e testaram dois modelos de implementação, um centrado na escola e um centrado no distrito. O Governo brasileiro forneceu apoio



©WFP

técnico, financiamento e apoio à defesa de políticas através do diálogo político, da implantação de especialistas e oficinas de capacitação

Em 2016, uma avaliação do projeto CSST informou uma segunda fase do PRONAE e de um projeto CSST que visava a ampliação do PRONAE, a partir de 2018. A segunda fase incluiu o apoio ao desenvolvimento de uma análise custo-benefício, que foi posteriormente concluída. Além disso, foi iniciada a criação de uma lei de alimentação escolar, bem como de atividades de desenvolvimento de capacidades, destinadas a melhorar a capacidade operacional, a responsabilização e a monitorização de todos os níveis do governo, mas atrasadas devido a catástrofes climáticas e à crise pandêmica. O PMA facilitou a participação do CSST, parceria chave para alavancar esses esforços com o Governo do Brasil, fornecendo assistência técnica e apoio político ao Governo de Moçambique, a fim de fortalecer os sistemas e estruturas do PRONAE. Entre 2016 e 2020, o Brasil trouxe sua experiência em educação alimentar e nutricional, compras locais e coordenação institucional.

Um acordo inovador entre o PMA, o Federação Russa e o Governo de Moçambique fornecerá US\$ 40 milhões para alimentação escolar em Moçambique entre 2018 e 2021. **Os fundos destinam-se a expandir o PRONAE para um total de 150 mil estudantes nas dez províncias de Moçambique. Isso inclui investimentos no fortalecimento das capacidades do governo para implementar de forma sustentável a alimentação escolar de produção nacional em todo o país,** em linha com as outras atividades de cooperação em vigor.

Com base nessa colaboração, novas oportunidades do CSST estão

surgindo para o desenvolvimento local e fortalecimento da capacidade do PRONAE em sinergia com outra iniciativa entre o Brasil e Moçambique. Por exemplo, o projeto *Beyond Cotton* (Além do Algodão) visa apoiar os produtores de algodão na comercialização de produtos de algodão como o petróleo e as culturas associadas (por exemplo, milho, sorgo e feijão) também através de mercados institucionais como o PRONAE. Em 2019, o PMA CoE no Brasil apoiou o Governo de Moçambique em uma avaliação de viabilidade que guiará as próximas etapas da implementação do projeto Além do Algodão.

Através de uma parceria CSST de longa data, as boas práticas do Brasil para Moçambique contribuíram para o estabelecimento de um programa nacional com apoio do CSST facilitado pelo PMA. Aproveitar a experiência do CSST e do PMA na alimentação escolar em Moçambique levou à adoção do PRONAE como uma política estatal liderada pelo Ministério da Educação, garantindo a sustentação do programa.

Contato:

Nome: Sra. Carola Kenngott
Cargo: Coordenadora da Divisão de Cooperação Sul-Sul,
Organização: Programa Mundial de Alimentos (PMA)
E-mail: carola.kenngott@PMA.org

Nome: Sr. Bruno Magalhaes
Cargo: Diretor de Projeto e Políticas
Organização: PMA Brasil
E-mail: bruno.magalhaes@PMA.org

NOME DO PROJETO: Aumentar a Alimentação Escolar em Moçambique através da Cooperação Sul-Sul e Triangular

PAÍSES/REGIÕES: Brasil, Moçambique, Federação Russa

INDICADO POR: Governo de Moçambique

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.1, 2.3

APOIO: Conselho de Ministros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE); Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos (PMA) do Brasil; Governo de Moçambique; Governo da Federação Russa; Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Fundo Brasileiro de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PRONAE, PMA CoE Brasil, Governo de Moçambique

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2010–2020

SITE DO PROJETO: Não disponível

Serviços Sensíveis às Questões de Gênero nas Comunidades Rurais do Equador

Reforçar o Papel das Mulheres Rurais na Agricultura de Pequena Escala no Equador através do PMA, com o apoio da China

Desafio

No Equador, os meios de subsistência dos pequenos agricultores estão ameaçados pela baixa capacidade produtiva e pela elevada credibilidade no cultivo do arroz, que está criando uma monocultura insustentável e suscetível a choques, bem como pela falta de acesso aos mercados e ao crédito. Além disso, a dependência do arroz privando os agricultores de uma dieta diversificada e nutritiva. As mulheres rurais do Equador enfrentam frequentemente uma condição de exclusão tripla – como mulheres, como agricultoras com recursos limitados, e como indígenas.

Neste contexto, o Governo do Equador identificou a necessidade de fortalecer sua própria capacidade de fornecer serviços rurais eficazes e conscientes ao gênero dos agricultores, levando em consideração os múltiplos desafios que as mulheres rurais enfrentam.

Rumo a uma Solução

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) tem permitido ao Equador explorar a cooperação Sul-Sul e triangular, a fim de reforçar as capacidades dos países e aumentar a resiliência dos pequenos agricultores. Este projeto inclui o apoio financeiro do Ministério da Agricultura e dos Assuntos rurais (MARA) da China. Através de um piloto de campo Sul-Sul, o Ministério da Agricultura e do Pecuário do Equador (MAG) está colaborando com o Governo da China, com o apoio do Centro de Excelência do PMA na China (CoE) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Com o objetivo de fortalecer o papel das mulheres rurais na agricultura de pequena escala no Equador, o projeto piloto adotou uma abordagem de dois níveis: i) reforço das capacidades a nível técnico e institucional do Ministério da Agricultura do Equador através da transferência de conhecimentos com a China; e ii) promoção de uma abordagem consciente ao gênero para o desenvolvimento rural, facilitando o diálogo político entre as mulheres líderes rurais da Guatemala, das Honduras, do Equador e do Peru.

Em setembro de 2019, o PMA permitiu que representantes de organizações e técnicos de produtores de arroz do MAG se envolvessem em manifestações no terreno e sessões de aprendizagem entre pares com a Unidade Agrícola Hunan na China. A Delegação Equatoriana aprendeu a planejar e gerir tecnologias inovadoras integradas de sistemas de arroz para diversificar as suas fontes de rendimento e o consumo de alimentos, aumentar as taxas de produtividade e reforçar a resistência face à volatilidade dos preços do arroz e aos fenômenos meteorológicos extremos.

Após o retorno da visita de estudo à China, técnicos de MAG e funcionários do PMA do Equador apoiaram os pequenos agricultores na organização de uma série de atividades de socialização e acompanhamento, incluindo três sessões de treinamento dirigidas por dois pequenos proprietários e dois técnicos de MAG, em dezembro de 2019. O objetivo era disseminar o conhecimento entre pequenos agricultores de suas áreas e os técnicos de governos autônomos descentralizados locais (GADs) (Balzar, Macará). O Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária do Equador (INIAP) também mostrou interesse em colaborar com essa iniciativa, o que representa um sucesso fundamental dos esforços de mobilização e conscientização do projeto.

2 FOME ZERO



© WFP

Para garantir um acompanhamento próximo dos resultados de aprendizagem gerados durante a pesquisa de campo, os especialistas chineses da Universidade Hunan Agricultura irão fornecer capacitação e assistência online para os 35 técnicos de MAG, INIAP, GAD e universidades locais. Foram realizadas cinco sessões de capacitação entre agosto e setembro de 2020, com vista a apoiar os pequenos agricultores na aplicação do sistema integrado de arroz nas suas explorações e a institucionalizar esta nova tecnologia nos programas nacionais de assistência rural.

De 1 a 3 de outubro de 2019, 54 mulheres líderes equatorianas e 42 funcionários da MAG participaram de um treinamento sobre diretrizes de políticas públicas para mulheres rurais. O objetivo consistia em socializar e analisar as conclusões das sessões de aprendizagem entre as mulheres, bem como em definir a utilização de recomendações, fator chave para moldar a concepção das políticas. Os resultados das discussões de aprendizagem entre pares informam os produtos do conhecimento e as recomendações para a formulação das futuras políticas públicas do Equador, a fim de fortalecer o papel das pequenas mulheres agricultoras.

Em janeiro de 2020, o PMA organizou um treinamento sobre estratégias de marketing para organizações de pequenos agricultores, com 51 participantes, incluindo especialistas latino-americanos bem conhecidos nessa área, que vão desde funcionários do governo até o meio acadêmico. O treinamento, organizado em conjunto com a FAO, também abordou temas como, adaptação às alterações climáticas, gestão do risco para a agricultura, gestão de pragas, conscientização de gênero, e segurança alimentar e nutricional.

O PMA e a FAO apoiaram o Governo do Equador em desenvolver uma base de dados para fortalecer o papel das mulheres rurais na formulação de políticas públicas e aumentar seu acesso às oportunidades de mercado. Sessões de aprendizagem entre líderes de mulheres rurais foram facilitadas com países da América Latina e do Caribe (Peru, Honduras e Guatemala), providenciando uma plataforma para

o aprendizado e o trabalho em rede. No total, 744 mulheres rurais do Equador, 77 autoridades e técnicos de MAG, participaram das sessões de aprendizagem de 13 organizações não governamentais (ONG) e organizações nacionais. Isso fornece um elemento sustentável ao projeto, pois as sessões de aprendizado entre semelhantes podem ser reproduzidas nas áreas locais e adaptadas ao campo.

Dois vídeos para documentar o projeto e seus principais resultados, focando nas perspectivas dos representantes governamentais e dos pequenos agricultores, estão sendo desenvolvidos e serão usados para dar visibilidade a essa parceria inovadora do CSST envolvendo a China, o Equador e o PMA, e contribuirão para futuras oportunidades de reprodução. As condições para a reprodução incluem a mobilização política, contextos semelhantes nos países e apoio concreto ao CSST no terreno.

O projeto-piloto tem sido bem sucedido no reforço das capacidades dos países a nível individual e institucional na área dos sistemas integrados de arroz para diversificar as fontes de produção e rendimento das culturas. O projeto também foi efetivamente promovido na importância do investimento no desenvolvimento rural e para o papel das mulheres nas pequenas produções rurais. Devido à experiência bem-sucedida, em 2020 o projeto está entrando em uma fase de expansão, com uma contribuição generosa adicional de MARA, China.

Contato:

Nome: Sra. Carola Kenngott
Cargo: Coordenador da Divisão de Cooperação Sul-Sul,
Organização: Programa Mundial de Alimentos (PMA)
E-mail: carola.kenngott@wfp.org

Nome: Sra. Carmen Galarza
Cargo: Consultora de Programas e Políticas
Organização: PMA Equador
E-mail: carmen.galarza@wfp.org

NOME DO PROJETO: Reforçar o Papel das Mulheres Rurais na Agricultura de Pequena Escala

PAÍSES/REGIÕES: China, Equador, Guatemala, Honduras, Peru

INDICADO POR: Governo do Equador

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.1, 2.3, 2.4, 5.1, 5-a, 10.4

APOIO: Programa Mundial de Alimentos (PMA); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); República Popular da China; Governo do Equador

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: FAO; PMA; Governo do Equador

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO PROJETO: 2019–2020

SITE DO PROJETO: Não disponível



Pesquisa e Capacitação para uma Agricultura Sustentável

Cultivando colheitas mais resistentes ao estresse biótico e abiótico através da genômica, edição do genoma e dos microbiotas vegetais

Desafio

Estima-se que a população mundial possa atingir cerca de dez bilhões de pessoas em 2050. É evidente que a agricultura deve fazer enormes progressos a fim de alimentar o aumento da população. Além disso, a agricultura no futuro tem de enfrentar as alterações climáticas e as culturas terão de ser resilientes em climas alterados ou apoiar a migração da agricultura para novas regiões. Os principais objetivos da investigação no domínio das ciências vegetais devem, por conseguinte, concentrar-se no aumento da produtividade das culturas, na melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e na salvaguarda do ambiente. Cada um destes objetivos tem um valor econômico importante e está interligado.

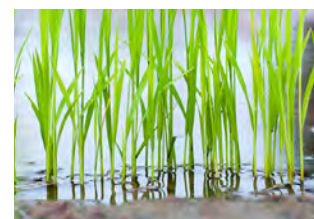
Rumo a uma solução

A investigação do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB) está alinhada com o objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2.4, porque contribui para sistemas de produção de alimentos mais sustentáveis e práticas agrícolas resilientes.

Os principais objetivos do projeto são o aumento dos rendimentos das culturas: i) geração de novas variedades de culturas mais resistentes a tensões bióticas e abióticas; ii) aumento dos valores nutricionais das culturas; e iii) diminuição da utilização ou necessidade de fertilizantes e pesticidas agrotóxicos e aumento da produtividade das culturas. Três abordagens tecnológicas que serão estudadas nos laboratórios da ICGEB serão utilizadas para aumentar o valor das sementes e resultar numa agricultura mais sustentável: genômica vegetal, edição do genoma e microbiotas vegetais.

A genômica permite atribuir funções genéticas e, em seguida, acelera a aplicação da tecnologia genética à agricultura através da edição de genoma. Estudos de microbiotas de plantas levarão a uma melhoria da saúde das plantas através dos micróbios benéficos que estão associados à cultura. A genômica de plantas fornece uma perspectiva geral e uma análise da identificação e da função dos genes.

A identificação de alguns genes chave que codificam proteínas que estão envolvidas na resistência aos estresses abióticos (por exemplo, frio, calor, salinidade e seca) ou bióticos (doenças causadas por fungos, bactérias, vírus, insetos ou nematódeos) pode levar a sua aplicação em plantas de cultivo em habitats específicos como resultado de técnicas como a edição de genoma. A edição de genoma ou a edição do gene refere-se a modificações (inserções, eliminações, substituições) no genoma de um organismo vivo. A nova e revolucionária metodologia é baseada em repetições palindrômicas de agrupamentos em espaços curtos e regulares, e em proteína associada, 9 (CRISPR- Cas9). Admite-se que as aplicações mais promissoras desta tecnologia serão utilizadas num número crescente de espécies de plantas monocotiledôneas e dicotiledôneas. Ao disponibilizar nutrientes para as plantas, secretar os fitormônios e melhorar a estrutura do solo, as comunidades microbiotas conferem efeitos benéficos múltiplos sobre o crescimento global das plantas. Os estudos de microbiotas de plantas estão em estágios muito iniciais; portanto, entender a plantas pato e microbiotas ajudará a elaborar formas de adaptar precisamente esse genoma estendido de plantas (ou microbiota), a fim de desenvolver biofertilizantes e/ou agentes de biocontrole da doença.



© ICGEB

No âmbito mais amplo do projeto, o papel da ICGB é o de melhorar e ajudar a transferência de conhecimentos no melhoramento e na produtividade das culturas, e garantir que o desenvolvimento de capacidades na fábrica e os microbiotas são seguidos nos países em desenvolvimento. As empresas agrícolas multinacionais, bem como as empresas locais dos países implementadores, contribuem para o projeto, reunindo recursos e conhecimentos e apoiando a implementação do projeto a nível local. Esta abordagem colaborativa requer plataformas de pesquisa com instalações de última linha para pesquisas de laboratório, que são dispendiosas e requerem conhecimentos especializados; por conseguinte, a cooperação Sul-Sul é primordial, uma vez que nem todos os países os têm. O ICGB pode facilitar o acesso e a utilização conjunta dos instrumentos e do conhecimento necessários através das suas próprias plataformas e instalações de última linha e sobre tudo prestando apoio e assistência aos países do Sul Global, garantindo assim a sustentabilidade e a reprodutibilidade do projeto a médio e longo prazo. Os fatores que condicionam a adoção deste programa são a presença de uma ou várias instituições de pesquisa em um país membro do ICGB que se empenham em trabalho laboratorial, bem como em redes com empresas locais e novos empreendimentos.

Só em 2019, a ICGB tem sido copatrocinador de eventos relacionados a este projeto na Argentina, Índia, Paquistão, Peru e Vietnã, que garante a transferência de conhecimento e o fortalecimento de capacidades. Adicionalmente, os Centros regionais de Pesquisa (CRP) da ICGB e os 41 centros afiliados, a maioria do Sul Global, servem como centros compartilhados de pesquisa e compartilhamento de tecnologia. O papel dos

CRP e dos centros afiliados é fornecer plataformas para a formação e a transferência de tecnologia para o fomento à indústria biotecnológica local. A doação anual do financiamento pelo ICGB para atividades de colaboração no Sul Global ascende a US\$ 1 milhão.

A ICGB estabeleceu redes e colaborações contínuas com muitos laboratórios de melhoramento de culturas no Sul (Burundi, Colômbia, Índia, África do Sul, Vietname, etc.), desempenhando assim um papel na criação de uma capacidade de sustentação em várias camadas. Este gasoduto permitirá, por conseguinte, a implementação sustentável de tecnologias de ponta e promover a cooperação Sul-Sul.

Outros países podem juntar-se e utilizar plataformas existentes para filtrar os seus compostos, criar um rastreio para as suas doenças de interesse ou produzir proteínas recombinantes. Os países que já têm a tecnologia em lugar podem receber assistência na criação de novas produções ou melhorando os diferentes passos da edição de proteínas e entrada no mercado. Finalmente, os países dispostos a criar plataformas locais poderiam beneficiar-se deste projeto como um modelo a seguir durante a implementação e como um centro para futuras colaborações.

Contato:

Nome: Sra. Marianna Maculan

Cargo: Chefe, Relações Externas

Organização: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGB)

E-mail: maculan@icgeb.org

Telefone: +39 040 3757216

NOME DO PROJETO: Biologia Vegetal e Biotecnologia

PAÍSES/REGIÕES: Afeganistão, Argélia, Argentina, Bangladesh, Butão, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Cuba, Equador, Egito, Eritreia, Etiópia, Hungria, Índia, Irã, Iraque, Itália, Jordânia, Quênia, Kuwait, Quirguistão, Libéria, Líbia, Malásia, Maurício, México, Moldávia, Montenegro, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Macedônia do Norte, Paquistão, Panamá, Peru, Catar, Romênia, Federação Russa, Arábia Saudita, Senegal, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Sri Lanka, Sudão, República Árabe Síria, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia, Uruguai, Venezuela (República Bolivariana da), Vietnã, Zimbábue

INDICADO POR: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGB)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.4

APOIO: Programas Inter-regionais da União Europeia; Ministério das Relações Exteriores da Itália; *Fondazione AGER*; o setor privado (grandes empresas como *Syngenta*, *DSM*, *Novozymes*, *Bayer Crop Science*, *Indigo* e outras pequenas empresas locais hospedaram as diferentes atividades do projeto)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ICGB

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2010–2030

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32hQDSu>



Promovendo o Tricoderma; Fungo Benéfico na Agricultura

Promover e adotar as espécies de Tricoderma na Ásia e Leste de África

Desafio

Nos países desenvolvidos, os agricultores compram frequentemente as suas mudas a partir de viveiros comerciais que as produzem em meios estéreis. Em contraste, nos países em desenvolvimento, os agricultores preparam suas mudas que crescem no solo de suas fazendas e inevitavelmente perdem 50 por cento das mudas para patógenos transmitidos pelo solo; portanto, elas levantam mudas pobres devido à colocação de sementes porque elas são plantadas muito juntas e não são fertilizadas adequadamente. Ao tratar os leitos com Tricoderma, um fungo benéfico, doenças fúngicas transmitidas pelo solo são impedidas de afetar as mudas. Além disso, o Laboratório de Inovação de Gestão integrada de pragas (MIP) introduziu a fibra de coco em bandejas plásticas para a elevação de mudas. A fibra de coco é estéril e receptivo ao plantio de sementes, podendo ser tratada com Tricoderma e fertilizantes.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar o desafio acima mencionado, o Laboratório de Inovação de Gestão integrada de Pragas (MIP) do Instituto Politécnico da Virgínia e da Universidade Estadual (*Virginia Tech*), com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), realizou vários *workshops* sobre Tricoderma para cientistas, agentes de extensão rural, pessoal de projetos de cadeia de valor, E empresários privados de Bangladesh, Camboja, Etiópia, Quênia, Nepal e República Unida da Tanzânia, trabalhando com especialistas de uma universidade indiana.

O Laboratório de Inovação MIP promoveu o uso de Tricoderma no Sudeste Asiático e nos países da África Oriental. Esta tecnologia resultou numa redução da utilização de pesticidas químicos, num aumento dos rendimentos das culturas, numa redução dos custos de produção e numa melhoria da segurança humana e ambiental. Aborda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 (Erradicação da Pobreza) e 2 (Fome Zero), aumentando a produção agrícola, levando à redução da pobreza e da fome; ODS 15 (Vida Terrestre), reduzindo a utilização de pesticidas químicos e aumentando a biodiversidade no solo; E o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), melhorando a colaboração e as parcerias no mundo em desenvolvimento.

Tricoderma é um fungo benéfico: Quando sementes ou mudas são tratadas com ele e plantadas no campo, são protegidas de fungos patogênicos de plantas, que causam doenças fúngicas. O fungo também induz defesa em plantas contra bactérias patogênicas e vírus. O Laboratório de Inovação MIP promovia seu uso em todos os pacotes MIP desenvolvidos para diferentes culturas nesses países.

Como resultado, uma empresa no Camboja e no Nepal, e duas empresas no Bangladesh, estão produzindo Tricoderma e comercializando-a localmente. Também, algumas companhias nestes países asseguraram um acordo pra importar Tricoderma da Índia e distribuir localmente. Uma empresa multinacional no Quênia produzirá Tricoderma e a fornecerá aos agricultores da África Oriental. Os empresários locais ainda não assumiram esta atividade.

O Laboratório de Inovação MIP realizou oficinas e ajudou empresas que estariam inclinadas a produzir Tricoderma, e desenvolveu uma demanda, portanto um mercado, por isso, educando os agricultores sobre os benefícios do produto. *Agricois* no Nepal, *Ispahani* e *Grameen Krishok Sohayak Sangstha* (GKSS) em Bangladesh, *Bayon Heritage*, *Natural Agriculture Village*, *Khmer Organic* no Camboja, e o *Real MIP* no Quênia são empresas



© Virginia Tech

produtoras e/ou vendedoras de Tricoderma em seus respectivos países e regiões. Empresas da Índia vendem este produto na Ásia.

Sete grupos *WhatsApp* foram formados pelo *Real MIP* Quênia para treinar agricultores de ponta em sistemas de MIP, incluindo um aplicativo; Tricoderma App. Imagens de mais de 1.000 doenças em diferentes culturas vegetais foram coletadas e manejadas em um banco de dados.

O Laboratório de Inovação MIP também realizou um seminário online gratuito para os participantes internacionais aprenderem sobre a aplicação e propriedades benéficas da Tricoderma.

Como resultado da implementação de Tricoderma no Bangladesh e do aumento dos viveiros de plantas, as oportunidades de trabalho das mulheres floresceram GKSS, uma empresa de produção de Tricoderma, é liderada por uma mulher que é a primeira a vender o fungo na forma de composto no país. Ela também desenvolve Tricoderma como um lixiviado para que possa ser pulverizado sobre folhas de plantas.

Na República Unida da Tanzânia, em ensaios agrícolas, observou-se a combinação de Tricoderma com nim reduziram

a quantidade de nematoides em mais de 50 por cento.

A tecnologia Tricoderma introduzida pelo laboratório de Inovação MIP tornou-se um fator permanente e sustentado na produção agrícola no mundo em desenvolvimento. Os agricultores entendem os benefícios derivados do tratamento das sementes e mudas com Tricoderma, e agora essa metodologia se tornou uma prática comum.

Esta tecnologia foi reproduzida por agricultores asiáticos, incluindo os países Bangladesh, Camboja, Índia e Nepal, e está prestes a expandir enormemente. É necessário dedicar mais trabalho na África Oriental na Etiópia, Quênia e República Unida da Tanzânia para educar funcionários do governo, empresários privados, organizações não governamentais (ONG) e outros sobre os benefícios do fungo benéfico.

Contato:

Nome: Sr. Muni Muniappan

Cargo: Diretor

Organização: Alimentar o Futuro; Laboratório de Inovação no Manejo Integrado de Pragas

E-mail: rmuni@vt.edu

Skype: Rangaswamy Muniappan

NOME DO PROJETO: Promovendo o Tricoderma; Fungo Benéfico na Agricultura

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, Camboja, Etiópia, Índia, Quênia, Nepal, República Unida da Tanzânia

INDICADO POR: Instituto Politécnico da Virgínia; Universidade do Estado da Virgínia (*Virginia Tech*)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.1, 2.4, 2.a, 17.6, 17.7, 17.9

APOIO: Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: *Virginia Tech*

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2014–2020

SITE DO PROJETO: <https://ipmil.cired.vt.edu/>



Promover os Produtos de Manejo Integrado de Pragas para a Produção Sustentável

Aumentar o acesso dos pequenos agricultores às oportunidades de negócio para gerar soluções ecológicas na agricultura

Desafio

Nos países do Sul da Ásia, Bangladesh e Nepal, a disponibilidade de produtos de Manejo Integrado de Pragas (MIP), tais como plantas de feromona, armadilhas e biopesticida, que incluem *Tricoderma*, *Beauveria* e *Metarhizium*, é limitada ou indisponível aos agricultores. Como resultado, os agricultores não são capazes de proteger as suas culturas contra pragas e doenças com tecnologias seguras. Isto leva ao uso de inseticidas químicos que são nocivos à saúde humana e à saúde ambiental.

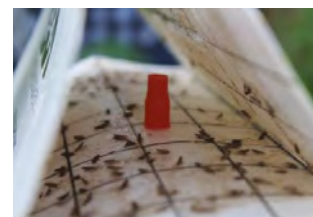
Rumo a uma Solução

Para enfrentar o desafio acima mencionado, o Laboratório de Inovação do Manejo Integrado de Pragas (MIP) da *Virginia Tech*, com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), facilitou as visitas de pesquisa de campo e a troca de conhecimento entre a Índia, que tem produzido e comercializando biopesticida, com *Tricoderma*, *Beauveria* e *Metarhizium*, o Nepal, e o Bangladesh. Visando aprender sobre a utilização de biopesticida, O MIP mostrou ser um método comprovado e eficiente para combater pragas e doenças dos cultivos, utilizando uma solução integral que inclui isca da feromona para sinalização e intervenção. Estes produtos ajudam a reduzir a utilização de inseticidas químicos que são nocivos à saúde humana e ao meio ambiente. A iniciativa visa desenvolver parcerias comerciais entre os países e concretizar um ambiente produtivo e saudável para o controle de pragas e doenças agrícolas.

Os principais objetivos propostos são: aumentar a produtividade das culturas, levando à redução da pobreza (ODS 1) e da fome (ODS 2), através da redução ou eliminação da utilização de inseticidas tóxicos; melhorar a saúde humana e ambiental (ODS 3, 6, 14, 15); melhorar as atividades empresariais que conduzem ao crescimento econômico (ODS 8); e criar parcerias de colaboração e desenvolvimento entre os três países (ODS 17).

Tanto o Bangladesh como o Nepal são países pobres em recursos naturais, e os produtos de MIP não estão disponíveis de forma local. O Laboratório de Inovação MIP coordenou entre empresários de Bangladesh e Nepal visitas à Índia para reunir parceiros, desenvolver relações comerciais e observar a produtividade dos produtos de MIP desenvolvidos por diferentes empresas. Viagens entre países e *workshops* nos países parceiros ajudou a desenvolver parcerias. O Laboratório de Inovação MIP capacitou aos agricultores de ambos os países sobre os benefícios de usar produtos de MIP e promoveu uma demanda local por esses produtos. A instalação de plantas e iscas de feromona nos campos dos agricultores levou a sinalização das incidências de pragas e a tomada de medidas de intervenção imediata para evitar a perda de colheitas, e o uso de biopesticida reduziu a necessidade de usar inseticidas químicos, reduzindo assim a contaminação da água e do solo e melhorando a saúde humana e ambiental.

Como resultado da atividade, os agricultores utilizam metil eugenol e iscas de sinalização no manejo de pragas, como as moscas-das-frutas nos campos de cultivo de manga e cucurbitá. As incidências de pragas da lagarta do cartucho, da tuta sul-americana de folha de tomate, verme de tomate, gorgulhos de banana, besouros de batata doce, lagartos de berinjela e de quiabo, entre outras, são controladas com armadilhas de feromona, intervindo pontualmente no manejo. Duas empresas em cada um destes países estão produzindo biopesticida. O número de concessionários que importam e fornecem os produtos de MIP aumentou em ambos os países.



© Virginia Tech

O Laboratório de Inovação do MIP, em colaboração com as organizações como o NARC (Conselho de Pesquisa Agrícola) e o CMIPQ (Centro de Manejo de Inseticida e Plantas em Quarentena), **treinou mais de 1.000 provedores do setor privado do Nepal, sobre as tecnologias de combate ao verme de tomate sul-americano. No Nepal, pelo menos 153 mil famílias foram introduzidas aos produtos de MIP. De 2013 a 2017, o Laboratório de Inovação MIP. Realizou 20 workshops de conscientização sobre as pragas, reunindo participantes de 50 países diferentes. As práticas de MIP incluindo a implementação de armadilhas de feromonas, biopesticida e outras soluções sustentáveis, têm gerado impactos econômicos valiosos.**

O conceito de MIP começou na Califórnia na década de 1960 e tornou-se altamente eficaz, sustentável e econômico. Devido à promoção do Laboratório de Inovação do MIP do comércio triangular e da implementação, o Bangladesh pode exportar produtos de biopesticida para o Nepal, o que, por sua vez, pode ajudar o Butão no MIP. A promoção conduziu igualmente a alterações políticas no registro e regulamentação dos pesticidas, assegurando a sustentabilidade

da iniciativa. As pessoas destes países, se conscientizaram sobre os efeitos nocivos dos inseticidas químicos.

Este programa foi implementado com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); no entanto, a sua extensão ao Butão foi uma colaboração bilateral entre o Nepal e o Butão. O Laboratório de Inovação do MIP também está estendendo este programa ao Camboja. A elaboração de mudanças políticas na implementação de biopesticida, o desenvolvimento de um plano de projeto e a capacitação dos agricultores sobre o benefício do biopesticida são as condições que têm de ser satisfeitas para a sua reprodução no Camboja e outros países em desenvolvimento.

Contato:

Nome: Sr. Muni Muniappan

Cargo: Diretor

Organização: Alimentar o Futuro; Laboratório de Inovação no Manejo Integrado de Pragas

E-mail: rmuni@vt.edu

Skype: Rangaswamy Muniappan



NOME DO PROJETO: Promover os Produtos de Manejo Integrado de Pragas (MIP) para a Produção Sustentável

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, Butão, Índia, Nepal

INDICADO POR: Instituto Politécnico da Virgínia; Universidade do Estado da Virgínia (*Virginia Tech*)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.1, 2.4, 2.a, 10.2, 15.4, 15.8, 15.9, 15.a, 17.6, 17.7, 17.9, 17.16, 17.17

APOIO: Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: *Virginia Tech*

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2014–2020

SITE DO PROJETO: www.ipmil.cired.vt.edu



Parceria Estratégica na Campanha ‘Aliança para Combater a Cegueira Evitável’

A Agência Internacional de Desenvolvimento do Azerbaijão e o Banco Islâmico de Desenvolvimento cooperam para trazer luz à vida dos africanos subsarianos

Desafio

Há mais de 40 milhões de pessoas que perderam completamente a visão, e mais de 300 milhões de pessoas que a perderam parcialmente em todo o mundo. Na África, devido ao custo e à escassez de oftalmologistas, nem todos podem pagar tratamento e recuperar sua visão. Catarata é uma doença amplamente difundida na região subsariana. Milhões de pessoas sofrem com isso, mas não podem pagar o tratamento devido à sua condição econômica. Além disso, a falta de recursos educacionais e de saúde piora a situação. Em alguns países, há apenas um oftalmologista para um milhão de pessoas.

Rumo a uma Solução

O Azerbaijão é um participante ativo da cooperação Sul-Sul e partilha amplamente a sua experiência e conhecimento com as partes interessadas. Desde 2012, a Agência Internacional de Desenvolvimento do Azerbaijão (AIDA) e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) têm sido parceiros estratégicos na campanha da Aliança para Combater a Cegueira Evitável. Esta campanha é um dos programas de longa duração de sucesso dos quais a AIDA se orgulha de fazer parte. Levando em consideração que as cataratas são uma das doenças oculares mais disseminadas nos países africanos, especialmente na região subsariana, bem como a falta de cirurgiões oftalmologistas locais nesta área, a campanha aborda um desafio muito importante para essas comunidades. Todos os anos, de 2012 a 2016 (a primeira fase), a campanha Aliança para Combater a Cegueira Evitável foi realizada com sucesso em vários países africanos, incluindo Burquina Faso, Chade, Comores, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné-Bissau, Moçambique, Mali, Mauritânia, Níger, Somália e Togo.

Por iniciativa da AIDA, os oftalmologistas azeris do Centro Nacional de Oftalmologia, indicados pelo acadêmico Zarifa Aliyeva, participaram da campanha compartilhando seu conhecimento e experiência com seus colegas de países receptores de ajuda. Esse centro tem operado há mais de 70 anos e fornece à população do Azerbaijão serviços médicos de alto nível. Os oftalmologistas deste e de outros importantes centros oftalmológicos do Azerbaijão estão prontos para prestar homenagem a futuras campanhas e ajudar os países membros do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) a aumentar a capacidade dos seus especialistas médicos.

Na continuação do apoio empenhado do Azerbaijão à campanha da Aliança para Combater a Cegueira Evitável, os principais parceiros desta nobre missão – Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão (AIDA) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o IsDB, a Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD), a Fundação Humanitária de Ajuda (Turquia), Além das importantes organizações não governamentais (ONGs) especializadas em oftalmologia, Nadi Al-Basar (Tunísia), União de Prevenção à Cegueira (Arábia Saudita) – e os coordenadores nacionais dos países da campanha reuniram-se em Baku entre 31 de maio e 1 de junho de 2016. O principal objetivo da reunião foi analisar os resultados da campanha realizada durante o período 2012-2016, discutir os próximos objetivos e perspectivas para a expansão da cooperação, bem como elaborar as recomendações formuladas durante a primeira reunião realizada entre 6 e 7 de Janeiro de 2016, em Babata, Marrocos, em preparação para a segunda fase da campanha. Devido ao impacto positivo da campanha, o programa foi considerado bem-sucedido e áreas específicas de sua segunda fase foram aprovadas como as atividades principais a serem realizadas durante os próximos cinco anos. Os participantes visitaram o Centro nacional de Oftalmologia que também desempenhou um papel ativo na campanha.



© AIDA

Durante a primeira fase da campanha, mais de 300 mil pessoas tiveram seus olhos examinados, e mais de 56 mil pacientes que tinham perdido parcial ou totalmente sua visão recuperaram sua visão como resultado de cirurgias de catarata realizadas gratuitamente. A campanha trouxe luz à vida dessas pessoas, possibilitando-lhes a verem suas famílias e se integrarem à sociedade, recuperando a capacidade de ganhar seus meios de subsistência.

Além disso, 177 médicos locais foram beneficiados de treinamento profissional organizado durante a campanha. A parte de capacitação desta campanha abordou as necessidades urgentes e facilitou a sustentabilidade da prestação de serviços médicos necessários por especialistas locais a longo prazo. É uma vantagem significativa da campanha, porque alcançar resultados sustentáveis e encontrar soluções duradouras para os problemas atuais é muito mais importante do que obter resultados a curto prazo.

Durante a segunda fase da campanha (2018–2022), que é realizada em 12 países africanos, **cem mil pessoas serão operadas; mais de 1 milhão de crianças terão exames oculares e serão providas de óculos; E 90 médicos locais participarão na formação de capacitação nos países africanos envolvidos.** Em 2019, como parte da campanha, mais de 20 mil pessoas tinham exames oculares; Foram operados oito mil pacientes e 26 médicos locais receberam

treinamento profissional em Burquina Faso, Chade, Comores, Guiné-Bissau, Mali, Níger e Togo.

Atualmente, o projeto é implementado pelo IsDB, enquanto a AIDA fornece a contribuição financeira. Projetos semelhantes podem ser invocados através de outras organizações internacionais, tendo em conta as necessidades específicas dos diferentes países. Assim, este modelo de cooperação pode ser utilizado em vários contextos.

A ajuda ao desenvolvimento do Azerbaijão e a política de ajuda humanitária centram-se fortemente na cooperação Sul-Sul. De acordo com este quadro geral, a AIDA está fortemente interessada em continuar a sua cooperação com o IsDB na campanha Aliança para Combater a Cegueira Evitável que está na segunda fase. Conforme o lema da AIDA, de melhorar o mundo com os seus parceiros; a sua colaboração com o IsDB também visa alcançar este nobre objetivo.

Contato:

Nome: Sr. Ahmed Faruk Dyken

Cargo: Coordenador Sênior de Cooperação Técnica, Médio Oriente e Norte de África (MONA) e Europa

Organização: Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB)

E-mail: adiken@isbd.org

Telefone: +966 (12) 646 6825

NOME DO PROJETO: Parceria Estratégica na Campanha 'Aliança para Combater a Cegueira Evitável'

PAÍSES/REGIÕES: Azerbaijão Benim, Burquina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné, Líbia, Mali, Moçambique, Níger, Arábia Saudita, Tunísia, Turquia

INDICADO POR: Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.8, 3.c, 17.9, 17.16

APOIO: Banco Islâmico de Desenvolvimento; Agência Internacional de Desenvolvimento do Azerbaijão (AIDA); Ministério das Relações Exteriores; Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD); Fundação Humanitária de Ajuda (Turquia); União de Prevenção da Cegueira (Arábia Saudita)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Nadi Al-Basar (Tunísia)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2012–2022

SITE DO PROJETO: www.aida.mfa.gov.az/en/health/38

Operação de Centros de Deslocação de Médicos Especialistas e Comboios para a África

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



Estabelecer parcerias no setor de saúde aproveitando a vasta experiência do Egito

Desafio

A África enfrenta a crise de saúde pública mais dramática do mundo, com menos de um por cento das despesas de saúde no mundo e apenas três por cento dos profissionais de saúde do mundo. O continente assume quase metade a mortalidade mundial de crianças com menos de cinco anos e tem a maior taxa de mortalidade materna, além de carregar o peso enorme da quantidade de vítimas do HIV/SIDA, da tuberculose e da malária.

Entre os desafios mais importantes da sua crise de saúde pública está a mortalidade materna e neonatal elevada; 19 dos 20 países com as taxas de mortalidade materna mais elevadas estão na África, sem contar com a taxa de mortalidade neonatal, que também é a mais elevada do mundo.

As necessidades básicas de saneamento continuam a deixar por satisfazer grande parte da população: Apenas 58 por cento das pessoas que vivem na África Subsaariana têm acesso a recursos de água potável. As doenças não transmissíveis, como hipertensão, doenças cardíacas e a diabetes, estão em ascensão; e as lesões permanecem entre as principais causas de morte na África.

Rumo a uma Solução

Desde a sua criação em 2014, a Agência de Parceria para o Desenvolvimento do Egito (EAPD) através de parcerias de apoio aos esforços dos países africanos para alcançar a Objetivos de Desenvolvimento (ODS), especificamente o ODS 3 (Saúde e Bem-estar). A EAPD sempre buscou formas de aproveitar o conhecimento no setor de medicina e capitalizar nessa vantagem competitiva do Egito por meio do envolvimento com os centros nacionais em vários campos médicos de outros países. As parcerias eram rapidamente forjadas porque todas as partes envolvidas viram os benefícios potenciais ao desenvolvimento humano.

Entrega de uma Clínica Móvel em Quênia

O Governo egípcio, a agência forneceu uma clínica móvel totalmente equipada ao Governo do Quênia, em apoio a campanha 'Além do Zero' lançada pela Primeira Dama do Quênia. O objetivo é ajudar a diminuir as taxas de mortalidade infantil e implementar serviços médicos em várias áreas remotas do país.

Estas parcerias de cooperação Sul-Sul provaram ser bem-sucedidas e promissoras, com taxas elevadas de impacto positivo pra muitas vidas em países africanos.

A EAPD desenvolveu programas de capacitação em doenças urológicas e nefrológicas nos países membros africanos da Organização de Cooperação Islâmica (OCI), em parceria com o Mohamed Ghonheim do Centro de Urologia e Nefrologia Mansoura, um centro egípcio de excelência no campo médico.

Um programa de treinamento intensivo está sendo organizado no Centro de Urologia Mansoura pelo Hospital Mulago no Uganda, que é um primeiro passo para o estabelecimento de um centro de urologia e nefrologia no hospital ugandense. O objetivo a longo prazo é expandi-lo gradualmente para um centro regional abrangido comunidades em toda a África Oriental.

Além da iniciativa de estabelecer um Centro de Urologia e Nefrologia no Hospital Mulago, a EAPD realizou vários programas de capacitação em parceria com a Fundação *Magdy Yacoub Heart* (MYF), no Egito, dirigida pelo cirurgião cardíaco egípcio de propriedade mundial, Sir Magdy Yacoub. A fundação oferece serviços de saúde

gratuitos e de última geração aos menos privilegiados em padrões internacionais, principalmente através do seu Centro cardíaco Aswan.

O EAPD tem trabalhado em estreita colaboração com o MYF para desenvolver a experiência africana em doenças cardiovasculares. Esta parceria assumiu muitas formas, todas com resultados positivos. As prometedoras cirurgiãs africanas recebem treinamento durante longos períodos, sem qualquer custo, no Centro do Coração de Aswan. Uma vez voltam aos seus países, não são apenas capazes de realizar intervenções cardíacas complexas, mas também de transmitir o conhecimento que adquiriram no Egito a outros médicos.

Com as capacidades de saúde egípcias, a EAPD intensificou suas atividades de apoio às unidades médicas e clínicas egípcias localizadas em países africanos, incluindo 21 centros médicos, além de deslocar comboios médicos e prestar assistência médica. A EAPD estabeleceu vários centros de deslocação de médicos, que incluíram médicos especializados em cirurgia geral, cirurgia vascular, oftalmologia e anestesia; **forneceu serviços médicos para mais de 2.000 cidadãos africanos e realizou mais de 300 cirurgias em várias especialidades. A EAPD também prestou especial atenção aos cuidados de saúde feminina e à saúde reprodutiva.**

A EAPD e o Hospital Infantil de Câncer 57357 do Egito, o único especializado no câncer infantil no Oriente Médio e na África e o maior do seu gênero no mundo, consolidaram outra parceria de sucesso. Juntos, o EAPD e o Hospital fortaleceram um programa de capacita-

ção destinado a formar 600 médicos africanos e a fornecer conhecimentos e equipamento aos hospitais de várias cidades africanas. O Hospital 57357 está atualmente oferecendo conhecimentos especializados ao Sudão no Hospital infantil de Câncer do Sudão 7979. Como também proporciona tratamento gratuito a várias crianças africanas que sofrem de câncer.

Em julho de 2017, o EAPD patrocinou a deslocação à Etiópia de uma equipe médica de 27 cirurgiões, médicos e enfermeiros da Fundação. Durante a sua curta estadia, realizaram 45 operações cardíacas, gratuitas em cidadãos etíopes de baixa renda no Hospital *Black Lion*. Em apenas alguns dias a equipe médica egípcia mudou a vida de várias famílias etiopianas para sempre.

Todos estes exemplos provam que o Sul não só pode, mas de fato colabora entre si a modo de alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável através da partilha de conhecimentos e recursos. As parcerias da EAPD com organizações não governamentais (ONG) no setor da saúde são um exemplo disso mas também existem outros modelos bem-sucedidos de cooperação Sul-Sul em outras áreas vitais.

Contato:

Nome: Sr Marwa Mahmoud

Cargo: Representante da Cooperação Sul-Sul Triangular

Organização: Agência de Parcerias para o Desenvolvimento

Email: Marwa.mahmoud@mfa.gov.eg

NOME DO PROJETO: Operação de Centros de Deslocação de Médicos Especialistas e Comboios para a África

PAÍSES/REGIÕES: Todos os países africanos.

INDICADO POR: Embaixadas egípcias, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores nos respectivos países e outras instituições médicas nacionais relevantes administradas pelos governos.

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 17.6, 17.9

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Centros médicos de excelência localizados no Egito; Hospital *Mansoura*; Centro de Cardiologia *Magdy Yacoub* em Aswan, Egito

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2014 – em andamento

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3hC5fmc>



Capacidade Demonstrada das Maurícias no Controle de Doenças Transmissíveis

Prevenção de doenças transmissíveis e doenças transmitidas por vetores, como malária, dengue, chikungunya, coqueluche, difteria, hanseníase, esquistossomose e poliomielite

Desafio

Há algumas décadas, as Maurícias enfrentavam várias doenças transmissíveis, como a malária, doenças infecciosas da infância e a tuberculose. Desde então, o país adotou medidas importantes, de acordo com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) para erradicar as doenças ou contê-las em seu nível atual baixo.

Atualmente, as Maurícias adquiriu experiência rica e variada na resposta a surtos de doenças e outras ameaças à saúde pública, tanto através de casos reais quanto de exercícios de simulação. Seu sucesso em combater as doenças transmissíveis é atribuído principalmente à implementação de um programa eficiente de vigilância, bem como ao Programa Nacional de Imunização expandida.

No entanto, as extensas ligações aéreas e comerciais das Maurícias com países endêmicos aumentaram o risco da propagação de agentes patogênicos provindas de outros países e a vulnerabilidade do país a doenças propensas a epidemias. Além disso, o país também está sujeito às alterações climáticas e ao impacto da sua dispersão por vetores, uma ameaça crescente que requer vigilância constante e reforçada.

Rumo a uma Solução

Para encarar ao desafio acima referido, o Ministério da Saúde e Bem-estar (MOHW) das Maurícias desenvolveu um plano operacional para a prevenção e o controle das doenças transmissíveis. O objetivo do plano é controlar a propagação de doenças, melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para o desenvolvimento econômico.

Como parte dos seus esforços, o MOHW implementou um programa de vigilância eficiente através da triagem de todos os passageiros que chegam nos porto e no aeroportos, e da vigilância da saúde dos passageiros dos países de alto risco, de acordo com o protocolo estabelecido. O controle das doenças transmissíveis é implementado pela unidade de controle das doenças transmissíveis e pela Inspeção da Saúde Pública e da Segurança Alimentar da MOHW, sob a responsabilidade do respectivo Diretor dos Serviços de Saúde. O MOHW também colabora com a Autoridade de Imigração e Passaporte portuária das Maurícias, o Terminal de Aeroportos das Maurícias (ATOL) e o Departamento de Aviação Civil para vigilância portuária e aeroportuária. Anualmente, são colhidas e analisadas cerca de 80.000 amostras de sangue de passageiros assintomáticos para a malária. Todos os casos positivos são isolados em centros médicos e tratados em conformidade. As Maurícias também implementaram medidas adequadas de saúde pública para controlar vetores e prevenir transmissões locais, por exemplo, embaçamento, larício, inspeções peri nacionais e no último caso, a pulverização residual no interior, registros de casos de febre e educação para a saúde pública.

Em relação às medidas de imunização e vacinação, o país implementou um Programa Nacional de Imunização expandida. Existem seis regiões de saúde, incluindo a Ilha de Rodrigues, e cada região possui um centro de coordenação de vacinação, com equipes treinado e apoio logístico necessário. Atualmente, existem 159 centros ativos nas ilha Maurícias e 15 na ilha de Rodrigues, cujo objetivo é a imunização a curto prazo.

Além disso, foram recentemente introduzidas novas vacinas às Maurícias, em especial a vacina contra o rotavírus em 2015, as vacinas pneumocócicas em 2016 e a vacina do vírus do papiloma humano



© Ministry of Health and Wellness, Mauritius

(HPV) em 2016. A vacina hexavalente foi introduzida em 2018, que confere imunidade contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite, poliomielite (inativada) e influenza haemophilus tipo B. A presença de uma boa rede estruturada com transporte adequado e recursos modernos de comunicação também contribuíram significativamente para o sucesso do programa de imunização. A vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (SCR) foi estendida à população em áreas de alto risco e à mão de obra do setor público e privado, especificamente da faixa etária de 15 a 45 anos. Mais de 50.000 pessoas foram vacinadas contra o sarampo durante o programa de imunização. Devido ao surto de sarampo em abril de 2018, o cronograma de vacinação para o SCR foi revisto, com a primeira dose em nove meses e a segunda dose em 17 meses. Outras medidas de saúde pública tomadas incluem o rastreamento de contatos e atividades suplementares de imunização.

A Divisão de Controle de Biologia Vetor realizou pesquisas de 516 mosquito em toda a ilha. O levantamento entomológico foi reforçado durante os surtos de dengue nas regiões afetadas.

Além disso, em julho de 2018, uma unidade de Sistema de Informação Geográfica (GIS) foi criada no MOHW. O objetivo desta unidade é fornecer mapeamento, análise e gerenciamento de dados para oferecer suporte à tomada de decisão mais informada, bem como permitir a colaboração em todo o MOHW. A importância da construção de capacidades de GIS foi demonstrada durante as atividades de vigilância em resposta aos surtos de sarampo, para visualizar a distribuição geográfica dos casos em relatórios de situação de alto nível, e os surtos de dengue para auxiliar na identificação de locais para atividades de embaçamento. Além disso, em março de 2019, a Vigilância de Doenças e Resposta Integrada (VDRI) foi iniciada como parte da estratégia para fortalecer as capacidades centrais da Regulamentos Sanitário Internacional (2005). Fornece à unidade de Controle de Do-

enças Não Transmissíveis na sede informações sobre as 11 doenças prioritárias em tempo real, provenientes de toda a ilha¹.

Durante muitos anos, as Maurícias têm usado com sucesso mecanismos multisetoriais formais e improvisados, sob a rubrica da Lei Nacional mais ampla de Redução de Risco de Desastre (2016) e da Lei de Saúde Pública e Quarentena atualizada para responder a emergências de saúde pública. Está em funcionamento um Centro Nacional de Redução de Riscos de Desastre e de Gestão, totalmente operacional, sob a égide do Ministério da Integração Social, Segurança Social e Solidariedade Nacional, para preparar e responder a catástrofes naturais e epidemias.

Em termos de cooperação Sul-Sul, **o país tem acordos, protocolos e memorandos de entendimento transfronteiriços sobre emergências de saúde pública com países vizinhos. Através da missão com do Oceano Indiano (COI) Maurícias está avançando na agenda de saúde pública.**

Também assinou uma carta para a divulgação semanal de dados sobre doenças propensas a epidemias que ocorrem nas ilhas do Oceano Índico das Comores, Madagáscar, Maurícias, Reunião e Seychelles. O país também é obrigado a compartilhar dados com os Centros de África para o controle e Prevenção de Doenças (CDC de África) através da plataforma Zoom.

Contato:

Nome: Dr. V Gujadhur

Cargo: Diretor de Serviços de Saúde Pública

Organização: Ministério da Saúde e Bem-Estar das Maurícias

E-mail: vgujadhur@live.com

1 <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/324830/WHO-HE-C-PI-2019.55-eng.pdf?sequence=1>

NOME DO PROJETO: Controle das Doenças Não Transmissíveis

PAÍSES/REGIÕES: Maurícias

INDICADO POR: Governo das Maurícias

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.3, 3-d

APOIO: Governo das Maurícias (Ministério das Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico) e parceiros doadores, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e outros parceiros

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério da Saúde e Bem-Estar, Maurícias

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: Em andamento (anual)

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3jpJcjd>



Melhoria da Saúde em Áreas Rurais

Melhorando o acesso às clínicas de saúde e sua utilização nas comunidades marginalizadas Em Uganda e Quênia



Desafio

As desigualdades em matéria de saúde entre zonas rurais e urbanas constituem um grande desafio tanto no Uganda como no Quênia. A maioria das pessoas de ambos os países vive em áreas rurais, mas a maioria dos profissionais de saúde qualificados trabalha em áreas urbanas. Muitas doenças que afetam a população rural são facilmente tratáveis, mas há falta de serviços de saúde disponíveis. A prestação de serviços de saúde, bem como a formação de pessoas na prevenção, serão necessárias para preencher as lacunas existentes entre os resultados de saúde nas zonas rurais e urbanas. A fim de alcançar o objetivo fixado pelas Nações Unidas de não deixar ninguém para trás, é necessário concentrar-se nas pessoas mais afastadas.

Rumo a uma Solução

O projeto 'melhoria da Saúde nas áreas rurais', apoiado pela Agência Norueguesa de Cooperação para Intercâmbios (Norec), visa melhorar o acesso e a utilização dos serviços de saúde nas comunidades marginalizadas no Uganda e no Quênia. As organizações envolvidas reabrem e trabalham em antigas clínicas de saúde nas áreas rurais, deixadas pelos antigos governantes coloniais. Essas clínicas estão localizadas em comunidades marginalizadas onde há recursos insuficientes para oferecer serviços de saúde ou onde é difícil encontrar profissionais qualificados. Através do intercâmbio de profissionais de saúde qualificados, o projeto oferece serviços de saúde primários nessas comunidades marginalizadas. Além disso, os jovens profissionais de saúde treinam os moradores da área da saúde básica, garantindo a sustentabilidade na prestação de serviços de saúde.

O projeto contribui diretamente para o objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) 3 (Saúde e Bem-estar) e, mais especificamente, para alcançar o objetivo 3.8: melhorar a educação e os serviços de saúde preventiva para a saúde materno-infantil; melhorar a educação e os serviços de saúde preventiva do HIV e a hepatite B; melhorar o conhecimento da prevenção da malária na colocação de projetos; melhorar a higiene e o saneamento; melhorar a nutrição das crianças com menos de cinco anos e das mães que amamentam; atualizar os princípios orientadores para a gestão dos estabelecimentos de saúde; capacitação de gestão nos projetos de desenvolvimento da comunidade; aumentar o conhecimento e a prática dos projetos de intervenção dirigidos pela comunidade; e melhorar o profissionalismo em contextos transculturais.

A metodologia principal utilizada neste projeto é de cooperação mútua no intercâmbio de profissionais de saúde no âmbito institucional.

Até o momento, dois grupos totalizando 36 profissionais especializados em saúde e administração incluindo enfermeiros, médicos, parteiras, nutricionistas, farmacêuticos e especialistas biomédicos, 18 do Uganda e 18 do Quênia, fizeram um intercâmbio de 12 meses. Depois do programa, houve um mês de acompanhamento para garantir que o conhecimento adquirido pelos profissionais de saúde dessa experiência pra ser usada no seu próprio local de trabalho. Isso aumenta as chances de aprendizagem organizacional e, portanto, de maior sustentabilidade dos resultados. O projeto gradualmente ampliou o número de pessoal de saúde enviado. Começou com a troca de quatro pessoas por ano em 2017, e aumentou gradualmente para 12 pessoas por ano.

Os principais resultados do projeto incluem um melhor acesso e utilização de serviços de saúde primários em seis comunidades marginalizadas no Quênia e no Uganda, o reforço



© Norec

de capacidades para equipe local e aumento da saúde preventiva nas comunidades locais. Ao prepararem a comunidade local em capacitação do pessoal local, as hipóteses de resultados sustentáveis são também aumentadas após o final do projeto.

O papel da Norec nesta iniciativa é facilitar o planejamento de reuniões, a realização de revisões de projetos a médio prazo, bem como a formação de parceiros, cursos preparatórios e o *debriefing* do pessoal de saúde antes do intercâmbio no estrangeiro. O conceito de intercâmbio de pessoal de saúde no âmbito da cooperação institucional é um modelo altamente versátil para melhorar as competências, os conhecimentos e a capacidade. Desde 2001, a Norec tem apoiado intercâmbios de pessoal no setor da saúde numa variedade de países em desenvolvimento. A metodologia pode ser facilmente aplicada em uma variedade de configurações, e é fácil de aumentar ou diminuir a escala de acordo com as necessidades locais, tornando-a uma solução tecnicamente viável.

Os aspectos inovadores do projeto são a sua concepção horizontal e o seu foco na reciprocidade. Ambos os parceiros estão totalmente envolvidos na concepção e implementação do projeto, e ambos

os parceiros contribuíram com os seus respectivos pontos fortes e aprenderam uns com os outros. O senso de propriedade, e as ações conjuntas são resultado de uma planificação e implementação conjunta do projeto. A metodologia de cooperação para o desenvolvimento é concebida com base numa transferência de tecnologias de um doador para um país beneficiário. O reconhecimento do valor da troca de conhecimentos entre todas as partes interessadas aumenta o senso de propriedade, o engajamento e a sustentabilidade no projeto.

Contato:

Nome: Sr. Helge Espe

Cargo: Conselheiro Sênior

Organização: Agência Norueguesa de Cooperação para o Intercâmbio (Norec)

E-mail: helge.espe@norec.no

Nome: Sra. Marit Bakken

Cargo: Diretor de Projeto

Organização: Agência Norueguesa de Cooperação para o Intercâmbio (Norec)

E-mail: marit.bakken@norec.no



NOME DO PROJETO: Melhoria da Saúde em Áreas Rurais: Melhorando o acesso às Clínicas de Saúde e a sua utilização em comunidades marginalizadas em Uganda e Quênia

PAÍSES/REGIÕES: Quênia, Noruega, Uganda

INDICADO POR: Agência Norueguesa de Cooperação para o Intercâmbio (Norec)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (S): 3.8, 17.9

APOIO: Norec

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: *Global Link Africa; iServe Afrika*

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2022

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32wGYro>



Melhoria da Qualidade de Serviços de Hanseníase e Deficiência

Capacitar os profissionais de saúde para garantir a melhoria das condições de vida e a dignidade das pessoas com hanseníase ou deficiências

Desafio

A lepra é uma doença infecciosa crônica que leva à incapacidade se não for tratada. O Nepal, o Bangladesh e a Birmânia são todos afetados pela doença e são considerados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), países de alta prioridade no tratamento à lepra. O atendimento à pessoas com deficiências é um desafio para a saúde pública e para os serviços sociais e de reabilitação nos três países. É mais do que uma mera disfunção física; inclui lidar com estigmas, discriminação, limitações nas atividades e restrições da participação social. Garantir um tratamento melhorado, acabar com a discriminação, promover a inclusão das pessoas com hanseníase e deficiências em geral, e construir parcerias fortes transfronteiriças, para partilhar conhecimentos são todos essenciais para enfrentar o desafio.

Rumo a uma Solução

O projeto 'Melhoria na Qualidade dos Serviços de Hanseníase e Deficiências' visa melhorar a qualidade dos serviços de atendimento no Nepal, Bangladesh e Mianmar. Com o apoio da Agência Norueguesa de Cooperação para o Intercâmbio (Norec), o projeto se empenha em ajudar as pessoas a superar os efeitos físicos, sociais e psicológicos da hanseníase e outras deficiências através do intercâmbio de profissionais de saúde qualificados entre os três países.

A iniciativa visa alcançar os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 19 (Parcerias e Meios de Implementação). Mais especificamente, o projeto visa promover a inclusão social das pessoas com deficiência (ODS 10.2), implementar o desenvolvimento de capacidades nos países através da cooperação Sul-Sul (ODS 17.9) e garantir um melhor tratamento de uma doença transmissível, nomeadamente a lepra (ODS 3.3).

A metodologia utilizada neste projeto é o intercâmbio de pessoal de saúde qualificado no âmbito da cooperação institucional entre os três países. Quinze profissionais de saúde qualificados, cinco de cada país, incluindo médicos, enfermeiros e fisioterapeutas, são trocados por um período de pelo menos seis meses. A aprendizagem obtida através desse intercâmbio é partilhada com o respectivo pessoal em cada um dos três países. Os resultados da aprendizagem do projeto também são compartilhados com governos nacionais, organizações da sociedade civil e em fóruns internacionais. Após o regresso ao seu país de origem e respectiva organização afiliada, o pessoal de saúde tem um período de duas semanas para realizar o trabalho de acompanhamento. Este período ajuda a garantir que os conhecimentos adquiridos e as competências adquiridas são transferidos para o seu próprio local de trabalho. Isso aumenta as chances de aprendizagem organizacional e, portanto, uma maior sustentabilidade dos resultados.

O projeto tem estado funcionando há dois anos e **os principais resultados até à data incluem um grande aumento da porcentagem de pessoas com deficiência que obtiveram acesso a serviços de qualidade. No hospital, nos campos cirúrgicos e ambulatorios administrados pelas organizações, houve um aumento de 17 por cento no número de pessoas com deficiências que recebiam as necessárias tecnologias de assistência e um aumento de 48 por cento no número de pessoas que receberam cirurgias reconstrutivas. Nas comunidades, tem havido uma maior integração social das pessoas afetadas pela hanseníase e das pessoas portadoras de deficiências. As**



© Norec

habilidades concretas aprendidas através do projeto incluem, entre outras: treinamento em cirurgias de ortopedia e hanseníase; manejo da eletroterapia; e conhecimento mais profundo sobre e habilidades em avaliar a necessidade para a fisioterapia para pessoas com deficiências. Os profissionais de saúde também contribuíram para o desenvolvimento de várias propostas de pesquisa sobre estigma e integração social, que foram aceitas em uma conferência.

O papel da Norec na cooperação Sul-Sul é facilitar a elaboração de planos para reuniões, a realização de avaliações de projetos a médio prazo, bem como a formação de parceiros, cursos preparatórios e o debriefing do pessoal de saúde antes do intercâmbio no estrangeiro. O conceito de intercâmbio de pessoal de saúde no âmbito da cooperação institucional é um modelo altamente versátil para melhorar as competências, o conhecimento e a capacidade. Desde 2001, a Norec tem apoiado o intercâmbio de pessoal no setor da saúde em vários países em desenvolvimento. A metodologia de troca pode ser facilmente reproduzida em uma variedade de configurações e é fácil de escalar para cima ou para baixo em resposta às necessidades no terreno, tornando-a uma solução tecnicamente viável.

Os aspectos inovadores do projeto são o seu design completamente horizontal e centram-se na reciprocidade. Todos os três parceiros

estão totalmente empenhados na concepção e implementação do projeto. Os três parceiros contribuem com os respectivos pontos fortes e aprendem uns com os outros. As organizações relatam que conseguiram identificar as melhores práticas que podem ser aplicadas aos contextos dos vários países. Um senso conjunto de propriedade e ações é o resultado de uma planificação e implementação conjunta do projeto. O reconhecimento do valor de todos os conhecimentos das partes interessadas gera mais domínio, participação e sustentabilidade no projeto. Também constrói a confiança e competências das organizações.

Contato:

Nome: Sr. Helge Espe

Cargo: Conselheiro Sênior

Organização: Agência Norueguesa de Cooperação para o Intercâmbio (Norec)

E-mail: helge.espe@norec.no

Nome: Sra. Marit Bakken

Cargo: Diretor de Programa

Organização: Agência Norueguesa de Cooperação para o Intercâmbio (Norec)

E-mail: marit.bakken@norec.no



NOME DO PROJETO: Melhoria da Qualidade dos Serviços de Hanseníase e Deficiências

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, Myanmar, Nepal, Noruega

INDICADO POR: Agência Norueguesa de Cooperação para o Intercâmbio (Norec)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.3, 10.2, 17.9

APOIO: Norec

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Missão Hanseníase Internacional Bangladesh; Missão Hanseníase Myanmar; Missão Hanseníase Nepal

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO PROJETO: 2018–2021

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2Qyc784>



Projeto Exames Médicos da PICA na Guiné e Serra Leoa

Realizando mais de 100 cirurgias críticas e mais de 120 exames médicos, e fornecendo uma série de cursos de treinamento para médicos e estudantes locais

Desafio

Os países e as comunidades africanas são os mais vulneráveis aos desafios e crises de saúde. Cinco crianças com menos de cinco anos morrem a cada minuto na África, principalmente devido a infraestruturas e capacidades médicas precárias. Isso requer o fortalecimento do setor médico e dos profissionais médicos para garantir o bem-estar de seus cidadãos e minimizar a perda humana.

Ambos os países de acolhimento sofrem com a escassez de cirurgiões e médicos em determinadas especialidades médicas. Muitos casos críticos em aldeias e áreas vulneráveis estão à procura de ajuda médica. Além disso, os médicos e os profissionais de saúde locais precisavam de programas de capacitação e formação avançados devido à falta de especialistas em muitas áreas médicas.

Rumo a uma Solução

Na sequência da missão exploratória e de um levantamento necessário dos setores de saúde na Guiné e na Serra Leoa, a Agência Palestiana de Cooperação Internacional (PICA) concluiu que há uma necessidade de proporcionar formação aos médicos locais na especialização específica para a execução de cirurgias e exames médicos, através da capacitação médica técnica para garantir a sustentabilidade da missão.

A PICA considera a contribuição para o desenvolvimento do setor da saúde nos países africanos uma prioridade geográfica. O programa visa contribuir para o ODS 3 (Saúde e Bem-estar). Ambos os programas em Conacri, Guiné e Serra Leoa visam melhorar as capacidades do setor de saúde em pediatria e cirurgias oftalmológicas através de:

- Programas de capacitação: O conhecimento médico é transferido para médicos e cirurgiões locais através da colaboração com cinco hospitais locais em ambos os países para reforçar a capacidade nos campos necessários. O objetivo é criar uma fonte sustentável de conhecimentos especializados para ambos os países-alvo.
- Semanas médicas: Contribuir para as necessidades médicas em países visados, documento de peritos palestinos – os médicos e cirurgiões realizam cirurgias e realizam exames médicos para cidadãos locais de aldeias e áreas vulneráveis através de semanas médicas, ao longo do cronograma do programa.
- A construção de um mecanismo de comunicação aberto entre:
 - o sistema médico dos países visados e o sistema palestino para fornecer conhecimentos atualizados em matéria de investigação e um conjunto de recursos como base para a cooperação a longo prazo;
 - os especialistas e médicos para garantir um canal de comunicação suave e genuíno para superar as limitações dos canais tradicionais.

A PICA, com médicos especialistas e parceiros do Ministério da Saúde Palestino e dos Ministérios da Saúde, tanto na Guiné como na Serra Leoa, estudou a atual capacidade do setor da saúde de baixo para cima. O foco principal estava nas áreas vulneráveis e a escassez de especialização médica onde poderiam melhorar a qualidade da capacidade médica para servir muitas pessoas. Os especialistas descobriram que havia necessidade de várias especialidades, incluindo oftalmologia e pediatria. Além de especialistas seniores e supervisores nos hospitais das principais cidades.

A metodologia utilizada é a cooperação horizontal com os países de acolhimento e as comunidades locais. Os



© PICA

esforços das partes interessadas foram eficazes e harmonizados. Os países receptores eram genuínos e acolhedores, e nunca hesitaram em fornecer, quando possível, necessidades técnicas e logísticas. Os técnicos e os médicos são compromissados e dedicados à criação de resultados de impacto positivo no terreno.

As missões levaram a sessões médicas bem sucedidas **na Conacri, Guiné cirurgões realizaram mais de 30 cirurgias críticas, cinco cirurgias pediátricas e mais de 50 exames médicos. Além disso, uma série de sessões médicas foram realizadas para mais de 70 médicos locais, estudantes de medicina e pessoal de apoio médico no Hospital Donka e Ignace Deen. Além disso, outros hospitais locais que realizaram consultas médicas foram avisadas das suas necessidades médicas foram avaliadas para as seguintes fases do projeto. Em Serra Leoa, cirurgões realizaram mais de 60 cirurgias oftalmológicas, 12 pediátricas, e mais de 70 exames médicos.**

É sempre essencial criar um impacto sustentável de um projeto de desenvolvimento. A combinação de semanas médicas com programas de desenvolvimento da capacidade de desenvolvimento garantirá a transferência eficaz de conhecimentos e a sustentabilidade do projeto. A rede de especialistas comunicou dinamicamente com médicos locais e estudantes de medicina após a missão; o projeto prioriza o grupo de especialistas. Isso abrirá o potencial de compartilhamento de conhecimentos.

Para alcançar a dinâmica de partilha de rede desejada, A PICA

começou com a assinatura da cooperação médica e técnica Com a Fundação para a Promoção Social Materno-Infantil (PROSMI) na Guiné, uma fundação que se concentra na saúde da família e das mulheres, no ambiente, no empoderamento das mulheres e na escolaridade. Cooperação com organizações da sociedade civil possibilita a PICA de aprender sobre as necessidades, desafios e prioridades diretamente das comunidades.

Além disso, a PICA construiu uma rede técnica com hospitais e comunidades locais, a partir da comunidade libanesa e do hospital na Guiné.

Para facilitar a transferência sistemática e internacional de boas práticas e conhecimentos, a PICA acredita que o custo-benefício não virá de um único programa de cooperação ou de uma intervenção noturna, porque vivemos num mundo em mudança com novos desafios todos os dias. A PICA decidiu dividir o programa em fases com base numa avaliação prioritária. O estabelecimento de um processo técnico claro, a prontidão dos especialistas e uma rede ativa garantirá uma reprodução tranquila do programa no decorrer do cronograma.

Contato:

Nome: Sra. Hiba Ismail

Cargo: Diplomata, Representante Oficial do Programa

Organização: Agência Palestina de Cooperação Internacional (PICA), Ministério das Relações Exteriores

E-mail: Hismail@mofa.pna.ps

Skype: [hiba.m.ismail](https://www.skype.com/user/hiba.m.ismail)

WhatsApp: +970598353603

NOME DO PROJETO: Projeto Exames Médicos da PICA na Guiné e Serra Leoa

PAÍSES / REGIÕES: Guiné, Serra Leoa, Estado da Palestina

INDICADO POR: Agência Palestina de Cooperação Internacional (PICA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.2, 3-c, 3-d

APOIO: O Estado da Palestina - Fundo governamental através do PICA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PICA

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2020–2022

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3b2AR1O>; <https://bit.ly/2YvxPhG>; <https://bit.ly/34AET0Z>



Reforço das Capacidades em Medicina de Emergência nos Estados Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI)

Treinamento de profissionais de saúde que respondem a desastres e emergências nos países membros da OCI



Desafio

Devido à falta de capacidade de preparação para catástrofes, muitos países precisam de ajuda externa quando ocorrem catástrofes. Diante de áreas problemáticas semelhantes, o Sudão assumiu um papel de liderança no campo dos serviços de saúde de emergência dentro da Organização de Cooperação Islâmica (OCI). No âmbito da tarefa levada a cabo pelo Sudão, surgiu a necessidade de aumentar a sua capacidade no domínio dos serviços de saúde de emergência. Depois de desenvolver a sua própria capacidade neste contexto, o Sudão deveria liderar outros países da OCI.

Rumo a uma Solução

Como continuação das atividades iniciadas no final de 2017 como parte do Programa de Fortalecimento das Capacidades de Medicina de Emergência (ATKAP) de TIKa, o Sudão e a Turquia continuam a colaborar na realização de atividades de treinamento para outros países em desenvolvimento. As primeiras implementações do programa ATKAP foram realizadas na Bósnia e Herzegovina. A ATKAP inclui a implementação de módulos de curto prazo, tais como assistência médica de emergência, práticas de primeiros socorros e organização pré e pós-catástrofe.

O objetivo do programa é aumentar a capacidade humana nas intervenções médicas de emergência e assegurar a sustentabilidade do projeto, por meio da capacitação. A formação em países terceiros através da capacitação profissionalizante criada para o Sudão está entre os objetivos de reforçar a resiliência à catástrofes e emergências através da cooperação internacional. Essas atividades também contribuirão para as iniciativas de resposta a emergências do OCI.

Foi criado o grupo de formadores especialistas necessário para o Sudão desempenhar o seu papel de liderança na área dos serviços de saúde de emergência ao abrigo da OCI, e a formação começou em outros países membros da OCI. A partir de março de 2020, a 'Introdução à Resposta a Desastres e Emergências' (ADG+) foi ministrada em Djibuti, Chade, Somália, Guiné, Gâmbia e Níger por especialistas sudaneses e turcos. A coordenação do Programa TIKa sediado nos escritórios regionais, avaliou as exigências dos países da OCI, tendo em conta as dificuldades da capacitação nos países terceiros. **Participaram do curso 172 profissionais de saúde que trabalham nestes seis países. O objetivo é incentivá-los a capacitar no seu próprio país pelo menos cinco profissionais locais. Assim, a capacidade de resposta a emergências foi aumentada (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável [ODS] 3) e os serviços de saúde, que são um serviço público, foram melhorados (ODS 6).**

A procura, a necessidade e a facilidade de coordenação foram determinadas como parâmetros básicos na escolha dos países onde o programa seria implementado. Os Gabinetes de Coordenação de Programas da TIKa nos países onde os projetos são implementados proporcionaram coordenação no terreno com as autoridades nacionais competentes. No geral, a coordenação do projeto foi assegurada pela TIKa. Os subsídios, os custos logísticos e os custos de equipamento foram repartidos pelo Centro de Investigação e Capacitação Estatística, Económica e Social para os países islâmicos (SESRIC), pelo Ministério da Saúde da República da Turquia e TIKa.

Na primeira fase do projeto, um total de 231 profissionais de saúde sudaneses receberam treinamento da ADG



© TIKa

+, dos quais 58 foram selecionados para capacitação de formadores. Na segunda fase, um total de 172 profissionais de saúde receberam formação ADG + nos 12 países (Chade, Djibuti, Gâmbia, Guiné, Níger e Somália) e cinco candidatos de cada país receberam capacitação de formadores. As sessões de treinamento ADG + são projetadas e implementadas pelo Ministério da Saúde turco. Sessões de treinamento na Argélia, Camarões, Líbia, Senegal, Tunísia e Uganda foram planejadas para 2020; entretanto, a incidência de COVID-19 causou atrasos. Os treinamentos continuaram conforme as condições pandêmicas diminuírem.

A prioridade foi dada à capacitação de treinadores locais em cada país, especialmente no Sudão. Com a adoção do projeto pelas instituições locais, será apoiada a capacitação de formadores locais no seu país. O fato dos formadores sudaneses locais, treinados em cerca de um ano, participarem ativamente da formação nos terceiros países e em seus próprios países, com os outros países utilizando o conhecimento adquiridos, é o resultado mais importante do projeto.

Este programa também é implementado na região dos Bálcãs. No âmbito do projeto, foram criados na Bósnia e Herzegovina a formação de treinadores em desastres e emergências e primeiros socorros. Embora uma equipe de treinadores de primeiros socorros da Bósnia e Herzegovina estivesse planejada para implementar o treinamento na Croácia em março de 2020, o treinamento foi adiado devido

à pandemia do COVID-19. Também, está prevista a organização de treinamento em resposta a desastres e emergências na Bósnia e Herzegovina por treinadores locais, com a participação de profissionais de saúde da Sérvia, Montenegro e Croácia.

Além disso, continua como parte de um projeto em progresso na Bósnia e Herzegovina, o desenvolvimento local de capacitação de formadores na área de busca e salvamento na natureza e de busca e salvamento urbano. Portanto, o projeto pode ser implementado em diferentes regiões.

Mediante solicitação, é possível reproduzir o programa em todas as regiões do mundo. A demanda do parceiro é o fator inicial mais importante para a implementação do programa com outras partes interessadas alinhado aos princípios de trabalho da TIKa, e guiado pela demanda. Espera-se que a implementação do programa leve à apropriação local, adaptabilidade e compartilhamento de experiências com os países parceiros.

Contato:

Nome: Departamento de Desenvolvimento de Estratégia
Organização: Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA)

E-mail: sgdb@tika.gov.tr

Telefone: +90 312 939 70 00

NOME DO PROJETO: Reforço das Capacidades em Medicina de Emergência nos Estados Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI)

PAÍSES / REGIÕES: Argélia, Camarões, Chade, Djibuti, Gâmbia, Guiné, Líbia, Níger, Senegal, Somália, Sudão, Tunísia, Turquia, Uganda

INDICADO POR: Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3-d, 16.6

APOIO: TIKa

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: TIKa; Centro de Treinamento e Pesquisa Estatística Econômica e Social para Países Islâmicos (SESRI); Ministério da Saúde da República da Turquia; Ministério Federal da Saúde do Sudão

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2021

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2YHyXP5> ; <https://bit.ly/2Ex2dkQ>



Projeto de Triagem Auditiva Neonatal

Estabelecer um sistema de triagem auditiva em bebês recém-nascidos para o desenvolvimento da inteligência e habilidades sociais

Desafio

Os problemas das crianças que nascem com deficiência auditiva geralmente são percebidos tardiamente, portanto, atrasos no diagnóstico e no tratamento podem ocorrer. Os problemas auditivos congênitos de uma criança podem ser detectados por uma equipe médica treinada por meio de testes realizados com uma série de dispositivos especiais. Se esse problema for detectado precocemente, ele poderá ser resolvido com atenção imediata; se o problema não for detectado precocemente, pode haver atrasos no desenvolvimento cognitivo das crianças, o que tende a estar vinculado à audição. Neste ponto, é vital que os problemas de audição de uma criança sejam detectados imediatamente após o nascimento.

Rumo a uma Solução

A Turquia é um dos principais países do mundo na implementação de testes de triagem auditiva para bebês recém nascidos. Portanto, acumulou experiência neste campo que pode ser compartilhada com os países que enfrentam os desafios dispostos acima. O Programa de Saúde de Mãe e Filho (ACSAP) foi lançado em 2017 pela Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA). O objetivo do projeto é aumentar o nível de conscientização do público sobre a importância da realização de triagem auditiva para recém-nascidos e, ao mesmo tempo, oferecer o treinamento médico e o equipamento necessário aos profissionais de saúde para detecção precoce nos países receptores. No âmbito do programa, a conscientização é aumentada através de folhetos distribuídos em instituições de saúde relevantes, enquanto o treinamento é fornecido a profissionais médicos no país destinatário por especialistas da Turquia. As bolsas também são fornecidas para equipamentos médicos que não estão prontamente disponíveis nos países beneficiários.

O ACSAP foca na meta 3.2 do ODS (até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos), que visa a melhoria da saúde do recém-nascido e da mãe, no âmbito do ODS 3 (Saúde e Bem-estar). O Projeto de Triagem Auditiva Neonatal é um dos submódulos do ACSAP.

A partir das regiões selecionadas pelos governos dos países parceiros, está prevista a realização de testes de triagem auditiva para cada criança, especialmente as nascidas no hospital, e sensibilizar as famílias das crianças que não nasceram no hospital por meio de livretos e brochuras.

No âmbito do projeto, foi aplicado a capacitação de profissionais de saúde que trabalham em neonatologia nos países beneficiários, a concessão de equipamento, atividades informativas e métodos de sensibilização. Foi garantido que todos esses processos pertenciam ao pessoal local e aos ministérios da saúde nos países em questão. Os estudos de acompanhamento dos treinamentos fornecidos e da concessão de equipamentos médicos também foram acompanhados pelas Coordenações do Programa TIKA. O projeto foi implementado com a coordenação e apoio financeiro da TIKA, e médicos da Aliança Internacional de Médicos (AID), uma organização não governamental com sede na Turquia, compartilharam seus conhecimentos e experiências com seus colegas quirguizes e tadjiques e mesmo assim, os ministérios da saúde dos países beneficiários também designaram seus funcionários para participar do treinamento.

As sessões de treinamento foram organizadas em três centros diferentes em Osh e Bishkek de 9 a 14 de abril de 2017 na República do Quirguistão; treinamento em triagem auditiva foi oferecido a 160 profissionais de saúde após essas sessões de treinamento, dois audiologistas quirguizes receberam um treinamento avançado de um mês e dois médicos quirguizes receberam um treinamento de um mês em implantes cocleares em Istambul.



© TIKA

No âmbito do projeto, a TIKa apresentou quatro aparelhos de triagem auditiva ao Ministério da Saúde da República do Quirguistão. **Com os aparelhos doados, 25.000 bebês foram testados em Bishkek e 16.000 bebês em Osh. Como resultado desses testes, 200 bebês com perda auditiva foram submetidos a mais testes e iniciaram o tratamento.**

Um programa de treinamento foi organizado em Dushanbe, a capital do Tadjiquistão de 4 a 5 de dezembro de 2018, para conscientizar sobre a importância dos testes de triagem auditiva, onde 33 médicos de diferentes regiões do Tadjiquistão participaram. Mais tarde, uma delegação de nove pessoas composta por otorrinolaringologistas e neonatologistas de quatro regiões de Tadjiquistão participaram de um treinamento prático em Istambul de 13 a 24 de maio de 2019.

Os ministérios da saúde dos países beneficiários, que são os parceiros do projeto eram donos dos projetos, o que os tornava sustentáveis a curto prazo, devido às contribuições da TIKa.

O projeto pode ser reproduzido e adaptado em qualquer região. Isto é o suficiente para que as partes interessadas solicitem e implementem o projeto.

Contato:

Nome: Departamento de Desenvolvimento de Estratégia

Organização: Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA)

E-mail: sgdb@tika.gov.tr

Telefone: +90 312 939 70 00



NOME DO PROJETO: Projeto de Triagem Auditiva Neonatal.

PAÍSES/REGIÕES: República do Quirguistão, Tadjiquistão, Turquia

INDICADO POR: Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.2, 3.8, 16.6

APOIO: TIKa

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: TIKa; Aliança Internacional de Médicos (AID); O Ministério de Saúde da República do Quirguistão; Ministério de Saúde de Tadjiquistão

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2021

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3gmpGlG> ; <https://bit.ly/2CW6bmb>

Programa Telesaúde da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS)

Visando fornecer serviços de saúde sustentáveis

Desafio

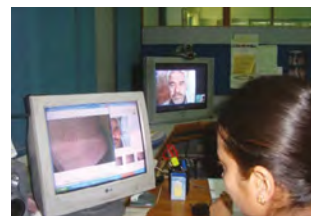
Os países do Sul Global e, até certo ponto, os países desenvolvidos enfrentam vários desafios na provisão equitativa de saúde, especialmente para as comunidades marginalizadas que vivem em áreas remotas e de difícil acesso. Estes desafios incluem: acesso limitado para os cuidados de saúde; escassez de recursos humanos e técnicos; uma alta desproporção entre pacientes e médicos; e uma divisão cultural, comportamental, rural e urbana. Como muitos Estados Membros da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS), o Paquistão enfrenta esses desafios, em particular um elevado crescimento populacional nas últimas décadas e segmentos desfavorecidos de sua população em termos de acesso à cuidados de saúde.

Rumo a uma Solução

O advento das modernas tecnologias da informação e comunicação (TICs) criou meios inovadores de prestação de serviços de saúde fechando brechas e reforçando os sistemas existentes. Um dos modelos inovadores que surgiu ao longo do tempo é o Telesaúde, que promove o uso de telecomunicações e tecnologia digital para fornecer assistência médica em conjunto com os estabelecimentos de saúde tradicionais ou fora delas. A COMSATS foi pioneira na implementação de Telesaúde síncrona no Paquistão usando as TICs mais recentes, mostrando como o desafio de provisão equitativa de saúde pode ser atendido e pode manter uma operação sustentável nas comunidades marginalizadas e em áreas remotas. Seu objetivo é ajudar a abordar o desafio de prestação de cuidados de saúde equitativos de uma forma econômica para as comunidades carentes no local.

COMSATS iniciou a Telesaúde em Gujjar Khan, Paquistão, com um projeto piloto nativo em 2001. O objetivo era implementar a telesaúde e fornecer consultas médicas aos pacientes em um local remoto que tinham poucos ou nenhum médico. A atividade foi ampliada em tamanho e escopo em 2004, quando o COMSATS assinou um acordo conjunto com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Internacional (CPDI) do Canadá e uma organização de base comunitária (CBO) sediada em Skardu, Fundação de Educação e Saúde (BHEF) da Baltistan. O CPDI financiou a atividade do projeto com o objetivo de promover o crescimento, reduzir a pobreza e impulsionar uma mudança positiva em grande escala em termos de prestação de cuidados de saúde.

O objetivo geral do projeto era realizar pesquisas baseadas em ações para fornecer serviços de saúde a comunidades carentes e marginalizadas nas áreas do norte do Paquistão e avaliar a eficácia da telesaúde como meio e modelo de sistema de saúde econômico e altamente acessível. No âmbito deste projeto, a COMSATS estabeleceu um Centro de Recursos em suas instalações em Islamabad, capital do Paquistão e um distante Centro de Telesaúde nas instalações de um hospital comunitário em Skardu (capital da região de Gilgit-Baltistan) sob o controle administrativo da BHEF. Skardu está localizada em uma cordilheira montanhosa com terreno desértico com condições climáticas extremas. Para esta fase da atividade de telesaúde, o COMSATS usou um link de satélite para conectar os dois polos de telesaúde, ou seja, o Centro de Recursos de Telesaúde e o Centro de Telesaúde. Pacientes de comunidades marginalizadas e remotas de Gilgit-Baltistan, receberam cuidados médicos de especialistas após de visitar o Centro de Recursos de Telesaúde (em Islamabad). As consultas médicas foram inicialmente prestadas nas áreas de cardiologia, gastroenterologia, dermatologia, pediatria e também ginecologia. A COMSATS adquiriu valiosos conhecimentos através do projeto, em particular em termos de configuração de infraestrutura técnica e operação em diversos ambientes culturais. Com os conhecimentos adquiridos, a COMSATS passou a poder intervir também em outras partes do país. O Serviço de Telesaúde foi posteriormente ampliado ainda mais, e mais de uma dúzia de Unidades Básicas de Saúde (BHU) em diferentes cidades, e co-



comunidades vizinhas foram conectadas aos centros de tele saúde e ao Centro de Recursos de Tele saúde em Islamabad, incluindo as BHUs em: Zhob (2011); Islamabad - Gokina (2013); Sawabi-Dagai (2013); Islamabad D-10 (2014); Quetta - Wahdat Colony (2014); Multan - Muzaffarabad (2015); Peshawar - Sangu (2015); Lahore (2015); Khairpur - Ubhri (2015); Gawadar - Shadoband (2015); Multan - Panjfaiz (2015); Mansehra - Behali (2017); Mardan - Dera Lakh-pani (2018); Sawabi - Tarakai (2018); e Jhelum - Swika (2019). Com o tempo, os serviços médicos disponibilizaram atendimento ambulatorial geral e de combate às doenças crônicas.

O programa de Tele saúde da COMSATS se destacou como uma das soluções mais econômicas de disponibilização de serviços de saúde equitativos em diferentes regiões, áreas e comunidades remotas e difíceis de alcançar. **Mais de 65.000 consultas médicas foram realizadas com pacientes de áreas e comunidades marginalizadas e não privilegiadas.**

Em termos do aspecto inovador do programa, quando o COMSATS iniciou seu Programa de Tele saúde, baseou seus serviços na conexão de internet por meio de satélites e realizou videoconferências para possibilitar consultas médicas entre pacientes e médicos especialistas. Compreendendo a necessidade crescente de serviços básicos de saúde, a COMSATS desenvolveu um sistema de informações de pacientes e uma plataforma digital para registro e acesso à informações de pacientes, que são armazenados em bases de dados. Esse mecanismo inovador permite que os pacientes apresentem seus problemas diretamente ao médico, sejam examinados e diagnosticados e, eventualmente, tratados. O plataforma conta com recursos para registro de dados de pacientes, atualização e manutenção de históricos médicos, exames, documentação dos pacientes (fotos, exames e laudos anteriores), e agendamento de consultas com mé-

dicos especialistas.

O Programa é sustentável porque o COMSATS está arcando com as despesas do Centro de Recursos de Tele saúde (usando recursos médicos de estabelecimentos terciários de cuidados à saúde), enquanto as despesas correntes do(s) Centro(s) de Tele saúde estão sendo assumidas por organizações de saúde locais ou autoridades da área beneficiada do serviço. O Centro de Recursos de Tele saúde, sediado em Islamabad, em conjunto com o Sistema de Informação ao Paciente e o plataforma digital em vigor, possibilita a reprodução desses serviços com o apoio de organizações e parceiros de saúde locais. Os parceiros fornecem fundos, compartilham recursos e organizam eventos de capacitação em conjunto.

As áreas de colaboração potenciais com parceiros incluem: troca de recursos e experiências entre as organizações que já trabalham em Tele saúde; estabelecimento de sistemas de Tele saúde para regiões selecionadas; troca de opiniões sobre saúde por meio da Tele saúde entre regiões e fronteiras; e a organização de cursos de capacitação profissionalizantes.

Como uma organização intergovernamental, o COMSATS pretende levar este aprendizado e experiência a outros estados membros interessados na Ásia, África e América Latina, no espírito da cooperação Sul-Sul por meio do Tele saúde.

Contato:

Nome: Dr. Azeema Fareed

Cargo: Diretor Médico

Organização: Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS)

E-mail: drazeeema@comsats.org

NOME DO PROJETO: Programa de Tele saúde da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS)

PAÍSES/REGIÕES: Paquistão

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.8

APOIO: Inicialmente pelo Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CIPD) do Canada, e atualmente pela Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: COMSATS; Fundação de Saúde e Educação do Baltistan (BHEF); Serviços de Internet COMSATS

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2001 – em andamento

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3b1Jnyd>



Edição de Genes para Curar

Fortalecimento dos métodos atuais para tratar doenças não transmissíveis por meio de tecnologias inovadoras de edição de genoma

Desafio

Para alcançar a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de reduzir um terço das mortes prematuras por doenças não transmissíveis até 2030, precisa-se de tecnologias inovadoras e eficientes. No entanto, muitos institutos de pesquisa no Sul Global geralmente carecem de equipamento técnico e capacidade para as tecnologias mais inovadoras. Embora agora seja comum correlacionar a incidência de doenças com a expressão de um determinado gene na pesquisa de doenças não transmissíveis, os estudos raramente são continuados além disso. Pesquisadores nos países membros do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB) precisam aprender técnicas que possam impulsionar ainda mais essa pesquisa, para desenvolver modelos animais e celulares de doenças humanas, de modo que o desenvolvimento de terapias inovadoras possa se tornar possível também nos laboratórios do Sul.

Rumo a uma Solução

As práticas e métodos tradicionais usados para tratar muitas doenças não transmissíveis não são suficientes para enfrentar o desafio crescente em todo o mundo. Está ficando claro que novos desenvolvimentos e abordagens na pesquisa em saúde podem oferecer soluções inovadoras e eficientes para esses problemas. Por meio da cooperação e do treinamento liderado pelo ICGEB, terapias inovadoras e os meios para desenvolvê-las estão agora se tornando disponíveis em locais com poucos recursos.

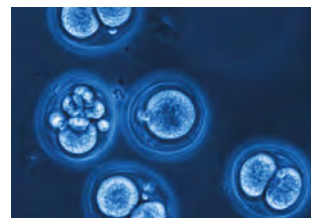
A edição de genes está emergindo como uma das principais novas tecnologias nessa área. É uma tecnologia que permite que a informação genética de células de mamíferos seja editada com grande precisão, permitindo assim, potencialmente, a correção de mutações associadas a doenças humanas. É uma tecnologia relativamente fácil de implementar e barata que pode ser implementada em qualquer laboratório de biologia molecular.

Desde 2016, o ICGEB tem sido fundamental na criação de plataformas Sul-Sul para compartilhar conhecimento sobre as mais modernas tecnologias de edição de genes e sua aplicação na área médica por meio da organização de oficinas de capacitação teóricas e práticas. As áreas cobertas por esses *workshops* são:

- geração de modelos animais que carregam as mutações associadas às doenças humanas para obter informações sobre os mecanismos moleculares responsáveis pelo início e a progressão da doença;
- introdução dessas mutações em células-tronco embrionárias e células-tronco pluripotentes induzidas (iPS) a fim de criar modelos celulares da doença e usá-los para rastrear a eficácia de medicamentos específicos ou para compreender a variabilidade interindividual nas manifestações de uma doença causada pela mesma mutação genética (medicina de precisão);
- desenvolvimento de terapias inovadoras baseadas na edição de genes.

Essa tecnologia pode ser aplicada ao desenvolvimento de modelos simples e econômicos em organismos como o peixe-zebra e os vermes *C. elegans*, que podem ser usados para estudar as implicações da modificação genética em doenças não transmissíveis. Isso leva a uma ciência de maior impacto e, portanto, a uma capacidade melhorada de procurar financiamento de pesquisa; sobre tudo, leva a resultados com mais probabilidade de aplicação terapêutica.

Esses cursos internacionais de capacitação do ICGEB permitem aos cientistas dos Estados Membros adquirirem conhecimento dos mais recentes procedimentos de edição de genes para que possam aplicá-los em seus pró-



© ICGEB

prios países e laboratórios. Nesses cursos práticos, cientistas do grupo constituinte do ICGEB aprendem entre si, compartilham tecnologia, iniciam novas colaborações e têm a oportunidade de discutir as questões éticas e regulatórias associadas a tecnologia. Um exemplo tangível é o *workshop* conjunto do Centro de Pesquisa Conjunta (CPC) e o ICGEB, sobre 'Edição de Genoma', que reuniu experiências da Bélgica, Itália, Quênia, Letônia, Nigéria, Tailândia e Reino Unido, e fortaleceu a colaboração entre várias instituições acadêmicas e laboratórios para prestar consultoria sobre os Desafios regulatórios, éticos e sociais movidos pela tecnologia e suas aplicações. A cooperação Sul-Sul e triangular também é fomentada por meio de transferência de tecnologia e colaborações com a indústria na Argentina, Brasil, Egito, Irã, Líbano, República Árabe Síria, entre outros.

Os cursos de capacitação internacionais representam uma oportunidade única de adquirir o conhecimento necessário para ampliar o impacto dos estudos de correlação na expressão gênica, que estão sendo realizados cada vez mais no Sul Global, conforme documentado pelo número de pedidos de bolsas para cursos sobre esse assunto que foram recebidos pelo ICGEB no ano atual.

O resultado da prática é, sobre tudo, o desenvolvimento de capacidades e a transferência de conhecimento no Sul Global, que vai além das práticas e métodos tradicionais usados para tratar doenças não transmissíveis e para o campo de vanguarda da edição de genes.

Por estar diretamente ligada com o objetivo de reduzir as taxas de mortalidade das doenças não transmissíveis, a edição genética contribui para aprimorar os serviços de tratamento e enriquecer a informação genética em relação a detecção de doenças e a sua progressão.

A sustentabilidade da prática é garantida tanto pelo efeito cascata dos cursos de capacitação internacionais, como pela cooperação estabelecida entre instituições de pesquisa e pesquisadores.

A iniciativa é escalável e adaptável em outros países do Sul Global, pois o ICGEB possui uma forte rede científica interconectada no mundo inteiro e sua estrutura de gestão de Programas tem funcionado efetivamente há décadas. O modelo de procedimentos e infraestrutura padrão do ICGEB, que tem reputação de neutralidade, integridade e transparência, pode ser facilmente reproduzida.

Contato:

Nome: Sra. Marianna Maculan

Cargo: Diretora de Relações Exteriores

Organização: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB)

E-mail: maculan@icgeb.org

Telefone: +39 040 3757216

NOME DO PROJETO: Edição de Genes para a Cura

PAÍSES/REGIÕES: 65 Estados Membros do ICGEB no mundo: Afeganistão, Argélia, Argentina, Bangladesh, Butão, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Cuba, Equador, Egito, Eritreia, Etiópia, Hungria, Índia, Irã, Iraque, Itália, Jordânia, Quênia, Kuwait, Quirguistão, Libéria, Líbia, Malásia, Maurício, México, Moldova, Montenegro, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Macedônia do Norte, Paquistão, Panamá, Peru, Catar, Romênia, Federação Russa, Arábia Saudita, Senegal, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Sri Lanka, Sudão, República Árabe da Síria, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia, Uruguai, Venezuela (República Bolivariana da), Vietnã, Zimbábue

INDICADO POR: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.4

APOIO: ICGEB; Itália; Índia; África do Sul; União Europeia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ICGEB

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2020–2030

SITE DO PROJETO: www.icgeb.org/genome-editing ; <https://bit.ly/3aV1lwy> ; <https://bit.ly/3hsvM5t>



Sequenciamento de Alto Rendimento (HTS) e Biossimilares

Aumentando o acesso a medicamentos a preços acessíveis por meio do desenvolvimento tecnológico nas indústrias no compartilhamento de conhecimento Sul-Sul e na transferência de tecnologias

Desafio

As doenças não transmissíveis, como o câncer e as doenças cardiovasculares, são problemas de saúde mundiais, confirmando a necessidade de identificação de novos medicamentos. O reaproveitamento de medicamentos existentes e aprovados em novas aplicações terapêuticas é cada vez mais relevante. Os institutos de pesquisa dos Estados Membros do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB) no Sul Global costumam ser mal equipados, sem a capacidade de realizar triagens de medicamentos em grande escala. Há, portanto, uma necessidade crescente da colaboração dos laboratórios nos Países Membros no compartilhamento de técnicas de triagem e de tecnologias de produção e comercialização de medicamentos biológicos.

Rumo a uma Solução

O projeto tem como objetivo principal aumentar as capacidades do Sul Global de selecionar medicamentos terapêuticos novos, melhorados e disponíveis, e compartilhar o conhecimento entre os países e parceiros. O sequenciamento de Alto Rendimento (HTS) permite a pesquisa dos efeitos terapêuticos de moléculas biológicas (drogas, genes ou proteínas) que podem representar novos bioterapêuticos. Triagens com bibliotecas genéticas e de medicamentos visam possibilitar colaborações Sul-Sul para desenvolver novos bioterapêuticos, e reaproveitar medicamentos aprovados em novos usos terapêuticos.

O objetivo é aumentar o acesso do Sul Global a Produtos Bioterapêuticos Similares (SBPs), comumente conhecidos como 'biossimilares', como alternativas para os medicamentos mais caros de proteína recombinante. As proteínas terapêuticas recombinantes são uma classe de medicamentos com alto potencial em novas terapias. Uma vez que vários deles estão prestes a perder as patentes, tornou-se claro que o modelo de sucesso de medicamentos genéricos pode ser efetivamente transposto para bioterapêuticos. Espera-se que isso reduza os custos, atenda à demanda mundial, promova a competição no mercado e mantenha os incentivos para a inovação.

O ICGEB colabora com laboratórios do Sul Global na implantação do HTS, abrindo caminho para colaborações Sul-Sul nessa iniciativa. O HTS é um processo experimental de descoberta de drogas que permite testar rapidamente um grande número de amostras quanto à atividade biológica no nível de organismo, celular, via ou molecular. Em cooperação com o Centro de Pesquisa Conjunta (CPC), o ICGEB tem trabalhado com cientistas de vários países para estabelecer e realizar programas de triagem para analisar bibliotecas de compostos naturais quanto ao seu potencial no tratamento de doenças infecciosas. Esses processos de triagem também visam identificar compostos naturais que podem interferir em processos biológicos relevantes para doenças não transmissíveis. O papel do ICGEB é fornecer conhecimento científico e habilidades tecnológicas, enquanto a principal função do CPC é identificar áreas de pesquisa específicas e necessidades locais que podem se beneficiar da combinação de fluxos de trabalho de alto rendimento com imagens automatizadas de alto conteúdo, com um interesse particular em desenvolver técnicas in vitro para reduzir os testes com animais.

O ICGEB concentra-se no desenvolvimento de bios similares, cópias de bio terapêuticos previamente autorizados com atividade biológica, características físico-químicas, eficácia e segurança comparáveis.

Essa definição implica que os biossimilares não precisam ser cópias exatas dos medicamentos biológicos origi-



© ICGEB

nais, mas devem ter atividades quase idênticas. Os desenvolvedores de biossimilares geralmente não têm acesso ao protocolo usado para a produção do original. O ICGEB atua há vários anos facilitando a transferência de tecnologia para a produção de vários biossimilares para indústrias farmacêuticas no Sul Global. **Essas atividades de capacitação têm permitido às empresas estabelecer as Boas Práticas de Fabricação (BPF) para a produção limpa de biossimilares. Cinquenta biossimilares estão atualmente em desenvolvimento e provavelmente criaram um mercado altamente competitivo nos próximos cinco anos. Entre 2005 e 2018, 89 transferências de tecnologia foram realizadas com sucesso em 14 países do Sul Global.**

A cooperação Sul-Sul é promovida por meio da transferência de tecnologia para a produção de biossimilares (por exemplo, a cooperação entre China, Bangladesh e Irã). Os biossimilares oferecem uma oportunidade sem precedentes, uma vez que podem ser produzidos e comercializados em uma nova categoria de laboratórios de biotecnologia que são pequenas e concentradas e, portanto, contam com um apoio econômico relativamente baixo para obter sucesso competitivo. O ICGEB tem como objetivo transferir conhecimentos sobre proteção à propriedade intelectual, competências regulatórias e empreendedorismo.

O projeto é sustentável, já que se espera que a transferência de tec-

nologia e a construção de capacidade nesses campos gerem novas metas para terapias biológicas e promovam o desenvolvimento das empresas locais para sua comercialização. Os avanços científicos geraram publicações nas principais revistas e, portanto, maiores chances de atrair investimento adicional. Isso gerará renda que será reinvestida no projeto para atrair mais países.

O projeto pode ser reproduzido em países interessados no desenvolvimento de novos produtos biológicos. Outros podem se juntar e explorar plataformas existentes para analisar seus compostos, configurar uma triagem para as doenças de seu interesse ou produzir proteínas recombinantes. Os países que já contam com a tecnologia podem receber assessoria na montagem de novos análises ou no aprimoramento das diferentes etapas de produção da proteína e entrada no mercado. Finalmente, os países que desejam estabelecer plataformas locais podem se beneficiar deste projeto como um modelo a ser seguido durante a implementação e como um centro para colaborações futuras.

Contato:

Nome: Sra. Marianna Maculan

Cargo: Diretora de Relações Exteriores

Organização: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB)

E-mail: maculan@icgeb.org

Telefone: +39 040 3757216

NOME DO PROJETO: Sequenciamento de Alto Rendimento (HTS) e Biossimilares

PAÍSES/REGIÕES: Afeganistão, Argélia, Argentina, Bangladesh, Butão, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Cuba, Equador, Egito, Eritreia, Etiópia, Hungria, Índia, Iraque, Itália, Jordânia, Quênia, Kuwait, Quirguistão, Libéria, Líbia, Malásia, Maurício, México, Moldova, Monte negro, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Macedônia do Norte, Paquistão, Panamá, Peru, Catar, Romênia, Federação Russa, Arábia Saudita, Senegal, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Sri Lanka, Sudão, República Árabe da Síria, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia, Uruguai, Venezuela, Vietnã, Zimbábue

INDICADO POR: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.8, 3.b, 9.5, 9.b

APOIO: China, Índia, Itália, África do Sul, ICGEB

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ICGEB

STATUS DO PROJETO: Sete programas – todos em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2030

SITE DO PROJETO: www.icgeb.org/science/medical-biotechnology



Gerenciando os Efeitos das Doenças Neurodegenerativas

Confrontando às doenças neurodegenerativas no Sul para reduzir o fardo mundial de doenças não transmissíveis

Desafio

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, em 2040, como resultado de uma população mundial crescente e envelhecida, as doenças neurodegenerativas, um conjunto de condições relacionadas resultantes da degeneração progressiva de várias regiões do cérebro humano, serão a segunda maior causa de morte no mundo, depois das doenças cardiovasculares. Portanto, do ponto de vista da política nacional de saúde, a pesquisa de doenças neurodegenerativas é altamente válida. Porém, em muitos casos, os países do Sul Global não estão equipados para desenvolver essas pesquisas: não são capazes de determinar as variações genéticas associadas a essas condições, nem de desenvolver modelos animais e celulares que mimetizem as doenças humanas. Além disso, muitas vezes falta coordenação e compartilhamento de inteligência entre centros de saúde e pesquisa em todos os países. A fim de alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Meta 3.4, “Até 2030, reduzir um terço da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio da prevenção e tratamento e promover a saúde mental e o bem-estar”, há necessidade de inovação e tecnologias novas e eficientes em doenças neurodegenerativas. É fundamental que isso seja inclusivo, ou seja, levando em consideração o histórico genético e os estudos de pessoas do Sul Global.

Rumo a uma Solução

As doenças neurodegenerativas são um grupo de condições relacionadas, resultantes da degeneração progressiva de várias regiões do cérebro humano. Desde o derrame cerebral até a dor de cabeça, as doenças neurodegenerativas afetam mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo (Organização Mundial da Saúde, 2006¹) Isso é especialmente verdadeiro para os países do Sul Global, muitos dos quais estão registrando um aumento acelerado nas taxas de expectativa de vida.

Nos últimos anos, pesquisas nesta área têm permitido mapear os genes mais importantes envolvidos na origem das doenças neurodegenerativas. No entanto, isso implicou principalmente a análise de pacientes de países desenvolvidos que compartilham ancestrais genéticos semelhantes. O principal objetivo do projeto no Sul Global, especialmente na África e no Sudeste Asiático, é adquirir informações sobre o histórico genético de pessoas afetadas por doenças neurodegenerativas e as variações genéticas que podem predispor os indivíduos a desenvolvê-las, podendo levar ao desenvolvimento de abordagens terapêuticas mais eficientes. Paralelamente, os pacientes e seus cuidadores estão sempre em risco de não receber o apoio adequado das instituições (ou seja, facilitação, planos de tratamento de apoio). O Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB) contribui para o alcance do objetivo do projeto ao: (i) fomentar o treinamento em avanços técnicos e conceituais de ponta que possam surgir do estudo das doenças neurodegenerativas patológica em estágios iniciais e finais; (ii) organizar *workshops* e encontros para reunir pesquisadores de diferentes regiões; e (iii) promover a formação de sociedades profissionais e de pacientes locais e transnacionais Sul-Sul que, além de promover a pesquisa, também assegurarão que haja um rápido desenvolvimento legislativo nos países que em breve enfrentarão esses novos desafios.

¹ Relatório da Organização Mundial da Saúde (2006) “Distúrbios Neurológicos: Desafios da Saúde Pública”. Disponível em https://www.who.int/mental_health/publications/neurological_disorders_ph_challenges/en/. Disponível em agosto 13, 2020

Para ajudar a preencher essa lacuna, o ICGEB fornece acesso a redes de especialistas e líderes mundiais



© ICGEB

em aspectos-chave de pesquisa para essas doenças. O ICGEB exerce um papel de liderança ao capacitar as comunidades científicas nacionais em seus Países Membros para fomentar a pesquisa em áreas emergentes específicas.

Os pesquisadores do ICGEB estão bem inseridos nas comunidades científicas de muitos países do Sul Global, por meio do acolhimento e do treinamento de estudantes e jovens pesquisadores dos Estados Membros do ICGEB nos Laboratórios do Componente do ICGEB. Os pesquisadores do ICGEB participam ativamente e organizam reuniões (por exemplo, Genômica e Saúde Humana na África, de 2 a 7 de dezembro de 2018) que contam com a participação de pesquisadores do Sul Global em vários tipos de abordagens científicas. Essas reuniões (patrocinadas até 50 por cento pelo ICGEB), geralmente reúnem um mínimo de 150 participantes e são agendados regularmente a cada três a quatro anos. A próxima reunião está marcada para 2021. O ICGEB é o principal iniciador e organizador do projeto, em sua função de liderança de promoção de pesquisa colaborativa nos Laboratórios de Componentes do ICGEB e de aprimoramento de treinamento e compartilhamento de conhecimento por meio da organização de eventos profissionais de grande porte com foco no Sul Global. Os parceiros do projeto cofinanciado pelos eventos e reuniões profissionais e contribuem com dados científicos e percepções aplicadas de várias localizações geográficas do Sul Global. Além disso, os parceiros do projeto enriquecem as áreas-alvo do projeto, contribuindo com pesquisas científicas numa variedade de especialidades, tais como: genômica do câncer, doenças raras e de Mendel, neurogenômica e genômica microbiana, populacional, de gravidez e pré-natal.

A sustentabilidade do projeto é assegurada principalmente pelo desenvolvimento de capital humano alcançado tanto por meio de reuniões e *workshops* de capacitação dentro dos

projetos, quanto por meio de bolsistas do ICGEB (PhD) realizando pesquisas colaborativas nos 41 Centros Afiliados do ICGEB (principalmente no Sudão, Irã, Egito, Líbia e República Árabe da Síria). Em 2019, mais de 600 cientistas representando mais de 47 nacionalidades estiveram a bordo dos laboratórios do ICGEB, realizando pesquisas interdisciplinares em macro-áreas. Em Trieste, 18 grupos de pesquisa, compreendendo mais de 170 pesquisadores, atuam em diversos campos da pesquisa biomédica, incluindo projetos em doenças neurodegenerativas e infecciosas, bem como em imunologia e genética humana. Em termos de regulamentação legislativa na área, **o projeto tem contribuído ativamente para regulamentar a legislação sobre doação de tecidos póstumos para pesquisa (20G00024) (GU Serie Geral n.55 do 04-03-2020). Esse avanço legislativo está abrindo caminho para a construção de um banco de cérebros que pode ser usado na pesquisa em demência e representa um modelo a ser promovido, implementado e replicado em países do Sul Global.** O ICGEB está exclusivamente posicionado para fornecer o mesmo tipo de orientação a outros cientistas e tomadores de decisão em todos os seus países membros, a fim de diminuir o impacto das doenças neurodegenerativas tanto no nível macroeconômico quanto no nível individual, e assim garantir a reprodução do projeto nos Países Membros do ICGEB com laboratórios e instalações especializadas e com interesse em pesquisas neurodegenerativas e compartilhamento de conhecimento.

Contato:

Nome: Sra. Marianna Maculan

Cargo: Chefe de Relações Exteriores

Organização: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB)

E-mail: maculan@icgeb.org

Telefone: +39 040 3757216

NOME DO PROJETO: Moderando os Efeitos das Doenças Neurodegenerativas

PAÍSES/REGIÕES: 65 Países Membros do ICGEB: Afeganistão, Argélia, Argentina, Bangladesh, Butão, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Cuba, Equador, Egito, Eritreia, Etiópia, Hungria, Índia, Irã, Iraque, Itália, Jordânia, Quênia, Kuwait, Quirguistão, Libéria, Líbia, Malásia, Maurício, México, Moldova, Montenegro, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Macedônia do Norte, Paquistão, Panamá, Peru, Catar, România, Federação Russa, Arábia Saudita, Senegal, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Sri Lanka, Sudão, República Árabe da Síria, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia, Uruguai, Venezuela (República Bolivariana da), Vietnã, Zimbábue

INDICADO POR: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.4

APOIO: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB); Programa Conjunto da UE - Pesquisa em Doenças Neurodegenerativas; *Thierry Latran Foundation*, França; *Beneficentia Stiftung*, Luxemburgo; Fundação Italiana de Pesquisa para Esclerose Lateral Amiotrófica (AriSLA); *University of Western Ontario*, Canada

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ICGEB

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2030

SITE DO PROJETO: www.icgeb.org/molecular-pathology

A Estratégia de Serviços Móveis

Implementando estratégias de planejamento familiar e saúde maternal, com base nas lições do programa tunisino de saúde reprodutiva: Evolução e Desenvolvimento

Desafio

Após a independência do país em 1956, as autoridades políticas tunisinas optaram por integrar o Planejamento Familiar (PF) na estratégia geral de desenvolvimento do país. Naquela época, a Tunísia não tinha estruturas de saúde nem recursos humanos necessários para que sua população pudesse se beneficiar dos serviços de PF. O PF foi a solução para o Governo da Tunísia emancipar as mulheres e dar-lhes mais oportunidades de desempenhar papéis fundamentais no crescimento econômico e no desenvolvimento social. Após a independência, Tunísia adotou o Código de Direito Pessoal, que proibia a poligamia e o repúdio, fixava o limite da idade de casamento para homens e mulheres e regulamentava o divórcio. Esses são os pilares fundamentais para o lançamento do programa de planejamento familiar junto com a autorização para vender anticoncepcionais e legalizar o aborto. Este projeto ajuda as mulheres a tomarem decisões sobre engravidar ou fazer um espaçamento, ou intervalo entre as gestações, o que ajuda a diminuir a mortalidade materna e infantil e aumentar o parto seguro.

Rumo a uma Solução

O objetivo das unidades de saúde móveis é aumentar a cobertura anticoncepcional e, assim, reduzir a fertilidade; prestar serviços de saúde à mulher, tais como consultas ginecológicas e pré-natal; e aumentar a conscientização sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SSR) entre jovens e adolescentes. O projeto contribuiu para a Meta de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 (Saúde e Bem-estar), metas 3.1, 3.2, 3.4 e 3.7; e ODS 5 (Igualdade de Gênero), meta 5.6. A estratégia móvel ajudou a implementar a política nacional de população, que cobre o planejamento familiar e a saúde reprodutiva na Tunísia.

Cinco equipes móveis (MTs) foram criadas e desdobradas para um hospital regional, em cinco das 13 governanças do país. A sua função consistia em oferecer serviços de planejamento familiar às populações de *Protection Maternelle et Infantile* (PMI, Centros de Saúde de Mãe e Filho) e centros de saúde localizados nas respectivas províncias. Esses MTs dependiam da disponibilidade duma equipe composta por parteira, enfermeira, cuidador e motorista. Eles trabalhavam em campo, quatro dias úteis por semana, e visitariam unidades periféricas, dotadas de equipamentos mínimos para a prestação dos serviços de PF, notadamente as mesas de exames ginecológicos. O resto do equipamento essencial foi fornecido pelo hospital. O programa de PF na Tunísia foi lançado pelo Governo da Tunísia com apoio financeiro da Escritório dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) durante seu período inicial. A USAID forneceu anticoncepcionais, equipamento médico, veículos e contribuição financeira; e o UNFPA assegurou apoio programático, especialmente intervenção em comunicação e treinamento. Desde 1995, o Parcerias para o Desenvolvimento da População (PPD) tem contribuído para a troca de informações, experiências e melhores práticas do programa para replicação em outros países em desenvolvimento, principalmente na África Subsaariana e em países árabes.

Para monitoramento e avaliação eficazes das atividades do projeto, um prontuário médico padrão é disponibilizado aos prestadores de serviços de planejamento familiar/saúde sexual e reprodutiva (PF / SSR), juntamente com um sistema de arquivo que facilita a coleta e análise de dados. Um registro de coleta de dados estatísticos permite avaliar que os atos médicos são realizados sob as normas e procedimentos previstos no programa.

Foi demonstrado após o final da primeira fase do projeto que os resultados superaram as expectativas e aumentaram continuamente: as consultas de pré-natal aumentaram por 29.6 por cento (de 60.7 para 90.3 por cento); partos assistidos por 19.1 por cento (de 70.2 a 89.3 por cento); consultas pós-natais por 39.9 por cento (de 46.2 a 86.1 por cento); e uso de métodos anticoncepcionais por 20 por cento (de 43.6 a 63.6 por cento). Os resultados excederam em muito o 10 por cento inicial estabelecido pelo projeto, e o conhecimento melhorou 17 por cento.



© PPD

Além disso, a frequência aos serviços de planejamento familiar atingiu 24 por cento e o uso de anticoncepcionais em 20 por cento. Do mesmo jeito, na segunda etapa (1999–2001), os números e as estatísticas mostram que os resultados foram tão satisfatórios quanto na primeira etapa. Relativamente os resultados atingidos no âmbito do programa 2004–2018, a primeira tendência de redução reflete a diminuição gradual e contínua da participação das unidades móveis.

Alguns países africanos se beneficiaram da colaboração dos especialistas do Conselho Nacional Tunisino para a Família e População (ONFP) no âmbito de uma cooperação Sul-Sul deste projeto de clínica móvel, conforme ilustrado abaixo

- O Níger beneficiou-se de um projeto de três anos, “Projeto de apoio à cooperação Sul-Sul no domínio da saúde reprodutiva”, com o apoio da Cooperação Francesa, no distrito de Kollo que tinha uma população de 350.000 habitantes. A taxa de prevalência de anticoncepcionais (RCP) em Kollo, no Níger, atingiu 22.5 em 2005 (1.5 por cento em 2000), e a cobertura da população por serviços de RH / PF de qualidade atingiu 80 por cento em 2005 (27 por cento em 2000). Em 2008, o Conselho de Planejamento Familiar do Níger (NBFP) recebeu um prêmio do PNUD por sua contribuição para o sucesso do projeto de cooperação tripartite em Kollo, Níger, que motivou o Banco Mundial, UNFPA e a Escritório de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para apoiar a promoção de serviços de planejamento familiar/saúde sexual reprodutiva (PF / SSR) em várias áreas do Níger (Niamey, Dosso e Zinder).
- Chade implementou um projeto, “Estratégia móvel em saúde reprodutiva e planejamento familiar na região rural de Mayo Kebbi”. O projeto foi apoiado pelo Banco Mundial e o PPLS2. Os resultados são: assistência pré-natal em 419 por cento, assistência pós-natal em 242.8 por cento, métodos anticoncepcionais em 118 por cento, vacinação em 183 por cento; e a cobertura populacional de 133.3 por cento, superior enquanto os objetivos definidos.
- Mali implementou o projeto ‘Apoio à Implementação da Política de Saúde Reprodutiva na Região de Kayes’ em parceria com a Escritório Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional.
- A Mauritânia implementou o ‘Programa Nacional de Saúde e Reprodução’. Este programa foi apoiado pelo Escritório Espanhol de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional e abran-

geu a capital Nouakchott e a região de Trarza previsto para um período de cinco anos (2007–2011). Os organizadores deste programa se comprometeram a reduzir a mortalidade materna em até 25 por cento.

Partindo da necessidade expressa de levar as atividades para a população-alvo, os serviços móveis possibilitaram cobrir os centros de saúde da linha de frente e fornecer unidades de saúde às áreas rurais carentes. Ao mobilizar recursos materiais substanciais e contratar profissionais qualificados, esta abordagem tem se mostrado útil: **a fecundidade caiu para níveis compatíveis com as médias do país; o crescimento populacional, antes descrito como explosivo, agora está sob controle; e, por fim, a redução do tamanho das famílias tem contribuído amplamente para a melhoria da condição de vida das mesmas.**

Mais de cinco décadas após o início do programa nacional de planejamento familiar, que foi implementado inicialmente com fundos governamentais e de doadores, e após passar por várias etapas, pode-se afirmar que a política populacional, alinhada ao desenvolvimento socioeconômico do país, tem sido uma iniciativa com uma abordagem relevante e econômica nos países em desenvolvimento. Como uma organização intergovernamental de 27 países em desenvolvimento que promove a cooperação Sul-Sul em saúde reprodutiva, incluindo planejamento familiar e população, Parcerias para o Desenvolvimento (PPD) compartilhará esta melhor prática com os países membros por meio de um fórum ministerial influente para reprodução nos países membros. Caso outros países em desenvolvimento desejem adotar a prática tunisina podem se comunicar com o PPD e fazer os arranjos necessários, e o PPD poderá apoiar a assinatura de um acordo bilateral com o Conselho Nacional Tunisino para a Família e População, expressando o compromisso de ambos governos de se engajarem no desenvolvimento do projeto e garantir recursos financeiros para sua execução.

Contato:

Nome: Sra. Tahrima Khan

Cargo: Representante Sênior do Programa

Organização: Parcerias para o Desenvolvimento (PPD)

Email: tahrima@ppdsec.org

Skype: tahrima_khan

WhatsApp: +8801927135992

NOME DO PROJETO: A Estratégia de Serviços Móveis

PAÍSES/REGIÕES: Chade, Mali, Mauritânia, Níger, Tunísia

INDICADO POR: Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Parcerias para o Desenvolvimento da População (PPD)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.1, 3.2, 3.4, 3.7, 5.6

APOIO: Conselho de População e Assistência Financeira do Escritório dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Conselho Nacional para a Família e População (ONFP) do Ministério de Saúde Pública, Governo de Tunísia

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 1980–2018

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3gAGeGR> (em língua Francesa)

Projeto da População, Saúde e Ambiente (PHE) ‘Fechar Brechas Nacionais para Alcançar Equidade Global’ (ENGAGE)

Atendendo as comunidades vulneráveis e remotas por meio de defesa de políticas

Desafio

De 1969 a 2019, a população de Quênia quase quadruplicou-se, de 10.9 milhões para uma estimativa de 40 milhões. O grande tamanho da população jovem de Quênia e seu rápido crescimento populacional são influenciados por diversos fatores que têm graves consequências para a saúde e o bem-estar de mulheres e crianças, e para o desenvolvimento de Quênia. Uma em cada quatro mulheres de 20 a 24 anos se casa aos 18 anos e uma em cada quatro dá à luz aos 18 anos. Uma em cada quatro mulheres casadas de 15 a 49 anos precisa de planejamento familiar e a taxa de fertilidade total (TFR) é 4.6. Deixar de abordar esses desafios pode impedir o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), ou seja, garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para toda a população de todas as idades.

Rumo a uma Solução

A abordagem da População, Saúde e Meio Ambiente (PHE) reconhece a complexa interconexão entre as pessoas, sua saúde e os recursos naturais dos quais dependem. Em vista dessa interconexão, várias organizações iniciaram uma programação mundial integrada para lidar com os Desafios sociais e ambientais desde meados da década de 1980. Desde então, um subconjunto desses programas empregou a abordagem integrada de PHE, com o objetivo de melhorar simultaneamente o acesso aos serviços de atenção primária à saúde, particularmente o planejamento familiar e a saúde reprodutiva, enquanto também ajudam as comunidades a conservar os ecossistemas críticos e os recursos naturais dos quais dependem. O número de projetos de PHE aumentou nos anos 2000 na Região Africana, e os proponentes destas abordagens integradas argumentam que por muitas razões, podem ser mais eficazes e mais eficientes do que os programas de um único setor. Considerando o resultado da abordagem do PHE, o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e Parcerias para o Desenvolvimento da População (PPD) apoiaram conjuntamente o Conselho Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), do Governo de Quênia, para registrar a abordagem PHE queniano a fim de compartilhá-lo com outros países em desenvolvimento por meio da cooperação Sul-Sul e cooperação triangular.

Esta abordagem teve como objetivo principal contribuir para a realização de: ODS 3 (Saúde e Bem-estar), meta 3.7 (Até 2020, garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar, informação e educação e a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais); meta 5.6 do ODS (Garantir o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos conforme acordado sob o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão); e ODS 12.8 (Até 2030 garantir que as pessoas em todos os lugares tenham as informações relevantes e a consciência para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza).

Neste projeto, a abordagem PHE, ‘Fechar as Brechas Nacionais e Alcançar Equidade Global (ENGAGE)’, em uma apresentação multimídia em Inglês e Swahili, destacou muitos dos sucessos de desenvolvimento de Quênia, incluindo a política populacional nacional. A apresentação ENGAGE é uma ferramenta de promoção da abordagem preventiva da PHE. As principais atividades do projeto são a organização, implementação e monitoramento de políticas e ações para o diálogo.

As apresentações estão disponíveis online para transmissão ou download para uso futuro. Os apresentadores em várias atividades de engajamento podem escolher usar vídeos narrados ou fazer apresentações ao vivo do ENGAGE. Um kit de ferramentas de PHE separado inclui o ‘Conhecimentos para a Saúde’ (K4Health) um

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



5 IGUALDADE DE GÊNERO



12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



© PPD

projeto sediado na Universidade *Johns Hopkins* nos Estados Unidos da América, fornece recursos atualizados e de alta qualidade para a comunidade PHE e outras pessoas interessadas em aprender mais sobre a abordagem de desenvolvimento integrado.

O projeto provou que pode ser usado para discussões políticas de alto nível nos níveis nacional e global

Dez maneiras-chave que podem ajudar a atingir os formuladores de políticas:

- Interpretar dados demográficos e outros dados para fornecer o “e daí?” – histórias subjacentes e suas implicações para a ação política.
- Comunicar conceitos complexos, como o dividendo demográfico, por meio de apresentações bem elaboradas e acessíveis.
- Produzir apresentações multimídia, como o ENGAGE da Agência de Referência Populacional (PRB) da Quênia, que pode catalisar o compromisso com as metas de PF/RH entre os tomadores de decisão em conferências globais e instrutores de políticas no país;
- Construir um roteiro para o trabalho focado em políticas para atingir a agenda de Planejamento Familiar 2020 e ODS.
- Criar infográficos para contar histórias sobre o país.
- Conduzir treinamento de mídia temática para jornalistas da mídia impressa, radiodifusores e jornalistas digitais para garantir que as histórias relevantes sejam contadas com precisão.
- Desenvolver novos influenciadores e líderes em planejamento familiar/saúde reprodutiva (PF/RH) por meio de treinamento em comunicação de políticas.
- Conduzir análises demográficas para ajudar a explicar as principais tendências.
- Explicar os vínculos entre população, saúde e meio ambiente para informar os programas integrados.
- Aumentar o foco no gênero e destacar o papel crítico do gênero para organizações não governamentais (ONGs), países e comunidades.

O kit de ferramentas ENGAGE foi baseado em experiências anteriores do PRB, que se basam em mais de 30 anos de treinamento e pesquisa, bem como no desenvolvimento de ferramentas de comunicação de políticas em todo o mundo. O objetivo é aprimorar o acesso a serviços de saúde de qualidade, focados no cliente e associados, incluindo planejamento familiar e serviços de saúde reprodutiva, maternal, neonatal, infantil e juvenil. O trabalho do projeto está focado nos municípios de Baringo e Nakuru em Quênia, mas um projeto semelhante foi implantado em Uganda, Etiópia e Madagascar, e a troca de experiências entre esses países que foram adaptadas para alcançar resultados.

PPD, como uma organização intergovernamental de 27 países que promove a cooperação Sul-Sul em saúde reprodutiva, incluindo planejamento familiar e áreas populacionais, compartilha histórias de sucesso deste projeto com seus outros países membros por meio de seus fóruns ministeriais de alto nível, como a Conferência Internacional Interministerial de Ministros.

A abordagem integrada de PHE tem grande potencial de aumentar a conscientização de legisladores, defensores do planejamento familiar, mídia e líderes religiosos em Quênia sobre questões de desenvolvimento sustentável.

Contato:

Nome: Sra. Tahrima Khan

Cargo: Representante Sênior do Programa

Organização: Parcerias para o Desenvolvimento da População (PPD)

E-mail: tahrima@ppdsec.org

Skype: tahrima_khan

WhatsApp: +8801927135992

NOME DO PROJETO: Projeto da População, Saúde e Meio Ambiente (PHE) ‘Fechar Brechas Nacionais e Alcançar Equidade Global’ (ENGAGE)

PAÍSES/REGIÕES: Quênia

INDICADO POR: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Parcerias para o Desenvolvimento da População (PPD)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.7, 5.6, 12.8

SUPORTADO POR: USAID

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Conselho Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), Quênia

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2014–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2QIRL1J>



BeHe@lthy, BeMobile

Integrando a saúde móvel às doenças não transmissíveis nos sistemas nacionais de saúde

Desafio

As doenças não transmissíveis (DNTs) incluindo doenças cardíacas, derrames, câncer, diabetes e doenças pulmonares crônicas, estão entre os principais riscos à saúde em todo o mundo. Coletivamente, eles são responsáveis pela morte de cerca de 41 milhões de pessoas a cada ano. São responsáveis por aproximadamente 71 por cento de todas as mortes em todo o mundo, mais do que todas as outras causas de morte juntas. Os países de renda baixa e média são particularmente afetados, onde ocorrem quase três quartos de todas as mortes por DNTs, e 82 por cento das pessoas morrem prematuramente ou antes de completar 70 anos de idade.

As DNTs são o resultado de uma combinação de aspectos genéticos, fisiológicos, ambientais e comportamentais, e seu aumento foi impulsionado principalmente por quatro fatores de risco principais: uso do tabaco, inatividade física, uso prejudicial de álcool e dietas não saudáveis.

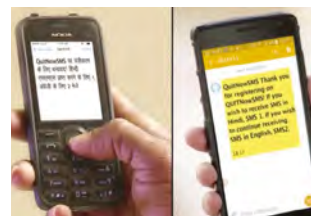
Rumo a uma Solução

A iniciativa *BeHe@lthy, BeMobile* usa tecnologia de telefonia móvel para fornecer informações sobre prevenção e gerenciamento de doenças diretamente para usuários de telefones celulares e fortalece os sistemas de saúde ao fornecer treinamento aos profissionais de saúde. Fornece aos governos as melhores práticas para intervenções de saúde móvel, com base nas evidências clínicas disponíveis de ensaios em todo o mundo. Também catalisa o estabelecimento de parcerias nacionais e globais para garantir a sustentabilidade de longo prazo dos programas de *mHealth* nos sistemas nacionais de saúde. Os governos podem então lançar intervenções nacionais de saúde móvel, tais como *mDiabetes* no Senegal, usando as ferramentas e o apoio fornecidos pela iniciativa.

Os resultados e experiências do programa de cada país são adicionados ao kit de ferramentas mundial da iniciativa e na base de dados a fim de apoiar os projetos em outros países.

A iniciativa *mHealth* da Organização Mundial da Saúde (OMS)/União Internacional de Telecomunicações (UIT) para as DNTs amplia essas tecnologias já bem-sucedidas e econômicas, que foram comprovadas num nível piloto, e as disponibiliza para o mundo. A iniciativa aproveita tecnologias comprovadas, disponibilizadas para países de baixa e média renda, para capacitá-los a lidar com sua carga de DNTs, validando a tecnologia para resultados, garantia de qualidade e eficiência em custos. Além disso, a iniciativa ajuda no desenvolvimento de ferramentas e dispositivos com boa relação custo-benefício e soluções inovadoras como catalisadores do setor privado e da academia, trabalhando em conjunto com os governos para fornecer os incentivos necessários. A iniciativa está criando padrões e princípios orientadores que permitem aos governos e seus cidadãos acessar e adotar rapidamente as novas ferramentas e dispositivos. Ao focar nas “best buys” da OMS para as DNTs, essa iniciativa está salvando milhões de vidas e reduzindo a carga econômica das DNTs para a sociedade.

Be He@lthy, Be Mobile está atualmente sendo implementado em 11 países de diferentes níveis de renda econômica e áreas de interesse, além de receber pedidos de apoio de mais de 90 outros. Os países atuais são: Burkina Faso (*mTobaccoCessation*), Costa Rica (*mTobaccoCessation*), Egito (*mDiabetes*, *Mtb-Tobacco*), Índia (*mTobacco*, *mDiabetes*), Noruega (*mBreatheFreely*), Filipinas (*mTobaccoCessation*), Sudão, Tunísia (*mTobaccoCessation*, *mDiabetes*), Reino Unido (saúde digital em geral), (*mCervicalCancer*, *mBreastCancer*, *mDiabetes*), Tunísia (*mTobaccoCessation*, *mDiabetes*), Reino Unido (saúde digital em geral), e também a União Europeia (*mHealth*, *Innovation*, *KnowledgeHub*).



© ITU

Be He@lthy, Be Mobile apoia países e governos, fornecendo conhecimento técnico de integração das intervenções móveis de saúde aos seus sistemas nacionais de saúde e assim, aumentar a escala a nível nacional de forma sustentável.

As principais ferramentas utilizadas para este fim incluem os manuais de saúde móvel, que consolidam todas as informações relevantes e antecedentes necessários sobre: como configurar e executar programas; como entregar aos parceiros resultados de impacto em escala; e como integrar a saúde móvel aos serviços de saúde não digitais de forma *plug-and-play*, prontos para o uso.

Para a implementação bem-sucedida desses serviços, é fundamental aplicar uma abordagem que considera múltiplas partes interessadas em colaboração com fornecedores de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). A UIT ajuda a estabelecer parcerias duradouras com operadoras de telecomunicações e fornece conhecimento técnico para a criação e implementação das estruturas operacionais necessárias. A OMS, por outro lado, atua como fornecedora do conteúdo relacionado à saúde a ser utilizado no âmbito da iniciativa. Juntas, a UIT e a OMS trabalham para conectar a TIC, aos ministérios da saúde e as operadoras de telefonia fornecendo soluções coordenadas à qualquer epidemia de DNTs.

No entanto, é importante observar que as soluções de saúde móvel implementadas por meio da iniciativa de saúde móvel para DNTs vão além da prevenção e controle de DNTs. Conforme demonstrado durante a pandemia COVID-19, a plataforma *mHealth* que foi criada representa uma solução altamente funcional sobre quais soluções adicionais podem ser incluídas a modo de fornecer serviços essenciais às populações mais necessitadas. Por exemplo, a Tunísia usou o serviço de mensagens *mHealth* para informar o público sobre a ameaça COVID-19 e para fazer o acompanhamento dos visitantes que chegavam ao país a fim de minimizar o risco de propagação do vírus.

Além disso, no âmbito da iniciativa *mHealth* para DNTs, a UIT e a OMS desenvolveram uma série de recursos técnicos, kits de

ferramentas e recomendações que podem informar e orientar as partes interessadas no desenvolvimento e implementação de suas próprias soluções de saúde móvel ou na reprodução das soluções estabelecidas em outros lugares. Essa riqueza de conhecimento tem contribuído para: (i) aumentar as capacidades dos países na implementação da TIC para o benefício de suas populações; (ii) para promover uma abordagem inovadora e multissetorial de saúde digital para intervenções; (iii) para divulgar as normas técnicas úteis; e (iv) aumentar a conscientização entre o público e o mercado de negócios sobre a utilidade e necessidade da saúde móvel, o que pode promover a inovação e o desenvolvimento de novos produtos relevantes para os ODS.

A cooperação Sul-Sul tem sido chave para a iniciativa, uma vez que a reprodução das intervenções *mHealth* em diferentes países foi amplamente possibilitada pelo compartilhamento de experiências dos países dentro e fora das regiões. Vários fóruns e cursos de capacitação foram organizados no âmbito da iniciativa, onde especialistas de um país compartilhavam suas lições aprendidas com as partes interessadas de outros países.

A iniciativa tem se mostrado altamente sustentável porque:

- enfatiza, desde o início, uma abordagem que considera múltiplas partes interessadas na implementação e estabelecimento de parcerias duradouras (com transferência gradual de domínio total para os governos nacionais);
- é altamente eficiente em relação custo-benefício gerando alto retorno do investimento de medidas políticas preventivas (de acordo com as “best buys” de DNTs da OMS) e a multifuncionalidade das soluções de saúde móvel que foram desenvolvidas.

Contato:

Nome: Cosmas Zavazava

Cargo: Diretor do Departamento de Parcerias para o Desenvolvimento Digital

Organização: União Internacional de Telecomunicações – Agência de Desenvolvimento de Telecomunicações

E-mail: Cosmas.zavazava@itu.int

NOME DO PROJETO: BeHe@lthy, BeMobile

PAÍSES/REGIÕES: Mundial

INDICADO POR: União Internacional de Telecomunicações (UIT)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.4

APOIO: Organização Mundial da Saúde (OMS)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ITU

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2013–2021

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3gu2lhM>

Melhoria da Saúde Materno–Infantil na Fronteira do Norte da República Dominicana e no Haiti

Avançando rumo a realização do ODS 3, fortalecendo os serviços de saúde para reduzir a mortalidade materno-infantil

Desafio

Entre 2014 e 2016, 32 por cento das mulheres grávidas atendidas no Hospital Dominicano de Ajabó, região ocidental de Gibão, eram mulheres haitianas, o que representa 44 por cento do número total de mulheres que deram à luz no hospital. Além disso, esta Região tem uma das maiores taxas de mortalidade materna da República Dominicana. As principais causas de morte materna são os distúrbios hipertensivos da gravidez e hemorragia pós-parto, que podem ser evitados em mais de 80 por cento dos casos por meio da prestação de cuidados de qualidade centrados nas pessoas. Para enfrentar os problemas de saúde das gestantes, os dois países vizinhos iniciaram um projeto de cooperação binacional apoiado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). O projeto visa reduzir a mortalidade materna e neonatal, focando na melhoria da prevenção, detecção precoce e gestão adequada de suas principais causas de morte, nas unidades de saúde e no nível comunitário.

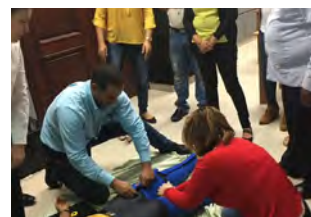
Rumo a uma Solução

O projeto 'Aprimoramento da Saúde Materno–Infantil na Fronteira Norte da República Dominicana e Haiti' foi desenvolvido para a fronteira norte dominicana haitiana, e planejada pelas autoridades nacionais e regionais de ambos os países, com o apoio de OPAS/OMS. Também incluiu a coordenação local e a plena participação das autoridades de saúde na implementação, supervisão e monitoramento do projeto. O objetivo é reduzir a mortalidade materna e infantil (particularmente a mortalidade neonatal) na fronteira Dominicana–Haitiana por meio do fortalecimento da capacidade resolutiva dos estabelecimentos públicos de saúde coordenados com intervenções comunitárias, bem como o fortalecimento da coordenação binacional em saúde.

Em termos de metodologia, as autoridades e profissionais de saúde da fronteira norte de ambos países realizam reuniões de coordenação, mantendo uma comunicação fluida. A equipe de saúde dos três níveis de atenção (ou seja, níveis departamentais, unidades de saúde e comunidade) participou numa aprendizagem colaborativa, que permite compartilhar boas práticas, com acompanhamento das autoridades de saúde locais e regionais que participaram no projeto. Sua experiência poderia ser usada para fornecer cooperação técnica, adaptada em outras regiões transfronteiriças. A metodologia de formação de facilitadores tem fortalecido os centros de saúde locais, garantindo a sustentabilidade das intervenções por meio de mecanismos funcionais que permanecerão dentro das instituições e estruturas após a finalização do projeto.

A iniciativa, visando liderar as boas práticas de transferência transnacional, usou uma abordagem de cuidados em três níveis. No nível departamental, uma comissão bilateral de coordenação de mecanismos de indicação e de contra-indicação entre o Haiti e a República Dominicana foi criada para estabelecer vínculos operacionais na transferência de tratamento de mulheres grávidas com complicações obstétricas do Haiti para a República Dominicana a fim de para receber um atendimento melhor. No nível da unidade de saúde, a reabilitação do hospital na fronteira com o Haiti permite que as mulheres grávidas possam dar à luz com dignidade num ambiente de respeito e segurança. Isso motiva as mulheres grávidas a buscarem e receberem cuidados maternos de qualidade numa unidade de saúde com profissionais de saúde qualificados. No nível da comunidade, são realizadas reuniões entre jovens e adolescentes de ambos os países para aumentar a conscientização sobre a prevenção

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



© PAHO/WHO

da gravidez precoce e das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e seu direito de receber cuidados adequados no hospital. Estão sendo implantadas redes binacionais dos dois países para ações integradas de atenção à saúde dos adolescentes e das mães para as mulheres migrantes. Além disso, foram realizadas reuniões entre líderes comunitários e profissionais de saúde de ambos países para garantir a aceitação do projeto conjunto e para motivar e informar as mulheres em idade fértil sobre a disponibilidade de serviços de saúde materna e planejamento familiar de qualidade em suas respectivas comunidades. Além disso, o Serviço Regional de Saúde de Cibao Ocidental (SRSCO) coordenou esforços para melhorar o atendimento materno-infantil em seus 16 hospitais, incluindo o hospital materno-infantil regional “Francisco Peña Gómez de Mao–Valverde”. **Isso tem fortalecido sua capacidade resolutive para cumprir os protocolos maternos e neonatais estabelecidos pelo Ministério da Saúde (MSP), por meio da metodologia de aprendizagem colaborativa que utiliza um lista de confirmação com critérios explícitos para a adesão.**

A intercâmbio de experiências entre os dois países ocorre em reuniões binacionais, programadas de acordo com a necessidade. A integração binacional continua sendo fundamental para o sucesso deste projeto; e mesmo serve para manter e agregar ações que beneficiem as duas nações. Este projeto pode servir de referência para a reprodução e expansão em outros países com os mesmos desafios para a população de fronteira.

De 2018 a 2020, o projeto atingiu os seguintes resultados:

- O número de mortes maternas foi reduzido em 23 por cento, e a taxa de mortalidade materna em 18 por cento (de 13 para 10, e de 209 para 171 por 100.000 nascidos vivos em 2019 contra 2018).
- O número de mortes neonatais foi reduzido em 26 por cento (de 148 para 110), e a taxa de mortalidade foi reduzida em 39 por cento (de 23 para 14 por 1.000 nascidos vivos).

- 595 profissionais de saúde treinados em: triagem; emergência e urgência obstétrica; hemorragia obstétrica e código vermelho; ajudar as mães a sobreviver à pré-eclâmpsia/eclâmpsia; e comunidade AIEPI, entre outros temas.
- 199 profissionais de saúde, principalmente da comunidade, foram treinados em temas prioritários identificados na estratégia de intervenção desenhada a partir de uma linha de base de reconhecimento e busca de atenção profissional durante a gravidez e o parto; a identificação de sinais (e sintomas) de perigo durante a gravidez, parto, puerpério e nos recém-nascidos; como também, saúde reprodutiva e disponibilização de acesso aos serviços de saúde.
- Melhorou a capacidade do serviço de saúde na ativação e tratamento do código vermelho. Isso incluiu o treinamento de 15 obstetras e ginecologistas e 35 profissionais de saúde não especializados em ginecologia e obstetrícia. Além disso, 20 conjuntos apneumáticos e antichoque foram distribuídos. Em 2019, foram registrados 33 casos de Código Vermelho, onde todas as mães e crianças sobreviveram.
- O fornecimento de sangue e o gerenciamento foram fortalecidos, incluindo equipamentos de teste e suprimentos para triagem e transfusão. Em 2019, 421 unidades de sangue foram testadas. Antigamente, os pacientes tinham que ser transferidos para outra região (Região 2) para transfusões
- Implantação do Sistema de Informação Perinatal (SIP Plus) em seis hospitais.
- O cumprimento do protocolo obstétrico e neonatal melhorou em 16 hospitais.
- Foi aplicada a metodologia de avaliação da Rede Integrada de Prestação de Serviços de Saúde (RISS).

Contato:

Nome: Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional
Organização: Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (PAHO/OMS)
E-mail: csc@paho.org

NOME DO PROJETO: Aprimoramento da Saúde Materno-Infantil na Fronteira Norte da República Dominicana e Haiti

PAÍSES/REGIÕES: República Dominicana, Haiti

INDICADO POR: Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (PAHO/OMS), Escritórios Nacionais em República Dominicana e Haiti

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.3, 3.1, 3.2, 3.7, 3.8, 3.c, 5.6, 17.9

APOIO: PAHO/OMS

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério de Saúde e Serviço Nacional de Saúde da República Dominicana, Ministério de Saúde de Haiti

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: www.paho.org/CCHD



Melhoria dos Serviços de Transfusão de Sangue para Fortalecer o Sistema de Saúde na Guiana

Transferindo conhecimento e práticas de ponta para melhorar os serviços de transfusão de sangue na Guiana

Desafio

Na Guiana, os Serviços Nacionais de Transfusão de Sangue (SNTS) enfrentaram desafios que impactaram a gestão de serviços para pessoas que precisam de transfusão de sangue. Isso se deveu à rápida rotação de pessoal e à consequente perda de pessoal experiente. Além disso, o problema foi agravado por sistemas de aquisição deficientes, falta de estruturas de governança de qualidade, tais como comitês de transfusão de sangue, e falta de diretrizes de transfusão. Mesmo não havia conhecimento sobre o uso de hemoconcentrantes nas instalações hospitalares e baixa disponibilidade de reagentes para teste de anticorpos. Tudo isso comprometia a garantia de qualidade e gerava baixa confiança no sistema.

Rumo a uma Solução

A colaboração bilateral Sul-Sul entre a Argentina e a Guiana teve como objetivo fortalecer o sistema de transfusão de sangue na Guiana entre 2015 e 2018. Seu objetivo era fortalecer a base de conhecimento sobre o manejo do sangue e as habilidades profissionais do pessoal-chave que trabalha no sistema de transfusão de sangue na Guiana a fim de fortalecer os SNTS.

A colaboração teve como objetivo capacitar o país a ter um serviço confiável de transfusão de sangue que assegurasse a disponibilidade oportuna de insumos de saúde que salvam vidas, tais como sangue e seus componentes, em todas as unidades de saúde que possam precisar. Isso contribui diretamente para o cumprimento da Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, metas 3.1 (sobre a redução da mortalidade materna) e 3.8 (sobre o acesso universal a serviços de saúde de qualidade).

A equipe sênior dos SNTS da Guiana, incluindo seu gerente e diretor de qualidade, se uniu a especialistas e a equipe sênior do Centro de Hemoterapia do Hospital Pediátrico Garrahan em Buenos Aires, Argentina. Este é o mais grande hospital pediátrico da Argentina e o centro pediátrico nacional de referência para terapia intensiva, com uma média de 10.000 cirurgias pediátricas por ano.

A colaboração garantiu a transferência sistêmica de conhecimento entre os países, adotando um processo de quatro fases que garantiu a participação das principais partes interessadas de ambos os países. Na primeira fase, um especialista da Argentina visitou os SNTS na Guiana para realizar uma auditoria para entender as lacunas que precisavam ser preenchidas, que incluíam recrutamento de doadores, apoio e orientação de doadores de sangue, processamento de hemoconcentrantes e distribuição de sangue. A auditoria foi fundamental na transferência de novos conhecimentos para profissionais da Guiana e serviu para preparar um plano de trabalho para fortalecer os serviços de sangue na Guiana, à medida que várias oportunidades de melhoria foram identificadas e os beneficiários aprenderam novas lições.

Na segunda fase, um especialista argentino visitou o mesmo centro durante duas semanas para realizar um treinamento prático em procedimentos de manejo de doadores, sorologia e processos e manejo de hemoconcentrantes. Também foram feitas várias recomendações para melhorar a gestão e a qualidade, o que levou à adoção de um plano de melhoria que foi implementado num processo de dois anos com cronogramas em quadros específicos.



© PAHO/WHO

Na fase três da colaboração, um membro sênior da equipe dos SNTS da Guiana visitou o Hospital Pediátrico Garrahan em Buenos Aires em junho de 2018 e participou de um programa intensivo de treinamento prático no centro de hemoterapia. O treinamento se concentrou na transferência de conhecimento nas áreas de práticas de recrutamento de doadores, garantia de qualidade, imuno-hematologia e coleta de sangue. Posteriormente, essa fase permitiu a disseminação desse novo conhecimento para os funcionários da Guiana, garantindo a sustentabilidade da iniciativa.

Na fase final, um especialista do banco de sangue do Hospital Pediátrico Garrahan, na Argentina, visitou a Guiana para uma auditoria final do SNTS e forneceu recomendações para o funcionamento ideal do serviço. Em reunião final com o Ministro Júnior do Ministério de Saúde Pública da Guiana, o especialista apresentou recomendações para a consolidação dos serviços de transfusão de sangue e orientação para a sustentabilidade das melhorias alcançadas na Guiana.

Desde a última visita dos especialistas argentinos, os SNTS melhoraram sua atuação no recrutamento de doadores, processamento e distribuição de sangue. Embora alguns aspectos do processo de melhoria desses serviços exijam implementação de longo prazo, a Guiana aproveitou ao máximo esta oportunidade. De fato, essa iniciativa de cooperação Sul-Sul foi inovadora porque trouxe novos conhecimentos que possibilitaram o início de um longo processo de aprimoramento estrutural e inovação.

Essas inovações incluíram a adoção de um plano estraté-

gico, o estabelecimento de uma nova política nacional de sangue, a criação de comitês transfusionais nos hospitais mais importantes do país, bem como a melhora da qualidade. A colaboração também destacou a necessidade de hemoderivados, incluindo plasma, placas, hemoderivados, etc. nas unidades de saúde públicas e privadas que já existem. A colaboração foi fundamental para o Governo de Guiana criar um laboratório especializado de imuno-hematologia com capacidade para acúmulo de plaquetas e adoção de padrões de procedimentos (POPs) para todas as etapas do ciclo de transfusão de sangue.

Como resultado da colaboração, o Governo de Guiana, com firme compromisso de garantir a sustentabilidade dos avanços alcançados, iniciou um processo de longo prazo para melhorar a qualidade de seu sistema nacional de sangue. Esta é uma área que requer uma quantidade considerável de recursos humanos e financeiros que o Governo se comprometeu a investir. A próxima meta do país para garantir a sustentabilidade dos resultados é melhorar ainda mais a qualidade e obter o credenciamento de seus SNTS sob padrões internacionais. Enquanto Centro de Hemoterapia do Hospital Pediátrico Garrahan é um banco de sangue de renome internacional, o plano é aprimorar essa colaboração.

Contato:

Nome: Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional
Organização: Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (PAHO/OMS)
E-mail: csc@paho.org

NOME DO PROJETO: Serviços Aprimorados de Transfusão de Sangue para Fortalecer o Sistema de Saúde na Guiana

PAÍSES/REGIÕES: Argentina, Guiana

INDICADO POR: Ministério de Saúde Pública Guiana, Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) Guiana

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.1, 3.8

APOIO: PAHO/OMS

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Serviços Nacionais de Transfusão de Sangue de Guiana e o Ministério de Saúde de Argentina (Hospital Pediátrico Garrahan)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2018

SITE DO PROJETO: www.paho.org/CCHD



Reforço Institucional para Planejamento e Monitoramento de Programas de Controle de Câncer na América Latina

Melhorar a disponibilidade de informações para apoiar a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas na prevenção e controle de câncer

Desafio

No quadro global de monitoramento de doenças não transmissíveis (DNTs) e como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os países se comprometeram a reduzir a mortalidade por DNTs em 25 por cento até 2025, bem como registrar informações sobre incidência de câncer (Organização Mundial da Saúde, Estrutura de Vigilância). Nos países em desenvolvimento, há um aumento notável nas incidências de câncer, e precisa-se desenvolver planos de controle da doença baseados em dados estatísticos. Nesse sentido, é essencial contar com fontes confiáveis de informação que sirvam de base para o planejamento, monitoramento e avaliação da implementação de políticas. Estatísticas vitais fornecem informações sobre mortalidade, e registros de câncer de base populacional são o principal recurso para obter informações sobre a incidência e sobrevivência do câncer na população. No entanto, embora existam registros de câncer populacional em alguns países, os mesmos enfrentam dificuldade na sustentabilidade, qualidade de dados e capacidade de análise e produção. Portanto, os registros de câncer de base populacional de alta qualidade cobrem menos de 10 por cento da população da América Latina.

Rumo a uma Solução

Apoiado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)/Organização Mundial da Saúde (OMS), a 'Geração de Informações-Chave para o Planejamento e Acompanhamento dos Programas de Controle do Câncer na América Latina' tem como objetivo atender ao desafio descrito acima. Este projeto visa fortalecer as capacidades locais para melhorar a cobertura e a qualidade dos registros de câncer de base populacional em cinco países latino-americanos (El Salvador, Guatemala, Panamá, Paraguai e Peru), apoiando a implementação de atividades regionais no âmbito da Iniciativa Global para o Melhoramento de Registros de Câncer coordenado pela Escritório Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC). O projeto visa disponibilizar informações epidemiológicas para tomadores de decisão por meio do desenvolvimento de registros de câncer de base populacional.

O desenvolvimento das atividades para este projeto contou com especialistas liderados pela Argentina e Colômbia, com as estruturas de políticas correspondentes, capacidades desenvolvidas em controle e prevenção do câncer e experiência no desenvolvimento de registros de câncer de base populacional, e também teve o apoio da IARC. É importante destacar que o projeto foi implementado como um exemplo prático de cooperação Sul-Sul, onde dois centros de excelência em gestão de câncer na Argentina e Colômbia vêm oferecendo e implementando cooperação técnica em cinco países participantes (Guatemala, El Salvador, Panamá, Peru e Paraguai). Por meio deste projeto, os países participantes poderão receber as informações disponíveis sobre o câncer para serem utilizadas pelos tomadores de decisão e para o desenvolvimento de programas aprimorados de prevenção e controle do câncer.

Com o apoio das Representações da OPAS/OMS nos países, a transferência de boas práticas tem sido feita por meio dos Institutos Nacionais do Câncer da Argentina e da Colômbia. Eles forneceram cursos de capacitação e pesquisas de campo aos funcionários do Ministério responsável das DNTs nos 5 países participantes. Incluindo visitas e treinamento realizados com o apoio da IARC aos países participantes na implementação e implantação de novas ferramentas para registros de câncer de base populacional (ou seja, *CanReg5*). O envolvimento dos Ministérios da Saúde, Institutos Nacionais do Câncer e profissionais de saúde pública demonstram um alto nível de compromisso com a iniciativa, o que garante o seguimento e a sustentabilidade do projeto.



© PAHO/WHO

Embora o projeto ainda esteja nas fases iniciais, todos os responsáveis pelo gerenciamento de registros de câncer nos países participantes participaram da primeira rodada de treinamento. As atividades de acompanhamento incluem cursos básicos, intermediários e avançados adicionais que permitirão aos países ter dados desagregados sobre o câncer não apenas em nível nacional, mas também em nível subnacional e municipal. Com o apoio da OPAS/OMS e IARC, cada país revisará e desenvolverá as definições do caso, variáveis, fluxos de trabalho, coleta de dados e regras de codificação, aprendidos com a experiência de seus pares.

O projeto foi inovador, pois é a primeira vez que boas práticas e lições aprendidas no desenvolvimento de registros de câncer de base populacional são implementados para permitir que os países tenham dados desagregados por níveis, bem como dados de incidência e sobrevivência. Esses países agora poderão apoiar melhor os esforços nacionais, regionais e globais na luta contra o câncer e as

doenças não transmissíveis.

O progresso alcançado até o momento em dados sobre o câncer está sendo compartilhado com os tomadores de decisão para o desenvolvimento e implementação de soluções políticas. A metodologia do projeto permitiu que a OPAS/OMS alavancasse economias de escala e incluísse outras partes interessadas para aumentar a conscientização sobre a importância da implementação de registros de câncer de base populacional. Essa abordagem poderia ser expandida e ampliada para outros países que precisam intensificar a luta contra doenças não transmissíveis, melhorando a qualidade dos dados para a tomada de decisões.

Contato:

Nome: Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional
Organização: Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (PAHO/OMS)
E-mail: csc@paho.org



NOME DO PROJETO: Geração de Informações—Chave para o Planejamento e Acompanhamento dos Programas de Controle do Câncer na América Latina

PAÍSES/REGIÕES: Argentina, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru

INDICADO POR: Ministérios de Saúde de El Salvador; Guatemala; Panamá; Paraguai; Peru; e Instituições Nacionais de Câncer de Argentina e Colômbia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.4, 3.8

APOIO: Organização Pan-Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde (PAHO/OMS)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PAHO/OMS, Escritório Internacional de Pesquisa sobre Câncer; Ministérios de Saúde de El Salvador; Guatemala; Panamá; Paraguai; Peru; e Instituições Nacionais de Câncer de Argentina e Colômbia

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2021

SITE DO PROJETO: www.paho.org/cchd

Reforma dos Serviços de Saúde Mental: Experiências Bem Sucedidas de Comunidades Sul-Americanas

3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



Intercambiando experiências entre Chile, Peru e Paraguai: fortalecendo sistemas e serviços de saúde mental

Desafio

Os transtornos mentais, neurológicos e de abuso de substâncias e o suicídio formam um grupo de doenças e condições que são a principal causa das deficiências e da mortalidade, causando um terço das deficiências na Região das Américas. Devido à alta carga de doenças, muitas vezes não há serviços de saúde apropriados que forneceriam uma resposta adequada às pessoas afetadas por essas condições. Portanto, muitas pessoas com problemas de saúde mental não recebem o tratamento e os cuidados necessários.

Rumo a uma Solução

Apesar do enorme desafio da resposta à saúde mental, Chile, Paraguai e Peru iniciaram a implementação de reformas de saúde mental nas comunidades para fechar brechas no tratamento e cuidados necessários das pessoas afetadas. É importante ressaltar que os três países aproveitaram as experiências coletivas para fortalecer seus respectivos sistemas e serviços de saúde mental.

Os serviços comunitários são essenciais para garantir que as pessoas que sofrem de transtornos mentais, neurológicos e por uso de substâncias recebam tratamento e cuidados adequados em suas comunidades. O modelo centrado no hospital psiquiátrico está desatualizado e gradualmente sendo substituído por redes multidisciplinares de saúde mental, acessíveis e que respeitem os direitos da população.

O projeto de reforma de saúde mental da comunidade contribuiu para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3); meta 3.4 (até 2030, reduzir um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio da prevenção e tratamento e promover saúde mental e bem-estar) e meta 3.5 (fortalecer a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o uso de drogas narcóticas e álcool).

A ampla colaboração foi realizada principalmente entre o Chile e o Peru. A experiência chilena de estabelecer redes de saúde mental no nível comunitário influenciou muito a reforma da saúde mental no Peru. Projetos específicos de cooperação entre o Chile e o Peru foram implementados e muitas vezes financiados pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

A cooperação entre os países assumiu as seguintes formas, incluindo:

- informar e aconselhar no desenvolvimento e implementação de políticas, planos de saúde mental.
- promover intercâmbios de profissionais de saúde de ambos os países com o objetivo geral de analisar as lacunas locais, identificar os gargalos, identificar os pontos fortes e, por fim, aprender uns com os outros.
- colaborar com influenciadores e tomadores de decisão para (re)orientar políticas e serviços
- fortalecer o papel ativo e participativo dos representantes da sociedade civil, com foco especial nos usuários dos serviços de saúde mental, familiares, cuidadores e defensores dos direitos humanos.

A estreita colaboração entre o Chile e o Peru não apenas resultou no aprimoramento da reforma peruana de políticas e serviços de saúde mental, mas também posicionou o Peru como um modelo de referência para outros países sul-americanos, como o Paraguai.

No Paraguai, um renovado interesse na reforma dos serviços de saúde mental foi manifestado pelo atual Ministro da Saúde. O modelo atual, baseado em serviços especializados de saúde mental – principalmente no



© PAHO/WHO

notório hospital psiquiátrico da capital, Assunção – deve ser substituído por serviços de saúde mental descentralizados. Em 2019, uma delegação de autoridades e profissionais de saúde do Paraguai viajou a Lima para se reunir com representantes do Departamento de Saúde Mental do Peru e do Ministério de Saúde, para se familiarizarem com o modelo de saúde mental e intercambiar boas práticas no desenvolvimento e implementação de estratégias de saúde mental.

Além disso, o Paraguai foi selecionado para participar da Iniciativa Especial em Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde (OMS), que busca garantir a cobertura universal de saúde disponibilizando cuidados de qualidade às condições de saúde mental em 12 países para mais de 100 milhões de pessoas. A iniciativa, que avançará políticas, defesa e direitos humanos, e ampliará intervenções e serviços de qualidade para pessoas com transtornos mentais, já está sendo implementada no Paraguai e a análise da situação está sendo realizada.

No entanto, um dos resultados do projeto determinou que um desafio comum que os três países encontraram está relacionado ao tratamento da saúde mental nas comunidades indígenas. Entre as comunidades indígenas, os transtornos mentais são altamente pre-

valentes e as taxas de suicídio são mais altas do que na população geral. É preciso mais esforço conjunto para atender às necessidades especiais dessas populações. Nesse quesito, a proposta 'Boas práticas em saúde mental de base comunitária: Chile, Paraguai e Peru' de Cooperação entre Países para o Desenvolvimento da Saúde (CPDS) foi submetida ao setor de financiamento da OPAS/OMS.

Enquanto a saúde mental continua sendo um desafio para muitos países, as melhores práticas e lições aprendidas com este projeto são um recurso principal no desenvolvimento e implementação de políticas de saúde mental e prestação de serviços. Por meio dessa iniciativa, os países têm trabalhado em conjunto para identificar barreiras comuns e consolidar o compromisso político para enfrentar os problemas de saúde mental, com foco específico nas populações que vivem em condições de vulnerabilidade.

Contato:

Nome: Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional
Organização: Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (PAHO/OMS)

E-mail: csc@paho.org



NOME DO PROJETO: Reforma dos Serviços de Saúde Mental: Experiências Bem-sucedidas de Comunidades Sul-americanas

PAÍSES/REGIÕES: Chile, Paraguai, Peru

INDICADO POR: Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (PAHO/OMS)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.4, 3.5

APOIO: PAHO/OMS

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministérios de Saúde (Chile, Peru e Paraguai)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2021

SITE DO PROJETO: www.paho.org/cchd



Melhoria da Segurança Rodoviária na República Dominicana e Costa Rica Reforçando a Gestão e as Capacidades Regulatórias

Intercâmbio de boas práticas da Costa Rica e fortalecimento institucional para enfrentar uma das principais causas de mortalidade na República Dominicana

Desafio

As mortes e lesões causadas por acidentes de trânsito representam uma taxa alta de mortalidade e deficiências na República Dominicana e na Costa Rica, especialmente entre pessoas entre 14 e 29 anos de idade. Isso se deve à insuficiência de ações para prevenir acidentes de trânsito e também está relacionado à fragilidade da liderança em segurança no trânsito. Este projeto busca atender a um dos principais problemas de saúde pública da República Dominicana, por apresentar a maior taxa de mortalidade no trânsito da Região das Américas (34,6 mortes por 100 mil habitantes) e uma das cinco maiores do mundo, e aprender da experiência da Costa Rica onde a taxa é de 16,7 por 100 mil habitantes, ou seja, 1,1 pontos percentuais acima da média regional.

Rumo a uma Solução

Para abordar o desafio, a Costa Rica e a República Dominicana colaboraram no projeto 'Melhoria da segurança viária na República Dominicana e Costa Rica mediante o fortalecimento das capacidades de gestão das instituições correspondentes', com o objetivo de desenvolver práticas e ferramentas que contribuam para a redução de mortes, lesões e danos materiais causados por acidentes de trânsito em ambos os países.

Por meio dessa cooperação, a Costa Rica e a República Dominicana têm como objetivo compartilhar conhecimentos, habilidades e experiência para alcançar seus objetivos por meio de esforços conjuntos, que estão em linha com a Meta de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 (Saúde e Bem-estar), meta 3.6 e ODS 11.2 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Este projeto foi desenvolvido pela Instituição Nacional de Trânsito e Transporte Terrestre (INTRANT) surgindo do interesse da República Dominicana em aprender com a experiência do Conselho de Segurança Rodoviária da Costa Rica (COSEVI), que foi iniciada por meio de uma solicitação formal. Essa cooperação foi facilitada pelas Escritórios da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) / Organização Mundial da Saúde (OMS) na Costa Rica e na República Dominicana, que acompanham os avanços de ambos os países no cumprimento dos objetivos da Década de Ação pela Segurança Viária (2011–2020), proclamada oficialmente pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2010. Além disso, as ações propostas, como o desenvolvimento de políticas, orientações e campanhas de comunicação, estão alinhadas com o Plano Estratégico Nacional de Segurança Viária da República Dominicana e com o Plano Nacional de Segurança Viária (2015–2020) da Costa Rica.

A cooperação iniciou com reuniões multissetoriais com especialistas em saúde pública e segurança viária das instituições participantes. Desde o início, essas reuniões facilitaram a identificação da formulação do projeto, dos pontos fortes, capacidades, instrumentos e ferramentas que ambos os países poderiam compartilhar ou desenvolver em conjunto, com o objetivo de enfrentar os respectivos desafios priorizados pelo país. Desta forma, houve uma identificação clara das boas práticas a serem compartilhadas durante o desenvolvimento do projeto, e as boas práticas que seriam criadas como parte do seu desenvolvimento.

Visando tornar o processo metodológico mais participativo, o projeto incluiu uma semana de trabalho conjunto com as equipes de especialistas dos dois países no início. Isso permitiu fazer ajustes importantes na metodo-



© PAHO/WHO

logia, derivados de uma profunda análise documental e discussões técnicas subsequentes sobre a situação na fase inicial do projeto.

Embora ambas as instituições desempenhem um papel na troca de experiências, neste projeto o COSEVI divulgou a maior parte dos conhecimentos, tecnologias e experiências adquiridas com a INTRANT. O COSEVI tem liderado avanços importantes na segurança viária da Costa Rica, que tem potencial de serem adaptados às instituições semelhantes na região.

Durante o curto período de execução, **a República Dominicana começou à implantação de seu programa de inspeção veicular, com assessoramento técnico da Costa Rica que tem anos de experiência na área.** Os veículos em estado ruim são mais propensos a causar acidentes de trânsito. Portanto, o programa de inspeção é a base da estratégia. Em contrapartida, a Costa Rica está compartilhando produtos de comunicação através das redes sociais, valendo-se da longa experiência da República Dominicana neste aspecto. Além disso, um Departamento de Segurança Rodoviária foi desenvolvido para monitorar o progresso da segurança rodoviária.

Como resultado do intercâmbio, surgiram as boas práticas, que podem servir de referência para outros países que desejam adotá-las: manuais, guias e regulamentos; registros, processamento e análise de dados sobre lesões e mortes por acidentes de trânsito; programas de inspeção técnica de veículos; comunicação e campanhas de mobilidade segura.

Para garantir a reprodutibilidade dos resultados que foram observados durante a execução do projeto, toda a experiência de desenvolvimento foi sistematizada. Este é de fato um dos objetivos principais do programa, facilitar o desenvolvimento de outras estratégias semelhantes entre os países utilizando as metodologias propostas deste projeto.

Contato:

Nome: Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional

Organização: Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (PAHO/OMS)

E-mail: csc@paho.org



NOME DO PROJETO: Aprimoramento da Segurança no Trânsito na República Dominicana e na Costa Rica por Meio do Fortalecimento da Gestão da Segurança no Trânsito e das Capacidades Regulatórias

PAÍSES/REGIÕES: Costa Rica, República Dominicana

INDICADO POR: Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (PAHO/OMS)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.6, 11.2

APOIO: PAHO/OMS

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Instituição Nacional de Trânsito e Transporte Terrestre (INTRANT) da República Dominicana, e o Conselho de Segurança Rodoviária (COSEVI) da Costa Rica

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2021

SITE DO PROJETO: www.paho.org/CCHD



Melhorando a Entrega de Vacinas com Tecnologia Digital na Índia e Indonésia

Promovendo o acesso e a entrega de tecnologias de saúde por meio do intercâmbio de tecnologia, conhecimento e soluções inovadoras Sul-Sul.

Desafio

A imunização é uma intervenção que salva vidas de muitas doenças transmissíveis, salvando até três milhões de vidas a cada ano no mundo inteiro. No entanto, milhões de crianças ainda não têm acesso a vacinas em países de baixa e média renda, apesar das recentes melhorias gerais em seus sistemas de saúde. Esta é certamente uma questão problemática na Indonésia, onde apenas 58 por cento das crianças receberam imunização essencial. Com mais de 76 milhões de bebês, crianças e mulheres em idade reprodutiva pelas 6.000 ilhas que precisam de vacinação rotineira, a Indonésia enfrenta um grande desafio para garantir a implementação eficaz de seu programa de imunização. A necessidade de imunização na Indonésia é exacerbada pela distribuição ineficiente de vacinas em toda a cadeia de abastecimento. O sistema de coleta e gestão de dados precário, em conjunto com seu prazo curto de vida útil, as necessidades de armazenamento refrigerado e a longa cadeia de fornecimento de vacinas contribuíram para ineficiências significativas nos procedimentos. Abordar esses Desafios acelerará o progresso da Indonésia em direção às Metas 3.3 (Combate à propagação de doenças transmissíveis) e 3.8 (Promover o acesso equitativo à vacinas e cobertura universal de saúde).

Rumo a uma Solução

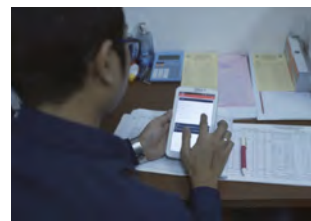
No interesse de melhorar a cobertura vacinal na Indonésia, o Ministério da Saúde (MOH) descobriu uma solução digital inovadora desenvolvida pelo Ministério da Saúde e Bem-Estar da Família (MOHFW) indiano, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Índia e Gave, a Aliança para as Vacinas.

A *Electronic Vaccine Intelligence Network* (eVIN) é um sistema digital móvel que permite a visibilidade em tempo real da cadeia de abastecimento da vacina e da logística da cadeia de congelamento. Ele fornece rastreamento de ponta a ponta desde o inventário de vacinas até a análise de dados automatizada e alertas instantâneos para dar suporte à tomada de decisões e ações rápidas e eficazes.

Desde que foi introduzido pela primeira vez em outubro de 2015, o impacto do eVIN no Programa de Imunização Universal (UIP) da Índia tem sido imenso. A escassez e o desperdício de vacinas agora são significativamente menores, enquanto a disponibilidade e a cobertura melhoraram. Uma análise econômica independente estimou que o eVIN forneceu um retorno sobre o investimento de três vezes para o UIP. No final de 2020, o eVIN estará operando em todas as 28.000 unidades de saúde em todo o país, atingindo 156 milhões de beneficiários.

As características exclusivas do eVIN e os resultados significativos alcançados na Índia rapidamente ganharam ampla atenção na região da Ásia-Pacífico e além. Dado esse grande interesse, o PNUD estabeleceu um centro de conhecimento na Índia para promover o envolvimento e a cooperação Sul-Sul em eVIN e outros aspectos da saúde digital e gestão da cadeia de abastecimento. Após um intercâmbio inicial no início de 2017, onde delegações de vários países visitaram a Índia para examinar a tecnologia eVIN e entender melhor seus enormes benefícios, o Ministério da Saúde da Indonésia registrou seu forte interesse em adaptar o sistema. Como tal, o PNUD foi encarregado de fornecer sua expertise e experiência na gestão da implantação com o eVIN na Índia para facilitar a transferência de tecnologia, conhecimento e experiência para a Indonésia.

Para facilitar esta transferência técnica, o Ministério da Saúde e Bem-Estar da Família (MOHFW) e o PNUD Índia receberam uma delegação de alto nível do Ministério de Saúde da Indonésia numa viagem de estudos para observar diretamente a operacionalização do eVIN em pontos de armazenamento de va-



© UNDP

cinas e centros de saúde e também obter dicas valiosas sobre sua viabilidade e adotabilidade. A viagem de estudo permitiu um amplo diálogo entre os delegados indonésios, membros seniores da UIP da Índia e legisladores do MOHFW. Essas discussões ofereceram uma compreensão profunda das boas práticas e políticas apropriadas, e sua viabilidade na abordagem estratégica de implementar o eVIN na Indonésia.

Esta viagem de estudos não só forneceu uma rica oportunidade para o Ministério da Saúde indonésio de aprender sobre as experiências e lições da Índia, mas também para o UIP da Índia mostrar sua inovação digital revolucionária e história de sucesso.

Após a viagem de estudos, o Ministério da Saúde da Indonésia começou a testar o eVIN em 54 centros de saúde em dois distritos (Bogor e Tangerang Selatan). O PNUD na Índia e na Indonésia trabalharam juntos para orientar a avaliação inicial da cadeia de fornecimento de vacinas e infraestrutura digital, e o desenvolvimento de planos estratégicos e operacionais orçados para os distritos piloto. Um foco importante foi a customização da tecnologia eVIN e a adaptação dos Procedimentos Operacionais Padrão relevantes e os materiais de treinamento no contexto local. Para refletir essas modificações técnicas e promover a aceitação no país, a versão indonésia do sistema eVIN foi chamada de "SMILE" (*System Monitoring Imunisasi Logistik Secara Elektronik*).

O PNUD também ajudou a fornecer treinamento a nível distrital de profissionais de saúde e gerentes do programa nacional de imunização, seguido de orientação contínua e apoio técnico à medida que o sistema era implantado. Apoio adicional para intercâmbios técnicos Sul-Sul e a adaptação de recursos e lições disponíveis foram fornecidos pela Parceria de Acesso e Entrega, uma iniciativa global liderada pelo PNUD, que contribuiu para a implantação eficaz do SMILE na Indonésia.

A introdução do SMILE gerou uma cadeia de abastecimento de vacinas mais eficiente e coordenada com uma gestão de 1.4 milhão de doses aos beneficiários. Nos primeiros 12 meses, a escassez de estoque da vacina fora reduzida em 55 por cento e o índice de disponibilidade da vacina atingiu 99

por cento. O nível de excesso de estoque e desperdício de estoque caiu mais de 50 por cento e 90 por cento, respectivamente, enquanto a defasagem no tempo de reposição de estoque foi de 25 dias para menos de três dias. Relatou-se que o aplicativo SMILE tinha um alto nível de satisfação dos usuários e aceitação entre os profissionais de saúde, o que resultou em produtividade e desempenho elevado e controle sobre a gestão da cadeia de abastecimento da vacina inculuiu um nível significativo de compromisso, confiança e orgulho entre os profissionais de saúde no desempenho de suas funções.

Com o sucesso do piloto, o Ministério da Saúde da Indonésia tomou a decisão de expandir o SMILE para mais 600 centros de saúde em 23 distritos, alcançando quase sete milhões de beneficiários. O expansão ocorreu em 2020 com o apoio do PNUD Indonésia e financiado conjuntamente com o Governo da Indonésia e Gave, a Aliança de Vacinas. Além disso, devido ao alto nível de custo-benefício do sistema, satisfação do usuário final, adaptabilidade e interoperabilidade com a infraestrutura do sistema de saúde atual, ele pode ser rapidamente escalado, contribuindo ainda mais para a utilização sustentável e expansão do sistema.

O envolvimento, intercâmbio e cooperação Sul-Sul entre as partes interessadas na Índia e na Indonésia têm sido fundamentais para ampliar o impacto de uma solução digital inovadora na saúde. O PNUD continuará a apoiar essa extensa rede de iniciativas globais, com o 'Grupo de Conhecimentos em Saúde Digital e Cadeias de Valor' na Índia e a 'Parcerias para o Acesso e a Entrega', a fim de facilitar o troca de experiências e conhecimentos práticos de cooperação Sul-Sul. Além de contribuir para o fornecimento de capacitação, conselho e orientação para melhorar os resultados de saúde e alcançar os ODS.

Contato:

Nome: Sr. Leslie Ong

Cargo: Especialista em Programas de HIV, Saúde e Desenvolvimento

Organização: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) Polo Regional de Bangkok

Email: leslie.ong@undp.org

NOME DO PROJETO: Inovações Digitais para Gestão da Cadeia de Fornecimento em Saúde

PAÍSES/REGIÕES: Índia, Indonésia

INDICADO POR: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.3, 3.8

APOIO: PNUD; Aliança para as Vacinas da Gave

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PNUD; Ministério de Saúde e Bem-estar Familiar (Índia); Ministério de Saúde (Indonésia)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2YAIHf4>; shorturl.at/kmpR3



Prevenção da Transmissão do HIV e Sífilis de Mãe para Filho (PTMF)

Aumentando as capacidades no caminho para PTMF e cobertura universal de saúde

Desafio

Desde 2011, houve progresso mundial na redução da transmissão do HIV de mãe para filho, mas não tem sido rápido o suficiente para atingir as metas de 2020, especialmente em relação ao 'Quadro de Avanço Acelerado' na erradicação do SIDA. Em 2019, houve aproximadamente 150 mil novas infecções por HIV entre crianças menores de cinco anos, destacando a necessidade de acelerar a prevenção e o tratamento para todas as mulheres grávidas e lactantes que vivem com HIV, a fim de eliminar novas infecções entre crianças e reduzir as mortes relacionadas ao HIV entre mulheres grávidas e novas mães. Em linha com as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 (Saúde e Bem-estar), a comunidade global se comprometeu a erradicar a transmissão vertical do HIV e do sífilis como uma prioridade de saúde pública, mas isso requer um foco maior na integração de intervenções de HIV e serviços de prevenção da transmissão de mãe para filho (PTMF) por meio de programas mais amplos de saúde sexual, reprodutiva, maternal, neonatal, infantil e adolescente, bem como garantir acesso equitativo para todas as mulheres, incluindo as mais vulneráveis.

Rumo a uma Solução

O Governo da Tailândia intensificou o seu apoio de cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) aos outros países no esforço de conquistar os objetivos que a Tailândia alcançou em 2016 - a eliminação da transmissão vertical (PTMF) do HIV e sífilis. Para enfrentar esse desafio, a Tailândia atua como base de informações e recursos de conhecimento mundial, apresentando boas práticas e compartilhando lições aprendidas ao eliminar com sucesso a transmissão do HIV e da sífilis de mãe para filho. Isso foi alcançado fortalecendo a cobertura universal de saúde (UHC) e os sistemas de saúde para aumentar o acesso a serviços de Saúde Materno-Infantil (SMI) de qualidade. Uma das principais características do sucesso da Tailândia é sua decisão de estender a cobertura de saúde aos migrantes que vivem na Tailândia. Por meio da agenda de Cooperação Sul-Sul (CSS) do Governo administrada pela Escritório de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA) sob o Ministério das Relações Exteriores, o Governo está compartilhando sua experiência, conhecimento e perícia técnica com outros países.

Em 2019, a TICA, o Ministério de Saúde Pública da Tailândia e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) ambos assinaram um plano de ação conjunto para acelerar sistematicamente o progresso em PTMF por meio de diferentes modalidades de Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST). No âmbito desta iniciativa, em 2019, foi ministrada uma sessão de formação para o reforço de capacidades para representantes do Ministério de Saúde do Cazaquistão, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão. A TICA arcou com os custos de treinamento e hospedagem – um modelo a ser seguido na divisão das despesas em países de renda média e economias emergentes. Enquanto a UNICEF foi instrumental na coordenação geral junto com a TICA e o Ministério de Saúde Pública (MOPH), e na mobilização e financiamento dos países participantes, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e SIDA (UNAIDS) foram envolvidos durante o treinamento de capacitação. Juntamente com o UNICEF, a OMS forneceu orientação sobre os processos de validação e o UNAIDS capacitou-se no fortalecimento de componentes de dados e direitos humanos para atingir a PTMF.

O sucesso de CSS na região da Ásia-Pacífico abriu as portas para muitos mais países na região e ao redor do mundo terem a oportunidade de aprender com a Tailândia e acessar soluções que poderiam ser adaptadas para apoiar seus próprios esforços no trabalho para alcançar o ODS 3, sobre boa saúde e bem-estar.



© UNICEF

Em 2017 e 2018, o Escritório Regional do UNICEF para o Leste Asiático e Pacífico e o Escritório Nacional da Tailândia, em colaboração com o Centro Internacional de Treinamento em AIDS, TB e DSTs, o Departamento de Saúde, MOPH, a Cooperação CDC MOPH entre Estados Unidos e Tailândia (TUC), e com o apoio da OMS e do UNAIDS, organizaram o Oficina de Capacitação Sul-Sul de Aprendizagem e Intercâmbio de Experiências de PTMF para representantes do Ministério de Saúde de China, Índia e Mianmar. Em 2019, a TICA, o MOPH e a Escritório do UNICEF na Tailândia formalizaram esta colaboração e ambos assinaram um plano de ação CSST para PTMF e expandiram o treinamento para outros países além da região da Ásia-Pacífico

Até o momento, a fim de facilitar a transferência sistemática entre regiões/países de boas práticas e conhecimento, o **CSST entre a Tailândia e os países destinatários aumentou as capacidades por meio de aprendizagem observacional direta, compartilhamento de conhecimento, orientação e intercâmbio de experiências por meio de workshops**. Com base na avaliação do *workshop* de 2019, a maior parte dos 47 participantes expressou sua satisfação com o conteúdo das sessões, citando especialmente a utilidade de aprender sobre a experiência da Tailândia com validação PTMF, laboratórios fortes e sistemas de dados, gerenciamento de casos para mulheres que vivem com HIV e os programas nacionais eficientes de teste e tratamento. Um dos principais resultados dos *workshops* foi a aplicação prática da aprendizagem, onde os participantes prepararam roteiros para a validação PTMF e as revisões foram incorporadas aos planos PTMF existentes dos respectivos países.

Para garantir a sustentabilidade e formalizar o planejamento para o futuro CSST sobre PTMF e outras questões de saúde pública, o UNICEF Tailândia, com o apoio do Escritório Regional do Leste da Ásia e Pacífico (EAPRO) do UNICEF, desenvolveu uma pesquisa rápida de avaliação de necessidades para identificar países potencialmente

interessados em capacidade adicional de construção e suporte técnico através do mecanismo CSST. Vários pedidos foram recebidos de países da Asiáticos, Ásia Central e América Latina. Um Plano de Trabalho Conjunto para 2020-2021 sobre PTMF de HIV e Sífilis através de CSST entre o UNICEF, a Escritório de Cooperação Internacional da Tailândia e o Ministério de Saúde Pública guiará os esforços coletivos na contribuição ao compromisso global sobre HIV e AIDS e cumprimento dos ODS.

Contato:

Nome: Sra. Beena Kuttiparambil

Cargo: Diretor, Desenvolvimento e Participação de Adolescentes

Organização: Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Tailândia

E-mail: kbeena@unicef.org

Nome: Sra. Shirley Mark Prabhu

Cargo: EMTCT, Especialista em Saúde e HIV de Adolescentes

Organização: Escritório Regional de Leste e Pacífico

E-mail: smarkprabhu@unicef.org

Nome: Sra. Sirithon Wairatpanij

Cargo: Conselheira Ministra da Agência de Parcerias para o Desenvolvimento

Organização: Escritório de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), Ministério de Relações Internacionais de Tailândia

E-mail: si.wairatpanij@mfa.mail.go.th

Nome: Sra. Chaweewan Tonputsa

Cargo: Representante Acadêmica Sênior de Saúde Pública, Escritório de Promoção da Saúde

Organização: Departamento de Saúde, Ministério de Saúde Pública

E-mail: chaweewan1975@yahoo.com

NOME DO PROJETO: Rumo à Prevenção da Transmissão do HIV e Sífilis de Mãe para Filho (PTMF)

PAÍSES/REGIÕES: China, Cazaquistão, Tajiquistão, Tailândia, Ucrânia, Uzbequistão

INDICADO POR: Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.1, 3.2, 3.3, 3.7

APOIO: UNICEF Tailândia, UNICEF Escritório Regional para Ásia de Leste e Pacífico, UNICEF Divisão de Dados, Análise, Planejamento e Monitoramento

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Escritório de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA); Ministério de Relações Internacionais de Tailândia; Departamento de Saúde (DOH); Ministério de Saúde Pública de Tailândia (MOPH); com apoio da UNICEF, OMS e UNAIDS

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2020

SITE DO PROJETO: Não disponível

Foro *Youth4Youth*: Abrir Espaços de Diálogos Dirigidos por Jovens para Criação de Soluções na Conferência de População e Desenvolvimento da China-África

Fornecendo uma plataforma para as aspirações de jovens líderes africanos e chineses

Desafio

A África é o continente mais jovem do mundo em população. Os jovens africanos estão entre os grupos mais vulneráveis e são frequentemente excluídos das políticas decisivas. As mulheres jovens são afetadas de maneira individual pela sociedade em comparação aos seus colegas homens, e muitas vezes de maneiras que trazem estigmas e rejeição nas questões que afetam seu desenvolvimento. É necessário abordar sua participação limitada na governança, a ausência de espaços visados para os jovens, juntamente com o conhecimento limitado sobre a saúde sexual e reprodutiva (SSR) e a falta de acesso a serviços de SSR que resultam em prejuízos de saúde reprodutiva, como o casamento infantil, fístula obstétrica, gravidez na adolescência e HIV, entre outros.

A China é o maior país emergente do mundo. A educação e os serviços de saúde sexual e reprodutiva fornecidos para os jovens são limitados em cobertura e conteúdo. Ao mesmo tempo, eles são amplamente excluídos da tomada de decisão, especialmente aqueles de comunidades marginalizadas. Os direitos das pessoas com deficiência (DPDs) lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, fluidas e intersexuais (LGBTQI) a serviços abrangentes de SSR permanecem amplamente negligenciados.

Os jovens do continente africano e da China enfrentam desafios sociais e econômicos semelhantes que os impedem de realizar todo o seu potencial. Eles precisam de caminhos para discutir e criar soluções duradouras e formar parcerias e colaborações estratégicas, local e internacionalmente.

Rumo a uma Solução

Por meio de consultas com várias partes interessadas, os organizadores da Conferência China-África sobre População e Desenvolvimento decidiram que os jovens deveriam liderar seus próprios diálogos, fomentar relacionamentos e construir redes que resultariam em oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Esta foi a intenção central do Fórum “*Youth4Youth*”, que procurou apresentar as perspectivas dos jovens na agenda de desenvolvimento global no contexto da África e da China. Nesse sentido, as Escritórios do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) na China e no Gana organizaram o primeiro Fórum Youth4Youth, que foi organizado pelo Governo de Gana por meio do Ministério do Planejamento e do Conselho Nacional de População. O Fórum foi realizado entre 23 e 26 de junho de 2019 em Acra, Gana, como parte da 3ª Conferência África-China. As Escritórios do UNFPA em toda a África e na China mobilizaram organizações de jovens e forneceram apoio financeiro e técnico.

O Foro Youth4Youth tinha o objetivo de:

- criar um espaço de diálogo liderado por jovens;
- conscientizar os jovens sobre o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- fornecer uma plataforma para apresentar intervenções e inovações lideradas por jovens;
- construir redes para influenciar as decisões nacionais rumo à igualdade de gênero.

Youth4Youth atraiu 345 jovens líderes de 17 países da África e da China. O Fórum ressaltou as aspirações dos jovens ao informar as políticas de desenvolvimento nacionais e globais.

O processo de implementação para o Foro consistia em três fases:

- Atividades de conscientização pré-fórum;
- O Fórum
- Acompanhamento pós-fórum

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



© UNFPA Ghana

As atividades de conscientização do pre-fórum garantiram que as contribuições dos jovens, mesmo daqueles que não puderam estar no Fórum, fossem totalmente refletidas. Os organizadores utilizaram uma abordagem participativa, garantindo que um grupo diversificado de participantes do Fórum incluísse jovens rurais, jovens de setores marginalizados, incluindo DPDs, bem como jovens dentro e fora da escola.

O Fórum foi um evento de um dia aberto à mídia. As plataformas de mídia social serviram para garantir interações contínuas entre os jovens que participaram da Conferência e aqueles que não puderam comparecer pessoalmente. Como parte do acompanhamento do Fórum, um documento de Declaração foi divulgado e usado como uma ferramenta para envolver as partes interessadas relevantes.

Como um dos principais convocadores, o UNFPA Gana trabalhou com vários grupos de jovens e organizações da sociedade civil lideradas por jovens, como o Movimento de Ação Juvenil da Associação de Paternidade Planejada de Gana (PPAG) e 'Mentes Curiosas' da Gana. À frente dessa mobilização estavam os bolsistas do Programa de Bolsas de Jovens Líderes do UNFPA Gana, cujos participantes fizeram parte do processo de planejamento. Os bolsistas, com orientação do UNFPA e do Governo, desenvolveram o conteúdo e a estrutura do Fórum.

O UNFPA Gana também facilitou eventos de aprendizagem adicionais para os jovens participantes chineses, organizando visitas à Universidade e à 'Vila das Deficiências' da Gana, também tomou as providências necessárias com o Ministério de Relações Internacionais em Gana para os vistos dos participantes.

O Fórum usou maneiras inovadoras de coletar as opiniões dos jovens. Isso incluiu uma chamada para envio de vídeos, onde os jovens relataram os problemas que enfrentaram em seus países e ideias sobre como poderiam ser resolvidos. Os vídeos foram compilados no Discurso do Estado da Juventude (SoYA), que foi adicionalmente deliberado durante o Fórum. Também houve um evento online antes do Fórum para criar consciência. A mesma plataforma online foi utilizada durante o Fórum como um jeito eficiente de receber contribuições dos participantes.

Outras abordagens habilitadas pela tecnologia incluíram uma sessão "Tweet Meet" (Encontros no Twitter) que utilizou a rede social para interagir com os participantes. Os participantes ofereceram seus pontos de vista e responderam uma variedade de perguntas via Twitter. Após a familiarização com a modalidade, realizou-se um intercâmbio de ideias sobre como engajar a juventude rural e como explorar a cooperação Sul-Sul, entre outros temas. Também houve uma sessão expositiva onde jovens empreendedores expuseram suas inovações em tecnologia, artes e ofícios, entre outros. Havia cabines móveis de saúde para disponibilizar serviços de saúde sexual e reprodutiva aos jovens.

Como resultado do Fórum, as organizações de jovens se envolveram com entusiasmo na realização dos objetivos da CIPD. Em Gana, por exemplo, as contribuições dos jovens tornaram-se parte dos compromissos da CIPD de Gana, que foram apresentados na Cúpula em Nairóbi de 12 a 14 de novembro de 2019. Muitos dos jovens participantes também participaram numa marcha nacional liderada por jovens durante a celebração dos 16 dias de ativismo contra a violência de gênero em Gana.

Esta iniciativa é sustentável e pode ser reproduzida sendo realizada paralelamente às futuras Conferências China-África sobre População e Desenvolvimento como um componente da juventude. É igualmente possível adaptar esta atividade em outros países ou regiões. O fórum foi documentado num vídeo e relatórios escritos estão disponíveis online para referência.

Contato:

Nome: Sr. Niyi Ojuolape

Cargo: Representante

Organização: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

Escritório Nacional de Gana

E-mail: ujuolape@unfpa.org

Nome: Sr. Babatunde Ahonsi

Cargo: Representante

Organização: UNFPA China, UNFPA Mongólia, Escritório Nacional de Gana

E-mail: bahonsi@unfpa.org

NOME DO PROJETO: Foro Youth4Youth: Abrir Espaços de Diálogos Dirigidos por Jovens para a Criação de Soluções na Conferência China-África sobre População e Desenvolvimento

PAÍSES/REGIÕES: Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, China, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Etiópia, Estátina, Gana, Quênia, Malávi, Marrocos, Nigéria, Sudão do Sul, Uganda, Zâmbia

INDICADO POR: Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.7, 3.8, 4.3, 4.4, 4.5, 5.1, 5.2, 5.5, 5.6, 5.b, 5.c, 17.9, 17.16

APOIO: UNFPA Gana; UNFPA China; *AfriYAN* Gana; Rede de Jovens da China; Ministério de Planejamento de Gana; Associação de Planejamento Familiar da China; Grupo Internacional de Educação de Beifang (uma empresa do setor privado chinês e parceira do UNFPA China); Comissão de Planejamento de Desenvolvimento Nacional (CNPD) de Gana; Conselho Nacional de População, Gana

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Jovens Líderes Pares do UNFPA Gana; UNFPA China; *AfriYAN* Gana; Rede de Jovens da China; Ministério de Planejamento de Gana

STATUS DO PROJETO: Em andamento (edições subsequentes por vir com acompanhamento periódico sobre pontos de ação)

PERÍODO DO PROJETO: Março de 2019 – Junho de 2019 (Este fórum descrito foi concluído, mas o engajamento dos jovens por meio de fóruns como este será contínuo. Haverá fóruns anuais.)

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/31xTW92>

Desenvolvimento de uma Rede de Centros de Envelhecimento Saudáveis na Europa Oriental e no Cáucaso

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



Atendendo às necessidades deste importante e crescente setor da sociedade

Desafio

Na atualidade, o aumento da expectativa de vida e a diminuição dos índices de fecundidade contribuem para o envelhecimento populacional em constante crescimento. Esta é considerada de longe a maior conquista na evolução humana. Espera-se que, a nível global, o número de pessoas com mais de 60 anos triplicará de 600 milhões para quase 2 bilhões até meados desse século, e a proporção da população com mais de 60 anos dobrará de 10 por cento para 21 por cento.

Muitas pessoas idosas moram em condições precárias com pensões baixas, serviços de saúde insuficientes, bem como moradias inadequadas, especialmente nas áreas rurais. Além disso, os problemas relacionados a saúde mental estão se tornando cada vez mais prevalentes devido à falta de socialização das pessoas idosas, à falta de apoio intergeracional e à migração a longo prazo de membros mais jovens da família.

Existem preocupações sobre a capacidade das sociedades enfrentarem os desafios de uma população em envelhecimento constante e a necessidade de reconhecer o potencial que uma sociedade em envelhecimento pode trazer. Este programa aborda essas preocupações

Rumo a uma Solução

Um método eficaz para atender às necessidades da população idosa é um programa denominado Centros de Envelhecimento Saudável, que foi desenvolvido em 2009 pela organização não governamental (ONG) Parceria para Saúde Pública na Bósnia e Herzegovina. Foi concebido com base firme nos valores sociais e culturais de apoio aos idosos. Visa incentivar a saúde física e mental e prevenir as doenças mentais relacionadas à solidão da população idosa. O programa também busca aumentar o envolvimento voluntário dos idosos em iniciativas de desenvolvimento comunitário e gerar colaboração e apoio intergeracional.

O escritório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) da Bósnia e Herzegovina colaborou estreitamente com a Parceria para a Saúde Pública no trabalho de política e defesa de direitos no país. Como resultado desta colaboração, **houve uma expansão de Centros de Envelhecimento Saudável na Bósnia e Herzegovina de um centro inicial para outros 11 estabelecimentos ao longo de um período de 11 anos; muitas outras comunidades locais expressaram interesse em abrir esses centros.** O UNFPA também forneceu apoio técnico às autoridades relevantes na Bósnia e Herzegovina no desenvolvimento de estratégias para o envelhecimento, onde os Centros de Envelhecimento Saudável têm um papel importante na melhoria da população idosa na sociedade.

Este programa inovador desenvolvido na Bósnia e Herzegovina provou ser um modelo de grande sucesso. É bem-sucedido por vários motivos. Em primeiro lugar, os idosos têm fortes capacidades que não são reconhecidas na sociedade e que só precisam ser estimuladas para um bem maior. Em segundo lugar, a sua participação ativa na sociedade traz benefícios mútuos, tanto para a sociedade, por meio do voluntarismo, quanto para o idoso individual, por meio da melhoria da sua saúde e bem-estar. Terceiro, a iniciativa contribui para alcançar a igualdade de gênero. No passado, as associações e grupos comunitários eram liderados principalmente por homens, enquanto isso, os Centros de Envelhecimento Saudável oferecem as mesmas oportunidades para todos os idosos. Finalmente, os idosos aprendem a usar tecnologias modernas que lhes permitem se comunicar com



© UNFPA

seus filhos e familiares, que muitas vezes migram dentro do país ou emigram para o exterior.

Essas habilidades são muito úteis em tempos de crise, como a pandemia COVID-19, onde os idosos estão sendo impedidos de aparecer em público para proteger sua própria saúde e onde a comunicação é de extrema importância.

A rede de Centros de Envelhecimento Saudável é econômica e totalmente sustentável. Os custos operacionais são baixos (partindo do pressuposto de que os estabelecimentos estão disponíveis e podem ser facilmente equipadas). Atualmente, os custos operacionais mensais de cada centro por idoso é de aproximadamente quatro euros, ou 1 por cento de um salário médio mensal líquido no país. Considerando os custos dos medicamentos para o tratamento de muitas doenças não transmissíveis (incluindo mentais), os custos operacionais são muito baixos e acessíveis às autoridades locais. A metodologia para estabelecer a rede de Centros de Envelhecimento Saudável é muito simples, sendo necessário apenas a construção da capacidades de gestão. O trabalho subsequente é amplamente baseado no voluntarismo e requer pouco investimento. De fato, o valor agregado dos centros é muito elevado.

Este programa foi apresentado na Conferência Ministerial sobre Envelhecimento em Lisboa em 2017. Como resultado, delegações de

outros países na região mostraram grande interesse em implementar a iniciativa em seus países..

Vários países da Europa Oriental e do Cáucaso (incluindo suas instituições governamentais e ONGs) expressaram interesse em aprender mais sobre os princípios e a modalidade operacional dos Centros de Envelhecimento Saudável e em abrir suas próprias redes.

Em resposta, o UNFPA facilitou uma cooperação entre os países para permitir um intercâmbio direto de conhecimentos, experiências e lições aprendidas. A transferência inicial de conhecimentos e experiências foi organizada entre a Bósnia e Herzegovina e o Governo de Macedônia do Norte em 2018. Além disso, em 2019, um *workshop* sobre envelhecimento saudável foi organizado em cooperação com o Escritório Regional do UNFPA para a Europa Oriental e Ásia Central e o UNFPA da Geórgia para representantes governamentais e não governamentais de nove países da Europa Oriental e do Cáucaso.

Contato:

Nome: Sr. Zeljko Blagojevic

Cargo: Analista do Programa de Desenvolvimento de População de Monitoramento e Avaliação

Organização: Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)

Escritório Nacional de Bósnia e Herzegovina

E-mail: blagojevic@unfpa.org

NOME DO PROJETO: Desenvolvimento de uma Rede de Centros de Envelhecimento Saudável

PAÍSES/REGIÕES: Armênia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldova, Macedônia do Norte, Sérvia

INDICADO POR: Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.7

APOIO: Escritório Regional UNFPA da Europa do Leste e Ásia Central; Escritório Nacional de Bósnia e Herzegovina; e de Geórgia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNFPA; Parceria de organização não governamental para Saúde Pública, Bósnia e Herzegovina

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017 – em andamento (o ciclo atual do programa acaba em 2020)

SITE DO PROJETO: www.ba.unfpa.org/en

Centro de Referência em Saúde Sexual e Direitos Reprodutivos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD)

Cooperando para Incrementar as Capacidades Institucionais das Agências de Saúde

Desafio

Globalmente, as mortes maternas diminuíram 44 por cento desde 1990. Ainda assim, cerca de 830 mulheres e meninas adolescentes morrem todos os dias de causas evitáveis relacionadas a complicações na gravidez e no parto. 99% dessas mortes maternas ocorrem em países em desenvolvimento.

Enfrentar a mortalidade materna por causas evitáveis requer abordagens coordenadas e multissetoriais, considerando a interação dinâmica entre quatro dimensões de determinantes econômicos e socioculturais da saúde, tais como gênero, renda, e desigualdades étnico-raciais e territoriais; análise das causas raízes; contextos sócio-epidemiológicos da saúde sexual e reprodutiva (SSR); e os contextos dos sistemas nacionais de saúde. Requer a integração complexa e delicada entre as intervenções locais e o compromisso para garantir o atendimento imediato e o acompanhamento completo à gravidez, ao parto e ao puerpério.

Rumo a uma Solução

Os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) têm procurado dar resposta às exigências de melhoria dos sistemas nacionais de saúde. Em conjunto com a Fundação Osvaldo Cruz do Brasil (FIOCRUZ), representantes de alguns desses sistemas de saúde têm participado em diálogos e formulado propostas de cooperação, descrito a seguir. A solução buscada pelos parceiros é uma resposta coordenada em escala local e global, de acordo com a cooperação Sul-Sul e cooperação triangular.

A ideia de um Centro de Referência da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) surge a partir de outras soluções cooperativas desenvolvidas pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) nas quais a criação de uma plataforma internacional com diferentes níveis de decisão há mostrado ser uma boa prática para organizar, qualificar e atender demandas em conjunto com os parceiros nacionais¹.

O Centro de Referência da CIPD em Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, hospedado pela FIOCRUZ, visa fortalecer os sistemas nacionais de saúde com foco, nesta primeira fase, na redução das mortes maternas evitáveis nos países da CPLP. O Centro adota como metodologia de trabalho a criação de uma plataforma comum de cooperação, para organizar demandas e fluxos de iniciativas de cooperação internacional e para garantir tomadas de decisão transparentes e participativas. No nível global, o “Centro de Referência” do CIPD é responsável pela defesa, diálogo político e previsão da governança por meio de uma Secretaria Executiva, composta por representantes da FIOCRUZ e do UNFPA, bem como um Diretor de Comitê com representantes de Escritórios governamentais e Escritórios do UNFPA em países parceiros. A nível nacional, o Centro de Referência da CIPD garante a continuidade da cooperação, mobilizando os agentes nacionais,

1 O prefixo do nome do Centro de Referência refere-se à CIPD realizada em 1994 no Cairo, Egito. A CIPD foi a maior conferência intergovernamental sobre população e desenvolvimento já realizada, com 179 governos participantes e cerca de 11.000 participantes registrados - de governos, Escritórios e organizações especializadas das Nações Unidas, organizações intergovernamentais, organizações não governamentais e a mídia. Produziu o Marco do Programa de Ação da CIPD que desde então tem orientado a implementação de políticas populacionais de países com base no conceito de saúde sexual e reprodutiva, direitos reprodutivos e empoderamento das mulheres.



produzindo dados e planos de intervenção e testando soluções.

As partes concordaram em cooperar em atividades de interesse comum, que incluirão: oportunidades de educação, treinamento e pesquisa; programas de estágio; criação conjunta de projetos e eventos locais, regionais e/ou globais; e o desenvolvimento de programas emblemáticos que promovem ainda mais as parcerias para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Apesar da vasta experiência da FIOCRUZ em cooperação internacional para o desenvolvimento, há um novo elemento nesta iniciativa, ou seja, a criação de soluções integradas que são altamente adaptáveis a muitos contextos nacionais. Por exemplo, entre as primeiras iniciativas, o 'Programa de Educação a Distância sobre Vigilância de Mortes Maternas e Desempenho de Comitês de Acompanhamento de Mortalidade' é uma proposta inovadora da FIOCRUZ para dotar os

países da CPLP de tecnologias de educação e formação adequadas às especificidades sanitárias nacionais de cada país. Este programa inclui um campus virtual, sessões com tutor e uma biblioteca digital. Um de seus objetivos é fortalecer as alianças nacionais pela saúde e intensificar o papel dos Comitês responsáveis por implementar meios de coletar, e monitorar dados referentes às causas das mortes maternas evitáveis e assim, reforçar os vínculos na cadeia de informações disponíveis para profissionais de saúde e decisores empresariais e governamentais.

Contato:

Nome: Sr. Vinicius Monteiro

Cargo: Representante Oficial do Programa

Organização: Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Escritório Nacional de Brasil

E-mail: vmonteiro@unfpa.org

Skype: Unfpabrasill



NOME DO PROJETO: Centro de Referência em Saúde Sexual e Direitos Reprodutivos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD).

PAÍSES/REGIÕES: Inicialmente, Brasil, Angola e Moçambique; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A longo prazo, todos os países africanos e latino-americanos podem aderir a esta parceria.

INDICADO POR: Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.1, 3.2, 3.4, 3.7, 5.1, 5.6, 10.2, 17.6

APOIO: Instituições Nacionais de Saúde de Países participantes da CPLP; Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasil; UNFPA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: FIOCRUZ, Instituições Nacionais de Saúde de Países participantes da CPI; UNFPA

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2024

SITE DO PROJETO: ba.unfpa.org/en ; <https://bit.ly/34FqvE0> (em Português)



Cooperação Sul-Sul da Tailândia e da República Democrática Popular do Laos

Medir o impacto calculando o retorno social do investimento

Desafio

Este caso inovador não apenas documenta a Cooperação Sul-Sul entre dois países – Tailândia e República Democrática Popular do Laos (RDP do Laos) – mas também mostra o quadro que determina os benefícios econômicos e sociais tangíveis da realização da cooperação Sul-Sul e dos seus retornos sociais de investimento (RSOI). Economistas e decisores governamentais estão extremamente interessados em aprender sobre esses benefícios da cooperação e comunicá-los ao seu público, conforme a documentação deste caso.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Governo Real de Tailândia, por meio da Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), têm colaborado extensivamente para compartilhar as práticas pioneiras e amplamente elogiadas de Tailândia em saúde sexual e reprodutiva. Os esforços de cooperação internacional para o desenvolvimento de Tailândia têm progredido consideravelmente, e o UNFPA tem apoiado o Governo para assumir um papel de liderança nas iniciativas sub-regionais, regionais e globais de intercâmbio de experiências bem-sucedidas e conhecimento técnico, especialmente em atenção e serviços de saúde materna. Nesse contexto, o estudo sobre os benefícios mensuráveis da CSS é de interesse e relevância para a TICA, uma vez que visa expandir sua cooperação externa. É igualmente relevante para a RDP do Laos, uma vez que visavam determinar os investimentos que fizeram nesta parceria que renderam retornos significativos.

O Programa de Saúde Materna de Tailândia é mundialmente reconhecido por diminuir significativamente os índices de mortalidade materna. Com uma taxa de 24,6 mortes maternas por cada cem mil nascidos vivos, Tailândia já está consideravelmente abaixo da taxa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que visa abaixar a taxa para até 70 mortes por cada 100 mil nascidos vivos. Portanto, o UNFPA tem apoiado o Governo de Tailândia em assumir um papel de liderança para iniciativas sub-regionais, regionais e globais no intercâmbio de experiências de sucesso e conhecimento técnico, especialmente na questão de serviços de saúde materna.

Devido aos Desafios na RDP do Laos nesta área, o programa de obstetrícia no país foi selecionado para análise. O Governo, o UNFPA e a TICA ambos investiram na gestão abrangente do programa, levando em conta as suas necessidades para projetar e desenvolver o programa, o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação do programa. Entre 2015 e 2017, por meio de subsídios financeiros do governo, USD\$450 mil foram destinados às despesas de aprimoramento das habilidades de recursos humanos e sistemas operacionais do programa de obstetrícia.

Rumo a uma Solução

A colaboração combinada no componente de recursos humanos do programa de obstetrícia do RDP do Laos, começou em 2015 com um prospecto baseado nas necessidades de adaptar a iniciativa às prioridades nacionais. Posteriormente, funcionários de alto nível realizaram uma visita de estudo a Tailândia para aprender sobre seus sistemas de obstetrícia e programa de saúde materna. A Faculdade de Enfermagem da Universidade Khon Kaen de Tailândia tornou-se uma importante fonte de assessoria técnica. Currículos participativos foram desenvolvidos para profissionais de recursos humanos, incluindo um curso de quatro meses para 11 gerentes de escolas e faculdades de obstetrícia e um treinamento de seis meses para dois grupos de 52 educadores de obstetrícia de as 11 instituições de ensino de obstetrícia. O monitoramento e avaliação participativa ocorreram regularmente para ajustar as atividades com base nas necessidades e demandas. Para avaliar o valor do pro-



© TICA, Ministry of Foreign Affairs of Thailand

grama, o UNFPA e a TICA aplicaram os princípios e a metodologia da estrutura de retorno sobre o investimento social (RSOI), que é mais abrangente e participativo do que a análise de custo-benefício tradicional. A RSOI encarga responsáveis financeiros para medir os resultados socioeconômicos. Ao investigar e consolidar as visões de várias partes interessadas em um índice financeiro simplificado, a estrutura representa um caso convincente do valor do projeto, informando sobre o valor social criado para cada dólar investido.

O índice é calculado a partir da estimativa custo-benefício atual. O percentual das taxas descontadas do valor total considera as variações temporais na estimativa de depreciação anual.

Para o levantamento da relação custo-benefício da iniciativa e a repartição de lucros entre às diferentes partes interessadas e beneficiários, o exercício RSOI baseou-se na análise quantitativa de inquéritos e entrevistas com informantes-chave. Concentrou-se especificamente em atividades de melhoria da formação em obstetrícia de acordo com os padrões da Confederação Internacional de Parteiras e da Organização Mundial da Saúde.

A estreita coordenação com a Escritório Regional do UNFPA no RDP do Laos, bem como uma série de questionários, reuniões e entrevistas, asseguraram a aceitação dos resultados do RSOI pelas partes interessadas relevantes e os estudos RSOI encontraram um retorno substancial do programa. O investimento total de US\$ 450 mil criou um valor social de quase US\$ 1.8 milhões. Cada dólar investido gerou quase quatro dólares adicionais.

Este é o resultado direto do treinamento de **93 por cento dos participantes elevando a sua autoconfiança na profissão de obstetrícia, e em 63 por cento com maior capacidade de contribuir com suas instituições, 29 por cento com melhores perspectivas de emprego e 24 por cento com melhores habilidades para contribuir para sua comunidade.**

O RSOI confirma que a cooperação Sul-Sul equipou educadores obstetras com conhecimento e experiência em conformidade com os padrões internacionais.

As instituições de enfermagem e obstetrícia se beneficiaram muito com a melhoria das habilidades e da qualidade da equipe, e surgiram muitas inovações. Esses incluem: (i) trabalhar com médicos para treinar parteiras em centros de saúde e hospitais distritais; (ii) o intercâmbio de professores; (iii) um projeto de aleitamento materno exclusivo; (iv) vídeos educacionais e micro cursos; e (v) uma rede de professores competentes.

Os resultados convincentes da análise RSOI levaram a TICA, UNFPA e o Governo de RDP do Laos a recomendar o investimento contínuo em educadores de obstetrícia e no desenvolvimento de capacidade institucional. Uma vez que o modelo Sul-Sul é eficaz e faz uso eficiente da experiência de Tailândia, bem como de recursos financeiros, ele tem potencial ao longo do tempo para entregar resultados sustentáveis e de longo prazo em várias áreas, na saúde materna e na saúde sexual e reprodutiva mais amplamente.

Para o UNFPA, as mudanças na estrutura de financiamento do programa nacional em Tailândia enfatizam a necessidade de buscar mais parcerias multilaterais ou cofinanciamento. O programa agora tem um caso claro para continuar a defender e mobilizar recursos para projetos Sul-Sul, incluindo redes da sociedade civil e empresas do setor privado em Tailândia e outros países.

O UNFPA desempenha papéis vitais no fornecimento de amplo suporte técnico à iniciativa RSOI, oferecendo assistência para o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências para a TICA nas iniciativas Sul-Sul e defendendo a mobilização de recursos Sul-Sul entre as organizações governamentais. O UNFPA espera que esses resultados contribuam para o conhecimento global de evidências sobre o valor da CSS.

Contato:

Nome: Sra. Duangkamol Ponchamni

Cargo: Oficial de Programa Nacional

Organização: Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Escritório da Tailândia

NOME DO PROJETO: Medindo o Impacto de Cooperação Sul-Sul por meio do Cálculo do Retorno Social do Investimento

PAÍSES/REGIÕES: República Democrática Popular do Laos, Tailândia

INDICADO POR: Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Escritório Regional Ásia e Pacífico

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1-a, 3.1, 5.6, 17.6

APOIO: UNFPA; Escritório de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: TICA; Ministério de Relações Internacionais de Tailândia

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2019

SITE DO PROJETO: www.tica.thaigov.net/main/en ; www.thailand.unfpa.org ; www.thailand.unfpa.org/en/SSC-SROI

Melhores Práticas na Aplicação das Leis de Controle do Tabaco: Estudo de Caso do Sudeste Asiático



Colaboração entre países na adaptação de melhores práticas para a implementação eficaz de iniciativas de controle do tabaco

Desafio

O tabaco mata mais de 8 milhões de pessoas todos os anos em todo o mundo. A região do Sudeste Asiático tem alta prevalência de uso de tabaco, tanto para fumantes quanto para tabaco sem fumo. Todos os países, exceto um, são Membros da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (FCTC) da Organização Mundial da Saúde (OMS) e também estão implementando o Pacote MPOWER da OMS e as Melhores Práticas de Compra para reduzir a demanda de tabaco no país. O tabaco é o principal fator de risco para muitas doenças não transmissíveis (DNTs) e também é a causa de mortes evitáveis mais comum. A implementação e aplicação eficaz das leis de controle do tabagismo são, portanto, cruciais para seu controle geral.

Rumo a uma Solução

A Escritório Regional da OMS para o Sudeste Asiático (SEARO) iniciou a prática de aprender com as melhores práticas regionais. Nesse sentido, parcerias e redes com a OMS, governos nacionais e órgãos de fiscalização foram usadas como plataformas para a intercâmbio de conhecimentos e experiências. A OMS SEARO e a Escritório Regional para o Pacífico Ocidental (WPRO) colaboraram na organização de uma pesquisa de campo do Sri Lanka até Cingapura para os funcionários responsáveis pela execução das leis para que pudessem aprender sobre a implementação eficaz das políticas e leis de controle do tabaco a nível nacional. Cingapura foi identificada como o país que tem sido altamente eficaz na aplicação de leis rigorosas de controle do tabaco. Uma pesquisa de campo aos setores de inspeção de saúde pública, encarregados pela execução da lei de controle do tabaco no Sri Lanka, foi organizada para examinar as melhores práticas na aplicação da lei em Cingapura.

De acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Meta 3.a (Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado), os objetivos da pesquisa de campo foram:

- Conhecer mais sobre o Programa Nacional de Controle do Tabaco de Cingapura, principais Agências, seus papéis e funções na aplicação de leis e regulamentos de controle do tabaco (particularmente lugares livres de fumo, venda e distribuição, publicidade de tabaco, proibição de promoção e patrocínio, regulamentação de conteúdo, licenciamento de varejistas, cobrança de impostos especiais de consumo, comércio ilícito).
- Aprender em primeira mão como as investigações, vigilância e fiscalização são conduzidas.
- Elaborar um relatório consolidado sobre as conclusões e recomendações para uma futura estratégia de fiscalização.

A pesquisa de campo forneceu uma plataforma para aprender com as melhores práticas de um país e uma experiência inter-regional **As autoridades de aplicação das leis do Sri Lanka discutiram e aprenderam como Cingapura implementou mecanismos eficazes de controle e fiscalização do tabaco.** O processo foi participativo e as deliberações foram realizadas com o Conselho de Promoção da Saúde de Cingapura, a Autoridade de Ciências da Saúde, a Agência Nacional do Meio Ambiente, a Alfândega de Cingapura, a equipe da FCTC 2030 e inspetores de saúde pública do Sri Lanka. Pesquisas de campo e experiências práticas também fizeram parte da viagem de estudo.

A pesquisa de campo proporcionou uma oportunidade inovadora de aprender com as experiências inter-regionais de controle do tabagismo. Os seguintes objetivos de aprendizagem foram atingidos:



©WHO

- Uma visão geral do Programa Nacional de Controle do Tabaco de Cingapura, sua estrutura, atividades e campanhas na mídia, programas de prevenção, de cessação e de tratamento.
- Uma compreensão da Divisão de Regulamentação do Tabaco e das funções da Autoridade de Ciências da Saúde - aplicação das regulamentações sobre tabagismo por menores, proibição de Publicidade, Promoção e Patrocínio do Tabaco (TAPS), sistemas eletrônicos de entrega de nicotina (ENDS)/*Vapes*, conteúdo regulamentação e teste, licenciamento de retalhistas;
- Observações em primeira mão sobre a aplicação das leis de controle do tabaco (PPPT, venda distribuição) conduzida localmente;
- Uma compreensão dos regulamentos antifumo, como a fiscalização é realizada localmente, a também os desafios de fiscalização e estratégias para combatê-los; em primeira mão
- Uma compreensão geral sobre a cobrança de impostos de consumo e os desafios de aplicação de leis de controle do comércio ilícito de tabaco e das estratégias para combatê-los.

A visita avançou um passo a frente rumo a implementação da FCTC da OMS no Sri Lanka, de acordo com o ODS 3 a. As melhores práticas

de Cingapura são reproduzíveis e podem ser realizadas em outros países no SEARO e no WPRO. O compromisso e envolvimento das autoridades locais e a coordenação das Agências participantes de vários setores são cruciais para garantir a replicabilidade. Houveram extensas deliberações com os membros da pesquisa de campo com diferentes órgãos do governo de Cingapura, incluindo o Conselho de Promoção da Saúde, a Autoridade de Ciências da Saúde, a Escritório Ambiental Nacional e a Alfândega de Cingapura.

A atividade foi resultado da estreita colaboração e coordenação entre a Autoridade Nacional sobre Tabaco e Álcool (NATA) do Sri Lanka, a OMS em nível regional (SEARO e WPRO) e nacional (Sri Lanka), o Secretariado da FCTC e o Governo de Cingapura.

Contato:

Nome: Dr. Jagdish Kaur

Cargo: Conselheiro Regional, Iniciativa Livre de Tabaco (TFI)

Organização: Organização Mundial da Saúde (OMS) Escritório Regional para o Sudeste Asiático (SEARO)

E-mail: kaurj@OMS.int



NOME DO PROJETO: Melhores Práticas na Aplicação das Leis de Controle do Tabaco: Estudo de Caso do Sudeste Asiático

PAÍSES/REGIÕES: Cingapura, Sri Lanka

INDICADO POR: Autoridade Nacional sobre Tabaco e Álcool (NATA) Sri Lanka

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3-a

APOIO: NATA; Organização Mundial da Saúde (OMS); Escritório Regional para o Sudeste Asiático (SEARO); Organização Mundial Aduaneira (WCO) Sri Lanka; Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (FCTC)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Governo de Cingapura

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 25 de novembro 2019 – 29 de novembro 2019

SITE DO PROJETO: Não Disponível



Colaboração Transfronteiriça entre Índia e Butão: Rumo à Eliminação e Prevenção de Reincidências de Transmissão da Malária

Investir na colaboração transfronteiriça para uma região do Sudeste Asiático livre de malária

Desafio

A Região do Sudeste Asiático (SEAR) continua a registrar o maior declínio da malária em todo o mundo. Dentro do SEAR, a Índia tem mostrado bastante progresso, apesar de ser o país mais afetado no mundo fora a África. Enquanto a Índia se concentra na eliminação da malária até 2030, um de seus países vizinhos, Butão, pretende ter zero casos nativos até 2020. Em 2019, Butão relatou apenas seis casos nativos, mas também 34 casos importados (a maioria vindo da Índia), e 14 casos introduzidos.

Índia e Butão dividem fronteiras internacionais amigáveis – 699 km com nove distritos adjacentes de quatro estados do lado da Índia e dez distritos (*Dzongkhags*) do lado do Butão – com movimentação quase irrestrita da população. Sabe-se que a malária não respeita fronteiras nacionais, ou seja, a eliminação não pode ser alcançada isoladamente por nenhum país, e o Butão pode perder os prazos fixados se não abordar adequadamente a malária ao longo das áreas fronteiriças que são principalmente repletas de geografias complexas e ambientes desafiadores; as fronteiras são habitadas por populações étnicas, móveis e migrantes. A malária de fronteira é, portanto, não apenas uma questão técnica mas também uma questão de desenvolvimento socioeconômico que requer atenção e investimento.

Rumo a uma Solução

Para abordar o desafio acima, especialmente a nível local, Butão e Índia solicitaram que os esforços concentrados em atividades transfronteiriças fossem fortemente facilitados e coordenados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esta iniciativa de colaboração transfronteiriça entre Butão e Índia visa contribuir para o cumprimento das metas de eliminação da malária e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 (Saúde e Bem-estar), bem como outros ODS relacionados com a erradicação da pobreza (ODS 1) e metas de ODS sobre igualdade.

A preparação de planos de ação transfronteiriços específicos para o contexto pode mitigar o impacto negativo dos Desafios acima mencionados. Os passos iniciais para essas ações críticas começaram com reuniões de prevenção e planejamento ao longo de vários anos no SEAR. Os países demonstraram forte compromisso ao assinar a Declaração Ministerial de 2017 sobre Aceleração e Sustentação da Eliminação da Malária e apoiar o Plano de Ação Regional 2017–2030. A colaboração transfronteiriça foi reforçada com a reunião do comitê regional de 2018 com o lançamento de um quadro operacional para a colaboração transfronteiriça para SEAR sem malária. A estrutura se concentra na maximização dos mecanismos de coordenação transfronteiriços que fornecem um ambiente propício para uma harmonização e sincronização adequadas ao contexto de políticas, estratégias, intervenções e planos de trabalho conjuntos, incluindo exercícios conjuntos de capacitação.

Os planos estratégicos nacionais da Índia e do Butão têm um componente transfronteiriço, mas apenas algumas reuniões episódicas foram anteriormente realizadas com representação de decisores executivos de alto nível. Em 2019, na reunião dos gerentes de programa da OMS, discutiu-se a colaboração transfronteiriça e chegou-se a um consenso sobre o caminho a seguir. Posteriormente, as discussões intermitentes continuaram em nível de país. Um intercâmbio entre pares sobre a prevenção do restabelecimento da transmissão da malária foi convocado pelo Governo de Butão e apoiado pelo Fundo Global e Aliança de Líderes da Ásia-Pacífico (APLMA) em 2019, onde a OMS forneceu contribuições técnicas. Nessa reunião discutiu-se a situação da malária ao longo das áreas de fronteira e enfatizou-se, entre outros, o rápido compartilhamento de informações por meio de



©WHO

mecanismos informais de coordenação e alinhamento de intervenções. Outra reunião foi realizada em Butão para discutir a estratégia e o mecanismo transfronteiriço. Como parte do fortalecimento dos esforços de eliminação da malária em Butão, foi prestada assistência técnica através da OMS para estabelecer um módulo de malária baseado no Software de Informação Sanitária Distrital 2 (DHIS2) dentro do Sistema de Informação de Gestão de Saúde (SIGS) em Butão em 2018, e uma avaliação abrangente do progresso na eliminação da malária foi realizada pela OMS, incluindo avaliação de vigilância ao longo da fronteira, em 2019. É importante ressaltar que uma reunião foi organizada com foco principal na colaboração no nível local com o apoio do Escritório da OMS em 2019. Participação incluiu distritos ao longo da fronteira da Índia e Butão, além dos respectivos gestores de programas nacionais e a OMS. Os objetivos eram revisar e compartilhar atualizações sobre a eliminação da malária, com foco especial nos distritos que compartilham fronteiras internacionais, e desenvolver um roteiro para a colaboração transfronteiriça.

A reunião bilateral entre distritos da Índia–Butão foi um passo a frente na interpretação das recomendações de reuniões e consultas prévias, a fim de operacionalizar a Declaração Ministerial de 2017 e criar um ‘mapa estratégico’ de acordo mútuo, com ênfase em propostas a nível subnacional de intervenção relevante às fronteiras dos distritos.

As áreas de prioridade foram as seguintes:

- compartilhamento de dados em tempo real, incluindo histórias de casos (no *WhatsApp*, *Dropbox*, e-mails, telefone, etc.);
- reuniões de coordenação para revisão e planejamentos.
- implementação sincronizada de intervenções conjuntas; (redes de inseticidas de longa duração, distribuição, pulverização residual interna);
- fortalecimento da vigilância, monitoramento e avaliação ajustados

aos ambientes de redução e eliminação de encargos;

- análise epidemiológica e estratificação do risco de malária;
- facilitação e apoio da OMS para plataformas digitais para compartilhamento de dados da malária, reuniões conjuntas e fortalecimento da capacidade nos níveis subnacionais.

O início do intercâmbio bilateral entre distritos a distrito, compartilhamento em tempo real de informações sobre a malária e visitas periódicas de orientação para planejamento e ação conjunta são etapas inovadoras no processo de estabelecimento de um mecanismo de colaboração transfronteiriça. Isso beneficia o caminho de ambos os países para a eliminação da malária e garante que os ganhos obtidos sejam salvaguardados. Com uma evolução progressiva, esta iniciativa transfronteiriça deverá ser replicada em outros países da região. Um plano inicial de ações transfronteiriças Índia–Butão foi elaborado. Haverá mais consultas em nível de país, especialmente em nível distrital, com ênfase especial em: ações (o quê); e quem, quando, onde, por que e como as ações se traduzirão na operacionalização dos compromissos assumidos pelos países e podem ser apoiadas para desenvolver um caso de investimento para a mobilização de recursos. Isso também se somará a outros exemplos de colaboração transfronteiriça, como a plataforma de Timor-Leste e Indonésia e a plataforma da Grande Sub-região do Mekong (GSM). A OMS continuará a fornecer apoio para facilitar esses esforços.

Contato:

Nome: Dr. Tjandra Aditama

Cargo: Diretor Interino do Departamento de Doenças Transmissíveis

Organização: Organização Mundial da Saúde (OMS) Escritório Regional para o Sudeste Asiático (SEARO)

E-mail: Aditamata@who.int

NOME DO PROJETO: Colaboração Transfronteiriça entre Índia e Butão: Rumo à Eliminação da Malária e Prevenção do Restabelecimento da Transmissão da Malária

PAÍSES/REGIÕES: Butão, Índia

INDICADO POR: Organização Mundial da Saúde (OMS)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.3

APOIO: OMS (em níveis Regional e Nacional), o Fundo Global, Aliança contra a Malária de Líderes da Ásia-Pacífico (APLMA), GSM Parceria para Acabar com a Malária

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Programa Nacional para Malária de Índia e Butão

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019 – em andamento

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/34EMM4J>

Metodologia Inovadora de *E-Learning*: Formação Inicial e Contínua dos Alunos de Medicina e Profissionais de Saúde para Melhorar a Cobertura de Serviços de Saúde

3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



Aprimorando a cobertura e qualidade da prestação de serviços de saúde em áreas desprivilegiadas de Vietnã

Desafio

O Vietnã está passando por uma reforma em seu sistema de prestação de serviços básicos de saúde, como parte de seu compromisso de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à saúde. Essas metas estão relacionadas ao aumento de incidências de doenças não transmissíveis (DNTs), à ameaça contínua das doenças transmissíveis e à necessidade de avançar em direção à cobertura universal de saúde (UHC) e garantir o acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade. Uma força de trabalho de saúde forte é fundamental para o alcance dessas metas e é uma alta prioridade para o Ministério da Saúde. No entanto, existem vários fatores limitantes, como a falta de recursos para cobrir o treinamento de todos os trabalhadores de saúde em todo o país, a falta de instituições governamentais que possam fornecer o treinamento e o acesso limitado a módulos de aprendizagem atualizados baseados em evidências e nas abordagens de treinamento. O treinamento tradicional em sala de aula também afasta os profissionais de saúde da linha de frente do seu local de trabalho, interrompendo assim a prestação de serviços.

Rumo a uma Solução

O objetivo do projeto foi desenvolver e implementar um sistema de *e-learning* que abranja a formação inicial e contínua da força de trabalho em saúde, com infraestrutura tecnológica e metodologias de ensino adequadas, que possam otimizar a troca de conhecimento por instituições de formação em saúde no Vietnã. O objetivo era melhorar a cobertura, a igualdade de acesso e a qualidade dos serviços de saúde para os grupos populacionais mais pobres e vulneráveis na região costeira do norte do Vietnã, com foco especial na gestão de DNTs no nível primário de saúde. O projeto abordou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 (Saúde e Bem-estar), metas 3.4 (sobre mortalidade prematura / DNTs), 3.8 (sobre cobertura universal de saúde) e 3.c (sobre força de trabalho de saúde), bem como (sobre materna mortalidade), 3.2 (sobre mortalidade neonatal e infantil) e 3.3 (sobre doenças transmissíveis).

No espírito da cooperação Sul-Sul, o inovador Mecanismo de Combate à Pobreza e à Fome (Fundo IBAS) da Índia, Brasil e África do Sul, canalizou recursos para o escritório da Organização Mundial da Saúde (OMS) no Vietnã, por meio do Escritório de Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) das Nações Unidas. Por meio deste fundo, o OMS apoiou a aquisição de hardware e software e ajudou a construir capacidade e forneceu assistência técnica à Universidade de Medicina e Farmácia Hai Phong (HPMU) por meio de especialistas da OMS. HPMU é uma das principais instituições de treinamento para a força de trabalho de saúde no Vietnã, que cobre a região costeira do Norte. Neste projeto, HPMU desempenhou um papel fundamental na concepção, desenvolvimento, entrega e teste de módulos piloto de *e-learning* iniciais. O Ministério da Saúde (MOH) do Vietnã foi um dos signatários desde o início do projeto e desempenhou um papel significativo no fornecimento de orientação política e apoio para a futura implantação nacional do modelo. O projeto se beneficiou da supervisão e orientação regulares de um Comitê Diretor, que incluiu embaixadores das três embaixadas do IBAS, representantes do Ministério da Saúde, a HPMU e a OMS do Vietnã.

O projeto começou com o *workshop* de iniciação seguido por uma avaliação das necessidades e a elaboração do projeto da plataforma de *e-learning*. A OMS forneceu treinamento de palestrantes HPMU e equipe de TI para desenvolver e fazer subir o material de treinamento sobre DNTs, usando recursos de *e-learning* inovadores que



© WHO

podem ser acessados por estudantes de medicina no HPMU e os profissionais de saúde de primeira linha em quatro distritos selecionados na Região Litoral Norte. O projeto apoiou a criação e a entrega de conteúdo adicional de *e-learning* além do módulo piloto.

O projeto de *e-learning* treinou 134 funcionários em nível distrital e 160 funcionários em nível municipal em áreas remotas durante o projeto piloto, com 600 alunos matriculados no sistema de *e-learning*.

O projeto conseguiu estabelecer níveis significativos de habilidades e infraestrutura dentro da HPMU para desenvolver e entregar *e-learning* eficaz como uma abordagem para o Treinamento Médico Contínuo (TMC) e superar as barreiras de treinamento experimentadas por muitos médicos em locais remotos. O projeto demonstrou que o sistema de *e-learning* permitiu que os profissionais de saúde da linha de frente atualizassem seus conhecimentos e habilidades com pequenas pausas na prestação de serviços, já que esses cursos podem ser acessados em seus celulares ou computadores num momento conveniente para eles.

O projeto é uma iniciativa inovadora porque, na época em que o foi desenvolvido, nenhuma outra universidade médica do Vietnã usava a metodologia de *e-learning* para treinar alunos morando em áreas remotas. O projeto também estabeleceu um novo jeito de fornecer formação profissional de saúde no país, “levando o ensino aos alunos, sem trazer os alunos ao ensino”, para superar as barreiras geográficas, financeiras e outras de aprendizagem para os profissionais de saúde

que trabalham em comunidades remotas. Os planos de expansão do modelo já começaram como parte do projeto, incluindo: a criação de módulos adicionais e recursos online; o desenvolvimento de uma biblioteca eletrônica e um aplicativo móvel; o começo da aprovação de conteúdos dos cursos a serem certificados pelo MOH como materiais TMC; e treinamento complementar da equipe de TI e da biblioteca do HPMU para desenvolver uma estratégia de comunicação e engajamento a modo de alcançar e disseminar as experiências do projeto para outras universidades médicas e envolver mais instituições de saúde no país.

HPMU continuou a utilizar e expandir a plataforma de *e-learning* mesmo após a conclusão do projeto. Em 2020, à luz da crescente demanda para ampliar o conhecimento da força de trabalho de saúde para responder ao surto de COVID-19, a OMS e HPMU, em conjunto, aprimoraram a plataforma de *e-learning* adicionando módulos de treinamento online desenvolvidos pela OMS sobre o COVID-19 em áreas como cuidados clínicos para infecções respiratórias agudas graves e outras diretrizes para o tratamento de COVID-19 em ambientes de cuidados primários. Os cursos especiais relacionados ao COVID-19 foram disponibilizados gratuitamente a todos os profissionais de saúde e estudantes de medicina.

Contato:

Nome: Dr Kidong Park Cargo: Representante

Organização: Organização Mundial da Saúde (OMS) Escritório Nacional de Vietnã

E-mail: parkk@who.int

NOME DO PROJETO: Metodologia Inovadora de *e-Learning*: Formação Inicial e Contínua dos Alunos de Medicina e Profissionais de Saúde para Melhorar a Cobertura de Serviços de Saúde na Região Norte do Vietnã

PAÍSES/REGIÕES: Brasil, Índia, África do Sul, Vietnã

INDICADO POR: Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.4, 3.8, 3.c

APOIO: Mecanismo de Combate à Pobreza e à Fome da Índia, Brasil e África do Sul (Fundo IBSA) gerido por UNOSSC e o Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) do Vietnã

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Universidade de Medicina e Farmácia *Hai Phong* por meio do Ministério de Saúde de Vietnã

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3lrX91B> (em Vietnamita); <https://bit.ly/2EHxEJ3> (em Vietnamita)

Bolsas de Estudo para Alunos da ASEAN do Camboja, República Democrática Popular do Laos e Mianmar

Abordando a lacuna na educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)

Desafio

Alguns países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) têm baixa capacidade tecnológica e oportunidades limitadas de educação avançada e pós-graduação em ciência, tecnologia e inovação (CTI). O Secretariado da ASEAN observa que a educação, como um investimento a longo prazo, contribui para a formação de competências, aumentando assim a capacidade de trabalhar e de produzir, o que em última instância contribui para o crescimento econômico. No Camboja, na República Democrática Popular do Laos e em Mianmar (CLM), o subinvestimento crônico em educação é uma questão que ainda não foi totalmente abordada. A força de trabalho mundial está passando por mudanças na procura de mão de obra que seja cada vez mais baseada na capacitação e menos no trabalho manual. E mais do que nunca há uma necessidade de adaptar as capacidades profissionais ao mercado atual. Promover ciências, matemáticas e engenharia na região CLM é crucial para o desenvolvimento socioeconômico da força de trabalho da região e para aumentar as capacidades da ASEAN, conforme as necessidades contemporâneas da região em constante mudança.

Rumo a uma Solução

Este programa de bolsas de estudos visa compartilhar conhecimentos e habilidades em CTI por meio de um programa de graduação com CLM e outros Estados Membros da ASEAN para contribuir com os esforços para abordar o problema da educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Ao abordar o Desafio acima, o Governo das Filipinas, por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), iniciou um programa de bolsas de mestrado e doutorado para formar um grupo avançado de cientistas e engenheiros de CLM, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do país após a conclusão do programa. O objetivo é promover o desenvolvimento de recursos humanos em engenharia e ciências para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região da ASEAN, particularmente em CLM. Esta iniciativa contribui para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (Educação de qualidade), metas 4.3 e 4.b, que enfatizam ampliar mundialmente o número de bolsas disponíveis, particularmente em programas científicos e de engenharia, em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

Mais especificamente, o projeto visa:

- implementar atividades de CTI de alto impacto alinhadas com o Plano de Ação da ASEAN sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (APASTI) 2016–2025, o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia (PNCT) e o Plano de Desenvolvimento das Filipinas (PDP);
- alcançar um nível de graduados com mestrado e doutorado em massa;
- atualizar as especializações de engenheiros e cientistas;
- melhorar a qualidade da pesquisa científica e tecnológica e tornar acessível a pós-graduação na área;
- desenvolver uma cultura de pesquisa e desenvolvimento.

A iniciativa também está claramente alinhada com o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), meta 17.6, que visa “melhorar a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul triangular regional e internacional, o acesso à CTI, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados”.

O DCT das Filipinas iniciou o programa de bolsas de estudo solicitando às embaixadas de CLM nas Filipinas a divulgação de informações e garantias de bolsas, em convites, brochuras e panfletos, incluindo seus critérios de seleção de candidatos. As embaixadas divulgaram a convocação de bolsas em suas redes locais e pelos ministérios de ciência e tecnologia locais. Os candidatos foram solicitados a apresentação de documentos para análise



© DCT-SEI

preliminar, após aprovados os mesmos foram entrevistados pelo DCT e representantes da embaixada local. O monitoramento ativo do desempenho acadêmico dos bolsistas mede a eficácia e a qualidade da educação recebida das universidades Filipinas, mostrando uma transferência bem-sucedida de conhecimento e boas práticas em CLM. **O programa até o momento apoiou um total de 25 alunos (14 MScs e 4 PhDs para o Lote 1; e 6 MScs e 1 PhD para o Lote 2) que receberam diplomas de universidades Filipinas em diferentes campos da engenharia, saúde, ciências e matemática.**

Atualmente, o programa é composto por um total de 17 alunos e 11 alunas. Dezoito alunos do Lote 1 estão em situação regular, ou seja, são capazes de atender os critérios acadêmicos das universidades onde estão matriculados. O Lote 2 consiste em 10 alunos.

Os alunos reportam regularmente ao DCT – Instituto de Educação Científica (IEC). Todos recebem aporte financeiro em forma de bolsas de estudo, que incluem realocação, material de estudo e vale-transporte para o primeiro ano letivo, sem quaisquer restrições. Alguns dos alunos do Lote 1 cursando o segundo ano deverão se formar até antes do final de 2020.

O DCT – Instituto de Educação Científica (IEC) apoia os alunos das seguintes formas:

- acompanhando os alunos com visitas regulares, reuniões nas universidades ou por e-mail e telefone;
- atendendo suas necessidades acadêmicas imediatas, como por exemplo, endossar o Líder do Projeto da universidade com acomodação temporária, inscrição, processamento de visto de estudante e assistência financeira;
- fornecendo orientação e aconselhamento acadêmico regular.

O projeto é sustentável devido ao compromisso contínuo com o

desenvolvimento socioeconômico da região da ASEAN, particularmente a região de CLM. O órgão setorial do Comitê de Ciência, Tecnologia e Inovação da ASEAN (ASEAN-COSTI) tem priorizado o desenvolvimento do capital humano por meio do estabelecimento de programas de bolsas, entre outros. O ASEAN-COSTI desenvolveu um mecanismo que apoia programas semelhantes que podem ser replicados por qualquer Estado Membro da ASEAN interessado e que também pode ser proposto aos Parceiros de Diálogo da ASEAN. O progresso é relatado nas reuniões regionais semestrais realizadas pela ASEAN-COSTI.

O projeto pode ser reproduzido por meio de cooperação bilateral ou triangular. Numa cooperação bilateral, um país pode oferecer bolsas de estudo para países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países africanos (como no ODS 4.b). Numa cooperação triangular, uma organização internacional ou regional pode ser a mediadora, o que seria semelhante ao papel da ASEAN nesta iniciativa.

Essa iniciativa também pode ser reproduzida com certificação temporária ou cursos pontuais. O projeto deverá focar nos interesses dos países envolvidos, especificamente na identificação da área de especialização em consideração e o tipo de estudante, pesquisador e/ou especialista que selecionarão. Por último, o escopo do projeto também deve estar alinhado com a meta 4.b do ODS, e deve estimular a inscrição de mulheres nos cursos oferecidos.

Contato:

Nome: Dr. Josette T. Biyo

Cargo: Diretor

Organização: Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)- Instituto de Educação Científica

E-mail: biyojosette@yahoo.com; esquivelsf@gmail.com

NOME DO PROJETO: Bolsas de Estudo para Alunos da ASEAN do Camboja, República Democrática Popular do Laos e Mianmar

PAÍSES/REGIÕES: Camboja, República Democrática Popular do Laos, Myanmar, as Filipinas

INDICADO POR: Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT); Governo das Filipinas

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.3, 4.b, 17.6

APOIO: DCT Filipinas

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: DCT – Instituto de Educação Científica (DCT-IEC)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2021

SITE DO PROJETO: bit.ly/DOST-PH-CLMScholarship

Cooperação Triangular na Formação Profissional entre Marrocos, República da Coreia e Quatro Países Africanos

Ministrar cursos de formação a funcionários e instrutores técnicos do Governo

Desafio

Camarões, Costa do Marfim, Senegal e Tunísia são países do sul com infraestruturas e ambientes industriais relativamente básicos. Todos têm uma forte necessidade nacionais de reforçar a capacidade de mão de obra técnica na área automotiva, devido ao crescimento esperado do setor no futuro. Por exemplo, em 2017, a Costa do Marfim mostrou uma alta taxa de crescimento em seu mercado automotivo, com um crescimento de 7 por cento nas vendas de carros novos. O governo decretou um projeto nacional de desenvolvimento de linhas de montagem de automóveis, destacando um aumento significativo na procura de capacitação técnica da mão de obra neste setor específico.

Rumo a uma Solução

Este projeto de cooperação triangular se baseia no sucesso de um projeto anterior da Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA), o 'Projeto para o estabelecimento do Instituto de Formação Avançada Automobilística de Casablanca (IFMIAC)', implementado em cooperação com o Ministério do Trabalho e Formação Profissional do Marrocos. Desde o estabelecimento do IFMIAC em 2013, o instituto apresenta resultados excelentes de forma contínua, o que levou à implementação deste projeto triangular para atender à grande demanda de outros países africanos de usar a metodologia do IFMIAC como referência. Este projeto de cooperação triangular visa fornecer aos jovens dos países beneficiários a capacitação profissionalizante de qualidade no setor da indústria automotiva (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.4) e, consequentemente, a formação de mão de obra qualificada nos países beneficiários para impulsionar o crescimento das suas indústrias e da sua economia. (ODS Meta 8.2).

O projeto compreende uma formação plurianual e é executado através da cooperação triangular entre a República da Coreia, Marrocos e quatro países africanos (Camarões, Costa do Marfim, Senegal e Tunísia). O projeto tem como objetivo principal a formação de funcionários e instrutores técnicos do governo dos quatro países beneficiários, para ajudá-los a estabelecer planos de ação para a formação de profissionais em suas respectivas indústrias automotivas. O projeto inclui dois tipos de cursos de formação. O primeiro visa capacitar funcionários e gerentes marroquinos da IFMIAC para habilitá-los a participarem do segundo tipo de cursos de formação. O segundo tipo visa reforçar as capacidades dos tomadores de decisões e instrutores técnicos dos quatro países africanos.

Desde a fase de planejamento, este projeto tem sido elaborado aplicando a metodologia 'Base de Análise para o Desenvolvimento de Cursos' (ABCD), que foi desenvolvida pela agência de treinamento coreana, *Korea Tech*, a fim de fornecer o tipo exato de cursos de treinamento que melhor se adéqua às demandas dos países destinatários. A metodologia ABCD deduz a demanda inicial antes do projetar os cursos com base na análise de políticas (ou seja, analisando a estratégia de crescimento nacional do país destinatário, estratégias por área, sistemas e políticas), análise de situação (ou seja, analisando ambientes internos e externos em torno de áreas relevantes) e análise de campo (ou seja, análise da situação atual e demandas em campos relevantes). Ela seleciona tópicos de palestras, assuntos e objetivos de treinamento, e projeta cursos que se adaptam aos tópicos e objetivos com base nos resultados.

Através desta iniciativa de cooperação triangular, em 2018, foram formados 10 funcionários marro-

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



© KOICA

quinos da IFMIAC (por convite do curso ROK) e em 2019, doze funcionários e decisores políticos dos quatro países africanos foram formados (por convite do programa do Marrocos). Em 2020, a KOICA pretende realizar os outros cursos (o 3º e 4º) em formato digital, levando em consideração a pandemia COVID-19. 21 funcionários marroquinos da IFMIAC serão formados no 3º curso, mas o número de formandos para o 4º curso ainda não foi estabelecido. Os níveis de desempenho acadêmico e satisfação dos formandos foram muito elevados; para os cursos de formação 2018–2019, os resultados da pesquisa pelos participantes revelaram um índice de satisfação de 90 em 100, em média. Como o projeto ainda está em andamento e a avaliação ainda não foi realizada, é difícil avaliar seu impacto real no estágio atual. No entanto, como entrega imediata dos cursos de formação executados, os formandos do Marrocos e dos quatro países concluíram o desenvolvimento de planos de ação e análises em seus respectivos países. A fim de encorajar a subsequente implementação destes planos de ação nos países parceiros, a KOICA irá conduzir uma pesquisa de acompanhamento e monitorar o estado de implementação destes planos de ação até o final do ano do projeto. Ela também conduzirá avaliações de acompanhamento com a contraparte marroquina após a conclusão.

Por meio deste projeto, as oportunidades entre os países participantes foram aprimoradas para engajar-se em uma cooperação automotivada. Como resultado deste treinamento **o IFMIAC do Marrocos e o Instituto Superior de Educação Profissional (ISEP), instituídos com o apoio da KOICA, fecharam**

uma parceria para promover atividades de intercâmbio de treinamento para fortalecer a capacitação dos instrutores, garantindo assim a sustentabilidade do projeto.

Desde a fundação da IFMIAC, o Ministério do Trabalho e Formação Profissional marroquino manifestou a sua vontade de promover continuamente esta iniciativa de cooperação triangular, especialmente com os países africanos de língua francesa. Através deste projeto, a KOICA pretende contribuir significativamente para melhorar a capacidade do Marrocos de servir como nação líder na cooperação triangular, com sua própria perspectiva. Além disso, a fim de apoiar continuamente a capacidade do Marrocos na cooperação triangular para a formação profissional, a KOICA planeja realizar o projeto de acompanhamento, 'O Centro de Treinamento de Aprimoramento Técnico para o Projeto de Formadores marroquinos de TVET' (2020-2024) (US\$ 6 milhões). Este novo projeto permite que instrutores e professores de educação e treinamento profissionalizante (TVET) aprendem novas tecnologias, como tecnologia da informação e comunicação (TIC), e reforcem suas capacidades práticas. O projeto de cooperação triangular continuará a ser realizado neste centro de treinamento, a fim de cultivar as habilidades e capacidades dos treinadores de TVET nos países vizinhos.

Contato:

Nome: Sra. Nami Kim

Cargo: Assistente Administrativo

Organização: Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA)

E-mail: nami.kim@koica.go.kr

NOME DO PROJETO: Cooperação Triangular na Formação Profissional entre Marrocos, República da Coreia e Quatro Países Africanos

PAÍSES/REGIÕES: Camarões, Costa do Marfim, Marrocos, República da Coreia, Senegal, Tunísia

INDICADO POR: Ministério de Relações Internacionais (MOFA) da República da Coreia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.3, 4.4, 8.2, 8.5, 8.6

APOIO: Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: KOICA; Universidade de Educação e Tecnologia da Coreia; Instituto de Formação Avançada Automobilística de Casablanca (IFMIAC)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3hCeJOi> ; <https://bit.ly/3loIQLt>

Projeto de Cooperação Tai-Lao para o Desenvolvimento da Faculdade Técnica de Vientiane

Construir um mercado de trabalho forte e qualificado, estabelecendo uma instituição de desenvolvimento de habilidades de qualidade para o crescimento econômico e industrial a longo prazo da República Democrática Popular do Laos

Desafio

Semelhante às experiências de Tailândia durante a transição econômica do desenvolvimento agrícola para uma economia de base industrial nos anos 1960, a República Democrática Popular do Laos optou por realizar mudanças estruturais em seu mercado de trabalho devido ao rápido crescimento econômico decorrentes da expansão industrial e da economia baseada em recursos. Além disso, alinhado as iniciativas do governo de promover o investimento estrangeiro, era fundamental que a República Democrática Popular do Laos capacitasse a mão de obra a fim de obterem uma força de trabalho semi ou altamente qualificada. Com a falta de educação de qualidade e o abandono escolar, a República Democrática Popular do Laos teve que implantar uma iniciativa educacional efetiva de Formação Técnico-Profissional (TVET) para proporcionar meios complementares de construção de um mercado trabalho competente para o desenvolvimento econômico e industrial crescente.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar o desafio acima, é essencial que a base para o sistema de TVET seja fortalecida em modelo de escala *micro-level* para que possa ser reproduzida em outras instituições em todo o país. Nesse sentido, a Agência de Cooperação da Tailândia (TICA), em colaboração com a Comissão de Educação Profissional, o Ministério da Educação da Tailândia e o Ministério da Educação e Esportes do Laos, implementou um projeto de cooperação com duração de cinco anos, 'O Desenvolvimento da Faculdade Técnica da Província de Vientiane', para servir de modelo para uma instituição de TVET abrangente e orientada para a prática que possa capacitar mão de obra qualificada e uma força de trabalho competente e assim, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a produtividade do Laos nos setores econômicos necessários e além.

Consequentemente, em 1997, a TICA, em colaboração com o Escritório da Comissão de Educação Profissional, o Ministério da Educação da Tailândia e o Ministério da Educação e Esportes do Laos, começou o primeiro projeto de desenvolvimento de instituições de TVET na Faculdade Técnica de Phonhong durante a primeira fase do projeto, focada na melhoria das instalações, desenvolvimento de currículo, fornecimento de equipamentos e capacitação para os respectivos executivos do Ministério da Educação da Tailândia e do Ministério da Educação e Esportes do Laos sobre planejamento de políticas de TVET, e para professores e formadores em cursos específicos da faculdade.

Como resultado do sucesso da primeira fase, pelo menos quatro programas da Escola Técnica Phonhong foram desenvolvidos em colaboração entre especialistas educacionais tailandeses e o Ministério da Educação e Esportes do Laos; seus currículos atendiam aos requisitos do Ministério da Educação e Esportes do Laos, e o número de alunos que frequentavam a escola aumentou significativamente de 1.500 para 3.001 em 2019. Portanto, o status da escola foi atualizado para Faculdade Técnica da Província de Vientiane em outubro de 2010, tornando-se a primeira Faculdade Técnica do Laos a oferecer extensos programas de formação técnica profissional para alunos, não só em nível local, mas também nacional.

A segunda fase do projeto foi concebida para se desenvolver ainda mais em três áreas principais: (i) a melhoria e construção das estabelecimentos dentro da Faculdade, incluindo salas de aula e *workshops*; (ii) o fornecimento de equipamento de formação necessário e adequado para a educação profissional orientada para a prática; e (iii) e programas de capacitação para professores e formadores na faculdade. Após alcançar resultados

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



© TICA

satisfatórios da primeira fase, Tailândia e Laos delinearam atividades com foco em cursos específicos que atendessem às demandas contínuas do mercado de trabalho, incluindo, engenharia mecânica, elétrica, civil, de alimentos e bebidas como também, carpintaria, alfaiataria, administração de empresas, informática, disciplinas gerais e formação profissional básica. Além disso, os cursos foram aprimorados para melhor se alinharem às normas trabalhistas nacionais e às normas de qualificação profissional da ASEAN, e para atender às demandas constantes de mão de obra em setores específicos em zonas econômicas específicas da República Democrática Popular do Laos. Durante esta segunda fase, foi dada atenção especial ao desenho curricular, ao sistema de avaliação, bem como à metodologia e pedagogia. No segundo ano de implementação da segunda fase, o foco foi na atualização e reforço de equipamentos e instalações, de forma a se preparar para o número crescente de alunos que frequentam a Faculdade. **Desde 1997 até hoje, mais de 3.000 alunos participaram e mais de 10.000 se formaram. Atualmente, os cursos oferecidos na faculdade abrangem disciplinas extensas, incluindo tecnologia automotiva, maquinários de metal, eletroeletrônicos, soldagem, encanamento, equipamentos pesados e maquinaria agrícola, levando ao bacharelado, licenciatura e outros níveis superiores. Também são oferecidos cursos técnicos de curto prazo.**

O projeto abre o caminho para a expansão de instituições de TVET de qualidade na República Democrática Popular do Laos. Além do Colégio Técnico da Província de Vientiane, os colégios politécnicos em Savannakhet, Luang Prabang e Dongkhamxang foram posteriormente selecionados como três instituições adicionais de TVET a serem desenvolvidas no âmbito deste projeto. Como resultado da expansão do projeto em outras regiões do Laos, houve um impacto significativo na criação de mão de obra capacitada e na

obtenção de um crescimento econômico sustentável e inclusivo. Isso ajudará a República Democrática Popular do Laos a alcançar o ODS 4 sobre educação de qualidade e, em seguida, o ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico.

A TICA entende que o reconhecimento da importância do projeto de desenvolvimento, está no cerne de sua sustentabilidade; portanto, desde o início, a cooperação inclusiva e participativa foi incorporada como parte integrante do projeto. Desde a fase de concepção do projeto até à implementação, as agências da administração central do Laos e as autoridades locais estiveram ativamente envolvidas e contribuíram como protagonistas na concepção, configuração e alteração, quando necessário, do projeto ao longo do processo. Além disso, o Comitê de Orientação do Projeto foi estabelecido com representação igual da Tailândia e do Laos para fornecer um fórum regular para discussões abertas e fechadas sobre a concepção do projeto e sua implementação. O Comitê garantiu que o projeto seria de grande benefício para a Laos e o mais adequado e benéfico para as pessoas e comunidades. Semelhante a todos os projetos de cooperação para o desenvolvimento implementados pela TICA, o projeto tem sido parte dos esforços para garantir que os ODS sejam alcançados por meio de uma parceria forte, prática e sustentável, conforme estipulado no ODS 17 (Parcerias e meios de implementação).

Contato:

Nome: Sra. Sayan Kongkoey

Cargo: Diretor, Filia de Cooperação Tailandesa

Organização: Escritório de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), Ministério de Relações Internacionais

E-mail: sa.kongkoey@mfa.mail.go.th

NOME DO PROJETO: Projeto de Cooperação e Desenvolvimento Tai-Lao sobre o Desenvolvimento da Faculdade Técnica de Vientiane

PAÍSES/REGIÕES: República Democrática Popular do Laos, Tailândia

INDICADO POR: Agência de Cooperação da Tailândia (TICA), Ministério de Relações Internacionais de Tailândia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.4, 8.5, 8.6, 17.6, 17.9

APOIO: TICA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: TICA; Ministério de Educação e Esportes do Laos

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 1997–2016

SITE DO PROJETO: Não Disponível

Workshops de Treinamento Nacionais do COMSATS-ISESCO sobre Reparo e Manutenção de Equipamentos de Engenharia Científica em Universidades, Instituições de Pesquisa e Indústrias de Pequena Escala

Promoção da autossuficiência para gestão e manutenção de recursos tecnológicos em países em desenvolvimento

Desafio

A pesquisa científica e as atividades de desenvolvimento são as ferramentas mais eficazes e sustentáveis para alcançar o crescimento econômico nacional de longo prazo. Uma grande proporção desta pesquisa é normalmente conduzida em organizações educacionais e industriais. O ritmo da pesquisa, entre outras coisas, depende da disponibilidade de instrumentos científicos bem mantidos. Nos países em desenvolvimento, a falta de planejamento na compra e gestão de estoques e a grave escassez de conhecimentos técnicos relacionados ao reparo e manutenção de instrumentos e equipamentos, dificultam muito progresso eficaz dos programas de pesquisa. A escassez de manutenção das instalações resulta no grande número de descarte de vários instrumentos e equipamentos muito caros. Essas perdas podem ser evitadas investindo apenas uma fração do dinheiro em recursos preventivos de reparo e manutenção. Há uma grande necessidade, portanto, de desenvolver capacidades locais para reparar e manter o equipamento científico nos países em desenvolvimento, a fim de garantir um trabalho de pesquisa contínuo.

Rumo a uma Solução

Em reconhecimento da importância de possibilitar aos países membros os meios de alcançar autossuficiência tecnológica na reparação e manutenção de equipamentos científicos, e para reduzir a dependência tecnológica de técnicos estrangeiros, a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS) e a Organização Islâmica Educacional, Científica e Cultural (ISESCO) iniciaram uma série de *workshops* nacionais em 2004. Esses *workshops* têm como objetivo destacar as questões/problemas relacionados à manutenção de equipamentos de engenharia científica usados em universidades, instituições de pesquisa, hospitais e indústrias de pequena escala. A COMSATS, considerando as necessidades do país anfitrião, contratou dois especialistas do Paquistão e forneceu treinamento prático para os participantes do *workshop* para atualizar suas habilidades e aprimorar suas capacidades de reparo, manutenção e solução de problemas de equipamentos de engenharia científica essenciais em suas organizações.

O objetivo principal da série de *workshops* é formar instrutores mestres para o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis, contando com recursos humanos qualificados e especializados em equipamentos de engenharia científica, especialmente em sua reparação e manutenção. Os objetivos são os seguintes:

- demonstrar o processo de reparo de instrumentos defeituosos pelos especialistas;
- fornecer treinamento prático aos participantes para melhorarem suas habilidades de manutenção e reparo com autonomia;
- atualizar o conhecimento dos participantes sobre as técnicas mais recentes envolvidas na operação de instrumentos científicos;
- familiarizar os participantes ao funcionamento dos instrumentos científicos através de formação baseada nas necessidades, bem como documentação das atividades de reparação e manutenção;
- atualizar o conhecimento dos participantes sobre as mudanças e novas tecnologias nos equipamentos científicos;
- consolidar as habilidades técnicas e a compreensão dos usuários ou engenheiros locais para se comunicarem com o fabricante ou gestor para solucionar problemas críticos;
- desenvolver uma plataforma para intercâmbio de informação entre cientistas, engenheiros, professores,

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



© COMSATS

técnicos de serviços, operadores e industrialistas para atualizarem suas habilidades técnicas existentes e base de conhecimento.

A série de *workshops* teve como objetivo fornecer um fórum para jovens cientistas/profissionais de países em desenvolvimento a aprenderem sobre as mais recentes técnicas de manutenção.

Cada *workshop* é planejado para duração de cinco dias e inclui apresentações, distribuição de manuais e sessões de treinamento prático nos laboratórios sob a supervisão de especialistas, e aplicação de técnicas aprendidas nos equipamentos defeituosos disponíveis.

- a lista de equipamentos é identificada pelo país anfitrião. Instrumentos científicos defeituosos também podem ser consertados pelos participantes sob a orientação de pessoas capacitadas durante o *workshop*.
- com base no equipamento identificado pelo país anfitrião, o COMSATS engaja pessoas capacitadas/especialistas de campo a darem treinamento prático aos participantes do *workshop* para atualizarem suas habilidades e melhorarem suas capacidades de reparo, manutenção e solução de problemas.
- os beneficiados pelos *workshops* incluem pesquisadores, engenheiros, técnicos e professores que trabalham em universidades, institutos de pesquisa e desenvolvimento, hospitais e indústrias de pequena escala.
- o número desejável de participantes é de cerca de 30-40 de universidades, institutos de pesquisa e desenvolvimento, hospitais, bem como da indústria.
- o instituto anfitrião seleciona um laboratório para este *workshop* e a lista de instrumentos para treinamento.
- um acordo é assinado entre COMSATS, ISESCO e o instituto anfitrião para identificar o papel das organizações parceiras na organização do *workshop* de treinamento.
- a formação inclui treinamento teórico, treinamento prático e implementação em máquinas defeituosas disponíveis.

Esses *workshops*, que são gratuitos para os participantes, foram organizados nos Estados-Membros do COMSATS e do ISESCO. Mais de 450 cientistas, pesquisadores, engenheiros, técnicos, professores,

alunos e representantes de ministérios governamentais, agências universidades e institutos de pesquisa têm se beneficiado deles. Até o momento, 13 *workshops* foram organizados em dez países em desenvolvimento: Cazaquistão (2017), Nigéria (2016), Omã (2015), Irã (2014), Sudão (2004 e 2013), Tunísia (2012), Egito (2011), Senegal (2010) e República Árabe Síria (2005). A COMSATS também realizou de forma independente dois *workshops* sobre o tema em Gana durante 2013 e 2015. **Eles construíram sua experiência e capacidade para reparar localmente e manter instrumentos científicos usados nos laboratórios de instituições de pesquisa e desenvolvimento, bem como em indústrias de pequena escala em seus respectivos países.** Além disso, equipamentos científicos que valem milhões de dólares americanos, foram reparados e tornados funcionais para o uso ideal e eficaz graças a esses *workshops* de treinamento.

Assim, os *workshops* proporcionaram uma plataforma para a transferência sistemática de informações, conhecimento e boas práticas pelo país.

A sustentabilidade é assegurada pelo treinamento dos participantes para se tornarem instrutores mestres. Desde a implantação da iniciativa, em 2004 no Sudão, o *workshop* foi realizado em dez países em desenvolvimento com o conteúdo dos cursos e manuais atualizados e adaptados às necessidades dos países anfitriões.

Contato:

Nome: Sr. Tajammul Hussain

Cargo: Assessor de Programas

Organização: Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS)

E-mail: tajammul@comsats.org

Telefone: +92-51-9204892

Nome: Sr Nisar Ahmad

Cargo: Vice Diretor de Sistemas

Organização: COMSATS

E-mail: nisar@comsats.org

Telefone: +92 51 9214505

NOME DO PROJETO: *Workshops* de Treinamento Nacional do COMSATS - ISESCO sobre Reparo e Manutenção de Equipamentos de Engenharia Científica em Universidades, Instituições de Pesquisa e Indústrias de Pequena Escala

PAÍSES/REGIÕES: Egito, Gana, Irã, Cazaquistão, Nigéria, Omã, Senegal, Sudão, República Árabe da Síria, Tunísia

INDICADO POR: Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.3, 4.4, 8.2, 9.1, 9.a, 12.a, 17.6, 17.9

APOIO: COMSATS; Organização Islâmica Educacional; Científica e Cultural (ISESCO)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: COMSATS, ISESCO

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2004–2017

SITE DO PROJETO: <http://comsats.org>

O Programa de Bolsas de Estudo do ICGEB para Doutorado e Pós-Doutorado de Curto e Longo Prazo

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Apoiar a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento do capital humano



Desafio

As capacidades e infraestruturas de pesquisa e inovação no Sul Global estão longe de serem totalmente otimizadas. Isso se deve a vários fatores, que englobam de financiamento escasso nacional e internacional, baixa capacidade, má governança e uma escassez de mulheres na ciência, aelos fracas entre a indústria e a universidade. Os laboratórios são frequentemente mal equipados ou totalmente inexistentes, e os estudantes de ciências recebem treinamento prático mínimo em pesquisa porque os poucos centros de pesquisas que existem são geralmente separados das universidades. Os países do sul solicitam apoio para pesquisa científica e desenvolvimento de capital humano no campo da biotecnologia - aplicada à saúde, agricultura e energia limpa - a fim de responder aos principais desafios sociais atuais, como segurança alimentar, doenças infecciosas e não transmissíveis, e mudanças climáticas. O ensino superior inclusivo e as formações pós-universidade são considerados fatores-chave na abordagem dessas áreas, com um efeito de propagação positiva para todos os níveis da sociedade, para a economia e na contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável.

Rumo a uma Solução

O Programa de Bolsas do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB) atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (Educação de qualidade) diretamente, ampliando a oferta de bolsas de estudo para o ensino superior com foco em estudantes e jovens cientistas dos Estados-Membros do ICGEB, a grande maioria dos quais estão no Sul Global, inclusive de muitos países menos desenvolvidos (LDCs). O Programa foi desenvolvido com um forte enfoque na inclusão e igualdade de gênero (até o momento, 59 por cento são bolsistas mulheres).

Por meio desse Programa, o ICGEB vem desenvolvendo a capacidade humana em pesquisa científica nas Ciências da Vida há mais de 30 anos em três componentes principais:

- um curso de doutorado de três anos num dos laboratórios do ICGEB da Itália, Índia ou África do Sul, que inclui uma formação intensiva em pesquisa laboratorial para obtenção de um certificado PhD em convênios específicos com universidades renomadas internacionalmente.
- bolsas de pós-doutorado de dois anos para pesquisas inovadoras a serem realizadas em um dos laboratórios do ICGEB, ou em um laboratório reconhecido num Estado Membro do ICGEB.
- bolsas de curto prazo de Mobilidade Científica para Formação Avançada em Pesquisa (SMART) do ICGEB, de três a nove meses, destinadas a jovens cientistas de países do Sul para realizar pesquisas em laboratórios de primeira linha em outros países do Sul, que caso contrário, seria impossível fazer em seus institutos de origem.

O Programa provou ser fundamental para aumentar as capacidades e ajudar jovens pesquisadores a adquirir habilidades de pesquisa específicas, teóricas e práticas, em novas tecnologias disponíveis no laboratório do país anfitrião, bem como melhorar sua rede científica e de colaborações, e aumentar a internacionalização dos laboratórios do ICGEB.

A pesquisa científica bem-sucedida é resultado do esforço colaborativo e, como resultado dessas bolsas do ICGEB, uma forte comunidade de ex-alunos do ICGEB em muitos países no Sul Global foi estabelecida, com a capacidade de construir fortes colaborações científicas transnacionais.



© ICGEB

Os Membros do ICGEB são beneficiários diretos do Programa de Bolsas, recebendo formação avançada nas áreas de biomedicina, biotecnologia e biotecnologia vegetal, consequentemente aumentando suas perspectivas de carreira. As maiores comunidades científicas dos países e regiões geográficas de origem, se beneficiam indiretamente do aumento do capital humano e da reversão da fuga de cérebros quando os membros retornam ao seu país de origem, com um potencial de inovação nacional aprimorado adaptado às necessidades locais. A longo prazo, o Programa contribui para inspirar futuras lideranças em pesquisas nacionais e regionais, criando empregos, estabelecendo uma rede de pesquisadores altamente qualificados e, em última instância, contribuindo para o bem-estar, paz e segurança dos cidadãos do Sul Global.

Só em 2019, o programa facilitou os intercâmbios e a cooperação Sul-Sul, apoiando 182 membros nos laboratórios do ICGEB: 25 da África, 138 da Ásia, 16 da América do Sul e Central e três do Oriente Médio. Referente à Bolsa de Mobilidade Científica para a Formação em Pesquisa Avançada (SMART), desde a sua criação, em 2014, foram concedidas 28 bolsas a jovens pesquisadores de todos os continentes. Em 2019, seis novas bolsas SMART (quatro bolsistas mulheres) foram concedidas: três em nível de PhD e três em nível de pós-doutorado, especificamente, alunos se mudaram do Brasil para o Uruguai, da Argélia para a Croácia, da República Árabe Síria para o Paquistão, da Índia para a China, da República Árabe Síria para a Índia e do Marrocos para a Tunísia.

Os beneficiários do Programa de Bolsas do ICGEB - os cientistas e seus institutos - desenvolvem suas habilidades científicas e se tornam líderes científicos, professores e mentores em seus respectivos países; a sustentabilidade é assegurada durante e após a conclusão de suas bolsas de estudo, eles se formam e continuam construindo vínculos e redes internacionais. Suas participações no grupo de ex-alunos e suas colaborações com os principais pesquisadores do ICGEB, e os altos níveis de exposição internacional e rede científica ampliam suas oportunidades para uma maior colaboração.

A iniciativa é escalável e replicável em outros países do Sul Global, uma vez que o ICGEB possui uma forte rede científica mundial e sua estrutura de gestão do Programa vem funcionando de forma eficaz há décadas. O modelo padrão de procedimentos e infraestrutura do ICGEB, que tem reputação de neutralidade, integridade e transparência, é facilmente reproduzido.

Contato:

Nome: Sra. Marianna Maculan

Cargo: Diretora de Relações Exteriores

Organização: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia

E-mail: maculan@icgeb.org

Telefone: +39 040 3757216

NOME DO PROJETO: O Programa de Bolsas de estudo do ICGEB para Doutorado e Pós-Doutorado de curto e longo prazo

PAÍSES/REGIÕES: Afeganistão, Argélia, Argentina, Bangladesh, Butão, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Cuba, Equador, Egito, Eritreia, Etiópia, Hungria, Índia, Iraque, República Islâmica do Irã, Itália, Jordânia, Quênia, Kuwait, Quirguistão, Libéria, Líbia, Malásia, Maurício, México, Moldova, Montenegro, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Macedônia do Norte, Paquistão, Panamá, Peru, Catar, Romênia, Federação Russa, Arábia Saudita, Senegal, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Sri Lanka, Sudão, República Árabe da Síria, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia, Uruguai, Venezuela, Vietnã, Zimbábue

INDICADO POR: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.5, 4.b, 17.9

APOIO: ICGEB, China, Índia, Itália, África do Sul,

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ICGEB

STATUS DO PROJETO: Sete programas – todos em andamento

PERÍODO DO PROJETO: Convocações semestrais contínuas desde 1987 (o Programa será executado na medida em que a instituição estiver operacional)

SITE DO PROJETO: www.icgeb.org/activities/fellowship

O Programa de Educação e Formação Profissional para os Estados Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI)

Fortalecimento da cooperação entre os Estados Membros da OCI para melhorar a qualidade dos sistemas de educação e formação técnico-profissional

Desafio

Educação e Formação Técnico-Profissional (TVET) é considerada uma parte fundamental no desenvolvimento de habilidades em todo o mundo. Também é visto como um elemento essencial no desenvolvimento socioeconômico dos países devido os impactos positivos em relação ao emprego, empreendedorismo, redução e alívio da pobreza. No entanto, alguns desafios comuns dificultam o desenvolvimento do setor de TVET nos Estados-Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI), o que afeta negativamente o desempenho dos sistemas de educação profissional e prática em toda a região da OCI. Esses desafios incluem: a falta de precisão nas estruturas legislativas e regulatórias nacionais; a falta de acesso à educação profissional por parte de grupos vulneráveis; a escassez de formadores de TVET qualificados; a falta de financiamento; e a incompatibilidade entre a educação de TVET e as habilidades necessárias para o mercado de trabalho.

Rumo a uma Solução

Em 2009, o Centro de Formação e Pesquisa Social, Estatística e Econômica para os Países Islâmicos (SESRIC) lançou o Programa de Educação e Formação Profissional para os Estados Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI-VET), para apoiar e complementar os esforços dos Estados Membros da OCI na abordagem dos desafios enfrentados na área de TVET. O programa foi elaborado para expandir a Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) e o intercâmbio de conhecimento por meio de abordagens inovadoras e holísticas entre as autoridades nacionais relevantes de TVET dos Estados-Membros. O programa abrange os fundamentos da CSS, tal como compreensão mútua, intercâmbio de conhecimento e experiências, aprendizagem ponto-a ponto e desenvolvimento de capacidades.

O SESRIC, como órgão executor da OCI-VET, desempenha o papel de catalisador ao reunir os Estados-Membros da OCI, que oferta soluções de desenvolvimento abrangentes, com vista a fortalecer a cooperação entre eles em TVET. A colaboração entre os Pontos Focais Nacionais (PFNs), representada pelas autoridades nacionais de TVET em cada Estados-Membros da OCI, é considerada o ponto de ancoragem deste programa inovador impulsionado pelo país. Além disso, reuniões regulares de representantes do PFN com as partes interessadas relevantes, ajudam os Estados-Membros a identificar seus desafios em evolução e a oferecer soluções inovadoras.

A respeito da implementação das suas atividades, o Programa OCI-VET emprega várias modalidades e ferramentas diferentes que se baseiam na abordagem de intercâmbio de conhecimento, que incluem mas não se limitam a *workshops*, formação de educadores (ToT), discussões em grupos de trabalho, visitas técnicas e cursos de formação. Tudo isso ajuda a facilitar o intercâmbio e aquisição de experiências e habilidades técnicas e práticas entre os Estados Membros.

Cinquenta e sete Estados-Membros da OCI são considerados um heterogêneo grupo de países devido à sua diversidade em termos de recursos e níveis de desenvolvimento, alguns dos quais estão entre os países menos desenvolvidos (PMDs). Essa situação oferece um potencial de oportunidades consideráveis para os Estados Membros da OCI, se beneficiarem dos conhecimentos e experiências uns dos outros por meio da cooperação entre países da OCI, de maneiras que se mostraram eficazes em termos de comprovado custo-benefício e eficiente. A respeito disso, o Programa OCI-VET, através das suas várias modalidades de implementação, esforça-se para desenvolver uma cooperação bilateral e multilateral frutífera entre os Estados-Membros da OCI.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



© SESRIC

Uma vez que o objetivo principal dos sistemas de TVET é preparar jovens e grupos vulneráveis para o emprego, desenvolvendo habilidades práticas e técnicas para uma ampla variedade de empregos, o programa é considerado uma plataforma transversal que contribui diretamente para o cumprimento dos ODS 4 (Educação de qualidade), 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e 17 (Parcerias e meios de implementação).

No âmbito do Programa OCI-VET, foram implementadas 29 atividades em diferentes regiões da OCI, abrangendo várias áreas através, entre outras coisas, de dois *workshops*, 11 cursos de formação de educadores (ToT), quatro visitas técnicas, seis reuniões do comitê de acompanhamento e aconselhamento, quatro grupos de trabalho, dois seminários e simpósios internacionais para mais de 60 instrutores de TVET, e 250 representantes das instituições nacionais de TVET da OCI. **As atividades implementadas têm desempenhado um papel importante no empoderamento de jovens e mulheres. Além disso, o desenvolvimento do conhecimento e competências dos instrutores de TVET, representa um papel crucial na melhoria da qualidade dos sistemas de TVET em seus respectivos países.**

A partir de 2015, à luz da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Programa de Ação OCI 2025, o OCI-VET evoluiu para uma nova fase com o objetivo de explorar formas e meios inovadores para reforçar e desenvolver ainda mais a qualidade geral e o impacto do programa.

Para avaliar as necessidades atuais dos sistemas de educação técnica e profissional nos Estados-Membros da OCI, o SESRIC, em cooperação com seis instituições internacionais e 24 Estados-Membros da OCI, tomou a iniciativa de desenvolver o Roteiro Estratégico OCI-VET 2020-2025. Neste processo, as instituições OCI relevantes e as agências das Nações Unidas tiveram um papel significativo no apoio ao OCI-VET com suas valiosas contribuições, o que ilustrou CSST eficazes entre todas as partes interessadas trabalhando juntos para o sucesso e sustentabilidade desta boa prática. Essas instituições e agências incluem o Centro Islâmico para o Desenvolvimento do Comércio (ICDT), a Organização Islâmica Educacional, Científica e Cultural (ISESCO), o Banco de Desenvolvimento Islâmico (IsDB), a Universidade Islâmica de Tecnologia (IUT), o Centro Internacional do

PNUD de Istambul para o Setor Privado em Desenvolvimento (PNUD IICPSD) e a Organização Internacional do Trabalho (ILO) -Turquia.

O Roteiro Estratégico da OCI-VET 2020-2025 visa melhorar a qualidade e o desempenho dos programas de TVET, propondo uma série de formas e meios alternativos para melhorar as práticas de TVET nos Estados-Membros, com base nas melhores práticas e conhecimentos comprovados globalmente. Foram identificadas quatro áreas de cooperação e um plano de implementação foi estabelecido nos seguintes campos: Quadro Legislativo, Governança e Promoção; Formação de professores de TVET; Padrões Ocupacionais e Qualificação e Sistema de Garantia de Qualidade; e Programas de Certificação e Treinamento Modular.

No âmbito do Roteiro, que foi endossado pela 35ª Sessão Ministerial de Cooperação Econômica e Comercial da Organização de Cooperação Islâmica (COMCEC), realizada em dezembro de 2019, estavam planejadas 55 atividades, movidas pela demanda, a serem implementadas em parceria com as autoridades nacionais responsáveis pela TVET nos Estados-Membros da OCI, as instituições relevantes da OCI e principais partes interessadas nos próximos cinco anos.

Contato:

Nome: Sr. Onur Caglar

Cargo: Diretor do Departamento de Treinamento e Cooperação Técnica

Organização: Centro de Formação e Pesquisa Social, Estatística e Econômica para os Países Islâmicos (SESRIC)

E-mail: ocaglar@sesric.org

Nome: Sra. Esma Demirtas

Cargo: Oficial de Projetos do Departamento de Treinamento e Cooperação Técnica

Organização: SESRIC

E-mail: edemirtas@sesric.org

Nome: Sr. Semiha Abdullah Inan

Posição: Oficial assistente de projetos no Departamento de Treinamento e Cooperação Técnica

E-mail: sainan@sesric.org

NOME DO PROJETO: Programa de Capacitação Profissional para os Estados Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI)

PAÍSES/REGIÕES: 57 Estados Membros da OCI

INDICADO POR: Centro de Estudos Estatísticos, Econômicos e Sociais e de Formação para os Países Islâmicos (SESRIC)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.3, 4.4, 4.5, 8.6, 17.9, 17.15, 17.16

APOIO: Estados Membros da OCI; Secretariado Geral da OCI; Cooperação Econômica e Comercial da Organização de Cooperação Islâmica (COMCEC)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: SESRIC

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2009 – em andamento

SITE DO PROJETO: www.oicvet.org

Desenvolvimento e Entrega do Curso de Treinamento de Gerentes Seniores e Plenos da Organização da Aviação Civil

Aumentar a competência dos gestores da aviação civil em apoio à Iniciativa 'Nenhum País Deixado para Trás' da Organização da Aviação Civil Internacional e à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Desafio

Embora o transporte e a aviação sustentável não tenha um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável autônomo (ODS), ambos são facilitadores essenciais do desenvolvimento sustentável. A aviação oferece a rede de transporte global mais rápida de todos os tempos, conectando pessoas, comunidades e empresas em todo o mundo. Como tal, a aviação se tornou um motor econômico que permite a prosperidade socioeconômica global. A Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO) é uma Agência Especializada das Nações Unidas que define as Normas e Práticas Recomendadas (SARPs) para que a aviação civil internacional seja segura, eficiente e ambientalmente responsável numa base global. A ICAO é o principal fórum de cooperação em todos os campos da aviação civil entre seus 193 Estados-Membros. De acordo com várias análises realizadas antes do início do projeto, muitos Estados viviam desafios com a implementação do SARPs, levando assim a uma situação que está longe de ser ideal para o transporte aéreo durável e a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Rumo a uma Solução

Alcançar a implementação mundial do SARPs depende da competência dos gerentes da Autoridade de Aviação Civil (CAA) para implementá-los em seus respectivos estados. Para apoiar os estados no aumento das taxas de implementação efetiva das SARPs da ICAO, é crucial fornecer gerenciamento adequado e treinamento técnico para gerentes plenos e seniores das CAAs, que gerenciam e supervisionam a implementação das SARPs, relacionadas às áreas de segurança, navegação aérea, aeródromos, transporte aéreo, meio ambiente e outras disciplinas essenciais do sistema de transporte aéreo. Para lidar com esses desafios, um projeto dedicado foi iniciado para desenvolver e fornecer treinamento voltado para gerentes seniores e plenos de CAAs, financiado pelo Fundo de Assistência à Cooperação Sul-Sul da China (CSSC), para capacitá-los a efetivamente planejar, gerenciar e avaliar a implementação das SARPs da ICAO em seus Estados. Este foi o primeiro treinamento desse tipo.

Para este objetivo, foi desenvolvido um novo Pacote de Formação ICAO (ITP), o 'Curso de Formação de Gestores Seniores e Plenos: O Gerenciamento da Conformidade com os SARPs da ICAO'. Este novo ITP apoiou diretamente os objetivos da iniciativa de fortalecimento de capacidades "Nenhum País Deixado para Trás" da ICAO e contribuiu para o cumprimento dos ODS. Este pacote de treinamento foi posteriormente traduzido para árabe, chinês, francês, russo e espanhol, beneficiando sua distribuição global.

Na fase de implementação do projeto, 865 candidatos de 124 estados receberam bolsas para participar de 38 sessões globais organizadas de julho de 2018 a outubro de 2019. Com exceção da Nova Zelândia, todos os participantes do treinamento eram de países em desenvolvimento, ou seja, 123 das 124 bolsas estaduais cobriam mensalidades e refeições para os participantes locais, bem como acomodações, passagens aéreas e transporte terrestre para participantes dos estados vizinhos. O desenvolvimento do curso, sua entrega e fornecimento de bolsas de estudo foram possibilitados pelo fundo fornecido por meio da CSSC da China.

Após a conclusão do curso, os participantes foram capazes de realizar o seguinte: (i) trabalhar com outros gerentes da CAA como uma equipe para planejar, gerenciar e avaliar a implementação dos SARPs da ICAO; (ii) usar documentação, processos, ferramentas e técnicas relevantes da ICAO para implementar SARPs da ICAO em

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



© ICAO

seus Estados; e (iii) aplicar seus conhecimentos para auxiliar na administração nacional a melhorar a implementação dos SARP's da ICAO.

O projeto concluiu suas estratégias e missões planejadas e atingiu seus objetivos. **Isso levou a um maior desenvolvimento da capacidade da aviação, melhorou as capacidades de proteção e supervisão da aviação civil e atendeu às necessidades crescentes de gerentes e profissionais de aviação.** O curso agora é amplamente aceito por reguladores da aviação civil, aeroportos, companhias aéreas e prestadores de serviços de navegação aérea, e a ICAO foi solicitada a realizar entregas adicionais.

Após a conclusão do projeto, o ITP desenvolvido foi incorporado ao portfólio de cursos de treinamento da ICAO. Agora está disponível para ser recebido pelos Estados-Membros da ICAO, bem como pela rede da ICAO de mais de 100 centros de treinamento reconhecidos em todo o mundo, também conhecidos como 'Membros do ITP', o que garante a sustentabilidade do projeto e protege os resultados alcançados.

Em termos de relações com os doadores, o projeto superou os três indicadores chave de desempenho predefinidos: o número de participantes, o número de sessões de treinamento e o número de Estados receptores. Como resultado do fortalecimento das relações com os doadores, a China aprovou outro projeto para o desenvolvimento e entrega um novo curso de Plano Diretor da Aviação Civil.

O projeto apoiou a realização de uma série de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo ODS 1 (Erradicação da pobreza) e ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), proporcionando mais oportunidades de emprego e melhorando os meios de subsistência dos trabalhadores devido a um transporte aéreo mais seguro e eficiente.

Isso também contribuiu muito para aumentar a conectividade e integração dos mercados regionais e internacionais, facilitando o comércio e o turismo. O projeto levou à melhoria do desempenho do setor e ao apoio à segurança alimentar, melhorando a acessibilidade e a movimentação de alimentos e produtos agrícolas perecíveis, suprimentos médicos e *commodities*, que são especialmente importantes em tempos de crise, apoiando os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura sustentável) e 3 (Saúde e Bem-estar). O fornecimento desse treinamento à gestão dos CAAs também apoiou diretamente o ODS 4 (Educação de qualidade), com o objetivo de treinar e capacitar profissionais qualificados e especialistas. O projeto contribuiu diretamente para o ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), pois os projetos de desenvolvimento e melhoria da infraestrutura aeroportuária e de navegação aérea são essenciais para uma melhor implementação dos SARP's da ICAO. Por fim, o projeto é um bom exemplo do ODS 17 (Parcerias e meio de implementação), que reúne diferentes setores da economia na cooperação para o cumprimento da Agenda 2030.

Contato:

Nome: Sra. Thilly de Bodt

Cargo: Diretora de Planejamento Estratégico, Coordenação e Parcerias

Organização: Internacional da Aviação Civil (ICAO)

E-mail: Tdebodt@icao.int

Nome: Sr. Mekki Lahlou

Cargo: Coordenador do Programa TRAINAIR PLUS, de Treinamento de Aviação Global

Organização: ICAO

E-mail: MLahlou@icao.int

NOME DO PROJETO: Desenvolvimento e Entrega do Curso de Treinamento de Gerentes Seniores e Plenos da Aviação Civil

PAÍSES/REGIÕES: Global

INDICADO POR: Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 1.5, 1.a, 2.4, 2.c, 3.d, 4.4, 4.b, 8.1, 8.2, 8.3, 8.9, 9.1, 9.4, 9.5, 9.a, 17.3, 17.6, 17.9

APOIO: Ministério do Comércio da República Popular da China (MCRPC), China Aid

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Escritório de Treinamento de Aviação Global (TAG) de ICAO

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32uPMY4>

Objetivo 4 de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular no Zimbábue

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Tornando a educação básica gratuita uma realidade no Zimbábue - Principais lições do Sul

Desafio

O Parlamento do Zimbábue aprovou a Lei de Emenda da Educação em agosto de 2019, que foi posteriormente sancionada pelo Presidente da República do Zimbábue no dia 6 de março de 2020. A lei agora contém uma ampla gama de reformas para o setor de educação, principalmente com disposições de alinhamento à nova Constituição e às disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança (UNCRC). Algumas das principais mudanças introduzidas são o fornecimento de educação básica gratuita para todas as crianças, desde o desenvolvimento da primeira infância (DPI) até o nível primário e secundário, e roupas higiênicas gratuitas para todas as meninas da quinta à sexta série. Apesar de ter implementado programas semelhantes na década de 1980, considerando o ambiente atual e a evolução dos acontecimentos desde então, a nível nacional e global, o Governo do Zimbábue enfrentou mais um obstáculo na implementação e financiamento dos programas de educação básica gratuita e de vestuário sanitário. A implementação dos programas requer um planejamento cuidadoso e a criação de uma estrutura de financiamento sustentável para garantir benefícios máximos e duradouros para as crianças. Assim, foi necessário que o Zimbábue aprendesse com outros países em contextos semelhantes sobre como estão implementando e financiando as principais disposições sobre educação básica gratuita.

Rumo a uma Solução

Após a aprovação pelo Parlamento do Projeto de Emenda à Educação, o Escritório do Fundo das Nações Unidas para a Educação da Criança (UNICEF) no Zimbábue facilitou e financiou duas visitas de intercâmbio à Zâmbia e Quênia para membros da Comissão Parlamentar da Carteira de Educação Primária e Secundária, durante o período de 13 a 18 de outubro de 2019 e de 20 a 25 de outubro de 2019, respectivamente. Estas visitas foram realizadas no âmbito das iniciativas de cooperação regional Sul-Sul, sob a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e nos quadros estratégicos da União Africana que promovem o desenvolvimento através da aprendizagem ponto a ponto. Oito parlamentares foram acompanhados por um representante do Ministério da Educação Primária e Secundária em cada visita, juntamente com a equipe de Educação e Política Social da UNICEF. Quênia e Zâmbia adotaram a educação básica gratuita anos atrás, e o Parlamento do Zimbábue achou benéfico visitar os dois países e aprender com suas experiências no desenvolvimento e implementação do programa de educação básica gratuita. O objetivo final do intercâmbio foi criar uma plataforma onde os parlamentares de cada país, dada a supervisão de programas governamentais, pudessem interagir e compartilhar conhecimentos e experiências voltadas para a melhoria dos programas de desenvolvimento social na região, como o programa de educação básica gratuita.

Visto que o Zimbábue foi um dos poucos países que faltaram para implementar a educação básica gratuita na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), as visitas de intercâmbio forneceram percepções significativas sobre como outros países implementaram seus programas, os desafios que enfrentaram, os riscos associados e medidas de mitigação que introduziram, bem como as oportunidades que podem surgir para melhorar ainda mais o alcance dos resultados das crianças.

Por meio de lições aprendidas e percepções das visitas de intercâmbio, o Parlamento do Zimbábue defendeu com sucesso sua implementação, mesmo antes de o Presidente ter concordado com o projeto de lei. **Como resultado, o orçamento nacional de 2020 reservou ZWL\$ 400 milhões (US\$ 23 milhões) para**



© UNICEF

a educação e ZWL\$ 200 milhões (US\$ 12 milhões) para o fornecimento de vestuário sanitário gratuito. Além disso, as visitas de intercâmbio também geraram debates sobre a sustentabilidade do programa, incluindo o fortalecimento da capacidade do(s) ministério(s) responsável(eis) e a criação do Fundo de Educação que financiará o programa, conforme informado pelas melhores práticas regionais.

Uma lição importante das duas visitas de intercâmbio foi que os programas regionais emblemáticos são importantes para compartilhar o aprendizado e criar incentivos para maiores esforços no sentido de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2063. A implementação, padronização e sustentabilidade dos programas podem ser realizadas por meio de intervenções como o programa de educação básica gratuita e mecanismos de revisão por pares entre os países, bem como o aprimoramento do monitoramento e supervisão pelos parlamentares. Uma das principais lições aprendidas com essas visitas à medida que Zimbabué começa a implementar a Lei de Educação, é garantir que as medidas adequadas sejam tomadas para evitar interrupções repentinas no sistema educacional, possivelmente tornando o acesso gratuito à educação básica um processo gradual ao invés de instantâneo.

Uma das iniciativas acordadas é implementar mecanismos de re-

visão por pares bem estruturados. Estes poderiam assumir a forma de times de revisão técnica provenientes dos vários parlamentos da região. Por exemplo, poderia haver equipes de revisão técnica para programas de educação, saúde, água, saneamento e higiene (WASH) e proteção social. Os resultados dessas análises poderiam então ser usados como base para melhorar os programas e outras iniciativas regionais de cooperação Sul-Sul e triangular. Isso ajudará muito a garantir que as iniciativas dentro dos países sejam bem focadas e abordem desafios regionais comuns. Como resultado, isso permitirá que a região se mova numa direção mais ou menos semelhante em direção ao cumprimento dos ODS.

Contato:

Nome: Sr. Tawanda Chinembiri

Cargo: Diretor de Política e Pesquisa Social

Organização: Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Zimbábue

E-mail: tchinembiri@unicef.org

Nome: Sr. K. M. Chokuda

Cargo: Representante Oficial

Organização: Parlamento de Zimbábue

E-mail: clerk@parlzim.gov.zw

NOME DO PROJETO: Objetivo 4 de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular no Zimbábue

PAÍSES/REGIÕES: Quênia, Zâmbia, Zimbábue

INDICADO POR: Escritório do Fundo das Nações Unidas para a Educação da Criança (UNICEF)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.1, 4.2

APOIO: UNICEF Zimbábue

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Parlamento de Zimbábue, Ministério da Educação Primária e Secundária, Ministério de Finanças e Desenvolvimento Econômico

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: Não Disponível



Empoderando os Currículos STEM para Meninas da África, Ásia e Pacífico

Estimular a participação feminina em ciência, tecnologia, engenharia e matemática



Desafio

Em todo o mundo, as mulheres são inegavelmente mais propensas do que os homens a terem pouca ou nenhuma educação, e as estatísticas mostram níveis particularmente baixos de participação das meninas em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) em todos os níveis de escolaridade. Apesar de décadas de intervenções de desenvolvimento que enfocam ciência e tecnologia, a lacuna de gênero continua a aumentar nos campos STEM. As intervenções nos países com foco em reformas curriculares que enfatizam os objetivos práticos, sociais, ambientais e globais do STEM, além dos aspectos técnicos, têm demonstrado efeitos positivos sobre a participação feminina. Essas abordagens alteram a pedagogia para permitir o envolvimento prático, a autoaprendizagem e a colaboração, e oferecem exemplos variados de gênero, raça, cultura e classes.

Adquirir conhecimento sobre STEM não é apenas um direito humano básico; é também uma condição crítica para o desenvolvimento sustentável e a cidadania participativa, e para fornecer habilidades para o futuro do trabalho. O envolvimento das mulheres na ciência e tecnologia estimula a inovação e beneficia seu trabalho doméstico e comunitário na agricultura, cozinha, água potável, saneamento e saúde. No entanto, as estatísticas mostram níveis relativamente baixos da participação feminina em STEM na escola e no emprego em todo o mundo. As mulheres representam 33 por cento dos pesquisadores na África e 18 por cento na Ásia e no Pacífico. Diante dessas estatísticas, o sucesso da Malásia ganha destaque. As mulheres constituem mais da metade da população estudantil que estuda tecnologia no ensino superior e uma porcentagem maior no setor de tecnologia da informação e comunicação profissional (TIC).

Rumo a uma Solução

O projeto chamado “Empoderando os Currículos STEM para Meninas da África, Ásia e Pacífico”, teve como objetivo aumentar o conhecimento feminino e o engajamento na educação STEM, fortalecendo sua capacidade de resposta nas questões de gênero. O projeto reuniu quatro países participantes da África (Quênia e Nigéria) e da Ásia e Pacífico (Camboja e Vietnã). O conhecimento e a experiência do Malásia foram essenciais para desenvolver e fortalecer as políticas, currículos e pedagogia STEM existentes nesses países. O projeto pretendia fomentar e construir as capacidades institucionais de vários ministros, tomadores de decisão, elaboradores de currículos, planejadores e educadores, com a perspectiva de projetar e implementar currículos STEM de qualidade e sensíveis à questão de gênero em todo sistema educacional dentro de uma visão holística.

Na esfera deste projeto, foram organizadas 11 atividades em colaboração com vários parceiros locais e internacionais. Os componentes principais incluíram um *workshop* de avaliação de necessidades, atividades no país (diálogo sobre políticas, treinamentos de capacitação, sessões de trabalho, reuniões de consulta), um *workshop* de desenvolvimento de capacidades e o desenvolvimento de ferramentas de treinamento.

Esta iniciativa fez contribuições cruciais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda Educação 2030 para garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover a aprendizagem ao longo da vida para todos.

A implantação da primeira fase foi planejada em colaboração com o Ministério da Educação (MoE) da Malásia; o Centro Regional de Educação em Ciências e Matemática da Organização de Ministros da Educação do Sudeste



© UNESCO

Asiático, vinculado ao Centro Regional de Educação em Ciências e Matemática (SEAMEO–RECSAM); e os escritórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Bangkok, Nairóbi, Hanói e Phnom Penh. Esta colaboração foi indispensável para conectar vários especialistas e garantir o impacto e a sustentabilidade do projeto. Duas atividades foram realizadas para todo o grupo: um *workshop* de avaliação de necessidades e um *workshop* de desenvolvimento de capacidades. Com base no conhecimento e na experiência da Malásia, as equipes nacionais puderam contextualizar sua situação e sugerir ferramentas práticas de treinamento para promover a educação STEM com a perspectiva de gênero em seu país.

Como resultado dessas duas atividades, o Bureau Internacional de Educação (IBE) entregou dois produtos de aprendizagem: *Compartilhando a experiência malasiana na participação de meninas na educação STEM* e *Ferramentas de Formação para Desenvolvimento de Currículo: Um Pacote de Recursos para Educação STEM com Perspectiva de Gênero*. Esses dois documentos foram usados posteriormente como ferramentas chave de treinamento para o *workshop* de desenvolvimento de capacidades e no envolvimento com atividades de outros países. Ao unir suas forças, esses países conseguiram fazer uma análise mais específica para superar os Desafios.

Os dois *workshops* foram organizados pelo MoE da Malásia, SEAMEO–RECSAM e IBE. Os *workshops* engajaram diversos especialistas dos países beneficiários, além de Camarões, Malásia e UNESCO Bangkok. Também compareceram especialistas em currículo internacional e questões de gênero. Com a ajuda deles, cada equipe de cada país produziu uma análise situacional e nacional do STEM e um roteiro para intervenções no país.

Como resultado dessas atividades, cada país participante identificou suas lacunas predominantes, na educação STEM com questões de gênero. Uma vez que as necessidades e prioridades foram definidas, foi realizada uma combinação de diálogo político e *workshops* de desenvolvimento de capacidades. Um pacote de recursos para educação STEM com perspectiva de gênero também foi produzido para ajudar a desenvolver ferramentas adequadas para implementar as modificações. Está estruturado em seis módulos: política, currículo, pedagogia, recursos de ensino e aprendizagem de professores, e questões da comunidade. Os países participantes fizeram progressos notáveis nesse sentido.

Dado o progresso feito, o IBE solicitou uma extensão de 8 meses, sem custos, a fim de garantir a implementação do projeto e os resultados esperados, que o doador aprovou. Além do mais, o Vietnã recolocou a Indonésia como país beneficiário. As parcerias entre países e especialistas garantiram ainda mais o impacto, a sustentabilidade e o monitoramento do projeto.

O grau de compromisso de cada país com uma educação STEM responsiva à questão de gênero, dependia de suas aspirações nacionais e plano educacional, bem como de seu status sociopolítico. Para ajudar os países a identificar a lacuna de gênero nas áreas STEM, eles podem solicitar e participar em políticas e diálogos sobre técnicas e treinamentos de desenvolvimento de capacidade, para reavaliar suas políticas educacionais, currículos, pedagogia, formação de professores e desenvolvimento profissional.

Contato:

Organização: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
E-mail: jakarta@unesco.org

NOME DO PROJETO: Empoderando os Currículos STEM para Meninas da África, Ásia e Pacífico

PAÍSES/REGIÕES: Camboja, Camarões, Quênia, Malásia, Nigéria, Vietnã

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.4, 4.5, 4.7, 5.5, 5-b

APOIO: Fundos Fiduciários da Malásia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNESCO

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2014–2017

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3jrZ7gZ>

Programa ‘Nossos Direitos, Nossas Vidas, Nosso Futuro (O3)’

O maior programa abrangente de educação sexual na África

Desafio

A África Subsaariana abriga 158 milhões de jovens com idades entre 15 e 24 anos, um número que deve aumentar para 281 milhões em 2050. Este dividendo demográfico representa um potencial tremendo, mas corre o risco de descarrilar se não se abordam as barreiras dos jovens à saúde e educação, incluindo HIV, violência sexual e de gênero, gravidez na adolescência e casamento infantil. As jovens mulheres da África enfrentam um risco desproporcionalmente alto de infecção por HIV. Três em cada quatro novas infecções por HIV entre as pessoas de 15 a 19 anos são entre mulheres jovens e sete em cada dez mulheres jovens não têm um conhecimento abrangente sobre HIV. A gravidez precoce e indesejada e a violência de gênero representam sérias barreiras à saúde e ao direito à educação dos jovens. Investir na educação e saúde dos adolescentes e dos jovens é de importância fundamental para que os mesmos tenham seus direitos à saúde, ao bem-estar, à educação e à participação plena e igualitária na sociedade.

Rumo a uma Solução

O Programa ‘Nossos Direitos, Nossas Vidas, Nosso Futuro (O3)’ da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) busca melhorar os resultados da saúde sexual e reprodutiva, gênero e educação para adolescentes e jovens da África Subsaariana, através de reduções sustentadas em novas infecções por HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e indesejada, e violência de gênero. É o maior programa abrangente de educação sexual na África Subsaariana, cobrindo 33 países, com um orçamento superior a US\$ 45 milhões, com contribuições financeiras da França, Irlanda, Noruega, Suécia e Fundação Packard.

O programa com duração de cinco anos (2018–2022) espera atingir 24.9 milhões de alunos em 72 mil escolas primárias e secundárias e 51 mil professores em formação e 402 mil em serviço. Além disso, espera atingir 30.5 milhões de pessoas (pais, responsáveis, líderes religiosos e jovens fora da escola) por meio de atividades de engajamento comunitário e 10 milhões de jovens por meio de plataformas sociais e novas mídias.

O Programa adotou uma abordagem inovadora de um sistema de três níveis de país: ‘países de aceleração’, ‘países em foco’ e ‘países em rede’. Esta abordagem de três níveis possibilita a transferência de conhecimento e experiência entre os países, permitindo que eles aprendam uns com os outros. O intercâmbio é facilitado por meio da Plataforma Regional de Aprendizagem, visitas de intercâmbio e reuniões presenciais. A plataforma *on-line* de aprendizagem de Educação Sexual Abrangente (CSE), facilita o intercâmbio de conhecimento em todos os países que implementam o Programa O3. A plataforma tem uma biblioteca digital com vários recursos e documentos sobre CSE, incluindo estruturas CSE, currículos e materiais de ensino e aprendizagem que podem ser acessados pelo governo e principais interessados.

O Programa coloca os jovens no centro - com foco específico nas mulheres jovens. Por esse motivo, embora se concentre na educação sexual integral e no acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, também integrou uma abordagem mais ampla que aborda a prevenção da violência nas escolas e do casamento infantil, bem como um maior fortalecimento da saúde escolar.

A UNESCO garante a sustentabilidade construindo e sustentando o domínio do Programa, esta-

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



© UNESCO

belecendo mecanismos para que ele seja conduzido pelos ministérios da educação e da saúde, desde os níveis nacionais até os descentralizados.

Uma característica fundamental deste Programa é o seu apoio à incorporação da CSE nas políticas e estratégias para garantir que seja institucionalizada como uma prioridade planejada e orçada, em vez de criar dependência de assistência externa. A sustentabilidade da CSE é ainda garantida através do conhecimento e capacitação de professores, desenvolvedores de currículos, diretores de escolas e inspetores. A incorporação de indicadores específicos sobre a oferta de educação sexual abrangente nos Sistemas de Informação de Gestão da Educação, garantirá que os dados sejam coletados anualmente e usados para o planejamento. Construir as capacidades dos jovens e das comunidades para atuarem como defensores, garante o apoio de longo prazo para uma educação sexual abrangente.

O Programa O3 baseia-se no Compromisso Ministerial de 2013 sobre educação sexual abrangente e serviços de saúde sexual e reprodutiva para adolescentes e jovens da África Oriental e Austral (ESA). Através deste programa, a UNESCO está apoiando a África Ocidental e Central na replicação do sucesso da ESA.

Em 2019, a UNESCO, em colaboração com parceiros, iniciou um processo de desenvolvimento de uma Estratégia Continental de Educação em Sexualidade para a União Africana. Para garantir uma resposta mais abrangente à oposição crescente à CSE, decidiu-se rebatizá-la como 'Estratégia Continental de Educação para a Saúde e Bem-estar para Adolescentes e Jovens em África'. O objetivo da Estratégia é garantir que todos os jovens adquiram os conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes permitem levar uma vida saudável e plena, tomar decisões informadas e responder aos desafios locais e globais.

Resultados do programa:

- A campanha 'Vamos Conversar!' foi lançada, convidando os campeões de modelos positivos da ESA a se envolverem em conversas sobre as causas e consequências da gravidez precoce e indesejada e suas soluções.

- Para países de língua Francesa na África Subsaariana, o programa desenvolveu um aplicativo móvel chamado *Hello Ado*, que fornece informações, interação ponto a ponto e serviços de CSE.
- O Programa desenvolveu um pacote de treinamento de professores em serviço, que pega emprestado desde módulos de treinamento de professores existentes para a região da ESA e incorpora novos elementos que fornecem uma oportunidade para os professores praticarem o ensino de CSE, num ambiente simulado antes de chegarem à sala de aula e para receber retorno imediato. Em 2019, mais de 24.000 professores em serviço foram treinados.
- Uma ferramenta baseada em currículo para lidar com a violência de gênero relacionada à escola (SRGBV), Conecte-se com Respeito, desenvolvida para a região da Ásia-Pacífico, foi personalizada e testada em Eswatini, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue para gerar evidências e informar a adaptação da ferramenta ao contexto ESA, e desenvolver recursos contextual e culturalmente adequados para escolas sobre SRGBV e gestão. Este é um exemplo de como este Programa utilizou as ferramentas disponíveis em vez de duplicar as existentes.
- A UNESCO desenvolveu um manual de comunicação entre pais e filhos (PCC) que fornece informações aos pais sobre sexualidade adolescente e saúde reprodutiva, facilitando conversas honestas entre eles e os jovens adolescentes.

Contato:

Nome: Sr. Chris Castle

Cargo: Diretor da Seção de Saúde e Educação

Organização: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

E-mail: c.castle@unesco.org

Nome: Sr. Patricia Machawira

Cargo: Oficial Sênior de Projeto Nacional

Organização: UNESCO Harare

E-mail: p.machawira@unesco.org

NOME DO PROJETO: Programa 'Nossos Direitos, Nossas Vidas, Nosso Futuro (O3)'

PAÍSES/REGIÕES: 33 países da África Subsaariana

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.3, 3.7, 4.7, 5.6, 16.1

APOIO: Governos de Irlanda, França, Noruega, Suécia e a Fundação Packard

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Governos de 33 países da África Subsaariana, Comunidades Econômicas Regionais (SADC e EAC), redes de jovens e organizações da sociedade civil

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2022

SITE DO PROJETO: cse-learning-platform-unesco.org

Redução da Pobreza entre os Jovens de Camboja: Desenvolvendo Conjuntos de Habilidades para Jovens Voluntários para Aumentar a Empregabilidade

Criando oportunidades adicionais para os jovens cambojanos desenvolverem habilidades, intercambiarem experiências e melhorarem as oportunidades de emprego por meio do trabalho voluntário

Desafio

No Camboja, os jovens (com menos de 25 anos) constituem a maioria da população, com 20,6 por cento entre as idades de 15 e 24 anos. Embora essa tendência demográfica crie oportunidades, também existem alguns desafios. Um dos maiores desafios socioeconômicos do condado é criar oportunidades de emprego decente e produtivo para cerca de 300 mil novos ingressantes no mercado de trabalho todos os anos, garantindo que os jovens tenham acesso a habilidades, educação de qualidade e treinamento empresarial.

A aquisição de competências transferíveis melhorará o acesso a oportunidades de emprego para os jovens. Para aproveitar as vantagens da Comunidade Econômica da ASEAN e do fluxo livre de mão de obra qualificada em negócios específicos, o Camboja deve capitalizar rapidamente em sua população jovem e dividendo demográfico. A melhoria das competências também foi identificada como o maior desafio do país para a expansão comercial.¹

Rumo a uma Solução

Financiado pelo Brasil, Índia e África do Sul (Fundo IBAS), o projeto 'Redução da Pobreza entre os Jovens de Camboja: Desenvolvimento de Conjuntos de Habilidades para Jovens Voluntários para Aumentar a Empregabilidade' foi liderado pelo programa Voluntários das Nações Unidas (UNV) e implementado em parceria com o Ministério da Educação, Juventude e Esporte do Camboja (MoEYS). O objetivo do projeto é aumentar a capacidade dos jovens cambojanos de desenvolver habilidades e encontrar trabalho decente por meio do voluntariado, bem como reduzir a pobreza, contribuindo para seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento econômico de seu país.

A metodologia seguiu uma abordagem participativa desde a concepção até a implementação. O Governo conduziu consultas nacionais com as principais partes interessadas dos setores público e privado, academia, organizações da sociedade civil e as Nações Unidas, a fim de elaborar um projeto com uma abordagem holística. O projeto foi dividido em três objetivos para:

- fortalecer a capacidade nacional de criar um ambiente político favorável para o voluntariado e seu reconhecimento; para
- promover o engajamento e inclusão de jovens vulneráveis no voluntariado como meio de desenvolver habilidades empregáveis; e focar em
- defesa, informação e monitoramento para implementar mecanismos de gestão voluntária.

Promovendo a transferência de conhecimento entre os países, a equipe do projeto recebeu 16 voluntários locais de países do Norte e do Sul, incluindo Camboja, China, Índia, República da Coreia e Tailândia, e mobilizou 2.400 jovens voluntários locais². Dos 16 voluntários locais, 11 são voluntários nacionais de Camboja e 6 são mulheres.

1 *Estratégia de Integração Comercial de Camboja 2014–2018 (Phnom Penh, 2014).*

2 *Nimul Chun, relatório final de avaliação do projeto: redução da pobreza entre os jovens no Camboja – desenvolvimento de conjuntos de habilidades de voluntários jovens para aumentar a empregabilidade(2020)*



Um voluntário da China contribuiu com sua experiência em tecnologia de informação e comunicação para construir a plataforma online 'Jovens Voluntários para o Camboja', por meio da qual centenas de jovens têm acesso a informações e oportunidades de voluntariado.

A plataforma online 'Jovens Voluntários para o Camboja' é administrada pelo MoEYS. Embora ainda incipiente, continuará beneficiando milhares de jovens em todo o país, o que evidencia os impactos sustentáveis do projeto.

As atividades do projeto inovador incluíram uma avaliação dos centros juvenis, a iniciativa piloto 'Voluntariado para Serviço Comunitário', o programa piloto 'Voluntariado para o Empreendedorismo Social', atividades de voluntariado juvenil e empregabilidade, viagens de estudo e visitas de jovens indianos a Camboja, o programa piloto 'Voluntariado durante o feriado escolar nacional', um Dia Internacional do Voluntário, um fórum nacional sobre voluntariado e sessões de divulgação de voluntariado juvenil. Além disso, ocorreram atividades relacionadas com *workshops* temáticas, Dia nacional do Empreendedorismo e *Dream Magazine*.

Por meio do projeto, foram alcançados 14.172 participantes. Eles participaram de vários programas de voluntariado que os equiparam com habilidades transferíveis em comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe, apresentação, liderança, gerenciamento de tempo e mobilização de recursos.

Para garantir a sustentabilidade, o projeto foi integrado ao Programa Conjunto das Nações Unidas para o Emprego de Jovens em Camboja. O UNV apoiou atividades de intercâmbio de conhecimento sobre empoderamento de jovens, em colaboração com o MoEYS e com o apoio da Coordenadoria Residente e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Na implementação do programa, o MoEYS fortaleceu suas capacidades, particularmente em centros juvenis provinciais. Em 2019, a iniciativa 'Voluntário para Minha Comunidade' foi transformada numa iniciativa do governo e está sendo implementada em 12 províncias do Camboja. Beneficiou mais de 200 jovens voluntários que prestaram assistência às comunidades, incluindo 2.396 jovens, dentro e fora da escola.

O Governo contribuiu com US\$ 85.400 para a iniciativa 'Voluntário para Minha Comunidade' para treinamento e monitoramento, e as comunidades locais em cada província também forneceram apoio, com um total estimado de US\$ 38.912.

O Governo já se comprometeu a aumentar a iniciativa para atingir 17 províncias em 2020.

O intercâmbio de conhecimento Sul-Sul permitiu aos participantes trocarem experiências na implementação do projeto com contrapartes em outros países em desenvolvimento. O projeto foi muito elogiado pelos quatro países participantes (China, Índia, República da Coreia e Tailândia) que realizaram programas de intercâmbio durante o período do projeto. Ele aproveita o valor único do voluntariado para fornecer soluções para os países que enfrentam os desafios de uma crescente população jovem. O voluntariado é uma importante ferramenta de educação e treinamento para aumentar a empregabilidade dos jovens, e os esforços voluntários dos jovens beneficiam tanto as pessoas da comunidade quanto as instituições interessadas envolvidas no processo. As intervenções do projeto ajudaram os jovens a atingir seu potencial plenamente. De acordo com uma pesquisa online com 137 jovens voluntários, 52 deles (38 por cento) estavam empregados no final do período do projeto. Entre esses 52 voluntários, 79 por cento sentiram que haviam recebido seu trabalho como resultado de terem participado das atividades voluntárias do projeto. Além de melhorar a empregabilidade, uma pequena mas significativa minoria de voluntários indicou que haviam se tornado líderes enquanto trabalhavam com as comunidades. Por fim, a organização e o ambiente do projeto eram robustos e flexíveis, permitindo uma resposta imediata aos Desafios à medida que surgiam.

Contato:

Nome: Sr. Shalina Miah

Posição: Gerente Regional para Ásia e Pacífico

Organização: Voluntários das Nações Unidas (UNV)

E-mail: shalina.miah@unv.org

Nome: Sr. Rafael Martinez

Posição: Especialista em Desenvolvimento de Parcerias

Organização: Voluntários das Nações Unidas (UNV)

E-mail: rafael.martinez@unv.org

NOME DO PROJETO: Redução da Pobreza entre os Jovens de Camboja: Desenvolvendo Conjuntos de Habilidades para Jovens Voluntários para Aumentar a Empregabilidade

PAÍSES/REGIÕES: Brasil, Camboja, Índia e África do Sul

INDICADO POR: Ministério da Educação, Juventude e Esporte do Camboja

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.4, 8.6, 17.6, 17.17, 17.18

APOIO: Programa Índia, Brasil e África do Sul para o Combate à Pobreza e à Fome (Fundo IBSA), administrado pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Programa Voluntários das Nações Unidas (UNV)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3lJrQWY>

Liderança Escolar na América Latina e Caribe

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Obter clareza e consenso sobre o papel e as responsabilidades dos diretores das escolas e suas equipes de gestão na melhoria dos resultados de aprendizagem

Desafio

A República Dominicana e a Guatemala são dois dos países com pior desempenho em avaliações regionais de aprendizagem, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Dada a crise de aprendizagem, os governos desses países estão tomando medidas para melhorar a eficácia de seus sistemas educacionais. Para elevar o nível de aprendizagem dos alunos, há evidências de que a liderança e a gestão escolar são fundamentais para a criação de um ambiente de aprendizagem propício. O Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2018 destaca os papéis importantes desempenhados pela gestão e liderança escolar para catalisar mudanças e apoiar a aprendizagem dos alunos. O desafio de desenvolvimento que enfrenta tanto a República Dominicana quanto a Guatemala, é um conhecimento técnico insuficiente para desenvolver profissionalmente diretores e líderes de escolas em face de uma crise de aprendizagem.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar o desafio acima, o Banco Mundial facilitou um intercâmbio de conhecimento com Brasil, Chile, Colômbia e México, o que permitiu à Guatemala e à República Dominicana aprender com as experiências e conhecimentos desses países que foram notoriamente bem-sucedidos em superar desafios semelhantes em seus sistemas educacionais.

O objetivo do intercâmbio foi ajudar a República Dominicana e a Guatemala a fortalecer suas capacidades nas seguintes áreas:

- definir o papel do diretor na escola, de suas equipes, e dos recursos disponíveis para melhorar o aprendizado dos alunos;
- desenvolver programas de treinamento prático que ajudem a melhorar o desempenho e os resultados do chão;
- integração dos programas de formação de diretores e líderes de escolas com as atividades dos professores;
- explorar maneiras de aumentar o papel pedagógico dos diretores na formação de professores e na prática em sala de aula.

Um *workshop* de intercâmbio de conhecimento foi realizado em novembro de 2018 em Santo Domingo, República Dominicana. Ele forneceu um fórum importante para debater e promover a compreensão das partes interessadas sobre o papel e as responsabilidades dos diretores e líderes de escolas. O *workshop* gerou grande interesse de outros países da região, cuja participação e experiências enriqueceram o intercâmbio de conhecimento. No total, o *workshop* contou com a presença de representantes de 10 países, nomeadamente Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana (a anfitriã), Guatemala, México, Paraguai, Uruguai e Estados Unidos.

O *workshop* serviu de referência para futuras atividades semelhantes na região, particularmente sobre como implementar reformas destinadas a desenvolver profissionalmente a liderança escolar e melhorar os resultados da aprendizagem.

Os principais temas discutidos durante outras sessões do *workshop* incluíram:

- principais reformas da estrutura de carreira - com foco nas experiências da Argentina, República Dominicana e México;
- formas diferentes e práticas em que alguns países navegaram em sua economia política durante suas reformas - com foco nas experiências da Argentina e do México;
- formas de reforçar a gestão pública e a implementação de programas de educação contínuas - com foco nas experiências do Brasil e da Colômbia;
- métodos para melhorar a gestão de escolas com inclusão, equidade e qualidade - com foco nas experiências da Argentina;
- capacitação para formar educadores eficazes - com foco nas experiências do Chile, Guatemala, Paraguai e Uruguai.

As sessões do painel examinaram as políticas atuais de gestão escolar na região e seus benefícios e deficiências. Essas sessões foram seguidas por discussões entre pares para compartilhar ideias sobre maneiras de fortalecer as políticas existentes e desenvolver novos programas. Além disso, durante o segmento de introdução do *workshop*, Melissa Adelman, Economista Sênior da Prática Global de Educação do Banco Mundial, apresentou os resultados de um estudo regional do WB [Banco Mundial] sobre gestão em educação e compartilhou tendências gerais no trabalho de diretores de escolas na região de LAC. Melissa Adelman também apresentou estatísticas sobre o uso do tempo e a autonomia dos diretores e cotas de trabalho administrativo em toda a região. Essas descobertas foram um recurso importante para reflexão e discussão durante o *workshop*.



© World Bank

Resultados

Novos conhecimentos

A República Dominicana e a Guatemala se beneficiaram enormemente com a riqueza de conhecimentos e experiências compartilhadas pelos profissionais dos países participantes. Conhecimentos críticos foram obtidos sobre como desenvolver efetivamente a definição de papéis e responsabilidades para diretores de escolas por meio da construção de consenso. Alguns exemplos de novos conhecimentos adquiridos incluem jeitos eficazes de treinar diretores de escolas para se tornarem agentes de mudança e maneiras de colaborar com sindicatos de professores para melhorar os resultados da aprendizagem.

Habilidades aprimoradas

Os participantes foram expostos a diferentes abordagens na formação profissional e gerencial para diretores de escolas. As abordagens incluíram: cursos de gestão executiva; práticas de ensino eficazes; o estabelecimento de culturas facilitadoras de aprendizagem; ferramentas para monitorar o progresso da aprendizagem dos alunos; desenvolvimento por meio de observação e monitoramento; e jeitos de medir e fortalecer as habilidades de liderança usando abordagens qualitativas e quantitativas.

Conectividade aprimorada

O *workshop* regional forneceu oportunidades para os participantes de trabalhar em rede e interagir com seus pares e contrapartes da América Latina e do Caribe. Além das sessões formais, as discussões e o compartilhamento de preocupações e interesses técnicos continuaram entre os participantes, palestrantes convidados e membros da equipe do Banco Mundial. Os participantes, especialmente de Guatemala, Paraguai e Uruguai, expressaram interesse em nome de seus países em sediar *workshops* semelhantes no futuro.

Ações novas e aprimoradas

A sessão de fechamento do *workshop* proporcionou um fórum ideal para o Ministro da Educação da República Dominicana lançar um novo e inovador programa de treinamento de diretores. Este programa modular combina formatos online e presenciais e cobre as seguintes habilidades e qualidades cruciais - liderança, integridade, pensamento crítico, comunicação eficaz, gestão baseada em resultados e saber como melhorar os resultados da aprendizagem. Embora o programa de treinamento tenha sido elaborado antes do intercâmbio de conhecimento, sua implementação provavelmente se beneficiará do conhecimento e boas práticas compartilhadas neste *workshop*.

A equipe de trabalho de Prática Global de Educação do Banco Mundial para

projetos de educação na República Dominicana e na Guatemala, compartilhou suas ideias para um intercâmbio regional de conhecimento com outras equipes de Prática Global de Educação do Banco Mundial na região, bem antes das datas propostas. Isso possibilitou que as equipes de trabalho da LAC Educação alcançassem seus respectivos países homólogos e avaliassem seu interesse em participar. Como resultado desse contato com o cliente, foi gerado um interesse mais amplo no intercâmbio de conhecimento regional, com mais países do que o esperado confirmando entusiasticamente sua participação. A adesão de mais países enriqueceu a qualidade das sessões e da aprendizagem entre pares e proporcionou uma variedade mais ampla de boas práticas e experiências para compartilhar.

O intercâmbio de conhecimento serviu como uma plataforma eficaz para compartilhar experiências e inspirar os participantes a considerar novas estratégias e abordagens que podem ser implementadas pelos ministérios da República Dominicana e da Guatemala. A aplicação do amplo conhecimento adquirido pode ajudar a melhorar os resultados da aprendizagem e fortalecer as capacidades de liderança escolar. Espera-se que esse intercâmbio de conhecimento contribua positivamente para a implementação de projetos de reforma educacional na República Dominicana e na Guatemala.

O intercâmbio de conhecimento inspirou um interesse renovado no desenvolvimento profissional de dirigentes na Colômbia, Guatemala e Paraguai. **Nestes três países, os Ministérios da Educação entraram em contato com o Banco Mundial para discutir mais fundo um possível apoio para reformar ou renovar suas estratégias de treinamento de diretores da escolas.** Uma reunião entre a equipe de Prática Global de Educação do Banco Mundial e seus homólogos da Colômbia foi feita. A Colômbia está considerando possíveis maneiras de incorporar temas-chave da troca de conhecimento num novo projeto. Além disso, a direção do Instituto Superior de Formação Docente Salomé Ureña (ISFODOSU, Instituto Superior de Formação de Professores) da República Dominicana manifestou interesse em continuar o diálogo entre os países. A ISFODOSU está explorando a possibilidade de estabelecer um grupo de trabalho técnico para melhorar a implementação de políticas e reformas.

Contato

Nome: Sr. Laurent Porte

Cargo: Gerente de Programa do Escritório Sul-Sul

Organização: Banco Mundial

E-mail: lporte@worldbank.org

NOME DO PROJETO: Liderança Escolar na América Latina e Caribe

PAÍSES/REGIÕES: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Guatemala, México, Paraguai, EUA e Uruguai

INDICADO POR: Banco Mundial

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.1, 4-c, 17.9

APOIO: Facilidade Sul-Sul Banco Mundial

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério de Educação e Educação Superior para Treinamento de Professores (Instituto Superior de Formação Docente Salomé Ureña - ISFODOSU) da República Dominicana, o Ministério de Educação de Guatemala, o Ministério de Educação da Provença de Salta, Argentina, Instituto Unibanco, Brasil, APTUS, Chile; a Diretoria de Educação da Cidade de Bogotá, Colômbia, o Ministério de Educação de México, e a Rede de Escolas Incomuns dos Estados Unidos

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3gCX3Rp>



Projeto *Rangeet*: Empoderando a Próxima Geração de 'Super-heróis'

Treinando professores do ensino fundamental por meio de uma plataforma digital interativa multilíngue

Desafio

Um dos maiores problemas em muitos países em desenvolvimento é que a educação não acadêmica não é valorizada nem desenvolvida de maneira adequada. Visto que a aprendizagem social, emocional e sustentável também não é desenvolvida da forma pensada, ela não é valorizada pelos educadores. Além disso, faltam métodos e recursos que mantenham níveis consistentemente elevados de engajamento da criança e entusiasmo do professor. Devido à inacessibilidade das crianças a ferramentas bem organizadas e mensuráveis, elas são incapazes de se prepararem para se adaptarem a este mundo em mudança acelerada e devido à sua incapacidade de identificar as prioridades e desenvolver as políticas necessárias, educadores e administradores são incapazes de identificar e medir o impacto dos resultados em escala de maneira oportuna e imparcial.

Rumo a uma Solução

O Projeto *Rangeet* acredita que as escolas têm um imperativo moral de ensinar, monitorar e avaliar a aprendizagem social, emocional e de sustentabilidade.

Para responder a este desafio, em 2014, uma colaboração entre *Mach One* e *Music in Measures* inspiraram o desenvolvimento do Projeto *Rangeet*. Este projeto é uma plataforma para “ensinar o professor” destinada às crianças da escola primária e com foco na identidade própria, na sociedade e na sustentabilidade. O programa usa narrativas, música e arte para incentivar o envolvimento e transmitir mensagens importantes às crianças sobre justiça social e de conscientização sobre questões urgentes que a humanidade enfrenta.

O conteúdo é entregue por meio de um aplicativo móvel com ferramentas que medem o impacto em escala, permitindo que todas as crianças participantes aprendam habilidades do século 21. Os planos de aula em vários idiomas para professores, são usados para entregar o currículo do Projeto *Rangeet* para crianças da escola primária. O treinamento é realizado presencialmente, via VTC e amostras do conteúdo disponível no aplicativo. O currículo é organizado em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e categorizado em três segmentos de educação: Identidade, Sociedade e Sustentabilidade, que são posteriormente agrupados em módulos; cada módulo tem de 8 a 10 aulas de 50 minutos cada um.

Embora existam outros programas de aprendizagem emocional e social, eles não identificaram o que funciona com a psicologia de crianças em escolas primárias. A *Rangeet* usa metodologias comprovadas que funcionam nessas salas de aula, com cada módulo incluindo Inteligências Múltiplas de Howard Gardner. O conteúdo, que inclui instruções minuto a minuto sobre como executar uma aula de *Rangeet* e ferramentas que medem o impacto em tempo real e em escala, permite a inclusão de habilidades do século 21 no boletim escolar de cada criança. O aplicativo reconhece e recompensa professores, crianças, pais e comunidades com *tokens* resgatáveis (chamados de *SuperPowers*) por ensinar aulas de *Rangeet*, cocriar conteúdo e promover a plataforma. Por exemplo, os participantes em Bangladesh são recompensados com *SuperPowers* que podem ser resgatados por descontos em livros, compras e recarga de celular.

O projeto foi testado em Bangladesh em mais de 50 escolas, alcançando 2.000 alunos, primeiro nas escolas BRAC e, em seguida, nas escolas primárias do governo (GPS).



Os resultados da implantação do projeto indicaram uma mudança positiva no conhecimento, atitude e comportamento dos alunos do BRAC e GPS em vários aspectos sociais incorporados nos módulos. Os dados revelaram que os alunos do grupo experimental apresentaram comportamento e perspectivas positivas e consciência sobre as questões sociais visadas. Este

projeto trouxe esperança explícita de que as mudanças de atitude e comportamento em questões sociais podem ser alcançadas entre crianças pequenas num ambiente de aprendizagem alegre e experiências de ensino-aprendizagem interativas. As questões sociais diversificadas e variadas emergentes em todo o país indicam a urgência de mais desses programas.

Além disso, os resultados indicaram que os alunos tiveram um melhor desempenho em todos os aspectos das atividades do Projeto *Rangeet* após participarem das sessões. Este projeto piloto provou que soluções para questões complexas como discriminação, diversidade, empatia e *bullying* podem ser ensinadas a crianças mas jovens usando uma metodologia de ensino-aprendizagem interativa e fácil.

A entrega baseada em aplicativo e medição distribuída combinadas com rotações de reforço positivo, expandem a área de superfície de

impacto da plataforma. Isso garante a sustentabilidade, escalabilidade e replicabilidade do Projeto *Rangeet*. A flexibilidade dos educadores e formuladores de políticas para introduzir a Aprendizagem Social, Emocional e de Sustentabilidade no sistema de ensino regular é necessária para replicar essa iniciativa em outros países.

O Projeto *Rangeet* tem trabalhado com *Global Indian International Schools* (GIIS), *Laya Resources* (Índia), *Aangan Trust* (Índia) e *Child Rights and You* (Índia). Essas organizações estão implementando o projeto em diferentes instituições de ensino e apoiando o desenvolvimento de conteúdo. O Projeto *Rangeet* espera agora expandir-se na Índia, Afeganistão, Butão e Nepal. Devido ao COVID-19, alguns projetos estão em espera, mas há planos para lançar esta iniciativa de expansão de forma virtual nos países parceiros.

Contato:

Nome: Sr. Simran Mulchandani

Posição: Sócio Fundador, Projeto *Rangeet*

Organização: Desenvolvimento de Negócios e Estratégias

Email: simran@projectrangeet.com

WhatsApp: +91 98336 32199

NOME DO PROJETO: Projeto *Rangeet*: Empoderando a Próxima Geração de 'Super-heróis'

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, Índia (os próximos 12 meses: Butão, Malásia, Nepal, Cingapura, Tailândia, Vietnã)

INDICADO POR: Rede Sul-Sul para Inovação no Serviço Público (SSN4PSI), Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 5.1, 5.3, 5.b, 5.c

APOIO: BRAC (Bangladesh), a2i Bangladesh; em conversas com várias entidades governamentais e organizações não governamentais (ONGs) da Índia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: BRAC (Bangladesh), Departamento de Educação Primária (Bangladesh), *Global Indian International Schools* (GIIS) (Índia, seguido por outros locais na Ásia), *Laya Resources* (Índia), *Aangan Trust* (Índia), *Child Rights and You* (Índia)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2014 – em andamento

SITE DO PROJETO: www.projectrangeet.com



Contendo o Casamento Infantil Usando a Tecnologia

Contendo o casamento infantil, combatendo a violência contra mulheres e crianças e disponibilizando informações com apenas um telefonema



Desafio

De acordo com o relatório de situação da População Mundial de 2019 do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 59 por cento de todos os casamentos em Bangladesh em 2016–2017 foram com meninas adolescentes. Apesar dos esforços dos setores público e privado para reduzir a taxa de casamento infantil, ela ainda é a mais alta do Sul da Ásia e ocupa a quarta posição globalmente. Além disso, cerca de 65 por cento dos cidadãos do país não usam ou acessam a Internet, não têm os meios de obterem informações sobre os serviços do governo, relatar problemas sociais e fornecer retorno sobre os serviços públicos que recebem. Essas populações desfavorecidas são as principais vítimas do casamento infantil, pois não têm acesso a diferentes meios de comunicação que promovem campanhas de conscientização sobre casamentos infantis e não sabem como obter ajuda do governo para combater este flagelo.

Rumo a uma Solução

Para resolver este desafio, o *Programa Aspire to Innovate (a2i)* introduziu o 333 – Linha de apoio nacional para informações, serviços e reparação de reclamações (a linha de apoio nacional 333). Foi inaugurado em 12 de abril de 2018. Hoje, em Bangladesh, com um único telefonema para a linha de apoio nacional 333, é possível coibir o casamento infantil, prevenir a violência e outros crimes contra mulheres e crianças e receber informações e serviços do governo podem ser alcançados.

Esta linha de apoio é totalmente capaz de garantir de forma eficiente informações, serviços, reparação de reclamações e serviços de consultoria para cada cidadão, o que reduz o tempo, o custo e as visitas (TCV) dos cidadãos. Em particular, a Linha de Apoio 333 desempenha um papel importante na redução da taxa de casamento precoce em Bangladesh, salvando meninas menores desse problema social e fornecendo-lhes apoio administrativo para que possam continuar seus estudos.

Essa plataforma tem os seguintes objetivos:

- reduzir a taxa de casamento infantil, o abuso verbal e sexual e a violência contra as mulheres para preparar o caminho para o empoderamento das mulheres;
- fornecer apoio administrativo para aumentar a compreensão dos pais de adolescentes sobre o valor da educação continuada e os perigos do casamento na adolescência precoce;
- garantir o acesso de cidadãos vulneráveis a informações governamentais e números de contato de emergência de instituições governamentais, representantes públicos e funcionários do governo;
- implementar um Sistema de Reclamação do Cidadão para lidar com qualquer reclamação, retorno ou sugestões sobre os serviços do governo e para fornecer serviços de consultoria.

A iniciativa oferece uma combinação de abordagens e metodologias que envolvem um estudo de base sobre a situação socioeconômica de gênero, uma estratégia de parceria público-privada, a adoção de ferramentas técnicas, o desenvolvimento da plataforma de sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS), desenvolvimento de conteúdo, capacitação, compartilhamento de conhecimento, cooperação e coordenação, entre outros.

O governo se associou à *Robi*, uma experiente operadora de telefonia privada, para o suporte técnico, e à *Genex Infosys Ltd.*, uma provedora líder de serviços de atendimento, para garantir a operação da linha de apoio 333.



© Programa a2i

A a2i garante que as operações da linha de apoio sejam integradas com todos os ministérios, divisões e diretorias e, em particular, com agências públicas e privadas que trabalham para prevenir todas as formas de violência contra mulheres e crianças. a2i também garante o desenvolvimento regular da capacidade dos prestadores de serviços. Depois de receber uma ligação sobre um casamento infantil iminente, a ligação é direcionada à autoridade em questão, que toma medidas imediatas para interromper o casamento. A Divisão de Gabinete de Bangladesh monitora regularmente se as reclamações recebidas são devidamente investigadas e resolvidas.

A iniciativa a2i aborda o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 (Igualdade de Gênero) e está alinhada com as metas 5.1, 5.2, 5.3, 5.b e 5.c. Oferece um serviço inclusivo para todas as meninas menores de idade em todo o país, com ações legais para impedir seus casamentos forçados ou qualquer assédio ou violência contra elas, e as incentiva a continuar seus estudos apesar da discriminação social. Até o momento, 37 por cento do total de chamadas feitas para a linha de apoio 333 são feitas por mulheres cidadãs do país. **De abril de 2018 a janeiro de 2020, com sua ajuda, um total de 4.803 casamentos infantis foram interrompidos e 2.892 denúncias de violência contra mulheres e crianças resolvidas. A maioria das meninas que escaparam do casamento infantil continuam seus estudos após conseguir convencer suas famílias sobre a necessidade de se tornarem trabalhadoras qualificadas para o futuro.**

Também aborda o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes), metas 16.2, 16.5, 16.7 e 16.10, fornecendo informações e serviços governamentais transparentes a mais de 4.2 milhões de cidadãos e atendendo a reclamações sobre mais de 17 mil crimes sociais. Além disso, essa linha de apoio gerou uma economia de 1.6 milhão de pessoas por dia, US\$ 25.6 e 4.2 milhões de visitas de cidadãos para obter informações e serviços do governo e para denunciar crimes sociais.

Nesse curto período de operação, a Linha de apoio 333 tornou-se

uma iniciativa sustentável.

Uma parceria público-privada foi estabelecida para construir o ecossistema de todos os níveis operacionais. Esta plataforma não depende de nenhuma outra infraestrutura para operar seu sistema. A integração da linha de apoio pela Divisão de Gabinete com o monitoramento central do Sistema de Ressarcimento de Reclamações (GRS) de Bangladesh melhorou a eficácia e a força deste último. Isso permite que os cidadãos recebam auxílio do Poder Público para resolver diversos problemas sociais e também recebam os serviços públicos com o TCV mínimo. Além disso, esta plataforma não precisa utilizar nenhum recurso adicional para avançar em sua operação. O sucesso da Linha de apoio 333 também garante a disponibilidade de um fundo governamental para a sustentabilidade financeira.

Esta plataforma é altamente replicável em todo o mundo. Recentemente, a Região Autônoma de Bangsamoro de Mindanao Muçulmano (BARMM), Filipinas, tem demonstrado interesse em replicar esta iniciativa em sua região. Países como Chade, Índia, Mali, Nepal e Níger, com uma alta porcentagem de casamento infantil, também podem se beneficiar significativamente com o estabelecimento de uma plataforma semelhante em seu próprio país. As seguintes condições precisam ser atendidas para garantir sua replicabilidade: financiamento governamental adequado; parcerias público-privadas; propriedade do governo; monitoramento regular pelo governo; desenvolvimento da plataforma CMS/GRS; integração com agências público-privadas relevantes; adoção de ferramentas técnicas; e desenvolvimento de capacidade de provedores de serviços.

Contato:

Nome: Sr. Mohammad Ashraful Amin

Cargo: Secretário Adjunto e Especialista *e-Service* do Programa *Aspire to Innovate* (a2i)

E-mail: ashraful.amin@a2i.gov.bd

Telefone: +8801720221111

NOME DO PROJETO: Contendo o Casamento Infantil Usando a Tecnologia

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, Filipinas

INDICADO POR: Programa *Aspire to Innovate* (a2i); Governo de Bangladesh; Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD); Bangladesh

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.1, 5.2, 5.3, 5.b, 5.c, 16.2, 16.5, 16.7, 16.10

APOIO: Governo de Bangladesh; PNUD; Bangladesh

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Programa a2i; Governo de Bangladesh; PNUD; Bangladesh

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2021

SITE DO PROJETO: 333.gov.bd



Programas de Empoderamento e Construção de Capacidades das Mulheres

Envolvendo mulheres africanas de áreas rurais por meio de educação contínua à distância e tecnologias assistidas por computador

Desafio

As mulheres na África enfrentam vários problemas relacionados à desigualdade de gênero, como níveis desproporcionais de pobreza e educação, saúde e nutrição deficientes, falta de poder político, participação limitada da força de trabalho, violência baseada em gênero, mutilação genital feminina e casamento infantil.

Mudanças sociais e econômicas nas últimas décadas alteraram significativamente as condições e a estrutura do emprego feminino. Este é particularmente o caso da África, especificamente nas áreas rurais, onde, devido à desaceleração econômica, há uma necessidade crescente para as mulheres buscar renda adicional e/ou fora da fazenda. No entanto, as oportunidades para as mulheres rurais de responder a essas mudanças são restringidas pelo problema do isolamento. Um dos resultados tem sido a participação e as taxas de conclusão consistentemente baixas das mulheres rurais na educação vocacional e nos programas de treinamento para pequenas empresas.

Rumo a uma Solução

Atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 (Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres) é uma prioridade e agenda de trabalho, enquanto o desenvolvimento não pode ser alcançado ou sustentado sem o envolvimento total e genuíno das mulheres.

A Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD) atribui especial importância ao empoderamento das mulheres na África, uma vez que acredita no papel crucial das mulheres no desenvolvimento das sociedades africanas. Neste sentido, a Agência organizou cursos de formação para mulheres, em colaboração com diversos centros e instituições destacadas. Como regra geral, as mulheres devem representar 20 por cento dos participantes no programa da Agência, e a Agência está procurando aumentar esse percentual durante o atual exercício fiscal. Nesse sentido, a EAPD está colaborando com o Conselho Nacional para Mulheres do Egito para projetar e ministrar cursos de treinamento sob medida para mulheres do continente em vários assuntos, como 'O Empoderamento das Mulheres Rurais Africanas na Educação Profissional ou Pequenos Negócios'.

Esses cursos de treinamento de um mês são implementados anualmente, com 30–40 participantes. Os participantes são selecionados por seus governos ou instituições nacionais que trabalham com questões femininas e por meio de uma coordenação total com as embaixadas egípcias nesses países. Através de um processo de aprendizagem eficaz para aumentar as suas capacidades e enriquecer os seus conhecimentos de empreendedorismo, a formação visa inspirar e empoderar as mulheres africanas nas áreas rurais que desejam criar os seus próprios negócios.

Os cursos de treinamento cobriram os seguintes tópicos principais:

- identificar as necessidades de treinamento em pequenas empresas de mulheres com negócios estabelecidos ou interessadas em estabelecer seus negócios em locais rurais isolados;
- investigar desenvolvimentos de treinamento relevantes em educação técnica e contínua (TAFE) e em contextos de provedores privados;
- estabelecer redes e sistemas de apoio que possam promover a matrícula, conclusão e credenciais de mulheres em programas de educação e treinamento vocacional;
- fazer recomendações de políticas.



© EAPD

Cerca de 30–40 candidatas participam anualmente deste curso de formação, implementado pelo Conselho Nacional da Mulher do Egito, e com a colaboração de diversos parceiros da iniciativa privada e técnicos especializados. Os objetivos foram alcançados trabalhando em estreita colaboração com vários fornecedores-chave de programas de treinamento para pequenas empresas no Egito, e eles concordaram em compartilhar suas experiências, lições e pontos de vista, o que permitiu aos participantes revisar completamente seus cursos sobre marketing, gestão, conteúdo, entrega, etc.

Os participantes foram treinados para implementar várias técnicas para identificar seus pontos fortes e fracos atuais. Isso permitiu que eles revisassem com eficiência seus planos de pequenas empresas com uma compreensão clara das principais questões emergentes da pesquisa atual e por meio de experiência prática.

Além dos intercâmbios de aprendizagem entre pares, a formação teve um grande sucesso com o aumento das capacidades dos formandos. O treinamento se esforçou para capacitá-los a se acomodar de forma eficaz e eficiente em suas responsabilidades de trabalho. Os formandos concluíram o programa de treinamento com alto nível de motivação e engajamento total.

Para garantir a sustentabilidade dessa iniciativa, os participantes selecionados no país devem ocupar cargo que lhes permita disseminar o conhecimento, como agente de extensão ou instrutor de instituição

relevante. Em alguns casos, os graduados participam da seleção de novos candidatos porque isso pode ajudar a fortalecer a relação entre ex-participantes e novos participantes, permitindo que estes se tornem líderes em seus países.

O treinamento desencadeou uma reação em cadeia ao gerar instrutores qualificados que poderão transmitir o conhecimento e as habilidades adquiridas durante o curso para seus pares, subordinados e colegas de trabalho em vários países em desenvolvimento. Os formandos usarão os novos conhecimentos adquiridos para contribuir efetivamente com suas respectivas organizações e países.

O treinamento desencadeou uma reação em cadeia ao gerar treinadores qualificados que passarão os conhecimentos e habilidades adquiridos durante o curso para seus pares, subordinados e colegas de trabalho em vários países em desenvolvimento. Os estagiários usarão os novos conhecimentos adquiridos para contribuir efetivamente com suas respectivas organizações e países.

Contato:

Nome: Embaixador Mahmoud Elmaghraby

Cargo: Secretário Geral

Organização: Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD)

E-mail: marwa.mahmoud@mfa.gov.eg

NOME DO PROJETO: Programas de Empoderamento e Construção de Capacidades de Mulheres

PAÍSES/REGIÕES: Egito, 44 Países Africanos

INDICADO POR: Embaixadas egípcias na África em cooperação com o Ministério de Relações Exteriores em seus países correspondentes e com outras instituições nacionais relevantes tais como o Conselho Nacional para Mulheres do Egito

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.5, 10.1, 10.2

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Conselho Nacional para Mulheres do Egito

STATUS DO PROJETO: Em andamento.

PERÍODO DO PROJETO: 2014 – em andamento

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3hMXUA6> (em Árabe)

Cooperação Triangular Afeganistão–Indonésia–Alemanha para o Empoderamento Econômico das Mulheres

5 IGUALDADE DE GÊNERO



Compartilhando boas práticas de mulheres engajadas no setor da indústria doméstica



Desafio

Muitas mulheres afegãs que estão envolvidas em micro e pequenas empresas enfrentam vários desafios, como a falta de acesso a financiamento, infraestrutura deficiente e falta de redes de negócios. Em geral, não se espera que as mulheres afegãs tenham renda ou façam negócios, o que em muitos casos significa que se espera que sejam inativas. As maiores dificuldades decorrem das normas sociais e preconceitos culturais, principalmente nas zonas rurais, devido aos costumes e tradições.

Embora as políticas do governo afegão tendam a ser neutras em termos de gênero, algumas questões são mais pronunciadas para as mulheres. Por exemplo, as mulheres afegãs têm menos acesso ao mercado porque sua mobilidade é limitada e enfrentam barreiras linguísticas. As mulheres afegãs são discriminadas na aquisição de propriedades ou na posse de bens. Além disso, existem poucos modelos inspiradores de mulheres empresárias de sucesso com experiências semelhantes.

Rumo a uma Solução

Iniciado numa troca inicial em outubro de 2018, o Ministério do Empoderamento da Mulher e Proteção Infantil da Indonésia implementou uma iniciativa de cooperação Sul-Sul e triangular com a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* [Agência Alemã de Cooperação para o Desenvolvimento] (GIZ), na qual a Indonésia compartilharia suas melhores práticas de empoderamento das mulheres por meio da indústria doméstica com o Ministério de Assuntos da Mulher do Afeganistão. Esta cooperação visa capacitar as mulheres no Afeganistão, aprendendo com a experiência da Indonésia na promoção da economia de mulheres menos prósperas em áreas rurais e em condições de sociedades patriarcais conservadoras.

Para tanto, a iniciativa visa fortalecer as parcerias entre a Indonésia e o Afeganistão por meio de intercâmbios diretos para identificar as melhores práticas para o empoderamento econômico das mulheres por meio da indústria doméstica. Seguiu-se a facilitação de esforços conjuntos para desenvolver “Um Conceito para o Empoderamento Econômico das Mulheres nas Condições das Sociedades Patriarcais Conservadoras”, mutuamente acordado entre a Indonésia e o Afeganistão para possível replicação no Afeganistão. Em seu papel de parceiro facilitador, a GIZ garantiu qualidade, parceria e sustentabilidade em todo o processo.

A abordagem do projeto se concentrou em três princípios fundamentais:

- Parceria: por meio de três reuniões de direção, a Indonésia, o Afeganistão e a Alemanha concordaram sobre as funções e responsabilidades, incluindo o compartilhamento de recursos. Todos os três parceiros participaram plenamente de todo o processo, incluindo planejamento, implementação, monitoramento e revisão.
- Aprendizagem conjunta para o desenvolvimento sustentável por meio de intercâmbios horizontais e co-criação para o empoderamento econômico das mulheres, gestão de projetos e eficácia da parceria para soluções de desenvolvimento. Consequentemente, a GIZ facilitou atividades e parcerias no nível de país para garantir que as demandas e necessidades fossem atendidas.
- Atividade chave: a atividade chave incluiu dois *workshops* diretos e um intercâmbio virtual (devido à pandemia COVID-19) em que os indicadores chave dos projetos foram discutidos e acordados, tais como: (i) melhores práticas para o empoderamento econômico das mulheres por meio da indústria doméstica; (ii) o “conceito único” sobre o empoderamento econômico das mulheres



© GIZ

para aplicar as melhores práticas concordadas no Afeganistão; e (iii) as lições aprendidas do projeto de cooperação triangular para a futura cooperação Sul-Sul e triangular na Indonésia. O projeto levou seis meses para ser elaborado e 15 meses para entregar, ajustar o conhecimento e acompanhar a implantação.

Por meio de evidências baseadas numa parceria de múltiplas partes interessadas, a Indonésia e o Afeganistão alcançaram resultados em muitos níveis diferentes (individual, comunitário, institucional). Os exemplos incluem intercâmbios diretos de conhecimento entre autoridades subnacionais da Indonésia e do Afeganistão, onde as melhores práticas para mulheres na indústria doméstica foram identificadas e até 200 partes interessadas diversas estiveram envolvidas. Estes incluíram indivíduos do governo nacional e subnacional, Organizações da Sociedade Civil (CSOs) nacionais e locais, grupos comunitários de mulheres, líderes religiosos e profissionais de negócios durante os processos-chave.

O projeto tem uma forte abordagem participativa em cada etapa de sua implementação. Os funcionários nacionais e subnacionais do Afeganistão não são simplesmente beneficiários passivos, mas sim parceiros ativos. Eles fazem contribuições importantes para a obtenção de resultados especialmente em: consolidar o compartilhamento de conhecimento com a Indonésia; validar o conceito de empoderamento econômico das mulheres na indústria doméstica dentro da cultura e normas afegãs; e apresentar o único conceito aprendido com a Indonésia para doadores em potencial no Afeganistão para possível pilotagem.

Na Indonésia, esta iniciativa de cooperação triangular moldou a capacidade do Ministério do Empoderamento da Mulher e Proteção à Criança de inovar as abordagens para o desenvolvimento da indústria doméstica. No décimo mês desta parceria triangular, a Indonésia teve sucesso em aproveitar as lições aprendidas e criar conjuntamente o módulo 'Passos para desenvolver a indústria doméstica como um reflexo de suas experiências no empoderamento econômico das mulheres dentro da estrutura do projeto. O Módulo foi compartilhado e aceito pelo Ministério da Mulher, Afeganistão,

como referência na implementação das lições aprendidas com a Indonésia no Afeganistão.

Em menos de um ano, o projeto traduziu o intercâmbio em ações concretas de parceria. Até o momento, refletindo as lições aprendidas com a Indonésia, lideradas pelo Vice Ministério dos Assuntos da Mulher do Afeganistão, **tem havido uma série de ações concretas sobre o empoderamento econômico das mulheres no Afeganistão: primeiro, exercitar/ testar o 'conceito único' de indústria de casa, aprendido na Indonésia, na Província de Samangon; segundo, estabelecer um centro de embalagem para mulheres no distrito de Hazrat Sultan; e terceiro, apresentando as lições aprendidas com a Indonésia para possibilidades de financiamento e expansão no Afeganistão.**

No Afeganistão, os parceiros incluem líderes comunitários e religiosos da Indonésia e do Afeganistão, organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil e governo em todos os níveis, incluindo o Ministério da Reabilitação e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Agricultura, Irrigação e Pecuária, o Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, o Ministério de Saúde Pública, o Ministério da Fazenda e a Câmara de Comércio e Indústria da Mulher.

Na Indonésia, os parceiros são mulheres e indivíduos que praticam a indústria doméstica e o comércio eletrônico, líderes comunitários e religiosos, a Associação de Mulheres na Assistência a Pequenas Microempresas (ASPPUK), o 'Programa de Empoderamento de Famílias Chefiadas por Mulheres', o Secretaria de Estado e Coordenação Nacional de Cooperação Sul-Sul (NCT-CSS), que é composta por quatro Ministérios das Relações Exteriores, Secretaria de Estado, Planejamento do Desenvolvimento Nacional/Bappenas e Finanças.

Contato:

Nome: Sra. Neni Marlina

Cargo: Conselheira Principal

Organização: *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ)

E-mail: neni.marlina@giz.de

Telefone: +62 8111 713 824

NOME DO PROJETO: Cooperação Triangular Afeganistão–Indonésia–Alemanha para o Empoderamento Econômico das Mulheres

PAÍSES/REGIÕES: Afeganistão, Alemanha e Indonésia

INDICADO POR: Ministério Federal Alemão para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ); Departamento 310

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.5, 5-a, 5-c, 17.9, 17.14, 17.16

APOIO: BMZ

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: Abril de 2019 – Julho de 2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3lsAJ0w>

Desigualdades de Gênero Enfrentadas por Meio da Educação Teatral entre os Grupos mais Vulneráveis da Sérvia

Mudando de papéis e estereótipos de gênero nocivos entre os jovens da Sérvia em direção a uma sociedade mais igualitária

Desafio

Os jovens da Sérvia foram confrontados com décadas de instabilidade durante o período pós-comunista e a transição pós-conflito na década de 1990 e início de 2000. As questões relativas à juventude e gênero não foram a maior prioridade durante este período, o que teve uma influência significativa no desenvolvimento da juventude sérvia. Entre as principais questões que os impedem de realizar plenamente seus direitos humanos estão a desigualdade de gênero influenciada por estereótipos de gênero e papéis tradicionais de gênero que têm um impacto negativo na qualidade de vida dos indivíduos mais vulneráveis. Isso resultou em muitos jovens, especialmente de grupos vulneráveis, sendo deixados para trás. O país ainda tem um longo caminho a percorrer para alcançar a igualdade de gênero, conforme confirma o Índice de Igualdade de Gênero (GEI 2019), que permite medir a diferença de gênero em diferentes áreas. Considerando que a melhor pontuação é 100 por cento, o GEI da Sérvia (40,6 por cento) está abaixo da média da EU (52,9 por cento) e ocupa o segundo lugar mais baixo quando comparado com todos os Estados-Membros da União Europeia (EU). Para responder a este complexo desafio e contribuir para o desenvolvimento de um mundo onde ninguém é deixado para trás, precisa-se urgentemente da mudança das conotações negativas dos papéis de gênero na sociedade. Isso requer uma mudança na forma de pensar dos jovens por meio de abordagens inovadoras que os envolvam no nível afetivo e, portanto, comportamental.

Rumo a uma Solução

Para responder ao desafio descrito, a Associação Sérvia para a Saúde Sexual e Reprodutiva (SRH Sérvia) implementou um projeto, com o apoio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), que alcançou os jovens ciganos e os jovens de outros grupos vulneráveis em toda Sérvia. Por meio da metodologia de Educação pelo Teatro (TBE), uma abordagem inovadora para trabalhar com indivíduos vulneráveis, esses jovens se engajaram em discussões orientadas sobre os papéis de gênero. O objetivo era reduzir a desigualdade e discriminação de gênero, incentivando os jovens a questionar os papéis, estereótipos e comportamentos tradicionais de gênero.

Os roteiros foram desenvolvidos como parte da metodologia TBE, bem como discussões orientadas (online) após as peças de teatro, que abordaram temas como: violência e discriminação contra mulheres e meninas; práticas prejudiciais (como casamentos de crianças prematuras); e todas as formas de desigualdade em todos os aspectos da vida (incluindo, mas não se limitando aos níveis econômico, social e político). Isso contribuiu diretamente para o cumprimento das metas 5.2, 5.3, 5.6, 10.2, 10.3, 16.1 e 16.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além do povo cigano, o projeto envolveu indivíduos de outras comunidades, incluindo jovens da população em geral e outras populações vulneráveis, como minorias étnicas da Albânia, Húngara e Croácia. Esta mistura de diferentes origens – étnicas, culturais, econômicas, etc. – questionou e abordou diretamente as desigualdades sociais. O projeto combinou a metodologia TBE com uma abordagem de transformação de gênero para encorajar o pensamento crítico sobre os papéis e estereótipos tradicionais de gênero. Também aumentou a conscientização sobre gênero como uma categoria socialmente construída que pode ser removida e reconstruída para prevenir e reduzir a discriminação relacionada ao gênero. Apesar do projeto ter como foco principal o gênero, ele simultaneamente questionou outros elementos sociais que influenciam as noções de gênero até o

5 IGUALDADE DE GÊNERO



© SRH Serbia

qual as normas sociais reproduzem e determinam as desigualdades sociais, incluindo a dependência e as manifestações socioculturais da desigualdade de gênero. Essas discussões levaram a novos valores e perspectivas sociais baseados na igualdade.

A abordagem participativa do projeto encorajou os participantes a serem agentes de mudança, em vez de pessoas sujeitas à lições certas ou erradas. Assim, o projeto foi capaz de atingir um impacto sustentável nas comunidades sérvias. Os participantes agora não são só capazes de transferir o conhecimento recém-adquirido, mas também recebem um impulso adicional para divulgar o conhecimento e exemplos positivos entre seus colegas em suas comunidades.

SRH Sérvia equipou diretamente 600 jovens que agora entendem intrinsecamente noções de igualdade de gênero, e estarão prontos para assumir o papel de líderes femininos e masculinos, e de mudança em suas comunidades. Além disso, e com o objetivo de envolver uma comunidade mais ampla nas discussões sobre os papéis tradicionais de gênero, SRH Sérvia começou a organizar discussões online que alcançaram mais de 6.500 jovens, e os encorajou a questionar criticamente as normas e valores de gênero potencialmente prejudiciais.

A transferibilidade e replicabilidade dos projetos da SRH para outros contextos e regiões estão entre suas principais características. Na verdade, a metodologia TBE é facilmente adaptável aos respectivos grupos-alvo e tópicos.

Pode ser implementado em diferentes regiões com diferentes grupos vulneráveis e abordar diferentes problemas sociais por meio do desenvolvimento de cenários adicionais com base nas necessidades.

Para garantir a transferência acelerada e a sustentabilidade do projeto da SRH Sérvia, seis organizações não governamentais (ONG) parceiras foram escolhidas e treinadas para se tornarem campeões na provisão de treinamento em TBE para outras ONGs e jovens vulneráveis. Por meio de treinamento e disseminação de conhecimento, a SRH Sérvia apoiou a capacitação desses parceiros para implementar a TBE em diferentes temas dentro de seus respectivos projetos e iniciativas.

Essa aceleração provocou uma transferência através dos países para a Albânia e Bósnia e Herzegovina, onde o TBE agora também está implementado para combater a desigualdade. Além disso, a Comissão Europeia reconheceu a TBE como uma abordagem inovadora para trabalhar questões de gênero e saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SRH) com crianças em idade escolar, resultando na autorização da Comissão Econômica da SRH Sérvia para implementar a iniciativa no setor de educação em Sérvia.

Contato:

Nome: Sra. Dragana Stojanovic

Cargo: Diretora Executivo

Organização: Associação Sérvia de Saúde Sexual e Reprodutiva (SRH Sérvia)

E-mail: draganastojanovic01@gmail.com

NOME DO PROJETO: Desigualdades de Gênero Enfrentadas por Meio da Educação Teatral entre Grupos Vulneráveis da Sérvia

PAÍSES/REGIÕES: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Alemanha, Sérvia

INDICADO POR: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.2, 5.3, 5.6, 10.2, 10.3, 16.1, 16.2

APOIO: GIZ

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Associação Sérvia de Saúde Sexual e Reprodutiva (SRH Sérvia)

STATUS DO PROJETO: Fase piloto concluída; fase de ampliação em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: Não Disponível



Acampamentos de Codificação e Treinamento em TIC para Meninas na África – Fase 1

Aprimorando o acesso às ciências informáticas para meninas da África

Desafio

No futuro, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) terá um grande impacto e uma grande influência em nossas vidas. Para alavancar o máximo proveito das atuais habilidades de evolução da tecnologia de informação e comunicação, codificação e algoritmos são essenciais. Os setores que serão mais impactados incluem saúde, transporte, educação, agricultura e comércio. Estruturas legais e regulatórias apropriadas são necessárias para facilitar a implantação dessas tecnologias como facilitadores. Estima-se que 90 por cento dos empregos futuros exigirão habilidades em TIC, e cerca de dois milhões de novos empregos serão criados nas áreas de computação, matemática, arquitetura e engenharia.

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre A Lacuna de Gênero em ciência, globalmente, apenas 28,4 por cento das pessoas engajadas em carreiras em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) são mulheres. Na África Subsaariana, essa figura está em torno de 30 por cento em média. Além disso, a proporção de mulheres que usam a Internet globalmente é de 48 por cento, em comparação com 58 por cento dos homens. Entre 2013 e 2019, a lacuna de gênero oscilou em torno de zero nas Américas e vem diminuindo nos países da CIS e na Europa. No entanto, nos Estados Árabes, na Ásia e no Pacífico e na África, a diferença de gênero tem aumentado. A codificação e outras habilidades em TIC são essenciais no futuro mercado de trabalho. Portanto, para que as meninas e mulheres africanas façam parte dos setores de rápido crescimento no mercado de trabalho futuro, elas devem ser capazes de desenvolver as habilidades de TIC necessárias. Portanto, é importante que elas também aprendam a codificar. Isso é fundamentalmente necessário para eliminar a lacuna de gênero no mundo da tecnologia e também é essencial para eliminar a exclusão digital geral de gênero.

Rumo a uma Solução

'Acampamentos de Codificação e Treinamento em TIC para Meninas na África – Fase 1' (2018–2021) é uma iniciativa continental baseada numa parceria entre a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento de Mulheres (ONU Mulheres) e a Comissão da União Africana (AUC). A iniciativa visa reduzir a lacuna digital de gênero, expondo meninas africanas a informática e tecnologia da informação, e equipando-as com habilidades de informática e tecnologia da informação por meio da codificação fornecida pela educação relacionada ao STEM, que abrirá portas para o empreendedorismo e oportunidades de carreira no mercado de trabalho mais tarde na vida. A iniciativa teve como alvo jovens africanas entre 17 e 20 anos de idade, matriculadas no 11º ano do ensino médio. O treinamento é realizado através de campos de codificação e é organizado anualmente em diferentes países africanos na forma de campos de codificação continentais, regionais e nacionais.

O objetivo dos campos de codificação é inspirar as meninas a desenvolver suas habilidades de computação e TIC, e experiência prática nas disciplinas STEM por meio de programação e codificação básica interativa. *Scratch* é usado como o software de programação para apresentá-las à programação de computadores num curto espaço de tempo. É uma linguagem de codificação fácil que ensina às meninas codificação e programação, e como criar e compartilhar suas próprias histórias e animações interativas.

O programa de treinamento e o trabalho do curso para os campos de codificação são elaborados em colabo-



© UIT

ração e consultas com a UIT, parceiros nos Ministérios da Educação, TIC e instituições de ensino superior e empresas de tecnologia para garantir que as experiências de treinamento e aprendizagem sejam projetadas para equipar as meninas com as habilidades apropriadas para buscar educação superior e emprego em TIC. A iniciativa expõe as meninas a uma experiência de aprendizado saudável, com foco principal na construção de suas habilidades de codificação e liderança. O ambiente de aprendizagem do acampamento de codificação oferece uma experiência de aprendizagem, compartilhamento e colaboração entre pares para os participantes. **Por meio desses acampamentos, os participantes de toda a região africana compartilham experiências em termos de estratégias e abordagens usadas por seus respectivos países e sistemas educacionais com o objetivo de apoiar as meninas a aceitar a ciência, tecnologia e inovação.**

A primeira fase do projeto atingiu mais de 500 meninas e, na próxima fase, os acampamentos de codificação atingirão mais de 1.000 meninas em toda a África.

Para garantir a sustentabilidade da iniciativa, foi desenvolvida uma plataforma online. As habilidades de codificação das participantes são mantidas através da plataforma online onde as meninas podem inspirar umas às outras, permanecer conectadas e compartilhar experiências após os acampamentos. A plataforma inclui orientação de especialistas com um bom entendimento de gênero e TIC, para apoiar e incentivar as meninas.

A plataforma online também inclui materiais de aprendizagem e cursos de curta duração (níveis iniciante, intermediário e avançado), competições de inovação, oportunidades de vinculação (bolsas de estudo, conferências), publicações de pesquisa e uma plataforma aberta para discussões inovadoras e políticas. Tudo isso estará acessível e disponível para o público feminino em geral incluindo meninas que não estavam no acampamento. Os participantes do acampamento tornam-se membros e têm acesso a: materiais para desenvolver seus projetos; um portal para se conectar com os membros da equipe; e um portal para apoio de treinadores do acampamento (mentoria). A plataforma fornece materiais de aprendizagem disponíveis, que serão concebidos como uma experiência de aprendizagem interativa e um espaço para compartilhar ideias e oportunidades com pessoas que pensam como você. A plataforma será continuamente atualizada com informações atualizadas em TIC e fornecerá espaço para as empresas anunciarem oportunidades de emprego.

Esse projeto já está sendo replicado nas regiões árabes e americanas. No entanto, os projetos estão em fase de formulação.

Contato:

Nome: Sr. Cosmas Zavazava

Cargo: Diretor Provisório do Departamento de Parcerias para Desenvolvimento Digital

Organização: Agência de Desenvolvimento de Telecomunicações, União Internacional de Telecomunicações (UIT)

E-mail: cosmas.zavazava@UIT.int

NOME DO PROJETO: Acampamentos de Codificação e Treinamento em TIC para Meninas da África – Fase 1

PAÍSES/REGIÕES: Todos os países da África Subsaariana

INDICADO POR: União Internacional de Telecomunicações (UIT)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.5, 5.2, 8.2

APOIO: ONU Mulheres; Comissão da União Africana

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: União Internacional de Telecomunicações (UIT)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/34twzzi>



Iniciativa Fogões–Foguete para o Empoderamento da Mulher

Campanha abordando saúde, melhores instalações de cozinha e gestão de recursos naturais para melhorar a subsistência nas comunidades rurais de Fiji

Desafio

Uma porcentagem significativa da população de Fiji ainda depende de madeira e combustíveis fósseis para atender às suas necessidades básicas de energia doméstica. Isso coloca pressão sobre a economia, o bem-estar humano e o meio ambiente. Em Fiji, a prática de cozinhar em fogo aberto é comum nas aldeias e assentamentos rurais. Estima-se que, em média, uma família precise de cerca de duas toneladas de lenha por ano para cozinhar três refeições por dia. Estes podem ser obtidos em áreas de mangue ou extraídos de florestas comunitárias. A queima aumenta as emissões de gases de efeito estufa, além de criar desafios associados à erosão da terra e ao desmatamento. O uso de lenha, expondo as pessoas à fumaça de cozinhar, o extenso tempo produtivo perdido na coleta e processamento da lenha tradicional, e a degradação da floresta e do solo devido à demanda contínua de lenha para combustível resultaram na intervenção melhorada dos fogões de cozinha no país.

Rumo a uma Solução

O 'Empoderamento das Mulheres Rurais em Fiji – Ampliação do Projeto Foguete', também conhecido como 'Projeto Fogões–Foguete Índia, Brasil, África do Sul (IBSA) para o Programa de Pequenas Bolsas (SGP) Fiji', tem como objetivo potencializar os meios de subsistência das mulheres e suas famílias em lares rurais. O projeto fogões–foguete IBSA, implementado em parceria com o Ministério da Mulher de Fiji, prevê o projeto de fogões–foguete que requer menos lenha, capacitação na fabricação desses fogões, bem como no reflorestamento de lotes destinados à lenha.

O projeto fogões–foguete IBSA promove o bem-estar das famílias rurais por meio da economia de gastos com combustíveis fósseis, como querosene e gás, além da redução do tempo de coleta de combustível/lenha para cozinhar com o desenho aprimorado do foguete. Este último contribui significativamente para a vida das mulheres, economizando tempo e reduzindo o risco de exposição a doenças respiratórias, como seria o caso do uso de um fogão a lenha comum. As mulheres são responsáveis pela maior parte da comida das famílias rurais. Essas atividades de projeto contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 (Igualdade de Gênero) e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). As comunidades alvo também devem construir viveiros para cultivar mudas de lenha e replantá-las em áreas desmatadas nas comunidades e nos arredores das aldeias. Esta atividade aborda o ODS 15 (Vida Terrestre).

O projeto é uma iniciativa ampliada originalmente liderada pelo Ministério da Mulher de Fiji. Ao concluir com sucesso a intervenção inicial, o Ministério solicitou o apoio financeiro do Fundo IBSA para o projeto. O IBSA recorreu ao Escritório das Nações Unidas de Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) para apoio. O UNOSSC então abordou o escritório do PNUD em Suva (Fiji), que delegou a implementação do projeto ao Programa de Pequenos Subsídios (SGP) do GEF. O SGP do GEF em Fiji mobilizou os fundos para implementação por meio de sua modalidade de mecanismo de subsídio. Isso envolveu a solicitação de propostas de organizações não governamentais (ONGs) interessadas; quatro ONGs foram selecionadas para implementar as atividades.

O SGP do GEF em Fiji, em parceria com o Ministério da Mulher, completou três das quatro fases do projeto. As fases incluíram:

- A seleção das comunidades rurais: o Ministério da Mulher de Fiji foi a instituição assessora que ajudou na



© GEF-SGP

seleção das comunidades por meio de seus escritórios divisionais (descentralizados).

- Treinamento: Mulheres e meninas nas comunidades identificadas também foram assistidas pelos quatro donatários na produção e uso de fogões-foguete e no treinamento sobre conscientização sobre mudanças climáticas.
- A construção de um armazém para os fogões-foguete a serem distribuídos a outras comunidades: o Ministério da Mulher de Fiji identificou recentemente um local alternativo para o armazenamento, que é a última fase a ser implementada para concluir o projeto.
- Monitoramento e avaliação: As atividades implementadas pelas beneficiárias continuam a ser monitoradas tanto pelo escritório do SGP em Fiji quanto pelo Ministério da Mulher. A avaliação interna final será conduzida após a construção da instalação de armazenamento.

Embora o SGP Fiji seja um mecanismo de gerenciamento de subsídios, sua função se limita a garantir que o gerenciamento do projeto pelos donatários bem-sucedidos seja respeitado e que as políticas do subsídio sejam observadas. Os donatários e o Ministério das Mulheres, tendo que implementar os componentes técnicos da iniciativa, tornaram-se parceiros chave para o SGP Fiji e desempenham papéis importantes para ampliar o alcance desta iniciativa. No início da fase de engajamento do donatário, um interesse de uma cooperativa privada foi feito por uma empresa de *hardware*. Esta empresa já iniciou a distribuição de fogões-foguete importados que também usam menos lenha para cozinhar em fogo aberto.

Alguns resultados alcançados para este projeto até o momento são:

- **56 comunidades atendidas (aldeias tradicionais e assentamentos informais);**
- **1.650 indivíduos treinados (79 por cento mulheres)**

- **1.580 fogões-foguete produzidos;**
- **1.331 mudas de lotes florestais levantadas e distribuídas para replantio;**
- **Pelo menos dois produtos de gestão do conhecimento produzidos.**

A sustentabilidade do projeto é um atributo importante, que tem sido regularmente discutido pelos parceiros de implementação e partes interessadas. É assegurado por:

- capacitação de membros da comunidade na fabricação de fogões-foguete, o que torna o fogões-foguete acessível, para que os beneficiários possam fabricá-los no futuro;
- o replantio de lotes florestais que foram limpos para lenha nas periferias das aldeias e assentamentos;
- o uso de um depósito de armazenamento, atualmente em fase de planejamento, para continuar o treinamento futuro das comunidades interessadas, bem como para armazenar os fogões produzidos para as comunidades e famílias selecionadas. Sua fiscalização será responsabilidade do Ministério da Mulher.

O SGP Fiji está trabalhando com o Ministério da Mulher no segundo semestre de 2020 para concluir o projeto e documentar as principais lições que irão melhorar a campanha sobre o uso de fogões-foguete mais ecológicos para facilitar a vida das mulheres rurais.

Contato:

Nome: Sra. Akisi Bolabola

Cargo: Programa de Pequenos Subsídios do Coordenador Nacional GEF (SGP) Fiji

Organização: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD)

E-mail: akisi.bolabola@undp.org

Skype: kisi01avb

NOME DO PROJETO: Iniciativa Fogões-Foguete para o Empoderamento da Mulher Rural

PAÍSES/REGIÕES: Fiji

INDICADO POR: PNUD; *Global Environment Facility* (GEF); Programa de Pequenos Subsídios (SGP); Fiji; (GEF SGP Fiji)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.9, 5.4, 7.b, 10.2, 13.3

APOIO: Fundo de Diálogo da Índia; Brasil; África do Sul (IBSA); Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: SGP; Fiji; Ministério da Mulher de Fiji

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DE PROJETO: 2017–2020

SITE DO PROJETO: Não Disponível

Cooperação Transfronteiriça de Água para o Desenvolvimento Sustentável em Bacias Africanas e Globalmente Facilitada através da Convenção da Água

Apoiar a cooperação e a gestão integrada da bacia na África Central e Ocidental para impulsionar a integração regional, o desenvolvimento sustentável, a paz e a segurança

Desafio

Com 60 por cento da água doce do mundo compartilhada por dois ou mais países, a cooperação transfronteiriça para gerenciar bacias é crucial para prevenir conflitos e garantir paz, segurança e bem-estar humano. Contudo, frequentemente a cooperação transfronteiriça de água em muitas regiões é fraca, parcial ou fragmentada. Em 2020, pelo oitavo ano consecutivo, o Relatório de Risco Global do Fórum Econômico Mundial listou as crises hídricas entre os cinco principais riscos em termos de impacto. Com o crescimento populacional e com o desenvolvimento econômico, a demanda por água aumenta, complicando ainda mais os desafios políticos, institucionais, econômicos, ambientais e financeiros que muitos países enfrentam ao administrar e desenvolver seus rios, lagos e aquíferos transfronteiriços. A cooperação na gestão de recursos hídricos compartilhados também é fundamental para reduzir os riscos relacionados à água, como inundações e secas, e para aumentar a resiliência às mudanças climáticas. Um desafio crítico para as bacias africanas é, portanto, fortalecer as plataformas legais e institucionais que facilitam a cooperação hídrica a fim de promover a estabilidade regional e o desenvolvimento sustentável. A este respeito, a Convenção de 1992 sobre a Proteção e Uso de Vias de Água Transfronteiriças e Lagos Internacionais (Convenção da Água), cujo secretariado é atendido pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), fornece uma plataforma intergovernamental global de apoio para o desenvolvimento cooperativo, prevenindo conflitos por águas compartilhadas e alcançando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Rumo a uma Solução

A cooperação transfronteiriça, conforme exigido pela meta 6.5 do ODS sobre gestão integrada de recursos hídricos é crucial para garantir água e saneamento para todos (ODS 6) e para alcançar outros ODS sobre ação climática, energia sustentável, proteção do ecossistema, pobreza, segurança alimentar e paz. Para responder aos desafios da limitada cooperação transfronteiriça de água, a Convenção da Água adota uma abordagem multifacetada.

Workshops globais e regionais no âmbito da Convenção, por exemplo, sobre cooperação transfronteiriça de água na África, apoiam uma abordagem de capacitação Sul-Sul para acelerar o progresso em direção aos ODS, particularmente a meta 6.5, entre os estados da bacia e de uma bacia a outra, ambos em termos de estados de ribeirinhos e organizações de bacias. Por exemplo, o *workshop* de 2019 'Praticante a Praticante: Treinamento Regional sobre a Promoção da Implementação de Duas Convenções Globais da Água', organizado pela UNECE junto com parceiros visando especialistas ativos em países francófonos na África Ocidental, do Norte e Central, promoveu a compreensão coletiva sobre os benefícios práticos tanto da Convenção da Água quanto da Convenção sobre a Lei de Utilização de Cursos de Água Internacionais Não Navegáveis (comumente referida como Convenção de Cursos de Água), coletivamente conhecidas como as convenções globais da água das Nações Unidas. Como outro exemplo, em 2017, em parceria com o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Europeu de Investimento e a Organização de Desenvolvimento da Bacia do Rio Senegal, o secretariado da Convenção organizou um treinamento em Dacar sobre a preparação de propostas de projetos financiáveis para adaptação às mudanças climáticas nas bacias transfronteiriças, onde especialistas da África, Ásia e Europa de Leste trocaram experiências.

Resultados alcançados em relação às metas ODS:

O primeiro relatório sobre a linha de base global para o indicador ODS 6.5.2 publicado em 2018 demonstrou que o

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



© UNECE

mais alto nível de cooperação pode ser encontrado na região pan-europeia, amplamente facilitada pela Convenção da Água, seguida pela África Ocidental e Meridional, incluindo, por exemplo, o Senegal, a Gâmbia, Rios Volta e Níger. As embarcações das bacias do Níger, Volta e Lago Chade referem-se à Convenção da Água. Além disso, desde a sua abertura global em 2016, **foi demonstrada tendência promissora na África, particularmente na África Central e Ocidental, no sentido de adesão à Convenção da Água. Em 2018, Chade e Senegal foram os primeiros países fora da região da UNECE a aderir à Convenção da Água e Gana aderiu às duas convenções globais da água das Nações Unidas em junho de 2020.**

Esta iniciativa tem sido sustentável através do seguinte:

- Facilitar a consulta regional para melhorar a cooperação transfronteiriça da bacia: lidar com a falta de cooperação na bacia do aquífero do Senegal-Mauritânia (SMAB) foi uma das motivações para o Senegal aderir à Convenção da Água. Baseado num pedido do Senegal na Reunião das Partes da Convenção da Água em 2018, a UNECE, juntamente com o Centro de Água de Genebra, iniciou um diálogo em 2019 e que ainda está em andamento, sobre o SMAB entre a República da Gâmbia, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal, a fim de fortalecer a cooperação e o uso sustentável do aquífero.
- Apoiar o desenvolvimento de acordos para a estabilidade regional e o desenvolvimento sustentável: O secretariado da Convenção forneceu apoio ao desenvolvimento de um acordo regional para a cooperação hídrica na África Central. O projeto liderado pela Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS) visa dotar a região de um quadro jurídico para garantir a gestão sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços. Em dezembro de 2017, a Convenção da ECCAS foi aprovada pelos 11 ministros da água dos membros.

Replicabilidade ao promover a adesão às convenções globais da água das Nações Unidas como impulsionador de uma implementação eficaz: As convenções globais da água das Nações Unidas são os dois únicos instrumentos legais focados especificamente na cooperação transfronteiriça de água em nível global. São instrumentos poderosos para promover e avançar a

cooperação transfronteiriça de água. Eles fornecem princípios orientadores para a gestão transfronteiriça da água na ausência de acordos de nível de bacia e podem apoiar os países na negociação de novos arranjos cooperativos ou na revisão dos existentes. Por meio de estruturas institucionais como a oferecida pela Convenção da Água, eles também auxiliam os países na implementação de acordos de bacias para lidar com os crescentes desafios de água e, assim, promover o desenvolvimento sustentável e a paz. A experiência das partes demonstra que estes dois instrumentos ajudam a inovar as boas práticas na cooperação transfronteiriça de água, por exemplo, apoiando a concepção, desenvolvimento e implementação de acordos de bacias. A adesão pode, portanto, oferecer às Partes apoio no fortalecimento de suas bases legais, técnicas e institucionais para a cooperação, bem como a governança nacional da água.

A centralidade da cooperação transfronteiriça de água para a paz e o desenvolvimento sustentável para acelerar o progresso em direção aos ODS foi reiterada em níveis global e regional. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, incentiva os países a aderirem e implementarem as convenções globais da água das Nações Unidas. A Secretaria da Convenção da Água está ativamente envolvida com parceiros globais e regionais, como o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), o “Conselho da Água” dos Ministros africanos (AMCOW), ECCAS e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), e organizações de bacias hidrográficas africanas, para apoiar a adesão e implementação das convenções globais de água das Nações Unidas, promovendo a cooperação transfronteiriça nessas regiões e globalmente.

Contato:

Nome: Sra. Sonja Koeppel

Cargo: Secretário, Convenção sobre a Proteção e Uso de Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais (Convenção da Água); Secretário, Protocolo em Água e Saúde

Organização: Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE)

E-mail: sonja.koeppel@un.org

NOME DO PROJETO: Cooperação Transfronteiriça de Água para o Desenvolvimento Sustentável em Bacias Africanas e Globalmente

PAÍSES/REGIÕES: Global

INDICADO POR: Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.5, 6.3, 6.5, 7.1, 7.2, 7.3, 8.4, 8.9, 9.1, 9.4, 11.4, 11.5, 11.7, 12.2, 13.1, 13.2, 13.3, 14.1, 14.5, 15.1, 15.5, 15.9, 16.3, 16.6, 16.7, 16.8, 17.3, 17.5, 17.6, 17.7, 17.9, 17.14, 17.16, 17.17, 17.18

APOIO: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD); Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP); Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO); Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (ECA); Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (ESCWA); Conselho de Ministros Africanos da Água (AMCOW); Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS); Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS); *Geneva Water Hub*, e outros.

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNECE

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: Estabelecimento da Convenção: 1996; Inauguração Mundial: 2016 – em andamento

SITE DO PROJETO: www.unece.org/env/water.html

Aumentando a Segurança da Água para Atender Desafios Locais, Regionais e Globais



Projetando recursos educacionais de ecohidrologia local e Gestão Integrada de Recursos Hídricos (IWRM) para a África

Desafio

A educação hídrica é essencial para a sua segurança e para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 (Água Potável e Saneamento) e os objetivos relacionados à água na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Porém, para ser eficaz, a educação sobre a água deve ser interpretada em um sentido mais amplo do que o ensino das ciências hidrológicas e disciplinas científicas relacionadas; deve ser apropriada e aplicável ao contexto local, e relevante ao contexto do aluno, independentemente do contexto educacional.

São raros os materiais curriculares que transmitem conteúdo inovador, trans- e interdisciplinar relevante para o contexto local no Sul global. Frequentemente, os educadores precisam contar com recursos desenvolvidos em outras partes do mundo e sem o embasamento local, o que os teriam tornado recursos educacionais mais eficazes em regiões como a África, Ásia e Pacífico.

Rumo a uma Solução

Para apoiar a implementação e realização eficazes das metas e objetivos relacionados à água, é necessário desenvolver, disseminar e implementar materiais didáticos sobre a água atualizados e que reflitam as realidades locais. O 'Ampliando a Segurança Hídrica para Atender Desafios Locais, Regionais e Globais', implementado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), reflete o esforço de desenvolver, adaptar e compartilhar esses recursos entre as regiões da África, da Ásia e do Pacífico.

O objetivo central do projeto é garantir a disponibilidade de recursos curriculares inovadores de educação hídrica inicialmente desenvolvidos para o contexto da Ásia e do Pacífico num formato que seja o mais relevante, aplicável e apropriado ao contexto africano.

Em busca desse objetivo, o projeto faz parte do Currículo de Gestão da Água em três volumes usando Ecohidrologia e Gestão Integrada de Recursos Hídricos (IWRM), desenvolvido imediatamente antes do início do projeto pelo Centro Trópico Úmido - Kuala Lumpur (HTC-KL), Centro Categoria 2 da UNESCO, suportado pelo Governo de Malásia.

Baseada na vasta experiência prática acadêmica, o currículo original foi elaborado por um consórcio de universidades malasianas em consulta com o Centro Regional de Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas (RC-IRBM) na Nigéria, bem como a Cátedra UNESCO de Gestão de Recursos Hídricos e Cultura sediada em Cartum, Sudão.

Embora represente uma conquista significativa e duradoura na teoria e prática de gestão de recursos hídricos e, em princípio, aplicável na Ásia e no Pacífico e na África, a publicação de três volumes extrai a maioria de seus exemplos práticos, estudos de caso e quadro geral de referência do contexto da Malásia. A fim de garantir a maior contribuição possível para o desenvolvimento sustentável no contexto africano, e maximizar sua relevância e aplicabilidade na África, o projeto desenvolveu um currículo de água inteiramente novo projetado e enriquecido com conteúdo local africano. Ele levou em consideração que as abordagens e tecnologias relacionadas à ecohidrologia e IWRM são, numa extensão considerável, específicas ao contexto.

Três atividades principais foram abordadas pelo projeto: uma fase de redação, uma consulta especializada para refinar e projetar o currículo e de revisão formal e o lançamento do currículo. Essas atividades foram realizadas por meio do envol-



© UNESCO Jakarta

vimento ativo da UNESCO em várias instituições africanas: RC-IRBM (Kaduna Nigéria); a Coordenação de Ecohidrologia do Ministério das Águas Irrigação e Energia da Etiópia; e a Universidade de Agricultura Sokoine de Morogoro, República Unida da Tanzânia. A implantação foi realizada em estreita coordenação com os parceiros malasianos, notadamente HTC-KL e Comitê Nacional do Programa Hidrológico Internacional Malasiano (IHP), com a contribuição de especialistas do setor de águas da Austrália, Etiópia, Indonésia, Cazaquistão Malásia, África do Sul, Tailândia e República Unida da Tanzânia.

Uma série de diálogos e discussões detalhados relativos à organização e estrutura do documento foram realizados ao longo dessas três fases iterativas, envolvendo o grupo inter-regional de especialistas, resultando numa nova estrutura para o currículo, projetada para melhorar ainda mais o documento e sua aplicabilidade no contexto africano. O documento resultante cobre tópicos organizados em 13 seções distintas, da seguinte maneira:

- Tópico 1: Introdução à Ecohidrologia e Gestão de Água Doce
- Tópico 2: Introdução à Gestão Integrada de Recursos Hídricos e seus Princípios
- Tópico 3: Gestão da Bacia Hidrográfica
- Tópico 4: Ecologia e gestão de zonas úmidas
- Tópico 5: Ecologia dos Lagos
- Tópico 6: Hidrologia da água subterrânea e ecossistemas dependentes da água subterrânea
- Tópico 7: Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Gestão de Ecossistemas Aquáticos
- Tópico 8: Recursos Marinhos, Sistemas Estuarinos e Gestão de Zonas Úmidas Costeiras
- Tópico 9: Integrando Ecohidrologia e Economia Ambiental
- Tópico 10: Avaliação da vegetação ribeirinha e da saúde do rio
- Tópico 11: Sensor Remoto e Sistema de Informação Geográfica
- Tópico 12: Ecohidrologia, Biotecnologia e Recursos Hídricos
- Tópico 13: Gestão de recursos hídricos e envolvimento / participação de gênero.

O Currículo de Gestão da Água Usando Ecohidrologia e Gestão Integrada de Recursos Hídricos para a África proporcionará aos estudantes universitários na África Subsaariana uma compreensão da aplicação

dos princípios e práticas da ecohidrologia. Isso permitirá que eles estejam na vanguarda na solução de problemas relacionados aos recursos de água doce e marinhos. O documento também servirá para complementar materiais didáticos numa ampla gama de assuntos - conservação, economia ambiental e ciências costeiras/marinhas, entre outros.

O projeto contribui para a identificação de soluções hídricas sustentáveis para a África e Ásia por meio da melhoria do conhecimento de gestão de recursos hídricos entre profissionais, gerentes, acadêmicos, tomadores de decisão e planejadores, bem como através do fortalecimento da cooperação científica entre os membros da família da água da UNESCO e os especialistas e gestores nas duas regiões. Além disso, membros da comunidade do Programa Hidrológico Internacional (IHP) em ambas as regiões se beneficiaram dos insumos e contribuições feitas por especialistas internacionais para o projeto por meio de trocas e entrega de insumos técnicos, dados e materiais durante a implementação do projeto.

O uso mais amplo do currículo da água por universidades na África - promovido e facilitado pelos Centros Africanos Categoria 2 e cadeiras universitárias participantes - manterá e aumentará a produção do projeto. Além disso, os especialistas contribuintes recomendaram fortemente que os principais conteúdos do currículo sejam apresentados e disponibilizados aos formuladores de políticas na África. Como resultado, as abordagens e tecnologias relacionadas à ecohidrologia e IWRM na região teriam impacto no nível de tomada de decisão. A família da água da UNESCO nas duas regiões está empenhada em garantir que as diferentes partes interessadas se tornem mais eficazes e eficientes, melhorando e compartilhando conhecimentos relacionados às habilidades de gestão e liderança e promovendo o desenvolvimento organizacional.

Embora o currículo seja formulado para uso na região da África, ele pode ser adaptado e customizado para atender às necessidades das regiões fora da África, com análises adicionais e ajustes do conteúdo são recomendados como parte da adaptação para outras regiões.

Contato:

Organização: Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Jacarta
E-mail: jakarta@unesco.org

NOME DO PROJETO: Aumentando a Segurança da Água para Atender aos Desafios Locais, Regionais e Globais

PAÍSES/REGIÕES: Austrália, Etiópia, Indonésia, Cazaquistão, Malásia, Nigéria, África do Sul, Tailândia e República Unida da Tanzânia

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 6.5, 6.6, 6.a

APOIO: Fundos em Fideicomisso de Malásia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNESCO; Jacarta

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2019

SITE DO PROJETO: <https://mucp-mfit.org>

Treinamento Prático para o Uso do Digestor de Biogás de Plástico de Fibra Reforçado em Samoa

Promovendo o desenvolvimento do biogás por meio da Cooperação e Comunicação Sul-Sul

Desafio

Na maioria dos países em desenvolvimento, os resíduos agrícolas são deixados sem tratamento, o que pode causar poluição ambiental e transmissão de doenças de animais para humanos. Além disso, agricultores têm acesso limitado à energia moderna, como querosene, gás liquefeito e eletricidade, o que leva ao desmatamento, perda de água e erosão do solo. Mulheres e crianças encaram trabalho árduo e de baixa renda, como a coleta de lenha e esterco de vaca para cozinhar. Além disso, o uso excessivo de fertilizantes químicos ameaça o solo, o ecossistema e à saúde humana. As questões acima afetam o desenvolvimento sustentável de pequenos países insulares vulneráveis, como Samoa.

Com objetivo de enfrentar as mudanças climáticas e a escassez de energia, alguns países de forma independente ou em conjunto desenvolveram o biogás buscando explorar seus benefícios ambientais, econômicos, de saúde e sociais. Como o ambiente natural e as condições sociais diferem de região para região e de país para país, identificar o modelo de biogás mais adequado para um país ainda é um desafio.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar os desafios acima, o “Treinamento prático para o Uso do Digestor de Biogás Plástico Reforçado com Fibra em Samoa” foi implementado para demonstrar práticas agrícolas sustentáveis. Isso poderia tornar a indústria pecuária lucrativa, sustentável e ecologicamente correta, promovendo tecnologias de gestão de resíduos animais para reciclar recursos e agregar valor.

O projeto foi implementado por duas organizações: (i) o Instituto de Biogás do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (BIOMA), República Popular da China, estabelecido em 1979, por um instituto de pesquisa governamental e a Organização para Alimentos e Agricultura do Centro de Referência das Nações Unidas (FAO) para Pesquisa e Treinamento em Biogás desde 2014 e (ii) Associação de Agricultores de Samoa (SFA), uma organização não governamental envolvida na extensão agro- tecnológica, conectando os agricultores locais sob um mecanismo de associação e mantendo contato próximo com instituições governamentais e educacionais.

A BIOMA foi convidada pela SFA como apoiadora técnica no exterior para este treinamento de 14 dias no qual dois professores e um técnico ministraram palestras e demonstrações presenciais. O Facilitador Ambiental Global (GEF) apoiou a aquisição de digestores e peças auxiliares. O Projeto do Centro de Desenvolvimento Sul-Sul da China apoiou a viagem internacional de dois professores do BIOMA da China para Samoa. O Projeto de Ajuda Técnica Agrícola China-Samoa (CSATAP) serviu como um apoiador local, forneceu salas de aula e convidou a mídia local para registrar.

O projeto conquistou o seguinte: 21 digestores transportados para Samoa, 17 digestores instalados durante o treinamento, por estagiários após o treinamento. Treinamento realizado por 22 estagiários, 4 mulheres e 18 homens.

De acordo com pesquisas conduzidas pela SFA e BIOMA, apoiadas pelo Projeto Global do Centro de Desenvolvimento Sul-Sul em 2019, os digestores estavam todos operando normalmente sem vazamentos, e o menor tempo de ativação para produção de biogás foi uma semana após a instalação e alimentação do digestor.

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



© Biogas Institute of Ministry of Agriculture, China

Houve uma economia de cerca de US\$ 25 no custo médio mensal do gás liquefeito de petróleo (GLP). Ao usar o digestor como fertilizante, a eficiência da produção agrícola aumentou. O excesso de digestor foi distribuído nas vizinhanças aumentando a demanda por digestores nas comunidades.

As mulheres das famílias foram aliviadas do árduo trabalho de coleta de lenha e da fumaça da queima de cascas de coco. Crianças tiveram menor exposição a infecções derivadas de doenças animais após a construção dos currais que limitam a área de permanência dos porcos e leitões. Crianças também aprenderam que os resíduos dos animais e folhas podem se transformar em gás de cozinha limpo e alguns se juntam para ajudar a alimentar os digestores com esterco.

Fazendeiros depositavam esterco animal no digestor por meio de um túnel de coleta instalado ao longo da lateral do curral. Como consequência, a qualidade de vida dos animais melhorou significativamente por não comerem alimentos com esterco e terem currais mais limpos.

É um projeto que favorece ambas as organizações implementadoras. Em conjunto com a SFA no papel de destinatária da tecnologia, a BIO-MA aprendeu que a importância da solidariedade da comunidade, a conscientização, a avaliação prévia, e a pressão exercida, estabeleceram a base do projeto, que é guiado pela demanda, garantem a sua sustentabilidade, e que o processo de cada projeto é sujeito a modificações de acordo com a situação local.

O sucesso do projeto impactou a política de desenvolvimento de biogás do Governo de Samoa. Após o projeto em 2018, a SFA assinou um contrato com a BIOMA, na etapa II do projeto, instalar 21 digestores feitos de materiais de construção concretos e moldáveis, a fim de estabelecer o padrão técnico ideal para Samoa; o treinamento foi quase todo realizado online e por vídeo em 2020. Um projeto regional chamado 'Estabelecimento do Centro de Pesquisa e Treinamento em Biogás para a Região da Ásia-Pacífico (BRTC)' poderia ser replicado com base na ex-

periência adquirida deste projeto e na integração de parcerias na região, visando alcançar a sustentabilidade do projeto a longo prazo.

Este projeto pode ser adaptado a outros países em desenvolvimento mediante a confirmação de alguns critérios.

Em primeiro lugar, um levantamento prévio sobre a demanda do projeto deve ser realizado para demarcação geográfica: o curral deve estar a 30 m da cozinha; a temperatura ambiente deve permanecer acima dos 13° C ao longo do ano; o nível do lençol freático deve ser de menos de 1 m; e a localização do digestor deve estar a 5 m de distância da estrada. Os recipientes ideais devem ter pelo menos dois porcos ou uma vaca para a alimentação do digestor, ter condições financeiras para contratar trabalhadores ou alugar escavadeiras, ter grande interesse em biogás e digestão e exercer pressão ativamente.

Em segundo lugar, o financiamento pode ser obtido para o fornecimento de equipamento, a mobilização de pessoas capacitadas e provisões locais para treinamento e construção do digestor.

Terceiro, a qualidade da construção e operação do digestor poderia ser institucionalizada numa rotina padrão por meio do treinamento de instrutores e serviços de filiação.

Peças de troca foram adicionadas como parte do pedido de compra do equipamento no início do projeto para a substituição eventual de conexões danificadas, Cursos de capacitação poderiam fornecer consultoria técnica contínua.

Contato:

Nome: Sra. Yan Long

Cargo: Professora Associada

Organização: Instituto de Biogás do Ministério da Agricultura

Email: 5584494@qq.com

WeChat: Longerlady

NOME DO PROJETO: Treinamento Prático em Digestor de Biogás de Plástico Reforçado com Fibra em Samoa

PAÍSES/REGIÕES: China, Samoa

INDICADO POR: Centro Internacional para Intercâmbios Econômicos e Técnicos da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1-a, 2.3, 2.4, 2-a, 3.3, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 4-b, 4-c, 7.1, 7.2, 7.3, 7-a, 7-b, 8.2, 8.4, 8.5, 8.6, 11.1, 11.6, 11-a, 12.4, 12.5, 12.8, 12-a, 13.1, 13.2, 13.3, 13-a, 13-b, 15.2, 15.3, 17.1, 17.6, 17.7, 17.8, 17.9

APOIO: China e Projeto do Centro de Desenvolvimento Sul-Sul Global; Fundo Ambiental Global (GEF); Governo de Samoa; Projeto de Apoio Técnica Agrícola China-Samoa

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Instituto de Biogás do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais; República Popular da República da China; Associação de Agricultores de Samos (SFA)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2019

SITE DO PROJETO: www.biogas.cn



Promover o Desenvolvimento de Pequenas Hidrelétricas na Zâmbia, Nigéria e Gana

Promover a transferência de tecnologia de PCHs e aumentar o conhecimento em gestão de PCHs e em habilidades técnicas nos países africanos selecionados

Desafio

A África Oriental tem em geral, o maior potencial para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) do continente, e a África Ocidental é a região com o segundo maior potencial de PCHs. Na África Oriental, a produção de eletricidade da Zâmbia depende significativamente da geração hidrelétrica, tanto para projetos hidrelétricos grandes, quanto para pequenos. Devido às limitações causadas pelo acesso à eletricidade, há uma necessidade de desenvolver novos projetos de PCHs que explorem seu potencial ao máximo e são capazes de sustentar a eletrificação rural. Na África Ocidental, a Nigéria tem um alto nível de capacidade instalada de PCHs, de fato, a mais alta da região, mas isso equivale a apenas 6 por cento do seu potencial hidrelétrico total. Gana não possui PCHs, apenas um projeto hidrelétrico de grande porte. O Desafio para garantir o acesso à eletricidade nas áreas rurais determina a importância de recursos de pequenos hidrelétricos.

Rumo a uma Solução

O objetivo do projeto é remover os obstáculos necessários para que seja feita a transferência de tecnologia de PCHs, elevar a compreensão e consequentemente melhorar a gestão e tecnologia de PCHs nos países africanos selecionados. O projeto envolve as contrapartes a seguir: Zâmbia, representando o Mercado Comum para a África Oriental e do Sul (COMESA), África Oriental e Gana, Nigéria na África Ocidental para desenvolver os mecanismos apropriados que ajudaram destinatários a entender a relevância dos PCHs para o desenvolvimento nacional e regional assim como à importância de promover o crescimento da escala de acesso à eletricidade de forma inclusiva e sustentável. Os parceiros de implementação do projeto incluem o Mercado Comum para a África Oriental e do Sul, o Departamento de Tecnologia de Energia Renovável e Convencional, o Ministério Federal da Ciência e Tecnologia da Nigéria (MFCT) e a Comissão de Energia de Gana (GEC).

Para implementar este projeto, as atividades foram organizadas e desenvolvidas em três etapas:

- A primeira fase: Envolve o planejamento e execução de uma análise direcionada por uma pesquisa formal dos atuais desenvolvimentos de PCHs nos países-alvo, complementada por pesquisas locais e oportunidades de treinamento direto.
- A segunda fase: envolve a avaliação de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento de PCHs assim como estratégias de engajamento direcionadas aos governos e comunidades das regiões selecionadas.
- A terceira fase: envolve a coordenação da divulgação do aprendizado e experiências adquiridas com o projeto. As partes pretendem realizar viagens com o intuito de divulgar e ensinar as experiências adquiridas em outros países.

O projeto conquistou os seguintes resultados:

- Os obstáculos e soluções para desenvolvimento das PCHs nos países selecionados foram identificados no levantamento geral da situação, estratégias e políticas atuais. *Workshops* e reuniões de partes interessadas foram realizadas para remover as barreiras de conhecimento e promover o desenvolvimento de PCHs.
- **Um mecanismo de financiamento sustentável foi desenvolvido para apoiar o setor privado e as iniciativas governamentais de eletrificação rural nos países selecionados.**
- Um levantamento foi realizado dos locais potenciais para PCHs, de acordo com os respectivos relatórios preliminares de viabilidade. O Projeto de demonstração também foi selecionado.
- O 8º Fórum de Hidroeletricidade para Hoje. 'Energia Hidrelétrica Promove o Desenvolvimento Industrial na



© INSHIP

África foi realizado em Lusaka, Zâmbia, em cooperação com a Associação Internacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas (AIPCH), COMESA e Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). O fórum também apelou para a cooperação multilateral a fim de otimizar o uso dos recursos hídricos para os necessitados e forneceu uma plataforma para discussões sobre a criação de políticas favoráveis no desenvolvimento de PCHs.

O elaboração de mecanismos de financiamento, um dos elementos inovadores do projeto, para desenvolver PCHs inclui políticas de apoio ao desenvolvimento de tecnologia de PCHs de uma maneira inclusiva e sustentável, bem como a criação de canais de financiamento para as partes interessadas de diferentes níveis, poderem avaliar seu interesse em bancar projetos de energia renovável de PCHs em países selecionados.

Além disso, a AIPCH assinou Memorandos de Entendimento (MoUs) com o COMESA, MFCT e GEC, respectivamente. Todos os MoUs visam melhorar a cooperação futura entre as duas partes no desenvolvimento de PCHs nas relações nos setores políticos, jurídicos,

de inovação em tecnologias, de gestão e na cooperação regional, continental e global.

A INSHP também unirá esforços com o COMESA, o Ministério Federal da Ciência e Tecnologia da Nigéria (MFCT) e GEC para expandir o conhecimento desta iniciativa a outros países além dos países selecionados que também enfrentam dificuldades semelhantes na diversificação de sua matriz energética para facilitar o Intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos Sul-Sul. Um dos principais propósitos da futura cooperação entre todas as partes será garantir um espaço para discussão e partilha entre países semelhantes com interesses comuns em questões relevantes no campo das PCHs e energias renováveis na África.

Contato:

Nome: Sr Dale Qiu

Cargo: Representante Oficial do Programa

Organização: Centro Internacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas (CIPCH)

Email: dlqiu@icshp.org

NOME DO PROJETO: Promover o Desenvolvimento de Pequenas Hidrelétricas na Zâmbia, Nigéria e Gana

PAÍSES/REGIÕES: China, Gana, Nigéria, Zâmbia

INDICADO POR: Centro Internacional para Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 7.1, 7.2, 7.3, 7-a, 9.3, 9.5, 13.2, 13.3

APOIO: Centro de Desenvolvimento Sul-Sul da China, Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), Ministério Federal da Ciência e Tecnologia da Nigéria (FMST) e Comissão de Energia de Gana (GEC)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Associação Internacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas (AIPCH)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2018

SITE DO PROJETO: Não Disponível

Centro de Pesquisa, Transferência Técnica e Treinamento em Energia Renovável e Eletrificação Rural para Países Africanos

Promovendo o desenvolvimento de energia renovável e eletrificação rural em países africanos.

Desafio

Os países africanos são uma fonte abundante de recursos de energia, mas a eletricidade é crítica para a vida das pessoas e o desenvolvimento econômico. A dependência em combustíveis fósseis tem efeitos drásticos no meio ambiente causando várias mudanças climáticas incluindo secas, inundações, erosão do solo, etc. Além disso, há pessoas perdendo sua vidas e seus meios de subsistência devido a desastres climáticos todos os anos na maioria dos países Africanos. Portanto, há uma necessidade imediata de um Centro de Pesquisa, Transferência Técnica e Treinamento na África para promover o desenvolvimento de energia limpa e eletrificação rural e assim, alcançar os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 (Energia Limpa e Acessível), ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Rumo a uma Solução

Em todo o mundo, há um foco crescente direcionado a energia limpa e acessível, devido ao fato que energia limpa mitiga mudanças climáticas. Na 27ª Reunião da União Africana, realizada em Kigali, Ruanda, em julho de 2016, foi concluído que o programa de eletrificação seria colocado em um cronograma urgente, e todos os países membros deveriam se tornar mais conscientes da importância de desenvolver o grande potencial de energia limpa, incluindo energia hidrelétrica, solar, eólica e biogás, etc., de modo a alcançar a eletrificação rural e o desenvolvimento sustentável. Para este efeito, o Centro de Pesquisa, Transferência Técnica, e Treinamento em Energia Limpa e Eletrificação Rural para a África foi criado em Addis Abeba, Etiópia, em maio de 2017, juntamente com o Instituto Nacional de Pesquisa para Eletrificação Rural, o Ministério de Recursos Hídricos da China através do Centro Regional de Pequenas Centrais Hidrelétricas de Hangzhou (CHH) e a Universidade de Ciência e Tecnologia de Addis Ababa (AASTU), e foi apoiado pela Missão da República Popular da China à União Africana.

O Centro fornece uma plataforma eficaz para troca de conhecimentos e experiências e explorar as possibilidades de desenvolvimento de energia limpa e acessível No contexto do aquecimento global, o Centro coopera com as autoridades governamentais, instituições de pesquisa e universidades, empresas de energia e produtores independentes de energia de países africanos. Num futuro próximo, subcentrais no Leste, Oeste, Sul e Norte da África serão criados por meio dos esforços conjuntos dos países africanos envolvidos, a fim de cobrir temas mais específicos de cooperação para produzir soluções replicáveis.

As metodologias incluem intercâmbio de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, demonstração de projetos, e capacitação local de profissionais. Com os esforços conjuntos dos parceiros, as seguintes atividades foram iniciadas no âmbito do projeto:

- Em 12–14 de maio de 2017, o ‘Seminário Energia Renovável e Sistema Elétrico Fora da Rede para Países da África Oriental’ foi realizado para trocar conhecimentos. Mais de 20 representantes de Burundi, Etiópia, Quênia, Ruanda, Uganda e da República Unida da Tanzânia participaram do seminário, que apresentou a situação energética e questões emergentes, partilhou conhecimento técnico e experiência comprovada e demonstrou soluções práticas no sistema de energia fora da rede, etc., buscando assim a transferência das melhores práticas para o benefício mútuo entre os países da África Oriental e abordar as questões comuns de falta de energia, mudança climática e parceria conjunta. No final do seminário, os participantes assinaram uma resolução cooperativa para aprimorar a colaboração em pesquisa e desenvolvimento para o longo prazo e são incentivados a disseminar conhecimento técnico e prático para centenas de profissionais e

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



© Instituto Nacional de Pesquisa de Eletrificação Rural,

auxiliar os decisores políticos dos países respectivos, a estimular o desenvolvimento de energias renováveis.

- Em 31 de outubro de 2017, o Presidente da AASTU de Etiópia visitou a China, e ambas as partes discutiram o trabalho de acompanhamento e outras questões de cooperação do Centro.
- De 2 a 13 de maio de 2018, a delegação chinesa visitou Ruanda, Etiópia, Uganda e Quênia, respectivamente, para cooperação bilateral e multilateral em capacitação, pesquisa e desenvolvimento conjuntos, demonstração de projetos e transferência técnica, etc. A visita trouxe resultados lucrativos.
- De 20 de junho a 20 de agosto de 2018, um estudante graduado foi enviado da AASTU para a China para um estudo de pesquisa sobre energia renovável e sistema de geração de energia híbrida. Sob a orientação de supervisores chineses, o aluno aprendeu muito sobre o desenvolvimento de energia renovável na China, incluindo as políticas de gestão, padrões técnicos e experiência prática, e concluiu seu trabalho de pesquisa.
- O Diretor Geral do CHH visitou Ruanda e Etiópia de 4 a 11 de agosto de 2018 para discutir a criação do 'Centro de Pesquisa, Transferência Técnica e Treinamento em Energia Renovável e Eletrificação Rural para África Oriental', as próximas atividades de cooperação em Ruanda, como também a gestão e operação do centro na Etiópia.

Portanto, o Centro será sustentável e reproduzível com importante apoio de governos de países africanos e da China, e potencial patrocínio de organizações das Nações Unidas, especialmente do Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul. AASTU está atualmente fornecendo suporte logístico, como local e transporte, enquanto *Uganda Electricity Generation Co. Ltd.*, *Energy Development Corporation Ltd.* de Ruanda, *Quênia Power & Lighting Co. Ltd.*, e a Associação de Energia Renovável da Tanzânia, entre outras, participou ativamente do intercâmbio técnico e desenvolvimento de talentos, entre outras atividades. O estabelecimento e operação do Centro estão melhorando a cooperação internacional em infraestrutura, desenvolvimento ambiental, redução da pobreza, bem como nas humanidades entre os países africanos.

Contato:

Nome: Divisão de Relações Exteriores e Treinamento

Organização: Instituto Nacional de Pesquisa para Eletrificação Rural; Ministério de Recursos Hídricos, China; Centro Regional Hangzhou (Ásia-Pacífico) para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

E-mail: jshi@hrcshp.org / nlin@hrcshp.org

NOME DO PROJETO: Centro de Pesquisa, Transferência Técnica, e Treinamento em Energia Renovável e Eletrificação Rural

PAÍSES/REGIÕES: Burundi, China, Etiópia, Quênia, Ruanda, Uganda e República Unida da Tanzânia

INDICADO POR: Centro Internacional para Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 7.1, 7.a, 13.1, 13.3, 13.b, 17.6, 17.9, 17.16

APOIO: Fundo em Fideicomisso Perez Guerrero

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Instituto Nacional de Pesquisa para Eletrificação Rural, Ministério de Recursos Hídricos, Centro Regional China/Hangzhou (Ásia-Pacífico) para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2018

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/34H3O28>



Cooperação Trilateral em Metrologia de Gás Natural na América Latina

Quantificar o volume e energia do gás natural é fundamental para o desenvolvimento sustentável das estratégias de energia nacionais e regionais

Desafio

O gás natural é uma das principais fontes de energia na Bolívia e no Peru. Os dois países careciam de recursos de medição para caracterizar o gás natural, importante para o abastecimento e comércio nacional. Como resultado, não foi possível garantir a rastreabilidade de medições pois os resultados dos volumes e valores energéticos não são confiáveis. Isso gerou obstáculos para a integração regional com institutos e organizações congêneres de infraestrutura de mineração e distribuição de gás. Com base nas respectivas estratégias nacionais, os laboratórios de referência devem ser capazes de determinar os parâmetros corretos desta fonte de energia.

Rumo a uma Solução

A gestão e o controle dos recursos de gás natural são essenciais para a composição da matriz energética de um país. O conceito do projeto foi baseado em uma solicitação dos Institutos Nacionais de Metrologia (INM) do Peru e da Bolívia para melhorar os recursos necessários para medir a quantidade e qualidade do gás natural. Os INMs do México e do Brasil ofereceram apoio ao projeto por meio da troca de informações e assistência técnica em uma iniciativa de cooperação Sul-Sul.

Os INMs são responsáveis por fornecer medições precisas e comparáveis. Na prática, isso é alcançado por meio do Sistema Internacional de Unidades (SIU), um acordo mundial de referência que define as sete quantidades físicas como bases fundamentais. Para o gás natural, isso se aplica à medição física do volume do fluxo de gás e a medição química do valor energético. Peru e Bolívia visavam estabelecer esses recursos em seus laboratórios. Os INMs do Brasil e do México contribuíram com assistência técnica, pois já possuíam laboratórios de nível internacionalmente reconhecido e utilizavam as técnicas e equipamentos que o Peru e a Bolívia usariam.

Para obter valores de medição comparáveis e reconhecíveis, é necessária a cooperação entre diferentes parceiros. Isso inclui a sincronização de métodos de medição, apoiados por comparações entre laboratórios. Laboratórios em diferentes países medem uma amostra e comparam os resultados para determinar o grau de equivalência. O resultado desejado são medições confiáveis e comparáveis – um pré-requisito para o comércio internacional e doméstico.

Numa primeira fase, as capacidades de medição para o Peru e a Bolívia foram adotadas, e a equipe foi treinada pelos INMs do México e do Brasil para responder aos critérios internacionais, de modo que os INMs dos países beneficiários pudessem posteriormente fornecer um serviço nacional de medição de fluxo confiável e composição do gás natural para os usuários.

A relevância regional da harmonização e colaboração no campo do gás natural motivou a Colômbia, o Chile e a Argentina a compartilhar suas necessidades e capacidades com os parceiros do projeto. Portanto, na segunda fase, a Argentina, México e o Brasil prestaram uma consultoria de assistência técnica, capacitando a equipe dos laboratórios de toda a região. Além disso, o INM argentino começou como laboratório de referência para a preparação de uma comparação entre os laboratórios participantes. A comparação foi concluída após o término formal do projeto financiado por os INMs participantes.

A Colômbia e o Chile assessoraram com meios próprios a capacitação e assessoria, e começaram a desenvol-



© PTB

ver planos nacionais para a elaboração das técnicas e da tecnologia para administrar por conta própria os recursos de energia. Os INMs do Peru e da Bolívia agora operam como autoridades nacionais com seus próprios laboratórios que continuam a atualizar.

O sucesso do projeto foi resultado da forte motivação dos institutos parceiros. **Iniciou uma plataforma para coordenação e ajudou a estreitar as relações e a fluxo de informação entre estes institutos, o que estabeleceu relações constantes entre os países.**

Os participantes gostaram de aprender uns com os outros como iguais por meio da cooperação com outros institutos que enfrentam ou enfrentaram desafios semelhantes. Como todos esses países e seus institutos também fazem parte de uma organização regional, o Sistema Interamericano de Metrologia (SIM), os benefícios do projeto estão distribuídos na região.

A aceitação internacional dos resultados de medição é um componente muito importante dos sistemas de qualidade que sustentam

as atividades comerciais em todo o mundo. A capacidade laboratorial fornece ao mercado nacional medições precisas e permite aos clientes otimizar suas atividades no setor de gás. Também permite se relacionar com a comunidade metrológica no campo da medição de gás e, assim, obter e manter o reconhecimento internacional de suas capacidades de medição. Este reconhecimento é baseado, entre outros, na colaboração contínua entre institutos pares. Comparações entre laboratórios e análises mútuas de sistemas de qualidade e habilidades técnicas, bem como trocas entre equipes técnicas, são elementos de sustentabilidade. Por meio do SIM, os países da região estão atingindo um nível homogêneo de medição de gás que permite consolidar os INMs no contexto global da metrologia.

Contato:

Nome: Sr. Ulf Hillner

Cargo: Diretor Regional da América Latina e Caribe

Organização: *Physikalisch-Technische Bundesanstalt* (PTB)

E-mail: ulf.hillner@ptb.de

NOME DO PROJETO: Cooperação Trilateral em Metrologia de Gás Natural na América Latina

PAÍSES/REGIÕES: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru

INDICADO POR: Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Alemanha

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 7.1, 7.3, 7-a, 7-b, 9.1, 9.2, 9-b

APOIO: *Physikalisch-Technische Bundesanstalt* (PTB), Instituto Nacional de Metrologia (INM)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Institutos Nacionais de Metrologia (INMs) dos países participantes

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2007–2015

SITE DO PROJETO: www.ptb.de/9.3



Projeto Lar Solar

Uso de energia renovável para promover inclusão social

Desafio

As Maurícias ainda depende fortemente de combustíveis fósseis, que precisam ser importados, para atender sua demanda energética. De acordo com o Roteiro de Energia Renovável 2030¹, em 2019, o país gerou 78.3 por cento de sua eletricidade de fontes não renováveis, compostas principalmente de petróleo e carvão. As emissões de gases de efeito estufa resultantes têm impactos na saúde e no meio ambiente. Apenas 21.7 por cento de sua energia vem de fontes renováveis, principalmente bagaço, energia hídrica, eólica, gás do lixo e solar. A necessidade de integrar mais fontes de energia renovável na matriz de energia elétrica há tempos é reconhecida pelo Governo e simplificada nas políticas nacionais relevantes.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar este desafio, o Governo das Maurícias desenvolveu um roteiro para as energias renováveis com a intenção de aumentar o alcance de energias renováveis para 35 por cento do cabaz energético até 2025 e 40 por cento até 2030. Uma das estratégias principais no roteiro é a instalação de 35 mil unidades fotovoltaicas de telhado até 2025 e 50 mil até 2030.

Dentro dessa estratégia, o Projeto Lar Solar tem como objetivo envolver famílias de baixa renda na produção de energia elétrica, com o objetivo de melhorar seu padrão de vida e possibilitar o desenvolvimento de pequenos negócios.

Em 2017, o projeto garantiu um empréstimo de US\$ 10 milhões do Fundo de Desenvolvimento de Abu Dhabi e da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA). Está a ser implementado pelo Conselho Central de Eletricidade (CEB), organismo paraestatal responsável unicamente pelo transporte, distribuição e fornecimento de energia elétrica à população. Sistemas solares fotovoltaicos estão sendo instalados nos telhados de 10.000 famílias como parte dos esforços do Governo para aliviar a pobreza, contribuindo para as metas nacionais de energia renovável.

As famílias se beneficiarão de economias significativas em suas contas de eletricidade. Além disso, o projeto adicionará 10 MW de capacidade de energia renovável à rede, resultando numa economia de mais de \$35 milhões na importação de combustíveis fósseis ao longo da vida do projeto. Também melhorará a segurança energética. Cada domicílio será beneficiado com 50 kWh de energia elétrica gratuita numa base mensal, por um período de 20 anos. Qualquer eletricidade excedente gerada está sendo injetada na rede. O projeto está sendo implementado em cinco fases nas Maurícias, incluindo o território de Rodrigues. As três primeiras fases serão concluídas até 2025.

Os principais parceiros do projeto são o Ministério da Energia e Serviços Públicos, o CEB e o CEB (Green Energy) Co. Ltd. Este último é uma empresa privada de propriedade total da CEB que é responsável pela promoção e desenvolvimento de energia renovável. A IRENA e o Fundo de Desenvolvimento de Abu Dhabi também estão envolvidos no projeto.

¹ Ministério de Energia e Serviços Públicos das Maurícias, Roteiro de Energia Renovável 2030 no Setor de Energia (Agosto 2019)



© CEB (Green Energy) Co. Ltd

Até o momento, cerca de 1.000 kits solares fotovoltaicos de 1 kW foram instalados nos telhados de residências de baixa renda. O excesso de eletricidade injetado na rede gerará economia para a CEB, permitindo-lhes reinvestir em projetos parecidos no futuro.

O modelo do projeto é muito simples e pode ser reproduzido em Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento com boa insolação solar, e países promovendo a energia solar em sua matriz elétrica.

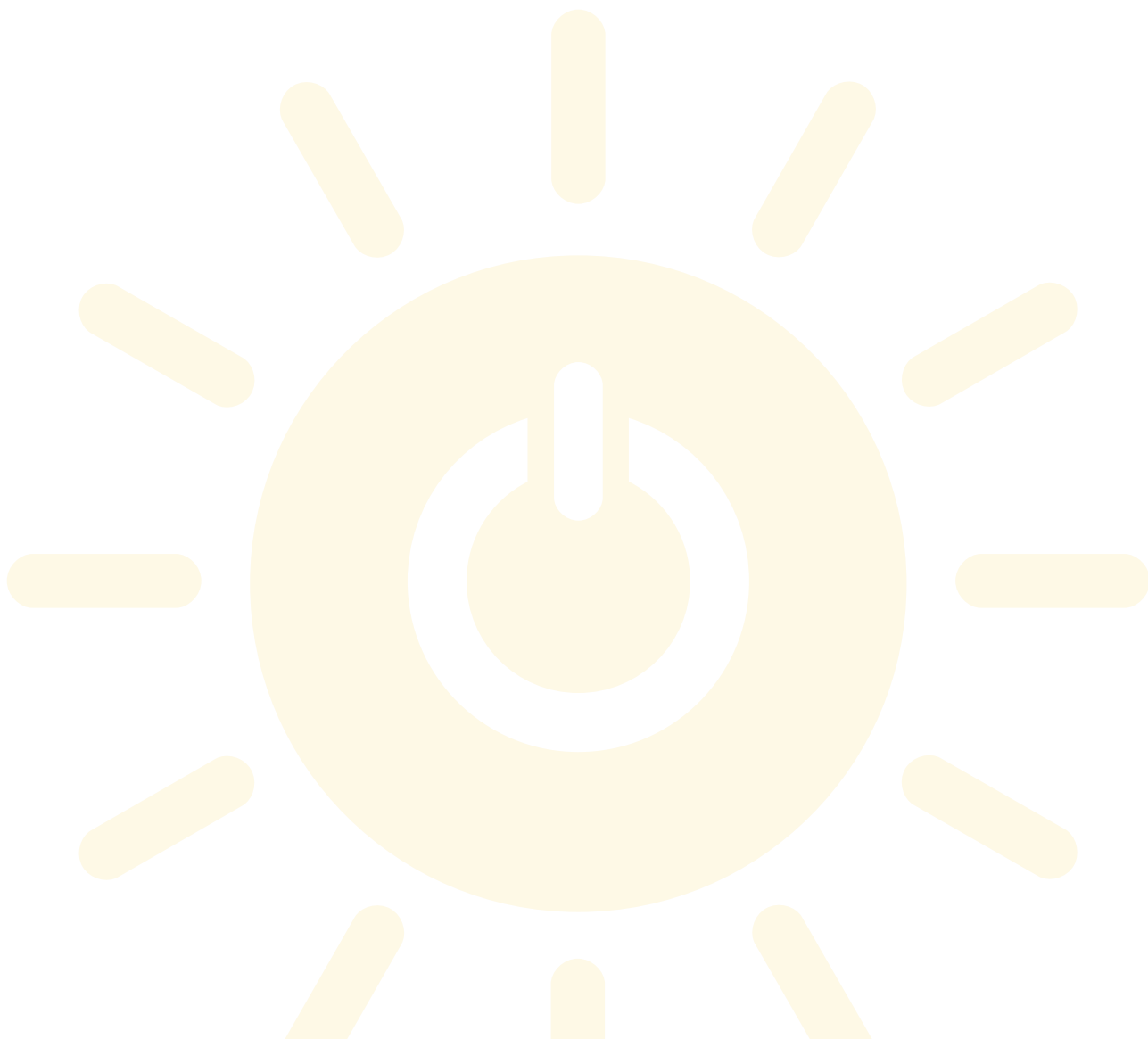
Contato:

Nome: Sr Maheswur Raj Dayal

Cargo: Diretor Geral

Organização: CEB (Green Energy) Co. Ltd

E-mail: mahesh.dayal@ceb.intnet.mu



NOME DO PROJETO: Projeto Lar Solar

PAÍSES/REGIÕES: Maurício, Emirados Árabes Unidos

INDICADO POR: Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 7.1, 7.2, 7.a, 7.b

APOIO: Fundo para Desenvolvimento de Abu Dhabi

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: CEB (Green Energy) Co. Ltd.

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2023

SITE DO PROJETO: Não Disponível



Fundo de Energia Renovável para o Caribe dos Emirados Árabes Unidos

Conceder US\$ 50 milhões para a redução de custos de energia e poluição, com padrões de gênero e resiliência

Desafio

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Caribe (SIDS) enfrentam alguns dos maiores custos de energia do mundo, devido à dependência de diesel importado e caro, que tem efeitos adversos sobre o crescimento econômico. Muitos dos países também enfrentam uma vulnerabilidade significativa a desastres climáticos como furacões, em seus sistemas de energia. Embora a energia renovável atualmente seja a fonte de energia mais acessível em todos os países, muitos SIDS não têm um setor de energias renováveis desenvolvido com um histórico de implementação de projetos. Consequentemente, construir rapidamente projetos de energia renovável de alta qualidade pode potencialmente provar a todos os acionistas que as energias renováveis podem reduzir imediatamente os custos, fornecer energia confiável e criar empregos – e, assim, gerar interesse e políticas para permitir mais ativos de geração de energia renovável.

Rumo a uma Solução

O Fundo de Energia Renovável no Caribe dos Emirados Árabes Unidos fornece US\$ 50 milhões em doações para projetos de energia renovável nos 16 países do Caribe classificados pelas Nações Unidas como Pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

O Fundo de Energia Renovável dos Emirados Árabes Unidos e do Caribe foi estabelecido com dois objetivos principais:

- Aumentar o uso e a resiliência das aplicações de energia renovável na região, inclusive em setores relacionados, como água e resíduos, de acordo com os planos nacionais de desenvolvimento e energia.
- Expandir a experiência técnica na concepção, implementação e gestão de projetos de energia renovável, para facilitar uma implantação mais rápida e de baixo custo no futuro.

O Fundo responde ao alto custo da energia nos países caribenhos de SIDS, identificado como a principal barreira ao crescimento pela Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA) e pelo Caminho de Samoa.

O Fundo normalmente habilita uma das primeiras ou maiores instalações de energia renovável nas localizações do projeto, com uma mistura de energia solar em escala de utilidade e fora da rede, e é projetado para ajudar a dar o pontapé inicial ou melhorar a indústria local, ao mesmo tempo em que aumenta a resiliência às mudanças climáticas de sistema de energia. O Fundo fez parceria com outras organizações: por exemplo, para financiar em conjunto a reconstrução verde do sistema de energia de Barbuda com o Fundo de Desenvolvimento da Comunidade do Caribe (CARICOM) e o Ministério de Relações Internacionais e Comércio da Nova Zelândia, bem como para realizar o trabalho de escopo do *Rocky Mountain Institute*, *Carbon War Room* e projeto da Fundação Clinton para a implementação. Até o momento, três projetos (Bahamas, Barbados e São Vicente e Granadinas) foram comissionados no âmbito do Fundo, três estão em construção (Antígua e Barbuda, Belize e Dominica), sete estão se preparando para aquisições (República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Santa Lúcia, Suriname e Trinidad e Tobago) e três estão em fase de viabilidade (Cuba, Jamaica e São Cristóvão e Névis).

A energia renovável agora é significativamente mais barata do que o diesel nos 16 países, mas a implantação não acompanhou essa mudança econômica, muitas vezes devido à falta de precedentes de desenvolvimento de projetos. Os Emirados Árabes Unidos enfrentaram uma situação semelhante em seu próprio desenvolvimento de energia renovável e descobriram que as injeções de financiamento público para hardware eram altamente eficazes



© Ministério de Relações Internacionais e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos

na comercialização rápida de tecnologias de energia solar.

Uma das inovações do Fundo é a concessão de subsídios para hardware (painéis solares, conversores, atualizações de rede, etc.) com treinamento integrado e desenvolvimento de capacidade, para que os parceiros apliquem suas habilidades em projetos concretos que são realmente construídos e operados. Os governos dos Emirados Árabes Unidos e do Caribe concordaram, portanto, em concentrar o Fundo em ativos de geração que pudessem demonstrar imediatamente a economia de custos da energia renovável, a viabilidade técnica e o potencial de criação de empregos, como estímulo e exemplo para o desenvolvimento futuro.

O Fundo opera de governo para governo, com os países caribenhos desenvolvendo uma lista restrita de projetos e designando um grupo de trabalho técnico (geralmente vários ministérios, a empresa de serviços relevantes e autoridades locais). O grupo, então, faz parceria com o ponto focal técnico independente dos Emirados Árabes Unidos (o desenvolvedor de projetos de energia limpa privada *Masdar*, com sede em Abu Dhabi) para selecionar o(s) projeto(s) final(is) e desenvolver o relatório de viabilidade. Uma licitação é então lançada ao mercado, priorizando empresas e conteúdos locais, bem como métricas de gênero. O financiamento é transparente. O grupo técnico do governo e a *Masdar* gerenciam o empreiteiro até o comissionamento da planta. O Governo especifica qual entidade será a proprietária do ativo e trata de quaisquer acordos de aquisição. O projeto também deve ser autossustentável financeiramente, ou seja, não subsidiado para operação futura. Um módulo de treinamento de operação da planta de seis semanas serve como a coda do projeto. Este processo cooperativo e iterativo é projetado para construir a experiência de todas as partes interessadas (incluindo os Emirados Árabes Unidos) na supervisão de projetos de energia renovável desde o conceito até a operação.

Como os projetos costumam ser os primeiros desse tipo, eles costumam ter impactos regulatórios. Por exemplo, o acordo inicial entre o Governo e a concessionária para o projeto do Fundo nas Bahamas criou o modelo para produtores independentes de energia em grande

escala, facilitando projetos futuros.

O Fundo também inclui um padrão de resiliência e gênero. O padrão de resiliência exige que os projetos avaliem e melhorem sua localização e durabilidade em relação a eventos climáticos extremos (principalmente furacões). O padrão de gênero requer uma análise de gênero para o conceito do projeto, bem como a consideração e relatórios sobre o equilíbrio de gênero na contratação de pessoal e aquisições.

Em termos de resultados, os três primeiros projetos implementados nas Bahamas, Barbados e São Vicente e Granadinas resultaram numa poupança anual imediata de US\$ 1.3 milhão, ao evitar 995 mil litros de diesel. A poupança anual de carbono dos três projetos é estimada em 2.7 milhões de kg, e dez pessoas, e dez pessoas em cada país receberam treinamento direto no desenvolvimento de projetos e operação da planta. O projeto de energia solar e bateria na Ilha de União em São Vicente e Granadinas também é uma das primeiras ilhas na região a atingir 100 por cento de energia solar durante os períodos de sol, criando um ponto de prova para energias renováveis + tecnologia de bateria.

As práticas e experiências do Fundo são compartilhadas por parceiros globais e regionais, incluindo a Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), a unidade de energia da CARICOM, a *Caribbean Electric Utility Services Corporation*, a associação da indústria de energia, CARILEC e o *Rocky Mountain Institute / Carbon War Room*. O Fundo também transfere experiência significativa do Fundo de Parceria dos Emirados Árabes Unidos e o Pacífico, um fundo de subsídio de US\$ 50 milhões para energia renovável, desenvolvido de forma semelhante em 11 países do Pacífico entre 2013 e 2016.

Contato

Nome: Sr. Dane McQueen

Cargo: Consultor Sênior de Desenvolvimento Humanitários

Organização: Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos

E-mail: d_mcqueen@mofaic.gov.ae

NOME DO PROJETO: Fundo de Energia Renovável no Caribe dos Emirados Árabes Unidos

PAÍSES/REGIÕES: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, São Kits e Névis, São Lúcia, São Vicente e as Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Emirados Árabes Unidos

INDICADO POR: Ministério de Relações Internacionais e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.2, 5-b, 7.1, 7.2, 7-b, 8.2, 8.3, 8.4, 8.9, 9.1, 9.4, 9-a, 13.1, 13-a, 13-b, 17.3, 17.6, 17.7, 17.9

APOIO: Ministério de Relações Internacionais e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Variedade de agências governamentais e serviços públicos em cada um dos 16 países caribenhos + Fundo de Desenvolvimento de Abu Dabi, Masdar e o Ministério de Relações Internacionais e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos. Cofinanciado pelo Fundo de Desenvolvimento da CARICOM, Ministério de Relações Exteriores e Comércio da Nova Zelândia, e *Rocky Mountain Institute / Carbon War Room / Fundação Clinton*.

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2022

SITE DO PROJETO: Não Disponível

Solarização das Residências de Chefes de Estado nos Países Membros do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico

Promover o uso da energia solar por meio da instalação de sistemas solares fotovoltaicos nos países insulares do Pacífico

Desafio

Os Países Ilhas do Pacífico (PICs) enfrentam desafios de energia, incluindo:

- dependência excessiva de combustíveis fósseis;
- alto custo para desenvolvimento de recursos energéticos e extensão de serviços a populações remotas;
- baixa qualidade dos dados e tendências de energia;
- pequena base de pessoas qualificadas para lidar com os problemas;
- posições de negociação fracas com fornecedores de petróleo;
- exposição a altos custos logísticos.

Em resposta a esses Desafios, uma solução clara e central em grande parte do Pacífico é a instalação de sistemas solares fotovoltaicos (PV). As reduções de preço do fotovoltaico na última década levaram o custo da eletricidade solar gerada ao ponto em que é competitivo com a maioria das formas de geração de energia comercial, principalmente por motores a diesel. Os PICs têm como objetivo o aumento da escala de energia renovável para compensar os altos preços e buscar soluções dentro e fora da rede para melhor acesso, qualidade e eficiência à energia.

Rumo a uma Solução

Através da iniciativa “Solarização de Residências de Chefes de Estado nos Países Membros do PIDF”, o Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (PIDF) e a organização sem fins lucrativos Chefe de Estado Solar (SHOS) visaram aumentar o perfil da instalação e uso de energia solar em PICs com os Chefes de Estado que apoiam a tecnologia.

A iniciativa reúne uma organização regional (PIDF–SHOS), parceiro de Desenvolvimento Sul Global (Governo de Índia por meio do Fundo de Parceria Índia–ONU para o Desenvolvimento administrado pelo Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul [UNOSSC]) e uma agência executora (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD). Incluindo à Solaria, parceira do setor privado com sede nos Estados Unidos, que está doando os painéis solares.

A iniciativa está sendo implementada em 11 PICs: Fiji, Estados Federados da Micronésia, Kiribati, República das Ilhas Marshall (RMI), Nauru, Palau, Ilhas Salomão, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.

Ter um sistema solar instalado em edifícios públicos, incluindo a residência executiva de um país, passa a experiência em primeira mão dos benefícios comprovados da tecnologia renovável, que incentiva ainda mais o desenvolvimento e adoção de políticas de energia renovável. Cada sistema é um projeto de demonstração que inspira a adoção em massa de energia solar e outras tecnologias de energia renovável pelos cidadãos do país e de todo o mundo. Os projetos podem ser usados para envolver o público por meio de campanhas eficazes de alcance comunitário. A experiência global na concepção e instalação de sistemas solares para cada projeto, a SHOS e o PIDF facilita a troca de conhecimentos críticos para os PICs participantes.

A SHOS tem experiência comprovada e já instalou esses sistemas nas Maldivas (Residência Oficial Presidencial), Santa Lúcia (residência pública do Governador Geral) e Jamaica (Escritório Executivo Nacional, Casa da Jamaica).

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



© PIDF

Com base no trabalho anterior, o projeto trabalhará diligentemente e proativamente para organizar atividades complementares e/ou conjuntas adequadas e, quando pertinente, desenvolver atividades práticas de acompanhamento. O PIDF e o Instituto de Crescimento Verde Mundial (GGGI), com financiamento da Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA), estão colaborando no projeto 'Capacitação para fortalecer a implementação sustentável de tecnologias de energia renovável para acesso à energia rural' em vários países. O projeto está sendo implementado em três dos países, Fiji, Ilhas Salomão e Vanuatu, e o PIDF liderará a implementação nas Ilhas Salomão. Possíveis colaborações incluem treinamento em instalação, operação e manutenção de sistemas solares fotovoltaicos, conscientização pública sobre energia sustentável (por exemplo, divulgar projetos solares fotovoltaicos nas novas políticas e planos nacionais de energia). O PNUD tem projetos de energia sustentável contínuos em Tuvalu, Nauru e Vanuatu, e projetos em desenvolvimento em outros países.

Todos os PICs enviaram contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), e a República das Ilhas Marshall (RMI) apresentou sua segunda em novembro de 2018. O compromisso nacional de mitigação das mudanças climáticas aborda as principais causas de emissões de gases de efeito estufa (GEE) nacional, mas o foco está no setor de energia. A maioria dos NDCs incluem metas de redução de emissões de GEE, e alguns têm metas incondicionais e condicionais para mitigação considerando a necessidade comum, incluindo financiamento, suporte técnico e/ou capacitação. Alguns visam a penetração de energia 100 por cento renovável até 2030, como Fiji, Tuvalu e Vanuatu.

O elemento mais importante dessa iniciativa são as parcerias envolvidas. Várias organizações baseadas em diferentes países e regiões do mundo estão envolvidas, incluindo do setor público, setor privado e sociedade civil: (i) nos PICs, os parceiros incluem os escritórios do chefe de estado, concessionárias de energia e empresas privadas; (ii) a nível regional, os parceiros incluem o PIDF e o PNUD; e (iii) a nível internacional, SHOS, Solaria, Governo de Índia e UNOSSC.

Há potencial de expansão das instalações individuais para torná-las mais do que simples instalações fotovoltaicas, mas totalmente 100 por cento renovável de eletricidade para as casas do estado, incluindo armazenamento de bateria e outros esforços de sustentabilidade nas residências. Estes esforços podem incluir a eletrificação de ferramentas de manutenção de jardins, utilização de veículos eléctricos por funcionários do Governo ou trabalhadores de jardins, instalação de estações de carregamento de veículos eléctricos, etc. Existe alguma margem para um aumento de escala na região das Ilhas do Pacífico; por exemplo, sistemas fotovoltaicos solares poderiam ser instalados em residências executivas nas Ilhas Cook, Papua Nova Guiné e Samoa. No entanto, há um escopo significativo para aumento em outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

Contato:

Nome: Sr. Viliame Kasanawaqa

Cargo: Chefe de Pesquisa e Avaliação de Políticas

Organização: Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico

E-mail: viliame.kasanawaqa@pidf.int

NOME DO PROJETO: Solarização das Residências de Chefes de Estados Membros do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico

PAÍSES/REGIÕES: Países Membros do PIDF (Estados Federados da Micronésia, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Palau, Ilhas Salomão, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu e Vanuatu)

INDICADO POR: Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (PIDF)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 7.2, 7-a, 13.2, 17.9

APOIO: Fundo de Parceria para o Desenvolvimento da Índia–Nações Unidas

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PIDF; Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas; Chefe do Estado Solar

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2020–2022

SITE DO PROJETO: <http://greenbusiness.solutions/shos>

Seguindo o Carbono para Energia Limpa na Ásia

Acelerando a eficiência energética, as energias renováveis e as soluções de gás natural entre os países de renda média da Ásia

Desafio

Mais de 80 por cento das novas usinas termelétricas a carvão em todo o mundo que começaram a operar entre 2017 e 2020 estão em países de renda média na Ásia: República Popular da China, Índia, Indonésia, Paquistão, Filipinas e Vietnã. Além das usinas que estavam em operação nesses países, essas novas usinas de energia garantiram 260 gigas toneladas de emissões de dióxido de carbono ao longo de sua vida útil restante. Isso excederia o orçamento de carbono do setor de energia em linha com os caminhos de mitigação consistentes com a limitação do aquecimento global a 2° C. O apoio a políticas e investimentos para maximizar a eficiência energética e a energia limpa nos países asiáticos, portanto, não só beneficiará as populações locais por meio de maior produtividade energética e ar mais limpo, mas também contribuirá de forma crítica para as metas do Acordo de Paris.

Embora a eficiência energética (EE) seja conhecida como o 'primeiro combustível' do desenvolvimento econômico, devido ao seu enorme potencial e baixo custo, o progresso da implementação tem sido lento, principalmente devido às dificuldades em encontrar modelos de negócios escaláveis e atrair capital comercial para apoiar esses investimentos. Por várias razões institucionais e técnicas, países ao redor do mundo, especialmente países de renda média no sul, leste e sudeste da Ásia, têm se esforçado para identificar mecanismos escaláveis para promover a EE.

Todos esses países têm um portfólio de energia renovável (ER), mas precisam desenvolver políticas de expansão acessíveis. Estavam ansiosos para entender e superar as restrições e gerar energia renovável (ER) com custos menores.

Rumo a uma Solução

O objetivo desse intercâmbio de conhecimento foi melhorar a capacidade da China, Índia, Indonésia, Paquistão, Filipinas e Vietnã de alcançar suas respectivas ambições nacionais de energia de baixo carbono, otimizando suas políticas de EE, ER e gás, desenvolvendo modelos de negócios de sucesso e adoção de mecanismos de financiamento adequados. **O objetivo do intercâmbio era permitir que os pares nos países participantes troquem experiências e lições aprendidas na formulação e implementação de políticas para fornecer energia de baixo carbono a um custo mínimo para os usuários finais, inclusive por meio da participação do setor privado em seus países de origem.**

Para traduzir rapidamente os modelos de negócios entre países para negócios transversais semelhantes, três *workshops* de intercâmbio de conhecimento foram organizados em conjunto e facilitados por uma equipe do Banco Mundial como parte da iniciativa Seguir o Carbono/Transição de Energia (FTC / ET) na Ásia: o primeiro dois em Cingapura e o terceiro em Qinghai, China. Os *workshops* consistiram em sessões de painel de especialistas, visitas ao local e networking.

Sessões de painel de especialistas

Os *workshops* incluíram três eventos separados de troca de conhecimento sobre Leilão de RE, EE e Integração de Rede de RE. Especialistas em recursos compartilharam suas experiências e lições aprendidas; e eles eram de: (i) países que realizaram com sucesso os leilões de RE (Brasil, Índia, Peru, África do Sul e Emirados Árabes Unidos); (ii) países que implementaram com sucesso políticas e programas de EE (China, Índia, Japão, México, República da Coreia, Cingapura e Reino Unido); e (iii) países que estão integrando ER com sucesso em seus sistemas de energia (Austrália, Dinamarca, Espanha e Estados Unidos).

Visitas ao Local

Visitas presenciais foram organizadas para a maior e mais eficiente instalação de refrigeração distrital do mundo, um hotel ecológico e um hospital ecológico para demonstrar a experiência de Cingapura com edifícios verdes. O *workshop* Integração da Rede de RE incluiu visitas presenciais ao maior parque solar fotovoltaico (PV) do mundo em Qinghai, a maior estação de energia híbrida PV e hidroelétrica em Long Yang Gorge e o centro de despacho de Qinghai Grid Company em Xining para mostrar sua experiência de integração de 100 por cento da rede de RE durante nove dias consecutivos.

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



© World Bank

Networking

Os *workshops* foram intercalados com atividades de *networking* entre representantes da FTC/ET nos países, especialistas em recursos e funcionários do Banco Mundial.

Resultados e Aprendizado

Novos Conhecimentos

Leilão de Energia Renovável

- Entre as três opções de política de ER (contratos de ofertas padrão, padrões de portfólio de ER e leilões), os contratos de ofertas padrão aumentaram com sucesso a ER em um curto período de tempo. No entanto, os níveis das tarifas tendem a ser altos, o que pode resultar numa carga adicional para os consumidores ou governos por subsídios de ER. De acordo com uma tendência global recente, há um número crescente de países mudando contratos de ofertas padrão para esquemas de leilão, o que levou a um rápido declínio do preço da energia solar fotovoltaica e eólica, resultando num aumento maciço de investimentos. Quase todos os países representados no *workshop* que implementaram com sucesso os esquemas de leilão de ER alcançaram tarifas solares fotovoltaicas que são competitivas com a geração de energia convencional, mesmo em comparação com o carvão como combustível de base na Índia e África do Sul.
- Além de níveis de tarifa adequados com contratos de compra de energia de longo prazo, políticas de ER bem-sucedidas também devem exigir que o acesso obrigatório à rede e custos incrementais, se houver, sejam repassados aos consumidores.
- Os preços da eletricidade solar fotovoltaica são principalmente impulsionados pelos custos de investimento, custo de financiamento, custo de terreno e mão de obra e recursos solares. Os preços atuais são sustentáveis ao longo do tempo, mas a taxa de queda pode diminuir.

Eficiência Energética

- Políticas condutoras são à força motriz para gerar à demanda de mercado e catalisar investimentos em EE. Experiências bem-sucedidas de EE demonstraram que políticas obrigatórias baseadas em resultados são mais eficazes do que abordagens voluntárias baseadas em contribuições, e regulamentações fortes devem ser acompanhadas de incentivos financeiros. China e Índia adotaram metas obrigatórias de EE para a indústria. A China adotou uma abordagem de cima para baixo na alocação de metas de EE para cada província e 17.000 empresas industriais com uso intensivo de energia, e responsabilizou as partes obrigadas pelo cumprimento das metas. O esquema Executar, Alcançar, Trocar (PAT) da Índia é um esquema orientado pelo mercado em

que as metas de economia de energia são alocadas aos setores da indústria e permitem a comercialização de certificados de poupança de energia para atingir as metas nacionais com custo mínimo.

Rede de integração de energia renovável

- Os países FTC/ET estão em várias fases de integração da rede de energia renovável variável (ERV) (energia solar fotovoltaica e eólica). A maioria dos países do sudeste asiático está na fase inicial, com uma participação muito baixa de ERV no sistema de rede. China e Índia têm uma participação notável de ERV no sistema, e algumas regiões da China, como o Noroeste, experimentaram uma participação muito alta de ERV no sistema de rede. Todos têm um enorme potencial de expansão ao longo do tempo com soluções técnicas comprovadas e reformas institucionais. De uma perspectiva técnica, a integração de altos níveis de ERV em redes de energia elétrica convencionais apresenta desafios distintos devido à natureza intermitente da energia solar fotovoltaica e eólica.

Novas e Aprimoradas Ações

Após os *workshops*, os seis países começaram a adaptar o conhecimento aprendido ao seu contexto específico e a potencializar a rede recém-estabelecida para esforços conjuntos na maximização da EE e energia limpa. Ao longo do processo, novas e aprimoradas ações foram realizadas.

Avançando

Todos os países FTC/ET decidiram sobre planos de acompanhamento para pilotar ou implementar leilões de ER.

Imediatamente após o *workshop* de leilão de RE em Cingapura, as equipes do Banco Mundial na Indonésia e no Vietnã conduziram *workshops* de acompanhamento no país e discussões sobre leilões de RE. Especialistas em recursos do *workshop* Cingapura foram convocados para essas consultas. A equipe do Banco Mundial no Paquistão manteve discussões de acompanhamento com seus colegas do governo sobre como apoiá-los no leilão de RE. Todas as três equipes fizeram planos para mobilizar fundos fiduciários para apoiar seus respectivos países na pilotagem de esquemas de leilão de energia solar, e fontes potenciais de financiamento foram identificadas.

Contato:

Nome: Sr. Laurent Porte

Cargo: Diretor do Programa, Unidade Sul-Sul

Organização: Banco Mundial

E-mail: lporte@worldbank.org

NOME DO PROJETO: Seguindo o Carbono para Energia Limpa na Ásia

PAÍSES/REGIÕES: Austrália, Brasil, China, Dinamarca, Índia, Indonésia, Japão, México, Paquistão, Peru, as Filipinas, República

INDICADO POR: Banco Mundial

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 7.2, 7.a, 17.9

APOIO: Escritório Regional do Banco Mundial

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Governos de China, Índia, Indonésia, Paquistão, as Filipinas e Vietnã, Banco Mundial, Especialistas de Austrália, Brasil, China, Dinamarca, Índia, Japão, México Peru, República da Coreia Cingapura, África do Sul, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2018

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3aUWj8V>



ekShop: Assistência ao Comércio Eletrônico para Empoderar as Comunidades Rurais

Empregar uma plataforma de comércio eletrônico exclusiva para facilitar um maior acesso a oportunidades econômicas para cidadãos rurais difíceis de alcançar, diminuir a divisão logística e reduzir a desigualdade

Desafio

Pessoas que vivem fora de áreas urbanas ou em zonas menos vantajosas são privadas dos benefícios da indústria emergente de comércio eletrônico, devido ao seu conhecimento de Internet inexistente ou limitado, bem como à falta de acesso a ferramentas de logística e finanças. Embora muitos distritos sejam conhecidos pela produção de bens domésticos, os produtores não recebem um preço justo devido ao acesso desigual aos meios de transporte e aos serviços financeiros digitais. Essas desigualdades levam à diminuição da produção, o que, por sua vez, aumenta as desigualdades entre as áreas rurais e urbanas. Além disso, a maioria das empresas de comércio eletrônico não tem acesso ao mercado rural, que permanece praticamente inexplorado.

Rumo a uma Solução

A visão da iniciativa *ekShop* é criar uma plataforma onde esses produtores marginais possam vender seus produtos diretamente aos clientes e tirar proveito das compras online, integrar todas as principais empresas de comércio eletrônico e logística num único canal e estender o acesso a mais de 4 mil centros físicos-digitaes. Esta iniciativa única desencadeou uma revolução 'Go Rural' dentro das indústrias de *e-commerce* e bens de consumo em rápida expansão, agindo assim como o catalisador para criar uma infraestrutura de acesso e logística altamente eficiente.

Um dos objetivos ao estabelecer o *ekShop* era reduzir as desigualdades entre as instalações de mercado nas áreas rurais e urbanas. Por meio da plataforma de mercado digitalizado e do canal de entrega da *ekShop*, os produtores rurais puderam acessar o mercado urbano e vender seus produtos em todo o país por meio de todas as principais empresas de comércio eletrônico em Bangladesh. As mulheres, em particular, são incentivadas a comercializar seus produtos artesanais.

ekShop é uma plataforma modular que usa uma interface de programação de aplicativos. Ela introduziu um sistema de pagamento seguro, fornecido pelo ESCROW, e usa um portal de pagamento integrado para promover a confiança entre compradores e vendedores. Além disso, os centros digitais são frequentemente usados como depósitos de produtos que são frequentemente encomendados por habitantes locais. Esses são centros únicos administrados por empresários cidadãos em conjunto com representantes eleitos do governo local, onde os cidadãos podem acessar mais de 150 serviços públicos e privados, alguns gratuitos e outros pagos.

Ao envolver empreendedores de centros digitais e aplicar um modelo de *e-commerce* assistido, a *ekShop* está gradualmente reduzindo a exclusão digital e aumentando a renda das populações rurais. Atualmente, a maioria das empresas de logística utiliza os centros digitais como pontos de entrega e os empresários dos centros como agentes de entrega para garantir o acesso às áreas rurais.

Em fevereiro de 2020, mais de 4 mil centros digitais foram integrados e mais de 32 mil pedidos urbanos e rurais no valor de 45 milhões de taka (mais de US\$ 530 mil) foram feitos. Além do mais, 230 kg de pedidos de agricultura rural para urbana foram feitos e produtos artesanais no valor de 20 milhões de taka (mais de US\$ 235 mil) foram vendidos. A *ekShop* tem 3.765 pontos de entrega ao domicílio com 500 micro comerciantes e concluiu mais de 100 mil pedidos. Até o momento, 300 mil consumidores foram atendidos, uma média de três por pedido. Embora a maioria dos



© Programa a2i

pagamentos tenham sido pagos em dinheiro na entrega (82 por cento), alguns empresários também usaram serviços bancários e financeiros móveis. Um total de 247 empreendedores se tornaram distribuidores locais de bens de consumo rápidos por meio do *ekShop*, e 2.100 empreendedores foram treinados em comércio eletrônico pela equipe do *ekShop*.

ekShop fornece um modelo de comércio eletrônico assistido que usa serviços de pagamento ESCROW e está focado em melhorar as vendas rurais. É a única plataforma que conecta 80 por cento dos provedores de logística do país com seu mapeamento geográfico exclusivo.

Todas as partes interessadas e parceiros envolvidos com o *ekShop* se beneficiam de cada transação. Como resultado, eles assumiram a responsabilidade pela iniciativa, junto com o Programa *Aspire to Innovate* (a2i), e a manterão continuamente. Um ecossistema de receita é estabelecido, no qual todos os fluxos de comissão conectados não precisam depender de nenhuma fonte externa. Além disso, a iniciativa levou ao estabelecimento da Política Nacional de Comércio Eletrônico de 2018 e da Política de Comércio Eletrônico para Pequenas e Médias Empresas em 2019.

ekShop cruzou fronteiras internacionais para reproduzir este modelo. Existem quatro centros operacionais:

Existem centros *ekShop* na Malásia e Cingapura e operações completas de arquitetura *ekShop* na Turquia e no Nepal. Essa transferência entre países aumentou o número de pessoas que podem acessar aos serviços digitais que o *ekShop* tem a oferecer. A *ekShop* também exporta produtos rurais para vários países.

Para que um modelo *ekShop* prospere numa área, o mercado digital deve ter vários participantes de *e-commerce* e instalações logísticas. Também deve haver uma conexão estável de Internet. Esta iniciativa tem como base a ideia de tornar as plataformas de *e-commerce* as mais acessíveis possível. Como resultado, não requer um desenho de projeto complexo ou investimento significativo.

Contato:

Nome: Sr. Rezwanul Haque Jami

Cargo: Líder da Equipe Rural e Chefe de *e-commerce* (iLab)

Organização: Programa *Aspire to Innovate* (a2i)

E-mail: rezwanul.haque@a2i.gov.bd

NOME DO PROJETO: *ekShop*: Empoderamento de Comunidades Rurais Usando Comércio Eletrônico Assistido

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, Malásia, Nepal, Turquia, Uganda

INDICADO POR: Programa *Aspire to Innovate* (a2i); Governo de Bangladesh; Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) Bangladesh

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 1.5, 1-a, 5.1, 5-a, 5-b, 5-c, 8.1, 8.2, 8.3, 8.5, 8.9, 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9-a, 9-b, 9-c, 10.1, 10.4, 10-b, 11-a, 11-c

APOIO: Departamento TIC do Escritório de Repartição Pública; PNUD

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Programa a2i, Governo de Bangladesh, PNUD Bangladesh

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2021

SITE DO PROJETO: www.ekshop.gov.bd

Inovação nos Estágios: Profissionais Qualificados para o Futuro

Aproveitando o dividendo demográfico, capacitando os jovens com habilidades significativas mais exigidas pelo mercado

Desafio

De acordo com o Banco Mundial, Bangladesh tem uma população total de 158 milhões e uma força de trabalho de 59.5 milhões, com uma taxa de crescimento da força de trabalho projetada de 2.2 por cento¹ até 2030. Aproximadamente 2 milhões de jovens ingressam na força de trabalho todos os anos². Entre eles, 0.6 milhões têm formação regular e 1.1 milhão são treinados por agências governamentais ou privadas de desenvolvimento de habilidades. O restante é classificado como jovens sem educação, emprego ou treinamento. Um total de 11.6 milhões de jovens se enquadra nesta categoria. Há uma lacuna significativa entre a demanda por trabalhadores qualificados nas indústrias locais e a oferta dos centros de educação e treinamento. Uma razão plausível para isso é a lacuna de comunicação e coordenação entre empregadores e agências de desenvolvimento de habilidades em Bangladesh.

Rumo a uma Solução

Aprendizagem é qualquer sistema pelo qual o empregador se compromete, por contrato, a empregar e treinar um jovem (entre as idades de 17 e 30 anos) por um período especificado com antecedência e durante o qual o aprendiz é obrigado a trabalhar a serviço do empregador. Os empregadores fornecem aos aprendizes habilidades reais no trabalho. Este é o principal ambiente de aprendizagem em que as habilidades manuais, comportamentos, atitudes e processos e procedimentos de trabalho são formados em condições reais de trabalho. Por outro lado, as instituições de formação equipam os aprendizes com uma formação mais teórica. Neste ambiente de aprendizagem, os aprendizes adquirem competências que são ensinadas de forma mais eficaz fora do local de trabalho.

O programa de aprendizagem pode ser uma solução prática para suprir a lacuna entre a demanda por trabalhadores qualificados nas indústrias locais, nos mercados de trabalho internacionais e o fornecimento garantido por centros de educação e treinamento. Esta iniciativa envolve empregadores, agências de desenvolvimento de habilidades e jovens para garantir que as habilidades orientadas pela demanda estejam sendo desenvolvidas.

O programa de aprendizagem beneficia os aprendizes, as organizações contratantes e a economia. Para os aprendizes, os estágios podem fornecer acesso a empregos de tempo integral para jovens parcialmente qualificados e não qualificados. Os certificados de conclusão ajudam os aprendizes a promover suas habilidades e capacidades para empregadores em potencial. Os estágios também contam como experiência confiável para os candidatos a emprego, que podem ser usados para melhorar seu potencial de ganhos. Além disso, as entidades empresariais que operam programas de aprendizagem têm tempo suficiente para moldar os aprendizes à cultura e estrutura de trabalho da empresa. De acordo com a Lei de Trabalho de 2013, as despesas relacionadas ao aprendizado são isentas de impostos e o equipamento de treinamento pode ser importado com isenção de impostos. Os benefícios para a economia incluem uma redução significativa na taxa de desemprego, um aumento na produtividade industrial, um crescimento econômico e ocupação de mão de obra.

1 www.documents1.worldbank.org/curated/en/834041507299981599/pdf/Main-report.pdf

2 www.blogs.worldbank.org/endpovertyinsouthasia/skilling-bangladeshs-youth-changing-job-market



© aZi Programme

Como o intermediário de inovação do governo, o programa *Aspire to Innovate* (a2i) está aplicando uma abordagem de inclusão de múltiplas partes, com metodologia de mudança de comportamento e aproveitando a rápida expansão de tecnologias para criar um ambiente propício de capacitação orientada pela demanda em Bangladesh. Nos países industrializados, pelo menos cinco por cento da nova força de trabalho tem uma oportunidade de aprendizagem, o que é crucial para criar trabalhadores qualificados. Bangladesh planeja atingir esse percentual até 2023. **Em 2017, 1.39 por cento da força de trabalho participaram no programa de aprendizagem. Esse número aumentou para dois por cento em 2018 e 2.35 por cento em 2019.**

Em termos do setor de empregos informais, 60 por cento dos aprendizes matriculados são mulheres e o programa de aprendizagem tem uma taxa de colocação profissional bem-sucedida de mais de 85 por cento, o que demonstra que esta é uma abordagem inovadora para o desenvolvimento de habilidades. Essa iniciativa é orientada pela demanda, à medida que as indústrias estão se transformando rapidamente para acompanhar o ritmo da tecnologia. A a2i também desenvolveu o Sistema de Gestão de Aprendizagem para gerenciar, monitorar e orientar programas de aprendizagem em todo o país. O centro atende a todas as necessidades das partes interessadas do programa, tanto jovens quanto empresas.

Esta abordagem consiste em registro, monitoramento, avaliação e conduzido sem problemas e que os trabalhadores sejam realmente certificados, o que garante que o programa de aprendizagem seja beneficiários. O programa coordena empregadores e agências de desenvolvimento de habilidades, o que garante sua sustentabilidade. Ele poderia ser facilmente replicado em outros países que têm uma lacuna na oferta e na demanda no mercado de trabalho.

Para expandir o programa de aprendizagem no Sul global, a a2i empreendeu atividades significativas de cooperação Sul-Sul. Assinou um memorando de entendimento com a Rede Global de Aprendizagem na Suíça em 2017 para se conectar com redes de aprendizagem em outros países e compartilhar conhecimento e experiência. Além disso, a a2i atua como Secretária da rede da Aliança Asiática para Aprendizagem e promove o intercâmbio de conhecimentos, experiências e melhores práticas entre seus 11 países membros. O Governo da Somália e a Região Autônoma de Bangsamoro, nas Filipinas, manifestaram interesse nas soluções de aprendizagem da a2i e disposição para replicar o programa.

Contato:

Nome: Sr. Asad – Uz – Zaman

Cargo: Especialista de Políticas

Organização: Programa: *Aspire to Innovate*(a2i)

Email: asad.zaman@a2i.gov.bd

Telefone: +8801712092922

NOME DO PROJETO: Inovações na Aprendizagem: uma Força de Trabalho Qualificada para o Futuro

PAÍSES/REGIÕES: Região Autônoma de Bangsamoro das Filipinas, Bangladesh, Camboja, Somália

INDICADO POR: Programa *Aspire to Innovate* (a2i), Governo de Bangladesh; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Bangladesh

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.6, 8.9, 8-b

APOIO: Organização Internacional do Trabalho (OIT); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); *Oxfam*; *Action Aid*

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Programa a2i; Governo de Bangladesh; PNUD Bangladesh,

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2024

SITE DO PROJETO: www.apprenticeship.gov.bd



Rumo à Distribuição da Rede de Segurança Social sem Riscos de Vazamentos

Digitalização de programas de rede de segurança social em Bangladesh para fornecer pagamentos digitais acessíveis, eficazes e sem vazamentos para aqueles que não foram alcançados

Desafio

Os programas de redes de segurança social ajudam o governo aliviar a pobreza e reduzir a desigualdade em Bangladesh. As alocações orçamentárias cresceram em termos absolutos, de 1.3 por cento do produto interno bruto em 1998 para 2.58 por cento no ano fiscal de 2019–2020. O gasto total do governo aumentou para 14.21 por cento. Existem atualmente mais de 140 programas de redes de segurança social sendo administrados no país por 23 ministérios e divisões.

Os pagamentos da rede de segurança social dependem fortemente de dinheiro. Os custos inerentes aos pagamentos diretos em dinheiro, como o custo administrativo do pagamento e o risco de vazamento, são significativamente maiores. Estudos indicam que o vazamento em programas de rede de segurança social frequentemente constitui um obstáculo significativo. Reduzir o vazamento do sistema poderia economizar uma quantia significativa de dinheiro, o que poderia permitir que um número maior de beneficiários fosse registrado.

Além disso, considerando que os grupos de beneficiários são extremamente pobres e marginalizados, os destinatários gastam tempo e dinheiro excessivos para viajar até o local de pagamento para receber sua mesada. Eles também frequentemente experimentam agravos no ponto de cobrança do pagamento.

Rumo a uma Solução

À luz dos desafios das transferências diretas de dinheiro, o Programa *Aspire to Innovate* (a2i), com o apoio da Fundação Bill e Melinda Gates, fez parceria com vários departamentos governamentais, ministérios e provedores de serviços financeiros em Bangladesh para digitalizar pagamentos de rede de segurança social como parte do plano abrangente do governo para digitalizar todos os pagamentos de governo para pessoa (G2P), a fim de fornecer serviços financeiros eficientes e acessíveis às pessoas marginalizadas em Bangladesh.

Os pagamentos digitais têm o potencial de promover a inclusão financeira em comunidades carentes, e o governo fez da digitalização dos pagamentos G2P uma prioridade. A digitalização G2P foi testada em 2018 e uma expansão em todo o país está em andamento.

Antigamente, os beneficiários recebiam sua mesada trimestral em dinheiro em uma agência bancária, uma vez que sua identidade era validada pelos funcionários do banco. No novo sistema, os beneficiários podem escolher seu provedor de serviços financeiros, e o dinheiro é creditado diretamente da conta do Tesouro nas contas individuais dos beneficiários. Os beneficiários podem retirar o dinheiro a qualquer momento de qualquer ponto de agente bancário em todo o país ou com qualquer serviço financeiro móvel. A validação do beneficiário usando carteiras de identidade nacionais é parte integrante da arquitetura. Mais de 25 milhões de beneficiários de vários programas de transferência de renda se beneficiarão do novo sistema, que garantirá que os beneficiários tenham a propriedade de seu dinheiro e eliminará os beneficiários fantasmas dos programas. O sistema também eliminou vários níveis intermediários, o que reduziu ineficiências, atrasos e vazamentos. Os beneficiários agora têm a liberdade final de escolher seu provedor de serviços financeiros, estabelecendo assim a base para a inclusão financeira.

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA

© a2i Programme

Quando comparado aos programas tradicionais, um programa de rede de segurança social devidamente digitalizado poderia reduzir o número de visitas para coletar mesadas em 80 por cento, o tempo gasto por 58 por cento e os custos incorridos em 32 por cento.

Além disso, o governo poderia economizar 10 por cento de seu orçamento de rede de segurança social, resultando em uma possível economia de mais de US\$ 14 milhões anuais.

No geral, o novo sistema cria vários benefícios. O programa de transferência de dinheiro permite uma entrega mais fácil e rápida. Os pagamentos digitais reduzem o custo de coleta de benefícios; economizam horas e, em alguns casos, dias. Além disso, um ecossistema digital garante a entrega eficiente de serviços para os beneficiários no nível sindical, o nível mais baixo do governo de Bangladesh.

O programa permite uma distribuição livre de vazamentos. A digitalização dos pagamentos do governo garante transparência, responsabilidade e rastreabilidade. Também diminui o risco de corrupção e vazamento. Como parte do processo de digitalização, um programa de conscientização foi elaborado para que os beneficiários aumentassem sua propriedade e reduzissem a dependência de terceiros na cobrança de sua mesada.

O programa de transferência de renda aumenta a eficiência das operações do governo. Dada a natureza do anonimato transacional, as transações em dinheiro são inconvenientes, ineficientes e carecem de transparência e responsabilidade para as organizações governamentais. Os métodos de pagamento digital são mais rápidos e eficientes, o que diminui o custo geral e aumenta a eficiência dos funcionários do governo.

O programa promove a adoção de outros serviços financeiros digitais. A digitalização dos pagamentos da rede de segurança social proporciona mobilidade, permitindo que os cidadãos recebam sua mesada visitando o caixa eletrônico mais próximo. Ele também cria

um ambiente propício para acessar serviços financeiros digitais mais avançados. **Até o momento, essa iniciativa atingiu 2.5 milhões de beneficiários.**

A arquitetura de pagamento G2P permite que o governo inicie pagamentos digitais em outros setores, alavancando *fintech* a um custo muito mais baixo e promovendo serviços financeiros digitais. Esse fluxo significativo de pagamento foi digitalizado usando um modelo inovador que garantiu a entrega de serviço acessível e eficaz. Os pagamentos digitais também têm a capacidade de promover a inclusão das mulheres e atender à base da pirâmide. A infraestrutura necessária para implementar os pagamentos digitais G2P já existe em Bangladesh. O Banco Bangladesh, a Divisão de Finanças do Ministério das Finanças, o Gabinete do Controlador Geral de Contas e a a2i colaboraram para integrar os vários sistemas e adotar a reforma política necessária. Parcerias eficazes foram feitas entre provedores de serviços financeiros e instituições governamentais, incluindo o Departamento de Serviço Social, o Ministério de Assuntos da Guerra de Libertação, o Departamento de Gestão de Desastres e o Departamento de Assuntos Femininos. O Governo também aprovou novas diretrizes para os ministérios e agências que implementam o sistema de pagamentos.

Este modelo pode ser facilmente replicado em países semelhantes a Bangladesh, bem como no setor privado. Bangladesh se inspirou no programa de transferência direta de benefícios da Índia para desenvolver essa arquitetura de pagamento inclusiva. A Fundação *Bill e Melinda Gates* ajudou a a2i a implementar essa abordagem inovadora para fortalecer a cooperação Sul-Sul.

Contato:

Nome: Md. Tohurul Hasan

Cargo: Gerente de Programa

Organização: Programa *Aspire to Innovate* (a2i)

Email: tohurul.hasan@a2i.gov.bd

Telefone: +8801707554768

NOME DO PROJETO: Rumo à Distribuição da Rede de Segurança Social sem Riscos de Vazamentos

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh

INDICADO POR: *Aspire to Innovate* (a2i), Governo de Bangladesh; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.3, 8.10

APOIO: Fundação Bill e Melinda Gates

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Programa a2i; Governo de Bangladesh; PNUD Bangladesh

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: Julho de 2017 – Dezembro de 2020

SITE DO PROJETO: Não disponível



Acesso aos Serviços Financeiros e ao Setor Privado na África

Maximizando o impacto da cooperação financeira no desenvolvimento econômico e industrialização na África

Desafio

Embora os sistemas financeiros na África tenham progredido nos últimos 20 anos, a liberalização, a privatização e a estabilização ainda não se traduziram em serviços financeiros mais acessíveis para a maioria dos africanos. Existe uma forte relação entre o desenvolvimento do mercado financeiro e o crescimento econômico. Os mercados financeiros ajudam a direcionar o fluxo de poupança e investimentos na economia para facilitar a acumulação de capital e a produção de bens e serviços. Em um momento de desaceleração do crescimento global, o mundo está começando a notar o rápido crescimento da população e dos mercados na África e as oportunidades que eles oferecem. No entanto, a falta de acesso a serviços financeiros para pequenas e médias empresas (PME) em todos os níveis continua a dificultar a cooperação na África.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esses desafios, foi necessário um estudo aprofundado dos mercados financeiros africanos. A acessibilidade e a qualidade dos serviços financeiros nos países africanos são cruciais para o desenvolvimento saudável do setor privado. O Conselho Empresarial China-África (CABC) foi estabelecido no âmbito do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas em 2006 para promover a cooperação econômica e tecnológica entre a China e os países africanos, especialmente no setor privado. Após uma década de desenvolvimento, o CABC acumulou uma rica experiência em cooperação econômica e tecnológica. Possui uma ampla rede de comunicação, um conhecimento profundo dos mercados africanos e um forte apoio das empresas associadas na África. O CABC estava, portanto, em uma posição ideal para implementar este projeto. Com a assistência do Fundo de Desenvolvimento China-África e do Fundo Fiduciário Pérez Guerrero, o CABC elaborou um projeto para pesquisar os mercados financeiros em Madagascar, Maurício e Zâmbia que incluiria entrevistas em profundidade com empresas privadas locais. O projeto, intitulado "Acessibilidade dos Serviços Financeiros e do Setor Privado em África", tinha como objetivo **realçar as questões existentes na cooperação financeira entre África e os seus parceiros de desenvolvimento, para benefício das agências de promoção de investimento, instituições financeiras e câmaras de comércio em Madagascar, Maurícias e Zâmbia**. Esperava-se que os resultados contribuíssem para a realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, de promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos.

Este projeto foi realizado em conjunto com departamentos governamentais e não governamentais organizações na China e em toda a África. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Madagascar, a Câmara de Comércio e Indústria da Zâmbia e o Grupo SBM de Maurício colaboraram com o CABC neste projeto. O Fundo de Desenvolvimento China-África e o Fundo Fiduciário Pérez Guerrero também contribuíram com seus conhecimentos. Os pesquisadores conduziram uma série de investigações bem elaboradas com foco na acessibilidade financeira e na interação das empresas com os sistemas financeiros em Madagascar, Maurício e Zâmbia. Visitas de campo e seminários in loco também foram organizados nesses países. Depois de coletar os dados, um relatório abrangente foi produzido. Ele fornece recomendações de políticas para Madagascar, Maurício, Zâmbia e outros países da região, bem como investidores internacionais, para desenvolver mercados financeiros a fim de atrair mais capital estrangeiro para o desenvolvimento. Além disso, um banco de dados valioso foi



© China-Africa Business Council

estabelecido para pesquisas futuras entre China e África Conselho de Negócios entre China e África sobre a cooperação Sul-Sul.

Com a expectativa de que a população da África supere a da China em 2025, o potencial econômico do continente é inegável. Dadas as suas necessidades de crescimento e desenvolvimento, a África também tem um potencial significativo para desenvolver seus mercados financeiros, melhorando assim a prosperidade socioeconômica e reduzindo a pobreza. Um estudo oportuno e aprofundado dos mercados financeiros africanos beneficiou tanto os países africanos como os investidores.

Madagascar, Maurício e Zâmbia foram selecionados para este estudo. Madagascar tem um forte desempenho em exportações e investimentos. Maurício está entre os países mais ativos financeiramente na África e tem servido como um centro para muitos investidores multinacionais. A Zâmbia tem um forte setor manufatureiro e industrial e é a sede do Mercado Comum para a África Oriental e Austral. Em grande medida, os países selecionados representam os vários padrões de desenvolvimento em todo o continente africano. Os resultados deste projeto podem, portanto, servir de referência aos outros países africanos.

O projeto contou com um estudo aprofundado dos mercados financeiros nesses três países e com uma pesquisa com empresas privadas locais para identificar problemas e desafios comuns. O relatório resumiu as experiências e melhores práticas desses três países e da região como um todo. Inclui várias sugestões de políticas para governos, instituições financeiras e o setor privado. O relatório também fornece recomendações para maximizar o impacto da cooperação financeira no desenvolvimento econômico e industrialização na África, contribuindo assim para o desenvolvimento saudável do setor privado e a criação de empregos para as comunidades locais.

A melhoria dos mercados financeiros atrai investimento estrangeiro direto e é crucial para todos os países. Os desafios e soluções mencionados no relatório também se aplicam a outros países africanos. Esperançosamente, um projeto de pesquisa semelhante pode ser aplicado a outros países africanos com o apoio de outros bancos e agências governamentais.

Contato:

Nome: Sr. Xiaofeng Bai

Cargo: Secretário-Geral Adjunto Executivo

Organização: Conselho Empresarial China-África

Email: baixiaofeng@cabc.org.cn

NOME DO PROJETO: Acesso aos Serviços Financeiros e ao Setor Privado na África

PAÍSES/REGIÕES: Madagascar, Maurício, Zâmbia

INDICADO POR: Centro de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 8.3, 8.10

APOIO: Fundo Fiduciário Pérez Guerrero para Cooperação Sul-Sul

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Conselho Empresarial China-África

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Junho de 2018 – Maio de 2019

SITE DO PROJETO: en.cabc.org.cn

Expansão do Comércio Eletrônico para Empresas de Pequeno e Médio Porte de Países em Desenvolvimento

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



Facilitar a cooperação e o intercâmbio entre PME's em países em desenvolvimento

Desafio

As pequenas e médias empresas (PMEs) sempre foram importantes nos países em desenvolvimento, e os governos central e local têm trabalhado em leis e regulamentos para promover seu desenvolvimento. Na sociedade de hoje, o comércio eletrônico está transformando rapidamente a maneira como as empresas estão interagindo umas com as outras, com os consumidores e legisladores.

No entanto, os países e regiões menos desenvolvidos dependem de baixa tecnologia da informação e têm menos experiência em informatização, o que tem dificultado o desenvolvimento do comércio eletrônico e atividades relacionadas com as PME.

Os países-alvo do Camboja, Cuba e Vietnã têm um número significativo de PME's e fornecem forte apoio aos mercados domésticos; no entanto, os funcionários do governo lutam para promover o crescimento econômico e integrar essas PME's no mercado global.

Rumo a uma Solução

O Programa de Desenvolvimento do Comércio Eletrônico para PME's de Países em Desenvolvimento, realizado pelo Centro Internacional de Treinamento de Xangai (CIFAL Xangai) para atores locais, objetivou facilitar a cooperação e o intercâmbio entre PME's em países em desenvolvimento, particularmente no desenvolvimento de *e-business*. O Programa também busca aplicar a experiência e as melhores práticas da China a outros países.

CIFAL Xangai tem uma longa reputação por reunir indivíduos de países em desenvolvimento para atualizar seus conhecimentos e habilidades profissionais em tecnologia da informação, a fim de acompanhar o ritmo da informatização e industrialização. O Centro ofereceu seminários sobre tecnologia da informação e métodos de desenvolvimento e crescimento econômico relacionados, que tiveram a participação de 1.229 beneficiários de 127 países. Os tópicos incluem *e-commerce* doméstico e internacional, gerenciamento de *e-business*, segurança da informação e desenvolvimento de infraestrutura, bem como a mais recente tecnologia da informação na China e sua aplicação na vida diária.

Com base na demanda no Camboja, Cuba e Vietnã, o CIFAL Xangai ofereceu *cursos* que beneficiariam PME's de países e regiões em desenvolvimento. Os participantes aprenderam sobre comércio eletrônico e questões relacionadas por meio de interações em primeira mão com participantes do mercado de comércio eletrônico, legisladores e outras partes relevantes da China.

Um seminário sobre cooperação transfronteiriça de comércio eletrônico foi organizado em cada país, proporcionando a 70 funcionários do governo do Camboja, Cuba e Vietnã uma melhor compreensão do comércio eletrônico e do desenvolvimento de infraestrutura relacionada na China. Esses seminários compartilharam soluções e boas práticas da China por meio de palestras e visitas ao local. Com o objetivo de dotar os participantes de conhecimentos sobre as últimas tendências em gestão de aplicações de sistemas de informação de comércio eletrônico, todas as palestras foram apresentadas por especialistas da linha de frente e funcionários de todos os níveis envolvidos na construção urbana, que compartilharam exemplos de seu trabalho diário. Para complementar o conhecimento adquirido em sala de aula, a



© CIFAL Shanghai International Training Centre

CIFAL Xangai organizou a visita de empresas às empresas, o que proporcionou uma melhor compreensão do desenvolvimento do comércio eletrônico na China.

O CIFAL Xangai gostaria de expandir este treinamento para fornecer novas oportunidades de estudo para funcionários e técnicos em países menos desenvolvidos. Os participantes dos seminários adquiriram uma compreensão abrangente e objetiva das realizações da China e experiência acumulada na cooperação transfronteiriça de comércio eletrônico. Eles também ganharam uma perspectiva científica e pragmática da cooperação transfronteiriça em comércio eletrônico e aprenderam como aplicar a tecnologia da informação.

Com base no retorno recebido dos participantes, **o projeto não apenas forneceu conhecimento de e-commerce e tecnologia da informação relacionada, mas também permitiu aos participantes compreender as vantagens dos produtos de tecnologia da informação e empresas de soluções na China.** Os países-alvo poderiam explorar ainda mais as oportunidades de cooperação com a China e as empresas chinesas para melhorar suas infraestruturas de informação e atingir as metas de Desenvolvimento Sustentável no futuro. Os países-alvo mostraram uma forte vontade de ter delegados participando em seminários futuros.

A CIFAL Xangai oferece soluções baseadas na demanda para desenvolver cursos de treinamento em comércio eletrônico que se adaptem às necessidades específicas de um país. Ele realiza uma análise para determinar a abordagem ideal para o desenvolvimento do co-

mércio eletrônico e auxilia na construção de parcerias entre PMEs em diferentes setores ou países.

Ao final dos seminários e treinamentos, todos os participantes receberam um *pendrive* que continha todo o material do curso. Eles poderiam compartilhá-lo com seus colegas ou usá-lo como referência para treinamentos relacionados a design em seus países. Representantes do CIFAL Xangai mantiveram contato com os participantes assim que retornaram a seus países de origem para identificar suas demandas de treinamento e planejar futuros seminários para eles. Esses seminários de treinamento poderiam, portanto, ser sustentáveis tanto nos países dos participantes quanto na China. No entanto, muitos países atualmente carecem dos conhecimentos técnicos e acadêmicos necessários para oferecer treinamentos semelhantes.

Nos próximos anos, o CIFAL Xangai continuará a aumentar a conscientização sobre a construção da informatização e compartilhar conhecimentos e habilidades relacionados para beneficiar ainda mais os indivíduos de governos, corporações, instituições financeiras, hospitais e empresas privadas dos Estados membros do Grupo dos 77.

Contato:

Nome: Sr. Hanye Xue

Posição: Gerente de Projeto

Organização: Centro Internacional de Treinamento de Xangai

E-mail: hanye.xue@cifalshanghai.org

WeChat: Xur233

NOME DO PROJETO: Expansão do Comércio Eletrônico para Empresas de Pequeno e Médio Porte de Países em Desenvolvimento

PAÍSES/REGIÕES: Camboja, China, Cuba, Vietnã

INDICADO POR: Centro de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 8-a, 9.3

APOIO: Fundo Fiduciário Pérez Guerrero para Cooperação Sul-Sul

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Centro Internacional de Treinamento de Xangai (CIFAL)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2018

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/31slfjN>

Empreendedorismo e Crescimento Econômico para Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Nigéria

Apoiar o crescimento empresarial para o desenvolvimento econômico sustentável com base na comunidade

Desafio

A Nigéria é a maior economia da África, com setores econômicos em expansão em manufatura, finanças, serviços e tecnologia. O país mudou gradualmente para uma abordagem econômica mais sustentável, reduzindo a dependência do petróleo e da gasolina. De acordo com a Agência Nacional de Estatística, as pequenas e médias empresas (PMEs) contribuíram com 48 por cento do produto interno bruto nacional nos últimos cinco anos. Eles respondem por 50 por cento dos empregos industriais e quase 90 por cento do setor manufatureiro, com aproximadamente 17.4 milhões de empresários em todo o país. A mudança para o crescimento econômico sustentável tornou-se agora uma das prioridades da política do governo. Com um potencial econômico significativamente maior a ser explorado e otimizado, o fortalecimento do empreendedorismo no país pode servir como a nova força motriz para o crescimento econômico, ajudando a criar mais oportunidades de emprego, aliviar a disparidade econômica e promover um ambiente econômico mais inclusivo.

Rumo a uma Solução

Em cooperação com a Embaixada da Indonésia em Abuja, a Diretoria de Cooperação Técnica e a Diretoria Geral de Cooperação Multilateral do Ministério das Relações Exteriores da Indonésia conduziram um programa de capacitação intitulado 'Curso Internacional de Capacitação em Empreendedorismo para a Nigéria: Promoção do Crescimento Econômico para Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)' em Abuja, Nigéria, de 30 de outubro a 1 de novembro de 2019. O programa foi realizado para cumprir um compromisso assumido pela Indonésia em sua função de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2019 até 2020. Foi também uma forma de fortalecer o quadro de cooperação Sul-Sul do país.

Vinte empresários e profissionais de negócios de vários setores na Nigéria participaram do treinamento, que foi conduzido por consultores externos da Rede de Empreendedorismo Mundial (GEN) da Indonésia, que tinham experiência anterior em vários programas de treinamento oferecidos pela Diretoria de Cooperação Técnica. Por meio deste programa, esperava-se que os participantes adquirissem conhecimentos e percepções sobre o empreendedorismo que poderiam apoiar o crescimento econômico na Nigéria e criar novas oportunidades econômicas com a Indonésia. Além disso, este programa foi projetado para alinhar os esforços para manter a paz com a agenda de desenvolvimento sustentável por meio da construção da comunidade em nível de base.

O treinamento buscou fornecer uma melhor compreensão da importância da criatividade e da inovação na manutenção da cooperação econômica sustentável nos mercados global e doméstico. Também teve como objetivo a capacitação na concepção de protótipos de produtos de alto valor econômico, identificando oportunidades econômicas e mercados potenciais, desenvolvendo capacidade empreendedora para otimizar recursos naturais e tecnológicos para soluções inovadoras às demandas do mercado, e formulando novas metodologias para validar os produtos ou serviços oferecidos por mercados-alvo e públicos.

O programa foi ministrado em uma sessão intensiva de três dias que contou com atividades em sala de aula, discussões interativas, simulações, prática de campo e o uso de mídia audiovisual para aprimorar a experiência de aprendizagem.

A primeira sessão focou na construção do empreendedor mentalidade. Esta importante modalidade permitiu

8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



5 IGUALDADE DE
GÊNERO



10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



© Ministry of Foreign
Affairs, Indonesia

aos participantes avaliar o processo de negócios usado por empreendedores para determinar o modelo de negócios correto para o potencial de crescimento. Nesta sessão, a pesquisa aprofundada foi enfatizada como a chave para uma estratégia de negócios de sucesso. Os participantes também foram apresentados ao ecossistema de empreendedorismo na Indonésia para obter *insights* sobre como os negócios são conduzidos e aprender com o país experiência na integração deste ecossistema para promover o crescimento econômico nacional:

A segunda sessão focou no uso da tela do modelo de negócios como uma ferramenta para desenvolver e navegar na estratégia de negócios. Ele pode ser implementado para entender novos conceitos de negócios, analisar riscos de negócios e criar estratégias para superar os desafios que o ecossistema de negócios enfrenta. Os participantes também foram incentivados a abraçar avanços tecnológicos em sua tela de modelo de negócios para melhorar seu processo e promover um crescimento mais forte. Por exemplo, eles aprenderam sobre como o clima de negócios na Indonésia é dominado por *start-ups* digitais como resultado da tecnologia avanços, o que fornece novos atores de negócios com vários inovadores estratégias para interromper o processo de negócios convencional e amplificar o crescimento dos negócios.

Para complementar o treinamento, os participantes também compareceram *workshops* sobre marketing e *branding* e receberam dicas e percepções sobre a criação de produtos inovadores. Esses conjuntos de habilidades foram considerados importantes para produzir produtos notáveis e valiosos que poderiam competir no mercado de rápido crescimento, mantendo sustentabilidade do produto.

No final do treinamento, representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Nigéria expressaram sua satisfação com o programa de treinamento e descobriram que as PMEs são importantes ao crescimento e ao desenvolvimento sustentável. Além disso, eles expressaram interesse em fornecer e fortalecer ainda mais um ambiente propício para empoderar mulheres e jovens na indústria criativa para promover o crescimento econômico.

Eles também se concentrariam na integração de tecnologia para abordar comunidade de desenvolvimento estagnado na Nigéria. Para manter a continuidade e o espírito da formação, uma rede de empresários e proprietários de PME da Indonésia e da Nigéria.

Esta iniciativa foi realizada para garantir maior cooperação entre empresários de ambos os países.

Também serve como uma plataforma para consultar e explorar mutuamente parcerias benéficas entre esses países no futuro.

Esta iniciativa contribuiu para alcançar o ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico, o ODS 10 sobre a redução das desigualdades e o ODS 5 sobre a igualdade de gênero.

Contato:

Nome: Sr. Mohammad Syarif Alatas

Cargo: Diretor de Cooperação Técnica

Organização: Ministério das Relações Exteriores
Exteriores da Indonésia

Email: syarif.alatas@kemlu.go.id

NOME DO PROJETO: Empreendedorismo Econômico para Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Nigéria

PAÍSES/REGIÕES: Indonésia, Nigéria

INDICADO POR: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.5, 5-a, 8.2, 10.3

APOIO: Ministério das Relações Exteriores da Nigéria

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 30 de outubro de 2019 – 1 de novembro de 2019.

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32p0ohV>



Empoderando as Empresas de Pequeno e Médio Porte no Suriname

Construindo uma cooperação empresarial mais forte para o crescimento

Desafio

Proprietários de pequenas e médias empresas (PMEs) no Suriname têm grande potencial para expandir seus negócios e um desejo de construir relações mais fortes com a Indonésia. Os países compartilham fortes laços econômicos e culturais, bem como boas relações. A o mesmo tempo, o potencial econômico não foi otimizado e ainda há muito espaço para melhorias. Muitos proprietários de PMEs no Suriname ainda contam com um método simples de planejamento de negócios. A falha em abordar a possível perda de oportunidade econômica pode afetar os esforços para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico e o ODS 10 sobre a redução das desigualdades.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esse desafio, o Governo da Indonésia, com o apoio do Governo do Suriname, patrocinou um programa de capacitação intitulado 'Workshop Internacional sobre Empoderamento de Pequenas e Médias Empresas: Trabalhando Juntos para Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável'. Este programa foi realizado em Paramaribo, Suriname, de 16 a 18 de setembro de 2019, e contou com a presença de 35 participantes, incluindo funcionários do governo de ministérios relevantes e proprietários de PMEs. As pessoas capacitadas para o programa foram designadas por uma empresa externa, parceira do Ministério de Cooperativas e PMEs da Indonésia. O programa foi realizado para cumprir um compromisso assumido pela Indonésia em seu papel como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 2019 a 2020. Foi também um meio de fortalecer a estrutura de cooperação Sul-Sul do país.

Proprietários de PMEs estão no centro da atividade econômica no Suriname e desempenham um papel importante no crescimento econômico e no desenvolvimento em termos de produção, oportunidades de emprego, contribuições para exportação e distribuição equitativa da renda na sociedade.

O treinamento se concentrou em três temas principais: desenvolver as competências necessárias para melhorar a capacidade e o conhecimento de negócios de alto padrão, implementar um planejamento de negócios mais estruturado e abrangente com o método da tela do modelo de negócios e fomentar as habilidades de desenvolvimento de produtos.

O primeiro tema focou em ensinar aos participantes como analisar seu próprio negócio. Isso incluiu a formulação de um modelo de negócios adequado, a determinação de seu valor de barganha e o desenvolvimento de uma estratégia para impulsionar seus negócios. O segundo tema focou em familiarizar os participantes com o conceito de modelo de negócios, que incluiu treinamento sobre como usar a tela do modelo de negócios para analisar riscos e potencial, entender seus componentes e melhorar os modelos de negócios existentes.

Para fornecer aos participantes todas as competências necessárias, o treinamento também incluiu materiais sobre desenvolvimento de produtos, como marketing, embalagem e *branding*. Os participantes foram encorajados a usar técnicas de mapeamento mental durante as sessões de *brainstorming* para organizar ou simplificar ideias e processos de pensamento. Eles foram apresentados aos mapas de jornada do cliente para analisar processos de negócios e participaram de um *workshop* prático para fazer ou melhorar a marca e a embalagem do produto.



© Ministry of Foreign Affairs, Indonesia

Baseado nas respostas ao questionário devolvidas no final do programa, o treinamento recebeu um retorno positivo. Os participantes ficaram satisfeitos com os métodos de treinamento interativos e as ideias concretas apresentadas por cada facilitador. Além disso, os participantes solicitaram que programas semelhantes de capacitação sejam conduzidos no futuro.

Além do programa de capacitação, o treinamento também serviu para fortalecer a rede entre PMEs no Suriname e na Indonésia. A troca de conhecimento entre os dois países é importante para construir confiança e abriu caminho para potenciais colaborações futuras em vários setores, dados os desafios econômicos semelhantes que enfrentam como países em desenvolvimento.

Como resultado do programa de capacitação e treinamento, os participantes aumentaram seus conhecimentos e habilidades para capacitar proprietários de PMEs e integrar empresas locais e PMEs em planos de desenvolvimento econômico de longo prazo. Isso garante um crescimento econômico mais próspero e sustentável, de acordo com o ODS 8, "Trabalho Decente e Crescimento Econômico", ODS 5 "Igualdade de Gênero", bem como o ODS 10, "Reduzindo Desigualdades".

Contato:

Nome: Sr. Mohammad Syarif Alatas

Cargo: Diretor da Organização de Cooperação

Organização: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

Email: syarif.alatas@kemlu.go.id

NOME DO PROJETO: Empoderando as Empresas de Pequeno e Médio Porte no Suriname

PAÍSES/REGIÕES: Indonésia, Suriname

INDICADO POR: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.5, 8.2, 10.3

APOIO: Ministério das Relações Exteriores do Suriname

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 16–18 de setembro de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3lhAt45> (em Bahasa Indonésia)



Governança e Capacidade Institucional Reforçada no Estado da Palestina

Desenvolvimento de instituições mais fortes para melhor governança

Desafio

Boa governança e forte capacidade institucional estão entre os aspectos mais importantes de um governo saudável e funcional. Para apoiar o crescimento econômico com liderança governamental responsável, uma gestão macroeconômica robusta e um planejamento fiscal são necessários para garantir que todas as políticas do setor beneficiem o país como um todo. O Estado da Palestina está atualmente melhorando sua capacidade institucional para fortalecer sua independência e credibilidade como país soberano. A assistência internacional é necessária para garantir a continuidade do desenvolvimento institucional do Governo, uma vez que recursos limitados e conflitos em curso podem impedir o progresso.

Rumo a uma Solução

Em cooperação com a Embaixada da Indonésia em Amã, Jordânia, a Diretoria de Cooperação Técnica e a Diretoria Geral de Cooperação Multilateral do Ministério das Relações Exteriores da Indonésia conduziram um programa de capacitação em gestão macroeconômica e política fiscal para apoiar o crescimento econômico da Palestina. Foi realizado em Amã de 26 a 28 de março de 2019, o programa para cumprir um compromisso assumido pela Indonésia em seu papel como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 2019 a 2020. Estava alinhado com o plano de atividades com prazo de três anos, acordado durante a Terceira Conferência de Cooperação entre os Países do Leste Asiático para o Desenvolvimento Palestino, bem como o compromisso do país de fortalecer a cooperação Sul-Sul no âmbito da Nova Parceria Estratégica entre Ásia e África.

Os participantes do programa incluíram 21 funcionários do Ministério das Finanças e Planejamento da Palestina e 3 funcionários do Ministério das Finanças da Jordânia. **O objetivo final do treinamento era melhorar o desenvolvimento em seus respectivos países, uma vez que a capacidade de administrar e planejar a política macroeconômica impacta o crescimento econômico.** O treinamento procurava fornecer aos participantes os conhecimentos necessários para um planejamento eficaz em gestão macroeconômica e política fiscal, essenciais para os países em desenvolvimento.

O treinamento de três dias foi conduzido por especialistas do Ministério das Finanças da Indonésia e contou com uma abordagem interativa e participativa, com discussões em grupos focais e métodos de aprendizagem audiovisual.

O treinamento foi dividido em três sessões. Na primeira sessão, os participantes assistiram a uma palestra sobre gestão macroeconômica e análise setorial, usando a mais recente abordagem de desenvolvimento econômico da Indonésia como exemplo. Nesta parte do treinamento, os participantes aprenderam sobre a importância de identificar e promover os setores-chave vitais para o crescimento econômico. Eles também foram apresentados à política de gastos do governo, particularmente gastos sociais que se alinham com o desenvolvimento.

Na segunda sessão, os participantes aprenderam sobre a estratégia da Indonésia de gestão do financiamento de aquisições, particularmente aquisições estrangeiras. A sessão também se concentrou

10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES

© Ministry of Foreign
Affairs, Indonesia

na gestão do risco fiscal, em particular como antecipar o impacto das atividades de governo na dinâmica dos gastos do Estado.

Na sessão final, os participantes foram equipados com várias ferramentas e modelos analíticos necessários para medir os impactos das políticas fiscais. A Revisão de Gastos do Governo também foi apresentada nesta sessão como uma estrutura para avaliar vários tipos de gastos, incluindo gastos sociais, de capital e de funcionários.

Um questionário foi respondido pelos participantes ao final do treinamento e a maioria respondeu positivamente. O tema do financiamento por meio de parcerias público-privadas foi o que mais ganhou força, alinhando-se à atual política econômica e fiscal do Estado da Palestina.

Na cerimônia de encerramento, os participantes expressaram seus agradecimentos e solicitaram treinamentos adicionais de acompanhamento para melhorar ainda mais suas capacidades, particularmente em relação à capacitação em gestão da assistência oficial ao desenvolvimento. A ampla gama de possibilidades para programas de acompanhamento é indicativa da sustentabilidade e adaptabilidade do programa, uma

vez que programas adicionais poderiam ser implementados mediante solicitação do Governo da Palestina.

Este treinamento faz parte de uma série de programas de capacitação organizados pelo Governo da Indonésia para fornecer apoio contínuo à independência do Estado soberano da Palestina. Como seguimento, em fevereiro de 2020, o Governo da Indonésia organizou um programa de capacitação para as autoridades policiais palestinas continuarem a desenvolver a capacidade institucional do governo.

Essa iniciativa contribuiu para o ODS 8 de Desenvolvimento Sustentável sobre trabalho decente e crescimento econômico e o ODS 10 sobre a redução das desigualdades, pois enfatiza a boa governança por meio de uma forte gestão de políticas e treinamento para promover o crescimento econômico.

Contato:

Nome: Sr. Mohammad Syarif Alatas

Cargo: Diretor de Cooperação Técnica

Organização: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

Email: syarif.alatas@kemlu.go.id

NOME DO PROJETO: Governança e Capacidade Institucional Reforçado para a Palestina

PAÍSES/REGIÕES: Indonésia, Jordânia, Estado da Palestina

INDICADO POR: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 8.1, 8.3, 8.10, 10.1, 10.4

APOIO: Embaixada da Indonésia em Amã

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 26–28 de março de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/34FOEf8> (em Bahasa Indonésia)

Programa Vocacional de Formação Profissional (MESIP): Cursos de Design e Impressão em 3D

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



Fornecer treinamento de design de produto usando computadores e códigos G em treinamentos de impressora 3D com software de design 3D



Desafio

O design 3D assistido por computador e as tecnologias de impressora 3D têm sido usadas ativamente em muitos países desenvolvidos em projetos de educação, saúde, maquinário, arquitetura, joalheria e pesquisa científica e de desenvolvimento. Essas novas tecnologias, surgidas da quarta revolução industrial, reduzem o tempo de produção de muitos produtos e processos de pesquisa e desenvolvimento. No entanto, alguns países em desenvolvimento carecem dessa tecnologia, o que impacta o crescimento, ganhos de produtividade e desenvolvimento humano. Isso cria novas formas de desigualdade e amplia a divisão digital entre os países industrializados e os em desenvolvimento. A comunidade internacional deve, portanto, fazer mais para ajudar os países em desenvolvimento a eliminar a lacuna de conectividade.

Rumo a uma Solução

O Programa de Formação Profissional e Emprego, desenvolvido pela Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA), apoia o crescimento do emprego e desenvolve o capital humano. O objetivo principal do programa é desenvolver capacidade educacional nos países parceiros. No seu âmbito, são concedidos subsídios para equipamentos e materiais, juntamente com a capacitação de formadores, o que permite a concretização do conhecimento. O treinamento em design 3D e impressoras 3D foi incluído nos submódulos do programa, que cobrem treinamento e suporte de equipamento de forma mais ampla.

A estrutura de treinamento é adaptada para atender às necessidades locais. As sessões de treinamento são realizadas no local por instrutores especializados em países parceiros, usando impressoras 3D e consumíveis doados. Os parceiros são escolhidos com base na demanda de instituições oficiais nos países parceiros. Os participantes são então escolhidos pelas instituições parceiras. De forma a garantir a sustentabilidade do programa e aumentar a oferta de professores qualificados, em linha com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) meta 4.c, o modelo de formação de formadores foi adaptado. Os instrutores qualificados continuam a oferecer treinamentos em seus próprios países, aumentando a força de trabalho qualificada para alcançar a criação de empregos decentes, de acordo com a meta 8.5 do ODS. As bolsas para equipamentos estão incluídas no programa para garantir a qualidade da educação, em linha com a meta 4.3 do ODS. Os treinamentos são realizados em três níveis. Os treinamentos básicos (100 horas) são realizados no país parceiro. Módulos de nível avançado (50 horas) e soluções industriais (50 horas) são realizados na Turquia.

Desde 2018, o programa foi implementado em 11 países, onde instrutores da Turquia conduziram 1.100 horas de treinamento para 328 estagiários. Esses participantes treinaram mais 292 pessoas nos países parceiros. O programa, portanto, beneficiou 620 pessoas, das quais 30 por cento são mulheres. Em 2020, os treinamentos estão planejados no Afeganistão, Azerbaijão, Geórgia, Jordânia, Líbano, Montenegro e Paquistão; no entanto, esses treinamentos foram adiados devido à pandemia da doença coronavírus (COVID-19).

No âmbito do programa, foram doados 102 computadores, 25 impressoras tridimensionais e 102 kg de consumíveis (filamentos) às instituições cooperantes nos países onde foram realizados os treinamentos. Embora este programa inovador forneça aos países novas tecnologias em um curto espaço de tempo, também ajuda a revelar o potencial dos participantes e aumentar sua autoconfiança.



© TIKA

Este programa de baixo orçamento para desenvolver o capital humano foi projetado levando em consideração as capacidades financeiras e administrativas dos países beneficiários. Assim, após a conclusão da capacitação, o desenvolvimento de recursos humanos e o uso da tecnologia continuam sem suporte adicional, criando assim um ambiente sustentável para o programa **As oportunidades de trabalho para estagiários aumentaram e os participantes que se tornaram treinadores continuam a aplicar essas técnicas em seus próprios países.**

Este programa pode ser replicado e aplicado em qualquer região, pois possui uma ampla gama de aplicações. Devem ser analisadas as condições e necessidades do país e região. Os equipamentos e o su-

porte ao instrutor devem ser fornecidos. O conteúdo do treinamento também pode ser atualizado. No entanto, deve haver demanda para o programa. Assim que uma solicitação é recebida, o ciclo interno do projeto começa e uma estrutura geral para o programa é determinada. A fase de implementação pode então começar rapidamente dentro dos processos de planejamento estratégico institucional.

Contato:

Nome: Departamento de Desenvolvimento de Estratégia
Organização: Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA)
Email: sgdb@tika.gov.tr
Telefone: +90 312 939 70 00

NOME DO PROJETO: Programa Vocacional de Formação Profissional: Cursos de Design e Impressão 3D

PAÍSES/REGIÕES: Afeganistão, Argélia, Azerbaidjão, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Geórgia, Jordânia, Quirguistão, Líbano, Líbia, Mongólia, Montenegro, Paquistão, Sri Lanka, Sudão, Turquia, Uganda, Uzbequistão

INDICADO POR: Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.3, 4-c, 8.2, 8.5, 8.6

APOIO: TIKA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: TIKA

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2021

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3grB4Ne> e <https://bit.ly/3lIV4Er>



Programa de Capacitação em Turismo da SESRIC OCI

Desenvolvendo capacidades institucionais e humanas dos Estados Membros do OCI em Turismo, através da cooperação Sul-Sul

Desafio

O turismo é uma atividade econômica significativa e uma importante fonte de receita em divisas e empregos em muitos Estados-Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI). De acordo com o relatório *Tourism Outlook 2019* do Comité Permanente para a Cooperação Econômica e Comercial da Organização da Cooperação Islâmica (COMCEC), a porcentagem de chegadas de turismo internacional nos países da OCI como um todo foi de 14,8 por cento em 2018, enquanto a sua porcentagem de chegadas internacionais a receita do turismo foi de 11,4 por cento durante o mesmo período. Existem muitos desafios que afetam o desempenho do turismo nos países da OCI, incluindo investimentos e infraestrutura insuficientes, planejamento turístico e desenvolvimento de produtos deficientes, falta de facilitação de viagens, questões de segurança e proteção, serviço de baixa qualidade, marketing e promoção insuficientes e construção de imagem inadequada marca. No entanto, os Estados membros da OCI têm potencial significativo para desenvolver um setor de turismo internacional sustentável. Levando em consideração os distintos ativos naturais, culturais, sociais e históricos dos países da OCI, é necessária atenção cuidadosa para atingir plenamente seu potencial turístico e aumentar a cooperação Sul-Sul no setor.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esses desafios, o Centro Estatístico, Econômico e Social de Pesquisa e Treinamento para Países Islâmicos (SESRIC) lançou o Programa de Capacitação Turística da OCI (Tr-CaB) em 2015 para desenvolver e fortalecer as capacidades das instituições nacionais de turismo dos Estados Membros da OCI. Corresponder às suas necessidades e capacidades no âmbito da cooperação Sul-Sul. O programa visa melhorar as capacidades das instituições nacionais de turismo, ao mesmo tempo que promove este setor negligenciado em muitos países da OCI, particularmente na África Subsaariana e nos países menos desenvolvidos. Além disso, dentro de seu mandato de conduzir pesquisas econômicas e sociais, o SESRIC regularmente prepara relatórios e documentos de política sobre turismo que visam facilitar a discussão e o debate entre os Estados Membros da OCI durante a Conferência Islâmica de Ministros do Turismo.

As indústrias de turismo dos Estados membros da OCI não estão no mesmo nível de desenvolvimento. Embora alguns países estejam classificados entre os principais destinos, como Indonésia, Malásia e Turquia, a maioria dos Estados-Membros está concentrada no final da lista. A diferença decorre da falta de infraestrutura relacionada ao turismo, priorização governamental e orientações políticas, bem como conflitos e instabilidade política.

Dentro de seu mandato de organizar atividades de treinamento de capacitação em uma ampla gama de questões socioeconômicas de interesse dos Estados Membros da OCI e para facilitar o compartilhamento de experiências e conhecimentos, o SESRIC oferece uma série de atividades de capacitação que são realizadas por meio de diferentes modalidades, tais como cursos de treinamento, seminários e visitas de estudo. Isso geralmente é feito combinando as necessidades e capacidades das instituições nacionais dos Estados Membros da OCI. Para corresponder às necessidades, o Centro distribui regularmente os questionários sobre os assuntos relevantes e analisa as mesmas com base nas respostas das instituições relevantes nos Estados-Membros. As partes interessadas neste processo são motivadas exclusivamente por um espírito de solidariedade e cooperação Sul-Sul. Eles também estão procurando aumentar o impacto de parcerias promissoras com abordagens comprovadas.



© SESRIC

Desde 2015, o SESRIC implementou um total de sete cursos de treinamento, uma oficina de capacitação, três seminários e dois projetos no âmbito do Programa de Capacitação Turística da OCI. Essas atividades contaram com a participação dos Estados membros da OCI, bem como de instituições regionais, internacionais e da OCI relevantes. Azerbaidjão, Bahrein, Bangladesh, Gâmbia, Indonésia, Irã, Jordânia, Quirguistão, Malásia, Moçambique, Níger, Nigéria, Estado da Palestina, Arábia Saudita, Senegal, Togo, Tunísia, Turquia e Uzbequistão, entre outros, se beneficiou dessas atividades de capacitação, que cobriram temas como marketing turístico, desenvolvimento do turismo sustentável e turismo amigável dos muçulmanos.

Além disso, um programa de comemoração de um dia foi organizado em Dhaka, Bangladesh em 2019 no âmbito do programa 'Cidade do Turismo' da OCI. O programa consistiu em um seminário internacional sobre o desenvolvimento do turismo amigável dos muçulmanos em Dhaka e uma cerimônia de premiação para os melhores operadores turísticos. Três operadoras de turismo foram premiadas por suas contribuições notáveis para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Em um esforço para explorar novas maneiras de apoiar os Estados membros da OCI no campo do turismo, muitas atividades com foco no turismo amigável dos muçulmanos foram implementadas em parceria com a COMCEC, por meio de seus Esquemas de Financiamento de Projetos. A este respeito, um curso de treinamento sobre o desenvolvimento e promoção do turismo amigável dos muçulmanos nos Estados Membros da OCI foi realizado em Ancara, Turquia em 2017. O objetivo do treinamento era facilitar a transferência de conhecimento, compartilhando as experiências da Malásia, Turquia e outros países OCI avançados no desenvolvimento de políticas, regulamentos, padrões e estratégias de marketing bem-sucedidos.

O Programa de Capacitação Turística da OCI é um programa contínuo do SESRIC. Nos últimos seis anos, mais de 20 Estados membros da OCI se beneficiaram dessa iniciativa, o que reflete um interesse crescente. Considerando o potencial e o tamanho do mercado crescente do turismo amigável aos muçulmanos como um segmento

de nicho nos Estados membros da OCI, os principais destinos islâmicos como Malásia, Turquia e Emirados Árabes Unidos poderiam compartilhar seus conhecimentos e melhores práticas com outros Estados membros da OCI, o que poderia desempenhar um papel vital em seu crescimento econômico e prosperidade. Programas de capacitação e treinamento em vários aspectos do setor de turismo, incluindo turismo amigável dos muçulmanos, estão sendo planejados em colaboração com as partes interessadas relevantes para que as lições aprendidas com essas atividades possam ser ampliadas e disseminadas e finalmente, **esse programa contribui significativamente para a formação de recursos humanos por meio da cooperação Sul-Sul e para a geração de novas fontes de receita, impulsionando o crescimento econômico.** Como tal, contribui para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 8.2, 8.9, 12-b, 14.7 e 17.9. Os métodos e modalidades do programa são constantemente atualizados para enfrentar os desafios em evolução e atender à demanda crescente das instituições nacionais de turismo.

Contato:

Nome: Sr. Onur Caglar

Cargo: Diretor Interino do Departamento de Treinamento e Cooperação Técnica

Organização: Centro de Pesquisa e Treinamento Estatístico, Econômico e Social para Países Islâmicos (SESRIC)

E-mail: ocaglar@sesric.org

Nome: Sra. Alia Sharify Ortaq

Cargo: Representante Oficial do Projeto de Treinamento e Cooperação Técnica

Organização: SESRIC

E-mail: alia@sesric.org

Nome: Sr. Thierno Aliou Balde

Cargo: Assistente de Projetos no Departamento de Treinamento e Cooperação Técnica

Organização: SESRIC

E-mail: tabalde@sesric.org

NOME DO PROJETO: Programa de Capacitação em Turismo da SESRIC OCI

PAÍSES/REGIÕES: 57 Estados Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI)

INDICADO POR: Centro de Treinamento e Pesquisa Estatística, Econômica e Social para Países Islâmicos (SESRIC)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 8.2, 8.9, 12-b, 14.7, 17.9

APOIO: Estados Membros da OCI, Secretaria-Geral da OCI, Comitê Permanente para Cooperação Econômica e Comercial da Organização da Cooperação Islâmica (COMCEC)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: SESRIC

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2015–presente

SITE DO PROJETO: bit.ly/33cq4OB



Territórios de Aprendizagem: Melhorando Habilidades Práticas nos Negócios Rurais

Implementando territórios de aprendizagem e fortalecendo negócios rurais no Brasil e na Colômbia

Desafio

A agricultura familiar gerou rendas mais altas e aliviou a pobreza na maioria das áreas rurais remotas da América Latina. No entanto, permanecem barreiras significativas em termos de acesso sustentável ao mercado, garantias para o fornecimento de produtos de longo prazo e crescimento da renda para as famílias.

Os maiores desafios para o acesso ao mercado enfrentado pela agricultura familiar incluem o desenvolvimento de uma gama mais ampla de canais de comercialização, posse de terra a longo prazo, assistência técnica, crédito, capacitação, impactos do clima na qualidade da produção, padronização, precificação e desequilíbrios na oferta e demanda.

Rumo a uma Solução

O Programa Semear Internacional identificou e apresentou uma série de experiências de sucesso na promoção de acesso a mercados. O financiamento para esta gestão do conhecimento é fornecido pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), em parceria com a *Procasur*, uma organização global especializada na expansão das práticas da agricultura familiar rural. O programa 'Territórios de Aprendizagem' é liderado pela *Procasur* e financiado na América do Sul em parceria com a Semear Internacional. Busca desenvolver capacidades locais por meio da aprendizagem associativa para produtores, famílias, comunidades e associações rurais, o que poderia ajudar a ampliar as inovações.

Uma comunidade ou território podem ser caracterizados como um território de aprendizagem se apresentar uma alta concentração de inovações relevantes para o desenvolvimento. O programa investe na promoção de aprendizados dos próprios talentos locais, a fim de gerar propostas de capacitação na área e oferecer soluções úteis para parceiros públicos e privados que desejam investir no desenvolvimento rural. O programa 'Territórios de Aprendizagem' incentiva o reconhecimento dos membros da comunidade no mercado de serviços técnicos rurais como provedores pagos de assistência técnica rural.

O Programa Semear Internacional escolheu os territórios de aprendizagem de Belém de Umbria e Nariño, no departamento de Risaralda, Colômbia, como ponto de partida deste programa de intercâmbio. Uma visita de seis dias a esses territórios ocorreu em agosto de 2019. O grupo incluiu seis membros da equipe técnica do projeto, seis funcionários governamentais e 6 agricultores do Brasil, bem como 50 agricultores locais da Colômbia. Estes últimos compartilharam suas estratégias de gestão do conhecimento e experiências bem-sucedidas em cadeias produtivas agrícolas e comercialização. Os participantes analisaram as possibilidades de adaptação e ampliação das experiências desses territórios de aprendizagem em seus próprios contextos de desenvolvimento rural.

O programa 'Territórios de Aprendizagem' na Colômbia recebeu financiamento do FIDA e da Fundação Ford para promover a capacitação de grupos em associações e cooperativas de agricultores familiares para o desenvolvimento de microempresas rurais de sucesso. Por exemplo, os desafios de marketing causados por uma recente queda no preço do café exigiam uma rápida diversificação e reestruturação da produção, que pudesse atender à demanda flutuante e aos novos padrões de qualidade exigidos pelo mercado. Como resultado, os produtores na Colômbia se reorganizaram com sucesso para passar por uma capacitação intensiva, criar novas



© IFAD

unidades comerciais e implementar técnicas gerenciais e organizacionais. Este último, melhorou a qualidade do produto, garantiu um controle de qualidade mais rígido, aumentou os volumes de vendas e introduziu novas parcerias comerciais garantindo a sustentabilidade dos negócios, contribuindo assim para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 sobre pobreza e ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico.

Além disso, novas estratégias de treinamento e um alto grau de gestão direta exigidos das próprias organizações de agricultores levaram a soluções inovadoras para programas de assistência técnica. As comunidades começaram a gerenciar e vender seu próprio conhecimento, oferecendo uma ampla gama de serviços de consultoria ponto a ponto para agricultores e a organizar rotas de aprendizagem para negócios rurais, gerando assim novas oportunidades de renda (ODS 1 sobre pobreza, ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico e ODS 12 sobre consumo e produção responsáveis). **Em Belém de Umbria, o programa 'Territórios de Aprendizagem' beneficiou 10 associações de agricultores, envolvendo aproximadamente 1.900 pessoas. Os territórios de aprendizagem Nariño beneficiaram pelo menos 3 associações de agricultores e cerca de 500 pessoas** O programa também permitiu aos beneficiários reduzir a lacuna de conhecimento geracional, incentivando o envolvimento dos jovens, capacitando-os como gestores de empresas e prestadores de assistência técnica a outras propriedades familiares, garantindo assim a sustentabilidade de longo prazo dos negócios rurais e uma presença mais contínua de jovens pessoas no campo (ODS 1 sobre pobreza, ODS 4 sobre

educação de qualidade e ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico). No território de aprendizagem de Belém de Umbria, pelo menos 62 jovens se envolveram até 2015.

Como resultado desta visita à Colômbia, os líderes do desenvolvimento no Brasil decidiram reproduzir esta boa prática em três territórios nos estados da Paraíba, Piauí e Bahia, em coordenação com o FIDA e o Procasur. Agricultores de mel, cabras, ovelhas e frutas nativas da caatinga, um semiárido, se inscreveram como participantes e estabeleceram metas claras para aumentar sua própria produtividade e gestão do conhecimento. Este programa permitirá que as comunidades organizem suas atividades de gestão do conhecimento e fortaleçam suas capacidades de longo prazo para aumentar a produtividade, diversificar a produção, aumentar o acesso a mercados e gerenciar e vender seu próprio conhecimento local. Espera-se que isso contribua para o aumento da renda da agricultura familiar, redução da pobreza, construção de modelos de produção e consumo sustentáveis, combate às mudanças climáticas, redução das desigualdades e construção de alianças estratégicas (ODS 1 sobre pobreza, ODS 2 sobre fome, ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico, ODS 12 sobre consumo e produção responsáveis e o ODS 13 sobre ação climática). O programa tem sido monitorado de perto pelo Programa Internacional Semear.

Contato:

Nome: Sr. Leonardo Bichara Rocha

Cargo: Representante Oficial do Programa no País

Organização: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

E-mail: lbichararocha@ifad.org

NOME DO PROJETO: Territórios de Aprendizagem: Melhorando as Habilidades Práticas em Negócios Rurais

PAÍSES/REGIÕES: Brasil, Colômbia

INDICADO POR: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) Brasil

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.2, 2.1, 2.3, 2-a, 8.3, 12.2, 12.6

APOIO: Governo do Brasil, Governo da Colômbia, FIDA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Programa Internacional Semear (implementado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura); Corporação Procasur

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2021

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3be86PW>; <https://bit.ly/3lrDvmw> (em português)

Reforçar o Empoderamento Feminino e a Resiliência das Empresárias Serra Leonesas no Comércio Transfronteiriço dentro da União do Rio Mano

Compartilhando experiências e lições aprendidas com a Comunidade da África Oriental

Desafio

As mulheres em Serra Leoa, especialmente as empresárias, continuam a enfrentar uma série de desafios, incluindo baixas taxas de alfabetização e falta de habilidades técnicas e de negócios, bem como acesso limitado ao desenvolvimento de negócios, serviços financeiros e mercados lucrativos. Elas enfrentam dificuldades no acesso a mercados externos por meio do comércio transfronteiriço com os países vizinhos, especialmente a Costa do Marfim, Guiné e Libéria, que também são Estados frágeis e membros da União do Rio Mano (URM). Mulheres empresárias nesses países correm o risco de cruzar o rio para sobreviver. Em cada um dos dias de mercado a uma curta distância da fronteira do rio, as mulheres saem de casa cedo pela manhã. Elas podem ter que cruzar o rio várias vezes para trazer todos os seus produtos de mercado, antes de carregar um caminhão para uma longa e difícil jornada que às vezes é muito longa para voltar para casa ao anoitecer.

Mulheres comerciantes transfronteiriças na Comunidade da África Oriental (EAC) enfrentam desafios semelhantes, mas desenvolveram um guia simplificado sobre tarifas alfandegárias e procedimentos de imigração para facilitar o comércio internacional com o mínimo de desafios. Esta é uma boa prática para aprender.

Rumo a uma Solução

O objetivo de desenvolvimento do projeto era contribuir para o empoderamento econômico e a resiliência das mulheres em Serra Leoa, promovendo o comércio inter-regional e a cooperação econômica dentro da URM. O projeto se baseou no aprendizado baseado em evidências da EAC, com o objetivo de acelerar o crescimento econômico, o progresso social e o avanço cultural.

Uma viagem de estudo ao Secretariado da EAC em Arusha, República Unida da Tanzânia e ao Posto Fronteiriço Único Namanga na fronteira entre a Tanzânia e o Quênia foi organizada para funcionários URM e mulheres comerciantes transfronteiriças. A viagem foi concebida para promover a aprendizagem entre pares e a partilha de conhecimentos sobre o comércio transfronteiriço-frágil a frágil, entre as mulheres empresárias da comunidade econômica da EAC e para estabelecer uma rede de mulheres comerciantes transfronteiriças de ambas as comunidades econômicas regionais. A equipe URM encontrou-se com mulheres empresárias na Tanzânia, que compartilharam sua experiência na gestão do comércio transfronteiriço e no estabelecimento de sua rede. Intercâmbios adicionais entre as equipes URM e a EAC exploraram as possibilidades de desenvolver um instrumento para compartilhar informações sobre o comércio transfronteiriço, especialmente para mulheres empresárias, e para identificar boas práticas em sua implementação efetiva tanto de uma perspectiva regional quanto nacional.

Durante a viagem de estudos, os participantes reconheceram os resultados positivos das ferramentas de comunicação e formação desenvolvidas pela EAC, nomeadamente o Guia Simplificado para Mulheres empresárias. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) apoiou o URM na replicação deste guia. Em colaboração com especialistas da Plataforma de Mulheres na África Oriental, a URM conduziu uma análise situacional durante uma visita de cooperação técnica, que examinou as condições legais, regulatórias, institucionais e sociais que afetam as mulheres da Serra Leoa envolvidas no comércio transfronteiriço dentro da sub-região URM. O 'Guia simplificado para micro e pequenas mulheres comerciantes transfronteiriços e prestadores de serviços dentro da comunidade da África Oriental' foi adaptado

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



5 IGUALDADE DE GÊNERO



© ILO

ao contexto URM e testado na Serra Leoa. O guia baseou-se nas conclusões da análise situacional e nas lições aprendidas durante a viagem de estudo.

A OIT forneceu informações sobre como melhorar e formalizar o comércio transfronteiriço, atividades de capacitação e acesso a serviços financeiros diversificados e adaptados para mulheres comerciantes transfronteiriças, o que foi de grande valor para complementar as atividades de outros atores do desenvolvimento. As parcerias técnicas e financeiras entre as partes interessadas promoveram o comércio transfronteiriço. No final do projeto, foi desenvolvida um aplicativo móvel que permite às mulheres acederem a todas as informações necessárias de qualquer lugar e de uma forma simplificada e fácil de utilizar.

As mulheres comerciantes transfronteiriças URM agora têm uma melhor compreensão das formas de fortalecer seus negócios. Eles conhecem os preços, as leis e as tarifas corretos, portanto, é menos provável que sejam enganados. O guia também os auxilia no acesso a uma gama mais ampla de serviços financeiros, o que facilitará parcerias técnicas e financeiras adicionais com outras partes interessadas. Ainda mais impactante, a colaboração entre as mulheres comerciantes URM e seus colegas na Tanzânia e no Quênia inspirou outros países a participarem da cooperação Sul-Sul e triangular.

O projeto desenvolveu um aplicativo móvel como uma solução inovadora adaptada às necessidades das mulheres comerciantes transfronteiriças. Este formato era mais fácil de usar do que os livretos

impressos tradicionais ou sessões informativas.

A sustentabilidade é garantida através da Plataforma de Mulheres na África Oriental, que apoiará um banco de dados contínuo das boas práticas das mulheres comerciantes. A conexão feita entre a EAC e a URM é outro aspecto da sustentabilidade inter-regional.

O projeto incentivou a inclusão de outros países na modalidade de cooperação Sul-Sul e triangular por meio de seu envolvimento com as partes interessadas em Serra Leoa, o URM e a EAC. Incluiu reflexões sobre canais de divulgação inovadores e facilmente acessíveis para mulheres, como aplicativos móveis que podem ser mais convenientes e úteis do que livretos impressos. Sessões de informação com prestadores de serviços foram realizadas para discutir como canalizar informações sobre regras e regulamentos comerciais para mulheres comerciantes transfronteiriças. Embora esses comerciantes enfrentem desafios semelhantes em outros países, a reprodução do guia requer uma análise contextual para adequar as soluções à sua situação particular. Garantir o diálogo social encorajando as mulheres comerciantes a se organizarem e participarem ativamente no desenvolvimento do guia é também um passo fundamental para adaptá-lo a diferentes contextos.

Contato:

Nome: Sr. Dennis Zulu

Cargo: Diretor do Escritório Regional para a Nigéria, Gana, Libéria e Serra Leoa

Organização: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

E-mail: zulu@ilo.org

NOME DO PROJETO: Reforçar o Empoderamento Feminino e a Resiliência das Empresárias Serra Leonesas no Comércio Transfronteiriço dentro da União do Rio Mano

PAÍSES / REGIÕES: Quênia, Serra Leoa, República Unida da Tanzânia

INDICADO POR: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.5, 8.8

APOIO: OIT; Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: OIT Serra Leoa

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Agosto de 2018 – Dezembro de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2QBvSfg>

Cooperação Frágil-a-Frágil: Estabelecer um Sistema Efetivo de Informação sobre Mercados de Trabalho em Estados Frágeis

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



Compartilhando experiências entre a República Centro-Africana, o Congo, a República Democrática do Congo e Mali



Desafio

A República Centro-Africana, o Congo e a República Democrática do Congo enfrentaram desafios significativos que incluem altas taxas de desemprego e fraquezas em seus sistemas de análise do mercado de trabalho. Eles carecem de dados que lhes permitiriam desenvolver soluções políticas precisas. Esses países, junto com o Mali, também são caracterizados por uma alta fragilidade. Além disso, as guerras civis em curso e a instabilidade são um problema na região.

Rumo a uma Solução

Esta iniciativa teve como objetivo fortalecer as capacidades da República Centro-Africana, do Congo e da República Democrática do Congo e fornecer-lhes as ferramentas para estabelecer os seus próprios observatórios de emprego, especialmente no contexto de crises. A colaboração também reuniu a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) para trocar conhecimentos sobre sistemas de informação trabalhista por meio de aprendizagem entre pares.

No contexto da cooperação Sul-Sul, o País da Organização Internacional do Trabalho (OIT) O escritório em Kinshasa, com o apoio financeiro do Departamento de Parcerias e Cooperação para o Desenvolvimento da OIT (PARDEV), proporcionou a uma delegação de nove constituintes a oportunidade de visitar o *Observatório Rationnel de l'Emploi et de la Formation* (ONEF), o observatório de emprego no Mali. O ONEF surgiu como resultado da Cúpula da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), que convidou os Estados a estabelecer um observatório nacional para realizar estudos e pesquisas em emprego e treinamento. O Observatório Sub-regional de Emprego e Treinamento na região da UEMOA será criado para promover o emprego e combater a pobreza.

Uma visita de estudo foi organizada em Bamaco, Mali, de 5 a 9 de novembro de 2018. Havia três participantes de cada país, incluindo representantes de sindicatos, organizações de empregadores e governos. Os delegados aprenderam sobre a criação de um observatório, o que incluiu a compreensão das várias etapas do processo, a obtenção de informações sobre as dificuldades encontradas e as medidas para reduzi-las, e conversando com parceiros de desenvolvimento que ajudaram a estabelecer o processo. A visita centrou-se na promoção da integração regional envolvendo a CEDEAO e a CEEAC.

No âmbito desta abordagem participativa, cada país tinha um grupo de consulta tripartido a nível de país e um funcionário designado pelo Ministério do Emprego e Formação Profissional. Os participantes também incluíram parceiros de desenvolvimento com um interesse particular em estabelecer um sistema de informação sólido e banco de dados integrado na República Centro- Africana, no Congo e na República Democrática do Congo. Esses parceiros poderiam mobilizar recursos e fornecer apoio para a implementação de planos de ação após a intervenção Sul-Sul do PARDEV.

No final da viagem, um plano de ação foi elaborado por cada país com datas específicas para retornar ao Mali, iniciar os estudos para o estabelecimento de um observatório, validar os estudos com a participação da ONEF e buscar financiamento dos parceiros de desenvolvimento. Os estudos foram validados no dia 12 de dezembro de 2018 em Bangui, República Centro-Africana. A viagem de estudo também fortaleceu a cooperação entre



© ILO

A CEDEAO, que estava mais avançada no processo de criação de observatórios, e a CEEAC, que recebeu aconselhamento sobre como reproduzir com sucesso a experiência do Mali. A República Centro-Africana, o Congo e a República Democrática do Congo conseguiram melhorar as suas políticas, identificar e resolver obstáculos, conceber estratégias de financiamento para os observatórios e estabelecer o seu papel no apoio aos sistemas de informação laboral.

Essa boa prática buscou melhorar a capacidade dos formuladores de políticas de criar e gerenciar informações sobre o mercado de trabalho e atualizar dados regularmente para o acompanhamento contínuo da situação do emprego. Isso ajudará os países a analisar melhor o impacto dos investimentos no emprego e na formação, criar uma base de dados sobre o mercado de trabalho, identificar os setores com potência para a criação de empregos e melhorar a tomada de decisões em tempos de crise. A iniciativa fortaleceu a cooperação contínua entre os países da CEEAC

para criar seus observatórios nacionais como um primeiro passo para a criação de um observatório regional no mercado de trabalho.

Uma discussão contínua com a CEEAC ampliará a experiência na sub-região. Os modelos desenvolvidos na República Centro-Africana, no Congo e na República Democrática do Congo podem ser replicados nos Camarões, Chade, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe. Exigirá um bom sistema de transparência, diálogo social e uma instituição de trabalho saudável.

Contato:

Nome: Sra. Nteba Soumano

Cargo: Oficial de Habilidades e Empregabilidade

Organização: Escritório Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Kinshasa

E-mail: soumano@ilo.org

NOME DO PROJETO: Cooperação Frágil-a-Frágil: Estabelecendo um Sistema Eficaz de Informação sobre Mercados de Trabalho em Estados Frágeis: Compartilhando Experiências entre a República Centro-Africana, o Congo, a República Democrática do Congo e o Mali

PAÍSES/REGIÕES: República Centro-Africana, Congo, República Democrática do Congo, Mali

INDICADO POR: Departamento de Parcerias e Cooperação para o Desenvolvimento (PARDEV); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Escritório Regional para a África; Escritório da OIT-Kinshasa

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 8.3, 16.6

APOIO: PARDEV; Departamento de Desenvolvimento e Investimento da OIT; Departamento de Competências e Empregabilidade da OIT; Escritório da OIT-Kinshasa

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: OIT

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Maio de 2018 – Abril de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2FYp5dh>



Cooperação Sul-Sul e Triangular para Reforçar o Sistema de Indenização por Lesões Laborais do Paquistão, Baseado nas Lições Aprendidas da Malásia e Tailândia

Promover a aprendizagem entre pares para melhorar a compensação por acidentes de trabalho

Desafio

O sistema de indenização por acidentes de trabalho no Paquistão é administrado por cada governo provincial de acordo com a respectiva Lei de Previdência Social dos Funcionários, que existe em apenas três das quatro províncias. O sistema é desafiado por uma série de limitações em termos de cobertura, qualidade, adequação e alinhamento com os padrões internacionais, como a Convenção de Benefícios por Lesões no Trabalho, 1964 (No. 121). Além disso, cobre apenas uma fração dos trabalhadores da economia formal. As instituições de previdência social do funcionário (ESSI) do Paquistão oferecem seguro contra acidentes de trabalho de acordo com algumas das legislações mais avançadas da Ásia e estão em conformidade com os requisitos mínimos da Convenção. No entanto, os ESSIs ainda enfrentam vários desafios na promoção da conformidade total para cobrir todos os trabalhadores em todos os setores econômicos, oferecer benefícios de saúde de qualidade e oportunos e fornecer benefícios em dinheiro adequados para substituir a renda perdida. As principais barreiras estão enraizadas nos recursos limitados disponíveis para investir em capacidade humana e de tecnologia da informação e em sistemas de gestão de boa governança para ESSIs.

Rumo a uma Solução

O projeto se concentrou no fortalecimento do sistema de compensação do Paquistão por acidentes de trabalho por meio de intercâmbios com a Malásia e a Tailândia. Contribuiu para o desenvolvimento de capacidades entre esses países em sistemas de seguridade social, bem como em lesões não relacionadas ao trabalho e morte. Nesse sentido, a cooperação Sul-Sul com a Malásia foi útil para compartilhar experiências e melhorar a aprendizagem entre pares em questões de seguridade social.

Diante desse cenário, o Escritório de País da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Islamabad sediou uma consulta sobre compartilhamento de conhecimento e percepções sobre o desenvolvimento de um roteiro para apoiar reformas provinciais em ESSIs no Paquistão, que são responsáveis pelo seguro de acidentes de trabalho. Em 16 de julho de 2018, os chefes dos quatro ESSIs se reuniram para revisar seus sistemas existentes de coleta e registro de contribuições, examinar os esquemas gerais de seguridade social e bem-estar e atender às necessidades dos trabalhadores do setor formal e informal. Eles compartilharam algumas de suas experiências práticas e desafios enfrentados pela governança e implementação. Eles também identificaram áreas a serem incluídas em um roteiro para atualização de ESSIs. A consulta também envolveu os Departamentos de Trabalho, o Ministério dos Paquistaneses Ultramarinos e Desenvolvimento de Recursos Humanos, a Federação dos Empregadores do Paquistão, a Federação dos Trabalhadores do Paquistão e especialistas técnicos. Após esta consulta, uma viagem de estudo de aprendizagem entre pares Sul-Sul para visitar instituições de seguridade social na Malásia e na Tailândia ocorreu em setembro de 2018, com mais intercâmbios de conhecimento e boas práticas para abordar as lacunas de capacidade nos ESSIs no Paquistão.

Os resultados deste projeto forneceram uma base sólida e sustentável para uma compensação eficaz por acidentes de trabalho para todos os trabalhadores, incluindo pequenas e médias empresas (PMEs) e trabalhadores autônomos, que atualmente não estão cobertos. Os limites de sustentabilidade dependem em grande parte da capacidade das instituições nacionais de assumir a supervisão e implementação dos benefícios da seguridade social para todos os trabalhadores, baseados nas boas



© ILO

práticas dos dois países. A OIT facilitou intercâmbios contínuos entre os países, trouxe pessoas capacitadas de Malásia e da Tailândia e estabeleceu redes, como grupos de *Whatsapp*. Por meio da cooperação Sul-Sul e triangular, o projeto desenvolveu a capacidade das instituições existentes responsáveis pelo seguro de acidentes de trabalho. Melhorou a governança, os sistemas de gestão informatizados, expandiu a cobertura e melhorou a entrega de benefícios, o que, em última instância, leva a um sistema de seguridade social sustentável. O conhecimento e as habilidades organizacionais entre as instituições de previdência social no Paquistão foram fortalecidos por meio de visitas de estudo à Malásia e Tailândia e dos workshops de treinamento oferecidos pelo Centro Internacional de Treinamento da OIT em Torino. Produtos de conhecimento, como estudos de caso e materiais de informação, educação e comunicação, foram desenvolvidos para uso por ESSIs no Paquistão para promover a adoção de boas práticas.

O esquema foi complementado por uma rede holística de serviços, incluindo programas de promoção da segurança e saúde ocupacional e campanhas de estilo de vida saudável, bem como centros de reabilitação que previnem acidentes e facilitam a reintegração dos trabalhadores acidentados ao mercado de trabalho. Em 2017, o sistema de previdência social da Malásia forneceu cobertura para motoristas de táxi autônomos. Também oferece proteção aos seguri-

rados autônomos, inclusive em caso de doenças e acidentes durante atividades relacionadas ao trabalho.

A aprendizagem entre pares contínua entre a Tailândia, a Malásia e o Paquistão facilita mudanças sustentáveis nos sistemas de seguridade social dos três países. Também beneficia outros países do Sul da Ásia, por meio do intercâmbio Sul-Sul.

O Escritório da Previdência Social da Tailândia cobre as menores empresas, mesmo aquelas com apenas um funcionário. Apesar dos pequenos problemas de implementação prática, havia muito a aprender sobre como estender gradualmente a cobertura a esses negócios. A Tailândia também possui um sistema sofisticado de taxas de contribuição para diferentes setores e um sistema de classificação de mérito para ajustar as taxas de contribuição com base nas taxas de acidentes. O Governo do Paquistão compartilhou as lições aprendidas sobre a melhoria da seguridade social com Mianmar.

Contato:

Nome: Sra. Ingrid Christensen

Cargo: Diretor

Organização: Escritório de Islamabad da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

E-mail: christensen@ilo.org

NOME DO PROJETO: Cooperação Sul-Sul e Triangular para Fortalecer o Sistema de Compensação do Paquistão para Lesões no Trabalho, com base nas Lições Aprendidas na Malásia e na Tailândia

PAÍSES / REGIÕES: Malásia, Paquistão, Tailândia

INDICADO POR: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 8.8

APOIO: Departamento de Empresas da OIT; Equipe de Trabalho Decente da OIT em Deli; Sistemas de Segurança Social na Tailândia, Malásia e Paquistão; Parceiros Sociais

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: OIT

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Março de 2018 – Dezembro de 2019

SITE DO PROJETO: bit.ly/2QewVRZ



Cooperação Trilateral China–Camboja– PNUD na Produção de Mandioca

Fortalecimento da produção sustentável por meio do primeiro projeto de cooperação triangular sobre mandioca

Desafio

O Camboja identificou a agricultura como sua principal prioridade para o desenvolvimento socioeconômico; no entanto, muito pouca assistência técnica é fornecida ao setor da mandioca, apesar do fato de que se tornou a segunda maior cultura agrícola em termos de renda, emprego, hectares cultivados e exportações. A falta de apoio técnico para alavancar a produção da mandioca também pode ter sérias consequências ambientais, pois o cultivo da mandioca pode esgotar os nutrientes e ter outros efeitos ecológicos no solo.

Rumo a uma Solução

Em 2011, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) começou a trabalhar com o Ministério do Comércio (MOFCOM) da China e o Ministério de Agricultura da Cambodja para ajudar a pequenos produtores, processadores, e exportadores de mandioca a valorizar o produto e aumentar sua renda, suas exportações e gerar empregos. O projeto também buscou ajudá-los a entender as necessidades do mercado chinês de obter produtos de matéria prima da Cambodja, levando em conta que o mercado Cambojano tem acesso preferencial ao mercado da China.

O objetivo da Fase I (2011–2012) do projeto foi alavancar o valor agregado do envolvimento conjunto da China e do PNUD. Um programa de treinamento de 21 dias foi organizado em Hainan, China, através do qual cada parte foi capaz de agregar valor substantivo e produzir produtos de conhecimento e atividades de treinamento de sucesso na produção e exportação de mandioca. A Fase I foi concluída em janeiro de 2012 e foi declarada um sucesso tanto pela China quanto pelo Camboja, com uma solicitação para expandir a cooperação para conduzir mais pesquisas, treinamento e testes para estabelecer ligações diretas com processadores e compradores. O *feedback* geral indicou que o estilo de treinamento, conteúdo e atividades práticas contribuíram para melhorar o cultivo da mandioca no Camboja.

Com base no sucesso e nas lições aprendidas nesta fase inicial, o MOFCOM concordou em apoiar uma segunda fase e criou uma nova janela de financiamento como uma contribuição de compartilhamento de custos. Esta foi a primeira vez que o governo da China forneceu apoio financeiro com base em doações para um projeto trilateral. A Fase II foi lançada em maio de 2013 e concluída em março de 2015. Durante esta fase, seis treinamentos foram realizados e uma viagem de estudos foi organizada para Nanning, província de Guangxi, na China. Além disso, vários produtos de conhecimento foram preparados para facilitar a expansão da produção de mandioca usando métodos ambientalmente sustentáveis.

A Fase II do projeto girou em torno de três resultados principais: conhecimento e pesquisa, melhores rendimentos e aumento do comércio. Em termos de conhecimento e pesquisa, foram produzidos dois produtos conhecidos e importantes. Primeiro, um Estudo de Avaliação de Necessidades abrangente foi conduzido para identificar as necessidades específicas de produção e processamento do setor de mandioca no Camboja, bem como lacunas na oferta e demanda no mercado chinês. Em segundo lugar, a primeira Avaliação de Impacto Ambiental foi realizada no Camboja para mitigar os danos ambientais resultantes de técnicas de cultivo de mandioca deficientes, o que gerou algumas descobertas surpreendentes, mas críticas.

Em termos de melhores rendimentos, foram desenvolvidos materiais de treinamento personalizados e treina-



© UNDP China

mentos direcionados para processadores, exportadores, agricultores e funcionários do governo. Os estagiários foram então capacitados para se tornarem eles próprios instrutores. Em termos de aumento do comércio, o apoio direcionado para aumentar as exportações do Camboja para a China foi fornecido por meio de uma missão de combinação de negócios, onde uma delegação cambojana de principais interessados visitou a cidade de Nanning em setembro de 2014. Os membros se reuniram com potenciais compradores chineses, comércio local e oficiais de comércio e outros atores importantes na indústria chinesa de mandioca. A missão e o acompanhamento mostraram-se importantes para entender os requisitos do mercado e os pontos de entrada.

Para garantir escalabilidade e sustentabilidade, 2.500 cópias dos manuais de treinamento foram produzidas para treinadores do governo em todo o Camboja, para capacitar agricultores, processadores e exportadores **Cerca de 200 mil agricultores foram beneficiados com o manual de treinamento.**

No geral, o projeto contribuiu com soluções inovadoras para gerar crescimento em prol dos pobres no Camboja, fornecendo tecnologia e conhecimento prático da China criando vínculos diretos com o mercado chinês.

Este projeto foi o primeiro projeto de cooperação trilateral iniciado pelo MOFCOM e pelo PNUD após a assinatura do Memorando de

Entendimento China–PNUD em 2010 para expandir esforços conjuntos na cooperação Sul-Sul. O projeto demonstrou que a cooperação triangular pode alavancar forças comparativas, criar sinergias e facilitar a aprendizagem mútua mais fortemente do que qualquer uma das três partes agindo sozinha. Também demonstrou o potencial de tal abordagem de assistência ao desenvolvimento para melhorar a eficácia do desenvolvimento e apoiar a erradicação da pobreza em todo o mundo.

A modalidade e atividades de cooperação serão replicadas em outros países em desenvolvimento em projetos futuros, desde que os países tenham necessidades semelhantes – em termos de limitado conhecimento prático de produção e conexão com potenciais mercados de exportação – que sejam consistentes com os objetivos de geração de empregos e fortalecimento da produção sustentável; a tecnologia e as realizações deste projeto se aplicam às condições locais; e existem fundos e recursos humanos suficientes para fornecer apoio.

Contato:

Nome: Sra. Sujuan Zhang

Cargo: Líder de Equipe, Escritório Sul-Sul da China Grupos de Parceria Global

Organização: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) China

E-mail: sujuan.zhang@undp.org

NOME DO PROJETO: Produção Sustentável da Mandioca por meio da Cooperação Trilateral China–Camboja–PNUD

PAÍSES / REGIÕES: Camboja, China

INDICADO POR: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) China

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 8.2, 8.3, 12.2, 12.a, 17.9, 17.15, 17.16

APOIO: Ministério do Comércio da China, Academia Chinesa de Ciências Tropicais e Agrícolas, PNUD

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca do Camboja

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2011–2015

SITE DO PROJETO: bit.ly/2CMgJ7k

Quadro Regulamentar para Reformas nos Setores de Negócios do Afeganistão: uma Troca de Conhecimentos com o Marrocos

Ajudando o Afeganistão a fortalecer sua capacidade de elaborar um programa de reforma do clima de investimento apoiado por estratégias de reforma e roteiros

Desafio

O Afeganistão enfrenta desafios de desenvolvimento significativos, pois os níveis de pobreza permanecem altos. Embora a promoção do crescimento liderado pelo setor privado seja essencial para enfrentar esses desafios, o setor privado formal é extremamente limitado. O conflito contínuo causou uma forte contração no crédito do setor privado, registro de empresas e investimento privado.

O Governo do Afeganistão e o Grupo Banco Mundial (GBM) reconheceram que reformas regulatórias são necessárias para estabelecer um ambiente de negócios favorável, restaurar a confiança do setor privado e criar empregos. Para enfrentar seus desafios de desenvolvimento e pobreza, o país deve encontrar novas fontes de crescimento do setor privado que possam ajudar a reduzir sua dependência da ajuda internacional, bem como a dependência da economia de um setor agrícola volátil. Abordar as restrições do setor privado será fundamental para alcançar o crescimento sustentado a longo prazo.

Para apoiar a criação de empregos e promover um ambiente regulatório mais favorável para as empresas, o governo deve fortalecer as estruturas institucionais dedicadas à concepção, coordenação, implementação e monitoramento do seu programa de reforma do clima de investimento.

Rumo a uma Solução

Para ajudar a enfrentar os desafios de desenvolvimento do país, o Governo do Afeganistão empreendeu várias intervenções para melhorar o ambiente de negócios e apoiar o crescimento liderado pelo setor privado. Em abril de 2017, o Comitê Interministerial para o Desenvolvimento do Setor Privado (PRISEC) foi estabelecido para liderar as reformas do ambiente de negócios. O PRISEC é copresidido pelo Ministério do Comércio e Indústria, pelo Escritório do Executivo Principal e pelo GBM. O Comitê inclui as principais partes interessadas públicas e privadas.

Para fortalecer a capacidade institucional do PRISEC, foi organizado um intercâmbio de conhecimentos com Marrocos, um país que implementou uma série de reformas e continuou a melhorar a sua classificação na publicação *Doing Business* do Banco Mundial¹. O intercâmbio teve como objetivo fortalecer a capacidade institucional para projetar, coordenar, implementar e monitorar um programa bem-sucedido de reforma do ambiente de negócios que promoveria o desenvolvimento do setor privado no Afeganistão.

Durante o intercâmbio, que aconteceu de julho de 2018 a maio de 2019, a delegação afegã se reuniu com representantes importantes de instituições marroquinas que estão liderando o esforço para melhorar o clima de negócios e investimento do país. Comitê Nacional para o Ambiente de Negócios (CNEA) foi bem-sucedida na implementação de inúmeras reformas comerciais desde sua criação em 2013. Essas reformas melhoraram a posição de Marrocos na publicação *Doing Business* do Banco Mundial. O CNEA facilitou uma sessão de aprendizagem sobre a concepção, implementação e monitoramento de um programa de reforma do clima de investimento, desenvolvendo planos de ação e estratégias eficazes de reforma. Eles também discutiram o papel da academia, abordagens inclusivas para as partes interessadas e compromissos regionais, e técnicas e abordagens para estabelecer estruturas específicas do setor para o diálogo.

A delegação afegã também se reuniu com o Secretário-Geral do Governo de Marrocos para discutir reformas para melhorar o ambiente regulatório para empresários e o processo de elaboração de leis. O Departamento de Comércio e Alfândega fez apresentações e conduziu discussões sobre o processo de exportação marroquina, o portal digital *PortNet* e o novo processo de licenças de exportação. O município de Casablanca compartilhou informações sobre as recentes reformas para agilizar o sistema de licenças de construção. Centro Regional de Investimento de Casablanca (CRI) também fez apresentações sobre sua abordagem de balcão único para o registro de empresas e discutiu suas iniciativas para melhorar a competitividade regional. O CRI também desenvolveu recursos para apoiar os investidores, como um guia do investidor folhetos específicos do setor e um site

¹ www.doingbusiness.org



© World Bank

multilíngue. Representantes do Parque de Agronegócios das Zonas de Desenvolvimento Econômico do Marrocos (MEDZ) em Meknes discutiram sua configuração institucional, financiamento e seu papel no estabelecimento de parques industriais, agrícolas, offshore e turísticos em 12 territórios em Marrocos.

A Confederação Geral das Empresas em Marrocos (CGEM), que é a principal associação empresarial do país, facilitou uma sessão de aprendizagem sobre abordagens inovadoras para um diálogo público-privado eficaz. Os representantes discutiram como o CGEM garantiu oito assentos no Parlamento, o que lhe permitiu fazer *lobby* estrategicamente por reformas e influenciar a formulação de políticas. Eles também enfatizaram o papel e a participação das mulheres em conselhos de empresas estatais e corporativas (SOE). Além disso, eles compartilharam informações sobre como o CGEM coleta *feedback* e contribui para a capacitação do setor privado; como prioriza as reformas à luz do roteiro de desenvolvimento promovido nas promessas de campanha política; e como se relaciona com a comunidade empresarial internacional, corporações multinacionais, pequenas e médias empresas e sindicatos.

A delegação afegã adquiriu novos conhecimentos ao projetar e implementar um processo de reformas empresariais. Os delegados se beneficiaram de conversas francas com a CNEA sobre os desafios institucionais e políticos que Marrocos encontrou durante seu processo de reforma. Eles também conheceram a eficiência e a transparência da plataforma eletrônica *PortNet* e os processos sem papel para registrar empresas e emitir licenças e autorizações. Felizmente, a lei de *e-governance* a ser aprovada no Afeganistão ajudará a acelerar o processo de digitalização. Marrocos também forneceu exemplos de boas práticas no apoio à participação de alto nível das mulheres nos negócios por meio de funções de liderança e sua inclusão nos conselhos corporativos e das estatais.

No final da visita de estudo, uma sessão de meio dia permitiu que o afegão delegação e as equipes do GBM para refletir sobre as experiências e lições aprendidas com o intercâmbio de conhecimentos, que foram as seguintes:

- Uma compreensão clara de um processo de reforma bem definido.
- Abordagens aprimoradas para definir as funções e responsabilidades de instituições que lideram um processo de reforma.
- O valor de comunicar as decisões, propostas e reformas do governo

usando as línguas locais para aumentar a consciência entre cidadãos residentes em várias regiões do país.

- Formas de aumentar a apropriação e a responsabilidade nos ministérios responsáveis por vários aspectos da reforma.
- Abordagens mais inclusivas para fortalecer o diálogo público-privado no Afeganistão. A delegação concordou em explorar maneiras de aumentar a representação do setor privado na estrutura executiva e formalizar a participação do setor privado no discurso político.
- Principais decisões, ações e próximas etapas. As funções foram atribuídas e os cronogramas de acompanhamento foram definidos.

Aprendendo com a abordagem de gestão eficiente e multicamadas empregada pela CNEA, os representantes do PRISEC discutiram a possibilidade de simplificar a estrutura existente das unidades de coordenação e política para aumentar a eficiência e o apoio político de alto nível.

Após a aprovação da Câmara de Comércio e Indústria das Mulheres do Afeganistão pelo Alto Conselho Econômico, a delegação identificou propostas práticas para ajudar a aumentar a representação e a participação das mulheres em conselhos executivos no Afeganistão.

Devido à limitação de dados e linhas de base, continua difícil tomar decisões e medir metas relacionadas a investimentos no Afeganistão. A delegação, portanto, nomeou dois funcionários para liderar o processo de criação das pesquisas de negócios necessárias para melhorar a qualidade dos dados e estabelecer linhas de base mais confiáveis.

Uma apresentação da troca de conhecimentos, experiências, boas práticas e próximos passos para o comitê executivo do PRISEC foi agendada para o final do ano fiscal de 2019. O representante da equipe do Ministério da Indústria e Comércio se comprometeu a preparar atualizações sobre as propostas lei de governança eletrônica e sua divulgação ao restante da delegação e à equipe do BM após a visita de intercâmbio.

Contato::

Nome: Sr Laurent Porte

Cargo: Gerente de Programa, Instalação Sul-Sul

Organização: Grupo Banco Mundial

Email: lporte@worldbank.org

NOME DO PROJETO: Quadro Regulamentar para Reformas nos Setores de Negócios no Afeganistão

PAÍSES/REGIÕES: Afeganistão, Marrocos

INDICADO POR: Banco Mundial

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.2, 8.1, 8.2, 8.3, 8.5, 8.6

APOIO: Fundo Sul-Sul do Banco Mundial

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: AFGANISTÃO: Governo do Afeganistão; Comitê Executivo para o Desenvolvimento do setor Privado; Ministério do Comércio e Indústria; MARROCOS: Comitê Nacional para o Ambiente de Negócios (CNEA); Departamento de Comércio e Alfândega, Município de Casablanca; Centro Regional de Investimento (CRI) de Casablanca; Confederação Geral das Empresas do Marrocos (CGEM); Zonas de Desenvolvimento Econômico do Marrocos

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2019

SITE DO PROJETO: Não disponível

Ferramenta *Border Haats* para Melhorar a Vida e Meios de Subsistência das Pessoas que Residem em Aldeias Remotas ao longo da Fronteira entre Índia e Bangladesh

Usando a defesa de políticas baseadas em evidências para orientar decisões políticas informadas e melhorar a qualidade de vida em comunidades de base

Desafio

A iniciativa de *haats* na fronteira é uma iniciativa bem-sucedida de governo para governo que transformou a vida das pessoas que residem nas aldeias de fronteira. Em 2010, os governos de Bangladesh e da Índia assinaram um acordo no quadro abrangente que cobre uma série de questões, uma das quais buscava promover o comércio e a cooperação transfronteiriços por meio do estabelecimento de *haats* fronteiriços. Entre 2011 e 2015, quatro *haats* de fronteira foram abertos ao longo da fronteira Índia–Bangladesh. Esses *haats* tiveram sucesso na redução do comércio informal entre os dois países e na criação de oportunidades de sustento que aumentaram a renda e os gastos per capita com saúde e educação. Embora os *haats* na fronteira tenham ajudado a aumentar a conectividade de pessoa a pessoa e melhorado vários indicadores socioeconômicos, incluindo a capacitação econômica das mulheres, não havia consciência suficiente entre os legisladores, a mídia e outras partes interessadas. Como resultado, esforços foram necessários para aprimorar o modelo.

Rumo a uma Solução

O objetivo geral da iniciativa era documentar como os *haats* nas fronteiras estão beneficiando e transformando as vidas das pessoas que vivem em áreas remotas da fronteira. Procurou se envolver com formuladores de políticas relevantes e atores não estatais para defender a abertura de *haats* adicionais ao longo da fronteira Índia–Bangladesh, especialmente no nordeste da Índia. A iniciativa está contribuindo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 sobre pobreza, ODS 3 sobre boa saúde e bem-estar, ODS 5 sobre igualdade de gênero, ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico e o ODS 9 sobre indústria, inovação e infraestrutura.

Os *haats* de fronteira permitem que pessoas que residem em áreas remotas da fronteira comercializem seus produtos locais, principalmente vegetais e frutas. Os consumidores, então, têm acesso a produtos essenciais a preços mais baratos do que os encontrados nos mercados de seus países de origem, permitindo assim que os consumidores marginalizados economizem uma parte de sua renda mensal.

Por exemplo, o *haat* de fronteira de Balat está localizado no distrito de East Khasi Hills em Meghalaya, Índia. Os mercados maiores estão todos localizados à distância: Shillong (100 km), Silchar (300 km) e Guwahati (200 km). Esses mercados fornecem grãos de alimentos essenciais, alimentos processados, medicamentos e bens de consumo para as aldeias vizinhas. No entanto, devido aos custos de transporte, os moradores que vivem em locais remotos da fronteira geralmente preferem comprar vegetais e outros produtos no *haat* fronteiriço em Balat. De acordo com uma pessoa pesquisada, os vegetais de Bangladesh custam menos da metade do preço dos vegetais indianos. Além disso, bens de consumo de rápido movimento de Bangladesh, como bebidas à base de frutas, batatas fritas e biscoitos, também estão em alta demanda entre os consumidores indianos. Esses produtos são vendidos em grandes quantidades, mas a um preço mais barato. O *haat* na fronteira é, portanto, uma dívida para as comunidades pobres e marginalizadas, permitindo-lhes ter acesso a produtos essenciais a preços acessíveis.

Para os residentes de Bangladesh, o *haat* de fronteira de Balat facilita o acesso a itens como Jeera (semente de cominho) e itens de luxo como lençóis, que são muito mais baratos no lado indiano da fronteira. Por exemplo, Jeera custa cerca de 450 taka (cerca de US\$ 5.30) em Bangladesh, mas os consumidores podem comprá-lo

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



© CUTS International

por \$280 taka (cerca de US\$ 3.30) no haat.

Em termos da metodologia utilizada, a *Consumer Unity & Trust Society (CUTS International)*, com o apoio do Banco Mundial, empreendeu uma abordagem ascendente e advocacia baseada em evidências para propor a abertura de mais *haats* de fronteira. Uma extensa pesquisa e uma série de discussões de grupos focais com as partes interessadas de base foram conduzidas para compreender e documentar os impactos dos quatro *haats* operacionais de fronteira nas comunidades locais. O estudo descobriu que os *haats* de fronteira tiveram um impacto positivo no bem-estar das comunidades em ambos os lados da fronteira de três maneiras definitivas: **criando oportunidades de sustento, melhorando as relações transfronteiriças e reduzindo o comércio informal e as atividades ilegais e subversivas**. Evidências anedóticas também apontam para o impacto geral positivo dos *haats* de fronteira. Por exemplo, um vendedor do *haat* Srinagar em Tripura, Índia, aumentou sua renda em \$9.500 taka.

Em todas as localidades, muitos participantes do *haats* usam a renda adicional para aumentar os gastos em serviços essenciais, incluindo assistência médica para familiares e educação para crianças. Além disso, ao adquirir vários bens de consumo duráveis, como televisores e Internet móvel, os moradores podem ter uma melhor qualidade de vida para si próprios e suas famílias. O estudo também revelou a necessidade de aumentar a participação das mulheres nos *haats* de fronteira.

O estudo foi eficaz em demonstrar a necessidade de estabelecer mais *haats* de fronteira para os formuladores de políticas na Índia e no Bangladesh. Como resultado da intervenção, seis novos *haats* de fronteira foram sancionados em 2016. Além disso, o memorando de entendimento (MoU) que rege o estabelecimento da fronteira

haats foi revisado em 8 de abril de 2017, levando em consideração as recomendações do estudo. O período de validade dos MoUs também foi aumentado de três para cinco anos. O número de vendedores de cada país aumentou de 25 para 50 e os compradores puderam comprar produtos no valor de US\$ 200, que passou de US\$ 100. A lista de itens sancionados para comércio nos *haats* de fronteira também foi ampliada ao longo do tempo para atender às necessidades e condições locais. (MoU) que rege o estabelecimento da fronteira *haats* foi revisado em 8 de abril de 2017, levando em consideração as recomendações do estudo. O período de validade dos MoUs também foi aumentado de três para cinco anos. O número de vendedores de cada país aumentou de 25 para 50 e os compradores puderam comprar produtos no valor de US\$ 200, que passou de US\$ 100. A lista de itens sancionados para comércio nos *haats* de fronteira também foi ampliada ao longo do tempo para atender às necessidades e condições locais.

Os governos da Índia e de Bangladesh estão atualmente considerando *haats* adicionais ao longo da fronteira Índia–Bangladesh. Uma lista de 73 locais foi proposta pela Força de Segurança de Fronteiras e pelos governos estaduais.

Esta iniciativa inovadora usou uma abordagem quantitativa e qualitativa para documentar evidências da base. Além disso, a iniciativa capturou evidências anedóticas verificáveis. Esta abordagem provou ser eficaz na criação de confiança e, o mais importante, na promoção da vontade política. Também cimentou relações e boa vontade entre os residentes do nível de base. A abordagem é sustentável e pode ser replicada para abordar um amplo espectro de questões transversais.

Contato:

Nome: Sr. Bipul Chatterjee
Cargo: Diretor Executivo
Organização: CUTS Internacional
E-mail: bc@cuts.org
ID Skype: bc_cuts

1 www.pib.gov.in/PressReleaseDetail.aspx?PRID=1498189

NOME DO PROJETO: Ferramenta *Border Haats* para Melhorar a Vida e Meios de Subsistência das Pessoas que Vivem em Aldeias Remotas ao longo da Fronteira entre Índia e Bangladesh

PAÍSES / REGIÕES: Bangladesh, Índia

INDICADO POR: *Consumer Unity & Trust Society (CUTS International)*

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (S): 1.2, 1-b, 3.8, 5.1, 5.5, 5-c, 8.3, 9.1

APOIO: Banco Mundial

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: CUTS Internacional

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 15 de agosto de 2015 – 30 de junho de 2016

SITE DO PROJETO: bit.ly/2v8sQYz

Aplicação e Promoção de Materiais Plásticos Funcionais em Países em Desenvolvimento

Produção de materiais plásticos funcionais, sustentáveis, ecológicos e inovadores em países em desenvolvimento

Desafio

Os plásticos podem ser divididos em convencionais e especiais de acordo com seus usos. Os plásticos convencionais incluem plásticos de uso geral e de engenharia; os plásticos especiais são materiais plásticos funcionais. Esses, são materiais de alta tecnologia que usam plásticos de uso geral e de engenharia como base e que são então preenchidos, misturados ou reforçados para fins de desempenho específicos ou para melhorar o retardamento de chama, a força, a resistência ao impacto e a consistência. Os exemplos incluem materiais de permeabilidade magnética, polímeros médicos, materiais fotossensíveis e materiais perolados.

Os materiais plásticos funcionais têm sido amplamente utilizados em diversos campos e recentemente se tornaram mais comuns em muitos países do sudeste asiático e em alguns países em desenvolvimento da América Latina. Devido à falta de pesquisa e do desenvolvimento de plásticos funcionais nesses países e regiões, a maioria depende de importações do exterior. Como resultado, os produtos de plástico funcionais são caros e o seu desenvolvimento e aplicação em grande escala não é bem sucedida.

Os materiais plásticos funcionais são convenientes devido ao seu desempenho e vantagens exclusivas, porém, quando usados incorretamente, prejudicam o meio ambiente. Este projeto conta com tecnologia para suprir as deficiências dos plásticos convencionais. Ele busca melhorar o desempenho do produto, explorar opções simples de reciclagem e analisar o desempenho ambientalmente degradável para o desenvolvimento sustentável.

Rumo a uma Solução

Este projeto se concentra em tecnologias de pesquisa, desenvolvimento e processamento de materiais plásticos funcionais. Seu objetivo é expandir seu alcance de aplicação e promover essas tecnologias nos países em desenvolvimento. O objetivo final é melhorar a indústria de plástico funcional para aumentar a produção industrial e a renda dos trabalhadores nos países em desenvolvimento. Este projeto também contribui para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável que promovem a industrialização inclusiva, sustentável e a inovação.

Os principais parceiros do projeto são instituições oficiais, empresas privadas, universidades e institutos de pesquisa científica na China, Indonésia e Malásia. Isso inclui o Centro Provincial de Intercâmbio de Ciência e Tecnologia com Países Estrangeiros; o Instituto de Pesquisa de Ciência e Tecnologia de Fuzhou Fusu; a Associação de Fabricantes de Plásticos da Malásia; a Universidade Islâmica Internacional da Malásia; a *Dragonpak Industries (M) Sdn Bhd*; *PT. ABPS Technology Batam*; *Krida Wacana Christian University*; *PT. Stellarway* Indonésia; e *PT. Arya Wiraraja Plastikindo*.

Parceiros da China, Indonésia e Malásia analisaram em conjunto os problemas que empresas malasianas e indonésias encontram na produção. O pessoal técnico chinês tratou principalmente dos problemas e orientou as empresas na aplicação prática das soluções. Os problemas incluíram um teste piloto de aumento de produção para produzir o lote mestre de plástico funcional para filme plástico e o desenvolvimento de materiais de alta eficiência e economia de energia para parafusos de limpeza.

Ao mesmo tempo, as três partes estabeleceram um centro conjunto de pesquisa e desenvolvimento no âmbito da cooperação Sul-Sul. O corpo principal foi criado na *Fuzhou Fusu Science* e o Instituto de Pesquisa Tecnológica na China, o ramo de pesquisa e desenvolvimento estava na Faculdade de Engenharia da Universidade

9 INDÚSTRIA
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURA



© FSTEC

Islâmica Internacional da Malásia e os ramos de prática estavam em *Dragonpak Industries (M) Sdn Bhd* e *PT. ABPS Technology Batam* na Indonésia. A cooperação Sul-Sul foi ativamente desenvolvida: 6 exposições foram organizadas, 34 projetos foram exibidos e promovidos e 12 seminários e treinamentos no local foram organizados na Alemanha, Indonésia, Malásia e em toda a China. Além disso, especialistas chineses ofereceram treinamento para técnicos e trabalhadores de empresas na Malásia e na Indonésia. Participaram pelo menos 205 estagiários, dos quais mais da metade eram mulheres.

Este modelo promove ativamente a inovação contínua na indústria de plástico funcional para atingir baixo consumo de energia e desenvolvimento sustentável. Também incentiva fortemente a aplicação prática das realizações da pesquisa científica em universidades e instituições de pesquisa, que é um modelo de desenvolvimento mutuamente benéfico.

O projeto é impulsionado pelas demandas industriais dos países em desenvolvimento e tem o compromisso de resolver os problemas enfrentados pelo desenvolvimento industrial para ajudá-los a atender às suas demandas de desenvolvimento. **No âmbito do projeto, tem-se promovido a participação do setor privado na cooperação Sul-Sul, o que contribui para o alcance dos ODS, principalmente em áreas como desenvolvimento tecnológico, pesquisa e inovação.** Os países em desenvolvimento que participaram do projeto trabalharam juntos e aprenderam uns com os outros. Eles promoveram a transferência internacional de conhecimento e

tecnologia para seus benefício mútuo. Ao mesmo tempo, as mulheres nos países em desenvolvimento foram ativamente incentivadas a participar das atividades do projeto, promovendo assim a sua participação no desenvolvimento social, o empoderamento feminino e a igualdade de gênero.

O projeto foi desenvolvido de forma sustentável, já que o Instituto de Pesquisa em Ciência e Tecnologia de Fuzhou Fusu mantém contato e relações de cooperação com parceiros na Malásia e na Indonésia. Os parceiros continuam a compartilhar informações de ponta na indústria de plásticos, intercambiar pessoal técnico, desenvolver novos produtos e fortalecer a cooperação na pesquisa e desenvolvimento de novos plásticos ecológicos.

O projeto poderia ser reproduzido em países em desenvolvimento que têm demanda de mercado por materiais plásticos funcionais e empresas que podem testar os resultados das pesquisas. Será mais benéfico se houver universidades ou institutos de pesquisa com capacidade de pesquisa para fomentar talentos na elaboração de projetos.

Contato:

Nome: Sr. Yingfeng Huang

Cargo: Vice-chefe da Divisão de Projeto

Organização: Centro Provincial de Intercâmbio de Ciência e Tecnologia de Fujian com Países Estrangeiros (FSTEC)

E-mail: fjstec@126.com

WeChat: tiago18

NOME DO PROJETO: Aplicação e Promoção de Materiais Plásticos Funcionais em Países em Desenvolvimento

PAÍSES/REGIÕES: China, Indonésia, Malásia

INDICADO POR: Centro de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.1, 8.2, 9-b

APOIO: Fundo Fiduciário Pérez Guerrero para Cooperação Sul-Sul; Grupo dos 77

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Centro Provincial de Intercâmbio de Ciência e Tecnologia com Países Estrangeiros (FSTEC)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Setembro de 2017 – Setembro de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3htd1yN> (em chinês)



Informatização e Desenvolvimento Urbano para Países em Desenvolvimento

Facilitar a troca de metodologias para a infraestrutura de tecnologia da informação no contexto da urbanização

Desafio

A adoção da tecnologia da informação oferece oportunidades e condições para promover o desenvolvimento econômico, aprimorar os setores tradicionais e desenvolver novos setores de informação e novas tecnologias. Também tem um impacto significativo no desenvolvimento urbano, trazendo ideias e métodos inovadores para a gestão da cidade. Com base na experiência de desenvolvimento da China, a informatização correlacionou-se positivamente com o crescimento do produto interno bruto e beneficiou a gestão urbana. Níveis mais altos de tecnologia da informação levam a maior eficiência e crescimento econômico mais rápido para as cidades.

Em alguns países e regiões em desenvolvimento, o lento desenvolvimento de infraestruturas de tecnologia da informação resultou na falta de conscientização e oportunidades para os cidadãos acessarem as tecnologias da informação mais recentes e usá-las diariamente para a vida e o trabalho.

Com assistência técnica, os países em desenvolvimento poderão implementar boas práticas no desenvolvimento da tecnologia da informação e descobrir maneiras concretas de alavancá-la para promover o desenvolvimento urbano.

Rumo a uma Solução

O Centro Internacional de Treinamento CIFAL de Xangai para Atores Locais há muito tem uma grande reputação por reunir indivíduos de países em desenvolvimento para atualizar seus conhecimentos e habilidades profissionais em tecnologia da informação, a fim de acompanhar o ritmo da informatização e industrialização. O Centro ofereceu seminários sobre tecnologia da informação e métodos de desenvolvimento e crescimento econômico relacionados a 1.229 beneficiários de 127 países. Os tópicos incluem governo eletrônico, sistemas de informação geográfica, informatização e gestão urbana, bem como a mais recente tecnologia da informação na China e sua aplicação na vida diária.

O CIFAL de Xangai organizou um seminário sobre informatização e desenvolvimento urbano para Samoa e outro para países em desenvolvimento. Também organizou um seminário sobre governo eletrônico e informatização urbana para a Macedônia do Norte. Os participantes aprenderam a definição de cidade inteligente e como ela é formada. Ao compreender o modelo de Comunidades Inteligentes e Conectadas, eles devem ser capazes de integrar a tecnologia da Internet à gestão urbana. Além disso, eles foram solicitados a projetar uma proposta de cidade inteligente para suas próprias cidades ou regiões, incluindo instalação de hardware e desenvolvimento de software. Os palestrantes avaliaram suas propostas para viabilidade e os participantes discutiram as várias idéias. Após o seminário, os participantes podem usar essas propostas para desenvolver as áreas relevantes. Os participantes foram apresentados às práticas e realizações no desenvolvimento da tecnologia da informação na China e em Xangai por meio de treinamento teórico e prático na forma de palestras temáticas, sessões especiais, discussões abertas, estudos de caso e investigação no local.

Essas atividades também promoveram a transferência de conhecimento sobre informatização e desenvolvimento urbano, ao mesmo tempo que fomentaram a cooperação entre a China e os países em desenvolvimento. Os seminários de treinamento foram realizados mensalmente de agosto a novembro de 2019, com duração de 21 dias cada. Os participantes incluíram 20 funcionários do governo de Samoa; 34 funcionários do



© CIFAL Shanghai

governo e acadêmicos de Bangladesh, Cuba, Egito, Malásia, Nigéria, Paquistão, Panamá, Suriname, Timor-Leste, Uruguai e Zimbábue; e 17 funcionários de departamentos governamentais e do banco central da Macedônia do Norte.

Com base no *feedback* recebido, **os participantes adquiriram uma compreensão abrangente e objetiva das realizações da China e experiência acumulada em tecnologia da informação e desenvolvimento urbano.** Eles também ganharam uma perspectiva científica e pragmática das aplicações futuras da tecnologia da informação. Os países-alvo poderiam explorar ainda mais as oportunidades de cooperação com a China e empresas chinesas para melhorar suas infraestruturas de informação e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável demonstrando grande disposição em enviar delegados para participar de seminários futuros.

Com a ajuda do CIFAL de Xangai, Samoa enviou mais de 100 participantes para participar de seminários sobre informação e tecnologia nos últimos anos. Os participantes incluem professores, agricultores, médicos, enfermeiras, repórteres da mídia, proprietários de empresas privadas, organizações de bem-estar público e funcionários do governo. Esses seminários ajudaram a promover o desenvolvimento econômico e social de Samoa, aprimorando o relacionamento entre os povos dos países e promovendo a cooperação em vários campos. Em 2018, delegados de Samoa participaram da primeira Expô de Importações, organizada pela CIFAL de Xangai e sediada em Xangai, China. Eles trouxeram produtos artesanais tradicionais de Samoa e álcool artesanal. Em 2019, dez empresas de Samoa participaram da segunda Expô de Importações. Esses seminários receberam elogios tanto da embaixada chinesa em Samoa quanto da embaixada do

Samoa em Pequim.

O CIFAL de Xangai gostaria de expandir este treinamento para fornecer novas oportunidades de estudo para funcionários e técnicos em países menos desenvolvidos. Ao final dos seminários e treinamentos, todos os participantes receberam um pendrive que continha todo o material do curso. Eles poderiam compartilhá-lo com seus colegas ou usá-lo como referência para planejar treinamentos semelhantes em seus países. Representantes do CIFAL de Xangai mantiveram contato com os participantes assim que retornaram a seus países de origem para identificar suas demandas de treinamento e planejar futuros seminários para eles. Esses seminários de treinamento poderiam, portanto, ser sustentáveis tanto nos países dos participantes quanto na China. No entanto, muitos países atualmente carecem dos conhecimentos técnicos e acadêmicos necessários para oferecer esses treinamentos.

Nos próximos anos, o CIFAL de Xangai continuará a aumentar a conscientização sobre a construção de informatização, compartilhar conhecimentos e habilidades relacionados e implementar soluções para o desenvolvimento urbano para beneficiar ainda mais os indivíduos de governos, corporações, instituições financeiras, hospitais e empresas privadas dos Estados membros do Grupo de 77.

Contato:

Nome: Sr. Hanye Xue

Cargo: Gerente de Projeto

Organização: Centro Internacional de Treinamento CIFAL de Xangai, China

E-mail: hanye.xue@cifalshanghai.org

WeChat: Xur233

NOME DO PROJETO: Informatização e Desenvolvimento Urbano para Países em Desenvolvimento

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, China, Cuba, Egito, Etiópia, Gana, Malásia, Nigéria, Macedônia do Norte, Paquistão, Panamá, Samoa, Suriname, Timor-Leste, Uruguai, Zimbábue

INDICADO POR: Centro de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 9.1, 11-c

APOIO: Fundo Fiduciário Pérez Guerrero para Cooperação Sul-Sul

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Centro Internacional de Treinamento CIFAL de Xangai

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3bdBK7N>



Tecnologias de Construção Industrial na Etiópia

Promoção de tecnologia de construção pré-fabricada de baixo custo para melhores condições de habitação e ambiente de investimento na Etiópia



Desafios

Com uma população de mais de 100 milhões, a Etiópia é o segundo país mais populoso da África. A economia tem crescido rapidamente, impulsionada em grande parte pela indústria da construção e pelo setor de serviços. O país também experimentou um aumento da urbanização; o acúmulo de moradias é estimado em 1.2 milhão de casas. Essa demanda projetada supera em muito a oferta anual de moradias. Como resultado, a acessibilidade é um problema significativo no mercado imobiliário. A maioria dos rendimentos familiares é muito baixa para pagar soluções habitacionais formais, sejam públicas ou privadas. Os desafios decorrentes da baixa renda dos residentes urbanos são exacerbados por materiais de construção caros e preços de terras excessivamente altos. Dada a reestruturação industrial global, a Etiópia tem grande potencial para atrair capital estrangeiro e impulsionar sua economia para o benefício de seu povo. Possui recursos abundantes, mão de obra mais barata, amplo mercado e infraestrutura em constante evolução. No entanto, a base industrial local é fraca; o país depende da importação de peças, componentes e matérias-primas; e a tecnologia e os profissionais da construção não conseguem atender às necessidades do mercado.

Rumo a uma Solução

Para ajudar a melhorar as condições de habitação e o ambiente de investimento, o Conselho Empresarial China-África e seu parceiro, Grupo Huajian, elaboraram um projeto para treinar talentos na indústria da construção e promover tecnologia de habitação de madeira de baixo custo na Etiópia. Como unidade de implementação, o Grupo Huajian tem anos de experiência em construção de madeira ecologicamente correta e se dedica a explorar as tecnologias de pesquisa de edifícios pré-fabricados. A empresa também oferece uma gama de serviços, incluindo projeto arquitetônico, produção de materiais de construção, compras centralizadas, logística e transporte, bem como treinamento técnico no local. O Grupo Huajian contratou especialistas em áreas relevantes para fornecer treinamento aos trabalhadores locais. No âmbito do projeto, foi realizada uma investigação de três meses para identificar tecnologias viáveis para edifícios pré-fabricados na Etiópia. Demonstrações práticas e práticas de construção no local foram realizadas no Parque Industrial Huajian, na Etiópia, para coletar *feedback* e fazer ajustes e melhorias para melhorar a estrutura de madeira. Finalmente, foi realizado um seminário para facilitar a troca de experiências e intercâmbios técnicos entre especialistas chineses, especialistas técnicos etíopes e a equipe de gestão do projeto Huajian da Etiópia.

Um comitê especial foi criado para este projeto. Cinco profissionais de áreas relevantes na Etiópia e sete especialistas chineses se reuniram em Adis Abeba. Os especialistas chineses introduziram os princípios da arquitetura de estruturas de madeira e sua aplicação na China. Especialistas da Etiópia discutiram o tipo de arquitetura e tecnologia de construção usada em seu país e os problemas existentes. Uma série de pequenos seminários foram realizados para promover a discussão sobre o uso de estruturas de madeira na Etiópia. Por fim, o comitê designou um local para o projeto, escolhendo a maior cidade e porto do país, que funciona como centro político, econômico, cultural e de transporte.

O projeto também ofereceu uma oportunidade para quatro trabalhadores da construção civil qualificados estudarem na sede do Grupo Huajian, no cantão Guangdong da China. Durante um treinamento de um mês, os trabalhadores etíopes dominaram os conceitos teóricos da arquitetura de estruturas de madeira e puderam realizar algumas operações práticas simples. No retorno, um treinamento técnico programa para técnicos etíopes



© China-Africa Business Council

foi conduzido pelos quatro trabalhadores e a equipe principal do Parque Industrial Huajian da Etiópia. Eles compartilharam a tecnologia de estrutura de madeira que aprenderam na China com toda a equipe. A equipe principal do Parque Industrial Huajian da Etiópia também convidou três funcionários do Escritório de Desenvolvimento de Construção e Habitação e do Ministério da Indústria para visitar a China e discutir a fabricação rápida e tecnologia de habitação de madeira de baixo custo. O projeto destacou as vantagens de edifícios acessíveis do tipo montagem em termos de velocidade de construção, conforto, segurança, acessibilidade, praticidade e proteção ambiental. Esse novo sistema de tecnologia de construção em madeira era adequado para a Etiópia e atendia à demanda básica de grupos de baixa renda no país e nos países africanos vizinhos. Durante o período de construção, o projeto criou centenas de oportunidades de emprego para trabalhadores locais na construção, varejo, serviços de bufê e indústria de serviços e aumentou seus salários em 30 a 50 por cento. Não só promoveu o desenvolvimento econômico local, mas também ajudou as pessoas de base na África a entender a China e melhorar a opinião pública para a cooperação China-África.

Em comparação com a tecnologia de construção tradicional disponível na África, a fabricação rápida e a tecnologia de habitação de madeira de baixo custo têm vantagens significativas para garantir a qualidade da construção, aumentar a eficiência da produção, melhorar as condições de trabalho, reduzir os requisitos dos operadores e custos de produção e implementar proteções ambientais. A tecnologia foi apresentada às agências governamentais durante vários seminários **Ajudou a melhorar as condições de vida no Parque Industrial Huajian e recebeu reconhecimentos de funcionários do governo e empresas chinesas na Etiópia.** Este projeto treinou u trabalhadores na indústria de construção pré-fabricada e promoveu a fabricação rápida e tecnologia de habitação de madeira de baixo custo. Este projeto pode se espalhar da Etiópia para países africanos vizinhos com condições.

Contato:

Nome: Sr. Xiaofeng Bai

Cargo: Secretário Executivo Adjunto Geral

Organização: Conselho Empresarial China-África

E-mail: baixiaofeng@cabc.org.cn

NOME DO PROJETO: Promoção de Tecnologias de Construção Industrial na Etiópia

PAÍSES / REGIÕES: China, Etiópia

INDICADO POR: Centro de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 9.1, 9a, 11.1, 17.6

APOIO: Centro de Desenvolvimento Sul-Sul da China

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Conselho Empresarial China-África, Parque Industrial Etiópia Huajian

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Dezembro de 2017 – Novembro de 2018

SITE DO PROJETO: Não disponível



Instalação de Fibra Óptica Residencial

Melhorar a implantação da infraestrutura de banda larga e sua qualidade, sem deixar nenhuma família sem serviços de conexão de fibra óptica

Desafio

Na África, menos de um terço da população tem acesso à conexão de internet banda larga. Alcançar a cobertura universal de conexão acessível e de boa qualidade à Internet até 2030, exigirá um investimento estimado de US\$ 100 bilhões. Em muitos países africanos, a conexão à Internet é fornecida principalmente por meio de operadoras móveis, devido à falta de instalação de uma rede fixa. Isto também foi um desafio para as Maurícias.

Nos últimos anos, a conexão banda larga por fibra óptica foi amplamente discutida em muitos mercados da África. A conexão por fibra óptica é reconhecida como a infraestrutura necessária para acessar a próxima geração de serviços, tanto no mercado comercial quanto residencial pois é usada por pequenas e médias empresas, serviços digitais do governo e entretenimento doméstico em todo o continente. Entretanto, com a exceção de alguns países, a expansão na África das redes de conexão à internet por fibra óptica tem estado muito limitada, devido ao investimento alto na instalação e manutenção da infraestrutura de fibra óptica, que resulta em mercados alvos pequenos. Além disso, o setor de instalação da rede de fibra óptica costuma ser fragmentado, com um grande número de fornecedores de operadoras pequenas.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar estes desafios, o Primeiro Ministro das Maurícias e o ex-Ministro das Finanças e Desenvolvimento Econômico anunciaram a aceleração do programa *Fiber to the Home* (FTTH) num discurso sobre o orçamento de 2016–2017. No âmbito do programa, a *Mauritius Telecom* expandiria a cobertura da instalação a todas as cidades e vilas das ilhas até 2017, garantindo acesso à Internet para toda a população. O foco principal foi no melhoramento da qualidade de instalação da rede banda larga por fibra óptica, sem deixar uma residência sem conexão à internet.

O principal desafio do programa FTTH foi na localização de fundos de investimento e de parcerias para instalação da rede de fibra óptica. O Governo solicitou a cooperação de operadoras de telecomunicações locais que pudessem implementar a instalação da rede FTTH tanto em áreas urbanas quanto rurais. Foi assim que, em acordo com o Governo, a *Mauritius Telecom*, uma grande operadora de telecomunicações, investiu seu próprio capital em troca de exclusividade no uso da cobertura total da rede até 2021, a fim de garantir o retorno do investimento da operadora.

O investimento da *Mauritius Telecom* foi de mais de \$5 bilhões de rúpias (aproximadamente US\$ 5 milhões) na instalação e cabeamento da rede fibra óptica em toda a ilha. O projeto, com prazo de conclusão previsto para 2020, foi concluído em 2019, antes da data projetada. Maurícias é o sexto país no mundo com 100 por cento de FTTH, e os cidadãos se beneficiam de internet banda larga, com até 100 Mb/s de velocidade, a preços acessíveis. **Além disso, a ilha também possui 100 por cento de cobertura móvel, significando que todas as regiões das Maurícias têm acesso não só a conexão de internet móvel, mas também por fibra óptica.**

Devido ao sucesso do projeto, as Maurícias alcançaram a classificação mais notável do Índice de Maturidade Digital (IMD) na África, com uma pontuação de 49. Isso se deve ao grande investimento do governo para melhorar a cobertura de conexão na ilha. Para aproveitar esse sucesso e continuar acompanhando os grandes avanços digitais, o Governo formulou um novo conjunto de políticas infraestruturais e regulatórias a fim de tirar o máximo proveito no ambiente mundial em constante mudança.

Com base nas lições aprendidas da instalação de FTTH bem-sucedida, se vê a necessidade de estruturação regulatória para que os empreendimentos privados pudessem projetar, inovar e investir em tecnologias digitais. O Governo das Maurícias reconhece que é essencial para o crescimento econômico do país ter um sistema de telecomunicações atualizado, privatizado e liberalizado a fim de atrair o capital necessário para concretizar os projetos.

Contato:

Nome: Sr. Rajnish Hawabhay

Cargo: Diretor Técnico

Organização: Ministério da Tecnologia da Informação, Comunicação e Inovação; Governo das Maurícias

E-mail: rhawabhay@govmu.org

WhatsApp: + 230 5 254 6192



NOME DO PROJETO: Instalação de Fibra Óptica Residencial (FTTH)

PAÍSES/REGIÕES: Maurícias

INDICADO POR: Governo das Maurícias

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 9-a, 9-b, 9-c, 17.6, 17.8, 17.16

APOIO: Governo das Maurícias

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: *Maurícias Telecom*; Governo das Maurícias; *CEB FibreNet*

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2017

SITE DO PROJETO: Não disponível

Workshop Internacional sobre Segurança na Internet: Reforçando Medidas de Proteção na Troca de Informações

Garantir a troca segura de informações digitais para facilitar o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Sul

Desafio

O século 21 viu avanços rápidos em tecnologia da informação e telecomunicações, particularmente em hardware e software de computação. Como resultado, equipamentos menores, menos caros e mais eficientes estão disponíveis para organizações, empresas e indivíduos. No entanto, o uso generalizado de dispositivos e equipamentos eletrônicos para atividades comerciais, sociais e pessoais na Internet ressaltou muitas preocupações relacionadas à privacidade e segurança. A frequência dos ataques cibernéticos aumentou significativamente e a natureza dos riscos à segurança está em constante evolução. A atividade cibernética maliciosa causa sérios prejuízos financeiros que de até bilhões de dólares. Há uma demanda crescente de serviços digitais seguros que garantem a proteção da transferência de dados tanto nos aplicativos digitais tradicionais quanto nos mais recentes, e que impedem o acesso não autorizado, o uso indevido, a alteração de dados, ou negação de acesso à plataformas digitais. A segurança da Internet e da informação pode ser garantida através da adoção de políticas e práticas consistentes e da aplicação das medidas técnicas pertinentes.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esse desafio, a Sede da Comissão de Ciência e Tecnologia para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS), a Organização Mundial Islâmica para Educação, Ciência e Cultura (ISESCO) e a Associação Islâmica de Tecnologia da Informação (INIT) organizaram uma série de oito *workshops* para aumentar a conscientização no setor de segurança na Internet e da informação nos países em desenvolvimento, especialmente em seus Estados Membros.

O objetivo desses *workshops* era fornecer um fórum para jovens cientistas e profissionais de países em desenvolvimento onde pudessem se informar sobre os últimos avanços em segurança na Internet; promover o uso de tecnologias de ponta na proteção digital, os recursos disponíveis contra os ataques cibernéticos; e identificar soluções eficazes de segurança digital e proteção de dados privados, públicos, governamentais e empresariais. Eles abordaram os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 4 sobre educação de qualidade; ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 sobre indústria, inovação e infraestrutura; e ODS 17 sobre parcerias e meios de implementação.

Os *workshops* foram realizados na Jordânia, Cazaquistão, Marrocos, Catar, República Árabe Síria, Tunísia, Turquia e República Unida da Tanzânia. Para cada *workshop*, o COMSATS selecionou um painel de segurança digital e da informação com cinco ou seis especialistas provindo do Paquistão, mas trabalhando em várias universidades e organizações comerciais no Paquistão, Catar, Arábia Saudita, Cingapura, Emirados Árabes Unidos e outros países. Os participantes do país anfitrião incluíam pesquisadores, profissionais, acadêmicos, executivos, administradores de sistema, programadores de sistema e estudantes que trabalham no setor de segurança da informação digital e criptográfica. Aproximadamente 10 a 15 participantes estrangeiros pertencentes aos Estados Membros da ISESCO e INIT também participaram de cada *workshop*. Os eventos, portanto, facilitaram a transferência sistêmica de informações, conhecimentos e boas práticas entre os países.

Cada *workshop* incluiu apresentações técnicas, tutoriais e sessões de treinamento prático realizadas por especialistas no assunto designados cobrindo os principais temas relacionados a segurança da informação digital incluindo compreensão teórica de algoritmos criptográficos, dicas práticas de sistemas digitais, questões de gerenciamento e técnicas relacionadas. Além disso, as ferramentas de segurança digital foram demonstradas para fornecer aos participantes oportunidades de atualizar sua base de conhecimento e interagir com especialistas para futuros empreendimentos colaborativos.

A COMSATS selecionou e patrocinou especialistas de cada tema particular para conduzir as sessões de cada *workshop*. Os participantes locais foram selecionados e apoiados pelos institutos anfitriões. ISESCO e INIT selecionaram e patrocinaram os

9 INDÚSTRIA
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURA



© COMSATS

participantes estrangeiros de seus respectivos países membros. O programa técnico e os manuais de instrução de cada sessão foram preparados pelos especialistas designados e aprovados pelos parceiros.

Os *workshops* cobriram os seguintes tópicos principais: avaliação e gestão de riscos de segurança da informação; segurança de rede em relação a ataques modernos, técnicas de evasão e defesas; análise e detecção de codificação mal-intencionada; medição de segurança; questões éticas de segurança da tecnologia da informação e comunicação; padrões, políticas e diretrizes de segurança organizacional; técnicas criptográficas para segurança de rede; segurança na web; segurança de rede social; segurança de computação em nuvem; e procedimentos e ferramentas digitais de perícia.

Até o momento, a iniciativa beneficiou cerca de 350 jovens pesquisadores, acadêmicos, administradores de sistemas e profissionais de segurança cibernética pertencentes a vários países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Os beneficiários também incluíram um número significativo de mulheres cientistas e profissionais, garantindo um equilíbrio de gênero. Os participantes vieram dos seguintes países: Argélia, Bangladesh, Brunei Darussalam, Costa do Marfim, Egito, Gâmbia, Indonésia, República Islâmica do Irã, Jordânia, Cazaquistão, Malásia, Maldivas, Mauritânia, Marrocos, Nigéria, Omã, Paquistão, Catar, Estado da Palestina, Sudão, República Árabe Síria, Tunísia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia e Uzbequistão.

Cursos e certificações em Internet e segurança da informação são geralmente caros e inacessíveis nos países em desenvolvimento. Em alguns casos, os indivíduos devem viajar para outra cidade ou país para participar dos treinamentos. COMSATS, ISESCO e INIT adotaram uma abordagem inovadora para enfrentar esses desafios, concentrando-se na capacitação em seus Países Membros. Como resultado, os *workshops* realizados sob esta série foram gratuitos, convenientes e facilmente acessíveis para pesquisadores e profissionais dos países em desenvolvimento.

Os *workshops* geraram uma reação em cadeia ao treinar Instrutores Mestres para disseminar os conhecimentos e habilidades adquiridos durante os eventos aos seus pares, subordinados e aos alunos de organizações profissionais e universidades em seus países de origem, garantindo a sustentabili-

dade da iniciativa. Os beneficiários estão usando o conhecimento adquirido para fornecerem contribuições efetivas em suas respectivas organizações e países. O primeiro *workshop* realizado na República Árabe Síria em 2011 foi reproduzido em outros sete países em desenvolvimento descritos na lista abaixo:

- Primeiro *Workshop* Internacional realizado de 23 a 27 de julho de 2011 em Damasco, República Árabe Síria;
- Segundo *Workshop* Internacional realizado de 16 a 20 de setembro de 2012 em Amã, Jordânia;
- Terceiro *Workshop* Internacional realizado de 9 a 13 de dezembro de 2013 em Nabeul, Tunísia;
- Quarto *Workshop* Internacional realizado de 19 a 23 de outubro de 2014 em Dar es Salaam, Tanzânia;
- Quinto *Workshop* Internacional realizado de 14 a 18 de setembro de 2015 em Ancara, Turquia;
- Sexto *Workshop* Internacional realizado de 19 a 23 de dezembro de 2016 em Rabat, Marrocos;
- Sétimo *Workshop* Internacional realizado de 19 a 23 de dezembro de 2017 em Almaty, Cazaquistão;
- Oitavo *Workshop* Internacional realizado de 23 a 27 de dezembro de 2018 em Doha, Catar.
- O conteúdo do curso foi atualizado regularmente para acompanhar a evolução dos cenários globais. Este programa pode ser facilmente adaptado a outros países em desenvolvimento.

Contato

Nome: Sr. Tajammul Hussain

Cargo: Conselheiro de Programas

Organização: Sede da Comissão de Ciência e Tecnologia para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS)

E-mail: tajammul@comsats.org

Telefone: + 92-51-9204892

Nome: Sr. Farhan Ansari

Cargo: Diretor Assistente Sênior de Programas

Organização: Sede do COMSATS

E-mail: farhan@comsats.org

Telefone: +92 51 9214515-7

NOME DO PROJETO: *Workshops* Internacionais Sobre Segurança na Internet: Reforçando Medidas de Proteção na Troca de Informações.

PAÍSES/REGIÕES: Jordânia, Cazaquistão, Marrocos, Catar, República Árabe Síria, Tunísia, Turquia, República Unida da Tanzânia

INDICADO POR: Comissão de Ciência e Tecnologia para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável no Sul (COMSATS)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.3, 4.4, 8.2, 9.1, 9-c, 17.6, 17.8

APOIO: COMSATS: Organização Mundial Islâmica para a Educação, Ciência e Cultura (ISESCO); Associação Islâmica de Tecnologia da Informação (INIT)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: COMSATS; ISESCO e INIT

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2011–2021 (sujeito a prorrogação conforme necessidade dos Estados Membros)

SITE DO PROJETO: comsats.org/?p=5265; comsats.org/?p=203; comsats.org/?p=1935; comsats.org/?p=3044; comsats.org/?p=3489; comsats.org/?p=2063; comsats.org/?p=4222; comsats.org/?p=4363

Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico: Uma Análise de Necessidades em Aviação

Apoiando as necessidades de segurança e proteção na aviação, bem como a capacidade e eficiência de navegação aérea

Desafio

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico (PSIDS) estão entre os menores e mais remotos países do mundo com uma população combinada de apenas 10 milhões de pessoas espalhadas por uma área que cobre 15 por cento da superfície da Terra. Seus desafios distintos incluem distância, vulnerabilidade a choques externos e desastres naturais, uma dependência excessiva do comércio internacional, ambientes frágeis e recursos limitados. A aviação civil é vital para o PSIDS, especialmente em termos de conectividade, desenvolvimento socioeconômico e medidas de socorro nos desastres. Muitos dos PSIDS dependem do turismo e a maioria dos turistas chega por via aérea. Apesar da maior parte dos trajetos entre as ilhas ser somente viável por avião, a conectividade aérea deixa a desejar.

Rumo a uma Solução

Reconhecendo os desafios de conectividade aérea enfrentados pelo PSIDS, a 39ª Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional (ICAO) propôs um estudo para identificar e abordar os desafios e necessidades atuais do PSIDS em termos de segurança da aviação, navegação aérea e segurança da aviação. A Análise das Necessidades de Aviação dos Pequenos Estados Insulares do Pacífico em Desenvolvimento (estudo PSIDS) também identificou opções e oportunidades potenciais para ajudar a enfrentar esses desafios da aviação civil. O principal objetivo era aumentar as capacidades do PSIDS de uma forma forte e resiliente para beneficiar o seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e melhorar a sua resiliência aos perigos relacionados com o clima. Além dos recursos fornecidos pela ICAO, o estudo PSIDS foi possível graças a generosas contribuições financeiras e em espécie da Austrália, Chile, China, Fiji, Cingapura, Reino Unido e Estados Unidos da América. A análise foi conduzida no contexto da Agenda 2030 para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, do Caminho das Modalidades de Ação Aceleradas do SIDS (SAMOA) e da Estrutura do SENDAI para Redução do Risco de Desastres 2015–2030. Ele inventa vulnerabilidades no transporte aéreo na região e avalia como a aviação civil poderia aliviar os desafios enfrentados pelo PSIDS e apoiar seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Inclui uma análise comparativa de custo-benefício de várias formas de supervisão regulatória estadual e mecanismos de assistência.

O estudo PSIDS incluiu várias consultas com a Austrália, Nova Zelândia, a Agência de Segurança na Aviação do Pacífico (PASO), o Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF), os escritórios regionais das Nações Unidas em Suva e Fiji, a Associação de Companhias Aéreas do Sul Pacífico, o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento. O grupo do estudo reuniu-se com funcionários de alto nível dos ministérios e Autoridades da Aviação Civil (AACs) durante visitas de campo a 11 Estados. Representantes das AACs de Samoa e Vanuatu participaram como observadores em algumas visitas de campo. Os Estados que não foram visitados foram convidados a se reunirem com o Conselheiro Sênior do Estudo PSIDS para fornecer suas opiniões e contribuições. Essas atividades foram possibilitadas pelas contribuições monetárias e em espécie feitas ao projeto.

Com base nas informações e levantamentos adquiridos conforme as restrições de tempo e recursos disponíveis, **um total de 30 recomendações foram formuladas para serem aplicadas pelo PSIDS, PIF e ICAO, na medida do possível. Algumas das recomendações para a ICAO visam encorajar os doadores de assistência, instituições de treinamento e bancos multilaterais de desenvolvimento a tomarem medidas adicionais para apoiar o PSIDS.** As recomendações apoiam uma abordagem holística para o desenvolvi-



mento e a implementação de um roteiro de aviação do Pacífico com sistemas regulatórios eficazes, sustentáveis e resilientes na região.

Para garantir a sustentabilidade do projeto, a ICAO está considerando a designação de um oficial de ligação da ICAO para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Pacífico que forneceria apoio ao PSIDS no fornecimento de uma aviação civil internacional segura e sustentável. O mandato do Oficial de Ligação será facilitar a coordenação e cooperação, bem como fortalecer a comunicação e a partilha de conhecimentos entre a ICAO e o PSIDS, PASO, PIF e outras entidades das Nações Unidas. O Oficial de Ligação também facilitará a implementação das recomendações do Estudo PSIDS, com vistas de campo para estimular e sustentar a implementação efetiva das normas de proteção, segurança e as práticas recomendadas para esses Estados.

Transporte aéreo seguro, confiável, econômico e ambientalmente responsável é fundamental para alcançar o 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para ilustrar o quão essencial é uma

aviação catalisadora na busca dos ODS, a ICAO mapeou seu trabalho em relação a eles e descobriu que seus objetivos estratégicos apoiam 15 dos 17 ODS. ICAO está empenhada em trabalhar em estreita cooperação com os Estados e outros órgãos das Nações Unidas para alcançar estas metas dos Objetivo(s) de Desenvolvimento Sustentável.

Contato:

Nome: Sra. Thilly De Bodt

Cargo: Chefe Interino de Planejamento Estratégico, Coordenação e Parcerias.

Organização: Aviação Civil Internacional (ICAO)

E-mail: tdebodt@icao.int

Nome: Sr. Nicolas Rallo

Cargo: Chefe do Departamento de Auditoria, Segurança e Navegação Aérea

Organização: ICAO

E-mail: nrallo@icao.int

NOME DO PROJETO: Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico: Análise de Necessidades em Aviação

PAÍSES/REGIÕES: 14 PSIDS, incluindo: Ilhas Cook, Fiji, Quiribati, Ilhas Marshall, Micronésia, Nauru, Niue (Estado não contratante), Palau, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Samoa, Tonga, Tuvalu e Vanuatu

INDICADO POR: Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 1.5, 1-a, 2.4, 2-c, 3.d, 8.1, 8.2, 8.3, 8.9, 9.1, 9.4, 9.5, 9-a, 10.2, 10.6, 10-b, 17.3, 17.6, 17.9

APOIO: Austrália, Chile, China, Fiji, Cingapura, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Reino Unido Estados da América

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ICAO

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Março de 2019 – Setembro de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3gGmt0p>





Promovendo Investimento Sustentável nos Países Parceiros: Piloto Etiópia

Investindo para o desenvolvimento sustentável

Desafio

A Etiópia está buscando uma industrialização voltada para a exportação com foco na indústria leve e tem experimentado alto crescimento econômico a mais de uma década. No entanto, o país está enfrentando alguns desafios que principalmente incluem restrições de capacidade dos órgãos de implementação do governo, falta de coordenação entre as instituições governamentais de apoio, escassez de insumos industriais, envolvimento limitado de investidores privados, sistemas de logística ineficientes, produtividade baixa, falta de recursos tecnológicos e de gestão no setor de fabricação.

Para aprofundar e diversificar sua indústria e permitir que a economia eleve o status de renda média até 2025, a Etiópia necessita urgentemente de um setor de fabricação mais competitivo com maior participação do setor privado, de zonas industriais mais sustentáveis e melhor integração industrial a nível regional e global.

Rumo a uma Solução

O envolvimento e financiamento da China fornecem uma oportunidade para superar os obstáculos que impedem os países parceiros de alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em escala global com a implementação sistematicamente alinhada aos princípios e práticas de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao ajudar os países parceiros a atingirem seus objetivos de desenvolvimento sustentável de forma alinhada com suas estratégias de desenvolvimento, visa fortalecer as capacidades dos países parceiros e estabelecer uma rede de Promoção de Investimentos Sustentáveis (SIP) com recursos que podem ajudar a orientar as iniciativas para produzirem resultados economicamente, socialmente e ambientalmente sustentáveis.

Os objetivos gerais do projeto são fortalecer as estruturas institucionais e construir capacidade de desenvolvimento no país piloto para alavancar investimentos sustentáveis. Visando a melhoria geral no âmbito de investimento para atrair e sustentar todos os investimentos estrangeiros que atendam às prioridades de desenvolvimento nacional do país e às necessidades locais.

Em linha com as estratégias nacionais da Etiópia, o programa SIP visa apoiar as contribuições do setor de fabricação no crescimento industrial e econômico, aumentar o desenvolvimento do setor industrial, promover o desenvolvimento do setor privado e integrar as indústrias etíopes nos mercados regionais e globais.

Apoiado pelos governos da China e da Etiópia, o programa SIP visa fornecer um plano escalonável para melhorar a sustentabilidade dos investimentos. No curto prazo, desenvolverá uma instalação piloto na Etiópia para gerar modalidades relevantes e eficazes para investimentos sustentáveis. Também fornecerá lições e recomendações concretas sobre como alcançar impactos positivos no desenvolvimento. Este último irá discutir quais abordagens, políticas e mecanismos são adequados para um clima de investimento em nível nacional. A médio e longo prazo, prevê-se que a abordagem pode ser expandida como parte de uma rede para promover o investimento sustentável.

O programa adota uma abordagem 3P inovadora: elaboração de uma plataforma, envolvimento de políticas e



© UNDP

projetos piloto. Desde 2019, tiveram várias iniciativas iniciais bem-sucedidas. Em termos de construção de plataforma, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas e o PDUN facilitaram intercâmbios práticos entre o setor público e privado fornecendo uma estrutura de cooperação, alavancando oportunidades de investimento sustentável (em linha com o ODS 17 sobre parcerias) e identificando e enfrentando as barreiras ao investimento sustentável (ODS 9 sobre indústria, inovação e infraestrutura; ODS 11 sobre cidades e comunidades sustentáveis; e ODS 13 sobre ação climática).

Dois fóruns de alto nível, uma pesquisa de campo e dois programas de troca de conhecimentos foram realizados em 2019 na Etiópia e na China, com a participação de mais de 150 etíopes e 200 partes interessadas chinesas do governo, setor privado, das agências de desenvolvimento, dos grupos de reflexão e outras instituições. Esses eventos proporcionaram oportunidades de discussões aprofundadas e troca de conhecimentos sobre investimentos sustentáveis.

Com respeito ao envolvimento político, os resultados dos levantamentos setoriais sobre investimento sustentável na Etiópia serão apresentados às autoridades dos governos relevantes para melhoria do quadro político (ODS 16 sobre paz, justiça e instituições fortes).

Em termos do projeto piloto, **o programa baseou-se nos resultados de diálogos e análises de políticas para identificar áreas de projetos piloto potenciais, incluindo o desenvol-**

vimento de capacidade para aprimorar a transferência de tecnologia e habilidades (ODS 1 sobre pobreza e ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico). O programa fornecerá ainda aconselhamento e análise em nível de projeto para apoiar o teste e a aplicação de soluções práticas. Compartilhará as melhores práticas e lições aprendidas em investimento sustentável com outros países parceiros. Os governos da China e da Etiópia expressaram forte compromisso em apoiar o projeto piloto.

Com as melhores práticas e lições aprendidas da Etiópia, o programa SIP pode ser reproduzido e expandido a outros países parceiros. Para um resultado bem-sucedido, é fundamental que tanto o governo chinês quanto o governo anfitrião estejam dispostos a colaborar e sejam capazes de apoiar a implementação. O programa ajudará a promover e realizar investimentos sustentáveis em escala maior para avançar nos ODS e, finalmente, formará uma plataforma de investimento sustentável para aprendizagem mútua, troca de experiências, coordenação de políticas e desenvolvimento de capacidades.

Contato:

Nome: Sra. Yixuan Shao

Cargo: Coordenador do Programa de Parceria do Polo Global

Organização: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) China

E-mail: yixuan.shao@undp.org.

NOME DO PROJETO: Promovendo o Investimento Sustentável nos Países Parceiros: Piloto Etiópia

PAÍSES/REGIÕES: China, Etiópia

INDICADO POR: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PDUN), China

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 13, 15, 1-a, 1-b, 82, 83, 8-a, 92, 9-a, 9-b, 11-a, 13-b, 166, 16-b, 173, 175, 179, 17.14, 17.16, 17.17

APOIO: Fundo Fiduciário das Nações Unidas para a Paz e Desenvolvimento; pelo Departamento de Economia e Assuntos Sociais.

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PNUD

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32xW7bS>



Modernização Industrial no Setor de Tecelagem de Tapetes do Tajiquistão

Promovendo o setor de têxteis, tecelagem de tapetes e bordados tradicionais do Tajiquistão

Desafio

As fábricas de tecelagem de tapetes e bordados do Tajiquistão ainda não tiram o máximo proveito do potencial dessa indústria pouco explorada e com baixa competitividade entre produtores locais. Além de outros obstáculos que impedem o crescimento de sua indústria têxtil, também enfrentam desafios em fornecimento, publicidade, gestão, acesso ao mercado, controle de qualidade e padronização, tecnologia e capacitação.

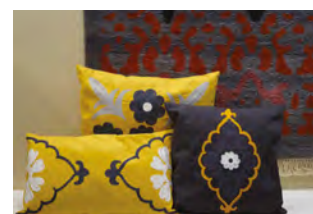
A expansão da gama de empresas de têxteis, tecelagem de tapetes e bordados tradicionais por meio da modernização tecnológica e do fortalecimento da gestão contribuiria para melhorar a eficiência, a produtividade, a comercialização e o ambiente de trabalho. O aprimoramento das práticas de divulgação existentes e a introdução de novas ferramentas facilitariam o acesso ao mercado local, regional e internacional para as vendas de produtos fabricados localmente, contribuindo assim para alcançar os Objetivo(s) de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 9. Além disso, a atualização desses setores geraria oportunidades de emprego, especialmente para mulheres, contribuindo assim para os ODS 5 e os ODS 8.

Rumo a uma Solução

Este projeto visa contribuir para o desenvolvimento dos setores tradicionais de têxteis, tecelagem de tapetes e bordados e para melhorar a posição internacional do Tajiquistão em valor agregado de manufatura, exportação de manufaturados aumentando a competitividade no setor. O projeto também visa aumentar a capacidade de criação de empregos e o desenvolvimento de habilidades específicas do setor, ao mesmo tempo em que diminui a disparidade salarial de gênero e melhora a posição das mulheres nas empresas beneficiárias. As práticas estabelecidas nas empresas, em decorrência da implementação do projeto, devem estimular a adoção de atividades semelhantes em outras empresas do setor manufatureiro. Assim, o projeto contribuirá para a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Nacional do país e do 'Programa para o desenvolvimento da tecelagem de tapetes no Tajiquistão para o período de 2014–2020'. O projeto apoia o desenvolvimento do setor privado, a geração de empregos e a atualização da indústria existente, bem como o desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável com oportunidades igualitárias para todos.

Em 2015, no âmbito da cooperação regional e Sul-Sul e levando em consideração os objetivos de desenvolvimento nacional do Tajiquistão, os Governos da China e da Federação Russa concordaram em apoiar o Governo do Tajiquistão na implementação de sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento e objetivos de desenvolvimento no setor de tecelagem de tapetes. A fase piloto do projeto visava aumentar a produtividade e a competitividade das empresas nos setores de tecelagem de tapetes e bordados do Tajiquistão. Identificou mercados de exportação regionais e internacionais, melhorou a tecnologia e a modernização industrial, introduziu ferramentas de publicidade inovadoras e fortaleceu conhecimento técnico nacional para fornecer assistência e os serviços necessários às empresas locais de forma sustentável.

A Fase II deste projeto (2019–2022), aproveitará as oportunidades de integração regional por meio do fortalecimento da produtividade, da capacidade de exportação e de geração de empregos nos setores nacionais de tecelagem de tapetes, bordados e têxteis tradicionais. Em particular, o projeto irá melhorar a produtividade e a competitividade das empresas tadjiques que operam nesses setores, identificando oportunidades de mercado regionais e internacionais, apoiando a atualização empresarial, modernizando a tecnologia, introduzindo fer-



© UNIDO

ramentas de marketing inovadoras e construindo a capacidade de especialistas nacionais e instituições de apoio a negócios por muito tempo termo sustentabilidade do projeto.

Na 1ª fase, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) organizou mais de 40 sessões de capacitação em várias regiões do Tajiquistão, alcançando até 535 participantes, dos quais 75 por cento eram mulheres e refugiados do Afeganistão. O impacto indireto da capacitação teve alcance extensivo, abrangendo até 1.000 especialistas têxteis em todo o país. Os treinamentos para especialistas cobriram vários aspectos do ciclo de produção e meios de acesso ao mercado, incluindo design de produto, gestão de funcionários, gestão financeira, comercial e de publicidade.

Desde o início da segunda fase, de maio a dezembro de 2019, mais de 25 sessões de capacitação foram organizadas para especialistas da indústria têxtil, envolvendo mais de 250 especialistas de vários perfis profissionais, incluindo designers, artesãos, artistas têxteis, especialistas da indústria têxtil, estudantes e professores universitários.

Com o apoio técnico da UNIDO, os beneficiários do projeto piloto criaram três novas coleções sob a marca *LAAL Têxteis*, incluindo duas coleções de têxteis pro lar e acessórios, tanto feitas à mão como feitas à máquina, bem como uma coleção de carpetes. A *LAAL Têxteis* ganhou vários prêmios na competição de Marca do Ano do país, incluindo o Pico da Fama de 2017. Foi indicada a Melhor Marca Na-

cional em 2018, para contribuir aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o *Golden Award* de 2019. Isso destaca que a marca se estabeleceu como uma referência de inovação na indústria têxtil do país, aderindo aos padrões internacionais de qualidade e práticas de ponta no campo da produção ambientalmente sustentável.

Desde 2016, o emprego nas empresas beneficiárias piloto aumentou 140 por cento, resultado direto do projeto da UNIDO. A receita anual cresceu 68 por cento enquanto as exportações aumentou 106 por cento e 66 por cento no mercado local.

O projeto visa incentivar a aquisição de conhecimento no Tajiquistão para garantir a sustentabilidade do projeto a longo prazo. A experiência e as habilidades adquiridas através da UNIDO permitirão que as partes e beneficiários locais reproduzam essas experiências e práticas em outros setores industriais. As lições aprendidas na implementação bem-sucedida deste projeto podem ser adaptadas a outros países em desenvolvimento e economias em transição, particularmente os países que buscam modernizar suas indústrias têxteis tradicionais.

Contato:

Nome: Sr. Farrukhbek Alimdjanov

Cargo: Diretor de Desenvolvimento Industrial

Organização: UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

Email: f.alimdjanov@unido.org

NOME DO PROJETO: Requalificação e Modernização Industrial dos Setores de Tecelagem, Bordado e Têxtil Tradicional em Tajiquistão

PAÍSES/REGIÕES: China, Federação Russa, Tajiquistão

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.4, 5.5, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 9.2, 9.3, 9.4, 9-a, 9-b

APOIADO POR: Fase I: China, Federação Russa; Fase II: Federação Russa

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNIDO

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: Fase I (2015–2017), Fase II (2019–2022)

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3hFhwGw>

Promoção de Biopesticidas Derivados do Nim na África Ocidental

Promover o uso e a produção de pesticidas ecológicos e econômicos derivados de grãos do Nim, em três países da África Ocidental

Desafio

Os países em desenvolvimento se esforçam continuamente para produzir alimentos suficientes para suas populações em crescimento. A expansão da produção agrícola no futuro deverá vir de um maior rendimento de cultivos por hectare, que dependerá do aumento do uso de fertilizantes e pesticidas. Os métodos atuais de aplicação desses produtos químicos geralmente resultam na contaminação do solo, da água e dos alimentos e colocam em risco a saúde humana.

Portanto, será necessário meios de assistência para apoiar os países na promoção do uso e da capacidade de produção econômica e ecologicamente correta de alternativas aos pesticidas poluentes orgânicos persistentes (POP), enfatizando as alternativas livres de agrotóxicos.

Rumo a uma Solução

Em novembro de 2007, na Associação Regional de Pesticidas para a Ásia e o Pacífico (RENAPAP), um modelo indiano de tecnologia de pesticidas que usa o extrato aquoso do grão de nim, foi apresentada e discutida em uma reunião organizada com um grupo de especialistas em Abuja, Nigéria que recomendaram a reprodução e transferência da tecnologia de baixo custo e do modelo de treinamento de agricultores desenvolvido na Índia para os países da África Ocidental por meio da cooperação Sul-Sul.

Como resultado, o Centro de Cooperação Industrial Sul-Sul (UCSSIC) da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e a RENAPAP realizaram missões preparatórias a Gana, Nigéria e Serra Leoa. Todos os três países estavam cientes dos efeitos dos pesticidas agrotóxicos na contaminação do solo, da água e do ar. A árvore Nim foi plantada abundantemente nesses países para combater a erosão do solo e a desertificação, e os agricultores estavam cientes de seus benefícios agrícolas de valor agregado.

Durante a fase preparatória, o projeto teve como alvo agricultores de baixa renda, empresas de agronegócios de pequena escala e microindústrias. Também visava alcançar mulheres e jovens desempregados das zonas rurais. As instituições técnicas que participaram do projeto se beneficiaram com a transferência de tecnologia e parcerias de relações comerciais. Enquanto, a contaminação do solo, da água e dos alimentos foi reduzida.

O projeto teve como objetivo promover o uso e o desenvolvimento da capacidade de produção de pesticidas ecológicos e econômicos derivados de grãos de nim, com foco no desenvolvimento de galpões de nim, transferência de tecnologia, vínculos de cooperação Sul-Sul, aprimoramento de habilidades, atividades de treinamento em aldeias para promover a extensão rural, o agronegócio a microindústria, a redução da pobreza e geração de empregos. Também visava fortalecer as proteções ambientais e eliminar riscos, fornecendo uma alternativa ecológica, eficiente e de baixo custo em contraste com os pesticidas POPs.

Para alcançar esses objetivos, o projeto se baseou nos resultados bem-sucedidos dos projetos da UNIDO / Índia 'Suporte Técnico para Desenvolvimento e Produção de Produtos de Nim como Pesticidas Ecológicos' e 'Produção e Promoção de Pesticidas à Base de Nim como Alternativas Biodegradáveis Ecologicamente Corretas'. O projeto contou com uma forte colaboração e cooperação entre os parceiros: UNIDO, UCSSIC, RENAPAP e os ministérios relevantes nos países participantes.

Nim (*Azadirachta indica*) é uma árvore perene nativa do subcontinente indiano que pode crescer em quase todos os tipos de solos e condições agroclimáticas. Agora comum em muitos países africanos. Em 1989, o Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos classificou-o como uma "árvore para

9 INDÚSTRIA
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURA



© UNIDO

resolver problemas globais”, uma vez que seus produtos derivados poderiam servir como pesticidas ecológicos. Outros usos potenciais da árvore nim também irão gerar renda adicional e oportunidades de emprego nas áreas rurais.

Baseados em um estudo inicial conduzido pela UCSSIC e RENPAP, a UNIDO decidiu por uma abordagem em duas fases para este projeto. Fez parceria com uma instituição técnica em cada país para realizar estudos de bio eficácia e fito toxicidade e testes de campo. Também fez parceria com uma organização da sociedade civil adequada para aumentar a conscientização sobre o projeto e estabelecer centros de produção e distribuição em áreas de galpões de nim.

A abordagem do projeto consistia em estabelecer um acordo de coordenação nacional, fornecendo treinamento para as partes interessadas e transferência de tecnologia para os três parceiros técnicos nacionais. Também conduziu pesquisas de campo e estudos fitotóxicos, gerou dados de eficácia biológica específicos à cultura e estabeleceu três centros de nim com plantas de demonstração de produção. Além disso, disseminou tecnologia padronizada para a coleta de sementes e produção de biopesticida derivados do nim e também pode ser reproduzido em escala maior.

O projeto alcançou vários resultados. Um censo de nim foi realizado para avaliar o potencial de sementes para áreas de cultivo de nim e apontar locais de foco para futura expansão. Sementes de nim foram coletadas e os viveiros foram plantados com sucesso. Em Serra Leoa, o nim foi adotado em todo o país como uma inovação no programa de agricultura e reflorestamento. **A tecnologia de produção de baixo custo para pesticidas à base de nim foi transferida para parceiros técnicos nacionais nos três países : a Universidade de Gana, a Universidade de Ndala em Serra Leoa e o Ministério Federal do Meio Ambiente na Nigéria.**

Em cada país participante, uma avaliação biológica da tecnologia do extrato aquoso do grão de nim foi conduzida usando testes científicos de campo sob condições agroclimáticas variadas. Ensaios eram conduzido para as culturas de feijão caupi, pepino, quiabo, milho e pimenta. Na Nigéria, os dados mostraram um rendimento mais alto para o tratamento de nim de 1.5 por cento e comparados a todos os outros tratamentos,

incluindo pesticidas sintéticos. Esses testes comprovaram a eficácia dos pesticidas derivados do nim.

Para fornecer experiências práticas, pesticidas derivados de nim foram demonstrados em várias safras nos campos dos agricultores. Foram fornecidos os equipamentos, materiais e centros de nim necessários para treinar os agricultores e promover os pesticidas derivados do nim. Foram realizados programas de conscientização e treinamento com demonstrações de campo para comunidades agrícolas. Também foram estabelecidas plantas de demonstração mecanizadas para a produção de pesticidas derivados do nim. O maquinário, incluindo despolpadores, descortidores, trituradores e instalações de armazenamento, foi adquirido, instalado e testado. E os operadores das máquinas foram treinados.

Este projeto foi usado como modelo para os projetos regionais da UNIDO e do Fundo para o Meio Ambiente Global no Mercado Comum para a África Oriental e Austral e na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Esses projetos visam fortalecer a capacidade e fornecer assistência técnica para planos de implementação nacionais no âmbito da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes em países menos desenvolvidos da África. Como resultado, foi desenvolvida uma estratégia regional para a produção e aplicação de biopesticida à base de nim e outros.

Contato:

Nome: Sra. Erlinda Galvan

Cargo: Representante Oficial de Desenvolvimento Industrial; Diretor de Projeto

Organização: UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

E-mail: p.galvan@unido.org

Skype: e.galvan_4

Nome: Sr. Rajeev Vijh

Cargo: Diretor

Organização: UNIDO – Cooperação Industrial Sul-Sul

E-mail: r.vijh@unido.org

NOME DO PROJETO: Promoção de Biopesticidas Derivados do Nim na África Ocidental

PAÍSES/REGIÕES: Gana, Índia, Nigéria, Serra Leoa

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.3, 3.9, 5.4, 5.5, 9.2, 9.4, 9-b, 12.2, 12.4, 12-a, 17.6, 17.7, 17.17

APOIO: Governo da Índia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Centro UNIDO para Cooperação Industrial Sul-Sul (Índia); Rede Regional de Pesticidas para a Ásia e o Pacífico (Índia); Ministério da Alimentação e Agricultura (Gana); Ministério Federal do Meio Ambiente (Nigéria); Ministério da Agricultura, Silvicultura e Segurança Alimentar (Serra Leoa)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2014–2017

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32BRv1a>



Promovendo Pequenos Recursos Hidrelétricos

Atualizar e divulgar o Relatório de Desenvolvimento Mundial de Pequenas Centrais Hidrelétricas e criar iniciativas de projetos piloto

Desafio

A maioria das principais economias do mundo depende fortemente de fontes de energia fóssil, que são a principal causa do aquecimento global. Para evitar o aumento da quantidade de carbono na atmosfera, a comunidade internacional está buscando fontes de energia limpa e soluções acessíveis. A expansão das pequenas centrais hidrelétricas (PCH) em nível global por meio da cooperação Sul-Sul pode contribuir para a redução das emissões de carbono. É uma tecnologia de energia renovável excelente e madura que pode fornecer geração de energia econômica em muitas partes do mundo; no entanto, seu potencial global permanece amplamente inexplorado.

As pequenas centrais hidrelétricas, geralmente definidas como usinas que produzem menos de 10 MW de energia, atualmente produzem apenas 78 GW do potencial global estimado de 229 GW. Embora haja um enorme potencial para pequenas hidrelétricas nos países em desenvolvimento, muitos ainda não o consideraram. Uma abordagem Sul-Sul para facilitar as interações e compartilhar experiências com relação aos recursos de pequenas hidrelétricas entre os países em desenvolvimento poderia levar à implementação de políticas e projetos relacionados para aproveitar sua energia para a produção de energia limpa.

Rumo a uma Solução

Pioneira na tecnologia de pequenas hidrelétricas com quase 50 mil instalações em todo o país, a China está compartilhando sua vasta experiência como resto do mundo. Com o apoio e orientação da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), o Centro Internacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas (CI-PCH) em Hangzhou, China está liderando a expansão de pequenas hidrelétricas em todo o mundo. Para acelerar esta iniciativa, o Governo da China colaborou com a UNIDO para iniciar este projeto, que começou em 2013 e foi concluído com sucesso em 2019. O projeto teve como objetivo fornecer informações de desenvolvimento sobre todos os aspectos de pequenas hidrelétricas para beneficiar os países necessitados.

O Relatório de Desenvolvimento Mundial de Pequenas Centrais Hidrelétricas de 2016 foi elaborado com base na primeira publicação em 2013 e foi o resultado de um esforço colaborativo significativo entre a UNIDO, o CI-PCH e profissionais de todo o mundo. Mais de 230 especialistas e acadêmicos no campo de instituições governamentais, institutos de pesquisa, universidades, faculdades e empresas hidrelétricas contribuíram para os relatórios nacionais e regionais. A análise da situação do desenvolvimento de pequenas hidrelétricas em cada país incluiu os seguintes aspectos: uma visão geral do setor elétrico, capacidade e potencial de pequenas centrais hidrelétricas, política de energia renovável e barreiras ao desenvolvimento de pequenas hidrelétricas. Outras questões abordadas nos relatórios dos países incluem informações sobre a estrutura da rede elétrica, tarifas de eletricidade e projetos futuros de curto prazo, bem como incentivos, políticas e planos para o desenvolvimento de energia renovável.

Durante o trabalho no Relatório de 2016, as interações com profissionais e representantes governamentais de vários países geraram interesse em pequenos projetos hidrelétricos, o que já resultou em vários projetos adicionais no âmbito da cooperação Sul-Sul. Durante sua visita ao CI-PCH, o ex-secretário-geral Ban Ki-moon expressou seu apreço pelos impactos do projeto. Após a cerimônia de lançamento, um grupo de países da África, liderado pelo Secretariado do Mercado Comum para a África Oriental e Austral, estabeleceu colaborações para expandir as pequenas centrais hidrelétricas e aumentar os negócios no continente. Da mesma forma, um novo centro de facilitação de pequenas hidrelétricas foi proposto na Colômbia.



© UNIDO

Com a publicação do Relatório Mundial de Desenvolvimento de Pequenas Centrais Hidrelétricas a cada três anos, a UNIDO e a CI-PCH China compartilham e disseminam as informações mais recentes sobre a situação das pequenas hidrelétricas em todo o mundo. Espera-se que esta iniciativa emblemática da UNIDO aumente a produtividade, a industrialização e o desenvolvimento econômico regional. É a compilação de informações valiosas sobre pequenas hidrelétricas globais e serve como um guia crucial para formuladores de políticas e investidores. Com sua primeira publicação em 2013, a segunda edição em 2016 e a terceira em 2019, a UNIDO e o CI-PCH estão apoiando os objetivos de desenvolvimento sustentável em escala global. O progresso, os benefícios e as boas práticas observados em nível internacional criam confiança e capacitarão muitos países potenciais com recursos para adotar estratégias e políticas adequadas e explorar essa tecnologia. Muitos países africanos, incluindo Libéria, Nigéria e Serra Leoa, incluíram pequenas hidrelétricas em seus planos prioritários.

O uso de pequenas hidrelétricas para o desenvolvimento industrial é em si uma abordagem inovadora para resolver os desafios do desenvolvimento. Com pouco investimento, o projeto dissemina informações sobre pequenas centrais hidrelétricas e pode beneficiar países ao reunir uma série de interessados para fornecer soluções tecnológicas viáveis para geração de energia. Portanto, a pequena hidrelétrica melhora as economias locais e apoia a redução da pobreza ao fornecer acesso à energia para muitas famílias. Seu uso também beneficia o meio ambiente, mulheres e crianças e oferece oportunidades econômicas para os residentes locais. **No âmbito da cooperação Sul-Sul, o projeto contribuiu para o compartilhamento de conhecimento e transferência de tecnologia entre a China e os países que desenvolvem essa tecnologia.** Uma nova iniciativa Sul-Sul para promover pequenas hidrelétricas foi realizada em 2020

pela China e cinco países beneficiários: Etiópia, Quirguistão, Mianmar, Nigéria e Peru. A China também forneceu apoio para pequenos projetos hidrelétricos em Gana e Zâmbia.

Dentro da estrutura de desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável, a UNIDO e sua contraparte CI-PCH objetivam expandir o desenvolvimento de pequenas hidrelétricas sustentáveis para usos produtivos nos países interessados. Os vários tipos de equipamentos e acessórios são provenientes de vários lugares; a maior parte é básica e está disponível em quase todos os países. Em alguns casos, vindo de países próximos. Isso se consegue por meio de assistência técnica na avaliação de recursos, realização de estudos de viabilidade e desenvolvimento de propostas técnicas e comerciais.

A tecnologia de pequenas hidrelétricas é ecologicamente correta, simples de operar e comprovadamente eficaz em diferentes contextos locais. Por essa razão, pequenos projetos hidrelétricos poderiam ser facilmente replicados em vários países em desenvolvimento. A China recentemente forneceu apoio para esses projetos no contexto da cooperação Sul-Sul. Muitos outros, incluindo Colômbia, Haiti, Mongólia, Filipinas e Sudão, estão atualmente procurando colaborar com a UNIDO neste sentido.

Contato:

Nome: Dr. Rana Pratap Singh

Cargo: Diretor de Desenvolvimento Industrial de Sistemas de Energia e Infraestrutura – Departamento de Energia

Organização: UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

E-mail: r.p.singh@unido.org

Skype: rana.pratap.singh6

NOME DO PROJETO: Relatório de Desenvolvimento Mundial de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Iniciativas de Projetos Piloto

PAÍSES/REGIÕES: Aproximadamente 170 países da África, Ásia e América Latina

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 7.1, 7.2, 8.3, 9.2, 13.2, 17.5

APOIO: UNIDO; Governo da China

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNIDO; Centro Internacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas (CI-PCH) China

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2013–2019

SITE DO PROJETO: www.smallhydroworld.org ; www.icshp.org



Projeto Complexo Industrial de Eletrodomésticos Hisense

Promover o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável na África por meio da cooperação Sul-Sul de investimento

Desafio

A industrialização é essencial para a modernização e a única maneira de melhorar o desenvolvimento econômico de um país. Existem recursos naturais abundantes e vantagens populacionais na África, que há muito é um fornecedor global de matérias-primas industriais. Enquanto a África do Sul espera ver um alto nível de desenvolvimento industrial, algumas indústrias ainda estão no estágio inicial, especialmente a fabricação. O país carece de infraestrutura suficiente, tecnologias e capacidades além de um índice alto de desemprego, que restringe severamente o desenvolvimento econômico local. Na indústria de eletrodomésticos em particular, a África do Sul e outros países africanos dependem das exportações e enfrentam barreiras de compra e acesso, preços inacessíveis, serviço pós-venda incompleto e outros obstáculos.

Rumo a uma Solução

Após 40 anos de reforma e abertura, a China acumulou ricas experiências em desenvolvimento industrial, bem como vantagens em tecnologia, capital e talento. As parcerias entre a China e a África que se concentram na capacidade ajudam a atender às necessidades de desenvolvimento da África e fornecem uma base sólida para a cooperação. Em março de 2013, o Fundo de Desenvolvimento China-África e a empresa chinesa *Hisense Group Co., Ltd* assinaram um acordo de cooperação de investimento para apoiar a construção do Complexo Industrial de Eletrodomésticos Hisense na África do Sul (Hisense África do Sul). Com o objetivo de melhorar a produção local e a capacidade de atender às demandas de produção da África do Sul. O acordo incluiu um investimento total de US\$ 150 milhões para uma produção anual de 540 mil geladeiras e 390 mil televisões. O presidente Xi da China e o então presidente Zuma da África do Sul testemunharam o acordo.

Hisense África do Sul promove o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável na indústria de fabricação local sem aumentar os gastos do governo, já que o capital foi fornecido para construir as fábricas. O projeto implementou gestão localizada, aumentou as oportunidades de emprego, trouxe divisas e receitas fiscais para a região local, forneceu suporte com base em sua experiência técnica e de gestão e melhorou efetivamente a indústria de manufatura local. A Hisense da África do Sul empregou 700 pessoas locais, que representam 90 por cento do total de funcionários. Vários funcionários locais foram treinados no país por meio de um programa de capacitação e atualmente ocupam 40 por cento dos cargos de gestão. Ao impulsionar a demanda por produtos e serviços a montante e a justante, o Complexo criou indiretamente 2 mil empregos. Em 2019, a Hisense África do Sul treinou cerca de mil jovens desempregados de 18 a 25 anos de idade que viviam em áreas rurais. Também colaborou com a Escola Secundária *Atlantis* para construir a Base de Treinamento em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, ministrou treinamento em produtos, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e de conhecimento técnico para 1.400 estagiários, permitindo-lhes dominar as habilidades necessárias em tecnologia e programas digitais, eletrônicos, e aparelhos elétricos.

O projeto adaptou as atividades ao contexto local e as alinhou com os planos de desenvolvimento local. Um desenvolvimento em fases foi planejado para incluir dimensões como marca, operações, manufatura, pesquisa e desenvolvimento, logística, pós-venda e canais de vendas. O objetivo do projeto é estabelecer uma plataforma da indústria de eletrodomésticos capaz de fornecer soluções globais, impulsionando o investimento pelo comércio, expandindo mais além do comércio para incluir a construção e produção de fábricas e ajudando a otimizar e melhorar a produtividade africana.



© CAD Fund

A Hisense da África do Sul usa tecnologias avançadas para aumentar o reconhecimento da marca no mercado. Ela produz principalmente produtos ecológicos de última geração, como geladeiras que economizam energia e são ecologicamente corretos, como também televisões 3D inteligentes de alta definição, que atendem com eficácia às necessidades crescentes das famílias locais. Além disso, o Complexo promove a conservação de energia, proteção ambiental e modernização da capacidade. A Hisense África do Sul segue estritamente estes princípios em todas as fases, desde a seleção das matérias-primas à produção e processamento. Ele respondeu ao apelo do governo sul-africano para economizar eletricidade e resolver o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia. Também se tornou a primeira empresa de eletrodomésticos na África do Sul a produzir produtos com baixo consumo de energia.

A Hisense África do Sul ganhou o Prêmio de Melhor Produto do país em 2017. Os eletrodomésticos produzem os maiores volume de

vendas no mercado local e são exportados para mais de 10 países africanos. **A implementação do projeto não só gerou empregos e exportações na África do Sul, mas também melhorou a capacidade técnica e de fabricação do país.** Por meio do projeto *'Made in Africa'*, também melhorou a gestão local, a logística e o serviço pós-venda; promoveu o desenvolvimento de indústrias relacionadas; ganhou o elogio de líderes e cidadãos sul-africanos; e se tornou uma marca reconhecida na África do Sul. A abordagem inovadora do complexo industrial adotada pelo projeto pode ser replicada em outros países africanos com infraestrutura adequada e uma escala de mercado relativamente grande. O projeto envolve direcionar o investimento comercial, expandido para incluir a construção e produção e ajuda a otimizar e aumentar a produtividade regional.

Contato:

Organização: Fundo de Desenvolvimento China-África

E-mail: shichangbu@cadfund.com



NOME DO PROJETO: Projeto Complexo Industrial de Eletrodomésticos Hisense

PAÍSES/REGIÕES: China, África do Sul

INDICADO POR: Fundo de Desenvolvimento China-África

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1-a, 8,6, 9,2, 11-c

APOIO: Fundo de Desenvolvimento China-África, *Hisense Group Co. Ltd*

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: *Hisense SA Manufacturing (Pty) Ltd*

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2013–presente

SITE DO PROJETO: Não disponível

Tecnologias Avançadas, Econômicas e Resilientes ao Clima para Construção de Pontes no Nepal: uma Troca de Conhecimentos com Bangladesh

Ajudando o Nepal a obter conhecimento técnico sobre tecnologias avançadas para a construção de pontes com a experiência de Bangladesh

Desafio

No âmbito do seu primeiro Programa de Melhoria e Manutenção de Pontes (BIMP I), o setor de transporte do Nepal alcançou metas para fortalecer as instituições e a infraestrutura, incluindo a manutenção, reabilitação e construção de novas pontes. O projeto foi implementado com o apoio do Banco Mundial, usando os recursos de empréstimo do Programa para Resultados (PforR).

Sob o BIMP II, pontes em arco de rede serão introduzidas ao Nepal; no entanto, a equipe de implementação do projeto não possuía experiência no design dessas estruturas. Portanto, era imperativo adquirir novos conhecimentos e habilidades técnicas para projetar este tipo de ponte usando tecnologias avançadas e inovadoras capazes de resistir aos riscos de desastres, incluindo choques climáticos, como terremotos e inundações. Para enfrentar esse desafio, o Fundo Sul-Sul apoiou um intercâmbio de conhecimento com Bangladesh.

Rumo a uma Solução

O BIMP I foi implementado para apoiar os esforços do Governo do Nepal de manter e fornecer acesso a pontes seguras, resilientes e econômicas na Rede de Estradas Estratégicas do país. O BIMP II, na segunda fase do projeto, foi posteriormente implementado para apoiar ainda mais o Governo na melhoria da resiliência da ponte e incluindo modos de transporte não motorizados usando projetos técnicos avançados. Seu objetivo é apoiar a infraestrutura de aproximadamente 475 pontes no Nepal. Isso inclui a manutenção de cerca de 90 pontes e a melhoria das medidas de segurança no trânsito em cerca de 180 pontes existentes para ajudar a reduzir acidentes, lesões e mortes. O programa também visa apoiar a construção, reabilitação ou substituição de cerca de 80 pontes de duas faixas e 35 pontes de quatro faixas.

Para resolver a falta de experiência, uma troca de conhecimento foi organizada com Bangladesh, um país com amplo conhecimento e experiência na construção de pontes de longa extensão, incluindo pontes em arco de rede. Bangladesh também tem experiência no fornecimento de capacitação e formação de profissionais dos setores de transporte e construção. Ao mesmo tempo, funcionários do Departamento de Engenharia do Governo Local (LGED) de Bangladesh estavam ansiosos para aprender sobre a experiência do Nepal ao usar o recurso de empréstimo *PforR* do Banco Mundial, enquanto o LGED se preparava para lançar um programa semelhante usando o *PforR*. Além disso, funcionários do governo do setor de transportes de Bangladesh esperavam aprender como desenvolver um sistema de manutenção e gestão de pontes.

Para o Nepal, os principais objetivos do intercâmbio foram obter conhecimento técnico sobre tecnologias avançadas para construção de pontes e aprender com as experiências e práticas de funcionários do governo de Bangladesh e partes interessadas do setor privado envolvidas na construção de pontes avançadas. Representantes do Nepal também procuraram compartilhar sua experiência em relação à avaliação de pontes com contrapartes de Bangladesh responsáveis pela construção de uma ponte financiada pelo *PforR*.

O intercâmbio foi desenvolvido em estreita colaboração com a Universidade de Engenharia e Tecnologia de Bangladesh (BUET) em Dhaka. Consistia em sessões técnicas, aprendizagem de ponta a ponta e visitas ao local. Foi conduzido usando uma metodologia centrada no participante, permitindo o envolvimento ativo e participação em sessões e visitas ao local. O intercâmbio mobilizou uma ampla gama de pessoas capacitadas,



incluindo profissionais de alto nível da BUET, LGED e do Departamento de Estradas e Rodovias de Bangladesh (RHD), bem como instrutores nacionais certificados em aquisições. O intercâmbio foi estruturado em torno de quatro elementos principais: sessões técnicas, sessões de compartilhamento de conhecimento e aprendizagem entre pares, visitas ao local e um estudo de viabilidade.

As sessões técnicas cobriram a evolução e os fundamentos do projeto e construção de pontes em arco de rede; sua geometria; modelagem em software *SAP 2000*; a aplicação de carga e pré-esforço; combinação de carga; e análise, resultados e design.

Sessões de troca de conhecimento e aprendizagem entre pares foram realizadas durante discussões e reuniões com representantes da Associação da Indústria de Construção de Bangladesh e da LGED de Bangladesh. Os tópicos incluíram a definição de construção de pontes de qualidade, especialmente para contratos de alto valor; boas práticas de licitação; treinamento e supervisão de engenheiros de campo; os papéis e responsabilidades institucionais da LGED e RHD; progresso e retorno sobre o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de ponte; e recursos usados pela LGED para projetar pontes de médio e grande porte.

As visitas ao local foram cuidadosamente selecionadas para complementar as sessões técnicas. Para estudar as Pontes em arco da rede, os participantes visitaram vários locais, incluindo as pontes *Dhanmondi*, *Sanssad Bhaban*, *Rayerbazar Graveyard* e *Jamuna*. Foram distribuídos questionários técnicos a todos os participantes de cada local, com o objetivo de aplicar os conhecimentos adquiridos nas sessões técnicas, conhecer as características técnicas de cada ponte e ajudar os participantes a compreender melhor como as pontes devem ser integradas nos ambientes urbano e rural.

Um estudo de viabilidade separado foi realizado pela equipe de transporte do Banco Mundial para explorar e propor opções para ajudar fortalecer a capacidade técnica e certificação na indústria de

construção no Nepal. As opções propostas incluíam o estabelecimento de um acordo de geminação com entidades conceituadas e financeiramente estáveis no setor de construção de pontes na região ou em áreas onde foram identificadas boas práticas reconhecidas internacionalmente. O estudo forneceu recomendações sobre o planejamento, projeto e implementação de programas de aprimoramento de habilidades para contratados. Esses programas incluirão técnicas avançadas de construção, reabilitação, manutenção e resiliência climática de pontes e serão implementados em um estágio posterior com base nas recomendações.

O conhecimento e as habilidades técnicas compartilhados por Bangladesh foram de grande valor para a delegação nepalesa, especialmente devido às semelhanças dos países em termos de governança, economia, clima, geografia e topografia. **Membros da delegação nepalesa adquiriram conhecimento e aprimoraram suas habilidades em vários aspectos técnicos, incluindo requisitos estruturais para pontes em arco de rede, seus benefícios e resiliência, riscos e causas de falha, boas práticas no carregamento e construção de pontes, o uso de tecnologias avançadas para implementar projetos de pontes,** o uso prático do software *SAP 2000* para projetar pontes no contexto das condições geotécnicas do país e a aplicação de fundações de estacas prancha de aço. Eles também aprenderam sobre boas práticas para licitações de qualidade, seleção e construção de pontes, compras e gestão de licitações.

A equipe de Bangladesh também aprendeu com a experiência nepalesa e ganhou novos conhecimentos em gerenciamento de ativos de ponte, sistemas de gerenciamento de ponte e como implementar um projeto de ponte usando o financiamento *PforR*.

Contato:

Nome: Sr. Laurent Porte

Cargo: Gerente de Programa, Escritório Sul-Sul

Organização: Banco Mundial

E-mail: lporte@worldbank.org

NOME DO PROJETO: Tecnologias Avançadas, Econômicas e Resilientes ao Clima para Construção de Pontes no Nepal

PAÍSES / REGIÕES: Bangladesh, Nepal

INDICADO POR: Banco Mundial

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 9.1, 17.9

APOIO: Fundo Sul-Sul do Banco Mundial

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Governo do Nepal, Departamento de Estradas, Programa de Melhoria e Manutenção de Pontes -equipe de implementação da Fase II; Federação das Associações de Empreiteiros do Nepal; Universidade de Engenharia e Tecnologia de Bangladesh; Associação da Indústria de Construção de Bangladesh; Departamento de Engenharia do Governo Local (Bangladesh); Departamento de Estradas e Rodovias (Bangladesh)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2018

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2D8odlk>

Trânsito de Comércio entre Bangladesh e Butão pelos Aquaviários Transfronteiriços da Índia

9 INDÚSTRIA
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURA



Acessando as vias navegáveis interiores e transfronteiriças da Índia e Bangladesh como um meio de transporte sustentável que reduz os custos de logística

Desafio

Bangladesh, Butão e Índia estão conectados pelos rios transfronteiriços Ganges e Brahmaputra. O Protocolo sobre Trânsito e Comércio por Aquaviários Interiores (PIWTT) entre a Índia e Bangladesh designa rotas fluviais específicas para o movimento de carga internacional e em trânsito. Leva aproximadamente 7 a 10 dias para uma remessa do Butão chegar a Narayanganj, Bangladesh, por meio de rotas de trânsito terrestre na Índia. Os atrasos são causados por infraestrutura rodoviária inadequada, procedimentos alfandegários, distúrbios internos nos pontos de fronteira e transbordo na fronteira de Bangladesh. Esses atrasos custam tempo e dinheiro. Para um país sem litoral como o Butão, o acesso às rotas marítimas através dos portos marítimos de Bangladesh aumentaria suas perspectivas comerciais; no entanto, os custos crescentes de logística limitaram seu alcance. Assim, o Butão se beneficiaria muito do trânsito de comércio com Bangladesh por meio do rio Brahmaputra transfronteiriço, com mudanças nos modos de transporte de rodoviário ao aquaviário ao marítimo.

Rumo a uma Solução

Essa iniciativa se concentrou no uso sustentável de hidrovias interiores selecionadas para o trânsito de cargas e comércio internacional. O objetivo geral era melhorar as instituições de governança de vias navegáveis interiores por meio de políticas, leis e regulamentos, com foco no comércio transfronteiriço, comércio de trânsito, conectividade de transporte e meios de subsistência na sub-região de Bangladesh, Butão, Índia e Nepal (BBIN). A navegação por vias navegáveis interiores, incluindo comércio transfronteiriço, trânsito, transporte e turismo, aborda diretamente a meta 9.1 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre infraestrutura sustentável e resiliente.

Para atingir esse objetivo, a iniciativa criou um discurso político alternativo entre formuladores de políticas, organizações da sociedade civil (OSCs) e comunidades locais para estabelecer medidas de reforma e melhorar a governança das hidrovias interiores. Também compartilhou conhecimento entre governos e OSCs sobre a governança de vias navegáveis interiores.

A iniciativa envolveu uma revisão da literatura, análise de dados secundários de fontes disponíveis e extenso trabalho de campo em Assam e Meghalaya, na Índia, e Chilmari, em Bangladesh, e áreas adjacentes selecionadas. O trabalho de campo incluiu entrevistas com as partes interessadas, especialmente comerciantes, barqueiros, funcionários da alfândega e transportadores, bem como representantes da Força de Segurança de Fronteira na Índia e da Guarda de Fronteira em Bangladesh. Também houve consultas com mulheres, representantes de organizações não governamentais e funcionários do governo do comércio e da agricultura. No total, a equipe da *Consumer Unity & Trust Society* (CUTS) interagiu com aproximadamente 100 partes interessadas a fim de entender melhor as perspectivas de comércio, a oferta e a demanda de mercadorias e as barreiras ao comércio transfronteiriço e ao trânsito de produtos selecionados por vias navegáveis interiores. Uma das principais recomendações deste estudo exploratório foi operacionalizar embarcações de calado raso para facilitar o comércio em trechos mais curtos de vias navegáveis interiores perto da fronteira internacional.

Para gerar evidências em apoio a essa recomendação, um estudo de caso foi realizado para o trecho entre Dhubri (Assam, Índia) e Chilmari (Kurigram, Bangladesh) ao longo do Rio Brahmaputra. Perto da fronteira da Índia com o Butão, as vias navegáveis interiores em Dhubri podem ser facilmente acessadas a partir do Butão por estrada. Por ser um país sem litoral, o Butão realiza comércio com Bangladesh principalmente por meio de rotas terrestres pela Índia. Minerais, pedras e frutas (principalmente maçãs e laranjas) são muito procurados



© CUTS International

em Bangladesh. Infraestrutura rodoviária inadequada e atrasos nos procedimentos nos postos de controle de fronteira aumentam significativamente os custos logísticos e o tempo. O custo do frete por tonelada-quilômetro por meio de hidrovias interiores é muito menor (\$1.06 rúpias), em comparação com ferrovias (\$1.41 rúpias) e rodovias (\$2.58 rúpias). Por exemplo, um navio de 200 toneladas poderia substituir 20 caminhões com capacidade de 10 toneladas e reduzir as despesas com combustível, reduzindo assim as emissões de carbono.

Durante o estudo, CUTS explorou a carga potencial para o comércio internacional entre a Índia e Bangladesh e o comércio de trânsito entre o Butão e Bangladesh através das vias navegáveis interiores transfronteiriças da Índia. Os resultados foram compartilhados em uma série de diálogos subnacionais, nacionais, sub-regionais e de faixa 1.5 entre a Índia e Bangladesh.

Como resultado dos esforços de defesa de CUTS, Dhubri e Chilmari foram declarados portos de escala ao longo da rota PIWTT entre a Índia e Bangladesh. Em 18 de julho de 2019, o primeiro navio de carga indiano transportando 1.000 toneladas de agregados de pedra do Butão chegou a Narayanganj, Bangladesh. As pedras foram trazidas de caminhão do Butão para Dhubri, onde foram colocadas em um navio e transportadas para Narayanganj por vias navegáveis. O tempo necessário para movimentar a carga foi reduzido em oito dias e os custos de viagem diminuíram 30 por cento, reduzindo assim os custos de logística.

Esta cooperação transfronteiriça trilateral entre Bangladesh, Butão e Índia abriu novos caminhos para o comércio transfronteiriço e de trânsito. Muitos pequenos comerciantes na Índia e no Butão demonstraram interesse em mudar para vias navegáveis interiores para o comércio com Bangladesh.

CUTS continuou seus esforços para promover o comércio transfronteiriço e de trânsito inclusivo como parte do programa regional de Rios Transfronteiriços do Sul da Ásia (TROSA), administrado pela Ox-fam e apoiado pelo Governo da Suécia. Com a introdução de embarcações mecanizadas de calado raso nas rotas PIWTT, comerciantes

locais e comunidades de produtores com ligações de mercado através da fronteira também poderiam participar do comércio internacional.

Os portos de escala recém-declarados em Jogigopha, Dhubri e Chilmari desempenharão um papel fundamental no comércio e trânsito multimodal e redefinirão a narrativa do transporte de Bangladesh, Butão e Índia. Oportunidades semelhantes para o comércio transfronteiriço ao longo de trechos mais curtos de vias navegáveis transfronteiriças podem ser exploradas em outros rios internacionais. Com infraestrutura adequada e apoio regulatório, o comércio transfronteiriço por vias navegáveis interiores poderia atrair o setor privado, as comunidades empresariais e os participantes locais como um meio de transporte sustentável, barato e ecologicamente correto.

A defesa conjunta da iniciativa de questões de nível micro envolvendo mulheres, agricultores e comerciantes locais informou as mudanças de política de nível macro para alfândega, comércio e gestão de fronteiras nesses países. Desenvolvimento promissores abriram novos caminhos para o comércio transfronteiriço e a movimentação de cargas em trânsito em outras rotas fluviais entre Bangladesh, Butão e Índia. A iniciativa poderia, portanto, ser replicada em outras sub-regiões em paisagens semelhantes com rios transfronteiriços.

Contato:

Nome: Sr. Bipul Chatterjee

Cargo: Diretor Executivo

Organização: CUTS Internacional

E-mail: bc@cuts.org

Nome: Dr. Veena Vidyadharan

Cargo: Associado e Chefe Central do Centro de Comércio Internacional, Economia e Meio Ambiente (CITEE)

Organização: CUTS Internacional

E-mail: vv@cuts.org

Nome: Dr. Saurabh Kumar

Cargo: Associado

Organização: CUTS Internacional

E-mail: sbk@cuts.org

NOME DO PROJETO: Expandindo os Benefícios Comerciais das Hidrovias Transfronteiriças: Promovendo o Uso da Navegação das Hidrovias Internas nas Bacias do Ganga e Brahmaputra

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, Butão, Índia, Nepal

INDICADO POR: Consumer Unity & Trust Society (CUTS Internacional)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 8.3, 9.1

APOIO: Fundação Asia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: CUTS Internacional

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2018

SITE DO PROJETO: cuts-citee.org/iw-about-the-project/



Acelerando a Transformação Digital em Todos os Ministérios de Bangladesh

Promover o rápido design e implementação de planos para digitalizar todos os ministérios e instituições governamentais subordinadas de Bangladesh

Desafio

Geralmente, levam semanas ou meses para acessar os serviços do governo, pois existem diversas etapas que devem ser executadas manualmente. Dado que os serviços básicos são centralizados, os cidadãos devem percorrer longas distâncias para acessá-los. Além disso, os departamentos ficam sobrecarregados, o que causa atrasos. O processo manual tem custos em termos de esforços de aquisição, de tempo e de orçamento do Governo, bem como o precioso tempo dos seus cidadãos. Além disso, em caso de emergência, os cidadãos têm dificuldade em receber serviços imediatos. Transparência e responsabilidade na prestação de serviços também são difíceis de garantir com um processo manual. Todos os serviços do governo devem, portanto, ser digitalizados e simplificados para alcançar a 'Visão Bangladesh Digital 2021' e atender seus cidadãos na porta de casa.

Rumo a uma Solução

Para mitigar esses desafios, a iniciativa 'Acelerador de Serviços Digitais' do Programa *Aspire to Innovate (a2i)* desempenhou um papel de coordenação, com seu conhecimento técnico e experiência, para apoiar agências governamentais. Em 2017, a a2i introduziu o 'Plano de Implementação de Serviço Digital 2021', junto com uma metodologia única e inovadora chamada 'Laboratório de Projetos Digitais' (DSDL), para executar o plano dentro do prazo. Esta metodologia rápida condensa o período de aquisição prévia de 12–14 meses para 6–7 dias. No nível ministerial, todos os serviços digitais planejados, funções e *softwares* existente serão integrados em uma única plataforma. Esta metodologia proporciona economia em termos de esforços de compras, tempo e orçamento do governo. O rápido design e desenvolvimento, que envolveu funcionários do governo e recursos locais de tecnologia da informação, provou ser muito eficaz.

Se essa iniciativa for executada com sucesso em todo o país e promovida internacionalmente, ela atenderá ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 sobre a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles.

Os objetivos do DSDL são de simplificar os serviços do governo com a digitalização e garantir que eles sejam entregues na porta de casa dos cidadãos. Os objetivos específicos são os seguintes:

- Implementar serviços digitais rápidos e eficazes até 2021
- Demonstrar a demanda por serviços digitais e simplificar o design e planejamento geral
- Garantir a padronização, interoperabilidade e integração entre todos os sistemas nacionais
- Obter recursos em termos de esforços de aquisição, tempo e orçamento

O DSDL é organizado em colaboração com vários ministérios ou instituições governamentais. Os serviços que fornecem são analisados com antecedência e, com base nos resultados, são criados grupos. Um *workshop* é realizado para criar uma saída tangível, que pode incluir uma análise do processo de entrega de serviço existente, a identificação do módulo e recursos do sistema digital, uma interface para o beneficiário e provedor de serviço, um diagrama de fluxo funcional, um design de módulo de serviço digital, um plano de implementação piloto, uma análise de eficiência (tempo, custo, visita), um plano de gerenciamento de usuário, um orçamento de desenvolvimento de *software*, um orçamento de implementação piloto, um plano de gerenciamento de integração ou especificações de design. Como resultado do *workshop*, uma plataforma de prestação de serviços integrada foi projetada para todos os serviços existentes relevantes fornecidos pelo ministério em questão. Essa metodologia é única, pois tanto os destinatários quanto os provedores de serviços estão envolvidos no processo.



© a2i programme

Na primeira fase, foram realizados cursos de treinamento sobre o 'Plano de Implementação de Serviços Digitais de 2021'. Os participantes foram divididos em 49 grupos compostos por 56 ministérios, 349 organizações e 1.792 funcionários do governo. Dos sistemas identificados, 1.856 eram necessários, 597 estavam em operação e 273 em desenvolvimento. A cerimônia de encerramento contou com a presença de 4 ministros, 45 secretários e 353 diretores executivos. A segunda fase, iniciada em 2019, envolve 24 ministérios. **Até o momento, 26 DSDLs foram criados, 915 serviços foram cobertos e 10 serviços estão em aquisição.**

A implementação desta metodologia alcançou um sistema digital padronizado, interoperável e diferenciado por meio de uma plataforma integrada de prestação de serviços. Houve economia significativa de recursos do governo e redução significativa no tempo, custo e número de visitas necessárias para a entrega do serviço. Por meio do DSDL, a indústria de *softwares* de Bangladesh recebe novas oportunidades de trabalho. Por meio da digitalização, a transparência e a responsabilidade do processo de prestação de serviços são garantidas, o que melhora a moral social. Por fim, os cidadãos se tornam mais conscientes dos seus direitos, informações e regulamentações.

A metodologia DSDL parece ser muito eficaz no compartilhamento de conhecimento, capacidade de resposta e cooperação. Esta inova-

dora metodologia, que atualmente é popular em Bangladesh, está gradualmente ganhando força além de suas fronteiras. Em Fiji, uma versão modificada desta iniciativa já foi lançada, e o Governo Filipino expressou interesse em implementá-la na província de Bangsamoro.

O modelo DSDL é sustentável, uma vez que os funcionários do ministério e funcionários públicos estão diretamente envolvidos neste processo e participam na concepção e implementação do serviço. Como resultado, a propriedade e a responsabilidade são garantidas.

Todos os ministérios e diretorias devem digitalizar seus serviços manuais para alinhá-los com a 'Visão 2021'. Até o momento, 24 ministérios já efetuaram as digitalizações com a ajuda da unidade a2i 'Acelerador de Serviços Digitais', e, eventualmente, todos os ministérios terão concluído esse processo. Esta iniciativa pode, portanto, ser reproduzida em Bangladesh. Também pode ser adaptada para atender às necessidades dos países do Sul global.

Contato:

Nome: Sr. Forhad Zahid Shaikh

Posição: Estrategista Chefe de *e-governance*

Organização: Programa *Aspire to Innovate* (a2i)

E-mail: forhadzahid@a2i.gov.bd

Telefone: +8801711618368

NOME DO PROJETO: Acelerando a Transformação Digital em Todos os Ministérios de Bangladesh

PAÍSES / REGIÕES: Bangladesh, Fiji, Filipinas

INDICADO POR: Programa *Aspire to Innovate* (a2i), Governo de Bangladesh; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Bangladesh

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 9.1, 9-a, 9-b, 10.2, 10.3, 10.5, 10.6

APOIO: Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, Ministério dos Correios, Telecomunicações e Tecnologia da Informação de Bangladesh; PNUD Bangladesh

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Programa a2i, Governo de Bangladesh; PNUD Bangladesh

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2021

SITE DO PROJETO: dsa.a2i.gov.bd/



Centro de Relevo

Melhorar a comunicação para pessoas com deficiência auditiva, usando serviços de interpretação online com site e aplicativo móvel

Desafio

Na Colômbia e no Paraguai, as pessoas com deficiência auditiva têm necessidades específicas de comunicação. Para eles é necessário que ferramentas tecnológicas sejam desenvolvidas e implementadas para o exercício de seus direitos à informação e comunicação. Fornecer estas ferramentas de comunicação ajuda a prevenir a discriminação e permite a inclusão social, econômica e política desse grupo.

Rumo a uma Solução

Na Colômbia, o Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicação, em parceria com a Federação Nacional de Surdos da Colômbia (FENASCOL), criou o Centro de Relevo, uma plataforma online interativa projetada para incluir pessoas com deficiência auditiva na sociedade, permitindo que eles se comuniquem e troquem informações com pessoas que ouvem facilmente, de forma independente e regular.

Cidadãos com deficiência auditiva acessam a plataforma pela Internet de computadores ou *smartphones* e se comunicam com intérpretes de linguagem de sinais que interpretam a mensagem assinada em linguagem falada para a pessoa que ouve ao telefone e, em seguida, sinalizam de volta para o usuário com deficiência auditiva. Este serviço é gratuito para os usuários e opera todos os dias.

Essa solução possibilita que os cidadãos com deficiência auditiva se comuniquem com amigos e parentes, utilizem serviços governamentais, marquem consultas médicas, coordenem reuniões e acessem informações. Isto permite que eles participem mais ativamente da sociedade, construam conexões e estabeleçam seu caminho com independência. Além disso, apoia a inclusão social, econômica e política, prevenindo assim as desigualdades.

Na Colômbia, o Centro de Relevo começou a operar em 2001 com cobertura limitada à cidade de Bogotá, e utilizava telefones de texto operado pela FENASCOL. Em 2003, em parceria com a Prefeitura de Bogotá, foi criada uma linha de apoio; que, no entanto, cobriu apenas a capital. A cobertura nacional foi alcançada em 2006, graças a um acordo firmado com a Telefônica Telecom, uma empresa de telecomunicações do setor privado. Em 2009, o Ministério de Tecnologia da Informação e Comunicação da Colômbia comprometeu-se a oferecer total apoio para disponibilizar o serviço gratuitamente e expandi-lo para recursos de interação por vídeo. Em julho de 2020, o Centro transmitiu mais de 3.4 milhões de chamadas bidirecionais e forneceu mais de 83 mil serviços de interpretação online. A cada mês, cerca de 35 mil ligações são recebidas, e há mais de 53.700 usuários ativos.

O Centro de Relevo foi replicado no Paraguai com o apoio da agência de cooperação internacional da Colômbia, APC– Colômbia e da Secretaria Técnica de Planejamento de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraguai. Por meio do intercâmbio de conhecimentos e experiências, para benefícios recíprocos, a Federação Nacional de Surdos da Colômbia assessorou a Associação Paraguaia de Surdos na criação e implementação de um sistema semelhante. Foi prestada assistência técnica para o design do sistema de funcionamento do Centro, bem como formação da equipe de profissionais e de intérpretes de sinais, que envolveu visitas técnicas a ambos os países.



© APC – Colombia

Como resultado, o Paraguai inaugurou o Centro de Relevo – Comunicação Acessível para Pessoas com Deficiência Auditiva em abril de 2013 – marco histórico em termos de acesso à informação e comunicação para surdos no Paraguai. Atualmente, a Central possui apenas o serviço de encaminhamento de chamadas (surdos – ouvintes), sendo o acesso à plataforma apenas através de computadores.

Uma segunda fase de cooperação (2018–2020) está em andamento para melhorar os serviços do Centro. O objetivo é realizar a comunicação bidirecional (surdo – ouvinte e ouvinte – surdo) e possibilitar o acesso à plataforma por meio de *smartphones*. A cooperação e troca de conhecimentos incluem um diagnóstico técnico para implementação da nova plataforma, apoio na instalação dos novos serviços e formação da equipa técnica de intérpretes de sinais.

É notável o empenho em melhorar e aumentar os serviços oferecidos aos cidadãos. **Em 2019, o Centro de Relevo do Paraguai registrou cerca de 1.000 ligações mensais com 522 usuários cadastrados. Em 2018, o Centro participou da criação de um Dicionário de Linguagem de Sinais Digital (*Signario*) com aproximadamente 2.500 sinais. Segundo a Secretaria Técnica de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social do Paraguai, o Dicionário foi validado por organizações nacionais associadas à Federação Nacional dos Surdos do Paraguai.** O Centro de Relevo do Paraguai atualmente tem um acordo com a emissora pública de televisão do

Paraguai para interpretações simultâneas de telejornais e de sessões do Congresso Nacional, a fim de facilitar a inclusão de pessoas surdas.

A reprodução bem-sucedida do Centro de Relevo exige vontade política, representada por leis que garantam os direitos das pessoas com deficiência. Deve haver também um diálogo frutífero entre os grupos que representam a comunidade surda e o governo nacional, que impulse a sua sustentabilidade. Parcerias estratégicas devem ser desenvolvidas com empresas do setor privado que possam promover e apoiar o Centro em seus portfólios de serviços. Além disso, os intérpretes de língua de sinais devem ter acesso à educação e treinamento. Internet e equipamentos como computadores, tablets ou *smartphones* também são necessários.

Contato:

Nome: Sr. Luis Roa

Cargo: Coordenador de Cooperação Triangular

Organização: Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia (APC – Colômbia)

E-mail: luisroa@apccolombia.gov.co

Nome: Sr. Mauricio Franco de Armas

Cargo: Coordenador de Cooperação Sul-Sul e Triangular

Organização: Ministério das Relações Exteriores da Colômbia

E-mail: mauricio.franco@cancilleria.gov.co

NOME DO PROJETO: Centro de Relevo

PAÍSES/REGIÕES: Colômbia, Paraguai

INDICADO POR: Ministério das Relações Exteriores da Colômbia; Agência Presidencial de Cooperação Internacional (APC – Colômbia)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 9-c, 10.2, 10.3

APOIO: APC – Colômbia; Secretaria Técnica de Planejamento de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraguai

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Federação Nacional de Surdos da Colômbia (FENASCOL); Associação Paraguaia de Surdos; Secretaria Técnica de Planejamento Econômico e Social do Paraguai

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: (Fase I) 2012–2013; (Fase II) 2018–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3aWynSt> (em espanhol)

Programa Inovador Visando Pessoas com Deficiência Auditiva: Esforço Cooperativo entre o SGP do GEF em Ucrânia e Bielorrússia

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



Melhorar a vida das pessoas com deficiência por meio de atividades ambientais

Desafio

De acordo com dados oficiais, existem 2.6 milhões de pessoas com deficiência na Ucrânia, aproximadamente 6 por cento da população. No entanto, a maioria das cidades e vilas ucranianas não são adaptadas às pessoas com deficiência e este progresso é lento devido à falta de vontade política recursos financeiros, à falta de atitude da sociedade em relação às pessoas com deficiência e ao desconhecimento dos problemas que elas enfrentam. As principais dificuldade enfrentadas por pessoas com deficiência incluem mobilidade, acesso a educação e readaptação e apoio para lidar com essas questões. Além disso, mais de 1.4 milhão de pessoas foram deslocadas internamente desde 2014 em consequência do conflito no leste da Ucrânia. Entre eles estão mais de 372 mil pessoas com deficiências físicas, sensoriais e/ou mentais. Junto a mulheres e crianças, essas são as vítimas mais vulneráveis e são as que encontram maior dificuldade para encontrar um lugar nas comunidades de acolhimento.

Rumo a uma Solução

Para responder a esses desafios, o Programa de Pequenos Subsídios (SGP) do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apoiou um intercâmbio Sul-Sul entre as comunidades locais e organizações da sociedade civil (OSCs) da Ucrânia e Bielorrússia para encontrar soluções sustentáveis que atendam às necessidades das pessoas com deficiência. O tema da intercâmbio foi 'Nada para Nós sem Nós'.

Em outubro de 2019, a primeira missão de intercâmbio de conhecimentos foi realizada na Bielorrússia para cientistas, representantes de departamentos de proteção social, chefes de centros de reabilitação, OSCs e funcionários do SGP para compartilhar boas práticas e lições aprendidas durante a implementação do programa SGP.

Muitas das ideias e abordagens compartilhadas estão sendo reproduzidas na Ucrânia, incluindo a criação de uma infraestrutura sem barreiras. Por exemplo, módulos solares fotovoltaicos estão sendo instalados no Centro de Reabilitação em Neuropsicologia Radomyshl para fornecer eletricidade com bom custo-benefício para a unidade de lavanderia, e seu terreno está sendo equipado com lâmpadas de diodos emissores de luz (LED) ao ar livre. Estas medidas proporcionam uma economia de energia de 9.550 kWh por ano e reduzem a conta de energia do Centro. O projeto foi apoiado por autoridades locais, comunidades, instituições educacionais e meios de comunicação, que serviram como canais úteis para promover os benefícios da energia solar para a comunidade e usuários privados.

O Governo da Bielorrússia, em particular as autoridades locais, apoia fortemente e reforça o envolvimento das pessoas com deficiência em negócios ambientais e sociais, como padarias tradicionais, confecção de artigos de cerâmica e apicultura. Na Ucrânia, os modelos de negócios sociais funcionam apenas nas grandes cidades e ainda não existem nas áreas rurais. Nesse contexto, o intercâmbio Sul-Sul permitiu que representantes da Ucrânia aprendessem sobre bons modelos aplicáveis a comunidades remotas.

Uma das organizações não governamentais participantes lançou um questionário¹ online para comunidades

1 www.zelena.org.ua/news/merezha-shukaye-uchasnykivpartneriv-zadlya-zaprovdzhennya-pilotnoyi-iniciatyvy-dly-a-pidtrymky



© GEF SGP

locais e organizações comunitárias que trabalham com pessoas com deficiência auditiva a fim de identificar possíveis projetos pilotos que estabeleçam negócios sociais liderados por essas pessoas. Outras demonstrações de projetos de empreendedores sociais também estão sendo implementados na Ucrânia.

A iniciativa também criou uma rede de contatos e estabeleceu uma comunidade de profissionais para garantir a sustentabilidade a longo prazo dos impactos do intercâmbio.

Por exemplo, os participantes realizaram regularmente *workshops* digitais de acompanhamento e eventos entre pares (P2P). Cientistas e outros membros da rede conduziram pesquisas e desenvolveram diretrizes que foram usadas como base para um curso digital aberto sobre inclusão social², diretrizes metodológicas sobre empreendedorismo social ecologicamente correto para comunidades³, e diretrizes sobre inclusão social e turismo⁴.

2 www.ecoacademy.org.ua/book/socialna-inklyuziya

3 <http://www.ecoacademy.org.ua/publication/ekologo-oriyentovane-socialne-pidpryemnyctvo-u-gromadi>

4 www.ecoacademy.org.ua/publication/inklyuzyvno-reabilitacyny-turyzm

Além disso, membros do grupo disseminam conhecimento, melhores práticas e materiais desenvolvidos por meio das redes locais de OSCs para promover mudanças sociais. Uma missão adicional de intercâmbio de cooperação Sul-Sul na Ucrânia será realizada entre o final de 2020 e o início de 2021 para continuar a fortalecer a cooperação na promoção da inclusão e integração de pessoas com deficiência.

Cada país deve garantir oportunidades iguais para seus cidadãos e desenvolver políticas sociais de inclusão das pessoas com deficiências, levando em consideração o contexto nacional. Este projeto, portanto, tem grande potencial para ser reproduzido em países com antecedentes sociais, culturais e administrativos semelhantes.

Contato:

Nome: Sra. Svitlana Nigorodova

Cargo: Coordenador Nacional

Organização: Fundo Mundial para o Ambiente (GEF)

Programa Pequenas Subsídios (SGP) Ucrânia

E-mail: svitlanan@unops.org

Skype: [svitlana.nigorodova](https://www.skype.com/en/contacts/svitlana.nigorodova)

NOME DO PROJETO: Programa Inovador Visando Pessoas com Deficiência Auditiva: Esforço Cooperativo entre o SGP do GEF em Ucrânia e Bielorrússia

PAÍSES/REGIÕES: Bielorrússia, Ucrânia

INDICADO POR: Programa de Pequenos Subsídios (SGP) do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF); Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4,5, 4.a, 8,5, 10,2, 11,2, 11,7, 17,9, 17,18

APOIO: GEF da SGP; *Zelena Zhytomyrshchyna* (ONG); Universidade Nacional de *Taras Shevchenko* (Ucrânia)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ONG *Zelena Zhytomyrshchyna*

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3hO3HFW>



Vias Saudáveis em Bogotá e La Paz

Melhorando a qualidade de vida dos residentes do governo autônomo municipal de La Paz, Bolívia, por meio da promoção das atividades físicas e atléticas em espaços públicos para todas as idades, com base no modelo de Bogotá

Desafio

O crescimento econômico leva a um rápido aumento do número de veículos, o que provoca um declínio progressivo das condições sociais e ambientais nas cidades, gerando problemas como o sedentarismo, doenças não transmissíveis, declínio do núcleo familiar, atitudes agressivas e violência.

O governo autônomo municipal de La Paz, no Estado Plurinacional da Bolívia, determinou que apenas cerca de 22 por cento da população pratica alguma atividade física ou atlética. No entanto, 98 por cento da população reconhece que a atividade física melhora a qualidade de vida e reduz o estresse.

Este projeto aborda o desafio de incentivar a cultura de esporte e um estilo de vida saudável por meio da atividade física da população.

Rumo a uma Solução

Neste projeto, o Instituto Distrital de Recreação e Esportes de Bogotá (IDRD), apoiado pela Agência Colombiana de Cooperação Internacional (APC Colômbia), compartilhou o conhecimento e a experiência adquirida pelo programa 'Ciclovía' com o governo autônomo municipal de La Paz, Bolívia. O objetivo do projeto, que durou de 2017 a 2019, era aumentar o uso da bicicleta como meio de transporte urbano e incentivar os moradores de La Paz a adotarem a prática esportiva e um estilo de vida saudável por meio da atividade física.

O programa 'Ciclovía' existe há mais de 40 anos em Bogotá. Em conformidade com este programa, o tráfego de veículos é restrito em determinadas estradas aos domingos e feriados, com o fim de incentivar o ciclismo e outras atividades físicas, como corrida ou patinação. As faixas da 'Ciclovía' criam espaços recreativos gratuitos para todas as pessoas e ajudam a melhorar sua saúde física e mental.

Este programa tem ajudado a melhorar a mobilidade urbana, a transformação social e o acesso a espaços públicos seguros e inclusivos. Também se concentrou no aumento do uso de bicicletas, na redução de acidentes de trânsito e emissões, e na contribuição para uma vida saudável.

O programa em Bogotá:

- Criou 121 km de faixas cicloviárias (mais 116 km desde o seu início, há 40 anos)
- Mobilizou aproximadamente 1.45 milhão de usuários por dia, em média
- Adaptou e integrou mais de 2 mil estacionamentos de bicicletas no sistema de transporte massivo da cidade
- Desenvolveu e implementou programas oficiais que promovem o uso da bicicleta no transporte diário
- Lançou o aplicativo IDRD para consultar as previsões do tempo e atividades programadas ao longo do trajeto

Conforme o projeto 'Via Ativa', pesquisas de campo foram realizadas em Colômbia e Bolívia para trocar experiências e conhecimentos entre o Ministério do Esporte da Bolívia e o IDRD de Bogotá.

O governo autônomo municipal de La Paz, visa desenvolver o plano municipal 'La Paz 2040', que destaca a importância de promover atividades recreativas para melhorar a saúde física e mental da população na cidade.

Os organizadores do projeto exploraram possíveis relações com organizações e instituições locais para promo-



© APC-Colômbia

ver atividades físicas com jogos psicomotores para crianças, dança, aeróbica, e esportes alternativos como judô, caratê, capoeira e tai chi.

Com o apoio do IDRD, especialistas de La Paz vieram à Bogotá para aprender sobre o projeto e a implementação do Festival de Verão.

Além disso, foram realizados vários cursos de capacitação para funcionários do governo sobre gerenciamento de equipamentos médicos esportivos e de motivação de idosos e jovens na prática de atividades físicas. Também foram realizados cursos de capacitação sobre gestão de esforços para alunos do Instituto de Formação em Educação Física da *Universidad Mayor de San Andrés*.

No âmbito do Projeto *'La Paz Activa – Vía Activa'*, o modelo La Paz para a implantação das ciclovias levou em consideração todas as recomendações do IDRD como membro da Rede de Ciclovias Recreativas das Américas. Em 2017, o IDRD e o governo autônomo municipal de La Paz participaram do XII Congresso da Rede de Ciclovias Recreativas das Américas, realizado na Cidade do Panamá. A Rede inclui mais de dez cidades e apoia a criação de ciclovias.

A iniciativa 'Ciclovía' pode ser adaptada em outros países em desenvolvimento como um programa inovador que promove a criação de espaços sociais, oferece atividades recreativas gratuitas, contribui para a saúde física e mental, melhora o ambiente, a qualidade do ar e reduz o ruído urbano.

Na implementação deste programa, o grande desafio é promover um estilo de vida saudável com pessoas de todas as idades, o que requer uma colaboração significativa com as comunidades locais. Além disso, a implementação do programa requer treinamento regular para as pessoas envolvidas. A infraestrutura também deve ser adaptada para aumentar a extensão das faixas da 'Ciclovía'.

Para ter impacto, este programa deve se adaptar ao território e à população visando fortalecer a solidariedade, respeitar os princípios locais, estimular a participação em todas as idades, considerar o equipamento necessário para as atividades e ser implementado a nível local.

Contato:

Nome: Sr. Luis Roa

Cargo: Coordenador de Cooperação Triangular

Organização: Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia (APC – Colômbia)

E-mail: luisroa@apccolombia.gov.co

Nome: Sr. Mauricio Franco De Armas

Cargo: Coordenador de Cooperação Sul-Sul e Triangular

Organização: Ministério das Relações Exteriores da Colômbia

E-mail: mauricio.franco@cancilleria.gov.co

NOME DO PROJETO: Vias Saudáveis em Bogotá e La Paz

PAÍSES/REGIÕES: Estado Plurinacional da Bolívia, Colômbia

INDICADO POR: Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia (APC – Colômbia)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.4, 4.4, 11.2, 11.6

APOIO: APC – Colômbia; Ministério de Investimento Público e Financiamento Exterior da Bolívia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Instituto Distrital de Recreação e Esportes (IDRD), Governo Autônomo Municipal de La Paz, Ministério do Esporte da Bolívia

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2019

SITE DO PROJETO: www.idrd.gov.co/ciclovía-bogotana (em espanhol)

Associação de Cidades Inteligentes da ASEAN

Trabalhando para o desenvolvimento urbano inteligente e sustentável para melhorar vidas

Desafio

A maior parte do crescimento dos Estados Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) foi e continuará sendo impulsionado por centros urbanos. Em 2030, espera-se que mais 90 milhões de pessoas se mudem para áreas urbanas. Cidades médias, de entre 200 mil e 2 milhões de habitantes, devem impulsionar 40 por cento do crescimento da região. Essa rápida urbanização tem seus desafios. Ela impacta temas transversais, como o trânsito, qualidade da água e do ar, pobreza, aumento das desigualdades, a divisão urbana-rural e a segurança e proteção do cidadão. As cidades da ASEAN aspiram a enfrentar esses desafios urgentes; no entanto, eles carecem da experiência, ferramentas e financiamento para empregar tecnologias e implementar soluções inteligentes e sustentáveis.

Rumo a uma Solução

Os Estados Membros da ASEAN reconheceram a necessidade de identificar soluções tecnológicas que possam aliviar as pressões da rápida urbanização, fornecer serviços públicos integrados e melhorar vidas. Como tal, um dos principais resultados da Presidência da ASEAN 2018, ocupada por Cingapura, foi estabelecer uma Associação de Cidades Inteligentes da ASEAN (ASCN) com 26 cidades no projeto piloto.

Enquanto muitos Estados Membros da ASEAN já destacaram certas áreas como sendo cidades inteligentes ou lançaram projetos de desenvolvimento de cidades inteligentes, ASCN é uma plataforma inclusiva e colaborativa que une esses modelos de cidades inteligentes, contribuindo assim para construir a Comunidade ASEAN.

ASCN reconhece a diversidade dentro da comunidade ASEAN e não pretende impor um sistema monolítico. Em vez disso, é um conjunto de sistemas nacionais que dá a devida consideração aos objetivos de desenvolvimento de cada país.

Visto que a colaboração é focal para esta iniciativa, a ASCN visa facilitar a cooperação no desenvolvimento de cidades inteligentes, parcerias externas e relações comerciais da ASEAN, provedores de soluções do setor privado e instituições financeiras multilaterais. Para esse fim, Cingapura sediou o curso de capacitação de Gestão de Cidades Inteligentes em maio de 2018, bem como a Reunião Inaugural da Associação de Cidades Inteligentes da ASEAN em julho de 2018. Com o fim de orientar suas atividades, a ASCN negociou e promoveu um Quadro de Cidades Inteligentes ASEAN não vinculativo e desenvolveu Planos de Ação para Cidades Inteligentes.

Estas conexões ajudaram a catalisar projetos financiáveis com o setor privado. As cidades selecionadas para o projeto piloto olharam além da região, entrando em parcerias promissoras com empresas do setor privado para impulsionar o alcance global de rápida expansão da ASCN. Por exemplo, a parceria entre Banyuwangi na Indonésia e a editora *John Wiley & Sons* que promove a aprendizagem digital para alunos em 25 subdistritos de Banyuwangi. Em Chonburi, Tailândia, a *Yokohama Urban Solution Alliance* está apoiando o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de energia inteligente. A *International Finance Corporation* e a IBM Ásia Pacífico se comprometeram mais amplamente a trabalharem juntos no programa de Cidades Inteligentes *TechEmerge*, projetado para melhorar a entrega de serviços urbanos dentro da ASEAN através da conexão estabelecida entre as empresas de tecnologia e os fornecedores de serviços urbanos, bem como os governos municipais.

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



© ASEAN Economic Community

Os tipos de parcerias do setor privado são altamente variados, o que é indicativo das necessidades diversas das cidades da ASEAN.

ASCN também serve como uma plataforma para as cidades membros formarem parcerias mutuamente benéficas com parceiros externos para impulsionar o desenvolvimento de cidades inteligentes por meio da cooperação triangular. Por exemplo, no âmbito da Parceria das Cidades Inteligentes entre Estados Unidos e ASEAN, os Estados Unidos organizaram um programa de três etapas para as cidades inteligentes em julho de 2019, que incluiu o Simpósio de Cidades Inteligentes entre EUA e ASEAN. A Cingapura e os Estados Unidos também organizaram em conjunto o curso de capacitação para Terceiros Países sobre cidades inteligentes, em dezembro de 2019.

O Japão convocou uma Reunião de Alto Nível em Tóquio para a Associação de Cidades Inteligentes da ASEAN em outubro de 2019. Enquanto a República da Coreia organizou o Diálogo de Alto Nível sobre Infraestrutura entre ASEAN e a República da Coreia e o Fórum de Cidades Inteligentes entre ASEAN em setembro de 2019. Coincidindo com a Cúpula Comemorativa entre a República da Coreia e ASEAN, a República da Coreia também organizou a Reunião Ministerial Inaugural para Cidades Inteligentes em novembro de 2019. O Ministério de Terras, Infraestrutura e Transporte da República da Coreia também convidou os membros da ASCN a enviarem inscrições para o Programa de Relações e Cooperação Global *K-City* 2020, que está aberto aos governos nacionais e locais e entidades do setor público. Ele foi criado para capacitar e apoiar o desenvolvimento de planos de projetos para propostas de cidades inteligentes no exterior. A Austrália anunciou uma Iniciativa para Cidades Inteligentes entre ASEAN e a Austrália, investindo AU\$ 30 milhões em março de 2018.

Para dar seguimento, a Austrália estabeleceu um fundo fiduciário para cidades inteligentes no Banco Asiático de Desenvolvimento. Além disso, a Declaração dos Líderes sobre Cooperação de Cidades Inteligentes entre a ASEAN e a China foi adotada durante a 22ª Cúpula da ASCN na China, em novembro de 2019.

As parcerias da ASCN também se alinham com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Embora o tipo de envolvimento de parceiros externos ou provedores de soluções do setor privado possa ser diferente, todos estão comprometidos em promover o crescimento sustentável, construindo uma infraestrutura resiliente e criando parcerias com as cidades para alcançar o desenvolvimento inclusivo. Esta abordagem inclusiva é a marca registrada do ASCN. Ela cria oportunidades em todo o contorno rural-urbano, sem deixar ninguém para trás e melhora a vida dos cidadãos da ASCN.

Seguindo em frente, a ASCN convida parceiros externos, como as cidades que não são membros da ASCN, instituições financeiras multilaterais e provedores de soluções do setor privado, para se envolverem com as cidades ASCN para explorar parcerias mutuamente benéficas para a cooperação no desenvolvimento de cidades inteligentes a fim de melhorar vidas.

Contato:

Nome: Sra. Joy Boo

Cargo: Vice Diretora

Organização: Diretoria da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Ministério das Relações Exteriores da Cingapura

E-mail: joy_boo@mfa.gov.sg

Telefone: +65 9636 9125

NOME DO PROJETO: Associação de Cidades Inteligentes da ASEAN

PAÍSES/REGIÕES: Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Vietnã

INDICADO POR: Ministério das Relações Exteriores de Cingapura

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 9.4, 9.5, 9-b, 9-c, 11.3, 17.6, 17.7, 17.17

APOIO: Divisão de Conectividade da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); Secretariado da ASEAN

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Presidência da Associação de Cidades Inteligentes ASEAN (Vietnã), Supervisor da Associação de Cidades Inteligentes ASEAN (Cingapura), Representantes Nacionais de cada Estado Membro da ASEAN; Supervisores do desenvolvimento inteligente e sustentável, Chefes Executivos de Cidades Membros da Associação de Cidades Inteligentes ASEAN

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2025

SITE DA PRÁTICA: <https://bit.ly/32w55qb>

Planta Piloto de E-Lixo

Apoio à instalação da planta piloto de e-lixo

Desafio

A população está cada vez mais se beneficiando da economia digital e se aderindo à sociedade da informação. Com rápidas mudanças na tecnologia e maior acesso e uso de equipamentos eletrônicos e dispositivos digitais, o ciclo de vida destes mesmos tornam-se mais curtos e muitos deles não suportam reparo ou reutilização.

Como resultado, o lixo eletrônico, ou e-lixo, está crescendo rapidamente. Equipamentos usados, quebrados ou obsoletos, como telefones, computadores portáteis (notebooks), sensores, televisores e baterias, contêm substâncias que representam riscos consideráveis para o meio ambiente e a saúde, especialmente se tratados inadequadamente. A maior parte do e-lixo não é devidamente documentada nem tratada usando cadeias ou métodos de reciclagem apropriados.

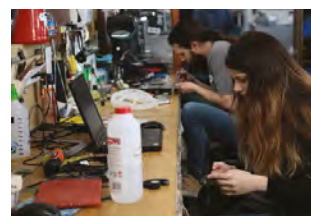
A gestão de e-lixo é um dos maiores desafios encarados pelo setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Argentina. Devido às implicações ambientais, sociais e econômicas, os produtos devem ser administrados de forma sustentável ao final de seu ciclo de vida útil. É importante entender que os vários tipos de lixo eletrônico são heterogêneos e possuem características específicas. Portanto, seu manuseio, tratamento e descarte devem ser realizados com responsabilidade.

Rumo a uma Solução

Como agência das Nações Unidas para os TICs, o Sindicato Internacional de Telecomunicações (UIT) ajuda os Estados Membros a aproveitarem as vantagens dos TICs para enfrentar os desafios relacionados às mudanças climáticas. Ele também auxilia no tratamento material descartado relacionado ao lixo eletrônico. Suas atividades incluem a formulação de diretrizes, conscientização, capacitação, colaboração com outras agências da ONU, implementação de projetos e prestação de assistência direta aos Estados Membros.

Em colaboração com a Universidade Nacional de La Plata, na Argentina, a UIT estabeleceu uma planta piloto de e-lixo em 2017 para fornecer respostas concretas aos problemas de e-lixo que as cidades enfrentam, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Este projeto emprega uma abordagem de múltiplas partes interessadas, envolvendo parceiros dos setores privado, público e acadêmico que estão trabalhando juntos para aumentar a conscientização sobre a necessidade de lidar com o e-lixo e reciclar de forma responsável os resíduos do TIC. Uma das principais atividades da planta piloto é a reforma de computadores, que são doados a populações vulneráveis, incluindo escolas rurais, comunidades indígenas e penitenciárias de La Plata. A planta trabalha com alunos de vários setores acadêmicos da Universidade, incluindo nas disciplinas de engenharia e ciências, bem como outros que são responsáveis pelas atividades da planta. Uma avaliação das necessidades, estudo de viabilidade e elaboração do projeto foi conduzida para estabelecer um acordo de divisão de despesas entre a Universidade e a UIT, com esta última fornecendo o equipamento necessário e atuando como agência executora do projeto. A Universidade sediou o projeto e a equipe técnica incluindo supervisores diariamente no local para administrar a implementação do projeto e a operacionalização posterior.

Os alunos da Universidade recebem bolsas de estudo e desempenham várias funções na operação da planta. Além das atividades de treinamento e capacitação que são organizadas para alunos e outras pessoas interessadas na gestão de e-lixo.



© ITU

Durante a implementação, as seguintes atividades foram realizadas:

- Definição das instalações para a planta piloto de lixo eletrônico
- Projeção da planta e dos processos
- Preparação das instalações, incluindo serviços de telecomunicações, energia elétrica e outros serviços utilitários
- Elaboração de guias de referência e especificações técnicas necessárias para utilização do equipamento
- Aquisição de equipamento
- Formulação de normas e aplicação de diretrizes de procedimentos a serem seguidos
- Recrutamento de mão de obra relevante
- Encomenda e instalação maquinaria
- Inauguração da planta (a cerimônia ocorreu no dia 06 de setembro de 2018)

Após a conclusão, o projeto estabeleceu uma planta piloto de e-lixo totalmente funcional e operacional. Com o apoio da cooperação Sul-Sul, esta boa prática foi compartilhada com os países em desenvolvimento. A troca e transferência de informações e tecnologia permitem o acompanhamento técnico do projeto e facilitam a reprodução das práticas em outros países para a instalação de fábricas de e-lixo e instituições acadêmicas semelhantes.

A planta foi inovadora; esta foi a primeira vez que a UIT e a Universidade trabalharam num projeto desta natureza. Apesar da Universidade já ter estabelecido um projeto rudimentário para reciclagem de

computadores, não tinham, até então, abordado a 'redução' nem a 'reutilização'. A nova planta adotou todos os 3Rs prominentes para o tratamento do e-lixo: Redução, Reutilização e Reciclagem.

Devido à relevância e sucesso dos resultados, o projeto e-lixo da Universidade foi fortalecido e se tornou mais sustentável com as melhorias no processamento de dispositivos eletrônicos e no acondicionamento e conserto de computadores e celulares. Também aumentou o interesse e envolvimento de muitos outros participantes, incluindo aqueles do setor privado e acadêmico que desejavam colaborar com o projeto e-lixo da Universidade. O Governo da Argentina apoiou o projeto continuamente desde o seu início.

Por último, o projeto ajudou a criar e lançar campanhas de comunicação para conscientizar as comunidades locais sobre a importância do tratamento adequado na reciclagem de eletrônicos e dispositivos digitais.

Contato:

Nome: Sr. Cosmas Zavazava

Cargo: Chefe interino do Departamento de Parcerias para o Desenvolvimento Digital

Organização: Agência de Desenvolvimento de Telecomunicações, Sindicato Internacional de Telecomunicações (UIT)

E-mail: cosmas.zavazava@itu.

NOME DO PROJETO: Planta Piloto de E-Lixo

PAÍSES/REGIÕES: Argentina

INDICADO POR: Sindicato Internacional de Telecomunicações (UIT)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.9, 3.d, 11.5, 11.6, 11-b, 12.4, 12.5, 12-a

APOIO: Universidade Nacional de La Plata, Argentina

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UIT

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2018

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3j9L0fO>

Cidades Inteligentes: da Avaliação de Desempenho Urbano ao Financiamento Inovador

Auxiliar os Estados Membros da UNECE na transição para Cidades Inteligentes e Sustentáveis aplicando indicadores chave de performance e preparando planos de ação e desenvolvimento de projetos financiáveis para receber apoio financeiro.

Desafio

No contexto de desafios econômicos, tanto os governos municipais quanto os nacionais, enfrentam limitações de orçamento consideráveis, condição que foi exacerbada com a pandemia do coronavírus. Isso se destaca principalmente no desenvolvimento urbano. Primeiramente, não é possível contar com fundos suficientes no orçamento público para todas as necessidades urbanas. Segundo, é difícil determinar quais são as prioridades financeiras. Dado o aperto do orçamento público e as consequências duradouras da crise financeira mundial, as autoridades locais permanecem limitadas em sua capacidade de transição para Cidades Inteligentes e Sustentáveis e de implementarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

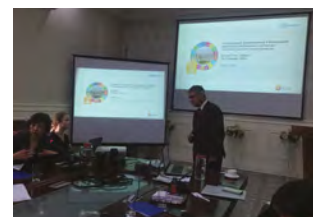
Rumo a uma Solução

O projeto 'Cidades Inteligentes e Sustentáveis', implementado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) e o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (*UN-Habitat*), visa apoiar os países-alvo na transição para cidades inteligentes e sustentáveis, com vista a alcançar Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 e outros ODS relacionados a urbanizações. O objetivo do projeto é melhorar as capacidades dos funcionários do governo local e nacional na Bielorrússia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão e Montenegro para desenvolver e implementar políticas urbanas sustentáveis. O projeto avalia a performance de uma cidade usando a metodologia de coleta de dados do programa 'Unidos para Cidades Inteligentes e Sustentáveis (U4SSC)' que emprega Indicadores Chave de Performance (KPI) no levantamento de dados e ajudam a encontrar soluções de financiamento inovadoras para projetos de Cidades Inteligentes e Sustentáveis. Este projeto também oferece capacitação para promover políticas baseadas em dados e a coordenação vertical e horizontal entre as várias agências governamentais, com a participação inclusiva da sociedade civil nas cidades em questão. Como resultado, os governos estão mais preparados para lidar com problemas urbanos específicos, como poluição ambiental e a falta de disponibilidade de moradias de baixo consumo energético.

O projeto implanta uma estrutura abrangente na coleta de dados com os KPIs¹ para serem usados pelos legisladores do nível local ao nacional. Os KPIs são uma ferramenta de auto avaliação para ajudar as cidades a identificar e fortalecer os pontos fracos e aprimorar seu pontos fortes, a fim de melhorar seu desempenho. Eles foram desenvolvidos para estabelecer os critérios de avaliação das tecnologias de informação e comunicação para tornar as cidades mais inteligentes e sustentáveis. São 91 indicadores abrangentes que cobrem aspectos econômicos, sociais e ambientais da vida na cidade. A UNECE utiliza uma abordagem de acompanhamento durante todo o processo, desde os processos de avaliação iniciais até as recomendações legislativas incluindo ideias de projetos concretos. Também apoia as cidades na organização de seminários direcionados a investidores potenciais, que possam estar interessados em financiar ou investir o capital necessário. Os dados levantados da avaliação de KPI servem de base para definir as prioridades de desenvolvimento urbano sustentável e para a tomada de decisões de investimento. As autoridades locais e nacionais são incentivados mais ainda no uso das ferramentas na estrutura de KPI para monitorar e acompanhar o progresso da cidade. Sob a liderança da Secretaria da UNECE, as cidades submetidas à avaliação de KPI estabelecem uma valiosa plataforma de cooperação Sul-Sul para o

1 Convenção sobre Diversidade Biológica e Outros, Metodologia de coleta de indicadores chave de performance para Cidades Inteligentes e Sustentáveis (2017)

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



© UNECE

compartilhamento de conhecimentos e aprendizagem entre pares, a qual também contribui para a troca de informações e experiências relevantes entre cidades e países.

A metodologia inclui quatro etapas:

- Preparação do Perfil das Cidades Inteligentes Sustentáveis com base nos KPI
- Facilitação no desenvolvimento do plano de ação
- Apoio à preparação de pelo menos dois projetos prioritários que serão apresentados aos investidores
- Apoio na organização de seminários locais e nacionais para identificar investidores interessados e poder explorar outras opções inovadoras de financiamento para projetos

O projeto envolveu as seguintes partes nacionais interessadas com as seguintes funções:

- Governos municipais e/ou nacionais, que estabelecem um grupo de trabalho para levantar dados que informarão os 91 KPI que servirão para criar a lista de ideias de projetos
- Escritórios de estatísticas nacionais e locais, que fazem parte do grupo de trabalho e fornecem dados para informar os KPI
- O Ministério da Economia e/ou o departamento da cidade trabalhando com investidores, que apoia o trabalho da cidade no desenvolvimento de propostas de investimento e na atração de potenciais investidores de instituições financeiras internacionais, empresas de capital de risco, etc.

Este projeto é inovador visto que os KPIs estão alinhados com os indicadores ODS. **Como resultado, sua implementação permite que as cidades localizem os ODS e avaliem o progresso realizado a nível local. Além disso, a avaliação de desempenho da cidade identifica projetos prioritários e os vincula a financiamentos inovadores.** As Parcerias Públicas Privadas, neste contexto, são apontadas como uma das ferramentas para fomentar o desenvolvimento urbano sustentável (incluindo me-

lhorias legislativas etc.). Por último, o programa incentiva a participação e envolvimento ativo dos cidadãos e outros interessados no processo de avaliação.

Os governos locais são capazes de avaliar seus pontos fortes e fracos, fortalecendo as capacidades das autoridades locais para avaliar a performance da cidade em relação aos KPI, é mais fácil reconhecer quais áreas são mais críticas ou apresentam bom desempenho. Os resultados são incorporados aos planos de ação e os documentos pertinentes ao planejamento da cidade, o que garante a sustentabilidade do processo no longo prazo.

A aplicação de uma abordagem padronizada com base na avaliação de KPIs para Cidades Inteligentes e Sustentáveis cria oportunidades para outras comparações e o patamar de medida dentro da região da UNECE. Portanto, pode servir como um modelo para a realização de avaliações comparativas para projetos em outras regiões. A abordagem foi testada inicialmente em duas cidades, Goris, Armênia² e Voznesensk, Ucrânia³. Em Voznesensk, a avaliação de KPI foi usada para desenvolver e adotar uma estratégia de desenvolvimento da cidade até 2027 e implementar projetos de investimento em saúde pública, transporte urbano, eficiência energética e outras áreas.

Contato:

Nome: Sra. Gulnara Roll

Cargo: Secretário da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Gestão de Terras

Organização: Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE)

E-mail: gulnara.roll@un.org

2 Comissão Econômica para a Europa, Perfil de Cidade Inteligente e Sustentável: Goris, Armênia, ECE/HBP/192

3 Comissão Econômica para a Europa, Perfil de Cidade Inteligente e Sustentável: Voznesensk, Ukraine, ECE/HBP/199

NOME DO PROJETO: Cidades Inteligentes e Sustentáveis para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana na Região da UNECE

PAÍSES/REGIÕES: Bielorrússia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Montenegro

INDICADO POR: Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.6, 3.9, 6.1, 6.2, 6.3, 9.1, 9.4, 11.1, 11.3, 11.5, 11.7, 11-a, 11-c, 13.1, 13.2, 13.3

APOIO: Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas, *Tranche 12*

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNECE, Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2020–2023

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32nvhDn>

Utilização Compreensiva de Resíduos e Desenvolvimento Sustentável no Setor de Materiais de Construção para os Países Asiáticos ao longo do Cinturão e Rota

Incentivando o uso sustentável de energia e redução de emissões no setor de materiais de construção

Desafio

Com o rápido crescimento das economias e sociedades, a maioria dos países em desenvolvimento enfrentam desafios comuns no tratamento de resíduos, como resíduos sólidos urbanos, lama, lixo tóxico, cinzas volantes e escória. Resíduos industriais e municipais têm causado grande poluição, impactando o meio ambiente e a saúde humana.

Resíduos são um problema crescente para todos os países em desenvolvimento. O Vietnã produz mais de 15 milhões de toneladas de resíduos a cada ano de várias fontes. A reutilização, reciclagem, coleta, tratamento e descarte de resíduos podem representar um risco significativo para o meio ambiente. Alguns governos tem emitido legislações para estimular a reciclagem, mas a maioria não tem capacidade de desenvolver tecnologias de reciclagem de resíduos. Tanto o Vietnã quanto a Tailândia têm acesso limitado a tecnologias propícias para a reciclagem de resíduos a nível nacional.

Rumo a uma Solução

Com alta temperatura de queima, os fornos de cimento, que são usados para produzir *clínquer*, também são adequados para a utilização eficiente de uma ampla variedade de resíduos. Na China, os resíduos são coprocessados em fornos de cimento para substituir os combustíveis fósseis e algumas matérias-primas. O coprocessamento de resíduos pode diminuir as emissões de dióxido de carbono e outros poluentes, recuperar energia e contribuir para a economia de custos a longo prazo nas fábricas de cimento.

O Centro Internacional para Promoção da Tecnologia de Materiais (ICM) e a Academia Chinesa de Materiais de Construção (CBMA) fizeram parceria com o Instituto de Materiais de Construção do Vietnã (VIBM) e o Siam Grupo de Cimento (SCG) na Tailândia para fomentar a reciclagem de resíduos, economia de energia e redução de emissões no setor de materiais de construção por meio de pesquisa e desenvolvimento conjunta, transferência de tecnologia e capacitação. O projeto visa reduzir os riscos à saúde humana e ao meio ambiente produto dos resíduos industriais.

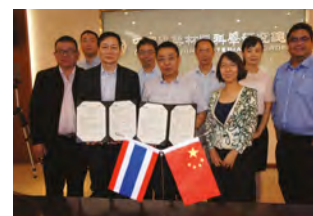
A iniciativa utilizou a seguinte metodologia para fomentar a cooperação Sul-Sul:

- Intercâmbio técnico: foram organizados três seminários sobre tecnologia para tratamento de resíduos no setor de materiais de construção, durante os quais especialistas da China apresentaram tecnologia de coprocessamento de última geração.
- Capacitação: Três treinamentos no local e visitas foram realizados para o Vietnã e a Tailândia no Laboratório Estadual de Referência para Materiais de Construção Ecológicos em Pequim, Fábrica de Cimento *Tai'an Zhonglian* na província de Shandong e Zhuozhou Empresa de Materiais de Construção do Novo Grupo de Materiais de Construção de Pequim na província de Hebei. As atividades se concentraram em testes de tecnologia e produção de cimento mais limpo, e materiais de construção ecológicos.
- Orientação técnica: os especialistas da ICM forneceram orientação técnica para realizar a modernização de eficiência energética na linha de produção de cimento para a *Viet Nam Cement Industry Corporation*.
- Conscientização: Um seminário foi realizado para promover a utilização de resíduos em materiais de

12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO



© ICM/CBMA

construção no Vietnã, compartilhando tecnologias e experiências avançadas de utilização de resíduos. Oito especialistas da China foram convidados para ministrar palestras e compartilhar suas experiências. Membros do Departamento de Materiais de Construção do Ministério da Construção do Vietnã e da VIBM participaram do seminário. Sua participação neste evento será útil na criação de políticas de desenvolvimento sustentável para o setor de materiais de construção.

O projeto fez um progresso considerável até o momento e tem alcançado os seguintes resultados chave:

- **Aproximadamente 820 participantes vietnamitas do setor de materiais de construção tem acesso a informações técnicas sobre a utilização de resíduos.**
- **Aproximadamente 560 pesquisadores, engenheiros e gerentes tailandeses no setor de materiais de construção tem domínio da tecnologia relacionada à utilização de resíduos e produção mais limpa em materiais de construção, o qual melhorará a inovação e as capacidades de pesquisa.**
- Dois memorandos de entendimento sobre cooperação sustentável futura foram assinados com VBM e SCG da Tailândia. Esses acordos promoverão uma cooperação Sul-Sul mais sólida e ampla no longo prazo. Mais projetos de pesquisa e desenvolvimento para cimento, concreto, materiais refratários e outros novos materiais serão realizados em conjunto. Um laboratório também será construído para testar materiais de construção. Além disso, ICM procurará fornecer mais cursos técnicos para engenheiros de países em desenvolvimento.

- Este projeto fornece assistência técnica e orientação normativa para que o Governo do Vietnã possa criar seu planejamento para os próximos 10 anos de políticas e diretrizes sustentáveis de desenvolvimento para o setor de materiais de construção. Uma vez implementadas, essas políticas e diretrizes irão melhorar significativamente o meio ambiente e a saúde de dezenas de milhares de vietnamitas.

Os países beneficiários expressaram grande interesse em cooperação adicional com ICM e CBMA. As discussões estão em andamento entre ICM, várias organizações e os governos do Vietnã e da Tailândia para expandir a cooperação neste aprendizado cruzado e iniciativa de troca de conhecimentos para popularizar ainda mais a cooperação Sul-Sul e triangular nos países ao longo do cinturão e rota.

As metodologias do projeto podem ser reproduzidas no setor de materiais de construção de qualquer país em desenvolvimento e adaptado a outras questões da Agenda 2030.

Contato:

Nome: Dr. Juan Li

Posição: Vice Diretor

Organização: Centro Internacional para Promoção da Tecnologia de Materiais (ICM) / Academia de Materiais de Construção da China (CBMA)

E-mail: lijuan@cbmamail.com.cn, lijuan_cbma@qq.com

WeChat: lijuan273838

NOME DO PROJETO: Utilização Compreensiva de Resíduos e Desenvolvimento Sustentável no Setor de Materiais de Construção para os Países Asiáticos ao longo do Cinturão e Rota.

PAÍSES/REGIÕES: China, Tailândia, Vietnã.

INDICADOS POR: Centro Internacional da China para Intercâmbios Econômicos e Técnicos

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 12.4, 17.9

APOIO: Projeto Central de Desenvolvimento Sul-Sul da China

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Centro Internacional para Promoção da Tecnologia de Materiais (ICM); Academia de Materiais de Construção da China (CBMA)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Outubro de 2017 – Dezembro de 2018

SITE DO PROJETO: www.cbma.com.cn (em chinês)

Produção Sustentável de Café no Parque Nacional da Gorongosa

De Moçambique, com amor

Desafio

A produção agrícola, particularmente a produção familiar, é crucial para a segurança alimentar e nutricional e o bem-estar da população em Moçambique. Apesar do potencial produtivo ser grande, os sistemas atuais não atendem às necessidades. O plano estratégico do Estado para a redução da pobreza prioriza o aumento de acesso aos recursos de produção, especialmente para as mulheres, e destacando a disponibilidade de tecnologias adequadas.

Ao mesmo tempo, a comercialização precária de produtos agrícolas desestimula a intensificação da produção, o que limita o crescimento da renda familiar. Para melhorar o acesso ao mercado, deverá haver melhorias na infraestrutura e no manuseio, armazenamento, conservação e processamento pós-colheita dos produtos.

Rumo a uma Solução

Para encarar estes desafios, o projeto 'Gorongosa Café' visa mitigar os efeitos da desflorestação e das mudanças climáticas, promover o agronegócio e aumentar a renda e a segurança alimentar das famílias rurais da região. O projeto é baseado em um acordo entre o Parque Nacional da Gorongosa e as comunidades locais destinando mil hectares sombreados para o cultivo de café arábica de alta qualidade. Isso se resultaria em mais de 5 mil hectares de floresta tropical protegida e restaurada, e meios de subsistência sustentáveis para mais de 2.500 famílias. Isso também garantiria a proteção das 400 mil hectares de terra do parque nacional.

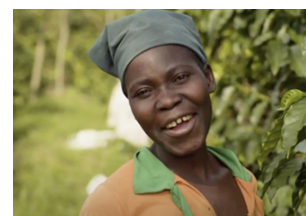
Os objetivos do projeto são:

- Definir e melhorar a sustentabilidade ambiental do sistema de produção de café (*Coffea arabica*), por meio de técnicas que incluem sombreamento, interplantação e uso racional de recursos hídricos e fertilizantes.
- Analisar a resiliência do material vegetal no contexto das mudanças climáticas na região e selecionar os genótipos de elite que se adequam melhor às condições regionais.
- Avaliar a possibilidade de introduzir o café Robusta (*Coffea canephora* cv. *Conilon*), cuja planta é geralmente mais tolerante a altas temperaturas do que *Coffea arabica*, levando em consideração o impacto futuro do aquecimento global.
- Capacitar as várias partes interessadas (agricultores e suas associações, técnicos, comerciantes, estudantes, pesquisadores e professores) em toda a cadeia de valor do café.

Com a capacitação da mão de obra (agricultores, extensionistas, técnicos, estudantes e pesquisadores) em produção, tecnologia e pesquisa científica, o projeto esta:

- Melhorando os sistemas atuais de produção de café por meio da introdução ou otimização de práticas culturais, particularmente com relação aos recursos hídricos e fertilização, bem como pela seleção de cultivares alternativos (Árábica) e/ou complementares (Robusta).
- Elaborando um manual de boas práticas na gestão agrícola, com foco em aspectos determinantes como a manutenção das plantas ao longo do ano, colheita, processamento e armazenamento local do café.
- Adaptando um sistema de controle de qualidade e promovendo a marca Gorongosa Café, de acordo com as padrões internacionais de controle de qualidade.

12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



© Gorongosa Coffee

Cada parceiro desempenha um papel importante.

O laboratório de Interações Planta–Ambiente & Biodiversidade do Instituto Superior de Agronomia (ISA), da Universidade de Lisboa, em Portugal, tem uma longa história de pesquisa em café e colaboração com instituições em Moçambique e no Brasil nas áreas de ensino, capacitação superior e pesquisa. Essas colaborações se concentram na análise e seleção de material genético no contexto das mudanças climáticas, bem como em programas de conservação da biodiversidade.

A Universidade Federal do Espírito Santo no Brasil tem vasta experiência científica e fornece capacitação profissional, com foco na gestão de cultivos e melhoria de plantas. Por ter uma longa história em pesquisa, ensino e extensão na área de cafeicultura, é capaz de contribuir de forma prática, orientando o manejo cultural (plantio, fertilização, poda, colheita e outros aspectos) e capacitação profissional em Moçambique.

O Parque Nacional da Gorongosa em Moçambique promove o projeto e tem experiência significativa na realização de micro cursos sobre biodiversidade. Três membros da equipe do Parque estarão diretamente envolvidos no apoio e na supervisão das atividades deste projeto.

O Instituto Camões, a Agência Brasileira de Cooperação, a Universidade de Lisboa, a Universidade Federal do Espírito Santo e o Parque Nacional da Gorongosa forneceram apoio financeiro conjunto para o projeto.

Cem por cento dos lucros do projeto são direcionados para financiar os projetos de preservação e desenvolvimento humano dentro e ao redor do Parque Nacional da Gorongosa. Neste caso, a cooperação triangular permite uma intervenção estruturada em maior escala. Ela proporciona uma maneira de diversificar parcerias com diferentes agentes de desenvolvimento, como universidades e bem feitos tradicionais e

emergentes de organizações da sociedade civil, em base a suas vantagens comparativas e seu valor agregado. O projeto também estabelece parcerias que vão além da abordagem tradicional Norte–Sul.

Este projeto tem um efeito multiplicador, cria sinergias com outras agências de cooperação e serve como uma ferramenta importante para compartilhar e capitalizar recursos e conhecimentos. Também fornece uma dinâmica de aprendizagem mútua, com benefícios significativos para todas as partes envolvidas.

Com sua abordagem devidamente contextualizada e soluções customizadas, o projeto serve como um exemplo de escalabilidade e aceitação para resultados bem-sucedidos. O país anfitrião reconheceu e se beneficiou do valor agregado que cada um de seus parceiros triangulares tinham pra oferecer.

Centrado no Parque Nacional da Gorongosa, o projeto e todas as atividades são executadas dentro da estrutura logística de intervenção, garantindo maior domínio e liderança, o que, por sua vez, aumenta seu impacto e sua sustentabilidade. Também abriu caminho para parcerias entre países e instituições acadêmicas da Europa e América do Sul que compartilham laços culturais e linguísticos. Por fim, o projeto busca atender às necessidades e ampliar as iniciativas de cooperação para o desenvolvimento do país anfitrião, por meio de parcerias com Estados que possuem vantagens em tecnologia e conhecimento prático e técnico.

Contato:

Nome: Sr. Nuno Vaz

Cargo: Especialista

Organização: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Ministério das Relações Exteriores, Portugal)

E-mail: nuno.vaz@camoes.mne.pt

NOME DO PROJETO: Produção Sustentável de Café no Parque Nacional da Gorongosa

PAÍSES/REGIÕES: Brasil, Moçambique, Portugal

INDICADO POR: Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural do Governo de Moçambique; Parque Nacional da Gorongosa do Governo de Moçambique

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.2, 5-a, 12.2, 12.8, 12-a, 13.1, 13.3, 13-b, 17.6, 17.9

APOIO: Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa (Portugal); Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil); Parque Nacional da Gorongosa (Governo de Moçambique); Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (Governo de Moçambique); Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (Agência de Desenvolvimento, Ministério das Relações Exteriores, Portugal); Agência Brasileira de Cooperação (Agência de Desenvolvimento, Ministério das Relações Exteriores, Brasil)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Instituto Superior de Agronomia; Universidade de Lisboa (Portugal); Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil); Parque Nacional da Gorongosa (Governo de Moçambique); Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (Governo de Moçambique);

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2022

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2D2rUck>

Projeto de Instalação da Fabrica de Laticínios do Fundo de Conservação dos Guepardos da Namíbia

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



Aumentar a produção e o turismo de base ecológica com a participação da comunidade

Desafio

A economia da Namíbia é altamente dependente da mineração, consequentemente a desigualdade dos níveis de desenvolvimento entre suas regiões é notavelmente alta. O Plano de Desenvolvimento Nacional lançado pelo Governo em 2017 define o turismo e a pecuária como dois dos principais setores que podem ajudar a diversificar as fontes de renda e reduzir a forte dependência ao número limitado de atividades econômicas em regiões subdesenvolvidas. A região de Otjozondou tem uma baixa densidade populacional com uma fauna diversificada, e a maior parte da população local ganha a vida com a criação de ovinos. A região também serve como destino para dezenas de milhares de turistas que visitam anualmente para ver os guepardos. Neste local remoto, no entanto, os guepardos atacam o gado e são caçados pela população local que tenta proteger seu meio de subsistência.

Rumo a uma Solução

Por meio da parceria entre a Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TİKA) e o Fundo de Conservação dos Guepardos da Namíbia (CCF), foi implementado na região rural de Otjozondou na Namíbia, um programa de apoio à proteção da vida selvagem, desenvolvimento econômico rural sustentável e ecoturismo a fim de melhorar os meios de subsistência em comunidades locais. Com este fim, foi construída uma fabrica de laticínios para a produção de queijo e iogurte, e em conjunto, também, foram ministrados treinamentos para capacitar a população no processamento de leite e derivados, contribuindo assim, para alcançar várias metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O projeto teve como objetivo fortalecer o uso efetivo dos recursos naturais (meta 12.2), aumentar a eficiência na produção e harmonização com o meio ambiente (meta 8.4), apoiar o turismo que promove o emprego através da criação de produtos locais (meta 8.9), garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos (meta 2.4), melhorar a capacidade de produção agrícola (meta 2-a), erradicar a pobreza (alvo 1.a) e deter a perda de biodiversidade preservando desta maneira o ecossistema (meta 15.5).

A construção da fabrica de produção de queijo e iogurte do Fundo de Conservação dos Guepardos é uma iniciativa que faz parte do programa de apoio contínuo. Este projeto visa promover a expansão da região de Otjozondou com a cooperação das partes interessadas locais, de acordo com os objetivos nacionais. Trazendo assim, conhecimento e infraestrutura para a produção de queijos e iogurtes para a região. O projeto é sustentável porque gera renda e pertence a comunidade local.

Visto que as necessidades das partes interessadas locais se alinham com o Plano de Desenvolvimento Nacional do Estado, o projeto foi totalmente financiado por um subsidio governamental que arca com as despesas de capacitação, equipamentos e logística. O Fundo de Conservação dos Guepardos assumiu a função de facilitador e garante que todas as atividades do projeto com fins lucrativos estão vinculadas à proteção da vida selvagem.

No âmbito do projeto do Fundo de Conservação dos Guepardos, TİKA financiou a construção e instalação de uma fabrica para a produção de queijo e iogurte de leite de cabra dos produtores locais. Com capacidade de processamento de até 300 litros por dia, a fabrica tem uma fazenda leiteira totalmente equipada com maquinaria de pasteurização e padronização, Maquinaria para a fabricação de queijo branco, maquinaria para fabricação de iogurte e maquinaria auxiliar, adquiri-



© TİKA

das na Turquia. Além disso, 12.000 unidades de embalagens para queijo e iogurte foram fornecidas para o primeiro lote de produtos. Especialistas turcos também forneceram treinamentos de capacitação para produtores locais e membros do Fundo de Conservação dos Guepardos. Como resultado, a capacidade de processamento de leite tem aumentado consideravelmente, melhorando assim a cadeia de valor (do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – metas: 8.4, 12.2 e 2-a), o emprego é incentivado (meta 8.9) e a produção de alimentos é apoiado (meta 2.4). **Essas atividades ajudarão a reduzir a pobreza, reduzindo as disparidades de desenvolvimento regional (meta 1.a); diversificar a renda na região e estabelecer instalações adequadas; assegurar um equilíbrio entre a vida natural e a produção local (metas 2.a e 8.4); e apoiar iniciativas locais que visam proteger a biodiversidade (meta 15.5).** Por meio de técnicas modernas

de produção, é possível proteger a biodiversidade e limitar a caça de predadores selvagens, tais como os guepardos, os quais são uma das maiores ameaças à ovinocultura.

O projeto, que foi desenvolvido com base na experiência da Turquia na produção de leite, pode ser replicado em todas as regiões em desenvolvimento. A experiência da Turquia no campo do processamento de leite pode ser usada como base para o desenvolvimento cooperativo de todas as partes interessadas relevantes em ambientes com desafios similares.

Contato:

Nome: Departamento de Desenvolvimento de Estratégia

Organização: Agência Turca de Cooperação e Coordenação

E-mail: sgdb@tika.gov.tr

Telefone: +90 312 939 70 00

NOME DO PROJETO: Projeto de Instalação da Fábrica de Laticínios do Fundo de Conservação dos Guepardos da Namíbia

PAÍSES/REGIÕES: Namíbia, Turquia

INDICADO POR: Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA)

META(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1-a, 2-a, 2.4, 8.4, 8.9, 12.2, 15.5

APOIO: TIKA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Fundo de Conservação dos Guepardos (CCF); Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/34tr3g6>

Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar com o Sistema de Aquaponia

Lidando com os desafios da produção de alimentos, aproveitando os benefícios ambientais da aquaponia

Desafio

O Caribe tem sofrido mudanças climáticas nas últimas décadas e estudos recentes projetam que essas mudanças continuarão no futuro. Um estudo estima que as temperaturas médias anuais no Caribe aumentarão entre 1° e 5°C até 2080. A projeção indica que o aumento da temperatura afetará principalmente os territórios do noroeste do Caribe (Cuba, República Dominicana, Haiti e Jamaica).

Prevê-se que essas mudanças nas condições climáticas da região afetarão adversamente uma série de recursos essenciais e setores econômicos, incluindo recursos hídricos e sistemas agrícolas.

Rumo a uma Solução

As comunidades na Jamaica consideraram a aquaponia como uma possível solução para resolver esses problemas. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO):

Aquaponia é a integração da recirculação da aquicultura e da hidroponia em um sistema de produção. No sistema aquapônico, a água do tanque de peixes passa por filtros, canteiros de plantas e depois volta para os peixes. Nos filtros, os resíduos de peixes são retirados da água, primeiro por meio de um filtro mecânico que remove os resíduos sólidos e, a seguir, por um biofiltro que processa os resíduos dissolvidos. O biofiltro fornece um local para as que bactérias convertam amônia, que é tóxica para os peixes, em nitrato, um nutriente mais acessível para as plantas. Este processo é denominado nitrificação. Conforme a água (contendo nitrato e outros nutrientes) viaja pelos canteiros das plantas, as plantas absorvem esses nutrientes e, finalmente, a água retorna purificada para o tanque de peixes. Esse processo permite que peixes, plantas e bactérias prosperem simbioticamente e trabalhem juntos para criar um ambiente de cultivo saudável mútuo, desde que o sistema esteja devidamente equilibrado.¹

Como tal, esta tecnologia inteligente poderia enfrentar os desafios relacionados ao clima que impactam a produção e segurança de alimentos, dadas as vantagens da conservação do solo, reciclagem de água e fornecimento de nutrientes orgânicos dos peixes às plantas.

Com o apoio do Programa de Pequenos Subsídios do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Jamaica participou de um intercâmbio Sul-Sul para aprender com as experiências práticas em agricultura aquapônica sustentável a escala pequena e comercial no México. Esta iniciativa abordou diretamente como os agricultores na Jamaica poderiam adaptar a tecnologia para melhorar sua adaptação às mudanças climáticas em relação às condições extremas de seca e chuva. Também serviria para diversificar a renda e melhorar a produtividade agrícola como um todo.

As discussões, apresentações e viagens de estudos tiveram como objetivo obter informações sobre as parcerias que as comunidades precisam para garantir a sustentabilidade. Os participantes também aprenderam sobre os processos envolvidos no estabelecimento e manutenção de uma fazenda aquapônica viável e como as comunidades podem se beneficiar dos diversos produtos. Em particular, aprenderam sobre a função que o governo tem na formulação das políticas necessárias e o papel que as instituições acadêmicas representam no

12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



© GEF SGP

1 Artigo Técnico da FAO sobre Pesca e Aquicultura nº 589

fornecimento de pesquisas. A experiência foi enriquecida por meio de intercâmbios com a Fazenda Aquapônica *Bofish*, a Universidade Nacional Autônoma do México e consultas com membros da comunidade e organizações não governamentais (ONGs) locais.

As boas práticas e inovações implementadas pela organização *Bofish* resultaram no crescimento e expansão significativa para o negócio. Algumas dessas inovações incluem o uso de água salgada para aumentar a produção e a segurança alimentar, bem como a infusão de tecnologia de bioflocos (BFT) com aquaponia para criar uma aquicultura mais sustentável por meio de maior eficiência, produção e controle ambiental. Além disso, a Universidade demonstrou que robalo, pampo, pargo, polvo e camarão podem ser criados como componentes da aquicultura para consumo no mercado. Também foi sugerida a possibilidade de cultivo de algas e plâncton em pequena escala para alimentar peixes e camarões na fase de larva.

Após a missão, por meio do Programa de Pequenos Subsídios do GEF, a Universidade e a *Bofish* concordaram em apoiar as iniciativas na Jamaica para melhorar e expandir a tecnologia aquapônica e orientar o desenvolvimento de normas agrícolas.

Desde o intercâmbio, a Fundação de Saúde Ambiental (EHF) da Jamaica estabeleceu quatro sistemas aquapônicos de pequena escala na paróquia rural de Clarendon. EHF é uma das ONGs líderes do país e desempenha um papel fundamental na melhoria da saúde, do meio ambiente e do sistema educacional. Por mais de 26 anos, a Fundação tem administrado mais de 40 grandes projetos na Jamaica, com resultados significativos que beneficiam crianças, grupos vulneráveis e comunidades.

EarthStrong é uma ONG liderada por mulheres que estabeleceu o primeiro sistema aquapônico comercial na Jamaica. O projeto e a cons-

trução mitigam desastres e facilitam o agroturismo. A instalação está equipada com câmara frigorífica para reduzir o desperdício na colheita, o que contribui para a segurança alimentar, e funciona exclusivamente com energia solar. O sistema requer um terreno só de até um quarto de acre e tem potencial para produzir anualmente mais de 119 mil cabeças de alface e outros vegetais folhosos.

Até o momento, os dois grupos tem estabelecido parcerias com várias agências governamentais, incluindo a Autoridade de Desenvolvimento Agrícola Rural; a Sociedade Agrícola da Jamaica; e a Escola Superior de Agricultura, Ciência e Educação (CASE). Essas parcerias ajudarão a proporcionar supervisão contínua e suporte técnico aos agricultores.

Há um quadro crescente de participantes e influenciadores da aquaponia que estão desenvolvendo políticas que permitirão que o governo apoie os agricultores na adaptação e implementação da tecnologia aquapônica. Ambos os projetos EHF e *EarthStrong* são atualmente projetos de comparação. Eles estão trabalhando na criação de um manual e uma ficha técnica para auxiliar os beneficiários alvo, especialmente as comunidades agrícolas locais que desejam se envolver com a aquaponia. O manual será revisado pela equipe do México.

Contato:

Nome: Sra. Faradaine Forbes-Edwards

Cargo: Gerente de Projeto

Organização: Fundação de Saúde Ambiental (EHF)

E-mail: faradaineedwards@ehafjamaica.com; ehf@cwjamaica.com

Telefone: +1 876-577-8829

Nome: Sra. Karla Black

Cargo: Diretor Executivo

Organização: *EarthStrong*

E-mail: karla1.black@gmail.com; earthstrong.ja@gmail.com

Telefone: +1 876-546-0755

NOME DO PROJETO: Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar com o Sistema de Aquaponia

PAÍSES/REGIÕES: Jamaica, México

INDICADO POR: Programa de Pequenos Subsídios do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.1, 2.4, 9-a, 12.2, 12.8, 12-a

APOIO: Programa de Pequenos Subsídios do (GEF), (PNUD)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Fundação de Saúde Ambiental, Jamaica

STATUS DO PROJETO: Concluído (com escalabilidade contínua)

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2019

SITE DO PROJETO: Não disponível

Modelo Inovador na Agricultura Sustentável de Baixo Carbono nas Américas: Sistema de Intensificação do Arroz

12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



Contribuir para a segurança alimentar, competitividade e resiliência, adaptando o Sistema de Intensificação do Arroz (SRI) aos contextos locais

Desafio

O arroz é um alimento de consumo essencial na maior parte da América Latina e o Caribe e uma das principais fontes de proteína para o 20 por cento mais pobre da população tropical, produzindo mais per capita do que feijão, carne bovina ou leite. Embora 23 países da região produzam anualmente 28 milhões de toneladas de arroz, a demanda ainda excede a oferta. O arroz é cultivado em cerca de 7.2 milhões de hectares em condições diversas nas Américas. A maior parte do arroz cultivado na América Central é para subsistência.

A produção na América Latina e no Caribe é geralmente baixa para os milhões de pessoas que vivem do cultivo de arroz, e a produção agrícola tende a ser de alto risco devido aos recursos limitados e variação e mudanças climáticas, que estão causando secas mais frequentes, temperaturas mais altas e redução de recursos hídricos. São necessárias soluções para ajudar a melhorar a resiliência dos sistemas de arroz às mudanças climáticas, aumentar sua produtividade e competitividade e reduzir a emissão de gases do efeito estufa.

Rumo a uma Solução

O Sistema de Intensificação do Arroz (SRI) aborda vários desafios críticos nos métodos convencionais de produção na América Latina e no Caribe, os quais são de baixa produtividade, de alto uso de insumos (sementes, água e agroquímicos) e de vulnerabilidade climática. O SRI emprega uma abordagem integrada no gerenciamento de plantas, solo, água e nutrientes para aumentar a produtividade e resiliência, enquanto reduz a emissão de gases de efeito estufa. Esta abordagem capitaliza na inovação de sistemas a nível local e ajuda a reduzir a vulnerabilidade dos produtores de arroz aos impactos biofísicos e socioeconômicos das mudanças climáticas.

Entre 2015 e 2019, o SRI foi promovido nas Américas pela IICA (Chile) - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e seus parceiros, incluindo a FEDERARROZ (Colômbia) - Associação Nacional de Produtores de Arroz, o INIA (Chile) - Instituto Nacional de Investigación Agropecuária, a DANAC (Venezuela) Fundação de Pesquisa Agrícola e a Nestlé, o IDIAP (Panamá) - Instituto de Inovação Agrícola do Panamá e o Ministério de Desenvolvimento Agropecuario, ADDAC (Nicarágua) - Associação para Diversificação e Desenvolvimento da Agricultura Comunitária e a Universidade Cornell. O objetivo foi demonstrar os fundamentos do SRI nos próprios campos dos produtores, trabalhando com eles para adaptar as práticas relevantes às suas condições. Também foram realizados treinamentos de capacitação em diferentes locais com pesquisadores, técnicos agrícolas e especialistas, para testar as variáveis que tornam o SRI uma inovação local, como variedade de sementes, espaçamento entre plantas e uso de maquinaria. Além disso, o projeto conectou instituições com parceiros interessados dentro da Rede SRI da América Latina, a qual também os conecta a outras redes regionais e à rede global estabelecida pela Rede Internacional SRI e Centro de Recursos da Universidade de Cornell, com o objetivo de acelerar a iniciativa na região usando o conhecimento e as experiências compartilhadas.

A metodologia agroecológica do SRI é baseada em quatro princípios que se concentram em adaptação do cultivo, água, solo e gestão de nutrientes. Esses princípios permanecem inalterados, independentemente da localização ou métodos que os agricultores usam para cultivar arroz; entretanto, as práticas usadas para implementá-los podem ser ajustadas às condições e necessidades locais.

Os quatro princípios de interação são:



© IICA

- Estabelecimento cuidadoso e antecipado de plantas saudáveis
- Redução da concorrência entre as plantas
- Melhoria da fertilidade do solo e aumento de sua biota por meio da adição de matéria orgânica.
- Gestão eficiente dos recursos hídricos por meio de irrigação intermitente, evitando o estresse hídrico e promovendo condições aeróbias em solos não inundados.

O SRI é um trabalho em andamento para agricultores e extensionistas rurais, à medida que desenvolvem e ajustam o processo para as condições locais. São necessárias inovações para otimizar o sistema em cada contexto local. Dado o alto custo e a escassez de mão de obra agrícola na América Latina e no Caribe, um dos principais desafios é mecanizar o SRI de maneira consistente com seus princípios. Para superar esse desafio, o projeto importou máquinas de pequeno porte da Ásia e as adaptou, com a ajuda de agricultores e técnicos, às condições locais para apoiar o transplante, a capina e a aeração do solo.

Ao contrário da maioria das tecnologias agrícolas usadas atualmente, o SRI não é baseado no uso de materiais. Em vez disso, incorpora principalmente mudanças socioculturais no manejo dos cultivos, a aquisição de informação e uma perspectiva progressista para este sistema de baixo consumo. Como tal, o SRI exige que os agricultores, técnicos e a comunidade científica se comprometam a trabalhar juntos para identificar e aprimorar as práticas que possam gerar os melhores resultados.

A sustentabilidade do sistema tem sido garantida por meio da capacitação contínua dos produtores, com o apoio do IICA e de diversas organizações parceiras. Mais de 30 treinamentos, intercâmbios bilaterais, trabalho de campo com os fazendeiros e outros eventos tem sido realizados para demonstrar os benefícios e resultados do SRI. Dois treinamentos regionais de capacitação foram realizados, e um terceiro deverá ser realizado em 2020 para fomentar a troca de conhecimento

entre os participantes que trabalham com o SRI na região. Além disso, uma série de *webinars* (palestras online) é realizada a cada ano para atingir um público mais amplo. Essas atividades fortalecem o conhecimento e as habilidades de mais de 3 mil técnicos, produtores e alunos. O projeto também desenvolveu manuais técnicos, cartilhas para produtores e ferramentas de apoio para o registro e análise de dados.

Usando o SRI, os agricultores obtiveram aumentos de até 40 por cento nos seus rendimentos e 60 por cento de lucratividade. Eles tem visto também uma economia de até 90 por cento no uso de sementes e de até 40 por cento nos recursos hídricos. Eles também reduziram o uso de agroquímicos. O sistema tem mostrado benefícios adicionais, como menor saturação hídrica durante tempestades fortes, maior resistência à seca devido a um ao sistema robusto de raízes mais compridas, e menor concentração de metais pesados nas plantas e grãos. Variedades biofortificadas de arroz podem ser incorporadas ao SRI para tratar de questões nutricionais.

As práticas de SRI são desenvolvidas para ser aplicadas numa ampla variedade dos tipos de arroz e outros sistemas de cultivo, e estão sendo implementadas em mais de 60 países ao redor do mundo. O principal meio de transferência da metodologia - por meio da prática e da troca de conhecimento entre os produtores - permite que ela seja replicada continuamente. Embora isso tende a atrasar os avanços naturais, o IICA e seus parceiros estão empenhados em apoiar o processo.

Contato:

Nome: Sra. Kelly Witkowski

Cargo: Gerente do Programa de Mudanças Climáticas e Recursos Naturais

Organização: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

E-mail: kelly.witkowski@iica.int

NOME DO PROJETO: Um Modelo de Inovação para a Agricultura Sustentável de Baixo Carbono nas Américas: Sistema de Intensificação do Arroz.

PAÍSES/REGIÕES: Chile, Colômbia, República Dominicana, Nicarágua, Panamá, Suriname, Venezuela.

INDICADO POR: IICA (Chile); Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 12.2, 12-a

APOIO: IICA (Chile); Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, INIA (Chile); Instituto Nacional de Investigação Agropecuária, FEDERARROZ (Colômbia); Associação Nacional de Produtores de Arroz, NESTLÉ, DANAC (Venezuela); Fundação de Pesquisa Agrícola, IDIAP (Panamá); Instituto de Inovação Agrícola do Panamá e o Ministério de Desenvolvimento Agropecuário, ADDAC (Nicarágua); Associação para Diversificação e Desenvolvimento da Agricultura Comunitária, Universidade Cornell.

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: IICA e INIA (Chile); FEDERARROZ (Colômbia); NESTLÉ, DANAC (Venezuela); IDIAP (Panamá); ADDAC (Nicarágua); Universidade Cornell (Suriname).

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3hxY7Hx> (em espanhol)

Caixa Climática: Projeto de Educação e Conscientização sobre Mudança Climática

Aumentar a conscientização sobre os possíveis efeitos das mudanças climáticas sobre a natureza e a humanidade com um kit de ferramentas de aprendizagem interativo

Desafio

A mudança climática surgiu como uma das questões mais importantes que a humanidade enfrenta no século XXI. O clima semiárido e árido da Ásia Central provavelmente sofrerá mais acidificação, afetando a produção de alimentos e os recursos hídricos. Estima-se que as geleiras na Ásia Central tem diminuído 25 por cento desde 1970, e uma quantidade igual deve desaparecer até 2040.

Mudanças nos padrões climáticos já são evidentes em países do sul do Cáucaso e do sul e do leste da Europa, onde são cada vez mais seguidos por fortes ondas de calor e secas. Mudanças nos níveis de precipitação e eventos climáticos mais extremos, como chuvas fortes e tempestades de granizo fora do padrão, também estão ligados às mudanças climáticas.

Ainda existe uma falta de educação e conscientização entre o público em geral na Europa Oriental, Ásia Central e sul do Cáucaso, em relação às causas das mudanças climáticas, seus impactos e estratégias de mitigação e adaptação. A maior parte da informação disponível é direcionada a cientistas e legisladores, ao invés do público em geral e jovens. Há uma grande necessidade de fazer a ponte entre o conhecimento científico e a população para conscientizar a mesma.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esse desafio, o Governo da Federação Russa apoiou o desenvolvimento e a implementação de um programa inovador de aprendizagem interativo e um kit de ferramentas sobre mudança climática chamado Caixa Climática, por meio do Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento da Rússia (PNUD). O objetivo do programa é contribuir para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas na Europa e na região da Comunidade dos Estados Independentes (ECIS), promovendo a educação e a conscientização sobre o clima, mudanças no comportamento do consumidor e a mudança rumo à baixa emissão e desenvolvimento de sociedades resilientes.

O kit de ferramentas Caixa Climática e o currículo escolar, voltado para crianças de 7 a 16 anos, foram desenvolvidos por uma equipe interdisciplinar de especialistas russos. O kit de ferramentas inclui um livro ilustrado para alunos, o jogo de cartas “Questionário do Clima”, um pôster infográfico apresentando os possíveis efeitos das mudanças climáticas e um pôster com dicas sobre como reduzir as pegadas de carbono. A Caixa Climática permite que os professores das escolas compartilhem conhecimentos atualizados sobre as mudanças climáticas com seus alunos e inspira os jovens a agirem para preservar o planeta. O currículo é flexível, com atividades em grupo, projetos e experimentos. Também existem materiais que os alunos podem usar individualmente. O kit de ferramentas permitiu que professores e jovens assumissem o controle da educação sobre mudanças climáticas, engajando-se interativamente com o assunto e aprendendo enquanto se divertiam.

Com o tempo, a Caixa Climática tem evoluído de um kit de ferramentas interativo para um programa abrangente de educação climática que envolve ministérios de educação, escolas e atividades de educação informal. Recebeu forte apoio das autoridades educacionais nacionais dos países participantes. As abordagens de educação climática testadas na Caixa Climática são relevantes no contexto de uma reforma educacional mais ampla em direção a métodos de aprendizagem mais abertos, integrados, envolventes e voltados para o futuro. O programa tem excelente potencial para defender políticas, motivar a mobilização juvenil e apoiar a cooperação transfronteiriça, e o intercâmbio entre instituições educacionais, professores e alunos. O estágio atual do programa (2018–2020) baseia-se em atividades anteriores. O livro didático e o currículo da Caixa Climática foram inicialmente desenvolvidos e testados na Rússia (2014–2015). Em seguida, eles foram adaptados para três países da Ásia Central: Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão (2016–2017). A nova fase do programa visa cinco países parceiros adicionais: Armênia, Bielorrússia, Moldávia, Turcomenistão e Uzbequistão, que foram selecionados após negociações entre o Governo da Federação Russa, o Centro Regional do PNUD em Istambul (IRH) e os escritórios nacionais relevantes do PNUD.

O programa inclui três componentes principais. O primeiro é replicar o kit de ferramentas da Caixa Climática nos novos países parceiros: Armênia, Bielorrússia, Moldávia, Turcomenistão e Uzbequistão. A segunda é fornecer apoio e capacitação para introduzir a Caixa Climática no processo educacional dos oito países beneficiados: Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. O terceiro é promover a conscientização e defesa das mudanças climáticas e aumentar a cooperação regional com base na plataforma da Caixa Climática.

Em cada país, o programa ajuda a reunir escolas, instituições educacionais formais e informais, organizações não governamentais e acadêmicas, agências internacionais, ministérios nacionais da educação e ministérios responsáveis por questões de mudança climática. Especialistas russos, que pilotaram a Caixa Climática na Rússia, estiveram pessoalmente envolvidos na implementação de atividades do programa, conduzindo treinamentos de capacitação, fornecendo consultoria técnica sobre a utilização do kit de ferramentas, facilitando atividades

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



© UNDP Istanbul Regional Hub for Europe and the Commonwealth of Independent States

internacionais, como conferências com professores e competições entre os jovens, e apoiando a comunicação global do programa e sua divulgação.

Além do intercâmbio Norte–Sul de conhecimento e melhores práticas, há também a comunicação horizontal de experiências e práticas entre os países participantes da região ECIS. Por exemplo, representantes dos países piloto da Ásia Central colideraram treinamentos de capacitação sobre a Caixa Climática em novos países-alvo, compartilhando suas experiências de sucesso e lições aprendidas com seus pares. Especialistas do Cazaquistão e do Quirguistão ajudaram a desenvolver um Guia do Usuário, um sistema de monitoramento e avaliação e ferramentas para o programa Caixa Climática que estão sendo usados pelos países que estão sendo aderidos ao programa.

Além disso, todos os oito países beneficiários foram equipados para continuar o projeto e haverá menos necessidade de apoio a nível regional. A equipe do IRH do PNUD organizou uma série de sessões de trabalho em conjunto para os gerentes do programa do PNUD nos países-alvo para discutir a sustentabilidade do programa. Já existem exemplos de sucesso do desenvolvimento do programa. Parcerias foram estabelecidas com programas educacionais nacionais, e outras iniciativas foram promovidas além do escopo das atividades financiadas pelo Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento da Rússia (PNUD). Todos os países realizaram atividades de acompanhamento localmente. Isso inclui treinamentos de capacitação adicionais para professores, reuniões com especialistas da educação e colaboração com organizações não governamentais, sem o envolvimento de especialistas internacionais.

Além disso, no terceiro componente, para promover a conscientização e defesa das mudanças climáticas e aumentar a cooperação regional com base na plataforma da Caixa Climática, o programa está gerando um amplo alcance global e regional por meio de tecnologias digitais, campanhas de conscientização, plataformas regionais e internacionais de professores, alunos concursos, eventos de representação política e engajamento com autoridades governamentais e outros parceiros na divulgação e distribuição da Caixa Climática.

Incentivados pela Caixa Climática, estudantes de oito países implementaram projetos práticos relacionados ao clima em suas escolas e comunidades. Os melhores projetos de cada país foram apresentados no primeiro concurso internacional de escolas em duas categorias: redução da pegada de carbono e mudanças climáticas e recursos hídricos. Três vencedores de cada um dos sete países beneficiados, três da Rússia e dois do projeto parceiro 'Ferramenta Ecolópolis' implementa-

do na região de Moscou, foram selecionados para participar da rodada final da competição internacional em Almaty, Cazaquistão, em abril de 2019. Outros 16 alunos prepararam pôsteres infográficos de seus projetos para o evento. Os oito vencedores tiveram a oportunidade de viajar para um acampamento internacional de verão temático na Rússia em junho de 2019. O acampamento teve como foco a eficiência energética e o envolvimento pessoal no diálogo sobre o meio ambiente. O programa educacional da Caixa Climática também foi apresentado a 100 jovens da região ECIS que participaram do acampamento.

Duas conferências internacionais sobre educação climática para professores e especialistas em educação dos países participantes foram organizadas durante esta fase do programa. A primeira conferência ocorreu em Yerevan, Armênia em novembro de 2018, com mais de 55 participantes. A segunda conferência foi organizada em Almaty, Cazaquistão em abril de 2019, e recebeu mais de 80 participantes. Ambas as conferências foram conduzidas por representantes dos Ministérios da Educação nacionais, missões diplomáticas da Federação Russa e representantes dos escritórios do PNUD no país. Os participantes da conferência recomendaram um novo módulo educacional sobre o clima para professores, sendo desenvolvido por uma equipe internacional de especialistas em educação e clima dos países participantes.

Até o momento, o programa atingiu a mais de 50 mil alunos e três mil professores nos oito países beneficiados e na Rússia.

Além disso, edições especiais de ferramentas de mapeamento foram autofinanciadas e desenvolvidas no Yamalo–Nenets Okrug Autônomo e na Região de Moscou, Federação Russa. Em 2020, a Sérvia aderiu voluntariamente ao programa e os países fora da região ECIS já mostraram interesse em participar nas atividades da Caixa Climática. A Caixa Climática está disponível em 13 idiomas, incluindo árabe, inglês, francês, russo e espanhol, bem como nas línguas nacionais dos países participantes. Foi apresentado nas Conferências sobre o Clima das Nações Unidas em Paris, Bonn, Katowice e Madrid.

A escala geográfica do projeto garante sua adaptabilidade. A caixa de ferramentas existente, que já foi traduzida para vários idiomas, ajuda a estender essa boa iniciativa de forma mais abrangente.

Contato:

Nome: Sra. Natália Olofinskaya

Cargo: Equipe de Redução de Riscos Climáticos e Desastres

Organização: Centro Regional de Istambul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Email: nataly.olofinskaya@undp.org

WhatsApp: +90 543 5323046

NOME DO PROJETO: Caixa Climática: Projeto de Educação e Conscientização sobre Mudança Climática

PAÍSES/REGIÕES: Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão, Sérvia, Uzbequistão

INDICADO POR: Governo da Federação Russa

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.7, 4-c, 13.3

APOIO: PNUD; Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento da Rússia; Governo da Federação Russa

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Centro Regional de Istambul para a Europa e a Comunidade dos Estados Independentes

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2D6Jjkc> ; <https://climate-box.com/>

Tailândia: Fomentando Resiliência Climática nas Comunidades Agrícolas do Camboja

Aumentando a produtividade dos cultivos de frutas e vegetais resistentes ao clima em Camboja

Desafio

A mudança climática tem um impacto significativo na produtividade agrícola dos agricultores locais, especialmente os pequenos agricultores nos países em desenvolvimento, que são altamente dependentes de safras sazonais e vulneráveis a mudanças rápidas e imprevisíveis no clima. No Camboja, os pequenos agricultores estão enfrentando desafios ainda maiores em termos de qualidade do produto, danos causados por pragas e doenças, e tecnologia de produção (especialmente tecnologia fora de época, manejo de sementes e tecnologia pós-colheita). Além disso, metade de toda a produção comercial depende dos mercados estrangeiros.

Os agricultores cambojanos poderiam responder com eficácia a esses desafios introduzindo tecnologias apropriadas e relevantes, como estufas, adubos feitos de resíduos agrícolas, controle de pragas, tecnologia pós-colheita e embalagem.

Rumo a uma Solução

A fim de tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos, o projeto 'Cooperação para o Desenvolvimento Tailândia-Camboja' foi iniciado. Seu objetivo é compartilhar as melhores práticas em tecnologia agrícola inteligente para o clima da Tailândia para aumentar a produtividade das safras de frutas e vegetais de maneira ecologicamente correta no Camboja. O projeto visa adaptar os sistemas agrícolas às mudanças climáticas, com foco na produção de frutas fora de temporada na província de Battambang e na produção de vegetais na província de Siem Reap no Camboja.

Os objetivos do projeto de três anos são aumentar a capacidade das comunidades agrícolas de se adaptarem aos impactos das mudanças climáticas e fortalecer a cooperação por meio de programas intensivos de capacitação em pesquisa e desenvolvimento em comunidades agrícolas selecionadas. Os resultados do projeto incluem diretrizes sobre resiliência e adaptação às mudanças climáticas, capacitação para várias partes interessadas e agências relevantes, terrenos de demonstração em províncias selecionadas e uma prática padronizada de adaptação ao clima no Camboja.

Visitas de campo estão sendo realizadas para coletar e sintetizar dados sobre sistemas agrícolas na Tailândia e no Camboja. Uma vez que os dados adequados tenham sido coletados, uma série de cursos e treinamentos de capacitação são organizados. Eles são personalizados para se ajustar ao contexto das práticas agrícolas no Camboja, com o objetivo de desenvolver diretrizes nacionais para a adaptação às mudanças climáticas.

Como resultado, os programas de capacitação são projetados para todas as partes interessadas relevantes, incluindo funcionários do governo, agricultores inteligentes e chefes de comunidades agrícolas. As partes interessadas também participam do desenvolvimento do conteúdo e do plano de treinamento, bem como das atividades de treinamento de instrutores e do treinamento no local para comunidades alvo no Camboja.

Além disso, campos de experiências e demonstração estão sendo instalados nas províncias de Battambang e Siem Reap. Especialistas são enviados para realizar pesquisas, selecionar as fazendas modelo e estabelecer os campos de experiências e demonstração para a produção de frutas e vegetais. Especialistas tailandeses, junto

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



© TICA

as partes interessadas cambojanas, formulam um plano operacional para os campos de experiências e demonstração, monitoram sua implementação e sintetizam as lições aprendidas na aplicação das diretrizes de adaptação às mudanças climáticas. Usando essas diretrizes, as práticas de adaptação ao clima e os sistemas de monitoramento e avaliação serão difundidos para outras comunidades no Camboja.

A tecnologia agrícola inteligente para o clima para a produção de frutas e vegetais compartilhada por especialistas tailandeses usa sistemas de irrigação por aspersão para economizar água e mão de obra, o que é bom para investimentos de longo prazo. Além disso, os especialistas aplicaram um agente de biocontrole, o nematoide entomopatogênico, para controlar insetos e pragas em plantações de vegetais orgânicos para melhorar a saúde e a segurança de uma forma ecologicamente correta. Depois de instalar os campos de experiências e demonstração e estufas nas comunidades selecionadas, os agricultores cambojanos puderam usar materiais locais para reduzir os custos da produção de vegetais orgânicos. Especialistas tailandeses também compartilharam métodos de pós-colheita, processamento e marketing. Além disso, o projeto ajuda a estabelecer sistemas participativos de garantia para permitir que os produtos entrem no mercado de vegetais orgânicos e sejam vendidos em supermercados no Camboja.

As autoridades agrícolas locais puderam aplicar as boas práticas da tecnologia agrícola inteligente para o clima para árvores frutíferas e hortaliças desenvolvidas no âmbito deste projeto para outras comunidades no Camboja. Existem cinco campos de experiências e demonstração para três safras de frutas em Battambang que se concentram em melhorar a eficiência e a produção de frutas fora de temporada. Vinte e cinco terrenos adicionais foram estabelecidos: 6 terrenos para pomares de citros, 14 terrenos para pomares de manga e 5 terrenos para pomares de longan. Existem 7 campos de experiências e demonstração de vegetais e mais de 30 terrenos para expansão entre Siem Reap e Battambang em total.

Como resultado do projeto, as comunidades agrícolas do Camboja puderam adotar práticas agrícolas resistentes ao

clima. O projeto ajudou a fortalecer a resiliência e promover mecanismos para aumentar a capacidade de resposta eficiente às mudanças climáticas no Camboja conforme indicado no Objetivo Sustentável de Desenvolvimento (ODS 13). As atividades aumentaram a cooperação para o desenvolvimento de implementação de programas e políticas para erradicar a pobreza (ODS 1) e proteger a saúde dos agricultores e consumidores (ODS 3). Com o projeto, a produtividade foi dobrada, os custos foram reduzidos e um sistema sustentável de produção de alimentos foi garantido (ODS 2). Os resultados também aumentaram as parcerias para o desenvolvimento sustentável, compartilhando conhecimento e melhores práticas desenvolvidas na Tailândia com parceiros (ODS 17).

O projeto em andamento no Camboja está previsto para conclusão em 2020. Os agricultores inteligentes planejam continuar a produção agrícola fora de época em suas comunidades, de acordo com as diretrizes de adaptação às mudanças climáticas. O sucesso-chave do projeto é o senso de responsabilidade entre os agricultores. O projeto foi ampliado dos 12 participantes originais para 57 agricultores que estão aplicando as técnicas e métodos de agricultura sustentável compartilhados durante o projeto, aumentando assim a possibilidade de replicar essas técnicas em outras comunidades em todo o Camboja. Isso também abre caminho para uma futura cooperação entre a Tailândia e o Camboja, focada na segurança alimentar, cadeia de valor e adaptação às mudanças climáticas nos próximos anos.

Contato:

Nome: Sra. Pin Sridurongkatum

Cargo: Gerente de Cooperação para o Desenvolvimento

Organização: Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), Ministério das Relações Exteriores

E-mail: pinsridurong@gmail.com

Nome: Sr. Somchai Boonpradub

Cargo: Especialista Sênior

Organização: Departamento de Agricultura, Ministério da Agricultura e Cooperativas, Governo Real da Tailândia

E-mail: boonpradub@gmail.com

NOME DO PROJETO: O Fomento de Resiliência Climática nas Comunidades Agrícolas do Camboja

PAÍSES/REGIÕES: Camboja, Tailândia

INDICADO POR: Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), Ministério das Relações Exteriores da Tailândia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.a, 2.3, 2.4, 3.9, 13.1, 13.b, 17.6, 17.9, 17.16, 17.17

APOIO: TICA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: TICA; Departamento de Agricultura, Ministério da Agricultura e Cooperativas da Tailândia

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2020

SITE DO PROJETO: Não disponível

FIDA: Fomentando a Resiliência Climática e a Cooperação Agrícola entre a China e o Paquistão

Promovendo a agricultura e reflorestamento resilientes ao clima no Paquistão

Desafio

Mais de 60 por cento da população do Paquistão (130 milhões de 217 milhões) reside em áreas rurais, e a população rural representa 80 por cento da pobreza no país. O Paquistão é altamente vulnerável às mudanças climáticas, e sua economia depende fortemente da agricultura que é suscetível à irrigação por precipitação climática, bem como de atividades pecuárias, pesqueiras e florestais. Estiagem e caudais baixos dos rios são intercalados com inundações repentinas de alta intensidade. Tanto as secas quanto as inundações recorrentes resultam em deslocamento interno. Além disso, o Paquistão tem a menor cobertura florestal da região, a qual só representa 4 por cento da área terrestre. Tem havido, também, uma tendência de aumento na temperatura média anual da superfície e padrões climáticos irregulares desde o início do século 20. O Paquistão atualmente ocupa o 23 lugar entre os 167 Estados que enfrentam escassez de água, e a segurança hídrica para uso agrícola e doméstico é cada vez mais crítica. Como tal, a Visão do Estado 2025 prioriza o acesso suficiente, confiável, limpo e econômico à água e alimentos. Para conseguir isso, o Paquistão precisa construir um setor agrícola que seja resistente às mudanças climáticas, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Rumo a uma Solução

A China alcançou resultados notáveis em ecosegurança e desenvolvimento sustentável de recursos naturais. Também usou conhecimento e tecnologia para aumentar a resiliência e abordar a adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Desde setembro de 2019, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) tem parceria com os governos da China e do Paquistão para trocar conhecimentos e aumentar a troca de experiências. O FIDA do Paquistão, o FIDA da China e o Gerente do CSST para a regiões da Ásia e o Pacífico atuaram como pontos de referência. Uma metodologia participativa foi utilizada para estimular a discussão e ações. Foram realizadas discussões entre a Academia Chinesa de Ciências Agrícolas e o Programa Nacional de Apoio Rural, da China e do Paquistão respectivamente, para determinar os objetivos do projeto. Um seminário sobre a promoção da cooperação para o desenvolvimento agrícola foi proposto para discutir o desenvolvimento agrícola resistente ao clima, desmatamento, desertificação e segurança hídrica em comunidades rurais.

A iniciativa de cooperação triangular e Sul-Sul do FIDA ministrou o seminário em 2019. Dois parceiros de implementação foram nomeados no final de setembro para atender aos beneficiários do projeto, incluindo profissionais, acadêmicos, legisladores e organizações rurais na China e no Paquistão. O Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Agricultura, da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas, foi responsável por compartilhar as melhores práticas da China, enquanto o escritório do FIDA no Paquistão assumiu a liderança na avaliação das necessidades locais. Em linha com o ODS 1 sobre a pobreza, o ODS 2 sobre a fome, o ODS 13 sobre a ação climática, o ODS 15 sobre a vida na terra e o ODS 17 sobre as parcerias, os objetivos específicos da iniciativa visam mostrar as melhores práticas agrícolas resilientes ao clima no Paquistão e China, com foco no desmatamento, desertificação e gestão de recursos hídricos. **A iniciativa também buscou estabelecer uma rede entre profissionais, acadêmicos, formuladores de políticas e organizações rurais relevantes no Paquistão e na China.**

Aproximadamente 50 pessoas participaram do seminário. Além dos palestrantes convidados da China e o

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



© IFAD

Paquistão, houveram também funcionários do alto escalão da administração pública ao nível estadual e nacional, especialistas, pesquisadores, agentes do setor privado, organizações não governamentais, representantes de projetos financiados pelo FIDA e parceiros de implementação, professores universitários, estudantes e representantes da mídia. Um diplomata agrícola chinês ressaltou as estratégias de cooperação agrícola no Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC). Os participantes do Paquistão ampliaram seus conhecimentos sobre sistemas de agricultura resiliente às mudanças no clima, tecnologias agrícolas e cultivo com manta plástica, amplamente utilizados na China. Por sua vez, os participantes da China aprenderam sobre soluções para o desmatamento e desertificação, incluindo a participação da comunidade, conscientização, envolvimento do setor privado (em temas como: nozes chilgoza¹, plantas medicinais e gestão de pastagens), planejamento de utilização adequada da terra, ecoturismo e pagamentos por serviços ecossistêmicos (REDD+).

Em particular, representantes do Paquistão demonstraram interesse em aprender mais sobre as técnicas de micro irrigação da China, incluindo reservatórios para a captação de água de chuva. As duas partes tiveram discussões empolgantes sobre como adaptar a tecnologia agrícola e a experiência da China ao contexto do Paquistão.

1 Chilgoza é um tipo de noz produzida no Paquistão. Punjab tem a maior área natural de florestas chilgoza do mundo, que se estende por mais de 260 km². As florestas de chilgoza desempenham um papel importante na manutenção do equilíbrio ecológico e na geração de renda para as comunidades locais. Organizações internacionais (GEF - FAO) têm atuado no setor privado para encorajar as populações locais a evoluir a cadeia de valor sustentável das nozes chilgoza, para tirar as comunidades locais da pobreza de forma sustentável.

Recomendações e propostas de ações concretas foram apresentadas com o objetivo de reproduzir as tecnologias agrícolas chinesas de eficácia comprovada, nas comunidades rurais do Paquistão.

Este seminário de um dia foi o primeiro passo para atingir os objetivos da iniciativa. Em linha com as estratégias de desenvolvimento nacional e o programa nacional de oportunidades estratégicas do FIDA para o Paquistão, ações adicionais serão tomadas para desenvolver projetos e políticas que promovam o desenvolvimento agrícola resiliente ao clima no Paquistão. Durante este processo, o FIDA também buscará criar sinergias com outras iniciativas de desenvolvimento, como a iniciativa de cooperação agrícola no CPEC, visando a maximizar o apoio aos interesses dos pequenos agricultores no Paquistão.

No futuro, o FIDA do Paquistão assumirá a liderança na exploração de maneiras de desenvolver programas piloto, especialmente para as tecnologias compartilhadas durante o seminário. Também trabalhará no fortalecimento e promoção da cooperação Sul-Sul por meio de interações formais e informais, incluindo visitas de Intercâmbio técnico e diálogos com profissionais especializados, pesquisadores, estudantes e agentes do setor privado. Treinamentos técnicos serão testados em ambos os países para apoiar o investimento. Após a conclusão dos programas piloto, a iniciativa explorará o envolvimento do setor privado em ambos os países a fim de fornecer apoio sustentável e facilitar a transferência de tecnologia e conhecimento.

Contato:

Nome: Sr. Hubert Boirard

Cargo: Diretor Nacional para Paquistão, Irã e Mongólia

Organização: Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola

E-mail: h.boirard@ifad.org

NOME DO PROJETO: Iniciativa de Cooperação Técnica Sul-Sul do FIDA: Seminário de troca de Experiências entre Paquistão-China sobre o Fortalecimento da Resiliência Climática e Reforestamento Sustentável

PAÍSES/REGIÕES: China, Paquistão

INDICADO POR: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 2.1, 13.3, 15.3, 15.4, 17.3, 17.4

APOIO: Governo da China, Governo do Paquistão, FIDA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: FIDA

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Agosto de 2019 – Dezembro de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2YBur4H>



Drones para Resiliência

Ampliando a capacidade nacional para a redução e gestão de risco de desastres nas Maldivas

Desafio

Formada por uma cadeia de 1.200 ilhas no Oceano Índico e com cerca de 400 mil habitantes, as Maldivas são o país mais baixo do mundo. A maioria das ilhas está ameaçada pelas mudanças climáticas; 80 por cento estão apenas um metro acima do nível do mar. As Maldivas e muitas outras nações insulares ao redor do mundo podem desaparecer em breve, sem medidas urgentes. As linhas costeiras já estão mudando rapidamente e os cientistas preveem que o aumento do nível do mar submergirá a maioria das ilhas em 2050.

As Maldivas também enfrentam um risco constante de serem afetadas por eventos naturais, como ciclones tropicais, tempestades, trovoadas, secas, inundações por chuvas fortes, maré de tempestade, maré alta e tsunamis. As ilhas também enfrentam riscos relacionados ao clima, como mudanças nos padrões das monções e aumento do nível do mar e da temperatura da superfície. As consequências dessas circunstâncias são bem evidentes e os habitantes locais já estão sentindo seus efeitos.

Rumo a uma Solução

O projeto 'Drones para Resiliência', uma parceria público-privada entre a *Dhiraagu Plc* (uma empresa de telecomunicações das Maldivas) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) das Maldivas, visa fomentar o uso de tecnologia de drones para o planejamento de resiliência a desastres com base na comunidade nas Maldivas.

O projeto se concentra no uso de drones para criar mapas detalhados, em tempo real, de quatro ilhas para serem usadas na avaliação de risco de desastres. Os dados coletados melhoram a capacidade das autoridades locais de preparação e gestão de riscos para desastres. Os mapas também são usados por funcionários locais e nacionais para o planejamento do uso da terra e para identificar áreas de alto risco e zonas seguras dentro das ilhas.

O objetivo do projeto é melhorar a capacidade da cidade de Addu, no sul das Maldivas, para realizar um planejamento informado sobre os riscos e desenvolver planos de ação climática baseados em evidências. Embora os dados sejam um pré-requisito para o planejamento de comunidades resilientes, a coleta de dados para a redução do risco de desastres (RRD) é um desafio em Malta, particularmente ao nível local. O projeto, portanto, fornece informações sobre a integração dos esforços de mapeamento existentes para criar um sistema de informação de gestão de desastres com base em evidências e orientado por dados. Os dados coletados serão disponibilizados aos tomadores de decisões nacionais e às comunidades locais.

Como parte do projeto, representantes do Conselho Municipal de Addu, do Crescente Vermelho Maldivo (MRC) e Dhiraagu capturaram imagens com os drones de todas as ilhas habitadas da cidade de Addu. Depois de processadas as imagens, elas serão utilizadas em um Sistema de Informações Geográficas (SIG). A Autoridade Nacional de Gerenciamento de Desastres (NDMA) ajudou na sobreposição dessas imagens com informações de risco e perigo coletadas pelo MRC. Esses mapas serão então usados pelo Conselho Municipal de Addu para um planejamento baseado em evidências que esteja atento a desastres. O conselho também pode fornecer informações adicionais para serem usadas no planejamento urbano que vão além da RRD. Uma nova subdivisão foi formada dentro da NDMA para servir como o centro principal para informação e coordenação integrada de desastres.



© UNDP Maldives

Enquanto a subdivisão recém-formada tem a tarefa de abordar lacunas nos dados, integração de dados, mapeamento e sistemas de informação de desastres, o projeto também fortaleceu as capacidades de mapeamento e conclusão assertiva.

Para atingir a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13.1, o qual visa o fortalecimento de resiliência e capacidade de adaptação aos perigos e desastres naturais relacionados ao clima, foi realizado um treinamento de capacitação de dois dias sobre o uso de drones para planejamento de resiliência na Cidade de Addu ara 20 participantes. Apresentado conforme a parceria entre Dhiraagu e o PNUD Maldivas, o treinamento de capacitação forneceu informações sobre tecnologia de drones, aulas práticas sobre manobras, planejamento e execução de voos, os riscos e limitações do mapeamento de drones e regulamentos locais que regem a tecnologia de drones.

O PNUD ajudou a facilitar o treinamento com um consultor. Após as imagens são produzidas pelo grupo de voluntários treinados, o consultor processará os dados brutos para criar mapas ortomosaicos, que serão entregues ao conselho, juntamente com os drones recém adquiridos, para fins de planejamento futuro. O PNUD adquiriu os drones através de um fornecedor local e Dhiraagu forneceu os recursos para seu financiamento.

A tecnologia de drones pode ser usada para o mapeamento de risco de desastres, e os operadores de drones só requerem um treinamento mínimo. O uso de drones para **melhorar os sistemas locais de informação sobre desastres é uma forma econômica de fortalecer as capacidades locais e coletar dados confiáveis, em tempo real e de alta qualidade para melhorar a prevenção local de desastres e seus planos de ação.** Além disso, o treinamento para uso dos drones pode ser útil para os estágios futuros da avaliação de risco ou também pode ser aplicado em outras áreas. Finalmente, fornecer este treinamento às comunidades locais incentiva seu envolvimento na busca de soluções e ajuda a aumentar a consciência ambiental.

Este projeto inovador combinou mapeamento de drones com técnicas de captura de imagens de qualidade para melhorar o SIG, que era acessado através da empresa privada de telecomunicações. Os participantes aprenderam sobre as normas locais da tecnologia de drones e ajudaram a moldá-las. Esta colaboração entre o PNUD, MRC, a comunidade local, o governo local e o setor privado são um exemplo de parceria público-privada bem-sucedida no nível local. As inovações em RRD podem ser aplicadas a outras áreas, como planejamento de moradias, projetos ecológicos, mapeamento de serviços públicos e monitoramento da erosão costeira, especialmente se essas inovações forem vinculadas a imagens de satélite. Esta parceria pode ser duplicada e ampliada em todos os atóis nas Maldivas.

No âmbito da sustentabilidade, as Maldivas visam a descentralização fiscal. Os conselhos locais terão acesso a 40 por cento das receitas locais e 5 por cento do orçamento público. Eles estabelecerão e administrarão seus próprios planos e orçamentos. Este tipo de parceria poderiam ser incluídos nos planos de RRD de comunidades, em colaboração com o setor privado, para garantir que os treinamentos mapeamento estendido sejam incluídas nas políticas locais.

Em termos de replicabilidade, o NDMA, sob a tutela do Ministério da Defesa, esteve envolvido desde o início e está em melhor posição para garantir que essas boas práticas sejam incorporadas em outras áreas e incluídas nos orçamentos locais. Este modelo de parceria também pode ser replicado em outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. O potencial de adaptação do uso de drones depende de três componentes: relação custo-benefício; desenvolvimento de capacidade local; e informações confiáveis e de alta qualidade para planos de ação locais de redução de riscos.

Contato:

Nome: Sr. Ahmed Shifaz

Cargo: Representante de Resiliência e Mudanças Climáticas

Organização: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) Maldivas

E-mail: ahmed.shifaz@undp.org

NOME DO PROJETO: Drones para Resiliência

PAÍSES/REGIÕES: Maldivas

INDICADO POR: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Maldivas

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 11.b, 13.1

APOIO: Dhiraagu Plc

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PNUD Maldivas, Conselho Municipal de Addu, Crescente Vermelho das Maldivas (MRC) Filial de Addu, Autoridade Nacional de Gestão de Desastres (NDMA)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: tinyurl.com/trklo8t

Redução dos Riscos de Desastres Reforçando a Resiliência do País

Reduzindo riscos, promovendo resiliência

Desafio

O sertão da Eurásia sofre do clima desértico das regiões do tipo e é responsável por um terço das zonas áridas do mundo. Esta região árida está sujeita a uma série de desastres, principalmente enchentes, terremotos, deslizamentos de terra, secas constantes e desertificação. De acordo com estatísticas divulgadas pela Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico em 2012, houve 16 terremotos na Ásia Central na década anterior, com perdas econômicas totalizando US\$ 24 milhões. As inundações afetaram 19 por cento da população e causaram uma média de US\$ 50.1 milhões em perdas econômicas anuais. Desastres climáticos, incluindo seca e desertificação, impactaram 7.2 por cento da população e causaram US\$ 107 milhões de perdas econômicas.

Rumo a uma Solução

A China é altamente eficaz na resposta às mudanças climáticas e desastres naturais, incluindo desertificação, inundações e deslizamentos de terra. Esforços significativos tem sido realizados para estabelecer mecanismos para a Redução do Risco de Desastres (RRD) e Adaptação às Mudanças Climáticas (AMC) em áreas propensas a desastres. Desde 2011, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem implementando projetos de adaptação às mudanças climáticas que visam fortalecer a capacidade institucional e a resiliência de comunidades locais vulneráveis aos riscos climáticos.

Localizada no leste da Eurásia e fazendo fronteira com cinco países da Ásia Central, a Região Autônoma Uigur do Sinqião tem o maior território árido da China e passa por condições climáticas semelhantes. Como núcleo do Cinturão Econômico da Rota da Seda, o governo de Sinqião criou uma parceria estreita com as faculdades e instituições dos Estados da Ásia Central para estabelecer uma cooperação prolífera de pesquisa científica.

A fim de fortalecer a cooperação internacional da região e compartilhar conhecimento e experiência para a redução do risco de desastres, é necessário um mecanismo abrangente que fomente a transferência de conhecimento entre a China e os Estados adjacentes da Ásia Central. O objetivo deste projeto é aumentar a consciência pública sobre a prevenção de desastres, fortalecer a capacidade de redução do risco de desastres dos Estados da Ásia Central e melhorar as capacidades de resposta às mudanças climáticas e desastres naturais. Com base nas experiências e técnicas adquiridas pela China nas décadas anteriores, este projeto teve como objetivo fornecer um modelo para orientar as construções no Cinturão Econômico da Rota da Seda e o desenvolvimento sustentável na Ásia Central.

Como gerente de projeto, o Instituto de Ecologia e Geografia de Sinqião (XIEG) foi responsável por operações do projeto e forneceu suporte técnico na implementação e desenvolvimento das atividades do projeto. O Centro de Pesquisa em Ecologia e Meio Ambiente da Ásia Central (CPEMAAC) atuou como um parceiro colaborativo e foi responsável pela implementação de atividades específicas do projeto. Como representante do governo, o Centro Internacional de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE) trabalhou com o PNUD para monitorar a implementação do projeto e garantir a supervisão e qualidade geral do projeto.

No que se refere à metodologia aplicada, foram realizados os seguintes passos:

13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



© UNDP China

- Uma plataforma foi criada, estabelecendo subcentrais para pesquisa de RRD e AMC, locais para a observação de campo do ecossistema e uma rede de pesquisa, bem como subcentrais de informação para fortalecer a capacidade de RRD e AMC.
- Locais para a demonstração de técnicas piloto foram estabelecidas para promover a tecnologia de RRD baseada na comunidade e facilitar a transferência de conhecimento para as comunidades locais.
- Levantamento do histórico de informações e a criação de um banco de dados para desastres de inundações e secas na Ásia Central.
- Desenvolvimento do mapa de risco de inundações e secas na Ásia Central e a elaboração do relatório para a avaliação de risco de desastres do Lago Sarez.
- Treinamento técnico e capacitação foram realizados por meio de cursos, visitas de campo, diálogo sobre políticas e outras iniciativas de intercâmbio para moldar as políticas de RRD e AMC.

O projeto obteve os seguintes resultados:

- **Três subcentrais RCECA foram estabelecidos em Almaty, Bisqueque e Duchambé. Cada subcentral é contem um subcentral de informações, laboratório conjunto, observação de campo, estação de pesquisa e base de demonstração para tecnologia agrícola. Esses subcentral servem como uma plataforma importante para a cooperação de ciência, tecnologia e educação entre China e os Estados da Ásia Central.** Eles desempenham um papel ativo no fomento de cooperação e capacitação do recurso humano nas áreas de proteção ecológica e ambiental, uso sustentável de recursos, desenvolvimento agrícola, exploração de recursos minerais, monitoramento de desastres e Sistemas de Alerta Prévio.
- Doze estações de observação de campo e pesquisa de ecossistemas para as geleiras, montanhas, bosques, pastagens, fazendas, pântanos e desertos foram instaladas ao longo das montanhas Altai, na encosta norte de Tian Shan, a encosta sul de Tian Shan e a cordilheira Pamir para observar e avaliar a resposta do ecossistema às mudanças climáticas na região árida da Ásia Central.
- Cinco locais de demonstração piloto foram estabelecidos nos Estados da Ásia Central. Eles se concentraram na economia do recurso hídrico agrícola e a melhoria do solo salino no Cazaquistão, fomentar a economia do recurso hídrico agrícola no Uzbequistão, estabelecer um modelo de agricultura de alta produção no Tajiquistão, desenvolver

- uma instalação agrícola e um sistema de água potável no Quirguistão.
- Documentos físicos dos Estados da Ásia Central foram coletados, traduzidos profissionalmente, registrados e digitalizados para criar um banco de dados preliminar de desastres e um histórico sobre inundações e secas na Ásia Central.
- Um mapa de risco foi desenvolvido para as inundações no Quirguistão e Tajiquistão e secas no Cazaquistão.
- Uma análise abrangente da segurança e controle das barragens e prevenção de enchentes, foi realizado usando os dados produzidos com drones de alta precisão da Represa Usoi no Lago Sarez em combinação com dados históricos sobre terremotos, geologia e hidrologia. O relatório foi preparado e apresentado ao Presidente da Tajiquistão e o Secretário Geral das Nações Unidas.
- Aproximadamente nove treinamentos técnicos de RRD, quatro treinamentos em drones e tecnologia de sensoriamento remoto, e um treinamento sobre a redação de artigos científicos.
- Mais de 10 seminários e treinamentos de capacitação internacionais, bem como um fórum de alto nível, foram organizados com sucesso. Houve mais de 7.500 participantes de mais de 40 países que compartilharam conhecimento e troca de experiências.

As fases I e II do projeto são facilmente replicáveis e foram concluídas com sucesso, devido ao apoio da CPEMAAC, XIEG, CICETE, PNUD China e outras instituições acadêmicas do Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão. A modalidade de cooperação do projeto e as atividades podem ser replicadas em outros países em desenvolvimento em projetos futuros, desde que as necessidades que o país tenha sejam relevantes e coincidam com as metas que foram pretendidas no projeto. O governo e instituições de pesquisa científica locais deve também estar dispostos a participar e fornecer apoio. Além disso, a tecnologia e as realizações deste projeto devem se aplicar às condições locais, e deve haver fundos suficientes e recurso humano para apoiar a implementação do projeto.

Contato:

Nome: Sra. Sujuan Zhang

Cargo: Líder de Equipe do Escritório Sul-Sul da China, Grupo Parceria Global

Organização: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) China

E-mail: sujuan.zhang@undp.org

NOME DO PROJETO: Redução Integrada do Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas na Ásia Central

PAÍSES/REGIÕES: China, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Uzbequistão

INDICADO POR: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) China

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 13.1, 13.3, 13.b, 17.9, 17.16, 17.17

APOIO: Instituto de Ecologia e Geografia de Sinquião da Academia Chinesa de Ciências (XIEG); Centro de Pesquisa em Ecologia e Meio Ambiente da Ásia Central (CPEMAAC)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PNUD; Centro Internacional de Intercâmbio Econômico e Técnico da China (CICETE)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3jc31u4>

Cooperação Sul-Sul para as Mudanças Climáticas na África Francófona

Prevenindo as consequências das mudanças climáticas por meio do fortalecimento da cooperação Sul-Sul na África francófona

Desafio

Ação para encarar os impactos da mudança climática é fundamental para vencer os desafios ambientais e sociais que o continente africano enfrenta, e encontrar soluções relevantes para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É difícil identificar boas práticas que possam ser reproduzidas e fomentadas na África francófona e além. As capacidades e conhecimentos são limitados nas comunidades rurais da África. Além disso, as organizações comunitárias não se engajam efetivamente nos esforços de cooperação Sul-Sul. Muitos países africanos francófonos têm contextos sociais e econômicos frágeis. Há também falta de capacidade, financiamento e acesso a tecnologias acessíveis, assim como um apoio reduzido das autoridades públicas.

Rumo a uma Solução

O objetivo da organização não governamental *Initiatives Climat* (IC) é combater as mudanças climáticas por meio da cooperação Sul-Sul na África francófona e contribuir para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por meio de:

- Verificação de boas práticas para o combate às mudanças climáticas e promovê-las em eventos internacionais e em plataformas de mídia.
- Transferência de boas práticas e tecnologias disponíveis para as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e os empreendedores verdes e sociais na África francófona.
- Envolvimento de líderes de projeto na implementação concreta de projetos para a cooperação Sul-Sul.

Tanto uma plataforma de aprendizagem quanto um banco de dados de melhores práticas foram estabelecidas para as comunidades dos municípios e para os jovens empreendedores verdes e as OSCs. Para promover a participação na plataforma, o IC organiza uma competição anual para identificar as melhores práticas e os vencedores recebem prêmios. Como resultado, a plataforma atualmente contém 230 iniciativas e se tornou uma ferramenta valiosa para aprender e compartilhar boas práticas, desenhar ideias, aprender com a experiência de outras pessoas e implementar projetos

Para promover a aquisição de novos conhecimentos e a disseminação de novas práticas (incluindo transferência de tecnologia) entre os líderes do projeto em 15 países da África francófona, o IC organizou quatro treinamentos colaborativos e dois cursos de capacitação de pesquisa e desenvolvimento sobre energia solar, carvão verde e agroecologia.

Esses treinamentos e cursos de capacitação para a transferência de tecnologia permitiram ao programa identificar as necessidades atuais dos beneficiários e responder com ações concretas na área. **Também proporcionaram a oportunidade de divulgar informações, comparar situações entre países e fornecer respostas coletivas para problemas comuns. Como resultado, os líderes de projeto podem encontrar soluções para eventuais dificuldades estudando as abordagens usadas por outros.**

Por exemplo, o Senegal compartilhou sua experiência em energia solar com a Guiné e Marrocos, e 10 países estão trabalhando para produzir carvão verde com base em protótipos projetados nos cursos e pesquisas e o modelo 'Celeiro Tradicional Melhorado' para armazenamento de sementes do Senegal já foi reproduzido em seis países.

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



© GEF Small Grant Programme

Além do banco de dados online, o IC criou várias redes comunitárias, incluindo uma rede de correspondentes de 13 países africanos que identificam boas práticas e tecnologias e analisam as necessidades locais para melhorá-las e ampliá-las. O Grupo de Carvão Verde Africano é uma rede de produtores de dez países que trocam conhecimentos sobre a produção e comercialização de carvão verde, incluindo informações sobre certificação. A rede de líderes de projeto comprometidos com a agroecologia estabeleceu um banco de sementes africano e os membros trocam regularmente conhecimento sobre práticas inovadoras. A rede de Empreendedores Verdes de 15 países africanos se reúne uma vez por ano durante o Fórum anual sobre Juventude e Empreendedorismo Verde na África Francófona para avaliar o progresso, projetar novas soluções comuns e fomentar a colaboração Sul-Sul.

Graças à plataforma da IC, foi possível identificar os líderes de projetos que estavam registrados nas bases de dados, especialmente destacados entre os vencedores do prêmio IC, que melhoraram bastante sua reputação entre as autoridades locais e dos governos, permitindo-lhes o acesso à novas parcerias.

Contato:

Nome: Sra. Meriem Houzir

Cargo: Presidente e Coordenadora do Programa de Iniciativas Climáticas da África francófona

Organização: Initiatives Climat

E-mail: houzirmeriem@gmail.com

WhatsApp: +212 622 117 038



NOME DO PROJETO: Iniciativas Climáticas na África Francófona

PAÍSES/REGIÕES: Argélia, Benin, Burquina Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Jibuti, Gabão, Guiné, Madagascar, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger, Ruanda, Senegal, Togo, Tunísia

INDICADO POR: Programa de Pequenos Subsídios do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.1, 7.1, 7.2, 13.3

APOIO: PNUD; Cooperação Suíça para o Desenvolvimento; Programa de Pequenos Subsídios do GEF; Organização Internacional da Francofonia.

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: *Initiatives Climat* (IC).

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: <http://www.initiativesclimat.org>

Incentivando a Economia Verde para o Desenvolvimento Sustentável

Criando pontes entre países e facilitando parcerias para realizar ações globais a fim de fomentar a economia verde

Desafio

As prioridades e considerações identificadas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) fornecem uma plataforma histórica para o estabelecimento de uma entidade internacional para promover a adoção ampla e progressiva da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Tal entidade poderia servir como uma plataforma para a cooperação internacional e o compartilhamento de conhecimento entre países industrializados e em desenvolvimento. Em resposta, a Organização Mundial da Economia Verde (WGEO) foi estabelecida para apoiar ações globais emergentes que visam a adoção generalizada do modelo de economia verde.

Como parceiro global para países em desenvolvimento em transição para uma economia verde, a WGEO aproveitaria o potencial da cooperação Sul-Sul e triangular para equilibrar crescimento e equidade em escala global, em complemento com o modelo tradicional de cooperação Norte-Sul.

Rumo a uma Solução

Para cumprir a ambiciosa agenda e visão de longo prazo da WGEO, o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) ajudou a mobilizar ações em torno das sete plataformas de parceria da WGEO. O papel do UNOSSC neste projeto também é mostrar a eficácia do modelo de cooperação Sul-Sul e triangular em catalisar ainda mais a adoção de abordagens de economia verde, assim como aumentar sua intensidade e dinâmicas. Trabalhando em estreita cooperação com outros parceiros, o UNOSSC ajudou a conectar os valores da WGEO às aspirações das suas diversas partes interessadas.

Em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras agências, fundos e programas das Nações Unidas, o UNOSSC apoiou a mobilização de parcerias e os esforços de alcance global da WGEO, uma vez que a maioria das partes interessadas e beneficiários da WGEO vêm do Sul global. Ao fazer isso, o UNOSSC facilitou o transferência de conhecimento e experiência com iniciativas relevantes apoiadas pelo UNOSSC, como a Feira Global de Desenvolvimento Sul-Sul anual, a Aliança de Cidades Continentais e Marítimas da Rota da Seda e o Laboratório de Ideias.

A mobilização da parceria se concentrou em envolver as partes interessadas como membros potenciais do WGEO ou como parceiros na implementação dos seus projetos. A adesão ao WGEO está aberta a:

- Governos dos Estados membros da WGEO
- Organizações internacionais, incluindo agências das Nações Unidas, fundos e programas como a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e outros
- Entidades do setor privado, instituições financeiras, organizações filantrópicas e outras entidades que atendem os altos padrões de reputação exigida pela organização
- Municípios (cidades inteligentes) e outras unidades constituintes ou subdivisões políticas de Estados Membros da WGEO ou Estados Membros potenciais, assim como associações ou outros empreendimentos cooperativos de municípios e cidades
- Instituições acadêmicas líderes, incluindo instituições de pesquisa e educação cujas atividades são relevantes para o WGEO

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



© UNOSSC

- Organizações não governamentais internacionais com experiência em vários Estados, das quais pelo menos um é Estado Membro do WGEO
- Associações ou organizações juvenis apoiadas pelas autoridades competentes dos Estados Membros da WGEO ou potenciais Estados Membros

Esforços de assistência global focados principalmente em defesa geral às iniciativas que contribuem para a adoção generalizada do modelo de economia verde, a promoção de sistemas e mecanismos nacionais para uma economia verde inclusiva e o aumento da pesquisa e compartilhamento de conhecimento no âmbito. Uma série de resultados foi produzida para criar plataformas para maior colaboração e construir as capacidades dos formuladores de políticas em todo o mundo na adoção e promoção de estratégias de economia verde nas agendas de desenvolvimento nacional.

A iniciativa produziu uma série de conquistas estratégicas, incluindo:

- O Treinamento Executivo da WGEO é uma marca reconhecida que foi criada por meio de parcerias estratégicas, incluindo a Aliança Solar Internacional, o Instituto Mundial para o Crescimento Verde (GGGI), o PNUD, a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico, a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
- Um total de 330 executivos e profissionais foram treinados, incluindo representantes de governos, organizações internacionais, o setor privado e instituições da sociedade civil de todo o mundo.
- **O diálogo político foi facilitado, levando a recomendações de políticas específicas pertencentes e compartilhadas por uma ampla gama de partes interessadas por meio de declarações conjuntas adotadas em cinco conferências ministeriais regionais sobre economia verde, publicadas por mais de 535 funcionários de 91 países em todo o mundo.**
- Uma rede de pontos focais governamentais e institucionais em economia verde foi desenvolvida e um contato regular é mantido.
- Parcerias foram facilitadas com a GGGI, UNFCCC, o Pacto Global das Nações Unidas, a Aliança Solar Internacional, as comissões econômicas e sociais das Nações Unidas, o Instituto Brasil África, a Fundação Ásia e várias outras instituições.

Uma série substancial de fóruns de troca de conhecimento e rede de contatos foram organizadas em 2019:

- Fórum Regional de Alto Nível da Ásia-Pacífico sobre Economia Verde 2019, realizado em Bangkok, Tailândia, de 10 a 12 de junho, com 95 participantes de 21 países
- Conferência Ministerial Regional da África sobre Economia Verde 2019, realizada no Cairo, Egito, de 17 a 19 de junho, com 100 participantes de 22 países
- Conferência Ministerial Regional das Américas sobre Economia Verde 2019, realizada em Fortaleza, Brasil, de 24 a 26 de junho, com mais de 80 participantes de 11 países
- Conferência Ministerial Regional sobre Economia Verde para o Oriente Médio e Norte da África de 2019, realizada em Manama, Bahrein de 2 a 4 de julho, com 130 participantes de 20 países
- Conferência Ministerial Regional sobre Economia Verde da Europa e da Comunidade de Estados Independentes 2019, realizada em Tasquente, Uzbequistão, de 8 a 10 de julho, com mais de 130 participantes de 17 países
- Conferência Ministerial Global de Alto Nível sobre Economia Verde de 2019, realizada em Dubai, Emirados Árabes Unidos em 20 e 21 de outubro como parte da Cúpula Mundial de Economia Verde 2019, com 130 participantes de nível ministerial e membros seniores de organizações internacionais das Nações Unidas.

As declarações conjuntas emitidas nas conferências regionais expressam as aspirações e intenções coletivas para o avanço da economia verde. Os resultados produzidos durante a iniciativa são baseados na propriedade e na forte demanda de países e instituições por colaboração em iniciativas climáticas e economia verde, prova de que os resultados alcançados serão sustentáveis. Esta iniciativa pode ser replicada com outros parceiros de desenvolvimento global que pretendem aproveitar o potencial da cooperação Sul-Sul e triangular em uma variedade de áreas.

Contato:

Nome: Sr. Edem Bakhshish

Posição: Diretor Global do Projeto Conjunto UNOSSC–WGEO

Organização: Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

E-mail: edem.bakhshish@worldgreeneconomy.org
unosscc-information@unosscc.org

NOME DO PROJETO: Iniciativa WGEO–UNOSSC Incentivando a Economia Verde para o Desenvolvimento Sustentável

PAÍSES/REGIÕES: Mundial

INDICADO POR: Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

OBJETIVOS(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 13.1, 13.2, 17.13, 17.16

APOIO: Organização Mundial da Economia Verde (WGEO)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNOSSC

STATUS DO PROJETO: Primeira fase concluída

PERÍODO DO PROJETO: Junho de 2018–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2FTKI3S>

Iniciativa para a Adaptação da Agricultura Africana (AAA)

Fomentando projetos concretos de gestão do solo, gestão do recurso hídrico agrícola e gestão dos riscos climáticos para ajudar os países africanos a implementar suas Contribuições Nacionalmente Determinadas perante o Acordo de Paris,

Desafio

A África é particularmente afetada pelas mudanças climáticas. Seis dos dez países mais afetados do mundo estão na África, 65 por cento da população africana já está afetada e o continente já tem mais de dez milhões de refugiados do clima. Os efeitos negativos das mudanças climáticas estão reduzindo o Produto Interno Bruto (PIB) da África em cerca de 1.4 por cento até o momento e implicam custos de adaptação de até três por cento do PIB por ano em 2030. A adaptação às mudanças climáticas é, portanto, uma questão crucial para a agricultura africana, uma vez que representa uma ameaça direta aos padrões de vida e da segurança de alimentação das populações deste continente.

O potencial de produção da África continua sendo enorme. De fato, 60 por cento das terras aráveis não utilizadas restantes do mundo estão localizadas na África. Segundo especialistas, a agricultura africana é parte da solução para garantir a segurança alimentar tanto da população do continente africano quanto da população do mundo. Empregando recursos e ferramentas adequadas, a agricultura africana seria capaz não só de se adaptar às mudanças climáticas, mas também capaz de enfrentar os diversos desafios de produtividade e de desenvolvimento sustentável.

Rumo a uma Solução

Lançada antes da Conferência das Nações Unidas chamada 'Mudança Climática (COP22)' de 2016, organizada em Marrocos, a Iniciativa AAA visa a redução da vulnerabilidade da produção agrícola às mudanças climáticas na África.

A iniciativa tem como objetivo principal colocar a Adaptação da Agricultura Africana no centro das negociações climáticas e do seu aspecto financeiro, e promover a implementação de soluções, particularmente no âmbito da Agenda Global de Ação Climática. Também visa contribuir para a segurança alimentar na África, melhorar os padrões de vida dos agricultores vulneráveis e promover o emprego nas áreas rurais através de práticas de adaptação às mudanças climáticas, capacitando os atores e canalizando os fluxos financeiros para os agricultores mais vulneráveis.

Implementada pela a Fundação de Iniciativas AAA, esta iniciativa contribui significativamente para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul. De fato, está incluído como eixo de cooperação no âmbito dos acordos assinados entre Marrocos e países africanos (Costa do Marfim, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Madagascar, Mali, Nigéria, Ruanda, Sudão do Sul, República Unida da Tanzânia e Zâmbia).

A iniciativa AAA procura aplicar os mecanismos principais da cooperação Sul-Sul e triangular no desenvolvimento sustentável e no enfrentamento dos desafios relacionados às mudanças climáticas na África por meio do desenvolvimento e da impulsão de soluções para combater as mudanças climáticas e o incentivo e fomento de tecnologias e transferências de conhecimentos. A iniciativa contribui para o fortalecimento das redes de colaboração e relações comerciais em apoio aos países do Sul e para a implementação de soluções para o desenvolvimento, contribuindo assim para a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Em 2017, a Iniciativa AAA começou a preparar Planos de Investimento em Agricultura Inteligente do Clima (CSAIPs) para países africanos, em parceria com especialistas africanos locais e parceiros internacionais como o Banco Mundial, a Parceria NDC e o Ministério Federal para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ), os fundos do grupo da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Os CSAIPs visam apoiar investimentos prioritários em sistemas agrícolas para aumentar a produtividade, adaptação e/ou mitigação de das Alterações Climáticas. Também visam identificar vulnerabilidades no conhecimento ou agilidade na sua implementação e propor ações para superar

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



© AAA Foundation



Projeto de Restauração de Corais

Reduzir o impacto das mudanças climáticas nas comunidades locais e nos setores econômicos dependentes dos recifes de coral nas Ilhas Maurício e Seicheles, realizando a restauração dos recifes de coral com corais tolerantes ao calor

Desafio

Nas últimas décadas, a mudança climática intensificou a mortalidade de corais e eventos de branqueamento, que devem aumentar ainda mais em frequência e intensidade. Nas Ilhas Maurício e Seicheles, os recifes de coral e os seus ecossistemas costeiros e marinhos tem sido ameaçados pela destruição do habitat e a fragmentação causada pelo desenvolvimento costeiro, exploração excessiva dos recursos pesqueiros, práticas de pesca destrutivas, poluição, espécies exóticas invasoras e eventos de branqueamento recorrentes, particularmente aqueles que ocorreram em 1998, 2016 e 2018.

As praias nas Maurícias encolheram até 20 metros nas últimas décadas devido ao aumento do nível do mar e ao enfraquecimento dos ecossistemas de coral. O governo indica que a perda de turismo resultante pode custar mais de US\$ 100 milhões por ano até 2060 se nenhuma ação for tomada. Em Seicheles, os ecossistemas marinhos do país foram significativamente impactados pela erosão crônica costeira produto do aumento urbano ao longo das costas, inundações costeiras regulares, destruição de habitats marinhos e costeiros, sobre pesca e outros impactos.

Rumo a uma Solução

Em resposta a esses desafios, o Instituto de Oceanografia de Maurício (MOI) estabeleceu um programa em 2008 para desenvolver técnicas para cultura de corais e reabilitação de recifes em pequena escala. A implementação bem-sucedida desta fase experimental levou o MOI e outros parceiros locais, junto com suas contrapartes de Seicheles, a ampliar o projeto para incorporar a restauração de recifes em grande escala em ambos os países.

Para reduzir o impacto adverso das mudanças climáticas nas comunidades locais e nos setores econômicos dependentes dos recifes de coral nas Ilhas Maurício e Seicheles, o projeto intitulado 'Restaurando os Serviços do Ecossistema Marinho por meio da Restauração dos Recifes de Coral para atender as Mudanças Climáticas Futuras' visa desenvolver parcerias sustentáveis com base na comunidade local que tenham uma abordagem orientada aos negócios para tratar a restauração dos recifes. Também busca estabelecer o cultivo de corais, criar instalações de viveiro e restaurar ativamente os recifes degradados. A nível regional e internacional, o projeto irá melhorar a compreensão sobre o uso da restauração de recifes de coral como uma ferramenta para adaptação às mudanças climáticas, proporcionam modelos de gestão sustentável de ecossistemas de recifes e com a capacidade de construção a longo prazo para a restauração e gestão destes habitats. O projeto aborda diretamente a meta 14.2 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, de gestão, proteção e restauração sustentável de ecossistemas marinhos e costeiros, e a meta 14.5, de conservação de pelo menos 10 por cento das áreas costeiras e marinhas.

Os governos de Maurício e Seicheles receberam uma subvenção de US\$ 10 milhões do Fundo de Adaptação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para restaurar seus ecossistemas de recifes. O novo projeto de seis anos **protegerá suas indústrias de turismo em crescimento, que respondem por mais de 30 por cento do seu produto interno bruto e empregam aproximadamente a metade da população em ambos os países. Também reduzirá os riscos que trazem a tempestades de alta intensidade e garantirá a segurança alimentar dos pescadores que dependem dos recifes para alimentar suas famílias.**

Nas Maurícias, os objetivos do projeto são desenvolver uma parceria sustentável e uma abordagem baseada na comunidade para a restauração de recifes, estabelecer cultivo de corais e instalações de viveiro e restaurar ativamente recifes degradados. Em Seicheles, o projeto visa desenvolver uma parceria sustentável e uma abordagem de negócios para restauração de recifes, estabelecer cultivo de corais e viveiros, restaurar ativamente recifes degradados, melhorar a compreensão e gestão do conhecimento sobre o processo de restauração de recifes de corais para se adaptar às mudanças climáticas, compartilhar experiências aprendidas na restauração sustentável de recifes de corais a nível regional e internacional e fornecer treinamento, aumentando assim a capacidade a longo prazo de restauração sustentável dos recifes de corais.

O projeto também oferece uma oportunidade de intercâmbio Sul-Sul entre os dois países. Isso incluirá a transferência de conhecimen-

tos sobre técnicas de cultura de corais. O MOI irá conduzir pesquisas de seleção de local, sistema de mapeamento de informação geográfica, análises de água e identificarão a genética de corais resistentes ao calor para seus parceiros em Seicheles. Em troca, especialistas em Seicheles irão treinar seus colegas mauricianos em técnicas de micro fragmentação e reprodução sexuada de corais. Por fim, será realizado um estudo de conexão genética entre os dois países. Um Manual de Instruções de Restauração também será publicado no final do projeto, que pode ser usado como um manual de boas práticas para reproduzir o projeto na região do Oceano Índico Ocidental.

Contato:

Nome: Dra. Ruby Moothien Pillay

Cargo: Diretora

Organização: Instituto de Oceanografia de Maurício

E-mail: rubykm@moi.intnet.mu



NOME DO PROJETO: Projeto de Restauração de Corais

PAÍSES/REGIÕES: República das Maurícias, República das Seicheles.

INDICADO POR: Governo da República das Maurícias.

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 14.2, 14.5, 14.7, 14-a

APOIO: Conselho do Fundo de Adaptação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: República de Maurício: Ministério da Economia Azul, Recursos Marinhos, Pesca e Navegação; Centro de Pesquisa da Indústria de Pesca Albion; Instituto de Oceanografia da República das Maurícias.

República das Seicheles: Ministério do Meio Ambiente, Energia e Mudanças Climáticas - Autoridade de Parques Nacionais; Sociedade de Conservação Marinha das Ilhas Seicheles; Natureza das Seicheles.

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2020–2025

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2YE54iF>



Programa Ecofish

Acelerar o crescimento econômico através do fomento de indústrias sustentáveis de pesca na África Oriental e Meridional e no Oceano Índico

Desafio

Os recursos da pesca continental e marítima da região da África Oriental e Austral e do Oceano Índico (ESA-IO) representam uma riqueza natural de aproximadamente €50 bilhões e podem facilmente gerar uma receita bruta anual de aproximadamente €5 bilhões. No entanto, o desafio de compartilhar zonas econômicas exclusivas e lagos tem causado disputas e conduzido a uma gestão insustentável das reservas pesqueiras, exacerbando as desigualdades e incentivando práticas corruptas. A produtividade dos lagos e lagoas no interior dos países é prejudicada pela pesca excessiva, práticas de pesca antiéticas e degradação ambiental, que é agravada por poluentes terrestres e mudanças climáticas.

Num esforço para combater a pesca ilegal, não registrada e não regulada (IUU) na região e encarar a insustentabilidade da pesca selvagem, o Programa Ecofish foi adotado pelos cinco Estados Membros da Comissão do Oceano Índico (COI) e três países da ESA (Quênia, Moçambique e a República Unida da Tanzânia).

Rumo a uma Solução

Lançado em julho de 2019, o Programa Ecofish é um empreendimento multifacetado financiado pelo Décimo Primeiro Fundo Europeu de Desenvolvimento. Esta iniciativa transregional, que irá receber €28 milhões ao longo de cinco anos, visa demonstrar o valor acrescentado da cooperação regional na obtenção de uma pesca sustentável, com visando abordar às perdas pós-colheita, maximizar os benefícios econômicos e ecológicos e combater as práticas IUU.

O Programa é gerido conjuntamente pela Delegação da União Europeia (UE) na República de Maurício e pelo Secretariado do COI, em parceria com a Organização Regional Devidamente Mandatada, órgãos regionais de pesca e vários parceiros de desenvolvimento. Os beneficiários finais do Programa são os 22 países do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico que estão localizados na região. O Ecofish baseia-se nas realizações, lições aprendidas e melhores práticas do Programa *SmartFish*, financiado pelo Décimo Fundo Europeu de Desenvolvimento, e a colaboração contínua com outras iniciativas simultâneas para melhorar a gestão sustentável da pesca continental e marítima da região. O objetivo do Programa é aumentar a eficiência econômica, a equidade social e a integridade ambiental.

O Programa Ecofish compreende cinco planos de trabalho que são estabelecidos direta ou indiretamente pelos parceiros regionais de implementação da Delegação da União Europeia (UE) na República de Maurício. As pescarias no Lago Vitória e no Lago Tanganica constituem os dois planos de trabalho de pesca compartilhados no interior. O Secretariado do COI é responsável pela implementação do plano de trabalho de pesca marinha ESA-IO e também sedia o Centro de Integração e Gestão do Programa.

Ecofish está prestes a efetuar uma mudança significativa no panorama pesqueiro regional ao abordar as causas e problemas da sobre pesca e práticas de pesca insustentáveis, bem como a degradação dos ecossistemas pesqueiros, por meio da operacionalização de políticas apropriadas, quadros institucionais e de governança em vários níveis. Atenção especial é dedicada à aplicação e cumprimento, monitoramento, controle e vigilância para combater a pesca IUU e crimes relacionados à pesca que intensificam as desigualdades entre as comunidades mais pobres.



O Programa solicitou propostas para patrocinar projetos modelo que demonstrem cadeias de valor sustentáveis, inclusivas e climáticas inteligentes para peixes, nas comunidades locais de toda a região, com vista a promover a reabilitação e modernização sustentável e inclusiva da pesca em pequena escala como o motor para crescimento.

Na indústria pesqueira selvagem da região ESA–IO, a indústria pesqueira em pequena escala representa 100 por cento da pesca continental e 90 por cento da pesca marítima. Estas são predominantemente mal regulamentadas, de acesso aberto e se enquadram na economia informal. Os dez por cento restantes da pesca marítima constituem o segmento industrial, que é relativamente bem administrado, dada a conexão direta com a lucratividade das empresas multinacionais. Quando bem administrados, esses recursos pesqueiros podem contribuir para melhorar os meios de subsistência, o bem-estar e a diversidade culturais das comunidades locais e populações maiores.

O Programa estabeleceu uma Arquitetura de Governança Integrada para envolver todos as principais partes interessadas aos níveis local, nacional e regional em uma abordagem macro a micro e micro a macro para a resolução de problemas

Uma plataforma proativa de coordenação regional foi desenvolvida para aumentar as sinergias e parcerias entre doadores, agências de desenvolvimento e outras partes interessadas importantes na pesca marinha e nos setores ambientais relacionados. O Programa também está lançando a Conta para o Satélite da indústria pesqueira da Econo-

mia Azul, da campanha de fomento à conscientização digital para o setor de economia nacional e contribuição econômica real.

Embora existam várias políticas e estratégias de pesca na região ESA–IO, falta competência para implementá-las eficazmente. A brecha entre a declaração de normas e sua aplicação deve-se às assimetrias da informação, às estruturas fracas de governança, à falta de serviços sociais básicos nas comunidades pesqueiras e à ausência de infraestrutura pesqueira e logística de mercado.

A região deve garantir que os compromissos sejam apoiados pela ação. Deve reverter essa tendência, promovendo uma economia política apropriada para dissociar o crescimento econômico e a prosperidade compartilhada da exploração dos recursos pesqueiros e da degradação dos habitats naturais em meio aos riscos climáticos.

Este Programa pode ser reproduzido tanto para a pesca sustentável continental quanto a marítima, onde a cooperação entre países vizinhos é essencial.

Contato:

Nome: Dr. Soobaschand Sweenarain

Cargo: Líder de Equipe / Coordenador Técnico

Organização: Programa Ecofish, Décimo Primeiro Fundo

Europeu de Desenvolvimento

E-mail: sweenmru@gmail.com

Skype: sween2609

NOME DO PROJETO: Programa Ecofish

PAÍSES/REGIÕES: África Oriental e Austral; Oceano Índico: Madagáscar, Maurícias, Moçambique, República de Seicheles, Somália

INDICADO POR: Governo da República das Maurícias

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.b, 2.1, 5-a, 8-b, 14.7

APOIO: União Europeia, Décimo primeiro Fundo Europeu para Iniciativas Transregionais de Desenvolvimento

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Comissão do Oceano Índico

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2024

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2YCehYJ> (em francês)



Assistência Técnica para o ‘Curso Internacional de Aquicultura Sustentável sobre Moluscos e Macroalgas na África’

Unindo três continentes e três oceanos

Desafio

O desenvolvimento sustentável da aquicultura pode ser uma alternativa real para a produção de alimentos e um substituto parcial para os produtos derivados exclusivamente da pesca. No longo prazo, isso levará a uma pesca mais sustentável.

As costas de Moçambique e de Angola são bem adequadas para o desenvolvimento de projetos de aquicultura para moluscos e macroalgas, assim como para peixes. Além de constituir uma fonte alternativa de alimentação para consumo local e gerar renda de exportação, a cultura de moluscos e o cultivo de algas marinhas também constituem uma excelente oportunidade para criar empregos e limitar a exploração dos recursos pesqueiros, o que contribui para a sua sustentabilidade.

Dadas as características costeiras, os mercados existentes e os objetivos de exportação de Moçambique e Angola, bem como os valores dos produtos e subprodutos, o desenvolvimento da aquicultura marinha ocorrerá principalmente através do cultivo de moluscos e macroalgas. O cultivo em grande escala de peixes de marinhos será praticado no futuro.

Moçambique e Angola procuram assim soluções técnicas para desenvolver a aquicultura e diversificar as espécies cultivadas e os sistemas de produção adotados.

Rumo a uma Solução

Este projeto resultou de uma missão científica no final de 2016, durante a qual representantes da Universidade Católica do Norte do Chile viajaram a Moçambique para uma semana de treinamento de campo no Instituto Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro e Aquícola. A iniciativa surgiu também de discussões com autoridades moçambicanas durante a visita ao Chile em abril de 2016, na qual foram identificadas áreas de cooperação setorial entre Santiago e Maputo. Naquele momento, a aquicultura foi priorizada.

No dia 19 de maio de 2016, a Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID) e o Instituto Camões para a Cooperação e Língua de Portugal assinaram um memorando de entendimento para o desenvolvimento de projetos de cooperação triangular. Portugal prestou suporte técnico, por meio da disponibilização de dois capacitadores, para ministrar um módulo intensivo de aquicultura chamado ‘Curso Internacional de Aquicultura Sustentável em Moluscos e Macroalgas em África’, que foi oferecido a funcionários dos Ministérios das Pescas de Moçambique e Angola, bem como outros especialistas. Foi realizado na Universidade Católica do Norte, em Coquimbo, Chile.

O curso internacional centrou-se na promoção da aquicultura sustentável em África como uma alternativa real para a produção alimentar e uma oportunidade para criar empregos e limitar a exploração dos recursos pesqueiros. O objetivo do curso foi capacitar profissionais e técnicos no cultivo de moluscos e macroalgas em todas as etapas, a fim de aprimorar o planejamento, a execução e a implantação de novos projetos governamentais ou comunitários nesse sentido.

O Chile sediou o curso na Universidade Católica do Norte para jovens aprendizes de Moçambique e Angola. O

14 VIDA NA ÁGUA



© Maurício Namora e Márcia Santos

AGCID apoiou financeiramente e o Instituto Camões disponibilizou os dois capacitadores para ministrar o treinamento. Os formadores portugueses foram selecionados a partir do setor privado, em colaboração com o Ministério do Mar de Portugal. Puderam partilhar a sua experiência no setor da aquicultura e estreitar os laços técnicos e científicos com Angola, Chile e Moçambique.

No âmbito deste projeto, a cooperação triangular permitiu uma parceria mais ampla com outros agentes de desenvolvimento, como o setor privado português, possibilitando o compartilhamento de conhecimentos com funcionários públicos de Angola e Moçambique forjando parcerias que vão além da troca Norte-Sul tradicional.

Os treinamentos fornecidos tiveram efeito multiplicador nos países beneficiários, **criou sinergias entre instituições, setores acadêmicos e agências de cooperação. O projeto ajudou a compartilhar experiências e permitiu a aprendizagem mútua, com benefícios significantes para todos envolvidas** gerando confiança entre as partes, que é importante no estabelecimento de novas parcerias.

O projeto foi adaptado ao contexto e aos participantes, sendo que Angola, Moçambique e Portugal compartilham a mesma língua e outros aspetos culturais.

Este projeto aprimorou o senso de propriedade e liderança pelos países parceiros, que se beneficiaram de uma distribuição efetiva das responsabilidades. Reuniu especialistas de três continentes e do setor privado para compartilhar seus conhecimentos únicos. O curso também empregou uma abordagem específica ao contexto, adaptando as intervenções às necessidades específicas do país, sempre que possível, em um esforço para adaptar as capacidades técnicas europeias e sul-americanas aos contextos africanos.

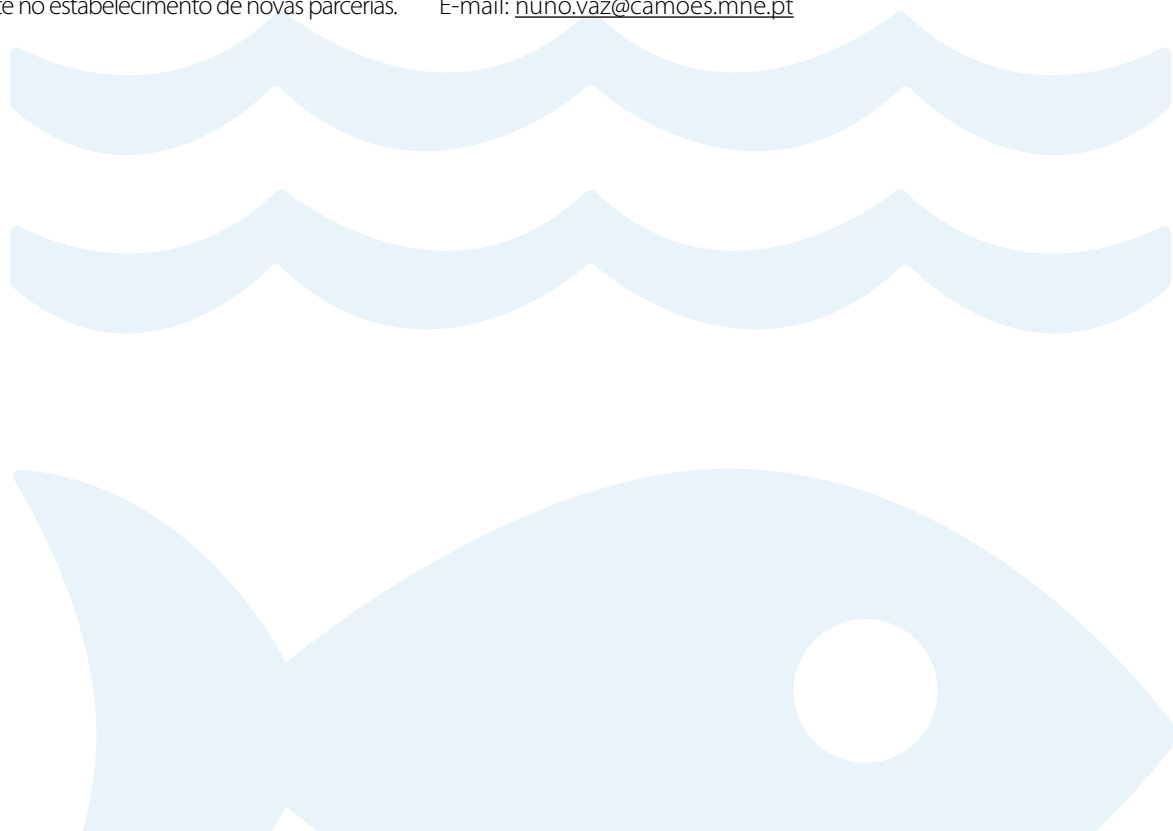
Contato:

Nome: Sr. Nuno Vaz

Cargo: Especialista em Cooperação para o Desenvolvimento

Organização: Camões - Instituto para a Cooperação e Linguagem do Ministério das Relações Exteriores de Portugal

E-mail: nuno.vaz@camoes.mne.pt



NOME DO PROJETO: Assistência Técnica ao 'Curso Internacional de Aquicultura Sustentável em Moluscos e Macroalgas na África'

PAÍSES/REGIÕES: Angola, Chile, Moçambique, Portugal

INDICADO POR: Chile

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1-b, 12-a, 13.3, 14.7, 14-a, 15.5, 17.6, 17.9

APOIO: Universidade Católica do Norte (Chile); Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Camões - Instituto de Cooperação e Linguagem (Agência de Desenvolvimento, Ministério das Relações Exteriores, Portugal)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Universidade Católica do Norte

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 16–26 de outubro de 2017

SITE DO PROJETO: Não disponível

Biodiversidade Integrada e Conservação Ambiental para o Uso Sustentável de Ecossistemas Terrestres na Ásia e África

Mobilizando recursos no âmbito geral com uma abordagem horizontal inovadora para a conservação global da flora e da fauna

Desafio

Dado as ameaças representadas pelas mudanças climáticas, a conservação eficaz da biodiversidade é essencial para vidas e meios de subsistência sustentáveis. É necessária uma abordagem integrada que envolva as comunidades locais na gestão das áreas protegidas. No entanto, os países em desenvolvimento enfrentam desafios significativos na integração de atores locais. As partes interessadas em todos os níveis devem mobilizar recursos para o manejo florestal sustentável. O valor dos ecossistemas e da biodiversidade deve ser considerado no planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento e nas estratégias de redução da pobreza. Os esforços isolados em uma área protegida podem não ser eficazes.

O conhecimento e as experiências adquiridas no uso sustentável da água doce terrestre e interior ecossistemas na Malásia e em outras partes do mundo podem ajudar outros a empreender esforços integrados para proteger a biodiversidade.

Rumo a uma Solução

A abordagem para a biodiversidade integrada e a conservação do ecossistema empregada pelo governo estadual de Sabá na Malásia incorpora estratégia, proteção, educação, ecoturismo e pesquisa acadêmica de todas as fontes no âmbito geral. Centra-se na gestão sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, bem como na conservação de ecossistemas montanhosos, habitats naturais e espécies ameaçadas. A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) ajudou a desenvolver esse processo holístico de 2002 a 2017, como parte de um projeto de cooperação técnica. As experiências adquiridas foram compartilhadas com 17 países em desenvolvimento da Ásia, África e Pacífico por meio do Programa de Treinamento de Terceiros Países (PTTP), uma parceria estratégica entre o Programa de Cooperação Técnica da Malásia e a JICA. O PTTP em Sabá começou em 2009 e o terceiro ciclo foi concluído em 2019. O projeto abordou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 sobre pobreza, o Objetivo 13 sobre ação climática e o Objetivo 15 sobre a vida na terra.

O PTTP visa **fornecer aos participantes conhecimentos e capacidades em gestão, planejamento, monitoramento e avaliação da conservação, com ênfase na implementação com foco na comunidade.** Também visava o envolvimento de agências de implementação e comunidades locais para entender melhor as alternativas de subsistência no contexto de conservação. O PTTP facilitou a interação e promoveu uma rede horizontal para funcionários do governo e gestão de parques nacionais que trabalham na conservação da biodiversidade em países em desenvolvimento da Ásia e da África.

Botsuana, Cambodja, Quênia, Mianmar, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia, Uganda e Vietnã foram selecionados como países-alvo. Tendo participado de programas relevantes da JICA em todo o mundo, eles teriam mais oportunidades de adaptar o PTTP em seus países de origem. O PTTP avançado pode ser estendido a grupos mais extensos em oportunidades futuras.

A metodologia principal do programa é a responsabilidade da gestão do ciclo do projeto (GCP) pela entidade implementadora. Nesse caso, a entidade é o Instituto de Biologia Tropical e Conservação da Universidade Sabá, Malásia (ITBC-UMS), os seus membros aplicam a GCP para alinhar os diversos módulos do curso. Treinamentos intensivos são oferecidos para capacitação e troca de conhecimentos e experiências na elaboração de um projeto eficaz de conservação da biodiversidade e do ecossistema. A GCP emprega o método participativo inte-



© JICA

grando múltiplas partes interessadas na identificação de problemas. As lições aprendidas são compiladas no plano de ação para garantir que possam ser reproduzidas.

Para enriquecer sua experiência e auxiliar no desenvolvimento de um plano de ação, os participantes do PTTP avaliaram vários exemplos de projetos de conservação em Sabá. Além de palestras formais em sala de aula e outros treinamentos internos e apresentações, o PTTP envolveu extensas visitas de campo a áreas protegidas ao redor de Sabá, interagindo com comunidades locais que vivem dentro e ao redor das áreas protegidas e debatendo com gestores de conservação e outros profissionais do setor. Com esta abordagem horizontal, os participantes adquiriram um conhecimento valioso ao interagir com colegas, que eram principalmente funcionários públicos diretamente envolvidos nas políticas de recursos naturais.

Além disso, o ITBC-UMS proporcionou acompanhamento aos ex-alunos do terceiro ciclo do PTTP usando as mídias sociais para coletar informações sobre seu progresso na reprodução do programa.

Em Uganda, três ex-alunos desenvolveram um plano de ação chamado 'Construindo Comunidades Resilientes, Ecossistemas de Zonas Úmidas e Bacias Úmidas Associadas em Uganda'. O projeto de cinco anos foi implementado em 2018 e financiado sobretudo pelo Fundo Verde para o Clima. Os alunos também se envolveram em um projeto nacional de restauração de áreas úmidas.

Enquanto isso, nas Filipinas, um ex-aluno completou um curso em tecnologia e agricultura verde em 2018. A sua proposta de projeto foi considerada para financiamento com início previsto para 2020.

A pontos fortes desse programa estão na mobilização de recursos valiosos provindo de todas as fontes possíveis em todos os níveis com foco no apoio à gestão sustentável das áreas protegidas. Incentivou a colaboração e o envolvimento de vários departamentos e agências governamentais e de organizações não governamentais sediadas de Sabá, a fim de desenvolver práticas e técnicas relevantes nos módulos de treinamento.

A maior parte dos ex-alunos expressou grande interesse em pesquisa e educação, gestão de parques, de habitat, conscientização pública e integração. Eles aplicaram essas práticas a atividades em seus países de origem, o que demonstra que o programa é eficaz e pode ser reproduzido e adaptado.

Contato:

Nome: Sr. Nakazawa Shigeki

Cargo: Consultor de Planos de Projeto

Organização: Escritório Regional da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) da Malásia

E-mail: nakazawa.shigeki2@jica.go.jp

NOME DO PROJETO: Programa de Treinamento de Terceiro País: Biodiversidade Integrada e Conservação de Ecossistemas

PAÍSES/REGIÕES: Botsuana, Cambodja, Japão, Quênia, Malásia, Mianmar, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia, Uganda, Vietnã

INDICADO POR: Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.2, 1.5, 13.1, 13.3, 13-b, 15.1, 15.2, 15.4, 15.5, 15.7, 15.9, 15-b, 15-c

APOIO: JICA, Programa de Cooperação Técnica da Malásia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Instituto de Biologia Tropical e Conservação da Universidade da Malásia em Sabá

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2019

SITE DO PROJETO: sites.google.com/site/tctpsabah/home

Iniciativa de Sustentabilidade, Estabilidade e Segurança (3S)

Para melhorar a estabilidade e reduzir a migração irregular, promovendo a gestão sustentável da terra e proporcionando oportunidades econômicas nas áreas rurais

Desafio

A África promete ser a próxima potência mundial emergente. A população é jovem, os recursos naturais são abundantes e muitos países africanos estão prontos para elevar sua economia tirando milhões da pobreza e colocando-os na classe média. Ao mesmo tempo, a mudança climática causa secas generalizadas e desertificação; aproximadamente 74 por cento dos africanos viverão em terras áridas até 2030. A perda de empregos na agricultura e silvicultura contribui para a crise de desemprego. A maioria dos africanos com menos de 30 anos já está desempregada, e esse número dobrará até 2050, chegando a 850 milhões. Sem emprego e renda, projeta-se que 40 por cento decidirão migrar para outros países e continentes. Jovens vulneráveis sem os recursos para se mudarem de país em busca de um futuro melhor ficarão sujeitos a viver em terras degradadas ou correr riscos de se envolverem em atividades extremistas e de terrorismo.

Rumo a uma Solução

A Iniciativa de Sustentabilidade, Estabilidade e Segurança (3S) foi lançada pelos governos de Marrocos e Senegal na 22ª Sessão da Conferência das Partes (COP22) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) em 2016. O mesmo ano, foi endossado pelos Chefes de Estado e de Governo na primeira Cúpula de Ação Africana em Marrocos para promover a resiliência climática e gerar empregos para jovens de áreas rurais. Através da cooperação Sul-Sul, o Marrocos troca conhecimentos, capacidades, experiências e recursos. O país contribui com a Iniciativa 3S para gerar empregos para jovens, mulheres e migrantes, restaurando terras degradadas. Para enfrentar esta ameaça tripla, vários países aderiram à Iniciativa. Estes incluem: Benin, Burkina Faso, República Centro-Africana, Chade, Gâmbia, Gana, Mali, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Sudão, Zâmbia e Zimbábue.

Com cinco anos de implementação, a **Iniciativa visa destinar os recursos financeiros necessários na restauração de 10 milhões de hectares de terras degradadas, principalmente na região do Sahel, na África Subsaariana, por meio de investimentos, reformas de políticas e inovação técnica e financeira. Atingir essa meta terá um impacto econômico, pois ajudará a sustentar e criar 2 milhões de empregos terrestres.** Isso inclui empregos em risco de desaparecer devido às mudanças climáticas, como também novos empregos que serão criados devido à reversão da degradação do solo. O resultado final da Iniciativa será a redução da migração, já que as pessoas optaram por permanecer em suas terras ao invés de se mudar por razões econômicas ou de serem sujeitos aos grupos radicalizados.

Para alcançar os objetivos, a Iniciativa projeta fornecer investimento rural vital na restauração de terras e gestão sustentável das áreas mais vulneráveis e das comunidades em estado de desertificação e seca. Em segundo lugar, abordará as mudanças de políticas econômicas necessárias, incluindo a formulação de políticas e medidas para reforçar os direitos de acesso a terras, no uso temporário e na posse permanente da terras em áreas rurais e precárias, focando em grupos vulneráveis, como mulheres, povos indígenas e jovens. Também devem ser criadas políticas para facilitar o investimento privado na agricultura e silvicultura. Finalmente, promoverá soluções técnicas e financeiras inovadoras. Na restauração de terras, novas tecnologias de custo-benefício viabilizam o sequestro de carbono, proteção da biodiversidade, uso de quebra-ventos e gestão dos recursos hídricos. Essas inovações são empregadas em projetos piloto e ampliadas quando comprovadas eficazes, contribuindo assim para a sua comercialização e aceitação de mercado por investidores na agricultura e silvicultura na África.

A iniciativa envolve vários parceiros na implementação, no contexto do local e dos tipos de atividades de cada projeto. Os contribuintes financeiros incluem contribuidores públicos, como o Governo da Turquia por meio da Iniciativa de Ancara e a Direção-Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério de Relações Exteriores e Cooperação Internacional da Itália. Os investidores privados e crediários comerciais também contribuem para a Iniciativa. Os parceiros de implementação incluem governos africanos (ministérios do ambiente), autoridades regionais e locais, agências bilaterais, organizações não governamentais, instituições multilaterais e empresas privadas. A Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação está coordenando as atividades do Secretariado, incluindo a mobilização de recursos, comunicação e reuniões do Comitê Diretor. No nível nacional, a Iniciativa será implementada pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). A Iniciativa 3S adota uma abordagem programática e emprega uma metodologia temática para as mudanças



climáticas e a degradação do solo, bem como um foco geográfico para ajudar a harmonizar políticas e intervenções em toda a África. Ele apoia um conjunto de projetos ligados no âmbito comum, possibilitando a aprovação de projetos individuais ligados a missão principal que contribui para alcançar os objetivos mutuamente acordados.

A Iniciativa também garante a adoção das práticas nos países respectivos, visto que os projetos estão alinhados com as estratégias de desenvolvimento nacional. Além disso, a identificação e o desenvolvimento de projetos envolvem a população local em áreas rurais, e podem ser implementadas com as abordagens de desenvolvimento dirigidas pelas suas próprias comunidades.

A estrutura de gestão envolve uma parceria de desenvolvimento entre todas as partes interessadas, o que exige compromisso a longo prazo, com expectativas definidas e responsabilidades compartilhadas para garantir o seu sucesso. A prática de envolver parcerias valoriza os pontos fortes particulares de todas as partes pois se baseia na cooperação aberta, responsável e transparente.

A iniciativa emprega uma abordagem orientada pela procura. No nível estratégico, cada país africano elabora uma estratégia nacional ou regional na implementação do projeto, a fim de definir as prioridades programáticas com todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil e o setor privado. Essas estratégias nacionais serão integradas às estratégias de assistência do banco de desenvolvimento multilateral anfitrião. Isto garante que as intervenções de escala expansiva sejam viabilizadas, avaliadas e implementadas rapidamente, em coordenação direta com as autoridades nacionais, regionais e locais dos países beneficiários. Por exemplo, a Organização Internacional para a Migração (OIM), como parceiro técnico, lançou um projeto de estabilização da comunidade no Níger para apoiar o Governo e a sociedade civil na integração de migrantes e na criação de empregos relacionados com a restauração de terras degradadas e sua base produtiva. O projeto utiliza uma abordagem inclusiva para envolver todos os membros da comunidade, e os participantes são selecionados por um comitê designado de líderes locais. A equipe da OIM no Níger oferece treinamento e ajuda os participantes a determinar como fazer uso total dos lotes de terra fornecidos e escolher as plantas adequadas para o cultivo.

Na fase atual, a Iniciativa está desenvolvendo seu mecanismo financeiro no FIDA. Prevê-se que os projetos no terreno sejam financiados a partir de 2021. Para o governo marroquino, a Iniciativa 3S serve como um exemplo importante do papel da cooperação triangular na mobilização de recursos. As atividades de cooperação Sul-Sul no campo da gestão sustentável da terra, restauração da terra e adaptação às mudanças climáticas serão adotadas nos países 3S assim que a Iniciativa for implementada pelo FIDA. Institucionalmente, a Iniciativa 3S está vinculada ao próximo Programa de Resiliência Rural do FIDA

e apoiada por meio de acordos de fundos fiduciários com aprovação do Conselho Executivo do FIDA em setembro de 2020. O programa no âmbito geral, consolida principalmente as mudanças climáticas e os fundos ambientais para aumentar a resiliência dos produtores de pequena escala, trabalhando em conjunto com as estratégias de programas nacionais do FIDA e empréstimos e doações. O Programa de Resiliência Rural canalizará financiamento climático e ambiental para pequenos agricultores, incorporando a Iniciativa 3S e o sucessor da iniciativa referência do FIDA, Programa de Adaptação para Agricultura de Pequenos Produtores.

A entrega de projetos individuais apoiados pela Iniciativa 3S seguirá as políticas e procedimentos operacionais do FIDA e passará pela rede do FIDA de escritórios regionais e nacionais no continente africano. O FIDA pode recorrer a parceiros de implementação com experiência temática comprovada na região, como a Agência de Desenvolvimento da União Africana. Para projetar e implementar programas, as instituições multilaterais envolverão ministérios relevantes dos países, empresas privadas, academias e a sociedade civil, incluindo jovens, mulheres de comunidades rurais, garantindo assim uma sólida apropriação das políticas de desenvolvimento econômico e programas de investimento nos níveis local, nacional e regional.

O FIDA usará uma estrutura de medição de resultados unificada para avaliar a Iniciativa 3S na África. Para cada objetivo da Iniciativa 3S, a estrutura fornecerá um indicador mensurável que terá uma linha base estabelecida no início de um projeto individual, um valor alvo previsto após a conclusão de um projeto e um valor atual medindo os resultados reais do objetivo alvo. Os indicadores desta estrutura de resultados serão incluídos na medição do progresso e no relatório de impacto do FIDA sobre os resultados gerais relacionados ao Programa de Resiliência Rural.

A sustentabilidade desta iniciativa foi demonstrada por compromissos sérios das autoridades do governo dos países participantes na implementação dos projetos. A Iniciativa está estreitamente alinhada com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo o ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico, o ODS 13 sobre ação climática, o ODS 15 sobre a vida na terra e o ODS 17 sobre parcerias.

Contato:

Nome: Sra. Barbara Bendandi

Cargo: Oficial do Programa, Coordenador da Secretaria da Iniciativa de Sustentabilidade, Estabilidade e Segurança (S3)

Organização: Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD)

Email: bbendandi@unccd.int

Skype: bar.ben

NOME DO PROJETO: Iniciativa de Sustentabilidade, Estabilidade e Segurança (3S)

PAÍSES/REGIÕES: Benin, Burkina Faso, República Centro-Africana, Chade, Gâmbia, Gana, Mali, Marrocos, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Zâmbia, Zimbábue (atuais Estados-Membros). A iniciativa está aberta a todos os países africanos reconhecidos pelas Nações Unidas.

INDICADO POR: Governo de Marrocos

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 8.5, 8.6, 12.4, 13.1, 15.1, 15.2, 15.3, 17.1, 17.6

APOIO: Itália, Marrocos, Senegal, Turquia, União Europeia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, fundo fiduciário de vários doadores reservado no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

STATUS DO PROJETO: Em implementação

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2021

SITE DO PROJETO: youtube/_9oyrvXgpFg

Redução Eficiente da Pobreza por Meio da Gestão de Recursos Naturais

Enfatizando a importância do capital natural e dos serviços ecossistêmicos para aumentar a produtividade agrícola e reduzir a fome e a pobreza

Desafio

A África Subsaariana está passando por degradação ambiental causada por práticas agrícolas insustentáveis. Um exemplo são as terras altas acima de Nairóbi, que abrigam mais de 100.000 pequenos agricultores que dependem do rio para irrigação. Desde a década de 1970, as atividades agrícolas ao longo do curso superior do rio Tana aumentaram a abstração e o assoreamento, o que impacta as comunidades e os ecossistemas a jusante e reduziu o abastecimento de água a Nairóbi. Outro exemplo é a sub-região de Karamoja, em Uganda, que é significativamente afetada por períodos imprevisíveis de seca e níveis crescentes de degradação ambiental. Fatores adicionais que impactam a produtividade agrícola incluem acesso limitado aos mercados e políticas insuficientes na gestão dos recursos naturais. Como resultado, a insegurança alimentar crônica e a pobreza afetam a maioria da população em Karamoja, especialmente as mulheres. Num esforço para reverter esses desafios, o programa 'Sistemas Alimentares Resilientes' baseia-se em abordagens bem-sucedidas para ampliar a gestão integrada de recursos naturais e a gestão sustentável da terra (GST).

Rumo a uma Solução

O programa com duração de cinco anos, 'Sistemas Alimentares Resilientes', liderado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), visa promover a sustentabilidade e a garantia da segurança alimentar em 12 países da África Subsaariana. Promove uma abordagem holística para aumentar a produtividade agrícola e restaurar terras degradadas em agricultura familiar. Com base nos investimentos anteriores bem-sucedidos do FIDA, incluindo o projeto 'Gestão de Recursos Naturais do Tana Superior' no Quênia, o projeto 'Fundo Hídrico do Tana Superior e Nairóbi' (FHTSN) estabeleceu o primeiro fundo hídrico da África. Através de sua extensa rede, a FHTSN está apoiando pequenos agricultores na coleta de água pluvial, irrigação por gotejamento e práticas agrícolas inteligentes com relação ao clima. Outro projeto do programa 'Sistemas Alimentares Resilientes', 'Fomentando Sustentabilidade e Resiliência para Segurança Alimentar na Sub-região de Karamoja' (FSRSA) em Uganda, visa aplicar práticas bem-sucedidas que ainda precisam ser promovidas na área, incluindo coleta de água pluvial e técnicas de reabilitação de pastagens. FSRSA também promove fontes alternativas de sustento nas cadeias de valor existentes.

Com a participação de vários delegados do governo, o projeto FSRSA em Uganda empreendeu um intercâmbio entre países que se concentrou nas tecnologias e práticas de GST e agricultura inteligente para o clima atualmente sendo implementadas pelo projeto FHTSN financiado pelo FIDA no Quênia. Essas práticas foram compartilhadas com a equipe da FSRSA para melhorar a segurança alimentar e apoiar as técnicas de conservação de bacias hidrográficas. A equipe do projeto também aprendeu sobre os benefícios de melhorar as práticas em fazendas para pesca comercial e coleta de água da chuva para irrigação. O intercâmbio permitiu que os participantes adquirissem conhecimento para abordar questões na sub-região e apoiar o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 sobre a fome, Objetivo 6 sobre água potável, Objetivo 13 sobre ação climática e Objetivo 15 sobre vida na terra.

Dadas as semelhanças nas áreas de intervenção, a equipe de 'Sistemas Alimentares Resilientes' em Uganda segue reunido com a FHTSN para uma visita educacional. A cooperação Sul-Sul foi realizada para compartilhar conhecimentos e melhores práticas no uso de GST para mitigar os obstáculos à segurança alimentar e as pressões associadas à degradação ambiental.

Como é o objetivo de qualquer cooperação Sul-Sul, o intercâmbio entre as delegações do Quênia e Uganda



© IFAD

foi mutuamente benéfico. A delegação de Uganda foi composta por representantes do Ministério da Agricultura, Indústria Animal e Pesca; o Ministério de Águas e Meio Ambiente; e outros parceiros dos níveis nacional e distrital. Eles foram expostos a uma série de práticas e técnicas inovadoras, enquanto a equipe anfitriã do projeto FHTSN se beneficiou da experiência da delegação na promoção do aumento da organização social entre os agricultores. Visto que os agricultores no Quênia costumam trabalhar sozinhos, o que exige muito esforço físico e é mais caro, a delegação de Uganda discutiu a importância de trabalhar como uma comunidade e incentivou o desenvolvimento de um esquema de rotação entre os pequenos agricultores. A delegação do Quênia também identificou uma oportunidade de capacitação para grupos de jovens do projeto FSRSA aprenderem com os envolvidos no projeto FHTSN, que têm sido fundamentais na construção de reservatórios de água. Esses pequenos reservatórios, com cerca de um a três metros de profundidade, geralmente provindo de córregos de riachos e cavados em áreas cercadas por margens elevadas e compactadas. Eles são construídos para coletar e armazenar a água de escoamento de encostas, estradas, áreas rochosas e pastagens abertas.

A troca destacou uma série de inovações, especialmente aquelas relacionadas à proteção de bacias hidrográficas e realocação de atividades econômicas para longe das margens dos rios. Uma dessas inovações foi o uso de reservatórios de água forrados com poliuretano para apoiar o cultivo de araruta (uma cultura de terras úmidas) em altitudes mais elevadas, nas áreas superiores de bacias hidrográficas. Este método alternativo reduz a necessidade de acessar recursos hídricos escassos diretamente das margens dos rios. Para os agricultores sem acesso direto ao rio, reservatórios de água também foram construídos ao lado de

estradas e telhados, permitindo a coleta de água da chuva durante todo o ano. Essas medidas temporárias são simples, econômicas e facilmente replicáveis e apoiarão os agricultores enquanto trabalham para comprarem bombas solares.

Outra inovação compartilhada com o projeto FSRSA foi o introdução de sistemas de ordenamento do território. O projeto FHTSN usa uma estratégia de planejamento agrícola bem-sucedida que facilita a conservação da água aumentando a cobertura de árvores e de culturas de valor superior como abacateiros. Esta cobertura de árvores permitiu aos agricultores cultivar outras culturas de alta renda, como café e banana, bem como estabelecer lotes de madeira, proporcionando-lhes assim uma fonte adicional de renda.

Essas práticas inovadoras podem ser reproduzidas com a tecnologia adequada, principalmente aquela utilizada para o aproveitamento de água para irrigação, que é adaptável a diversas condições socioeconômicas e ecológicas. Pesquisas de campo devem ser realizadas para permitir que agentes de expansão e fazendeiros aprendam com as experiências daqueles que já se adaptaram à tecnologia.

Contato:

Nome: Sr. Stephen Muwaya

Cargo: Coordenador do Programa para Gestão Sustentável de Terras, Ponto Focal da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação

Organização: Ministério da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda

E-mail: smuwaya@yahoo.com

NOME DO PROJETO: Gestão de Recursos Naturais do Tana Superior no Quênia'

PAÍSES / REGIÕES: Quênia, África Subsaariana

INDICADO POR: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.2, 1.4, 1.5, 2.1, 5.a, 6.4, 6.5, 6.6, 13.1, 13.2, 13.3, 15.1, 15.2

APOIO: Governo do Quênia, Fundo para o Meio Ambiente Global, FIDA

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Governos do Quênia e Uganda

STATUS DO PROJETO: Em implementação

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2021

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2CZEuZL>

Gestão Ecológica Sustentável Apoiando a Subsistência e Reforçando a Resiliência dos Povos Vulneráveis aos Efeitos das Mudanças Climáticas na Bacia do Lago Chade



Implementar reformas políticas, institucionais e de investimento para melhorar a qualidade e quantidade da água, a biodiversidade e os meios de subsistência

Desafio

Os 47 milhões de pessoas que vivem na bacia do Lago Chade – em Camarões, República Centro-Africana, Chade, Níger e Nigéria – dependem do lago para uma variedade de serviços economicamente diversos, incluindo o cultivo de variedades de sorgo e milho hidrofílico, caça sazonal e pesca e pecuária extensiva, entre outras. Por exemplo, a pesca produz uma média de 50.000 toneladas por ano, contribuindo significativamente para o produto interno bruto dos países ribeirinhos. As terras que margeiam o Lago servem como pastagens essenciais para o gado; as planícies aluviais são um destino de pasto extensivo para transumantes. Infelizmente, os impactos ambientais, as mudanças climáticas e as práticas insustentáveis fizeram com que o lago diminuísse de 25.000 km² para 2.500 km², colocando em risco a vida das pessoas que ali vivem. Além dessas ameaças, a área passa por uma crise de segurança.

Rumo a uma Solução

Este projeto, intitulado 'Gestão Sustentável de Ecossistemas e Apoio aos Meios de Vida para Melhorar a Resiliência das Populações na Bacia do Lago Chade Vulneráveis aos Efeitos das Mudanças Climáticas', está sendo implementado em Camarões, República Centro-Africana, Chade, Níger e Nigéria com os ativos participação das comunidades das aldeias, particularmente mulheres e jovens. Tem como objetivo restaurar ecossistemas degradados a fim de melhorar a produção agrícola, silvo-pastorícia e da pesca. Também busca apoiar iniciativas socioeconômicas que fortaleçam a resiliência de comunidades vulneráveis aos efeitos adversos da variabilidade climática entre as populações que vivem ao longo das margens do Lago Chade. Será baseado em três pilares principais: capacitação de atores locais na integração de certos temas no processo de planejamento em nível local, a restauração de ecossistemas degradados e a elaboração de práticas geradoras de renda por meio da melhoria dos sistemas de produção.

Além da Comissão da Bacia do Lago Chade, da qual os cinco países são membros, o projeto conta com parcerias com outras iniciativas, como o movimento Grande Muralha Verde, do qual três dos cinco países são parceiros. Outros parceiros incluem governos nacionais, particularmente ministérios que se concentram no meio ambiente, pesca, água, agricultura, mulheres e jovens. Os parceiros bilaterais e multilaterais também desempenham um papel, bem como os principais atores internacionais, notadamente a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Dado o senso de comunidade na bacia do Lago Chade, os Estados membros adicionais da bacia da Comissão Lago Chade já se comprometeram a trocar conhecimentos e lições aprendidas através de outros instrumentos, com vista a harmonizar políticas, legislação e boas práticas para a proteção e gestão dos ecossistemas, da biodiversidade e dos meios de subsistência das pessoas que vivem na área.

No que diz respeito à capacitação de atores locais, os documentos de planejamento em nível local não integram suficientemente temas transversais, como mudanças climáticas, biodiversidade e gestão de recursos naturais e transfronteiriços. Nesse sentido, o movimento da Grande Muralha Verde visava melhorar e atualizar os documentos de planejamento. Para isso, foi necessário fortalecer as capacidades dos atores envolvidos em todo o processo de planejamento em nível local. Acordos de parceria foram celebrados com organizações da sociedade civil, em particular organizações não governamentais e associações locais que trabalham na engenharia social, para aumentar a conscientização e realizar treinamentos como parte de um processo gradual de transferência de competências. Este trabalho foi realizado nas regiões de Kanem e Lac localizadas nas zonas semiáridas do Sahel no Chade e Níger. O projeto revitalizou e implementou marcos de consulta, nos quais os atores locais trocam pontos de vista sobre os temas acima mencionados e os integram ao processo de planejamento do desenvolvimento em nível local. Quatro planos de expansão local foram revisados para integrar a biodiversidade em uma abordagem inovadora.

O Chade e o Níger fazem fronteira com a faixa do Sahel e são semelhantes em termos de transição semiárida. Eles são particularmente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas devido à sua localização geográfica e ao fato de que sua população depende de sistemas de produção agro-silvo-pastoris extensos e transumantes alimentados pela chuva. A variabilidade climática levou à redução de chuvas e degradação avançada do solo, e à atividade humana causou a destruição da cobertura vegetal. Como resultado, o Lago Chade passa por um período de seca e desertificação, tornando a faixa do Sahel uma das áreas mais pobres e menos seguras do mundo.



© UNDP

Os sucessos alcançados durante a fase anterior do projeto podem ser estendidos à província transfronteiriça dos lagos no Níger. Isso inclui o envolvimento de mulheres e jovens na proteção do meio ambiente e o desenvolvimento de atividades socioeconômicas compatíveis com sistemas ecológicos frágeis.

No que diz respeito à restauração de ecossistemas, criação de capacidades e o processo de planejamento participativo aumentou a consciência entre as comunidades e as autoridades locais sobre a importância do manejo eficaz dos recursos naturais para a sobrevivência dos ecossistemas. A restauração do ecossistema foi realizada na região de Kanem, no Chade, com a participação ativa das comunidades, principalmente mulheres e jovens. As atividades incluíram reflorestamento, regeneração natural assistida e fixação mecânica de dunas. Eles foram realizados pela Agência Nacional da Grande Muralha Verde, entidade especializada em recuperação de terras, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente e Pesca. Essas técnicas facilitaram a regeneração da biomassa e da cobertura vegetal do solo em mais de 1.000 hectares.

Uma grande conquista da fase anterior foi a assinatura de oito acordos comunitários em oito localidades nas regiões de Kanem (Keke-dina) e Lac (Tall, Melea, Baga-Sola, Dar El Salam, Liwa e Tataferom 1 e 2). A gestão de terras degradadas e a regeneração natural assistida permitiram que as comunidades fossem envolvidas e empoderadas como partes interessadas, em vez de simplesmente beneficiárias. Os ecossistemas estão sendo restaurados como resultado dos esforços feitos no âmbito desta iniciativa. Perímetros restaurados têm defesas mais fortes para proteger as plantas de animais errantes; quatro furos foram instalados e equipados com painéis solares para umidificação do solo e irrigação de plantas. Os sucessos alcançados durante a fase anterior poderiam ser capitalizados, disseminados e ampliados para promover a restauração efetiva dos ecossistemas dentro da província transfronteiriça dos lagos e outras províncias que fazem fronteira com o Lago Chade nos Camarões e Níger.

No que se refere ao componente desenvolvimento, as atividades de geração de renda foram criadas a partir de melhorias nos sistemas de produção. Durante a fase anterior, os investimentos de desenvolvimento foram integrados aos esforços para gerenciar terras degradadas, ajudar na regeneração natural e abordar os riscos do solo e do ecossistema. Os investimentos foram desenvolvidos em parceria com organizações de base comunitária, autoridades locais e funcionários públicos de serviços descentralizados. A ênfase foi colocada na agricultura de oásis sustentável apoiada por mecanismos de financiamento inovadores e sustentáveis para melhor combater a insegurança alimentar e a desertificação. Como resultado, 75 hectares de empreendimentos hidro- agrícolas em oásis contribuíram para a segurança alimentar e melhoraram a renda dos produtores de oásis na área-alvo. Cada comitê de gestão registrou receitas médias anuais entre 1 milhão e 2 milhões de francos CFA com a venda da safra de milho. Vários produtores venderam cebolas e tomates secos, quiabo e pimenta malagueta. **Como resultado, alguns**

grupos têm conseguido se tornar autossuficientes adquirindo novas terras agrícolas. Outros conseguiram aumentar o número de bovinos e pequenos ruminantes, cuidar da saúde de seus membros, alimentar suas famílias e comprar insumos para as próximas campanhas. Além disso, a Agência Nacional para a Grande Muralha Verde estabeleceu seis fazendas agrícolas comunitárias integradas cobrindo 3 hectares cada. Existem dois em Kanem (Kedina e Woli) e quatro em Lac (Tataferom, Liwa, Baga-Sola e Tall). Essas fazendas beneficiam 22 grupos que se dedicam à horticultura comercial apoiada e à produção arborícola.

Com a ajuda do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, o objetivo é estender a iniciativa à província transfronteiriça do Lago para avaliar as espécies invasoras. Aproveitando a cooperação Sul-Sul, foi organizada uma viagem de intercâmbio entre o Níger e a Nigéria. Durante a viagem, executivos de entidades ligadas à restauração de solos transferiram competências e tecnologias. As trocas centraram-se em técnicas mais eficientes e menos dispendiosas para a reabilitação de ecossistemas, várias abordagens de reflorestamento, gestão de florestas naturais, criação de empresas de sementes, fornecimento sustentável de energia de madeira para cidades do Sahel e mercados de madeira rurais eficazes para beneficiar locais comunidades. Os dois países estão formalizando acordo para assistência técnica e fornecimento de sementes florestais.

A base institucional deste projeto apoia sua sustentabilidade. Para garantir a coordenação, a Agência Nacional da Grande Muralha Verde do Ministério do Meio Ambiente foi escolhida como entidade especializada em restauração de solos. Além disso, a natureza da comunidade e da cultura da bacia do Lago Chade ajudará a duplicar as experiências e boas práticas do projeto, o que preservará as realizações do projeto. Por último, os países identificados com o objetivo de duplicar a experiência do projeto participam de várias iniciativas sub-regionais e órgãos comunitários, em particular a Comissão da Bacia do Lago Chade, o movimento Grande Muralha Verde e o Comitê Interestadual para o Controle da Seca no Sahel. Isso facilitará a implementação rápida, objetivos complementares e sinergia de ações para este projeto e outras iniciativas em andamento.

A fim de replicar as experiências deste projeto, os atores-chave nestes Estados devem realizar um estudo de viabilidade conjunto do projeto. Posteriormente, a coordenação sub-regional e nacional deve ser realizada para garantir a implementação, monitoramento, avaliação e relatório do projeto.

Contato:

Nome: Sr. Serge Ndjekouneyom

Cargo: Especialista do Programa

Organização: Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Email: serge.ndjekouneyom@undp.org

NOME DO PROJETO: Projeto de Reabilitação e Restauração do Ecossistema do Lago Chade

PAÍSES/REGIÕES: Chade, Camarões, República Centro-Africana, Níger, Nigéria

INDICADO POR: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.5, 13.1, 15.1

APOIO: PNUD, Governo da França, Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia- Nações Unidas, Fundo Global para o Meio Ambiente

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério do Meio Ambiente e Pesca do Chade; Agência Nacional para a Grande Muralha Verde

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2020

SITE DO PROJETO: Não disponível

Restauração da Paisagem Florestal no Cáucaso e Ásia Central

Restaurando terras degradadas e desmatadas até 2030

Desafio

A degradação da paisagem é um dos principais desafios ambientais no Cáucaso e na Ásia Central. De acordo com um artigo de 2016 da Economia da Iniciativa da Degradação de Terras¹ a degradação da terra na Ásia Central é extensa, afetando quatro a dez por cento das terras cultiváveis, 27 a 68 por cento das pastagens e um a oito por cento das florestas. Na Armênia, dados nacionais mostram que 70 por cento das terras florestais estão degradadas. O impacto das mudanças climáticas exacerba ainda mais os fatores biofísicos e socioeconômicos que impulsionam a degradação da terra e dos recursos naturais. Um estudo de 2019 da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) sobre o estado das florestas do Cáucaso e da Ásia² Central mostrou que as prioridades para o setor florestal são a restauração da paisagem florestal, a manutenção e restauração das florestas existentes, a redução da exploração ilegal de madeira e sobre pastoreio, bem como a identificação e aplicação das melhores práticas de gestão florestal. O apoio político é fundamental para este esforço. Portanto, é necessário fornecer uma plataforma pública para compromissos políticos neste tema, a fim de melhorar e expandir a restauração da paisagem florestal em apoio ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 sobre ação climática e Objetivo 15 sobre a vida na terra.

Rumo a uma Solução

O Desafio de Bonn é um esforço global para restaurar 150 milhões de hectares de terras desmatadas e degradadas até 2020 e 350 milhões de hectares até 2030. Ele serve como uma plataforma aberta e voluntária para discutir e trocar ideias para ações concretas e fomentar a cooperação para facilitar a restauração da paisagem florestal em todo o mundo. Alcançar a meta do Desafio de Bonn resultaria no sequestro de pelo menos 12 AB de dióxido de carbono entre 2011 e 2030. Além de reverter a degradação, a restauração da paisagem florestal ajudaria a melhorar a produtividade e a resiliência da paisagem, proporcionando assim serviços ambientais que beneficiam as pessoas e biodiversidade.

O projeto ajudou a acelerar o progresso nos ODS relevantes por meio da troca de experiências, aprendizagem entre pares, debate e transferência de boas práticas e conhecimento entre os países participantes. Também produziu e distribuiu estudos relevantes sobre a restauração da paisagem florestal da região. UNECE e FAO aumentaram a conscientização sobre o Desafio de Bonn entre os Estados membros do Cáucaso e da Ásia Central², com o apoio da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). As partes também participaram de um diálogo em reuniões regionais com as partes interessadas relevantes, incluindo os da academia e organizações não governamentais, e representantes de cada país contribuíram compartilhando suas perspectivas nacionais específicas.

O projeto contribuiu para a gestão sustentável de todos os tipos de florestas, impedindo o des-

1 Emmanuelle Quillérou et. Al., *Economia da Iniciativa de Degradação das Terras Relatório Regional da Ásia Central, Ampliando as Opções de Gerenciamento de Terras para a Melhoria da Sustentabilidade Econômica na Ásia Central: Síntese de um Estudo Nacional*, N. 2016 (Amman, 2016)

2 *Restauração da Paisagem Florestal no Cáucaso e na Ásia Central, Resumo do Estudo de Madeira e Floresta da Ge-nebra*

(Publicação das Nações Unidas, Pedido de Venda No: E.18.II.E.14)

15 VIDA TERRESTRE



© UNECE

matamento, apoiando a restauração de florestas degradadas e aumentando o reflorestamento. Também apoiou a mobilização de recursos financeiros para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas. Uma mesa redonda sobre restauração florestais resultou na publicação 'Restauração da paisagem florestal no Cáucaso e na Ásia Central', que não teria sido possível realizá-lo sozinho. A reunião ministerial também criou um ímpeto de promessas da Armênia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão de restaurar mais de 2.5 milhões de hectares de floresta sob o Desafio de Bonn. O Azerbaijão também se juntou ao Desafio de Bonn em 2019, elevando o total de promessas de restauração na região para quase três milhões de hectares.

Esta boa prática inovadora também levou à adoção da Resolução Astana, a primeira resolução regional para fortalecer parcerias e cooperação na restauração da paisagem florestal, que melhora a vantagem competitiva dos participantes ao alinhar as metas e prioridades nacionais.

Esta boa prática é sustentável porque levou a compromissos sob o Desafio de Bonn e outros acordos de cooperação, como a Resolução Astana. Esforços de integração regional adicionais irão persistir por muito tempo depois que a estrutura desses acordos expirar.

Esta boa prática já foi estendida para o Oriente e Sudeste da Europa e pode ser estendido à Europa Central por meio da iniciativa regional ECCA30, que foi lançada em setembro de 2019 para restaurar 30 milhões de hectares de terras degradadas e desmatadas na Europa, Cáucaso e Ásia Central até 2030.

Contato:

Nome: Sr. Gianluca Sambucini

Cargo: Chefe Interino

Organização: Silvicultura Conjunta e o Setor de madeira da Comissão Econômica para a Europa (UNECE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

E-mail: gianluca.sambucini@un.org

Telefone: +41 (0)229171175



NOME DO PROJETO: Restauração de Terras Desmatadas e Degradadas em Apoio ao Desafio de Bonn no Cáucaso e na Ásia Central

PAÍSES/REGIÕES: Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão

INDICADO POR: Comissão Econômica para a Europa (UNECE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 13.1, 13.3, 15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5

APOIO: Governo da Alemanha (Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNECE, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2018

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2FYW1m4>



Iniciativa Global Turfeiras

Trabalhando para preservar o maior estoque de carbono orgânico terrestre do mundo

Desafio

As turfeiras são ecossistemas vitais e superpoderosos que capturam e armazenam carbono, protegem e hospedam a biodiversidade, controlam o abastecimento e a qualidade da água, resfriam a atmosfera e produzem alimentos. Encontrado em mais 180 países, a comunidade internacional está apenas começando a entender seu papel na redução das mudanças climáticas. As turfeiras cobrem apenas 3 por cento da área global, mas armazenam 30 por cento do carbono do solo mundial. Eles contêm o dobro de carbono das florestas do mundo. Emissões de gases de efeito estufa de turfeiras drenadas ou degradadas respondem por 5 a 10 por cento do orçamento de carbono.

Em 2016, a Indonésia declarou estado de emergência e pediu apoio para combater os incêndios em turfeiras. O governo se comprometeu a interromper qualquer nova conversão de turfeiras em terras agrícolas e lançou uma campanha urgente de âmbito nacional para umedecer e restaurá-las. Esses desafios inspiraram a ousada colaboração Sul-Sul e a criação da Iniciativa Internacional de Turfeiras.

Rumo a uma Solução

A Iniciativa Global Turfeiras, liderada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), foi lançada na Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) em Marrakech, Marrocos, em 2016. A Iniciativa visa desenvolver e adotar novas abordagens para a conservação, restauração e gestão sustentável das turfeiras, ligando a ciência à prática e à formulação de políticas. Quatro países tropicais ricos em turfa (Congo, República Democrática do Congo, Indonésia e Peru) estão servindo como países-piloto da Iniciativa. Devido à quantidade significativa de carbono que eles retêm e às consequências catastróficas de sua drenagem e degradação no passado, mais de 30 parceiros se comprometeram a trabalhar juntos para interromper a destruição dessas turfeiras. A iniciativa está ganhando atenção internacional.

O projeto ajuda os países a cumprir os principais Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs), incluindo o UNFCCC, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção de Combate à Desertificação, a Convenção sobre a Conservação de Espécies Migratórias de Animais Selvagens e a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas. O objetivo da Iniciativa é fornecer apoio direcionado ao Congo, à República Democrática do Congo, à Indonésia e ao Peru. Também procura ajudar outros países a alcançar sua contribuição determinada nacionalmente, incluindo metas relativas às turfeiras nos esforços para avançar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao coletar, defender e apoiar práticas de conservação e esforços de restauração nos países piloto, o projeto também contribui para as Metas de Biodiversidade de Aichi, especialmente a Meta 5, redução da perda e degradação de habitat, Meta 14, na restauração e salvaguarda de ecossistemas que serviços essenciais e valiosos, e Meta 15, sobre a contribuição dos ecossistemas para os estoques de carbono.

Os parceiros trabalham juntos para avaliar, medir e preservar o carbono da turfa e a biodiversidade, compartilhando conhecimento, vantagem e experiência através de uma abordagem de cooperação Sul-Sul. Eles promovem turfeiras saudáveis por meio de sua restauração e conservação como uma das maneiras mais rápidas de enfrentar a crise climática.

A Segunda Reunião de Parceiros da Iniciativa Global Turfeiras ocorreu em Jacarta, Indonésia, em maio de



© UNEP

2017. Os participantes incluíram representantes dos governos dos países- piloto e mais de 80 especialistas. Os parceiros da Iniciativa compartilharam sua experiência e conhecimento e traçaram um caminho colaborativo para apoiar uns aos outros.

A reunião da Iniciativa Global Turfeiras culminou numa sessão temática oficial intitulada 'Turfeiras Importam', organizada pelo Fórum Global sobre Paisagens. Liderada pelo Centro de Pesquisa Florestal Internacional e coordenada em conjunto pelo UNEP e o Banco Mundial, a sessão explorou o que significa empregar diálogos multidirecionais e com várias partes interessadas na prática, adotando uma abordagem centrada na comunidade e nas pessoas para o manejo de turfeiras com um forte foco na cooperação Sul-Sul, inovação e aprendizagem.

Sob a liderança do UNEP, a Iniciativa Global Turfeiras lançou uma avaliação de resposta rápida para turfeiras em novembro de 2017 em um evento paralelo realizado na COP23 em Bonn, Alemanha.

Em março de 2018, num movimento sem precedentes, **Congo, a República Democrática do Congo e a Indonésia assinaram a Declaração de Brazavile sobre as turfeiras para proteger a região de Cuvete Central e na Bacia do Congo (as maiores turfeiras tropicais do mundo) do uso não regulamentado da terra e para evitar sua drenagem e degradação**. A Declaração foi o resultado da Terceira Reunião de Parceiros da Iniciativa Global Turfeiras, realizada em Brazavile e coorganizado pelo Congo e pela República Democrática do Congo. O Ministro do Meio Ambiente e Florestas da Indonésia compartilhou a experiência do país na conservação e restauração de turfeiras, conforme capturado no relatório intitulado 'Gerenciando Turfeiras para Lidar com as Mudanças Climáticas: Experiência da Indonésia'.

A Iniciativa Global Turfeiras continuou a aumentar o arquivo de cooperação Sul-Sul em turfeiras durante uma série de eventos de definição de políticas globais.

A colaboração nos MEAs foi fomentada durante a Convenção Sobre as Zonas Úmidas (*Ramsar Convention*) COP13 e num treinamento realizado em Vilma, Alemanha. Além disso, as turfeiras foram apresentadas durante o Dia Mundial das Zonas Úmidas, o Dia Mundial do Meio Ambiente e na publicação 'Fronteiras' do UNEP 2018/19. Eles também serviram como um tópico de destaque em mais de dez eventos paralelos e fóruns de discussão durante a UNFCCC COP24 em Katowice, Polônia e foram apresentados na UNFCCC COP25 realizada em Madrid, Espanha.

Como um marco global significativo para a Iniciativa, a primeira resolução global sobre a conservação e gestão sustentável de turfeiras foi adotada com o apoio de todos os países durante a quarta Assembleia Ambiental das Nações Unidas em março de 2019. A resolução reconhece as contribuições da Iniciativa Global Turfeiras e, posteriormente, solicita que o UNEP "coordene esforços para criar um inventário global abrangente e preciso de turfeiras"¹.

Cooperação Sul-Sul e triangular são os principais mecanismos de implementação da Iniciativa Global Turfeiras. Esta abordagem facilitou a identificação, coleta e compartilhamento de boas práticas. Permitiu intercâmbios, aprimorou métodos e promoveu a adoção de abordagens que apoiam o manejo sustentável de turfeiras. As trocas entre os países do Sul global permitiram que as partes interessadas tomassem decisões ousadas, acelerassem os compromissos de ação e estabeleçam uma coalizão de atores com ideias semelhantes para estruturar sua colaboração.

Contato:

Nome: Sra. Dianna Kopansky

Cargo: Diretora; Coordenadora da Iniciativa Global Turfeiras

Organização: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP)

E-mail: dianna.kopansky@un.org

1 UNEP/EA.4/RES.16

NOME DO PROJETO: A Iniciativa Global Turfeiras: Avaliando, Medindo e Preservando o Carbono da Turfa

PAÍSES/REGIÕES: Congo, República Democrática do Congo, Indonésia, Peru

INDICADO POR: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUD)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 13.2, 15.1

APOIO: Mais de 30 parceiros, que podem ser encontrados no site da Iniciativa.

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNEP; Organização para Alimentos e Agricultura das Nações Unidas

STATUS DO PROJETO: Em implementação

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2022

SITE DO PROJETO: www.globalpeatlands.org/



Escola Africana de Ação Forense Humanitária

Melhorando as capacidades forenses dos países africanos

Desafio

Vários países africanos e latino-americanos têm uma longa história de conflitos internos, violações dos direitos humanos, desastres em massa e, mais recentemente, migração em massa. Uma das principais consequências é o desaparecimento de milhares de pessoas que estão enterradas em sepulturas não identificadas.

Com exceção da África do Sul, poucos países africanos desenvolveram um sistema forense. Além disso, a falta de desenvolvimento em vários campos acadêmicos, como antropologia ou genética, obriga os especialistas forenses e médicos a trabalharem sem o apoio de especialistas em outras disciplinas.

Esta situação é particularmente preocupante porque o trabalho forense em uma investigação médica legal constantemente entra em conflito com crenças e práticas tradicionais das populações locais, especialmente com respeito ao tratamento de cadáveres. Para que as investigações forenses tenham sucesso, é importante conectar peritos forenses com as famílias das vítimas e as organizações de direitos humanos.

Rumo a uma Solução

Este projeto teve como objetivo melhorar as capacidades forenses de especialistas locais em vários países africanos na identificação de restos mortais em casos relacionados com violações de direitos humanos, desastres em massa, migração e outros cenários complexos. A assistência técnica foi prestada pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), uma organização científica não governamental pioneira na aplicação da ciência forense em direitos humanos e investigações humanitárias. Esta iniciativa contribui para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, aumentando o acesso à justiça, fortalecendo as instituições locais e proporcionando-lhes as capacidades necessárias para realizar investigações criminais envolvendo questões de direitos humanos de forma transparente e responsável.

A experiência adquirida na Argentina na identificação de restos mortais de pessoas desaparecidas durante sua ditadura militar tornou-se uma ferramenta inestimável no apoio às capacidades forenses na África. Desde 1994, a EAAF tem trabalhado na região para treinar e orientar especialistas forenses, advogados, e organizações da sociedade civil na aplicação das ciências forenses em investigações envolvendo violações de direitos humanos.

Com o objetivo de fortalecer as capacidades e a coordenação institucional a nível regional, EAAF organizou uma conferência regional em Joanesburgo em novembro de 2011. Estabeleceu a base para uma rede de especialização. Como resultado, a Escola Africana de Ação Humanitária Forense ofereceu seu primeiro curso em Durban em 2012. A escola tinha como objetivo principal treinar especialistas de países africanos na aplicação de várias disciplinas forenses à documentação e investigação de violações de direitos humanos em seus países de origem. Também constitui uma rede regional importante de defensores dos direitos humanos e especialistas forenses que, por meio de intercâmbios e diálogos periódicos, melhoram a qualidade dos serviços prestados às vítimas e suas famílias, especialmente na identificação de restos mortais humanos e na criação de bancos genéticos.

Desde 2016, o Fundo Argentino de Cooperação Internacional tem colaborado com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a Universidade de Pretória para financiar esta iniciativa. Mais de 50 especialistas de mais



© Ministry of Foreign Affairs,
Worship and International
Trade of Argentina

de 20 países participaram dos treinamentos oferecidos pela EAAF. Os tópicos incluíram o manuseio de cadáveres em desastres, cenas de crime complexas, exumações, coleta de dados *ante-mortem*, análise antropológica de restos esqueléticos e processos multidisciplinares de identificação, nas aplicações e limitações da genética forense.

Os resultados notáveis dessa iniciativa incluem a melhoria no diálogo entre especialistas forenses, advogados e a polícia, que incluíram protocolos internacionais nas rotinas diárias. A iniciativa também intensificou o diálogo a sociedade civil e famílias das vítimas relacionadas à considerações culturais e religiosas.

A Escola Africana de Ação Humanitária Forense continua operando, atraindo novos especialistas de diferentes especializações e países

da região todos os anos. Devido ao seu sucesso, a iniciativa foi replicada na Tunísia. Uma nova escola regional para o Norte da África foi inaugurada em novembro de 2019, graças aos esforços conjuntos do Fundo Argentino para a Cooperação Internacional, EAAF e CICV. A presença sustentada e o prestígio dessas organizações na região garantem a continuidade, ao mesmo tempo que facilitam a coordenação com os atores locais no estabelecimento de novas escolas onde haja interesse.

Contato:

Nome: Direção Geral de Cooperação Internacional

Organização: Ministério de Relações Exteriores, Trabalho e Comércio Internacional da Argentina

E-mail: dgcin@mrecic.gov.ar



NOME DO PROJETO: Escola Africana de Ação Forense Humanitária

PAÍSES/REGIÕES: Argentina, Argélia, Burundi, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Quênia, Líbia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Togo, República Unida da Tanzânia, Iêmen, Zimbábue

INDICADO POR: Argentina

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16.1, 16-a, 17.9

APOIO: Fundo Argentino para Cooperação Internacional (FOAR), Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Argentina: Direção Geral de Cooperação Internacional (Ministério de Relações Exteriores, Trabalho e Comércio Internacional), EAAF África: Instituto de Direito Internacional e Comparado na África (Universidade de Pretória), CICV

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2019

SITE DO PROJETO: Não disponível



Supervisão Avançada da Indústria Extrativa na África Francófona

Aproveitando a cooperação triangular para melhorar a responsabilidade pública e transparência no setor extrativo sob uma iniciativa pan-africana de seis anos

Desafio

Apesar da queda dos preços da matéria prima, muitos países africanos continuam a registrar crescimento anual no setor extrativo, e os extrativos continuam sendo uma das principais fontes de crescimento econômico na África Subsaariana. No entanto, esse crescimento nem sempre levou à redução da pobreza ou à melhoria da prestação de serviços. A falta de recursos eficazes de supervisão em todo o setor surge como a explicação mais pertinente a esta situação. Uma supervisão aprimorada é, portanto, crítica e pode ser alcançada com órgãos de supervisão, como inspetorias técnicas dos Ministérios de Recursos Naturais, organizações da sociedade civil e instituições supramunicipais de auditoria. Embora este último seja um órgão de supervisão chave para as despesas do governo e o uso de recursos públicos, essas instituições muitas vezes não têm capacidade suficiente para cumprir este importante mandato e, portanto, requerem apoio personalizado.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar este desafio, a *Cowater International*, sediada no Canadá, está implementando um projeto intitulado 'Supervisão Aprimorada da Indústria Extrativa na África Francófona', em parceria com o Conselho Regional das Instituições Superiores de Auditoria da África Subsaariana de Língua Francesa (CREFIAP), com sede em Camarões, e com apoio financeiro da Agência de Relações Internacionais do Canadá. O projeto visa alcançar maior transparência e responsabilização das atividades do governo no setor extrativo, melhorando o monitoramento em todo o país em Burquina Faso, Camarões, Madagascar, Mali e outros países francófonos ao sul do Saara. As atividades do projeto fornecem uma maneira eficaz de abordar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16, particularmente a meta 16.6 no desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; a meta 16.7 em garantir uma tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis; e meta 16.8 de ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global. A abordagem triangular do projeto também contribui para alcançar o ODS 17, pois fortalece a implementação por meio de uma parceria mais inclusiva e dinâmica.

Como um parceiro fundamental na cooperação triangular, CREFIAP apoia a coordenação com os participantes Institucionais de auditoria previamente estabelecidas por meio de sua rede profissional de especialistas, que prestam serviços de auditoria na África subsaariana francófona. Aproveitando essa rede, a *Cowater International* reuniu uma equipe multifacetada de especialistas internacionais, regionais e locais em áreas como mineração, direito, tributação, auditoria, igualdade de gênero, meio ambiente e geração de receita. Esses especialistas apoiam o projeto em:

- Desenvolver currículos de treinamento regionais e específicos para cada país, diretrizes para a realização de auditorias de indústrias extrativas e outros recursos técnicos alinhados com as melhores práticas internacionais, incluindo ferramentas com foco em gênero e meio ambiente.
- Realização de auditorias piloto de indústrias extrativas em países-alvo para testar diretrizes e recursos técnicos.
- Oferecer treinamento em auditorias da indústria extrativa e aconselhamento no trabalho para instituições supramunicipais de auditoria e outros órgãos nacionais de supervisão.
- Formular diretrizes e processos de inclusão para as partes interessadas na auditoria, cidadãos, grupos de mulheres, organizações da sociedade civil e a mídia.

O projeto continua a fazer melhorias em:



© Global Affairs Canada

- Supervisão nacional das indústrias extrativas em Burquina Faso, Camarões, Madagascar e Mali
- Apoio regional fornecido pelo CREFIAF para supervisionar as indústrias extrativas em seus 23 países membros na África subsaariana francófona
- O papel do CREFIAF como um importante centro de recursos para supervisão
- Capacidade das partes interessadas para supervisionar suas respectivas indústrias extrativas

As instituições de auditoria que participam do projeto serão capazes de assumir o monitoramento das indústrias extrativas por:

- Usando ferramentas de auditoria da indústria extrativa de forma eficaz
- Implementando programas de treinamento especializado
- Ter auditores e treinadores especializados
- Troca de experiências e lições aprendidas entre os países.

Isso trouxe a vários resultados inovadores e sustentáveis em apoio aos ODS. **Maior transparência foi alcançada por meio da construção de relacionamentos e dos esforços coordenados necessários para a cooperação triangular. O projeto sublinhou que a supervisão das indústrias extrativas é uma responsabilidade partilhada.** Os participantes, portanto, desempenham um papel ativo na supervisão e se beneficiam diretamente do suporte e da experiência fornecidos pelo projeto. Os desafios de segurança em Mali e Burquina Faso impediram que especialistas canadenses viajassem para a área. Como resultado, a *Cowater International* identificou especialistas locais e regionais com experiência de trabalho em áreas com ameaças contínuas à segurança. Este pool estará acessível a todos os Estados membros do CREFIAF que precisem contratar tais especialistas no futuro. Além disso, o projeto demonstrou que as organizações da sociedade civil podem ajudar os governos a alcançar resultados mais positivos, informando o trabalho político.

Desde o início do projeto e ao longo de sua implementação, a equipe do projeto tem coordenado e consultado com beneficiários e partes interessadas. Também tem participado ativamente em grupos de trabalho regionais, como o Grupo de Trabalho sobre Auditoria de Indústrias Extrativas em Uganda. A cooperação tem sido orientada pelo retorno de consultas formais e discussões informais.

Instrutores designados pelo CREFIAF das instituições supremas de auditoria de vários Estados membros foram fundamentais na elaboração de guias de auditoria especializados sob a tutela de especialistas internacionais e regionais em auditoria e extrativos. Esses instrutores continuarão a liderar treinamentos para auditores e outras partes interessadas no uso dos materiais e ferramentas desenvolvidas no âmbito deste projeto.

O projeto foi estruturado para estabelecer as bases necessárias para uma melhor fiscalização do setor extrativo. Os materiais e princípios de treinamento baseiam-se nos padrões internacionais de auditoria e nas melhores práticas na gestão do setor extrativo. Não há pré-requisitos para que um país se beneficie deste material, e a equipe adapta sua abordagem aos conhecimentos e capacidades existentes em cada país. A formação aborda uma introdução ao setor extrativo, os fundamentos da auditoria e a interseccionalidade de ambas as disciplinas. Aborda desafios em todas as áreas, incluindo financiamento, gênero e meio ambiente.

Contato:

Nome: Sr. Michael Bitz

Cargo: Diretor de Projeto, Supervisão Aprimorada da Indústria Extrativa na África Francófona (PASIE)

Organização: *Cowater International*

E-mail: michael.bitz@cowater.com

Skype: michaelbitz

WhatsApp: 613-869-6450

NOME DO PROJETO: Supervisão Aprimorada da Indústria Extrativa na África Francófona (PASIE)

PAÍSES/REGIÕES: Burquina Faso, Camarões, Canadá, Madagascar, Mali

INDICADO POR: Agência de Relações Internacionais do Canadá

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16.6, 16.7, 16.8, 17.9, 17.16, 17.17

APOIO: Agência de Relações Internacionais do Canadá (principal contribuidor financeiro)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: *Cowater International* (Canadá), Conselho Regional de Treinamento de Instituições Superiores de Auditoria da África Subsaariana Francófona (Camarões)

STATUS DO PROJETO: Em implementação

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2022

SITE DO PROJETO: www.facebook.com/PASIE.CSi (em francês)

O Papel da Mídia no Apoio às Iniciativas Conjuntas Rumo ao Desenvolvimento Sustentável na África

Melhorar o papel da mídia para alcançar o desenvolvimento

Desafio

Uma das principais barreiras para alcançar a prosperidade na África é a falta de um setor de mídia africano que seja unificado e administrado por africanos. A mídia africana deve informar sobre as aspirações das nações africanas, refletir sua imagem e abordar suas preocupações de uma perspectiva africana genuína.

Os direitos dos meios de comunicação e a liberdade de expressão em África estão a expandir-se progressivamente, mas o continente ainda não atingiu um estágio em que sejam total e adequadamente concedidos. Apesar do papel cada vez mais desempenhado pela mídia na criação de uma cidadania informada e ávida por participar da tomada de decisões, a situação permanece precária devido à agitação política e à insegurança em muitos países.

Rumo a uma Solução

Este programa reconhece o papel vital desempenhado pelos meios de comunicação africanos na abordagem dos obstáculos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como o seu papel na conscientização do público em relação às preocupações de segurança, mobilizando esforços para combater o terrorismo e o extremismo e promovendo uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável.

Em 2020, 34 representantes da mídia africana participaram de treinamentos organizados pela Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD). Os temas abordaram o papel da mídia no apoio às relações africanas, o impacto da mídia na segurança e no desenvolvimento e a posição da mídia africana no empoderamento das mulheres. **O objetivo principal era enfatizar o papel da mídia africana na criação e promoção de uma identidade africana unificada.**

O programa também incluiu seminários, eventos e reuniões com dignitários oficiais e visitas de campo no Egito. Os participantes se reuniram com líderes religiosos para discutir a disseminação de uma cultura de tolerância e vida em harmonia; terminando o derramamento de sangue de guerras e conflitos; abordando o ódio, intolerância, violência e extremismo; proteger o meio ambiente e os direitos das mulheres; construir uma sociedade moral; e alcançar a verdadeira cidadania para todos. Eles também se encontraram com o Grande Imã de Al-Azhar para aprender sobre os programas de treinamento de imãs em um esforço para resolver os conceitos errôneos sobre o Islã disseminados por grupos terroristas. Embora os cristãos sejam uma minoria no Egito, a tolerância religiosa é vista como uma marca registrada, como evidenciado pelas inaugurações simultâneas da Mesquita *Al-Fattah Al-Aleem* e da Catedral da Natividade na nova capital administrativa a leste do Cairo em janeiro de 2019.

Os participantes também visitaram a Cidade de Produção de Mídia do Egito, a Academia Militar do Nasser, a Academia Policial do Egito, a Academia de Capacitação Nacional, o Suez Canal, a nova capital administrativa e as universidades britânicas e alemãs no Egito para aprender sobre os esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável nas áreas de educação, empoderamento das mulheres, indústria e exportações e como transferir essas experiências para países parceiros africanos.

Recomendações principais dos treinamentos:

- Reconhecer que a mídia africana pode desempenhar um papel significativo na promoção de uma ima-

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



© EAPD

gem positiva das mulheres africanas, abordando seus problemas e apoiando os esforços de empoderamento em todos os níveis.

- Incentive a mídia a produzir ideias e iniciativas construtivas e objetivas para ajudar os tomadores de decisão a enfrentar os desafios e criar oportunidades positivas para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, foi criada uma plataforma para facilitar a troca de experiências e conhecimentos entre a mídia egípcia e africana. Serve como uma rede para os executivos dos meios de comunicação para melhorar a cooperação na realização da Agenda 2063 da União Africana, à luz do importante papel que os meios de comunicação desempenham no aumento da consciência da comunidade.
- Enfatizar o papel da mídia africana na promoção de uma identidade africana unificada destacando o papel da sociedade civil no enriquecimento do diálogo entre as nações africanas.
- Concordar sobre a necessidade de estabelecer uma rede unificada de mídia africana administrada por africanos. Nesse

sentido, foi tomada a decisão de revitalizar o função desempenhado pela *Shabaket Al Eza'at Al Mowagaha*, a rede de transmissão de rádio egípcia no exterior, que foi criada em 1953 para apoiar os países africanos em sua luta pela independência.

Desde o seu início, o EAPD sempre manteve o seu compromisso e parcerias apoiadas para melhorar a coordenação integração e comunicação entre a mídia africana para promover objetivos de desenvolvimento sustentável que atendam às aspirações dos povos africanos.

Contato:

Nome: Embaixador Mahmoud Elmaghraby

Cargo: Secretário Geral

Organização: Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD)

E-mail: marwa.mahmoud@mfa.gov.eg

NOME DO PROJETO: O Papel da Mídia no Apoio às Iniciativas Conjuntas rumo ao Desenvolvimento Sustentável na África

PAÍSES/REGIÕES: Aproximadamente 44 estados africanos

INDICADO POR: Embaixadas egípcias em vários Estados africanos; Ministérios das Relações Exteriores desses Estados; jornais nacionais, estações de rádio e televisão

OBJETIVO(S) DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.5, 16.6, 16.8, 17.6

APOIO: Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Instituições nacionais egípcias, jornal *Al-Ahram*, *Al-Azhar*, Igreja Ortodoxa, Serviço de Informação do Estado, Conselho Nacional para Mulheres

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Julho de 2017 – Janeiro de 2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/34ARfVX>



Programas de Capacitação em Paz e Segurança

Promover a cooperação para a paz e segurança na África, priorizando a reconstrução de estados pós-conflito e o desenvolvimento na agenda egípcia

Desafio

A África enfrenta atualmente uma série de ameaças de segurança distintas, desde o aumento de grupos terroristas a guerras civis e aumento da extração de recursos naturais. A situação é agravada por forças de segurança fracas que estão mal equipadas para enfrentar esses desafios, cujas causas profundas não resultam de deficiências que poderiam ser prontamente resolvidas.

A ameaça de grupos radicais foi evidente no Grupo dos Cinco pelo Sael (G5 Sael), especificamente nos países de Burquina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger. A violência e os grupos rebeldes também se espalharam pelo Quênia, Nigéria e Somália. Esses países devem construir instituições nacionais e um setor de segurança que lhes permita implementar estratégias e executar planos para proteger seus cidadãos da violência.

A Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD), em cooperação com vários Estados e agências, organizou atividades para construir capacidades africanas e transferir experiência e conhecimento técnico, a fim de atender às necessidades dos países em todo o continente africano e apoiar suas aspirações de desenvolvimento.

Rumo a uma Solução

Atender às necessidades dos países e comunidades afetadas ou emergentes de conflitos está entre os desafios mais complexos que a África enfrenta. Restaurar e construir a autoridade do Estado e sua capacidade de desempenhar funções básicas, construir confiança em uma nova ordem política e estruturas de governança, reparar o tecido social e abordar as causas profundas do conflito para evitar recaídas; são processos complexos e de longo prazo que abrangem a pacificação e a manutenção da paz, mandatos e esforços de construção da paz e desenvolvimento. Eles exigem política e políticas públicas abrangentes, integradas e inclusivas, financiamento sustentado e envolvimento e coordenação entre uma ampla gama de atores locais, nacionais, regionais e internacionais em todo onexo humanitário- desenvolvimento- paz.

Ciente do acima e em resposta às mudanças na dinâmica do conflito e ao surgimento de novas ameaças, a caixa de ferramentas da comunidade internacional de gestão e resolução de conflitos está passando por uma reforma, com vistas a garantir a integração e complementaridade dos esforços em todo o continuum da paz.

O Egito tem contribuído significativamente para a realização de oito das nove missões de paz na África e acumulou vasta experiência no combate ao terrorismo, segurança de fronteiras e combate ao crime organizado. Muitos funcionários africanos estão participando de programas de treinamento sobre tráfico humano, migração ilegal, antiterrorismo, direito humanitário e habilidades de liderança por meio de parcerias com o Ministério da Justiça, as Forças Armadas e a Academia de Polícia do Egito. **Mais de 40 programas de capacitação foram implementados, alcançando mais de 1.200 participantes africanos. A EAPD organiza esses eventos com o espírito de promoção da paz, sem agenda oculta ou condicionalidade oculta.**

Como a EAPD acredita que o desenvolvimento e a segurança estão intimamente ligados, a Agência está colaborando com o Ministério da Defesa, a Academia de Polícia e o Centro de Resolução de Conflitos do Cairo

e Manutenção da Paz na África para apoiar outros países no alcance aos ODS 16 sobre promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas.

A EAPD enviou técnicos e políticos para apoiar os países africanos na construção de instituições de segurança nacional e está hospedando alunos africanos na Academia de Polícia do Egito. Para garantir a sustentabilidade da iniciativa, os alunos selecionados ocuparão cargos no país onde poderão disseminar o aprendizado, como agentes de extensão ou instrutores em suas respectivas instituições. Em alguns casos, os formados farão parte do comitê de seleção dos novos candidatos, e assim, reforçar a relação entre ex-alunos e alunos atuais, dando-lhes a oportunidade de se tornarem líderes em seus países.

O Egito valoriza suas raízes africanas fortemente e está ciente dos desafios comuns que o continente enfrenta. O país se esforça para construir e alavancar sua experiência nacional para complementar os esforços continentais, promover o desenvolvimento sustentável e cumprir os objetivos de paz, estabilidade, prosperidade e bem-estar.

Contato:

Nome: Embaixador Mahmoud El Maghraby

Cargo: Secretário Geral

Organização: Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD)

E-mail: mahmoud.elmaghraby@mfa.gov.eg



NOME DO PROJETO: Programas de Capacitação em Paz e Segurança

PAÍSES/REGIÕES: Burkina Faso, Chade, Djibuti, Egito, Mali, Mauritânia, Níger, Somália, Sudão

INDICADO POR: Embaixadas egípcias na África, Ministérios das Relações Exteriores dos países participantes, Ministério da Defesa de Egito, Academia de Polícia Egípcia, Centro do Cairo para Resolução de Conflitos e Manutenção da Paz na África

OBJETIVO(S) DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16.2, 16.3, 16.4

APOIO: Academia de Polícia Egípcia; Instituto de Estudos Militares de Násser

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério da Defesa do Egito, Forças Armadas, Academia de Polícia

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2014–presente

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3jiPTmS>



Sustentando a Paz por Meio da Promoção da Tolerância, Pluralismo e Democracia

Comemorando a diversidade e o pluralismo para apoiar a paz sustentada



Desafio

O prolongado conflito armado no Afeganistão, que já dura quase quatro décadas, cria instabilidade política e social. O Governo e vários elementos da sociedade procuram superar este desafio contínuo. Como resultado, as iniciativas que visam alcançar a paz e reconciliação no Afeganistão estão ficando cada vez mais preocupante na comunidade internacional. As experiências que tem sido bem sucedidas na resolução de conflitos devem ser compartilhadas para possibilitar ao Governo do Afeganistão a oportunidade de formular sua própria estratégia de expansão da paz e reconciliação.

Rumo a uma Solução

Os esforços de paz e reconciliação no Afeganistão são complexos e requerem o apoio da comunidade internacional. A Indonésia se comprometeu a apoiar este nobre empreendimento por vários meios, inclusive fornecendo apoio político e capacitação. O governo convocou um programa de capacitação intitulado 'Capacitação para diplomatas afegãos: Indonésia e construção da paz por meio da promoção da tolerância, pluralismo e democracia - experiências e lições aprendidas'. O programa também fez parte do compromisso da Indonésia como Membro Não Permanente do Conselho de Segurança da ONU para 2019–2020, e também dos meios para fortalecer a estrutura de cooperação Sul-Sul.

Este programa foi convocado para dez diplomatas do Afeganistão do 16–23 de julho de 2019 em Jacarta e Ambom, Indonésia. O esforço conjunto foi organizado pela Direção de Cooperação Técnica, pelo Centro de Educação e Treinamento e pela Direção Geral de Cooperação Multilateral do Ministério das Relações Exteriores da Indonésia. Durante o programa, diplomatas afegãos aprenderam estratégias para resolver conflitos sobre diferenças graves, promover a tolerância e viver em paz e harmonia. A Indonésia pode servir de modelo para a construção da paz entre comunidades heterogêneas.

Durante a cerimônia de abertura do programa, o chefe do Centro de Educação e Treinamento destacou sua importância no fortalecimento da cooperação bilateral entre a Indonésia e o Afeganistão. Ele reiterou que o programa é uma prova do compromisso de seu governo em apoiar plenamente a paz no Afeganistão no âmbito da cooperação Sul-Sul, aumentando as capacidades de construção da paz dos diplomatas.

Durante sua estada na Indonésia, os diplomatas afegãos receberam treinamento em sala de aula na ideologia Pancasila, tolerância, pluralismo na sociedade, islamismo e democracia na Indonésia. Eles também foram informados sobre as experiências do país na diplomacia de construção da paz. A fim de explorar a resolução de conflitos e a atmosfera de tolerância religiosa na Indonésia, os participantes foram convidados a visitar a Mesquita de Istiqlal e a Catedral de Jacarta e observar a vida diária em Ambom. A cidade foi escolhida como exemplo de resolução pacífica de conflitos entre comunidades religiosas.

Durante uma visita a Ambom, os participantes foram informados de que o núcleo da resolução de conflitos envolvia não apenas governos centrais e regionais e forças de segurança, mas também as aspirações das comunidades de base, especialmente jovens e mulheres. Eles aprenderam sobre a tradição de *Pela Guangdong*, uma designação dada a dois ou mais países ou aldeias que têm uma relação fraterna ou uma aliança, que é um costume ancestral dos Molucanos e desempenha um papel importante na união da sociedade.



© Ministry of Foreign Affairs, Indonesia

O objetivo do treinamento era aumentar a capacidade dos afegãos diplomatas em promover a paz em seu país, aplicando os conhecimentos adquiridos na Indonésia. Além disso, as relações bilaterais entre os países devem crescer.

Vários dias após o treinamento, o Ministro das Relações Exteriores do Afeganistão e o Enviado Especial do Ministério das Relações Exteriores da Indonésia ao Afeganistão se reuniram para discutir as relações bilaterais entre os dois países, incluindo a possibilidade de um treinamento de acompanhamento sobre resolução de conflitos e potencial cooperação no diálogo inter-religioso e empoderamento das mulheres.

No dia 23 de Dezembro 2019, o Ministério das Relações Exteriores da Indonésia também sediou uma sessão de diálogo de dois dias, na qual dezenas de mulheres afegãs participaram, e liderado pelo Ministro atual da Informação e Cultura do Afeganistão, para discutir o

estabelecimento de uma Associação Solidária para Mulheres do Afeganistão e da Indonésia que focaria no empoderamento das mulheres nos esforços de construção da paz no Afeganistão. A Associação foi fundada oficialmente no dia 1º de março de 2020, em Cabul, Afeganistão, durante uma visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da Indonésia.

Esta iniciativa contribuiu para a realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, pois o programa de treinamento incentivou os participantes a adotar meios pacíficos para alcançar instituições sustentáveis, inclusivas e justas em todos os níveis da sociedade no Afeganistão.

Contato:

Nome: Sr. Mohammad Syarif Alatas

Cargo: Diretor da Organização de Cooperação Técnica:
Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

E-mail: syarif.alatas@kemlu.go.id



NOME DO PROJETO: Sustentando a Paz por meio da Promoção da Tolerância, Pluralismo e Democracia

PAÍSES/REGIÕES: Afeganistão, Indonésia

INDICADO POR: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16.1, 17.9

APOIO: Ministério das Relações Exteriores do Afeganistão

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 16–23 de julho de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/31w2nSh> (em Bahasa Indonésia)



Policiamento Comunitário

Promover relações amigáveis, sociedades amigáveis e comunidades seguras

Desafio

De acordo com o *InSight Crime*¹, Guatemala teve uma taxa de homicídio de 21.5 mortes por 100.000 habitantes em 2019, ocupando o nono lugar entre os países da América Latina e do Caribe.

Como resultado da guerra civil de 36 anos e, mais recentemente, do surgimento de gangues 'maras', a desconfiança na autoridade policial foi generalizada. As autoridades locais não trabalharam nem apoiaram a polícia, o que afetou a segurança de comunidades inteiras. O crime e os homicídios aumentaram, mas as pessoas tinham medo de relatar os incidentes por causa de relatos de corrupção policial. A polícia tinha uma percepção negativa da comunidade e havia um relacionamento ruim entre prefeitos e chefes de polícia. Todos esses elementos contribuíram para piorar a segurança na Guatemala.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esses desafios, a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) iniciou um projeto de cooperação técnica na Guatemala, no qual policiais brasileiros compartilharam boas práticas com seus colegas guatemaltecos. O Brasil era conhecido por seus altos índices de criminalidade na década de 1990. No entanto, o governo de São Paulo conseguiu reduzir drasticamente a taxa de criminalidade ao implementar o sistema japonês de policiamento comunitário *koban* e ao construir a confiança da comunidade. A JICA apoiou esses esforços com um projeto de cooperação técnica em policiamento comunitário, que usa o sistema *koban*. O projeto ajudou a reduzir a taxa de homicídios no estado de São Paulo em 70 por cento ao longo de um período de 10 anos.

De 1964–1985, o Brasil foi governado por uma ditadura militar que governava mais pelo medo do que pela confiança. Após a queda desse regime, o governo tentou restaurar a confiança introduzindo o policiamento comunitário. Ele estudou vários sistemas de policiamento comunitário de vários países. O estado de São Paulo decidiu adotar o modelo japonês de policiamento comunitário, no qual os policiais japoneses visitam a comunidade a pé ou de bicicleta e se comunicam com as pessoas pessoalmente, estreitando o relacionamento com elas.

A JICA Brasil apresentou o sistema *koban* japonês à Polícia Militar de São Paulo [Polícia Militar do Estado de São Paulo] (PMESP) no ano 2000. Nesse sistema, os policiais são incentivados a visitar a comunidade a pé, conversar com os moradores pessoalmente e planejar e participar de atividades comunitárias com a população. Por meio dessas atividades, o PMESP tem conseguido construir a confiança entre o poder público e a comunidade, fazendo com que a relação evolua do confronto para o da harmonia. O PMESP agora recebe muito mais informações das comunidades, o que ajuda a prevenir o crime. Este projeto não requer nenhuma tecnologia especial ou um investimento financeiro significativo.

A JICA assinou o Programa de Parceria Japão Brasil no ano 2000 para promover a cooperação triangular, estendendo as boas práticas à outros países vizinhos que também sofrem com os mesmos



© JICA

1 Parker Asmann and Eimhin O'Reilly, "InSight Crime's 2019 Homicide Round-Up", InSight Crime, 28 January 2020

problemas, o melhor uso dos recursos brasileiros. Apoia o Governo do Brasil na formulação, monitoramento e avaliação de projetos de cooperação internacional. Esta plataforma permitiu ao Governo estender as suas boas práticas aos países vizinhos que sofrem de problemas semelhantes.

A pedido do Governo da Guatemala, o 'Projeto de Fortalecimento dos Recursos Humanos da Polícia por meio da Promoção da Filosofia da Polícia Comunitária' foi implantado em 2016, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação, Ministério da Justiça e funcionários do PMESP. O projeto teve como objetivo reduzir os índices de criminalidade e, ao mesmo tempo, restaurar a confiança da comunidade na Polícia Nacional Civil. Os oficiais do PMESP passaram a atuar como especialistas em policiamento comunitário, tendo adaptado o sistema japonês ao contexto brasileiro, e compartilhado seus conhecimentos e experiências com os policiais da Guatemala.

Ao longo do projeto, os especialistas brasileiros conduziram oito treinamentos no Brasil e dez na Guatemala, durante os quais aproximadamente 1.300 policiais guatemaltecos aprenderam sobre policiamento comunitário. No Brasil, os oficiais guatemaltecos acompanharam seus colegas brasileiros em patrulha para se envolver com

as comunidades locais. Tanto oficiais seniores quanto uniformizados, alguns dos quais nunca haviam viajado para fora do país, foram convidados para participar das oficinas no Brasil para ver o impacto do policiamento comunitário na segurança pública. Policiais guatemaltecos usaram o projeto brasileiro como modelo e estão ativamente envolvidos em atividades comunitárias de segurança no trânsito em escolas e limpeza de ruas. Como resultado, oficiais de todas as patentes e membros da comunidade aprenderam que a segurança pública pode ser mantida por confiança mútua. Os policiais tinham orgulho de seu trabalho, pois reduziram os índices de criminalidade e tornaram as comunidades mais seguras. **O projeto conseguiu reduzir a taxa de homicídios de 76 mortes por 100.000 habitantes em 2017 para 37 mortes em 2019 em São Pedro Ayampuc, e de 49 mortes para 12 mortes em Chinautla, Guatemala.**

Contato:

Nome: Sra. Marta Ventura

Cargo: Representante Oficial do Projeto

Organização: Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) Guatemala

E-mail: venturamarta.gu@jica.go.jp

Telefone: +502 5945-7252

NOME DO PROJETO: Projeto de Capacitação da Polícia por meio da Promoção da Filosofia Policial Comunitária

PAÍSES/REGIÕES: Brasil, Guatemala, Japão

INDICADO POR: Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) Escritório da Guatemala, Escritório da JICA Brasil

OBJETIVO (S) DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16.1

APOIO: JICA; Polícia Militar do Estado de São Paulo

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Polícia Nacional Civil da Guatemala

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Julho de 2016 – Julho de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32wAwkh> (em português)



Registro Civil na Ásia-Pacífico

Colaborar para reforçar o registro civil nacional e os sistemas de estatísticas essenciais

Desafio

Na região da Ásia-Pacífico, aproximadamente 65 milhões de crianças menores de cinco anos não estão registradas¹. Essa falta de identidade nega às crianças uma existência perante a lei. À medida que envelhecem, isso os impede de acessar serviços sociais, educacionais, de saúde e financeiros, bem como aos mercados de trabalho. Eles não contam com as proteções legais necessárias para aumentar sua qualidade de vida. Ao promover o registro civil universal e uma identidade legal para todos, um Estado pode, portanto, fortalecer sua capacidade de alcançar uma série de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas.

Embora os órgãos de registro civil na Ásia-Pacífico enfrentem desafios nacionais únicos para alcançar o registro universal, eles também devem abordar questões práticas de registro, bem como questões internacionais, como migração causada por conflitos, desastres naturais e mudanças climáticas. Como tal, os registradores civis devem fortalecer a tecnologia da informação e comunicação e adotar abordagens inovadoras para enfrentar esses desafios. Eles devem trabalhar em rede em um ambiente propício para o compartilhamento de ideias, aprender uns com os outros e encontrar soluções comuns por meio da cooperação Sul-Sul.

Rumo a uma Solução

Reconhecendo que o registro civil universal é fundamental para o desenvolvimento sustentável e inclusivo, a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) e seus parceiros de desenvolvimento sediaram uma reunião de registradores civis da Ásia-Pacífico em 2014. Essa reunião teve como objetivo melhorar o impacto dos sistemas de registro civil e estatísticas vitais (RCEV) no fornecimento de identidade legal (meta 16.9 dos ODS), alcance da cobertura universal de saúde (meta 3.8) e educação infantil (meta 4.2), eliminação de casamentos infantis (meta 5.3), promoção do ingresso no sistema formal emprego (meta 8.7) e garantia de que as mulheres não tenham seus direitos de herança ou serviços financeiros negados por causa da falta de identificação (meta 5-a). Os participantes concordaram em criar redes sub-regionais na Ásia e no Pacífico para colaborar em questões transfronteiriças em RCEV e trocar ideias, boas práticas e lições aprendidas.

Desde então, duas redes sub-regionais foram estabelecidas, com a assistência da ESCAP, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Comunidade do Pacífico e de outros parceiros de desenvolvimento. Além da Rede de Registradores Civis do Pacífico e dos Profissionais de Registro Civil do Sul da Ásia (CR8), uma terceira rede sub-regional para países da Ásia do Norte e Central está em andamento. As redes fortaleceram a coordenação e priorizaram abordagens tecnológicas compartilhadas para colaborar em desafios transfronteiriços comuns. Por exemplo, a Rede de Registro Civil do Pacífico ajuda os membros a reforçar a resiliência, adotando as melhores práticas para o registro de dados usando estatísticas vitais para informar os serviços pós-desastres.

As redes sub-regionais promovem a cooperação Sul-Sul por meio da troca de métodos inovadores para melhorar os sistemas RCEV entre os países. Eles também promovem o desenvolvimento de abordagens de compartilhamento de dados e boas práticas para melhorar os sistemas para que ninguém seja deixado para trás Essas redes permitem que as partes interessadas se comuniquem regularmente entre si e desenvolvam abordagens coletivas para o armazenamento e recuperação de dados de registro civil.

¹ Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Registro de Nascimento para Cada Criança até 2030: — Estamos no Caminho Certo?* (Nova Iorque, 2019).



© UNESCAP

O plano estratégico 2015–2026 da Rede de Registro Civil do Pacífico inclui uma estratégia de comunicação e compartilhamento de informações. Por meio de esforços colaborativos, os Estados da sub-região do Pacífico alcançaram um aumento nos registros de nascimento e no apoio de doadores. Papua Nova Guiné registrou recentemente o nascimento de mais de um milhão de adultos não registrados como parte de um programa nacional para emitir oito milhões de carteiras de identidade antes das eleições de abril de 2021. Entre 2013–2019, Kiribati alcançou um aumento de 14.2 por cento nos nascimentos territoriais registrados dentro de um ano (meta ODS16.9).

Essas redes sub-regionais inovadoras são as primeiras de seu tipo na Ásia-Pacífico a priorizar as necessidades das autoridades nacionais de registro civil e, ao mesmo tempo, buscar soluções comuns para os desafios transfronteiriços. As redes têm facilitado o uso crescente de soluções tecnológicas inovadoras, como servidores baseados em nuvem para armazenamento e recuperação de dados. Cada rede aborda problemas comuns, permanecendo flexível para as necessidades locais. Eles também apoiam a realização da visão compartilhada da Ásia-Pacífico para ver todas as pessoas se beneficiarem de sistemas RCEV universais e responsivos que facilitam o gozo de seus direitos e apoiam a boa governança, saúde e desenvolvimento até 2024².

Ao enfatizar a cooperação Sul-Sul ao colocar as necessidades das autoridades de registro nacionais no centro de seus mandatos de sustentabilidade é ainda apoiada por acordos sub-regionais. Por exemplo, sob o acordo de compartilhamento de dados da Rede de Registradores Cíveis do Pacífico, as partes interessadas nacionais estão simplificando o processo de reconhecimento de documentos públicos 2 E/ESCAP/RES/71/14, Anexo A

cos de outros membros para facilitar o compartilhamento de dados através das fronteiras e melhorar o trabalho diário dos registradores. A Rede de Registradores Cíveis do Pacífico reconheceu rapidamente a necessidade de melhorar os procedimentos de compartilhamento de dados de registro civil. Como os habitantes das Ilhas do Pacífico frequentemente viajam ao exterior para tratamento médico, a falta de compartilhamento de dados impediu os países de coletar informações precisas sobre eventos vitais, incluindo nascimentos e mortes.

Aprendendo com o sucesso da Rede de Registradores Cíveis do Pacífico, o CR8 identificou um grupo de especialistas dedicados a abordar questões comuns a sua própria sub-região. Cada reunião levou ao lançamento de um compêndio apresentando desafios comuns e as soluções para enfrentá-los.

Finalmente, a adaptabilidade as sub-regiões complementares depende de compromissos políticos para melhorar os sistemas RCEV e uma abertura para o compartilhamento de informações. Os registradores cíveis na Ásia e no Pacífico continuarão trabalhando juntos para expandir a cobertura de registro e cumprir os ODS relacionados, garantindo uma identidade legal para todos. Assim, essas redes promovem a cooperação Sul-Sul nos níveis nacional e sub-regional.

Contato:

Nome: Sra. Gemma Van Halderen

Cargo: Diretor, Divisão de Estatística

Organização: Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP)

E-mail: gemma.vanhalderen@un.org

NOME DO PROJETO: Estabelecendo Redes Sub-regionais para Profissionais de Registro Civil na Ásia e no Pacífico

PAÍSES/REGIÕES: Rede de Registro Civil do Pacífico: Samoa Americana, Ilhas Cook, Fiji, Polinésia Francesa, Guam, Kiribati, Ilhas Marshall, Micronésia (Estados Federados da), Nauru, Nova Caledônia, Niue, Ilhas Marianas do Norte, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vanuatu

Profissionais de registro civil do sul da Ásia: Afeganistão, Bangladeche, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka

INDICADO POR: Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP)

OBJETIVO (S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.8, 4.2, 5.3, 5-a, 8.7, 16.9, 17.19

APOIO: ESCAP, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Organização Mundial da Saúde e Plano Internacional

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Profissionais de registro civil da Ásia e do Pacífico

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2014–presente

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3aWWz7g>

Pós-COP21 Fase II: Melhoramento das Capacidades da Mídia em Monitorar e Divulgar as Mudanças Climáticas

Conscientizar e compreender as estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas por meio do jornalismo

Desafio

Já se passaram cinco anos desde o acordo climático histórico feito em 2015 na 21ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Paris. Com os cientistas continuando a divulgar novas informações sobre modelos de mudanças climáticas, a necessidade de converter as metas de emissão de palavras em ações nunca foi tão importante. Jornalistas e escolas de jornalismo têm um papel vital a desempenhar para garantir que as estratégias de mitigação e adaptação sejam discutidas abertamente por meio de fortes práticas de jornalismo onde a liberdade de expressão deve prosperar. Isso é particularmente importante nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e nos países do Sudeste Asiático e da África Subsaariana, onde os eventos climáticos extremos provavelmente aumentarão nas próximas décadas.

A UNFCCC, que precedeu todas as COPs, abordou informações científicas, educação, treinamento e conscientização pública e enfatizou o papel que as organizações não governamentais podem desempenhar no combate às mudanças climáticas no artigo No. 4 do Tratado.

Rumo a uma Solução

O projeto intitulado 'Pós-COP21 Fase II: Fortalecimento da Capacidade da Mídia para Monitorar e Relatar sobre Mudanças Climáticas na Ásia-Pacífico e na África' buscou consolidar e fortalecer o trabalho realizado durante a primeira fase do projeto, que foi apoiado pelo Programa de Cooperação entre a Malásia e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A segunda fase continuou a colocar em prática o artigo 4 do Tratado da UNFCCC, ao mesmo tempo em que fortalecia vários recursos da UNESCO sobre educação em jornalismo, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas em contextos regionais. Esses recursos incluem:

- Transmitindo a mensagem: relatando sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Ásia e o Pacífico: um manual para jornalistas (2019)
- Declaração da UNESCO sobre Princípios Éticos em relação às Mudanças Climática (2017)
- Ensino de jornalismo para o desenvolvimento sustentável: novos currículos (2015)
- Mudanças climáticas na África: um guia para jornalistas (2013)
- Currículos modelo para educação em jornalismo: um compêndio de novos programas (2013)

As atividades realizadas durante a primeira fase do Programa de Cooperação Malásia-UNESCO tiveram um impacto nos SIDS e no Sudeste Asiático e na África. Mais de 80 jornalistas influentes da Malásia e de países selecionados foram equipados com maior conhecimento sobre a ciência da mudança climática e estratégias para melhor investigar, monitorar e relatar a seus respectivos públicos. Um treinamento regional voltado para jovens jornalistas do Sudeste Asiático foi oferecido pelo Instituto de Estudos Midiáticos da Cambodja e facilitado por fotojornalistas das Filipinas. Uma das principais lições aprendidas na fase inicial deste projeto foi a necessidade de focar o aspecto humano das mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável. Os beneficiários sentiram que a mitigação e adaptação às mudanças climáticas são mais bem alcançadas quando as pessoas são capacitadas dentro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente no que diz respeito ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, sobre igualdade de gênero; ODS 11, sobre cidades

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



© UNESCO

e comunidades sustentáveis; ODS 13, sobre ação climática; e ODS 16, sobre paz, justiça e instituições fortes, ecoando assim o desafio de não deixar ninguém para trás.

Durante a Fase I deste projeto, o Programa Internacional da UNESCO para o Desenvolvimento da Comunicação publicou 'Divulgando a Notícia: Relatando sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável na Ásia e no Pacífico: Um Manual para Jornalistas'. Ele explora os aspectos essenciais da mudança climática, incluindo suas injustiças para com as comunidades vulneráveis, especialmente mulheres e meninas e países menos desenvolvidos. O manual também fornece exemplos de melhores práticas e histórias de esperança exclusivas para a região. Ele pode ser usado como um recurso para que jornalistas entendam a ciência das mudanças climáticas e ajudá-los a melhorar a reportagem sobre os ângulos ambientais, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos da história, entre outros.

Este Manual faz parte da Série UNESCO sobre Educação em Jornalismo, que visa promover a excelência no jornalismo. Ele é projetado para reforçar as capacidades de jornalistas, educadores de jornalismo e suas instituições para promover o desenvolvimento sustentável, aumentando a cobertura da ciência, e governança democrática.

Durante a segunda fase deste projeto, o Manual foi adaptado em um curso online aberto massivo. Além disso, em abril de 2019, a UNESCO apresentou o Manual na quinta Cúpula da Mídia sobre Ação Climática e Preparação da União de Radiodifusão da Ásia-Pacífico (ABU), realizada em Catmandu, Nepal. Durante a Cúpula, emissoras de serviço público da região da Ásia-Pacífico também foram treinadas em relatórios de mudanças climáticas com base no Manual, e o treinamento foi facilitado por um palestrante sênior da Universidade Sains Malásia.

Em outubro de 2019, a ABU organizou um programa de geminação Sul-Sul para aproximadamente 20 jornalistas da SIDS e dos Estados

da África e do Sudeste Asiático para promover a transferência de conhecimento e boas práticas na cobertura das mudanças climáticas. O programa de geminação incluiu o desenvolvimento de um programa de treinamento baseado no Manual da UNESCO. Além disso, foi organizado um treinamento e produzidos relatórios especializados. Houve também um acompanhamento para discutir como os aprendizes integrariam essas habilidades em seus relatórios de mudanças climáticas.

Esta é uma abordagem multifacetada para lidar com as questões das mudanças climáticas por meio do jornalismo. O Manual contribuiu para a sustentabilidade do projeto, pois foi traduzido para vários idiomas no Sudeste Asiático, incluindo o tailandês. Por exemplo **a Embaixada Britânica na Tailândia usou o Manual da UNESCO para treinar mais de 100 jornalistas, editores e estudantes de jornalismo da Tailândia em reportagens sobre mudanças climáticas**. Outro parâmetro importante que ajuda a garantir a sustentabilidade é a rede de campo da UNESCO e seus parceiros, como a *Internews*, que esteve envolvida na implementação do projeto na Ásia e no Pacífico e continua defendendo os resultados por meio de sua Rede de Jornalismo da Terra.

Contato:

Nome: Sr. Ming Lim

Cargo: Conselheiro para Comunicação e Informação

Organização: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) Jacarta

E-mail: m.lim@unesco.org

Nome: Sra. Misako Ito

Cargo: Conselheiro para Comunicação e Informação

Organização: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Bangkok

E-mail: m.ito@unesco.org

NOME DO PROJETO: Pós-COP21 Fase II: Melhoramento das Capacidades da Mídia em Monitorar e Divulgar Mudanças Climáticas

PAÍSES/REGIÕES: Pequenos Estados insulares em desenvolvimento, países da Ásia-Pacífico e da África Subsaariana, Malásia

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5-b, 13.3, 16.10

APOIO: Fundo Fiduciário da Malásia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNESCO

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2YNGaNK>; <https://bit.ly/2QFi8jE>; <https://bit.ly/3jtVkzz>; <https://bit.ly/31GXg1C>



Melhoria da Gestão Ambiental na Cooperação Sul-Sul

Reconhecendo que mesmo a lei ambiental mais elaborada terá pouco efeito se não for aplicada de forma eficaz

Desafio

A legislação ambiental nacional só é eficaz na gestão e proteção do meio ambiente quando é aplicada e quando a comunidade alvo estiver em acordo com a reguladora. Embora muitos países em desenvolvimento tenham implementado várias políticas de legislação ambiental nacional, a fiscalização continua sendo um desafio significativo devido à falta de capacidades institucionais, competência entre as autoridades relevantes e informações e materiais de orientação nacional sobre a fiscalização. Esses desafios impedem o fortalecimento e a eficácia das leis, resultando em degradação ambiental. Alguns países em desenvolvimento estão mais avançados do que outros no enfrentamento aos desafios de fiscalização. Como resultado, este projeto foi concebido para reuni-los a fim de gerar uma troca de experiências e lições aprendidas na execução civil, penal e administrativa. Os países participantes passaram a gerar e documentar as melhores práticas que poderiam ser usadas para desenvolver as capacidades de outros países em desenvolvimento na aplicação das leis ambientais nacionais.

Rumo a uma Solução

O projeto intitulado 'Fortalecimento da Capacidade Institucional dos Países Africanos e Asiáticos para a Aplicação da Legislação Ambiental por meio da Cooperação Sul-Sul' proporcionou um fórum para os países em desenvolvimento compartilharem experiências e aprenderem lições para enfrentar os desafios na aplicação e gerar e documentar boas práticas que poderiam ser replicado por outros países em desenvolvimento para enfrentar os desafios da aplicação. A reunião foi altamente interativa e todos os participantes totalmente engajados em compartilhar experiências sobre vários aspectos da aplicação da lei. Durante essas deliberações, eles geraram um conjunto de melhores práticas, que permitiu aos países piloto do Malawi, Nigéria e Vietnã desenvolver suas próprias leis ambientais nacionais e materiais de orientação institucional nacional. Essas melhores práticas de fiscalização foram amplamente disseminadas online, influenciando assim o desenvolvimento institucional além dos países-alvo.

A segunda iniciativa inter-regional teve como objetivo fornecer informações aos países e instituições sobre a promoção de ações inovadoras de fiscalização, cálculo e compensação de danos ambientais e medição da fiscalização. Exemplos de boas práticas nessas três áreas temáticas foram retirados das experiências dos países no desenvolvimento de mecanismos relevantes. As boas práticas são soluções que foram implementadas em determinados países para abordar dificuldades específicas na aplicação da lei ambiental e que tiveram sucesso em resolver essas dificuldades ou mostraram ser promissoras. Essas áreas de foco foram escolhidas porque os países em desenvolvimento exigiam alguma clareza.

O maior sucesso do projeto foi aumentar as capacidades institucionais dos países para fazer cumprir a legislação ambiental. O conjunto de melhores práticas foi adotado pelos países participantes para fortalecer as instituições que estavam lutando contra a aplicação fraca. O principal mecanismo usado em todo o projeto foi a troca de informações. As boas práticas desenvolvidas foram documentadas, permitindo que cada país fizesse uso das lições. O projeto, portanto, facilitou a aprendizagem entre pares no fortalecimento da aplicação das leis entre os países participantes.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente foi capaz de usar o conjunto de boas práticas para apoiar os esforços de fiscalização em vários países, transmitindo conhecimento aos encarregados da fiscalização sobre várias soluções potenciais.



© UNEP

Por exemplo, um manual de treinamento de treinadores para imposição da lei foi elaborado no Malawi. No Vietnã, foi criado um manual sobre passivos ambientais de acordo com a legislação ambiental e outros tipos de legislação. Na Nigéria, uma nova política de fiscalização também foi desenvolvida usando os resultados e o financiamento deste projeto.

A cooperação Sul-Sul foi fundamental na implementação do projeto e no alcance dos resultados. As melhores práticas foram registradas em dois volumes para referência e a capacitação disponibilizada on-

line para vários usuários, incluindo oficiais de aplicação e fiscalização nos países em desenvolvimento, contribuindo assim para a sustentabilidade do projeto.

Contato:

Nome: Sra. Sylvia Bankobeza

Cargo: Diretor Jurídico

Organização: Programa Nações Unidas para o Meio Ambiente

E-mail: sylvia.bankobeza@un.org



NOME DO PROJETO: Melhoria da Gestão Institucional na Aplicação da Legislação Ambiental por meio da Cooperação Sul-Sul

PAÍSES/REGIÕES: 24 países da África, Ásia Central e Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), além da China

INDICADO POR: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16.7, 16.10, 16-b

APOIO: Ministérios governamentais do meio ambiente, agências de proteção ambiental e outras agências de fiscalização, Centro de Cooperação Ambiental China; ASEAN; organizações regionais, redes de fiscalização, universidades

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNEP

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2014–2017

SITE DO PROJETO: Não disponível



Intercambio de Boas Práticas Municipais em Áreas Urbanas Afetadas pela Violência e Reforço às Competências de Deslocamento

Troca de experiências e boas práticas para capacitação e coordenação nacional em resposta ao deslocamento forçado

Desafio

Em 2019, Honduras finalizou um estudo sobre o impacto do deslocamento e soluções alternativas para pessoas deslocadas. Concluiu que 58.500 famílias foram deslocadas entre 2004–2018. Das 247.090 pessoas afetadas, pelo menos um membro por família foi desalojado pela violência. Embora tenha sido estabelecido que o deslocamento ocorre como resultado da violência em Honduras, o estudo destacou o amplo impacto do deslocamento interno sobre seus cidadãos. Usando este estudo como base, o Governo de Honduras se esforçou para desenvolver uma resposta holística ao deslocamento interno e para fortalecer as proteções e cuidados para as pessoas deslocadas nos níveis local e nacional.

Rumo a uma Solução

Para atingir essas metas, o Governo buscou o apoio da Colômbia, país que tratou com o deslocamento interno em um contexto semelhante. O intercâmbio se concentrou na resposta institucional ao deslocamento forçado por autoridades locais e o judiciário na Colômbia, que desenvolveram e implementaram mecanismos para promover a coordenação entre os níveis local e nacional.

O intercâmbio teve como objetivo apoiar a Comissão Interinstitucional para a Proteção de Pessoas Deslocadas pela Violência (CIPPDV) de Honduras na formulação de políticas públicas e programas locais com soluções sustentáveis para prevenir e proteger contra o deslocamento forçado nos municípios de São Pedro Sula e El Progreso. A Comissão entregou formalmente o projeto de lei sobre prevenção, cuidado e proteção para pessoas deslocadas internamente à Comissão de Justiça e Direitos Humanos do Congresso.

O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o CIPPDV facilitaram um intercâmbio entre autoridades colombianas de Bogotá e Medellín e autoridades hondurenhas do município de San Pedro Sula. O objetivo era compartilhar o conhecimento sobre as linhas de coordenação disponíveis para os governos locais em uma estrutura descentralizada e sobre os mecanismos locais para prevenir o deslocamento forçado, que promovem sociedades justas, pacíficas e inclusivas no nível local.

A troca de experiências fortaleceu a resposta ao deslocamento interno no município de San Pedro Sula, onde foram elaborados e atualizados mecanismos, políticas públicas e programas locais para prevenir o deslocamento forçado e oferecer proteção e atendimento aos deslocados pela violência.

Após uma visita a um centro local que atende vítimas de deslocamento na Colômbia, as autoridades hondurenhas decidiram adaptar este valioso serviço, com ajustes para o contexto local. Eles solicitaram assistência técnica do ACNUR para estabelecer um centro local de atendimento às vítimas em São Pedro Sula, e o ACNUR tem coordenado o seu desenvolvimento com autoridades em Honduras.

Respeito ao judiciário, com a coordenação e apoio da escola jurídica de Honduras, 15 juízes de várias câmaras da Corte Suprema de Honduras participaram de uma reunião conduzida por um perito em restituição de terras e um magistrado da Colômbia. Eles trocaram boas práticas e lições aprendidas sobre o desenvolvimento de processos de restituição de terras na Colômbia para dar continuidade aos esforços em Honduras e garantir a aplicação da justiça no contexto do deslocamento forçado.



© UNHCR

Esta experiência teve como objetivo fornecer exemplos de boas práticas no que diz respeito à definição das condições necessárias para facilitar o acesso à justiça e a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, estabelecendo melhores critérios para a revisão dos quadros jurídicos, ferramentas e mecanismos de forma a garantir a aplicação da justiça no contexto de deslocamento forçado, bem como terras e propriedades abandonadas como resultado da violência.

Como resultado dessa troca, vários oficiais de justiça expandiram seus conhecimentos sobre como lidar com possíveis pedidos de terra / casos de restituição de habitação no futuro. Esta troca de boas práticas deve ser usada para expandir os critérios de atualização de instrumentos existentes para abordar o deslocamento forçado, ga-

rantindo que os processos sejam sustentáveis e respondam de forma adequada à situação em Honduras. Dessa forma, é possível promover o acesso à paz e à justiça, garantir a sustentabilidade institucionalizando processos de proteção legal e fortalecer as capacidades locais no registro e restituição de terras e propriedades abandonadas.

Contato:

Nome: Sr. Andrés Celis

Cargo: Representante

Organização: Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

E-mail: celis@unhcr.org



NOME DO PROJETO: Intercâmbio de Boas Práticas Municipais em Áreas Urbanas Afetados pela Violência e Reforço às Competências de Deslocamento

PAÍSES/REGIÕES: Colômbia, Honduras

INDICADO POR: Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16.3, 16.7, 16-a

APOIO: ACNUR

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ACNUR, Comissão Interinstitucional para a Proteção de Pessoas Deslocadas por Violência (CIPPDV)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2–5 de julho de 2019

SITE DO PROJETO: Não disponível



Países MIRPS Partilham Boas Práticas de Determinação da Condição e na Aplicação da Convenção do Estatuto dos Refugiados

Trabalhando juntos para fortalecer os procedimentos nacionais de asilo no espírito do Acordo Global sobre Refugiados

Desafio

Belize está localizado no norte da América Central, que experimentou altos níveis de deslocamento forçado no final do século 20, resultando em um fluxo significativo de refugiados. Esse fenômeno provocou mudanças demográficas drásticas, cujos impactos se refletem na opinião pública atual. Embora o Estado tenha adotado a legislação nacional de refugiados, ele respondeu com cautela ao atual deslocamento regional forçado, mantendo uma baixa taxa de reconhecimento de refugiados e alocando recursos limitados para processar pedidos de asilo. As autoridades de refugiados receberam bem a oportunidade de iniciar um intercâmbio regional de melhores práticas para sistemas de asilo para melhor garantir que ninguém seja deixado para trás.

Rumo a uma Solução

Criado em 2017, a Estrutura Abrangente de Proteção e Soluções Regionais (conhecida como MIRPS por sua sigla em espanhol) é uma aplicação sub-regional e estadual do Pacto Global sobre Refugiados. Como membros do MIRPS, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México e Panamá se comprometeram a responder ao deslocamento forçado em nível nacional e regional. Cada um dos sete países desenvolveu um plano de ação nacional, e as prioridades regionais também são identificadas e implementadas ao longo de cada ano.

Belize ingressou no MIRPS em 2017, em resposta a um aumento no número de candidatos a refugiados de América Central do Norte. No início de 2018, Belize reconheceu oficialmente 28 refugiados, o primeiro em quase duas décadas.

De acordo com seu plano de ação nacional, o governo de Belize priorizou o fortalecimento de componentes chave de seu sistema nacional de asilo. Desde 2018, esforços de desenvolvimento de capacidade têm sido realizados para criar um ambiente de proteção mais favorável e um processo de asilo mais justo, incluindo esforços para operacionalizar a Iniciativa de Garantia de Qualidade.

Procedimentos eficazes de determinação da condição de refugiado (RSD) são um pré-requisito para a proteção do refugiado. A fim de garantir que os refugiados possam exercer seus direitos sob a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, uma determinação se o indivíduo tem direito a esses direitos deve ser feita dentro de um processo sólido de RSD. Até mesmo um solicitante de asilo, cujo status de refugiado ainda não foi determinado, é concedido a certos direitos que são salvaguardados por um sistema de asilo forte.

Tendo se beneficiado anteriormente da assistência do Canadá neste assunto, a Costa Rica foi considerada um excelente exemplo com o qual Belize poderia aprender e compartilhar experiências. Com seu sistema mais avançado, a Costa Rica tem sido mais capaz de se adaptar e responder a aumentos significativos nos pedidos de asilo resultantes do aumento do deslocamento forçado na região. O Governo continua a priorizar a qualidade e capacidade de resposta do seu sistema RSD, de acordo com o seu plano de ação nacional MIRPS.

Nesse sentido, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) facilitou o intercâmbio de boas práticas em respostas MIRPS na região, para o qual Costa Rica hospedou autoridades e instituições de refugiados de Belize. Autoridades de Belize receberam uma instrução do Ministério das Relações Exteriores da Costa Rica sobre o comitê interministerial estabelecido para implementar o plano de ação



nacional. O comitê reúne cinco ministérios diferentes para garantir uma resposta abrangente às questões enfrentadas pelos refugiados e requerentes de asilo.

O restante da missão concentrou-se no processo de RSD na Costa Rica. As observações dos processos de registro e entrevista foram seguidas de várias discussões sobre o procedimento de apelação e de informações de parceiros da sociedade civil que apoiam ativamente refugiados e requerentes de asilo ao longo do processo. Houve várias conclusões importantes para o Governo de Belize, incluindo mudanças na gestão de arquivos, o processo de registro, um formulário de registro simplificado e a emissão de autorizações de trabalho para requerentes de asilo.

Em outubro de 2019, funcionários do governo da Costa Rica visitaram Belize para continuar a troca de informações. Um juiz de primeira instância do RSD e um juiz do tribunal administrativo se reuniram com seus homólogos do RSD em Belize. Esta missão ajudou a identificar áreas prioritárias, incluindo emendas pendentes à legislação e práticas que poderiam garantir um processo mais rápido e justo para refugiados e instituições mais fortes para todo o Belize.

A troca de boas práticas e conhecimentos conectou funcionários do governo que trabalham nas mesmas áreas, permitindo que os dois países fortaleçam seus sistemas. O Governo da Costa Rica e o Conselho de Imigração e Refugiados do Canadá estabeleceram um programa semelhante; agora a Costa Rica pode compartilhar essas informações com Belize. Dado que o fortalecimento dos sistemas de asilo é um aspecto fundamental dos planos de ação nacionais para vários países do MIRPS, esse compartilhamento de boas práticas pode ser replicado na região. Seja que um país seja membro do MIRPS ou participe da Iniciativa de Garantia de Qualidade, os países do MIRPS estão dispostos a trabalhar com seus vizinhos para o benefício mútuo de todos aqueles que respondem ao deslocamento forçado na região.

Contato:

Nome: Sr. Joseph Hendrikx

Cargo: Oficial Associado de Ligação

Organização: Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

E-mail: hendrikx@unhcr.org

NOME DO PROJETO: Países MIRPS Partilham Boas Práticas na Determinação da Condição e na Aplicação da Convenção do Estatuto dos Refugiados

PAÍSES/REGIÕES: Belize, Costa Rica

INDICADO POR: Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16.6, 17.17

APOIO: ACNUR

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Departamento de Refugiados (Belize), Ministério das Relações Exteriores (Costa Rica)

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3lKLJd>



Programa de Voluntariado ECOWAS

Lidando com questões de paz e voluntaria do na África Ocidental

Desafio

Desde a década de 1990, a região da África Ocidental tem sido um centro de guerras civis e conflitos trans-fronteiriços e tem lutado constantemente contra conflitos armados e insegurança. Esses conflitos não apenas causam um número significativo de vítimas e trazem dor e sofrimento mental e físico para as comunidades, mas também desestabilizam os governos, enfraquecem as economias e destroem a infraestrutura básica. Uma série de protocolos, quadros estratégicos e políticas foram estabelecidos pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), a União Africana, as Nações Unidas e outras entidades para eliminar o impacto negativo do conflito e construir a resiliência e as capacidades de reconstrução de países em pós-conflito. No entanto, alguns problemas permanecem sem solução, incluindo a falta de uma rede de mobilização de recursos, a lacuna entre as políticas bem desenvolvidas e sua implementação efetiva e as deficiências na prestação de serviços sociais básicos, como educação e saúde.

Soluções inovadoras e eficazes são necessárias para alcançar o desenvolvimento mútuo e sustentável entre os países localizados na África Ocidental, resolver esta situação e consolidar a paz e a integração regional.

Rumo a uma Solução

O primeiro esquema de voluntariado regional, o Programa de Voluntariado da ECOWAS (PVE), foi lançado o 26 de março de 2010 em Monróvia, Libéria. Foi implementado pela ECOWAS e pelo programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV), com apoio financeiro do Banco Africano de Desenvolvimento. Em 2018, a Comissão da ECOWAS desenvolveu ainda mais o programa com vários parceiros. O objetivo geral do PVE é facilitar o engajamento e a participação dos jovens em iniciativas de paz e desenvolvimento por meio do voluntariado. Os jovens da ECOWAS estão unidos em sua convicção de que a prevenção de conflitos e a reconciliação podem ser usadas para consolidar a paz em seus países e na sub-região. O Programa mobilizou voluntários na África Ocidental para promover os ideais e estratégias da ECOWAS, que incluem união, paz, democracia, desenvolvimento sustentável e integração regional. Além disso, o PVE reforçou as competências e competências profissionais dos cidadãos da comunidade sob os temas da solidariedade, união, esperanças e sonhos.

O papel do PVE incluiu o fortalecimento das capacidades das organizações locais no desenvolvimento e implementação de projetos e programas em que os voluntários participaram (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável [ODS] 17); promoção da paz (ODS 16); aumentar a igualdade de gênero (ODS 5); estabelecer e apoiar parcerias entre comunidades (ODS 17); trabalho em rede em colaboração com outros países em desenvolvimento (ODS 17); e fornecer conhecimento e apoio técnico para as comunidades anfitriãs em iniciativas de educação, saúde e igualdade de gênero (ODS 3, 4 e 5).

O PVE ofereceu oportunidades para jovens profissionais da comunidade da ECOWAS servirem nos países vizinhos, apoiando iniciativas pós- crise. **Desde o lançamento do PVE, cerca de 200 voluntários foram destacados para três países em pós-conflito na África Ocidental: Guiné, Libéria e Serra Leoa. Ao compartilhar seus conhecimentos e fornecer assistência técnica em 14 áreas de especialização, os voluntários PVE trabalharam em estreita colaboração com governos locais e comunidades na promoção de áreas de desenvolvimento prioritárias nacionais** O PVE também ofereceu uma oportunidade para os jovens aprenderem e descobrirem novas culturas e fortalecerem os laços entre indivíduos de diferentes países. Além disso, o Programa abordou a questão da percepção intercomunitária. Em alguns países afetados pela guerra civil, como



© UNV

Serra Leoa ou Libéria, os estrangeiros de outros países da ECOWAS nem sempre foram bem recebidos. O envolvimento de voluntários por meio do PVE ajudou a melhorar as relações intercomunitárias, mudando as percepções das comunidades anfitriãs. Durante a avaliação deste programa, quase 99 por cento dos voluntários da ECOWAS acreditaram que o PVE tinha um importante valor acrescentado para eles.

Durante o programa, uma plataforma online PVE foi estabelecida para expandir ainda mais a possibilidade de cooperação entre os países da África Ocidental, mobilizar voluntários adicionais e compartilhar informações. Além disso, um Fórum de Voluntários da ECOWAS também foi desenvolvido, envolvendo governos, organizações da sociedade civil e organizações de voluntários. O Fórum tem sido realizado todos os anos desde 2016 para aprimorar a cooperação Sul-Sul no voluntariado na África Ocidental e facilitar o intercâmbio de voluntários entre os países. Em 2018, por exemplo, 54 participantes de 14 países participaram em várias consultas em torno do tema 'O Lugar do Voluntariado na Luta contra o Desemprego Juvenil na ECOWAS'. Em 2019, o tema do Fórum anual foi 'Voluntariado para a Paz e Segurança', e mais de 60 participantes vieram de agências nacionais, governos, parceiros internacionais no campo do voluntariado, bem como organizações não governamentais.

O sucesso do programa contou com a melhoria da conexão e coordenação entre as partes interessadas do Sul global, aumentando a consciência pública sobre o voluntariado para que a CSS possa; fomentar redes transnacionais e regionais; e desenvolver as capacidades de voluntários, governos, organizações que envolvem voluntários (VIOs) e instituições acadêmicas que possam gerenciar e envolver voluntários em apoio aos programas nacionais e regionais.

A ECOWAS também está interessada em explorar opções para aumentar a cooperação Sul-Sul para expandir o programa. Voluntários de diferentes nacionalidades trabalhando juntos sob o mesmo teto para melhorar a vida em um Estado membro contribui para a Integração nacional. O forte compromisso entre governos, voluntários,

VIOs e outras partes interessadas ajudou a resolver questões críticas, o que demonstra que a PVE pode ser replicada por países que enfrentam os mesmos desafios. Como próximo passo, a ECOWAS planeja compartilhar essas boas práticas com os países da África Central e outras regiões do mundo. A comunidade também está explorando parcerias com agências de voluntários na China.

Durante o programa, UNV foi identificado como a "chave para o sucesso do projeto", e contribuiu efetivamente para o cumprimento das metas do projeto¹. No início, o UNV apoiou o PVE em quase todos os aspectos, desde o aconselhamento técnico sobre políticas e legislações até o apoio na criação de sistemas de operações de gestão voluntária. No 2019, UNV e ECOWAS fizeram a transição da gestão completa do programa para a ECOWAS para garantir a propriedade e a sustentabilidade. Desde janeiro de 2020, a ECOWAS tem o controle total do programa; o PVE agora é totalmente autônomo.

Contato:

Nome: Sr. Paul Armand Menye
Cargo: Gerente de Portfólio Regional, Escritório Regional da UNV para a África Ocidental e Central
Organização: Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV)
E-mail: paul.menye@unv.org

Nome: Sr. Rafael Martinez Gil
Cargo: Especialista em Desenvolvimento de Parcerias
Organização: UNV
Email: rafael.martinez@unv.org

Nome: Sra. Yu Tang
Cargo: Analista de Programa (Cooperação Sul-Sul)
Organização: UNV
E-mail: yu.tang@unv.org

¹ UNV partnership with ECOWAS

NOME DO PROJETO: Programa de Voluntariado da CEDEAO

PAÍSES/REGIÕES: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo

INDICADO POR: Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.c, 4.5, 5.1, 5.c, 9.a, 16.a, 17.6, 17.16, 17.18

APOIO: Banco Africano de Desenvolvimento

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), UNV

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2010–2019 (desde 2016, PVE é uma entidade autônoma. UNV continuou a gerenciar alguns de seus componentes operacionais até dezembro de 2019, como parte de sua estratégia de saída e sustentabilidade)

SITE DO PROJETO: ecowasvolunteers.com (em Francês); <https://bit.ly/2QuNxF8>

Projeto de Direitos, Empoderamento e Coesão (REACH) para Fijianos Rurais e Urbanos

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Rastreado a entrega do serviço para alcançar os não alcançados

Desafio

A geografia de Fiji apresenta desafios únicos para o acesso básico a serviços sociais, econômicos e jurídicos, especialmente para aqueles em assentamentos informais urbanos, zonas marítimas e outras áreas rurais remotas. Os cidadãos, muitos dos quais residem nessas áreas, geralmente percorrem longas distâncias para chegar aos escritórios do governo, que normalmente estão situados em áreas urbanas e semiurbanas. Como consequência, enfrentam atrasos e desafios, além da perda de renda, pois precisam arcar com custos adicionais com transporte e hospedagem para ter acesso aos serviços públicos básicos. Além disso, a prestação de serviços públicos enfrenta dificuldades em garantir a prestação de serviços do início ao fim. Não é possível rastrear e monitorar solicitações individuais de entrega de serviço ou atualizar cidadãos em locais remotos sobre o progresso e a resolução final de suas solicitações.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esse desafio, foi desenvolvido o Projeto Direitos, Empoderamento e Coesão (REACH) para Fijianos Rurais e Urbanos, com o apoio do Governo do Japão e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Uma abordagem de entrega de serviço móvel foi realizada para alcançar as comunidades em todas as ilhas Fiji, começando com as que estavam mais atrás.

O projeto teve como objetivo alcançar os seguintes resultados principais:

- Conscientizar as comunidades urbanas, rurais e marítimas dos direitos constitucionais relativos ao bem-estar socioeconômico e à justiça, com foco na assistência judiciária, por meio da implantação de equipes móveis.
- Melhorar a prestação de serviços pelo Ministério da Mulher, Criança e Alívio da Pobreza e pela Comissão de Assistência Jurídica na implantação de equipes móveis em comunidades urbanas, rurais e marítimas.
- Fortalecer o Ministério da Mulher, Crianças e Alívio da Pobreza e da Comissão de Assistência Jurídica, apoiando o planejamento estratégico e monitorando os resultados para a prestação de serviços eficaz e coordenada.
- Informar a formulação de políticas baseadas em evidências por meio de pesquisas e análises de áreas relacionadas ao empoderamento de mulheres e meninas; a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável; acesso à justiça para todos; e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas.

O *Start-to-Finish* (S2F) Serviço de Rastreamento de Entregas de Início ao Fim consiste em um software baseado na web com um aplicativo móvel projetado especificamente para rastrear aplicativos para o Programa de Benefícios à Pobreza, sob o Ministério da Mulher, Crianças e Alívio da Pobreza. Os serviços existentes fornecidos por meio da plataforma de entrega de serviço móvel REACH serviram como base para uma iniciativa piloto S2F, que foi proposta para 2017 e 2018.

Com o apoio do Programa *Aspire to Innovate* (a2i) do Governo de Bangladesh, especialistas do PNUD compartilharam inovações para iniciar oportunidades de aprendizagem Sul-Sul com Fiji. Especialistas da a2i realizaram uma missão dedicada a Fiji e realizaram vários treinamentos sobre a prestação de serviços S2F de 5–7 de julho de 2017 com as principais partes interessadas do projeto REACH.

Durante a missão, duas consultas adicionais foram realizadas com organizações não governamentais, organizações da sociedade civil e jovens, bem como um pequeno grupo de amostra em Suva para testar a aplicabi-



© UNDP

lidade do programa piloto S2F. O retorno coletado foi integrado ao design geral e testado durante a fase piloto nas Divisões Leste e Norte de Fiji em 2018.

O sistema de prestação de serviços públicos de Bangladesh passou por revisões sistemáticas para atender melhor às necessidades de seus cidadãos, com foco nas necessidades dos grupos mais vulneráveis. Como resultado, foi mais fácil adaptar um modelo de sucesso ao contexto de Fiji. A adaptação do sistema existente de Bangladesh também proporcionou economia nos custos de desenvolvimento. Essa parceria criou várias oportunidades para que os dois países compartilhem conhecimento e recursos para promover a cooperação Sul-Sul e a inovação na prestação de serviços públicos.

Como resultado do projeto, 22.233 pessoas (9.306 mulheres, 9.050 homens e 3.877 crianças) se beneficiaram com a conscientização móvel REACH e com os serviços prestados, que impactaram 956 comunidades em 139 distritos em 15 províncias e na dependência de Rotuma. Distritos em 15 províncias e na dependência de Rotuma. O Ministério da Mulher, Criança e Combate à Pobreza; a Comissão de Assistência Judiciária; a Comissão de Direitos Humanos e Antidiscriminação; e outras instituições forneceram ime-

diatamente 37.807 serviços para 21.587 mulheres e 16.220 homens nas comunidades.

O aplicativo móvel iniciado durante o projeto REACH foi integrado ao sistema principal para acompanhar o andamento dos pedidos, com o objetivo final de capacitar os cidadãos com informações atualizadas, incluindo a aprovação final e entrega. O projeto também busca garantir total responsabilidade e transparência no processo, fornecendo ao Ministério da Mulher, Criança e Combate à Pobreza dados e informações concretas para agilizar o processo de inscrição e melhorar os processos de negócios, garantindo assim a sustentabilidade do projeto. Adaptado ao contexto do país, este projeto pode ser facilmente replicado em qualquer país onde a conectividade e disponibilidade de dispositivos digitais possam ser garantidas.

Contato:

Nome: Sr. Asad Uz Zaman

Cargo: Especialista em Políticas, *Aspire to Innovate* (a2i)

Organização: Secretaria, Rede Sul-Sul para Inovação no Serviço Público (SSN4PSI)

E-mail: asad.zaman@a2i.gov.bd

Telefone: +8801712092922

NOME DO PROJETO: Acompanhamento da entrega do serviço para alcançar os não alcançados

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh, Fiji

INDICADO POR: Rede Sul-Sul para Inovação no Serviço Público, Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5-b, 16.3, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10, 16-b

APOIO: Governo do Japão; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Ministério da Mulher, Crianças e Alívio da Pobreza de Fiji; Comissão de Assistência Jurídica de Fiji; Escritório do PNUD no Pacífico

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PNUD Escritório Regional do Pacífico; Programa *Aspire to Innovate* (a2i) do Governo de Bangladesh / PNUD Bangladesh; Projeto REACH; Ministério da Mulher, Criança e Combate à Pobreza, Governo de Fiji

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2018

SITE DO PROJETO: Não disponível



Tribunais de Aldeias em Bangladesh: Fechando Brechas de Justiça

Ativando tribunais de vilas em Bangladesh para garantir justiça acessível em áreas rurais

Desafio

Apesar de anos de crescimento contínuo do produto interno bruto (espera-se que atinja 7.2 por cento no ano fiscal de 2019–2020) e do progresso em uma série de indicadores de desenvolvimento humano e social, o setor de justiça formal em Bangladesh continua a sofrer de problemas crônicos em todos os estágios de a cadeia de justiça. Isso impede significativamente o acesso à justiça por meio dos tribunais. A polícia tem pessoal insuficiente, equipamento insuficiente e formação insuficiente. A infraestrutura do tribunal é inadequada e os procedimentos são lentos, complexos e confusos, o que faz com que os processos atrasem, muitas vezes, anos. De acordo com a Suprema Corte de Bangladesh, há um atraso de 3.5 milhões de casos. A assistência judiciária é limitada e as prisões estão superlotadas. Como resultado, as pessoas simplesmente não denunciam crimes menores à polícia e preferem buscar o apoio de fontes tradicionais para resolver disputas civis e criminais. Eles se voltam para os órgãos sindicais de Parishads e os tradicionais Shalish, intervenções por parte dos anciãos das aldeias ou de outras elites locais. Além disso, as mulheres frequentemente enfrentam barreiras sociais e econômicas na busca de justiça que as desencorajam ativamente de denunciar crimes. Isso torna mais provável que sejam excluídos das atividades econômicas também em comunidades conservadoras.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esses desafios, a Fase II do projeto Ativando Tribunais de Aldeia em Bangladesh (AVCB II) foi elaborada e implementada, com o objetivo de melhorar a justiça para grupos desfavorecidos e marginalizados, fortalecendo os tribunais de aldeia em 1.080 Parishads sindicais em Bangladesh. O objetivo deste projeto é aplicar um quadro legislativo simples ao Shalish, de modo a formalizar uma prática mediada que faz parte da cultura de Bangladesh desde tempos imemoriais. Isso capacitará a população local pobre, especialmente mulheres, a buscar soluções para pequenas injustiças que afetam sua qualidade de vida e ajudará a restaurar a harmonia social nas aldeias (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável [ODS] metas 16.3 e 16-b). Também ajudará as autoridades locais a serem mais responsivas às necessidades da justiça local, fornecendo serviços jurídicos apropriados na forma de tribunais de aldeia eficientes (meta 16.6).

O projeto foi elaborado usando uma abordagem baseada nos direitos humanos para o acesso à justiça. Várias inovações foram exploradas no mecanismo do tribunal da aldeia nas áreas-alvo, como a participação das mulheres na prestação de justiça, desenvolvimento de capacidade para os principais interessados e mudanças comportamentais para aqueles que procuram serviços jurídicos do tribunal da aldeia.

O custo para o Governo de estabelecer um tribunal de aldeia é baixo, especialmente quando comparado com os benefícios sociais e econômicos para as comunidades que servem. O crime parece estar diminuindo, à medida que ações rígidas são tomadas contra cada infração. Os casos são desviados do sistema de justiça criminal, o que reduz a pressão sobre os tribunais e o número de pessoas que entram na prisão. Os administradores locais veem melhorias na harmonia social. Além disso, as mulheres, que representam 36 por cento dos reclamantes, acreditam que serão ouvidas com justiça em um ambiente seguro. Os reclamantes obtêm um resultado rápido e geralmente positivo; em 80 por cento dos casos, um acordo é acertado e a compensação é paga.

Em 2020, cerca de um quarto das Parishads sindicais (1.078 de 4.571) ativaram tribunais de aldeia, fornecendo um recurso legal e acessível a 21 milhões de pessoas. A distância média é de três km, e os casos raramente duram mais de 28 dias ou exigem mais de duas visitas. A renda mensal per-



© UNDP

maneja a mesma (US\$ 50 a US\$ 150), mas o custo dos processos, entre \$1.00 e \$2.50, é uma fração daqueles instaurados em tribunais formais. Até à data, foram notificados 169.304 casos, com uma média de cinco casos notificados por mês por sindicato Parishads. Desses casos, 138.117 ou aproximadamente 80 por cento foram resolvidos nos tribunais das aldeias. Desses casos resolvidos, 130.754 decisões, ou aproximadamente 95 por cento, foram totalmente implementadas neste momento (de acordo com o ODS 16 sobre paz, justiça e instituições fortes).

O projeto tem boas possibilidades de se tornar sustentável, uma vez que está totalmente integrado nas estruturas do governo local, foi desenvolvido com base na Lei dos Tribunais de Aldeia e é altamente relevante para as pessoas que atende, especialmente os pobres rurais. Também afeta os responsáveis pelos serviços de justiça, incluindo o judiciário, a polícia, a Organização Nacional de Serviços de Assistência Judiciária e organizações da sociedade civil. O governo demonstrou sua propriedade sobre os tribunais da aldeia emendando a Lei do Tribunal da Aldeia e desembolsando \$152.2 milhões de takas (US\$ 1.81 milhão) de recursos nacionais para estabelecer tribunais de aldeia em 1.267 parishads sindicais, o que excede a meta do projeto. Também emitiu diretrizes para as administrações locais em relação à gestão e monitoramento dos tribunais das aldeias. Um dos maiores desafios para a sustentabilidade é a escassez de recursos humanos nas parishads sindicais para administrar os tribunais das aldeias, uma vez que tenham encerrado o projeto. O Governo tem abordado esta questão de recursos humanos e começou a disponibilizar funcionários dedicados, Contador Assistente e Operadores de Computador, para cada sindicato Parishads, a fim de administrar as questões judiciais de vilas.

A falta de acesso à justiça é um problema crônico para muitos países em desenvolvimento. Eles poderiam aprender com a experiência de Bangladesh administra os tribunais de vilas e adapta essas melhores práticas aos contextos locais, a fim de atender às necessidades de justiça das pessoas pobres e vulneráveis nas áreas rurais, especialmente as mulheres. Ao replicar essas melhores práticas, os países devem se concentrar em aumentar a participação das mulheres no processo de aplicação da justiça, promovendo a apropriação nas administrações locais e desenvolvendo um mecanismo para encaminhar casos da polícia e dos sistemas judiciários formais. Além disso, as abordagens integradas que enfocam a mobilização e conscientização da comunidade também devem ser consideradas para construir a confiança nos tribunais das aldeias entre os moradores e promover o uso desses serviços na resolução de disputas localmente e sem complicações. A Região Autônoma de Bangsamoro, nas Filipinas, manifestou interesse por esta iniciativa durante uma visita a Bangladesh. A replicação bem-sucedida em Bangsamoro pode facilitar a cooperação Sul-Sul.

Contato:

Nome: Sr. Sarder M. Asaduzzaman

Cargo: Gerente de Projeto Sênior

Organização: Projeto de Desenvolvimento das Nações Unidas

E-mail: sarder.asaduzzaman@undp.org

Telefone: +88 01730336989

Nome: Sr. Asad - Uz - Zaman

Cargo: Especialista em Políticas, *Aspire to Innovate* (a2i)

Organização do Programa: Secretaria, Rede Sul-Sul para

Inovação no Serviço Público (SSN4PSI)

E-mail: asad.zaman@a2i.gov.bd

Telefone: +8801712092922

NOME DO PROJETO: Ativando Tribunais de Aldeia em Bangladesh Projeto Fase – II (AVCB II)

PAÍSES/REGIÕES: Bangladesh

INDICADO POR: Rede Sul-Sul para Inovação no Serviço Público, Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.5, 5-a, 10.2, 10.3, 16.3, 16.6, 16.7, 16-b, 17.6

APOIO: Governo de Bangladesh

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Divisão de Governo Local do Ministério de Governo Local, Desenvolvimento Rural e Cooperativas

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2020

SITE DO PROJETO: www.villagecourts.org/

Projeto Centro de Desenvolvimento Sul-Sul Global

Compartilhando conhecimento e soluções por meio de uma plataforma global de capacitação, treinamento e propostas de pequenos subsídios

Desafio

O ano de 2019 marcou o início de uma era transformadora para a cooperação Sul-Sul e triangular, com a conclusão da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul em Buenos Aires e a adoção de seu documento final. A Cooperação Sul-Sul (CSS) é agora enfatizada em mais de 80 Estados como parte do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e que tem havido um aumento de novas parcerias.

Como o maior país em desenvolvimento, a China tem sido um defensor e promotor ativo da CSS. No entanto, a cooperação Sul-Sul e triangular ainda enfrenta uma série de desafios significativos a nível internacional, bem como na China. Por exemplo, grande parte da transferência de conhecimento e habilidades tem sido unilateral e a maioria das atividades ainda é realizada por governos, com participação mínima do setor privado. Além disso, a mobilização de fundos é limitada e não são usados de forma eficiente.

Rumo a uma Solução

Em 2008, o Centro Internacional da China para Intercâmbios Econômicos e Técnicos (CICETE) e o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOCSS) lançaram em conjunto o Projeto Centro de Desenvolvimento Sul-Sul da China (CDSS da China) para facilitar o compartilhamento sistemático de conhecimentos chineses e conhecimento com outros países em desenvolvimento. Também buscou consolidar recursos e mobilizar parcerias dentro da China de forma coordenada. Após a conclusão do Projeto CDSS da China, que decorreu de 2008 a 2019, uma avaliação independente abrangente indicou que o Projeto estava bem alinhado com os princípios de cooperação Sul-Sul, e uma boa relação custo-benefício dos recursos alocados, beneficiou-se de uma gestão forte, teve um impacto positivo sobre os beneficiários, foi sustentável e abordou questões transversais.

Com base no sucesso do Projeto, o Governo da China se comprometeu a fornecer apoio institucional e financeiro ao UNOCSS em uma segunda fase (2019–2023) no âmbito do Projeto Centro de Desenvolvimento Sul-Sul Global (CDSS Global). A CICETE continuará a servir como parceiro de implementação nacional na China e sediará o Escritório de Projeto de CDSS Global.

O Projeto CDSS Global irá:

- colocar maior ênfase no compartilhamento bidirecional de conhecimento e experiência para aprendizagem mútua entre a China e outros países.
- expandir a rede existente para além da China, reposicionar-se como uma verdadeira rede global de centros de excelência para a CSS e alavancar parcerias com várias partes interessadas de agências multilaterais, sociedade civil, setor privado e grupos de reflexão.
- alinhar a iniciativa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e outras estruturas de desenvolvimento global.
- fornecer defesa e apoio consultivo e conduzir pesquisas e análises específicas do setor para informar o discurso de política global para a CSS.

O Projeto CDSS da China e o Projeto CDSS Global promoveram intercâmbios econômicos e



© CICETE

técnicos entre os países em desenvolvimento por meio de treinamento, *workshops* e propostas de pequenos subsídios. Até o momento, houve 21 propostas de pequenas doações no âmbito dos dois Projetos CDSS em várias áreas temáticas, incluindo agricultura, silvicultura, novas energias, proteção ambiental e desenvolvimento industrial. Esses projetos beneficiaram mais de 30 países em desenvolvimento.

Os recursos de financiamento trazidos por meio de parcerias do setor público-privada, excederam os fundos básicos fornecidos pelos Projetos CDSS para implementar esses projetos. Parceiros e instituições participantes de países em desenvolvimento obtiveram acesso a tecnologias, equipamentos e instalações, bem como oportunidades de adquirir conhecimento e desenvolver capacidade. Alguns exemplos de propostas de pequenos subsídios incluem:

- Proposta de soluções integrais para gestão de resíduos urbanos no Senegal
- Promoção de pequenas hidrelétricas no Nepal e países do sul da Ásia
- Treinamento de interessados em sistemas agroflorestais de fungos florestais no Nepal, Índia e China
- Desenvolvimento de processamento de bambu com valor agregado em Vanuatu
- Promoção de moradias pré-fabricadas na Libéria
- Promoção de habilidades de dublagem de televisão aberta
- Demonstração técnica de uma criação padronizada de arroz e peixes sistema em Mianmar
- Cooperação técnica para uma planta de bioinseticida ecológico de formulação de grânulos dispersíveis em água de emamectina na África do Sul

- Eficiência de construção, pesquisa e desenvolvimento e a aplicação de sistemas de parede com eficiência energética feitos sob medida para o Vietnã e Camboja

Muitas boas práticas e lições aprendidas foram documentadas. Análises setoriais e resumos de notícias oportunos foram publicados e disseminados dentro e fora das redes.

Dado o amplo escopo temático dos Projetos, CDSS contribuíram para todos os ODS, particularmente o ODS 17 sobre parcerias. Os Projetos CDSS valorizam a cooperação prática entre os países em desenvolvimento. Ao facilitar a troca de experiências e oficinas de capacitação técnica, os Projetos CDSS permitem que parceiros em outros países transmitam esse conhecimento a pares e colegas. Seguindo em frente, o Projeto CDSS Global continuará a se posicionar como uma plataforma de conhecimento global para CSS.

Contato:

Nome: Sra. Bo Song

Cargo: Oficial de Projeto

Organização: Centro Internacional da China para Intercâmbios Econômicos e Técnicos (CICETE)

E-mail: songbo@cicete.org.cn

WeChat: +86 15101675439

Nome: Sra. Yang Liu

Cargo: Analista de Projetos

Organização: Escritório de Projetos do Centro de Desenvolvimento Global Sul-Sul (Global CDSS)

E-mail: liuyangpoppy@qq.com

WeChat: +86 15101675439

NOME DO PROJETO: Projeto Centro de Desenvolvimento Sul-Sul Global

PAÍSES/REGIÕES: Internacional

INDICADO POR: Centro Internacional da China para Intercâmbios Econômicos e Técnicos (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 2.3, 2.4, 2.a, 3.c, 4.4, 4.7, 5.1, 6.3, 6.6, 6.a, 7.a, 8.2, 8.5, 8.9, 9.1, 9.4, 9.a, 10.2, 11.1, 11.6, 12.2, 12.5, 12.8, 12.a, 13.1, 13.3, 14.7, 15.2, 15.4, 16.8, 17.6, 17.9, 17.16

APOIO: Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOCSS)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: CICETE

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: Junho de 2019 – Dezembro de 2023

SITE DO PROJETO: Não disponível

Rede de Cooperação Sul-Sul da China

Aproveitando parcerias com várias partes interessadas para promover a cooperação Sul-Sul

Desafio

A China não foi apenas um apoiador e iniciador da Cooperação Sul-Sul (CSS) em seu estágio inicial, mas também um grande contribuinte para o crescimento nos países do Sul. Hoje, mais do que nunca, a China desempenha um papel de liderança na CSS. Ela protege firmemente o novo modelo de globalização, trabalha para construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, defende novos conceitos de desenvolvimento em todo o país e avança a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, a cooperação Sul-Sul e triangular ainda enfrenta uma série de desafios importantes a nível internacional, bem como na China. Por exemplo, embora a globalização tenha permitido que muitas pessoas escapassem da pobreza, seus benefícios não são compartilhados de maneira equitativa e seus custos recaem desproporcionalmente sobre os pobres e vulneráveis. Portanto, é necessária uma cooperação melhorada para que os países possam aprender uns com os outros, crescer mais rapidamente, reduzir as disparidades de renda e construir sociedades inclusivas e resilientes. São necessários maiores esforços para alavancar parcerias com as partes interessadas entre agências multilaterais, sociedade civil, setor privado e grupos de reflexão para que possam aumentar seu envolvimento na CSS.

Rumo a uma Solução

A Rede de Cooperação Sul-Sul da China (Rede de CSS da China) foi estabelecida em 1995. Ela conecta mais de 20 centros nacionais de pesquisa e treinamento criados por meio de projetos apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). **A Rede promoveu fortemente a cooperação técnica e econômica entre os países em desenvolvimento, prestando serviços de consultoria, compartilhando conhecimento, organizando seminários e facilitando visitas de intercâmbio.** Por meio da plataforma da Rede, as instituições membros têm acesso ao capital inicial do Fundo Fiduciário Pérez Guerrero (PGTF) para a Cooperação Sul-Sul, que está em operação há 37 anos. Nas últimas décadas, as instituições membros implementaram com sucesso 47 projetos com o apoio do PGTF, em áreas como agricultura, silvicultura, pesca, energia renovável, tecnologia da informação, água potável e serviços financeiros. Os projetos do PGTF alcançaram mais de 60 países em desenvolvimento na Ásia, África, América Latina e Oceania. Exemplos incluem:

- Demonstração e promoção de cultivo de alto rendimento e alta qualidade e tecnologia de processamento avançada de Espirulina em países em desenvolvimento
- Modelo de desenvolvimento de bambu de sucesso na China e suas implicações na Indonésia e no Vietnã
- Melhoria do desempenho do sistema de recirculação de aquicultura no Vietnã e no Sri Lanka
- Aplicação e disseminação de digestor de biogás de fibra de vidro reforçado para famílias em áreas remotas e de baixa renda
- Cooperação internacional para promoção e intercâmbio digital do governo para países em desenvolvimento
- Soluções integradas para questões de segurança da água potável em áreas rurais
- Acessibilidade dos serviços financeiros e do setor privado na África

A Rede de CSS da China reúne recursos e experiência de várias indústrias e setores.

As instituições membros incluem:

- Instituto de Biogás do Ministério da Agricultura



© Global South-South Development Center Project

- Centro para o Desenvolvimento das Montanhas, Instituto Botânico Kunming, Academia Chinesa de Ciências
- Conselho Empresarial China-África
- Centro de Pesquisa de Pesca de Água Doce da Academia Chinesa de Ciências da Pesca
- Centro de Transferência de Tecnologia entre Estreitos de Fujian
- Centro Internacional para Promoção de Tecnologia de Materiais
- Centro Internacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas
- Academia de Ciências Agrárias de Jiangxi
- Centro de Desenvolvimento de Formulação de Pesticidas de Nantong
- Centro Nacional de Pesquisa de Bambu
- Associação de Promoção para o Desenvolvimento Sustentável de Montanhas, Rios e Lagos da Província Jiangxi

A globalização destacou a necessidade de fortalecer a cooperação multilateral, a governança e a solidariedade global. Todos os anos, as instituições membros se reúnem para o encontro anual da Rede para explorar parcerias de cooperação Sul-Sul mais profundas e extensas. Os temas das reuniões incluem as novas orientações para a CSS, bem como troca de conhecimentos, capacitação e transferência de tecnologias. Com base nas suas próprias experiências de cooperação internacional, os participantes discutem as oportunidades, vantagens e desafios que a CSS representa, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Workshops temáticos também são organizados durante a reunião anual. As instituições membros são especialistas em seus campos e se beneficiam das valiosas parcerias Sul-Sul e internacionais. Frequentemente ocorrem discussões energizadas sobre como fortalecer e melhorar a cooperação Sul-Sul e triangular. As instituições membros apreciam os workshops temáticos, que melhoram sua capacidade e conscientização e fornecem uma plataforma para a troca de pontos de vista e experiências.

Dado o amplo escopo temático da Rede de CSS da China, a plataforma fez contribuições consideráveis para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio passados. Por exemplo, a Rede contribuiu principalmente para o ODS 17, promovendo parcerias com várias

partes interessadas para o desenvolvimento sustentável.

Atenção especial tem sido dada às mulheres em projetos financiados pelo PGTF para garantir sua participação plena e efetiva, o que contribui de forma marcante para o ODS 5 sobre igualdade de gênero.

Cada país enfrenta desafios específicos em seu caminho para o desenvolvimento sustentável. Os muitos desafios complexos e interligados que a comunidade internacional enfrenta exigem parcerias ainda mais fortes. Portanto, a Rede CSS da China continuará a facilitar e implementar projetos envolvendo a cooperação Sul-Sul e triangular em apoio ao cumprimento dos ODS. Dado seu sucesso, a Rede poderia inspirar instituições do Sul global a trabalharem juntas. Reunir um amplo leque de centros de excelência em múltiplas áreas permite compensar deficiências e buscar desenvolvimento comum, para o benefício de todos. A Rede continuou a se desenvolver de forma sustentável por mais de 25 anos devido à disposição de suas instituições membros de olhar para o cenário internacional e promover a cooperação Sul-Sul e triangular com benefício mútuo. A Rede também conta com o apoio do Centro Internacional de Intercâmbios Econômicos e Técnicos da China, órgão executor especializado do Ministério do Comércio da China, bem como de projetos das Nações Unidas, especialmente o projeto Centro de Desenvolvimento Sul-Sul da China.

Contato:

Nome: Sra. Bo Song

Organização: Secretariado da Rede de Cooperação Sul-Sul da China

E-mail: songbo@cicete.org.cn

Skype/WhatsApp/WeChat: +86 15101675439

Nome: Sra. Yang Liu

Organização: Secretariado da Rede de Cooperação Sul-Sul da China

E-mail: liuyangpoppy@qq.com

Skype/WhatsApp/WeChat: +86 15101675439

NOME DO PROJETO: Rede de Cooperação Sul-Sul da China

PAÍSES/REGIÕES: Global

INDICADO POR: Centro Internacional para Intercâmbios Econômicos e Técnicos da China (CICETE)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.4, 2.3, 2.4, 2.a, 3.c, 4.4, 4.7, 5.1, 6.3, 6.6, 6.a, 7.a, 8.2, 8.5, 8.9, 9.1, 9.4, 9.a, 10.2, 11.1, 11.6, 12.2, 12.5, 12.8, 12.a, 13.1, 13.3, 14.7, 15.2, 15.4, 16.8, 17.6, 17.9, 17.16

APOIO: Projeto Centro de Desenvolvimento Sul-Sul Global

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Projeto Centro de Desenvolvimento Sul-Sul Global

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 1995–presente

SITE DO PROJETO: Não disponível

Gerenciamento de Conhecimentos para Pesquisa, Transferência de Tecnologia e Inovação em Biodiversidade

Reforçar as capacidades estratégicas do INABIO através da formação científica e técnica e das ferramentas correspondentes de gestão, planejamento e comunicação

Desafio

O Brasil e o Equador são países megadiversos, com alguns dos ecossistemas mais ricos e importantes do mundo. Eles enfrentam ameaças significativas por causa da exploração excessiva de recursos naturais, perda de habitat e mudanças climáticas. No século 21, esses países consideram a biodiversidade uma ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa é essencial para melhorar a disponibilidade, a coleta e o gerenciamento de dados por meio da colaboração e do troca de conhecimentos, o que, por sua vez, pode apoiar a avaliação integrada e o manejo sustentável dos ecossistemas. Portanto, é necessário fortalecer as capacidades do Instituto Nacional de Biodiversidade [Instituto Nacional de Biodiversidade] (INABIO) do Equador e melhorar a cooperação regional para promover a conservação da biodiversidade.

Rumo a uma Solução

O Brasil e Alemanha criaram mecanismos eficazes de transferência de conhecimentos por meio de seus institutos de pesquisa. O objetivo da iniciativa trilateral entre Brasil, Equador e Alemanha foi fortalecer a capacidade técnica e científica do INABIO, de acordo com a meta 17.8 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora o INABIO tenha sido criado em 2014, passou a operar com autonomia técnica e financeira em 2017.

Como resultado da iniciativa, foram criados instrumentos estratégicos para melhor posicionar o INABIO, e foram realizados treinamentos científico e técnicos para desenvolver ferramentas de pesquisa e gestão do patrimônio natural e desenvolvidos sistemas informatizados para a criação de bancos de dados de biodiversidade. Contribuições foram feitas para vários dos ODS, particularmente o ODS 5 sobre igualdade de gênero, o ODS 12 sobre consumo e produção responsáveis, o ODS 15 sobre a vida na terra e o ODS 17 sobre parcerias.

No Brasil, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro têm ampla experiência no gerenciamento de coleções de flora e fauna, desenvolvimento de protocolos e metodologias para a biodiversidade e criação de sistemas computacionais. As instituições no Equador ainda estão fortalecendo esses conhecimentos (metas dos ODS 17.8, 17.17 e 17.18), e o apoio fornecido pelo Brasil tem sido inestimável. O Museu de Pesquisa Zoológica Alexander Koenig, um dos mais importantes museus de história natural da Alemanha, forneceu apoio financeiro e aconselhou sobre o plasma germinativo. Como resultado desta pesquisa, dois artigos científicos foram publicados por colegas na Alemanha e no Equador, em cumprimento à meta 15.6 do ODS sobre a promoção do acesso a recursos genéticos e repartição justa dos benefícios.

Nessa iniciativa, 18 técnicos do INABIO, selecionados com base em critérios de equidade de gênero, participaram de treinamentos em gestão de coleções de flora e fauna realizados no Brasil e na Alemanha. Um plano estratégico, mecanismos institucionais de sustentabilidade financeira e um plano estratégico de comunicação foram desenvolvidos e implementados para fortalecer o INABIO. Além disso, protocolos foram desenvolvidos para o uso e armazenamento de bancos de dados de biodiversidade no Equador (metas ODS 5.5, 12-a, 15.5, 17.6, 17.8, 17.16, 17.17).

Brasil, Equador e Alemanha assinaram um acordo para futuras pesquisas, treinamento e troca de experiências



© Ministry of Foreign Affairs of Ecuador

em gerenciamento dos conhecimentos de biodiversidade, o que fortaleceu os laços entre eles (objetivos ODS 12.a, 17.16, 17.17). Os instrumentos desenvolvidos no âmbito desta iniciativa estabeleceram o padrão para melhorar as ações e metodologias do INABIO e servirão para expandir as capacidades da instituição a curto e médio prazo.

A iniciativa foi concluída em dezembro de 2019, com resultados positivos e animadores. As contrapartes no Brasil e na Alemanha estão interessadas em continuar participando dos esforços do INABIO e em trabalhar com parceiros adicionais em outros países por meio da cooperação Sul-Sul e triangular. Como resultado, um novo projeto intitulado 'Consolidação da Pesquisa Científica para o Fortalecimento do Monitoramento da Biodiversidade' foi proposto ao Fundo Regional de Cooperação Triangular da América Latina e do Caribe em novembro de 2019. Este novo projeto visa basear suas metas nos resultados obtidos da iniciativa, o que é uma evidência de sua sustentabilidade

(Objetivos ODS 12.a, 17.16, 17.17).

Como resultado dessa iniciativa, foram criadas ferramentas para fortalecer a pesquisa em biodiversidade, incluindo redes acadêmicas, protocolos de gestão e gerenciamento de coleções zoológicas e botânicas do INABIO e manuais de usuário para a plataforma digital. Por último, o INABIO assinou mais de 50 acordos interinstitucionais durante esta iniciativa para criar e fortalecer redes de pesquisa e aumentar a produção científica.

Contato:

Nome: Sr. Diego Javier Inclán Luna

Cargo: Diretor Executivo

Organização: Instituto Nacional de Biodiversidade (INABIO)

E-mail: diego.inclan@biodiversidad.gob.ec

Telefone: +593 96 909



NOME DO PROJETO: Gerenciamento de Conhecimentos para Pesquisa, Transferência de Tecnologia e Inovação em Biodiversidade

PAÍSES/REGIÕES: Brasil, Equador, Alemanha

INDICADO POR: Ministério do Meio Ambiente do Equador, Instituto Nacional de Biodiversidade (INABIO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 5.5, 12.a, 15.5, 15.6, 17.8, 17.16, 17.17, 17.18

APOIO: Agência Alemã para Cooperação Internacional (GIZ)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Brasil: Agência Brasileira de Cooperação; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica; Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Alemanha: GIZ, Museu de Pesquisa Zoológica Alexander Koenig
Equador: INABIO, Ministério do Meio Ambiente

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Julho de 2017 – Dezembro de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32ruFwI> (em Espanhol)

Cooperação Triangular entre as Agências de Desenvolvimento Internacional da Guatemala, Alemanha e do México



Reforçar o papel da Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência de Guatemala nas relações com os países doadores e outras organizações internacionais de desenvolvimento

Desafio

Desafios globais complexos, como a migração regional, os efeitos das mudanças climáticas ou da segurança regional e a proteção dos recursos e valores globais como a biodiversidade e a boa governança, não podem ser enfrentados por países individualmente. Requerem uma ação coletiva e coordenada, especialmente no campo de cooperação para o desenvolvimento (CD) internacional. Além disso, a implementação dos objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em cada país requer fundos, profissionais capacitados, abordagens estratégicas e sistemáticas, e cronogramas concretos. Todos esses desafios aumentam a necessidade de fortalecer as agências ou instituições responsáveis pela gestão de CD internacional, e de fomentar alianças globais e regionais.

Rumo a uma Solução

A Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência de Guatemala (SEGEPLAN) visa fortalecer a gestão interna a fim de promover alianças e alinhar o CD internacional às prioridades e interesses nacionais no desenvolvimento sustentável. Há interesse em fortalecer os recursos de gerenciamento internos da SEGEPLAN a fim de fortalecer a política de CD da Guatemala e fomentar esforços coletivos e coordenados para o desenvolvimento conjunto.

Espera-se que um processo coletivo e triangular de aprendizagem e transferência de conhecimentos contribua para fortalecer os processos de gestão interna da SEGEPLAN para garantir que a cooperação internacional estejam alinhados às prioridades de desenvolvimento da Guatemala. Esta iniciativa contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação). Assim, as alianças globais e regionais, bem como alianças na Guatemala para o desenvolvimento sustentável são promovidas e administradas.

Em colaboração com a Alemanha e o México e suas respectivas agências de CD (AMEXCID, GIZ), o objetivo será alcançado com a implementação das seguintes ações e medidas: (i) proporcionar espaços de diálogo para identificar as melhores práticas e lições aprendidas na gestão técnica de CD de outros países com desafios semelhantes; (ii) prestar assistência na formulação e implementação de estratégias e metodologias institucionais para um sistema eficaz de monitoramento e avaliação de projetos técnicos de CD na Guatemala; e (iii) prestar assistência no registro de projetos técnicos de CD existentes na Guatemala por meio de uma plataforma digital para melhorar a gestão da informação e do conhecimento.

A Alemanha apoia o projeto por meio do Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) e fornece assistência metodológica na implementação estratégica das políticas técnicas de CD. O México contribui com a transferência de conhecimentos práticos que a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) adquiriu e a partir das experiências do seu próprio processo de consolidação de políticas de CD. É uma cooperação triangular única entre agências de CD de uma economia emergente (México), um país industrializado (Alemanha) e um país em desenvolvimento (Guatemala) que pode ser reproduzidas em outras regiões e países. Os resultados e as lições aprendidas são de particular importância, dado o papel crescente das agências de CD, para a CD eficaz e a implementação dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em cada país.



© GIZ

Até o momento, a troca de experiências entre parceiros em redes de cooperação com incentivo à coordenação entre as instituições (SEGEPLAN e AMEXCID) já alimentou a análise interna em ambos os países para o plano de fortalecimento institucional da SEGEPLAN de 2017 e 2018.

Além disso, as ferramentas de gerenciamento do projeto de CD eficaz e os sistemas de CD existentes, gerenciados pela SEGEPLAN e AMEXCID, foram compartilhados e revisados em conjunto.

Nos últimos anos, o México passou por uma transformação institucional de sua gestão de cooperação para desenvolvimento após a aprovação e implementação da política de CD

em 2011. Este processo foi apoiado pela assistência técnica da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) estimulando o interesse da Guatemala de adotar a iniciativa.

Contato:

Nome: Sr. Lothar Rast

Cargo: Diretor de Projetos da Agência Mexicana Internacional Cooperação para o Desenvolvimento (AMEXCID)

Organização: *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) no México

E-mail: lothar.rast@giz.de

Telefone: + 52 55 49 44 77 10



NOME DO PROJETO: Fortalecimento de Relações de Cooperação Internacional da Guatemala

PAÍSES/REGIÕES: Alemanha, Guatemala, México

INDICADO POR: BMZ (Alemanha) e Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16.6, 16.8, 17.3, 17.6, 17.16

APOIO: SEGEPLAN (Guatemala)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: AMEXCID, SEGEPLAN, GIZ

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2020

SITE DO PROJETO: www.giz.de/en/worldwide/73470.html

Reforçando as Capacidades de Gestão de Riscos de Desastres para Países da América Latina, Europa e do Caribe

Fortalecendo a resiliência para garantir um futuro melhor

Desafio

De acordo com o Relatório de Desastres Mundiais de 2016 da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, para o período de 2006 a 2015, houve 6.090 desastres naturais registrados. Eles impactaram mais de 1.5 bilhão de vidas; aproximadamente 144 milhões de pessoas foram deslocadas e perderam suas casas, 1.4 milhão foram mortos e houve uma perda financeira estimada de aproximadamente USD\$1.3 trilhão. Os impactos devastadores dos desastres aumentaram a urgência e a preocupação de todas as partes interessadas em formular uma estratégia de mitigação e gestão para superar esses desafios. O compromisso global para encontrar uma solução foi reiterado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e no Quadro Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015–2030, que servem como base para uma abordagem colaborativa internacional para alcançar o desenvolvimento sustentável através da redução e gestão de risco de desastres. Visto que a responsabilidade de fortalecer a resiliência é reconhecida como uma responsabilidade comum, deve haver uma troca de conhecimentos e capacitação para garantir que todas as nações estejam preparadas após um desastre.

Rumo a uma Solução

O Ministério das Relações Exteriores da Indonésia, em colaboração com o Centro de Pesquisa de Tsunami e Mitigação de Desastres (CPTMD) estabelecido pela Universidade Syiah Kuala, convocou o 'Curso Internacional sobre Gestão de Risco de Desastres para a Europa, América e Países do Caribe' em Banda Aceh, Indonésia de 26 de junho a 5 de julho de 2019. O objetivo do treinamento era apoiar a implementação da Estrutura de Sendai na melhoria da gestão de risco de desastres e prevenção no âmbito do desenvolvimento sustentável global.

O curso de treinamento contou com 10 participantes de países da Europa, América Latina e Caribe: Antígua e Barbuda, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Jamaica, Macedônia do Norte, Panamá, Paraguai e Peru. A maioria dos participantes eram funcionários e partes interessadas nos setores de gestão de desastres.

O treinamento foi ministrado por especialistas do CPTMD usando várias abordagens metodológicas, incluindo atividades em sala de aula, discussões interativas, prática individual e em grupo e visitas de campo. Os materiais sobre gestão de risco de desastres dentro deste programa de treinamento cobriram uma compreensão básica e os benefícios da gestão de risco de desastres, mitigação e políticas de recuperação pós-desastre.

Os participantes foram apresentados à abordagem de gestão de desastres empregada pela Indonésia, com base em estudos de casos anteriores nos quais o Governo integrou o mapeamento de risco de desastres ao planejamento espacial e ao planejamento de gestão de desastres para distritos e províncias. Eles também foram apresentados com uma visão geral da estrutura da política do governo sobre recuperação pós-desastre, reabilitação e reconstrução, bem como uma abordagem da comunidade para o desenvolvimento.

Os participantes foram equipados com um módulo de treinamento para aprender sobre os desafios e objetivos de gestão de risco de desastres, particularmente no que diz respeito a grandes desastres. Para compreender plenamente os mecanismos da política de gestão de risco de desastres, foram entregados materiais sobre a tipologia de perigo natural e seus impactos, com foco nos impactos e tratamento de riscos geológicos e hidrometeorológicos.



© Ministry of Foreign Affairs, Indonesia

Um módulo de treinamento sobre como aumentar a resiliência da comunidade também foi fornecido para destacar a importância de incluir as comunidades de base e as organizações da sociedade civil na formulação de uma estratégia abrangente de gestão de desastres. Este módulo também enfatizou a importância de levar em consideração o conhecimento local, a fim de garantir uma estratégia holística de gestão de desastres e para mitigar o risco de desastres.

Os participantes também aprenderam sobre os aspectos de apoio da política de gestão de desastres, que incluem habilidades de comunicação de risco de desastres para informar o público sobre desastres de uma maneira coerente, tranquilizadora e composta. As discussões também cobriram o financiamento e seguro do risco de desastres, bem como a inclusão da gestão do risco de desastres na estrutura da política fiscal. Os participantes visitaram vários locais para aprimorar seus conhecimentos sobre gestão de desastres por meio de experiências em primeira mão.

Ao final do treinamento, os participantes apresentaram um plano de ação e recomendações de políticas a serem implementadas em seus respectivos países. Alguns destaques do programa de treinamento incluem a importância do conhecimento local sobre a história dos desastres em certas áreas, a inclusão das co-

munidades de base na política de gestão de desastres, a coleta de dados e registros sobre desastres em todas as regiões para mapear e analisar o risco e exposição e forte coordenação entre os governos central e regional e outras instituições relevantes.

Os participantes implementaram os conhecimentos e as lições aprendidas com o treinamento em seus respectivos países para desenvolver materiais de treinamento a fim de melhorar a política de mitigação de desastres de seus países e informar o desenvolvimento de novas estruturas para a política de gestão de risco de desastres. Este treinamento foi especialmente valioso para países da América Latina e Caribe, já que a Jamaica sediará a sétima Plataforma Regional para Redução do Risco de Desastres nas Américas e no Caribe em 2020.

Esta iniciativa contribuiu para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 sobre parcerias e Objetivo 1 sobre a pobreza.

Contato:

Nome: Sr. Mohammad Syarif Alatas

Cargo: Diretor de Cooperação Técnica

Organização: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

E-mail: syarif.alatas@kemlu.go.id

NOME DO PROJETO: Fortalecimento da Capacidade em Gestão de Risco de Desastres para Países da América Latina, Europa e Caribe

PAÍSES/REGIÕES: Antígua e Barbuda, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Indonésia, Jamaica, Macedônia do Norte, Panamá, Paraguai, Peru

INDICADO POR: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.5, 17.9

APOIO: Tsunami e Centro de Pesquisa de Mitigação de Desastres da Universidade Syiah Kuala

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Ministério das Relações Exteriores da Indonésia

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: Junho – Julho de 2019

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/31xXjNb>

Assistir ao Governo da Bielo-Rússia na Adesão à Organização Mundial do Comércio, Reforçando sua Técnica e Capacidade Institucional Nacional

Fortalecimento da capacidade institucional e aumento da consciência pública sobre o processo de adesão à OMC e seus impactos para a Bielo-Rússia

Desafio

A adesão da República da Bielorrússia à Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma prioridade importante da sua política comercial nacional. A adesão à OMC ajudaria a atrair investimentos estrangeiros, integrar a Bielorrússia no comércio internacional e melhorar o ambiente para a exportação de bens e serviços bielorrussos para os mercados dos Estados Membros da OMC. Garantir os interesses e benefícios nacionais para as empresas privadas é um pilar fundamental da adesão do país à OMC.

Todos os parceiros da Bielorrússia na União Econômica da Eurásia (EAEU) são membros da OMC: Quirguistão, desde 1998; Armênia, desde 2003; a Federação Russa, desde 2012; e Cazaquistão, desde 2015. Esta parceria permite que a Bielorrússia maximize a coordenação dos termos de adesão e acelere o processo de adesão, garantindo que os compromissos assumidos no âmbito da OMC sejam compatíveis com a manutenção de oportunidades para desenvolver e aprofundar a integração da Eurásia.

A Bielorrússia entrou na fase final das negociações, formulando os compromissos finais perante a OMC. No entanto, tanto os órgãos governamentais quanto a comunidade empresarial têm conhecimento insuficiente da ampla gama de questões relacionadas à adesão à OMC e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico do país. O departamento relevante do Ministério das Relações Exteriores está com falta de pessoal, o que não permite fornecer uma gama completa de serviços de apoio e aconselhamento jurídico a órgãos governamentais e outras partes interessadas em questões de comércio exterior e regulamentos relevantes dentro da OMC.

O país não possui instituições com conhecimento e experiência adequados para oferecer aconselhamento em uma ampla gama de questões e fornecer serviços especializados em atividade econômica estrangeira, comércio exterior e facilitação da adesão à OMC.

Rumo a uma Solução

A transição da fase preparatória para a fase final do processo de negociação para aderir à OMC exigiu apoio adicional do painel nacional de negociações e consolidação de todas as partes envolvidas nas negociações. Especialistas e especialistas nacionais receberão treinamento em uma 'escola de negociações' e se prepararão para implementar as decisões do governo durante a fase de pós-adesão.

O objetivo do projeto é ajudar o governo da Bielorrússia a aderir à OMC, fortalecendo a experiência nacional e aumentando a consciência pública sobre o processo e o impacto da adesão à OMC. Os principais objetivos do projeto são realizar estudos analíticos que conduzam a recomendações orientadas para a ação sobre questões relacionadas com a adesão à OMC; implementar atividades de treinamento para organizações, instituições e agências governamentais nacionais em vários aspectos; e realizar uma campanha de informação e educação para melhorar a consciência pública sobre as regras da OMC e o processo de adesão do país. O público-alvo incluirá a comunidade empresarial, academia e mídia.

Atingir esses objetivos principais do projeto ajudará a melhorar a posição de negociação do país e a competência de sua apresentação na adesão à OMC. Também aumentará a conscientização entre funcionários governamentais responsáveis e representantes da comunidade empresarial sobre a política de comércio exterior no contexto da adesão à OMC. Além disso, contribuirá para a formação de especialistas em ministérios

e agências setoriais para aprimorar as habilidades profissionais relacionadas aos acordos multilaterais no âmbito da OMC e do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio no contexto do cumprimento das metas nacionais de comércio exterior, tanto no nível nacional quanto na integração associações das quais a Bielorrússia faz parte.

No médio prazo, o principal resultado do projeto será a adesão da Bielorrússia à OMC em termos favoráveis ao país e à integração da Eurásia **Isso melhorará o comércio de longo prazo do país e a cooperação econômica com o resto do mundo, ajudará a atrair investimentos estrangeiros e fortalecerá sua posição de exportação por meio da liberalização dos termos de acesso a mercados estrangeiros para seus produtos domésticos.** Isso também aumentará as posições da EAEU na região.

As atividades do projeto beneficiam os órgãos governamentais e organizações responsáveis pela promoção da Bielorrússia no processo de adesão à OMC. O sucesso da implantação do projeto também beneficia governos regionais, universidades de linha e institutos de pesquisa com foco em comércio exterior, além de associações empresariais e empresários. O projeto contribui para conscientizar a população e representantes empresariais sobre questões relacionadas à OMC.

Para fortalecer as capacidades de especialistas em instituições públicas sobre vários aspectos da adesão à OMC, um Centro Nacional da OMC será estabelecido. O centro vai:

- Apoiar a adesão do país na OMC.
- Analisar os impactos econômicos de sua adesão.
- Elaborar recomendações para melhorar a legislação bielorrussa sobre comércio exterior, em linha com as disposições dos acordos básicos da OMC.
- Oferecer experiência na formulação de posições em negociações comerciais internacionais, elaboração de acordos econômicos internacionais e resolução de problemas relativos ao acesso a mercados estrangeiros e resolução de disputas comerciais internacionais.
- Construir experiência nacional em política comercial e questões jurídicas da OMC para reduzir a dependência do país de consultores e organizações estrangeiras para suporte especializado e jurídico na resolução de disputas dentro da OMC.
- Fornecer apoio especializado para participação em órgãos da OMC.

O Centro Nacional da OMC manterá uma colaboração estreita com o Centro de Especialização sobre a OMC da Federação Russa e o Centro de Desenvolvimento de Políticas Comerciais do Ministério da Economia Nacional do Cazaquistão. Esta colaboração fortalecerá a capacidade de especialistas dos centros, criando sinergias e melhorando a eficiência no uso de recursos intelectuais da Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia. Isso gerará economias financeiras substanciais na defesa de interesses comuns e na abordagem de problemas comuns em potencial no contexto da adesão à OMC.

O Centro Nacional da OMC implementará todas as funções do projeto, conduzindo pesquisas analíticas e oferecendo treinamento, educação e aconselhamento em uma ampla gama de questões. Após a conclusão do projeto, o Centro assumirá.

Representantes do Ministério de Relações Exteriores da Bielorrússia já estudaram a experiência dos centros na Rússia e no Cazaquistão para desenvolver o conceito de Centro Nacional da OMC. Outros países também poderiam replicar o estabelecimento e operação de um centro nacional. Nesse sentido, o conceito foi compartilhado com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas no Uzbequistão.

A sustentabilidade dos resultados do projeto será garantida. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bielorrússia tem grande interesse em aplicar esta experiência internacional e empregar a comunidade de especialistas estabelecida, que possui amplo conhecimento e competências nas áreas de comércio internacional e direito.

Contato:

Nome: Sr. Maksim Hubski

Cargo: Diretor de Projeto

Organização: Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na Bielorrússia

Email: maksim.hubski@undp.org

1 As principais tarefas estratégicas do Centro na Federação Russa incluem o desenvolvimento de expertise nacional em política comercial e questões jurídicas da OMC para reduzir a dependência do país de consultores e organizações estrangeiras para suporte jurídico e especializado na resolução de disputas dentro da OMC.

NOME DO PROJETO: Assistir ao Governo da República da Bielorrússia na adesão à Organização Mundial do Comércio, Reforçando a Perícia e a Capacidade Institucional Nacional (Fase 5)

PAÍSES/REGIÕES: Bielorrússia, Cazaquistão, Federação Russa, Uzbequistão

INDICADO POR: Governo da Federação Russa

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 10.5, 17.10

SUPORTADO POR: Governo da Federação Russa por meio da Federação Russa - Desenvolvimento das Nações Unidas Fundo Fiduciário do Programa (PNUD) para o Desenvolvimento

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Escritório do PNUD na Bielorrússia, Ministério das Relações Exteriores da Bielorrússia

STATUS DO PROJETO: Em implementação

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2QqYIP4>

Desenvolvimento Regulatório, Sinergias e Treinamento para Biotecnologias no Sul Global

Implementando quadros regulatórios em conformidade com convênios internacionais para facilitar a utilização e o comércio de produtos de biotecnologia atuais.

Desafio

Para facilitar a adoção de produtos agrícolas e programas de saúde aprimorados por biotecnologias modernas, torna-se imperativo definir e implementar políticas de biossegurança. A maioria dos países em desenvolvimento ainda não começou ou ainda está nos estágios iniciais de estabelecer os domínios regulatórios necessários. Como resultado, estão surgindo retalhos heterogêneos de regulamentações nacionais e regionais. Essas estruturas regulatórias assíncronas e diversas estão limitando a capacidade dos produtos biológicos inovadores, afetando negativamente as colaborações de pesquisa, interrompendo o comércio de matéria prima e impedindo a segurança alimentar e as inovações na saúde pública, ameaçando assim o desenvolvimento sustentável. Há uma enorme necessidade de apoio na forma de parcerias e cooperação internacional para implementar sistemas regulatórios totalmente operacionais no Sul Global.

Rumo a uma Solução

O uso eficaz e seguro de biotecnologias requer um amplo portfólio de políticas, regulamentos e processos para apoiar os tomadores de decisão nacionais. Sob seu mandato, o Grupo de Ciência Regulatória do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia auxilia os países do Sul global a melhorar as capacidades nacionais na regulamentação da biotecnologia, aplicando uma abordagem integrada, sinérgica e personalizada.

O Grupo concentra-se principalmente em melhorar as capacidades institucionais para garantir a eficácia regulatória no cenário em mudança de tecnologias em evolução e mobilização de recursos humanos. Nos últimos 10 anos, o Grupo fortaleceu as capacidades institucionais de governos da África Subsaariana, América Central e Caribe para regulamentar produtos de biotecnologia de acordo com seus objetivos de política.

O Grupo fornece uma gama de ferramentas e abordagens administrativas para ajudar a melhorar a eficácia das autoridades nacionais competentes e seus comitês técnicos. Trabalha em parceria com funcionários e especialistas governamentais relevantes para garantir que os procedimentos e processos resultantes sejam adaptados ao quadro regulamentar nacional e imediatamente aplicáveis. Esse esforço colaborativo também ajuda a orientar e melhorar as habilidades dos funcionários reguladores e os incentiva a se relacionar com seus pares regionais e internacionais. Dessa forma, eles têm autonomia para atender às suas necessidades de forma mais autônoma, ao mesmo tempo que se tornam mais conscientes dos desafios regulatórios que outros países enfrentam, aumentando assim sua preparação. O objetivo final é desenvolver mecanismos regulatórios robustos e não fragmentados que sejam independentes das flutuações dos recursos humanos.

A rede de pares é facilitada por meio de intercâmbios regulatórios. Os reguladores do Sul Global são designados para colocações de curto prazo em escritórios regulatórios na Argentina, Austrália, Canadá e Uganda. Funcionários experientes desses escritórios também são integrados em instituições nos países beneficiários para fornecer assistência local na melhoria da eficácia regulatória. Como resultado desses esforços que contam com a cooperação Sul-Sul (África-América Latina, África-África, Caribe-América Latina) e Norte-Sul (África-Canadá, África-Austrália), 28 reguladores foram treinados e cinco mais estarão participando de treinamentos futuros.

O Grupo também reúne reguladores, assessores científicos e inspetores do Sul global para participar de fóruns de mentoria de três a cinco dias, a fim de aprimorar suas contribuições nas decisões sobre biotecnologias emer-



© ICGB

gentes. Este formato bem estabelecido de treinamento interativo capacita as autoridades locais a projetar e implementar atividades regulatórias importantes e promove a transferência de conhecimento e a troca de experiências. **Até o momento, pelo menos 896 reguladores e cientistas (574 da África e 322 do Caribe) participaram de fóruns sobre vários aspectos técnicos e administrativos da regulamentação de biotecnologia.**

Além disso, o Grupo concedeu 15 bolsas a reguladores e pesquisadores para a obtenção de mestrados relacionados à biossegurança, em colaboração com universidades britânicas e australianas.

A sustentabilidade desses esforços de capacitação foi melhorada com a criação de um portfólio de treinamento de *e-learning*, desenvolvido e administrado por autoridades nacionais competentes no Sul global para atender às suas necessidades de treinamento de forma autônoma. A experiência de aprendizado combinado incorpora novos métodos de ensino e abordagens para a educação assistida por tecnologia. O portfólio é hospedado na nuvem e entregue online a um custo baixo. Ele está continuamente disponível para vários públicos e pode ser acessado de qualquer lugar do mundo conforme a necessidade. Atualmente, 274 reguladores africanos são usuários ativos desta plataforma de treinamento online.

O grupo tem uma reputação mundial consolidada em ciências regulatórias, por meio de colaborações com doadores de prestígio, como a Fundação Gates, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, a Comissão Europeia e o Ministério do Meio Ambiente da Itália.

Em resumo, as atividades do Grupo apoiam e facilitam a cooperação triangular para energizar e fortalecer os escritórios regulatórios de biotecnologia no Sul Global. Uma abordagem estratégica para a capacitação pessoal e institucional tem sido empregada, que inclui parcerias Sul-Sul, cooperação triangular e alianças estratégicas. O objetivo da regulamentação autônoma, robusta e estruturada é aumentar a disponibilidade de alimentos e produtos de saúde mais saudáveis e seguros a partir de menos recursos, reduzindo a pressão sobre os ecossistemas naturais, bem como apoiar o comércio de commodities de valor agregado para melhorar o desenvolvimento sustentável.

Contato:

Nome: Dr. Wendy Craig

Cargo: Líder do Grupo, Ciência Regulatória

Organização: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB)

E-mail: craig@icgeb.org

NOME DO PROJETO: Desenvolvimento Regulatório, Sinergias e Treinamento para Biotecnologias no Sul Global

PAÍSES/REGIÕES: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Burkina Faso, Dominica, El Salvador, Etiópia, Gana, Granada, Guiana, Nigéria, Panamá, São Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uganda, República Unida da Tanzânia e mais países em desenvolvimento

INDICADO POR: Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.4, 3.9, 9.5, 12.a, 15.8, 15.9, 17.3, 17.6, 17.8, 17.9, 17.11, 17.14, 17.15

APOIO: Fundação Bill e Melinda Gates, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (com sede no Canadá)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ICGEB

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2012–2030

SITE DO PROJETO: www.icgeb.org/regulatory-science/

Programa de Capacitação Estatística para Constituintes de Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países Membros da OCI

Fortalecimento das capacidades dos sistemas estatísticos nacionais dos Estados Membros da OCI por meio da cooperação Sul-Sul e triangular

Desafio

Distribuídos por quatro continentes, os 57 Estados-Membros da Organização de Cooperação Islâmica (OCI) apresentam diversos níveis de desenvolvimento socioeconômico e capacidades de produção de dados estatísticos de acordo com as normas estatísticas internacionais relevantes. Usando o Indicador de Capacidade Estatística (ICE) do Banco Mundial como referência de desempenho para os países em desenvolvimento, os 50 Estados Membros da OCI com dados disponíveis registraram uma diminuição coletiva em sua média ICE, de 62.31 em 2009 para 60.53 em 2019, que é inferior a de países em desenvolvimento não pertencentes à OCI e do mundo como um todo. As capacidades estatísticas dos Estados membros da OCI poderiam, portanto, ser mais desenvolvidas a fim de produzir e divulgar estatísticas de alta qualidade para apoiar os mecanismos nacionais de formulação de políticas.

Rumo a uma Solução

Neste contexto, o Centro de Pesquisa Estatística, Econômica e Social e de Treinamento para os Países Islâmicos (SESRIC) realiza uma iniciativa emblemática de desenvolvimento de capacidade estatística intitulada “Programa de Capacitação Estatística (StatCaB) para os constituintes dos sistemas estatísticos nacionais dos países membros da OCI”. Iniciado no início de 2007, o programa StatCaB do SESRIC visa fortalecer e melhorar os sistemas estatísticos nacionais (SENs) dos Estados Membros da OCI para produzir melhores estatísticas nacionais, auxiliando assim os formuladores de políticas a melhorar as políticas nacionais e implementar planos de desenvolvimento nacionais, regionais e globais.

O programa StatCaB auxilia no monitoramento da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) priorizados pelos Estados Membros da OCI em 2018, particularmente o ODS 1 sobre pobreza; ODS 2 sobre fome; ODS 3 sobre boa saúde e bem-estar; ODS 4 sobre educação; ODS 5 sobre igualdade de gênero; ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 sobre indústria, inovação e infraestrutura; e ODS 13 sobre ação climática. O programa StatCaB também fortalece os SENs dos Estados Membros da OCI para melhor atingir as metas do Programa de Ação OCI 2025.

O programa StatCaB coleta informações por meio da realização de questionários bienais em um esforço para identificar as necessidades estatísticas e capacidades dos constituintes dos SENs. Como resultado, são organizados cursos de formação estatística, visitas de estudo e missões técnicas por meio da cooperação Sul-Sul e triangular. Semelhança de necessidades de treinamento e capacidades, equilíbrio geográfico e idioma de instrução são levados em consideração para corresponder aos Estados Membros da OCI, de modo a aumentar o impacto e a relação custo-benefício do programa StatCaB.

Em linha com as metas 17.9, 17.18 e 17.19 do ODS sobre parcerias, **um total de 309 atividades StatCaB foram realizadas em 50 Estados Membros da OCI entre 2007 e agosto de 2020, com o apoio generoso de 26 Estados Membros da OCI e do Observatório Econômico e Estatístico para Sub-África do Saara (AFRISTAT). Aproximadamente 2.000 especialistas participaram de 242 cursos de treinamento estatístico de curta duração, 45 visitas de estudo, 20 missões técnicas e dois cursos de treinamento estatístico online organizados durante a pandemia COVID-19**



© SESRIC

O programa StatCaB nasceu da necessidade de atender às necessidades de desenvolvimento de capacidade estatística dos Estados membros da OCI e provou ser um programa inovador. Baseia-se na experiência técnica dos Estados-Membros da OCI e na sua vontade de confiar e beneficiar da experiência de outros. O SESRIC é um facilitador entre os países beneficiários e fornecedores para fornecer os serviços de secretaria e acompanhamento necessários. Também contribui com co-financiamento para as atividades organizadas.

É evidente que o programa StatCaB só pode ser sustentável se os Estados Membros da OCI estiverem dispostos a fornecer e receber desenvolvimento de capacidade estatística. A relação estabelecida entre os Estados Membros da OCI por meio do programa StatCaB facilitado pelo SESRIC também deve levar a atividades de cooperação bilateral. Além disso, recursos suficientes devem ser fornecidos ao SESRIC para continuar financiando o programa StatCaB. Nos últimos anos, aumentou o número de Estados membros da OCI com acordos de cooperação estatística com o SESRIC, seja na forma de memorandos de entendimento (MoU) ou cartas de compromisso (CL). Atualmente, cinco países da OCI, incluindo Malásia, Marrocos, Arábia Saudita, o Estado da Palestina e o Uzbequistão, assinaram memorandos de entendimento com o SESRIC para auxiliar nos esforços de desenvolvimento de capacidade estatística na OCI. Além disso, o SESRIC assinou um MoU ou CL com nove organizações internacionais e regionais, incluindo o Instituto Árabe para Treinamento e Pesquisa em Estatística, AFRISTAT, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial Islâmica para a Educação, Ciência

e Cultura, o Conselho de Serviços Financeiros Islâmicos, o Centro de Estatística para o Conselho de Cooperação para os Estados Árabes do Golfo, a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, o Grupo de Dados de Desenvolvimento do Banco Mundial e a Organização Mundial de Turismo. Essas parcerias mobilizam os recursos necessários para atender às necessidades de desenvolvimento de capacidade estatística dos Estados Membros da OCI.

Esta iniciativa tornou-se o principal programa de desenvolvimento de capacidades do SESRIC e serve como um modelo exemplar para estabelecer outros programas de capacitação. Desde que o público-alvo tenha sido claramente identificado, o programa SESRIC StatCaB pode ser replicado. Quando começou, o programa StatCaB visava apenas funcionários relevantes dos escritórios nacionais de estatísticas dos países da OCI. No entanto, para aprimorar os SENs e apoiar a agenda de desenvolvimento global, o SESRIC estendeu seu foco para instituições que produzem estatísticas oficiais, incluindo ministérios e agências governamentais relevantes nos Estados Membros da OCI.

Contato:

Nome: Dra. Atilla Karaman

Cargo: Diretor de Estatística e Departamento de Informação

Organização: Centro de Pesquisa e Treinamento Estatístico, Econômico e Social para Países Islâmicos (SESRIC)

E-mail: akaraman@sesric.org; statcab@sesric.org

Skype: sesric.sid

NOME DO PROJETO: Programa de Capacitação Estatística (StatCaB) para Constituintes de Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países Membros da OCI

PAÍSES/REGIÕES: Estados Membros da OCI

INDICADO POR: Centro de Treinamento e Pesquisa Estatística, Econômica e Social para Países Islâmicos (SESRIC)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.1, 1.a, 2.1, 2.c, 3.1, 3.d, 4.1, 4.c, 5.1, 5.c, 8.1, 8.b, 9.1, 9.c, 13.1, 13.b, 17.9, 17.18, 17.19

APOIO: Escritórios Nacionais de Estatística e Ministérios e Agências Governamentais relevantes dos Estados Membros da OCI, SESRIC

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: SESRIC

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2007–presente

SITE DO PROJETO: www.oicstatcom.org/statcab.php

Rede para Implementar e Monitorar a Agenda 2030 e Dar Seguimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e Caribe

Fortalecer as capacidades institucionais e técnicas dos governos envolvidos no estabelecimento e manutenção de mecanismos nacionais para implementar a Agenda 2030

Desafio

O Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, instituído pela Resolução 700 (XXXVI) sob os auspícios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), é o mecanismo regional de acompanhamento e revisão da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de Ação de Addis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento. As reuniões do Fórum oferecem oportunidades de aprendizagem entre pares por meio de apresentações voluntárias, compartilhamento de conhecimentos e melhores práticas e discussões a esse respeito.

Quase cinco anos após a adoção da Agenda 2030, os desafios para sua implementação estão se tornando maiores e mais complexos. É necessário alinhar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aos planos de desenvolvimento nacionais, subnacionais e setoriais; adotar medidas nacionais para a implementação efetiva da Agenda 2030; treinar especialistas técnicos para monitorar o cumprimento dos indicadores dos ODS; e identificar estratégias nacionais concretas que possam melhorar o papel da cooperação internacional, especialmente a cooperação Sul-Sul e triangular, no apoio a tais medidas. Isso requer um esforço nacional significativo para desenvolver estratégias, adaptar indicadores e conectar as políticas de cooperação com a agenda global. É, portanto, essencial construir capacidades nacionais, para as quais a cooperação internacional desempenha um papel significativo.

Rumo a uma Solução

O Comitê de Cooperação Sul-Sul, órgão subsidiário da CEPAL, oferece uma plataforma dentro da estrutura intergovernamental existente para discutir a cooperação e compartilhar as melhores práticas e desafios comuns.

Na 37ª sessão da CEPAL em 2018, os Estados membros criaram uma rede para a implementação da Agenda 2030 e acompanhamento dos ODS na América Latina e Caribe, que prioriza a cooperação Sul-Sul e triangular com foco em multipartes interessadas. O principal objetivo da rede é fortalecer as capacidades institucionais e técnicas dos governos da região. A estrutura operacional da rede aborda o ODS 17, particularmente a meta 9 no aumento do apoio internacional para planos nacionais; meta 14 em aumentar a coerência das políticas; meta 16 no reforço da parceria global; meta 17 em parcerias público, público-privadas e sociedade civil; meta 18 em capacitação; e meta 19 na construção de iniciativas existentes.

A rede tem a seguinte estrutura:

- Grupo Central — este órgão de tomada de decisão fornece liderança estratégica e coordenação para a implementação bem-sucedida do programa de trabalho. Atualmente é formado por Cuba, México e Uruguai.
- Secretaria Técnica — CEPAL oferece apoio logístico e técnico.
- Grupos de Trabalho sobre Pilares de Coordenação — formados por três países, sendo um atribuído a cada pilar: um pilar de estratégia (Uruguai), um pilar de estatística (México) e um pilar de cooperação (Cuba). Um plano de trabalho foi desenvolvido para cada um desses pilares.

Durante a primeira reunião da rede, realizada em Havana em maio de 2018, a rede foi definida como um fórum técnico para países que precisam ou fornecem conhecimento em três áreas temáticas:

- Mecanismos de coordenação interinstitucional e intersetorial para monitorar o cumprimento dos ODS



© ECLAC

- Estruturas e ferramentas nacionais para monitorar o progresso nos indicadores dos ODS e governar as metodologias, processos e padrões para melhorar a coleta, processamento, desagregação, disseminação e análise de dados para produzir estatísticas confiáveis e de boa qualidade.
- Ferramentas para alinhar projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento com os ODS e ferramentas tecnológicas de boas práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Durante a segunda reunião, realizada na Cidade do México em novembro de 2019, o programa de trabalho 2019–2020 foi desenvolvido e acordado. Cada pilar da rede teve uma apresentação: estratégia, pela Secretaria de Planejamento e Orçamento da Presidência do Uruguai; estatísticas, pelo Conselho Diretor do Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México; e cooperação, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Cuba.

Como resultado dessas reuniões de trabalho e do trabalho realizado nos três pilares, com o apoio da CEPAL, **os países se uniram para coordenar solicitações e oferecer apoio em temas como o enfrentamento das mudanças climáticas, a adaptação dos ODS aos contextos locais e nacionais, a orçamentação dos ODS e o fortalecimento das capacidades estatísticas nacionais para monitorar seu cumprimento.**

Espera-se que a rede:

- Criar espaços de troca de conhecimentos e boas práticas de ges-

tão para implementar e monitorar os ODS nos níveis nacional e subnacional, por meio da cooperação Sul-Sul e triangular.

- Considerar e incorporar abordagens transversais em apoio à implementação, acompanhamento e revisão da Agenda 2030 (com foco em áreas como gênero, meio ambiente e descentralização territorial).

Tendo em vista que a rede ainda é incipiente, não houve avaliação de seus resultados e impactos; no entanto, espera-se gerar múltiplos projetos de cooperação Sul-Sul.

Em termos de financiamento, a rede tem trabalhado com o Fundo Conjunto de Cooperação México-Uruguai, bem como com as agências de cooperação da Alemanha e da Espanha, na mobilização de recursos para a realização de suas reuniões de coordenação e para o apoio profissional de especialistas nos assuntos relacionados aos três pilares. Nesta fase, a rede elaborou um programa de trabalho para 2020 para os seus três pilares, com planos de elaborar um projeto de médio a longo prazo para melhorar a mobilização de recursos. Se a rede conseguir ter sucesso precoce e mobilizar recursos regionais, será possível replicar essas práticas.

Contato:

Nome: Sr. Enrique Oviedo

Cargo: Oficial de Assuntos Políticos

Organização: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

E-mail: enrique.oviedo@cepal.org

NOME DO PROJETO: Rede para Implementar e Monitorar a Agenda 2030 e Dar Seguimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e Caribe

PAÍSES/REGIÕES: América Latina e Caribe

INDICADO POR: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 17.9, 17.14, 17.16, 17.17, 17.18, 17.19

APOIO: CEPAL

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: países da América Latina e Caribe

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2030

SITE DO PROJETO: Não disponível

Grupo de Trabalho de Bioeconomia Sustentável da FAO Internacional

Criar uma plataforma para países e regiões compartilharem conhecimento e experiência na transição para uma bioeconomia circular e sustentável

Desafio

Bioeconomia é a produção, utilização e conservação de recursos biológicos, incluindo conhecimento, ciência, tecnologia e inovação relacionados, para fornecer informações, produtos, processos e serviços em todos os setores econômicos visando uma economia sustentável. Inclui a agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura, bem como a produção de alimentos, bioplásticos, produtos farmacêuticos, biomateriais, cosméticos, têxteis e uma vasta gama de bioprodutos. A bioeconomia aborda muitas questões de sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Sua natureza transversal oferece uma oportunidade única para enfrentar uma série de desafios de uma forma abrangente e coordenada. As melhores práticas em bioeconomia devem, portanto, facilitar a interação positiva e a colaboração entre os setores. Por exemplo, a combinação de bioeconomia e digitalização é frequentemente vista como um dos principais motores da transformação dos setores produtivos.

No entanto, as atividades de bioeconomia não são necessariamente sustentáveis e enfrentam várias cessões. É crucial que o desenvolvimento da bioeconomia contribua para a sustentabilidade e a circularidade, a fim de ajudar a alcançar os ODS. É fundamental que o desenvolvimento da bioeconomia não comprometa a segurança alimentar e nutricional.

Rumo a uma Solução

Dados os desafios e oportunidades que a transição para uma bioeconomia circular e sustentável pode trazer, 62 Ministros da Agricultura concordaram com a importância de aproveitar as oportunidades para implementar a bioeconomia de forma sustentável e circular, no Fórum Global para Alimentos e Agricultura em janeiro de 2015. Recomendaram que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) coordene o trabalho internacional sobre bioeconomia. Por meio do Grupo de Trabalho Internacional de Bioeconomia Sustentável (ISBWG), estabelecido em 2016, a FAO visa fornecer o apoio internacional necessário para aumentar as capacidades do Estado para desenvolver bioeconomia em linha com os ODS.

As atividades do Grupo de Trabalho respondem a dois objetivos específicos. O primeiro é servir como uma plataforma para o compartilhamento internacional de conhecimentos e experiências sobre inovações, tecnologias, práticas e políticas de bioeconomia circular e sustentável. O segundo objetivo é atuar como um órgão consultivo para o trabalho técnico da FAO em bioeconomia circular e sustentável, que inclui a produção de produtos de conhecimento e o apoio a países e regiões específicos no desenvolvimento de políticas e estratégias de bioeconomia circular, com foco nas oportunidades para sistemas alimentares transformação. O ISBWG é uma plataforma internacional única e inovadora, pois desenvolve capacidades nacionais na formulação de políticas de sustentabilidade e circularidade na bioeconomia. O Grupo visa integrar a sustentabilidade e a circularidade em políticas e estratégias para garantir que a bioeconomia, implementada corretamente, possa beneficiar as sociedades e o planeta como um todo.

ISBWG é um grupo internacional de especialistas com várias partes interessadas. Os membros se engajam por meio de consultas, produção conjunta de conhecimento e fornecimento de capacitação e informações técnicas. A FAO facilita as reuniões físicas anuais do Grupo de Trabalho e teleconferências adicionais sobre tópicos



específicos. As reuniões físicas incluem apresentações, workshops e visitas de campo. Os membros compartilham regularmente informações sobre bioeconomia de seus países e instituições, bem como publicações, eventos ou notícias recentes. Em geral, os países do Sul global têm amplo conhecimento e experiência na produção e uso de alimentos, rações, fibras, biofármacos e outros bioprodutos; no entanto, apenas alguns desenvolveram uma estratégia de bioeconomia formal completa. O ISBWG oferece uma oportunidade única de cooperação Sul-Sul e triangular, na qual os países do Sul global podem receber apoio, adquirir conhecimento e compartilhar suas experiências, melhorando a coordenação. Até o momento, existem algumas redes de cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) relacionadas à bioeconomia, como a Rede Latino-americana de Bioeconomia, o Fórum Internacional de Bioeconomia da UE-África do Sul, o programa Inovação Biológica na África ou o liderou o Conselho Consultivo Internacional de Bioeconomia. Redes diferentes têm objetivos diferentes. A singularidade do ISBWG da FAO é que ele defende a transformação sustentável dos sistemas alimentares por meio de uma bioeconomia circular.

O primeiro marco do Grupo de Trabalho foram os Princípios e Critérios de Aspiração para Bioeconomia Sustentável, acordados em novembro de 2016. O ISBWG também contribuiu para aumentar o compartilhamento de conhecimento e melhorar a coordenação, em linha com vários objetivos dos ODS, **a fim de melhorar as sinergias e reduzir as compensações entre objetivos de sustentabilidade. O conhecimento adquirido por todos os membros do ISBWG sobre a integração da sustentabilidade e da circularidade na bioeconomia informa os processos de desenvolvimento nacional e regional.** Um esboço da Visão e Estratégia da Bioeconomia Nacional foi desenvolvido no Uruguai, com o apoio da FAO. O Uruguai também se beneficiou das lições aprendidas, dos instrumentos usados e dos desafios enfrentados por outros países do Grupo ISB-WG no desenvolvimento e implementação de estratégias de bioeconomia. A troca com parceiros

internacionais forneceu compreensão das sinergias e compensações relevantes. Como resultado, o projeto de visão e estratégia inclui muitas considerações para a sustentabilidade e circularidade, como a integração dos valores da biodiversidade na utilização sistêmica dos recursos biológicos, o que contribui para o objetivos 15.9 dos ODS. Outros países e regiões que atualmente se beneficiam do projeto da FAO são a Namíbia e a Associação das Nações do Sudeste Asiático.

O mecanismo adotado pelo ISBWG é um bom exemplo de como atingir o ODS 17, em particular a meta 17.9 sobre o aumento do apoio internacional para a implementação de planos nacionais, inclusive por meio do CSST. Oferece oportunidades de intercâmbio e facilita o diálogo internacional por meio de reuniões, eventos e conferências contínuas. Também facilita o compartilhamento de conhecimento e experiência sobre sinergias e compensações em bioeconomia e oportunidades de sustentabilidade e circularidade para apoiar os países nos processos de tomada de decisão.

Contato:

Nome: Sra. Anne Bogdanski

Cargo: Oficial de Recursos Naturais e Coordenador de Projeto de Bioeconomia

Organização: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura Nações (FAO)

E-mail: annekatrin.bogdanski@fao.org

Nome: Sra. Marta Gomez San Juan

Cargo: Engenheiro Agrônomo e Consultor de Projeto de Bioeconomia Organização: FAO

E-mail: marta.gomezsanjuan@fao.org

Nome: Sra. Maria Allegra Bruni

Cargo: Consultor de Cooperação Sul-Sul e Triangular Organização: FAO

E-mail: mariaallegra.bruni@fao.org

NOME DO PROJETO: Grupo de Trabalho de Bioeconomia Sustentável Internacional da FAO (ISBWG)

PAÍSES/REGIÕES: Argentina, Brasil, Canadá, China, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Malásia, Namíbia, Holanda, Nova Zelândia, África do Sul, Tailândia, Estados Unidos da América, Uruguai, Comissão Europeia

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.4, 2.5, 12.8, 12.a, 13.3, 17.6, 17.9, 17.14, 17.16

APOIO: Membros do ISBWG da FAO: países, órgãos de governo regionais e instituições afiliadas, organizações não governamentais, entidades do setor privado, instituições de pesquisa e organizações intergovernamentais

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Membros do FAO ISBWG

STATUS DO PROJETO: Em implementação

PERÍODO DO PROJETO: Janeiro de 2016 – Dezembro de 2021

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3jmliE5>

Apoiando o Comércio e Investimento Indiano para a África

Criação de vínculos comerciais e de investimento com troca de conhecimentos e transferência de tecnologia entre a Índia e cinco países da África Oriental

Desafio

Vários desafios restringem o comércio e o investimento Sul-Sul, incluindo as capacidades produtivas e operacionais limitadas das empresas, assimetrias de informação e percepção, baixo acesso ao financiamento, fraco apoio institucional e falta de capital. Na África Oriental, embora muitos governos tenham priorizado o desenvolvimento econômico, eles ainda dependem dos setores primários, que requerem comércio e investimento para obter valor agregado. Nos últimos anos, a Índia tem feito esforços para fortalecer os vínculos comerciais e de investimento com a África Oriental. Em 2008, a Índia introduziu seu Esquema de Preferência Tarifária de Isenção de Direitos para os Países Menos Desenvolvidos. No entanto, os dados indicam que o comércio com o subcontinente tem se concentrado em um número limitado de setores e países. De acordo com o banco *Export-Import Bank* da Índia, 75 por cento das exportações da África para a Índia são em recursos naturais e matéria prima. As pequenas e médias empresas (PMEs) da África Oriental muitas vezes requerem apoio extra para compreender e acessar o comércio internacional e as oportunidades de investimento. Eles também se beneficiariam do conhecimento e da tecnologia disponíveis em mercados como a Índia, que seguiram um caminho de desenvolvimento semelhante. As empresas indianas estão sujeitas a assimetrias de informação e percepção que impedem sua capacidade de formar parcerias com contrapartes da África Oriental.

Rumo a uma Solução

A iniciativa 'Apoiando o Comércio Indiano e o Investimento para a África' (SITA), implementada pelo Centro de Comércio Internacional (CCI), cria ligações comerciais e de investimento entre a Índia e cinco países da África Oriental entre eles, Etiópia, Quênia, Ruanda, Uganda e os Estados Unidos República da Tanzânia. O objetivo final da iniciativa é alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 sobre pobreza, ODS 2 sobre fome, ODS 5 sobre igualdade de gênero, ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico e o ODS 17 sobre parcerias. A SITA visa melhorar a competitividade de cadeias de valor selecionadas no agronegócio e na manufatura leve na África Oriental por meio de parcerias com instituições e empresas da Índia. A iniciativa facilitou a transferência sistêmica entre países de boas práticas e conhecimento em uma variedade de setores.

A metodologia que sustenta a iniciativa SITA foi totalmente analisada em uma publicação conjunta do CCI e do Instituto de Estudos de Desenvolvimento, *Projetando para Impacto: Comércio e Investimento Sul-Sul*, que foi publicada em julho de 2020. SITA é um programa direcionado que combina exposição para mercados internacionais e desenvolvimento de competências de impacto no emprego, visando PMEs e empresas pertencentes a mulheres e jovens. O programa incorpora o potencial de adicionalidade e efeitos da demonstração com um compromisso mínimo das empresas em cumprir os padrões sociais e ambientais. Além disso, o SITA foi projetado como uma série de pilotos que permitiram um trabalho incremental, demonstrando assim a viabilidade e o potencial de aumento de escala para assegurar aceitação e métodos adequados de localização. As ações da iniciativa são monitoradas por meio de uma abordagem tridimensional que inclui comunicação customizada e fortalecimento institucional. Finalmente, uma abordagem participativa e inclusiva garante a apropriação nacional e a sustentabilidade das iniciativas Sul-Sul. Abaixo estão dois exemplos das realizações do programa, adaptados da publicação, *Projetando para o Impacto: Comércio e Investimento Sul-Sul*.

Caso 1: Setor de especiarias¹

A SITA desenvolveu vínculos entre o setor agrícola da Índia e do Ruanda, particularmente no cultivo de es-



© ITC

peciaras. Por meio de estudos de viabilidade, foi estabelecido que as condições geográficas e climáticas de Ruanda eram adequadas para o cultivo de pimentões híbridos. Embora a Índia seja um grande cultivador de especiarias, incluindo pimenta, a alta demanda na Índia incentivou as empresas a estabelecer locais alternativos para abastecimento e produção. A SITA apresentou seu estudo de viabilidade sobre a produção de especiarias em Ruanda para várias partes interessadas, incluindo empresas indianas, o governo de Ruanda e agricultores locais. Os agricultores foram então identificados e foi fornecido apoio para cultivar diferentes variedades híbridas de malagueta em várias províncias. Os agricultores receberam as sementes, um pacote de prática e treinamento formal de especialistas agrônômicos indianos em Ruanda e na Índia. Além disso, os compradores indianos concordaram em comprar toda a safra da safra atual, uma vez que os requisitos de qualidade foram atendidos. Eles também concordaram em apoiar a logística de exportação para a Índia. Os acordos de recompra ajudam a proteger os pequenos proprietários contra qualquer risco.

Como resultado deste projeto, o número de compradores indianos aumentou de um em 2016 para cinco em 2020, levando a um aumento correspondente na produção de 4 ha em 2016 para quase 200 ha em 2020. Em 2018, Ruanda começou a exportar o primeiro híbrido pimentões para a Índia. A introdução de pimentões híbridos em Ruanda é um exemplo de uma prática inovadora que contribuiu para diversificar o setor agrícola do país e dobrar a renda dos agricultores.

Caso 2: Setor Têxtil²

Desde 2015, a SITA tem apoiado empresas indianas e se beneficiando de novos mercados e oportunidades de investimento no setor têxtil e de vestuário da África Oriental. A SITA empreendeu campanhas de conscientização em grandes grupos têxteis da Índia para promover a África Oriental para investidores em potencial por meio de associa-

ções do setor. A SITA facilitou missões de exposição à África Oriental para as empresas que manifestaram interesse em explorar a região. Também forneceu suporte personalizado para ajudar a construir confiança por meio de comunicação regular e aberta. Na Etiópia e no Quênia, foi desenvolvido um roteiro da cadeia de valor para o setor têxtil e de vestuário. No Quênia, um órgão máximo do setor privado foi criado para implementar o roteiro. Por meio do órgão superior, o Conselho Indiano de Desenvolvimento de Habilidades realizou uma avaliação de lacunas de habilidades no setor de vestuário do Quênia, que levou à criação de um novo currículo e programa de treinamento. Este é um exemplo de intervenção sustentável e replicável. Essas atividades não apenas fortaleceram a capacidade institucional e a coordenação setorial no Quênia, mas também levaram duas empresas indianas a estabelecer unidades de vestuário no Complexo Industrial de Mekelle, na Etiópia. Esses investimentos criaram cerca de 1.700 empregos até o momento, mais de 90 por cento dos quais são ocupados por mulheres.

Sob a SITA, mais de 2.500 empregos foram criados como resultado do apoio direto e indireto fornecido às partes interessadas. Isso inclui empregos criados pelos investimentos de duas empresas têxteis indianas na Etiópia e o primeiro investimento em calçados de couro em Uganda por uma PME indiana. **Entre 2015 e 2020, a SITA gerou mais de US\$ 58 milhões em valor de investimento e US\$ 52 milhões em acordos comerciais entre a Índia e a África Oriental, bem como com terceiros mercados.** Os projetos de comércio e investimento Sul-Sul como o SITA podem ser replicados em outras regiões, desde que haja uma boa base lógica. Os projetos devem levar em consideração os impulsionadores de parcerias econômicas entre os países de origem e destinatários, os possíveis desafios, o potencial de investimento Sul-Sul, os compromissos do governo com o comércio e investimento com os parceiros do Sul e se há uma base para a mutualidade.

Contato:

Nome: Sra. Vandana Prakash Nair

Cargo: Representante Oficial do Programa, Apoio ao Comércio Indiano e Investimento para a África (SITA)

Organização: Centro de Comércio Internacional

E-mail: sita@intracen.org

1 Adaptado de Saha, A., Thorpe, J., O'Flynn, P. e H. Bucher. (2020). *Projetando para Impacto: Comércio e Investimento Sul-Sul*, Centro de Comércio Internacional, Genebra, Suíça.

2 Adaptado de Saha, A., Thorpe, J., O'Flynn, P. e H. Bucher. (2020). *Projetando para Impacto: Comércio e Investimento Sul-Sul*, Centro de Comércio Internacional, Genebra, Suíça.

NOME DO PROJETO: Apoiando o Comércio e Investimento Indiano para a África (SITA)

PAÍSES/REGIÕES: Etiópia, Índia, Quênia, Ruanda, Uganda, República Unida da Tanzânia

INDICADO POR: Centro de Comércio Internacional (CCI)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1-a, 1-b, 2-b, 5-b, 8-a, 17.6, 17.9, 17.11

APOIO: Departamento de Desenvolvimento Internacional (Reino Unido)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: CCI

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2022

SITE DO PROJETO: www.intracen.org/sita/

Apoio em Capacitação e Políticas de TIC e Estruturação Regulatória e Legislativa para os Estados Insulares do Pacífico

Apoiar políticas harmonizadas para o mercado de TIC na África, Caribe e Pacífico

Desafio

O projeto de 'Capacitação e Política de TIC, Marco Regulatório e Legislativo para os Estados Insulares do Pacífico' (ICB4PAC) se concentrou nos Estados do Pacífico membros do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico.

O projeto atendeu às necessidades das organizações regionais e dos Estados insulares do Pacífico relacionadas à capacitação digital, bem como às políticas e regulamentações de tecnologia da informação e comunicação (TIC). O objetivo era harmonizar e promover uma colaboração mais estreita em políticas, legislação, estratégias e regulamentos de telecomunicações, com vistas a capacitar cada país para implementar as reformas necessárias.

Nas ilhas do Pacífico, os maiores desafios foram a falta de uma política harmonizada, um quadro legal e regulamentar no setor (TIC) e as instituições relevantes para incorporar um novo quadro nas leis e regulamentos nacionais. Havia também a necessidade de fortalecer as capacidades e habilidades humanas relevantes.

Rumo a uma Solução

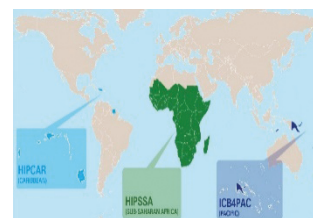
O projeto ICB4PAC, implementado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), teve como objetivo construir capacidade humana e institucional em TIC por meio de uma série de treinamentos direcionados e atividades de compartilhamento de conhecimento em toda a região. Abordou a necessidade de desenvolver competências nos setores sub-regionais e nacionais de TIC em termos de estruturas para políticas, regulamentos, legislação e prontidão eletrônica. Também desenvolveu material de base para harmonizar as políticas do mercado de TIC. Os dados foram coletados por meio de questionários, entrevistas pessoais e compartilhamento de informações durante as oficinas. O projeto ICB4PAC foi financiado pela Comissão Europeia e pela UIT, esta última atuando como agência executora. Os dados foram analisados para informar os documentos de resultados usados pelos países beneficiários para implementar as recomendações.

O projeto foi cofinanciado pela Comissão Europeia e pela UIT, sendo esta última a agência de execução do projeto. Como resultado do projeto, orientações harmonizadas sobre política, legislação e regulamentação foram adotadas e desde então implementadas nos países beneficiários.

O projeto teve como foco os países do Pacífico pertencentes ao Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico (ACP).

Ele atendeu às necessidades expressas pelas organizações regionais do Pacífico e pelos Estados Insulares do Pacífico (PIS) em relação à capacitação em políticas e regulamentos de TIC consistentes e à prontidão eletrônica. O Projeto foi uma resposta a um pedido de apoio e cooperação para promover e implementar uma colaboração e harmonização mais estreita das políticas, legislação, estratégias e regulamentos de telecomunicações dentro do grupo ACP. O objetivo era capacitar cada país a implementar as reformas necessárias para que a região pudesse colher os benefícios de um cenário regulatório de TIC harmonizado.

Os países da região têm diferentes níveis de desenvolvimento de TIC. Os países mais avançados concordaram em compartilhar suas melhores práticas com os menos avançados, enquanto também aprendem com



© ITU

as melhores práticas internacionais. Em todas as etapas do projeto, A ICB4PAC teve que considerar a logística desafiadora criada pelas grandes distâncias entre os países envolvidos. As datas das reuniões do projeto foram, portanto, tiveram que ser determinadas em estreita colaboração com organizações regionais.

Os objetivos do projeto foram alcançados **e resultaram na adoção de diretrizes harmonizadas sobre política, legislação e regulamentação que desde de então, têm sido implementadas nacionalmente pelos países beneficiários.** Durante os treinamentos presenciais de capacitação, os países do Sul Global compartilharam suas experiências e contribuíram conjuntamente para os resultados do projeto.

No que diz respeito à sustentabilidade, o projeto recebeu apoio contínuo das atividades do plano operacional da UIT e se beneficiou de projetos financiados pela UIT e pelo Governo da Austrália. Já foi replicado com sucesso na África e no Caribe. A chave para este sucesso é que os países participantes devem se comprometer com o projeto.

Contato:

Nome: Sr. Cosmas Zavazava

Cargo: Diretor Interino do Departamento de Parcerias para o Desenvolvimento Digital

Organização: Agência de Desenvolvimento Digital, União Internacional de Telecomunicações (UIT)

E- mail: cosmas.zavazava@itu.int



NOME DO PROJETO: Suporte em Capacitação e Política de TIC, e Estruturação Regulatória e Legislativa para os Estados Insulares do Pacífico (ICB4PAC)

PAÍSES/REGIÕES: Ilhas Cook, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Micronésia (Estados Federados da), Nauru, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vanuatu

INDICADO POR: União Internacional de Telecomunicações (UIT)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 17.9

APOIO: Comissão Europeia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UIT

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2009–2013

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3guntEJ>

Banco de Conhecimentos do Programa ADELANTE

Criação de uma base de dados pública de aprendizagem de cooperação triangular

Desafio

O Programa ADELANTE teve como objetivo evidenciar seu apoio à cooperação triangular e ao mesmo tempo, demonstrar que esta modalidade de cooperação internacional é uma ferramenta colaborativa relevante para enfrentar os desafios do desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Desde 2016, o Programa tem reunido conhecimentos valiosos que agora devem ser analisados e compartilhados em um formato sistemático e fácil de usar para ajudar a atingir esse objetivo. Os objetivos 17.6 e 17.16 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão no cerne do banco de conhecimentos ADELANTE, como um instrumento que ajudará a comunidade de desenvolvimento internacional a aumentar o troca de conhecimentos por meio de parcerias com múltiplas partes interessadas.

Rumo a uma Solução

ADELANTE é o principal programa da União Europeia em matéria de cooperação triangular, lançado em 2015 com um orçamento de mais de €10 milhões. Sua missão é fomentar as relações horizontais entre os países da América Latina, do Caribe e os da Europa, ao mesmo tempo em que os estimula a trocar conhecimentos e aproveitar as capacidades de seus parceiros para promover o desenvolvimento sustentável da região. A Comissão Europeia havia lançado um convite para a apresentação de propostas e financiaram conjuntamente oito projetos que envolvem 54 organizações de 18 países da América Latina e do Caribe, bem como várias instituições europeias.

Os oito projetos de cooperação triangular ADELANTE visam diversos temas e países, com a participação de todos os tipos de atores. Esses projetos contribuíram significativamente para o desenvolvimento sustentável da região e geraram um aprendizado setorial e transversal valioso. Os oito projetos contribuem diretamente para 9 ODS e 27 metas. Contribuições significativas foram feitas para o ODS 16 sobre paz, justiça e instituições fortes. Contribuições notáveis também foram feitas para o ODS 1 sobre a erradicação da pobreza, o ODS 10 sobre a redução das desigualdades e o ODS 17 sobre as parcerias e meios de implementação, que são os pilares da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os pilares do Programa ADELANTE. Atenção especial também é dada ao ODS 5 sobre igualdade de gênero.

Todas as partes trabalharam juntos na coleta, análise e troca de conhecimentos acumulados durante os quatro anos do Programa ADELANTE de forma sistemática e cooperativa. Uma base de dados digital com 28 componentes, foi criada a fim de trocar ideias de valor agregado, histórias de sucesso e lições aprendidas com iniciativas de cooperação triangular para enfrentar desafios organizacionais, setoriais e de desenvolvimento.

O exercício conjunto estruturou-se em torno de uma metodologia de gestão do conhecimento já aplicada em contextos anteriores de cooperação para o desenvolvimento. O Programa envolveu uma equipe de especialistas europeus e latino-americanos em gestão do conhecimento para ajudar a orientar o processo e fazer as adaptações metodológicas necessárias para refletir a natureza triangular do Programa e seus projetos. Estas incluíram variáveis para avaliar a aprendizagem em termos de aumento da flexibilidade, construção de parcerias de sucesso ou compartilhamento de conhecimento e soluções.

Usando essa metodologia, o Programa identificou três tipos de conhecimento: histórias de sucesso, melhores práticas e lições aprendidas.



© European Union

Histórias de sucesso são ‘jeitos de fazer’ que geraram resultados positivos e podem ser reproduzidos em outros projetos para alcançar os mesmos resultados. Esses conhecimentos oferecem um resumo do caso, incluindo objetivos, impactos, os fatores críticos de sucesso e o valor agregado para uma abordagem de cooperação triangular.

As melhores práticas são relatórios sobre realizações que destacam os fatores críticos de sucesso necessários para alcançá-los. Em todos os casos, essas práticas podem inspirar outros projetos durante as fases de identificação e formulação.

As lições aprendidas são experiências sobre eventos que ocorreram durante o desenvolvimento de um projeto que foram úteis na sua divulgação e reutilização. As lições dos projetos ADELANTE surgiram durante sua implementação, mas fornecem dados valiosos a serem considerados ao longo do ciclo do projeto.

A equipe de gestão do Programa ADELANTE lançou a iniciativa, forneceu a metodologia, e editou, consolidou e publicou o Banco de Conhecimento enquanto os coordenadores e parceiros dos projetos se encarregaram de identificar, analisar e sistematizar os conhecimentos vindos dos seus projetos. Assim, o Banco de Conhecimento é composto por 28 registros que destacam elementos interessantes e importantes para o sucesso de um projeto, tais como:

- Promover o planejamento colaborativo, identificar e formular projetos e fornecer plataformas para fomentar a interação contínua entre os parceiros durante o período do projeto.
- Compreender as particularidades da cooperação triangular, criando em conjunto metodologias e procedimentos adequados durante as fases de identificação e planejamento e aplicando-os ao longo da execução do projeto.
- Orientar essas metodologias e procedimentos para a troca de conhecimentos para que todos os atores possam capitalizá-los,

desde os parceiros aos beneficiários finais.

- Garantir que essas metodologias e procedimentos visem influenciar as políticas públicas, favorecendo a participação e o diálogo com os formuladores de políticas e tomadores de decisão em instituições relevantes.
- Adaptar essas metodologias e procedimentos ao contexto de cada país (político, jurídico, administrativo e setorial), com possibilidade de estruturação para resultados diferenciados.
- Permitir flexibilidade e margens de adaptação suficientes para que elementos inovadores possam ser introduzidos e tenham impacto duradouro ao longo da execução do projeto.

Ao identificar, analisar e sistematizar esse conhecimento, os coordenadores de projetos foram capazes de compreender os processos de decisões tomadas em contextos específicos e extrair lições valiosas delas. **Este exercício permitiu reflexões que, sem dúvida, contribuirão para melhorar o desenho e a implementação de futuras iniciativas de cooperação triangular. Também aprimorou a capacidade dos coordenadores de projetos e seus parceiros na gestão do conhecimento, o que contribuiu diretamente para o fortalecimento das instituições públicas da região.**

O banco de conhecimentos ADELANTE é uma ferramenta publicamente disponível a todos os interessados no site da ADELANTE e na Capacity4dev, a plataforma de partilha de conhecimentos da União Europeia.

Contato:

Nome: Sra. Leticia Casañ Jensen

Cargo: Gerente de Tarefas

Organização: Operações Regionais da América Latina e do Caribe
Direção Geral de Cooperação Internacional e Desenvolvimento
Comissão Europeia

E-mail: leticia.casan-jensen@ec.europa.eu

NOME DO PROJETO: Banco de Conhecimentos do Programa ADELANTE

PAÍSES/REGIÕES: Argentina, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Alemanha, Guatemala, Honduras, Itália, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Espanha, Uruguai

INDICADO POR: Operações Regionais América Latina e Caribe (DEVCO - Comissão Europeia)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1.2, 1.3, 1-a, 1-b, 2.1, 3.5, 3.8, 4.4, 5.1, 5.2, 5.5, 5-a, 5-b, 5-c, 8.2, 8.3, 8.4, 8.9, 9.3, 9.5, 10.2, 10.3, 10.7, 11.1, 11.3, 12.2, 12-a, 13.2, 13-b, 16.3, 16.6, 16.7, 16.10, 16-a, 16-b, 17.6, 17.9, 17.15, 17.16

APOIO: União Europeia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: União Europeia, Agência Chilena de Cooperação Internacional, Agência Presidencial de Cooperação Internacional (APC- Colômbia), Fundação Internacional e Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas da Espanha, Escritório do Intendente de Cerro Largo no Uruguai, Nacional Instituto de Tecnologia Industrial da Argentina, Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai, Poder Judiciário da Costa Rica

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2020

SITE DO PROJETO: www.adelante-i.eu/en/banco-de-conocimiento

Lições Aprendidas do Programa EU-LAC para Cooperação Triangular (ADELANTE) e do Kit de Ferramentas OCDE

Avaliando o valor agregado de trabalhar em cooperação triangular

Desafio

A implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) requerem formas novas e inovadoras de parcerias horizontais que rompam a relação binária tradicional de um parceiro que oferece cooperação e o outro que a recebe. A cooperação triangular é uma dessas parcerias. No espírito da Agenda 2030, nenhum país é economicamente pobre demais para fornecer assistência e compartilhar experiências, e nenhum país é rico demais para aprender com os outros. O desafio tem sido encontrar o melhor jeito de expressar essa cooperação no planejamento sistematizado e incorporá-la às parcerias triangulares. As vezes, tem sido difícil avaliar o impacto de tais parcerias.

Rumo a uma Solução

A cooperação triangular complementa a cooperação Sul-Sul e Norte-Sul, valendo-se das melhores experiências de ambas as modalidades, reunindo recursos e usando conhecimentos complementares para a cocriação de soluções de desenvolvimento inovadoras. Na cooperação triangular, muitas vezes há uma tendência de focar nos resultados de desenvolvimento do país beneficiário, o que negligencia o processo de aprendizagem conjunta e mútua entre todos os parceiros, ou de enfatizar a forte parceria entre o parceiro central e o facilitador, que pode dar a impressão de que o parceiro beneficiário desempenha um papel mais fraco.

Para fazer o melhor uso da cooperação triangular, é crucial considerar ambas as dimensões - resultados de desenvolvimento e parceria - visto que se reforçam mutuamente. Neste contexto, o Programa ADELANTE da União Europeia (EU) tem como objetivo avaliar o valor acrescentado do trabalho em cooperação triangular. EU ADELANTE uniu forças com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) no piloto do 'Kit de ferramentas para identificar, monitorar e avaliar o valor agregado da cooperação triangular'. Usando o Toolkit (Kit de Ferramentas), os parceiros do projeto podem avaliar melhor os resultados da parceria, além dos resultados de desenvolvimento previstos. Os oito projetos ADELANTE, cada um com sua própria dinâmica triangular, usaram o OCDE Toolkit para avaliar o valor agregado da cooperação triangular com base em suas experiências. Eles forneceram ideias e recomendações valiosas para a próxima fase do Programa ADELANTE da EU. Equipes da Comissão da EU e da OCDE apoiaram o processo, fornecendo conselhos e organizando workshops e chamadas de acompanhamento.

Por exemplo, a Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento coordenou um projeto implementado em Cuba para aumentar a disponibilidade de alimentos seguros de origem animal e promover a saúde animal a fim de melhorar a segurança alimentar da população e alcançar o ODS 2 sobre a fome. Além disso, a Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia coordenou um projeto para apoiar empresários no desenvolvimento e fortalecimento de ideias de negócios e para ajudar as pequenas e médias empresas a aumentar sua capacidade de inovação. O projeto foi implementado em Belize, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá para alcançar o ODS 1 sobre pobreza. Cada projeto tem sua própria dinâmica e contribui para o alcance de vários ODS. **O kit de ferramentas da OCDE fornece três ferramentas que visam apoiar projetos na concepção, implementação e avaliação da cooperação triangular.**

A primeira ferramenta identifica o valor agregado da cooperação triangular usando uma lista de verificação de seis áreas nas quais normalmente pode agregar valor de uma perspectiva de parceria. É derivado do trabalho da Iniciativa de Parceria Global (IPG) sobre Cooperação Triangular Eficaz e ampla consulta internacional.



© European Commission

As seis áreas são: propriedade e confiança; complementaridade e aumentar a coordenação na cooperação para o desenvolvimento; compartilhar conhecimento e aprender em conjunto; cocriação de soluções e flexibilidade; aumento de volume, escopo e sustentabilidade; e alcançar metas de desenvolvimento global e regional por meio de parcerias fortalecidas para o desenvolvimento sustentável.

A segunda ferramenta fornece orientações para gerar cadeias de resultados e indicadores que registram o valor agregado da cooperação.

A terceira ferramenta projeta avaliações do valor agregado e fornece opções em matrizes para projeções e levantamentos com base nos critérios de avaliação do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento e os princípios da cooperação Sul-Sul, que pode ser uma forma de destacar o valor agregado da cooperação triangular.

A iniciativa conjunta entre a OCDE e a Comissão Europeia avaliou os resultados da parceria na cooperação triangular, aplicando a terceira ferramenta do Kit de Ferramentas aos oito projetos ADELANTE. Este exercício de aprendizagem entre pares foi mutuamente benéfico, uma vez que as lições aprendidas irão alimentar a próxima fase do programa ADELANTE. O Kit de Ferramentas destacou o valor estratégico e o uso adequado e dependente do contexto da lógica de cooperação triangular. Os parceiros confirmaram que foram bem capturados nas seis áreas mencionadas acima. Ao mesmo tempo, o envolvimento neste exercício aumentou a consciência entre os parceiros do projeto sobre esta modalidade e seu valor. Especificamente, a equipe ADELANTE identificou três vantagens de testar o kit de ferramentas:

- Avaliação e aprendizagem: refletindo sobre como funcionou a modalidade de cooperação triangular para os projetos ADELANTE e aplicando essas lições aprendidas no desenho de uma potencial próxima fase.
- Apropriação metodológica e de reforço: ajudando os parceiros a compreender a dinâmica, os benefícios e os desafios da cooperação triangular, bem como aumentar o envolvimento nesta modalidade.
- Estratégico: aumentar a visibilidade dos projetos ADELANTE em cada instituição parceira e identificar e destacar o valor agregado de cada projeto no âmbito do Programa ADELANTE.

Ao trabalhar com o Kit de Ferramentas, a OCDE aprendeu lições valiosas sobre a importância de criar projetos de forma consciente com uma mentalidade de cooperação triangular. O planejamento de projetos para registrar o valor agregado da cooperação, ajudará a empregar essa modalidade de forma mais estratégica e com maior impacto. Afinal, a cooperação triangular é um meio de alcançar os ODS e as metas de desenvolvimento nacional e regional, não um fim em si mesma. Com base neste e em futuros exercícios piloto, o Kit da OCDE será revisado e adaptado para melhor atender às demandas atuais, visando o apoio aos parceiros para envolvê-los de forma mais eficaz em projetos e programas de cooperação triangular.

Além disso, o projeto não só reforçou a parceria entre a OCDE e a Comissão Europeia, como também com os representantes contribuintes do projeto ADELANTE que acharam o projeto perspicaz, enriquecedor e inspirador. Além de confirmarem que as ferramentas do kit da OCDE foram um suporte útil na concepção, monitoramento, avaliação e incorporação dos projetos. Os resultados deste exercício conjunto podem ser reproduzidos e escalados em outras regiões, sobre tudo com o apoio da Comissão Europeia que está intensificando o seu envolvimento na cooperação triangular em todo o mundo. Uma comunidade de prática em cooperação triangular está se formando por meio de reuniões internacionais sobre o assunto em Lisboa e o IPG. Trocar experiências será útil para parceiros ao redor do mundo e pode mudar o jeito em que a comunidade internacional interage, planeja e implementa a cooperação triangular em escala global.

Contato:

Nome: Sra. Letícia Casan Jensen

Cargo: Diretora de Programa, ADELANTE

Organização: Direção Geral da Cooperação Internacional e Desenvolvimento (DG-DEVCO), Comissão Europeia

Email: leticia.casan-jensen@ec.europa.eu

Nome: Sra. Nadine Piefer-Söyler

Cargo: Analista; Unidade de Projeção, Extensão e Reforma Política; Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento

Organização: OCDE - Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento

Email: nadine.piefer-soyler@oecd.org

NOME DO PROJETO: Destacando o Valor Agregado da Cooperação Triangular - Experiências da OCDE-EU no Programa Piloto "Kit de ferramentas para identificar, monitorar e avaliar o valor agregado da cooperação triangular" do ADELANTE.

PAÍSES/REGIÕES: Argentina, Belize, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Itália, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Espanha, Uruguai

INDICADO POR: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), União Europeia (EU)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 17.16

APOIO: EU; OCDE

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Direção de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE, Direção Geral da EU para Cooperação Internacional e Desenvolvimento (DEVCO)

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/32v5yJe>

Treinamento Internacional Avançado em Finanças Municipais e Democracia Local em Cinco Países Africanos

Evidenciando a necessidade de metodologias híbridas para desbloquear o fluxo de recursos na capacitação para governos locais

Desafios

Um número significativo de governos locais na África não tem a capacidade e os recursos necessários para cumprir suas responsabilidades administrativas e técnicas. O setor de governo local na maioria dos países da África Subsaariana enfrenta o duplo desafio de lacunas de capacidade e mandatos sem financiamento, apesar da descentralização. Consequentemente, a capacidade de ancorar o desenvolvimento local sustentável, reduzir a pobreza e atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) continua sendo um desafio. Dada a falta de estruturas nacionais estratégicas para o desenvolvimento de habilidades que respondam às necessidades específicas de capacidade do setor do governo local, a resposta tradicional a esta lacuna de capacidade tem sido frequentemente workshops esporádicos e desarticulados baseados em projetos.

Rumo a uma Solução

O Programa de Capacitação Internacional (ITP) é uma parceria entre o Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas e o Centro Internacional Sueco para a Democracia Local. Tem como alvo a África do Sul, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue e fornece uma resposta nacional e regional às reformas de descentralização que afetam o setor do governo local.

O ITP busca ser pioneiro na prova de conceito de que o maior impacto e sustentabilidade no desenvolvimento de capacidades de governos locais está alicerçado na combinação de conhecimentos teóricos com abordagens práticas ancoradas em uma mudança nos processos de gestão. É estruturado e impulsionado por agentes de mudança, que incluem líderes e tomadores de decisão em níveis intermediários e altos de governo. Usando a descentralização como estrutura de política, o ITP projeta e implementa projetos de mudança que contribuem para acelerar o cumprimento dos ODS.

As metodologias e ferramentas são projetadas para promover o aprendizado e a colaboração Sul-Sul com base nas experiências de cada país. Por exemplo, quando os municípios realizam visitas de aprendizagem no país anfitrião, os representantes trocam ideias com indivíduos dos municípios, instituições de pesquisa e outras organizações. Boas práticas são escolhidas e usadas para enriquecer os projetos de mudança. Os participantes assistem a sessões interativas facilitadas por especialistas nacionais dos países participantes e mentores nacionais designados. Eles também participam de um programa de intercâmbio que se baseia nas experiências de municípios da Suécia. A fase de duas semanas na Suécia permite que ideias sejam trocadas entre municípios africanos e europeus.

Por meio desse processo de aprendizagem colaborativa, os países participantes desenvolvem parcerias e expandem redes de apoio ao desenvolvimento local e governança descentralizada em vários níveis em seus países e região. A participação das partes interessadas nacionais é essencial para as discussões sobre governança e prestação de contas, uma vez que são capazes de responsabilizar instituições públicas e governos.

Durante o treinamento de 18 meses, cada participante deve identificar e trabalhar em um projeto de mudança, com o apoio da instituição patrocinadora e um mentor designado. Os projetos de mudança permitem a implementação prática dos conhecimentos teóricos articulados ao longo da formação.



© UNCDF

São intervenções explícitas destinadas a alcançar os resultados planejados e o impacto no desenvolvimento de uma instituição, conforme definido em seu mandato. Os projetos são, portanto, ancorados dentro das instituições patrocinadoras e apoiados por gerentes sênior.

O ITP é informado por uma série de temas relacionados à capacitação de governos locais para acelerar o cumprimento dos ODS, particularmente o ODS 1 sobre pobreza; ODS 5 sobre igualdade de gênero; ODS 7 sobre energia limpa e acessível; ODS 8 sobre trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 sobre indústria, inovação e infraestrutura; ODS 10 sobre desigualdades reduzidas; ODS 11 sobre cidades e comunidades sustentáveis; ODS 13 sobre ação climática; e ODS 17 sobre parcerias. Os temas incluem finanças do governo local, desenvolvimento de infraestrutura, segurança alimentar, mudança climática, gestão de finanças públicas e desenvolvimento de habilidades humanas. Cada módulo incorpora igualdade de gênero, direitos humanos e meio ambiente como questões transversais. Mais de 150 participantes se formaram no treinamento e mais de 50 projetos de mudança foram elaborados e implementados. Por exemplo, no município de Chipinge no Zimbábue, a equipe está trabalhando em um projeto de mudança para melhorar a participação de pessoas com deficiência (PLWD) na gestão da prestação de serviços e na tomada de decisões do conselho municipal. No município, PLWD e crianças são frequentemente excluídos da participação no desenvolvimento local e na prestação de serviços pela autoridade local. Como resultado, eles são forçados a aceitar os serviços prestados, mesmo que esses serviços não atendam às suas necessidades. O projeto de mudança está abordando essas desigualdades por meio da conscientização da população, criando um banco de dados para PLWD, designando PLWD para coletar taxas de uso e gerenciar banheiros públicos e centros de patrimônio cultural. Os fundos são usados para fornecer suporte ao PLWD. Outros exemplos de vários municípios incluem projetos de geração de renda para o empoderamento

econômico das mulheres, melhor arrecadação e gestão da receita local, aumento da participação das mulheres no planejamento e orçamento do governo local, cultura e turismo, energia solar, agricultura de valor agregado e digitalização dos processos de negócios municipais e sistemas.

Como resultado do ITP, ferramentas e metodologias foram desenvolvidas e testadas. À medida que o projeto de mudança demonstra sua eficácia, os recursos são aumentados com a alavancagem de recursos privados com fundos públicos para o desenvolvimento local.

Os impactos das políticas incluem uma mudança da coleta de receita local manual para digital, integração de gênero, parcerias público-privadas, políticas aprimoradas sobre empréstimos do governo local, uma política para a gestão e disposição de ativos públicos e planejamento físico. Acordos de cooperação já foram assinados entre municípios e bancos de desenvolvimento para financiar grandes projetos, como a energia solar em Gutu, Zimbábue. Os municípios individuais fortaleceram a cooperação dentro e fora das fronteiras da região, bem como com os municípios da Suécia. Há um potencial significativo para replicar o treinamento em outros países, desde que haja governança descentralizada e vontade política para iniciar a mudança.

Contato:

Nome: Sra. Jenifer Bukokhe Wakhungu

Cargo: Gerente de Programa

Organização: Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF)

E-mail: jenifer.bukokhe@uncdf.org

Skype: jenifer.bukokhe

NOME DO PROJETO: Programa de Treinamento Internacional Avançado (ITP)

PAÍSES/REGIÕES: África do Sul, Suécia, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue

INDICADO POR: Fundo das Nações Unidas Para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 1-a, 1-b, 5.5, 5-b, 7.1, 8.2, 9-a, 10.3, 11.3, 13.1, 17.9

APOIO: Centro Internacional para a Democracia Local (CIDL)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNCDF, com oito municípios nos países-alvo

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2010–2020

URL DA PRÁTICA: <https://bit.ly/2EB6svm>



Monitorando a Eficácia da Cooperação Sul-Sul no México

Desenvolvendo uma abordagem de monitoramento para CSS eficaz no México

Desafio

O México se tornou uma potência econômica emergente que está se tornando um campeão da Cooperação Sul-Sul (CSS) na América Latina. Parcerias inovadoras que atendam aos contextos únicos dos países são essenciais para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Como resultado, esforços para fortalecer a eficácia desta modalidade de cooperação são incentivados.

No passado, a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) explorou métodos para monitorar a eficácia da cooperação. Muitos países usam a Estrutura de monitoramento de parceria global. Este instrumento mede o progresso na implementação de quatro princípios de eficácia acordados internacionalmente: propriedade do país, foco em resultados, parcerias inclusivas e transparência e responsabilidade mútua. Em 2016, o México examinou a aplicabilidade da estrutura a partir da perspectiva de um país com uma dupla função de fornecedor e destinatário de CSS. Naquela época, a Estrutura de Monitoramento da Parceria Global não era adequada ao contexto mexicano. A AMEXCID, portanto, propôs ajustar os indicadores para medir a eficácia da cooperação de uma forma que respondesse à situação do país.

Rumo a uma Solução

Esta iniciativa, liderada pelo México, buscou adaptar o Quadro de Monitoramento da Parceria Global ao contexto e às necessidades do país. **O objetivo era recolher dados e evidências para informar o quadro institucional nacional para a CSS e solidificar o papel da CSS no desenvolvimento sustentável.**

A iniciativa foi implementada pela AMEXCID, que também liderou todo o processo de monitoramento. A Agência elaborou uma estrutura piloto, coletou e validou dados e conduziu uma análise e consulta inclusiva. A iniciativa foi apoiada pela Alemanha e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no México, e orientação técnica substantiva foi fornecida pela Equipe de Suporte Conjunto (ESC) da Parceria Global. O exercício de monitoramento consistiu em três etapas fundamentais.

A primeira etapa foi desenvolver uma estrutura piloto. Em 2016, o México examinou a aplicabilidade dos indicadores da Parceria Global. Essa avaliação serviu de base para o trabalho realizado em 2017 para desenvolver uma estrutura piloto para monitorar a eficácia da CSS. Desenvolvido pelo México e orientado pela Parceria Global ESC, os indicadores adaptados sob a estrutura piloto foram os seguintes:

- A oferta de CSS está alinhada com as estruturas de resultados e prioridades do país destinatário.
- Os países fornecedores usam estruturas de resultados estratégicos de CSS.
- Organizações da sociedade civil contribuem à CSS para a cooperação de desenvolvimento efetiva.
- Existem diálogos público-privados de qualidade no CSS.
- As informações sobre o CSS estão disponíveis ao público.
- O CSS está sujeito à supervisão parlamentar.
- O CSS incorpora igualdade de gênero.

A segunda etapa foi testar a estrutura piloto. Os dados foram coletados sobre os indicadores de monitoramento



© UNDP

em 2018, com a participação de mais de 100 partes interessadas do Governo, sociedade civil e setor privado. Após a coleta e análise de dados, foi realizado um treinamento nacional para discutir os resultados, reunindo os agentes participantes beneficiários da cooperação mexicana e outros fornecedores do sul. No final do treinamento, uma sessão foi realizada para discutir as conclusões mais relevantes. Com base nas opiniões dos participantes, foi gerada uma lista de recomendações para melhorar a eficácia da cooperação Sul-Sul no México.

Os participantes constataram que a estrutura institucional da CSS foi fortalecida, incluindo sistemas de monitoramento e avaliação de programas de cooperação. Isso permite que a cooperação esteja mais alinhada com as prioridades de desenvolvimento e aumente o foco nos resultados. No entanto, há espaço para fortalecer os mecanismos operacionais e o envolvimento das partes interessadas nos programas e projetos de CSS. Também deve haver um esforço para incorporar uma perspectiva de gênero mais sistemática.

Os resultados e recomendações estão no relatório 'Exercício de Monitoramento da Eficácia da Cooperação Sul-Sul', que orientará as ações nacionais para fortalecer a cooperação no desenvolvimento de México. O relatório também informará o próximo programa AMEXCID em cooperação internacional para o desenvolvimento. Os resultados estão sendo usados atualmente para informar os relatórios nacionais sobre o progresso feito na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especificamente na meta 17.15, para respeitar o espaço político e a liderança de cada país, e a meta 17.16, para aprimorar a parceria global para o desenvolvimento sustentável com múltiplas partes interessadas parcerias que mobilizam e compartilham conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros.

Estes resultados iniciais foram apresentados pelo Governo do

México em evento paralelo com representantes de outros países durante a BAPA + 40. As recomendações são pertinentes para países de renda média e países com papéis duplos na cooperação internacional para o desenvolvimento. Dada a natureza de múltiplas partes interessadas das soluções propostas, essas ideias poderiam beneficiar as organizações da sociedade civil, o setor privado e os países doadores igualmente.

A terceira etapa do exercício foi explorar a replicabilidade. Compreendendo a diversidade do CSS, o ESC envolveu uma série de provedores do sul para avaliar a aplicabilidade da estrutura adaptada para monitorar a eficácia do CSS em outros contextos. Funcionários do Chile, Indonésia, Malásia e África do Sul participaram de um questionário online e uma série de entrevistas. Essas consultas examinaram como a CSS é organizada e fornecida, incluindo se esses provedores têm estratégias nacionais e subnacionais em vigor para orientar a cooperação. Eles também consideraram o processo de decisão sobre as intervenções de CSS, incluindo como esses arranjos são formalizados e quais partes interessadas estão envolvidas nas várias fases.

A estrutura piloto desenvolvida pelo México servirá como base para outros provedores de CSS que buscam avaliar a qualidade da cooperação que oferecem. A estrutura será uma ferramenta flexível que pode ser adaptada a diferentes contextos de provedor de CSS. Na verdade, a Colômbia está planejando um exercício semelhante.

Contato:

Nome: Sra. Yuko Suzuki NAAB

Cargo: Consultora de Política Internacional, Grupo de Eficácia

Organização: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD)

E-mail: yuko.suzuki@undp.org

NOME DO PROJETO: Monitoramento da Eficácia da Cooperação Sul-Sul no México

PAÍSES/REGIÕES: Alemanha, México

INDICADO POR: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 17.15, 17.16

APOIO: Governo da Alemanha

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Agência Mexicana de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (AMEXCID), PNUD, *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)*

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2017–2019

SITE DO PROJETO: shorturl.at/hmFOU

Programa de Geminação da ESCAP para a Implementação da Agenda 2030 e das Avaliações Nacionais Voluntárias

Promover a cooperação e o aprendizado cruzado para superar os desafios sistêmicos para alcançar os ODS e preparar revisões nacionais voluntárias

Desafio

As revisões nacionais voluntárias são um componente chave do mecanismo de acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Durante a preparação das avaliações nacionais voluntárias, os países que apresentam seus relatórios pela primeira vez enfrentam uma série de desafios comuns, incluindo a coleta de dados e o envolvimento das partes interessadas. Os países da Ásia do Norte e Central que estão preparando seus relatórios pela primeira vez podem se beneficiar da geminação com países mais experientes. Para dez dos 17 ODS, os países da Ásia do Norte e Central não têm dados suficientes para fornecer uma imagem clara. Compilar dados é um desafio porque muitos países ainda estão em processo de adaptação total das metas e indicadores dos ODS aos contextos nacionais. Os ODS cobrem uma ampla gama de questões que afetam várias partes interessadas, como ministérios e outras agências governamentais, organizações da sociedade civil e o setor privado. A coordenação entre essas partes interessadas é, portanto, crítica. Organizar consultas nacionais com várias partes interessadas de uma forma abrangente, inclusiva e significativa pode ser desafiador, especialmente quando este modo de governança não é comumente praticado.

Rumo a uma Solução

Em 2019, o Quirguistão e o Uzbequistão buscavam orientação prática para preparar suas primeiras análises nacionais voluntárias, a serem apresentadas no fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável em 2020. Em resposta, a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) iniciou um programa de geminação de revisão nacional voluntária para países da Ásia do Norte e Central para compartilhar conhecimentos, experiências e recomendações práticas com países que têm sistemas administrativos e circunstâncias econômicas, sociais e ambientais semelhantes. No espírito da cooperação Sul-Sul, o objetivo do programa de geminação é o intercâmbio de melhores práticas e metodologias para a preparação e acompanhamento de uma revisão nacional voluntária a fim de superar alguns dos desafios sistêmicos que os países encontram no processo.

Em 2020, Armênia, Geórgia, Quirguistão e Uzbequistão uniram forças para trocar experiências e compartilhar lições na preparação de suas respectivas avaliações nacionais voluntárias como parte de um exercício de geminação. Enquanto a Armênia e a Geórgia apresentarão seus segundos relatórios no fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável em 2020, o Quirguistão e o Uzbequistão apresentarão seus primeiros relatórios. Como resultado, dois conjuntos de exercícios de geminação foram testados: um no Quirguistão com a Armênia e outro no Uzbequistão com a Geórgia. Estes exercícios de geminação foram facilitados pela ESCAP em parceria com os Governos e os Escritórios de Coordenação Residente das Nações Unidas dos países em causa.

Durante estes exercícios de geminação, os membros das delegações participantes tiveram a oportunidade de se encontrar com os seus homólogos no Parlamento; Instituições estaduais de estatísticas, meio ambiente e economias nacionais; organizações não governamentais; e meios de comunicação de massa para **estabelecer uma conexão direta, trocar boas práticas e compartilhar conhecimentos sobre a preparação de revisões voluntárias nacionais**. Os países concordaram em enviar os primeiros rascunhos de seus relatórios para serem revisados por pares até meados de abril de 2020. Eles continuaram a interagir por meio do Suporte ODS,



© ESCAP

que é uma plataforma digital para troca de conhecimento, experiência e consultoria hospedada pela ESCAP (sdghelpdesk.unescap.org).

O Suporte dos ODS forneceu a esses países uma comunidade online por meio da qual eles também puderam trocar conhecimentos e informações sobre revisões nacionais voluntárias e outras questões relacionadas ao cumprimento dos ODS.

Embora o foco tenha sido nos países que prepararam suas primeiras avaliações nacionais voluntárias, os países que prepararam seus segundos relatórios também aprenderam com o exercício de geminação, que provou que o intercâmbio de conhecimentos e práticas pode ocorrer em ambas as direções, promovendo a aprendizagem entre pares Sul-Sul.

O exercício de geminação despertou um interesse significativo na comunidade de desenvolvimento dentro e fora da região da Ásia-Pacífico, uma vez que várias agências das Nações Unidas e doadores já estão planejando apoiar os esforços para replicar este exercício. Esta boa prática pode ser facilmente replicada, pois requer apenas um

financiamento modesto para uma série de intercâmbios pessoais e virtuais entre os países.

O maior requisito é que os países tenham vontade política para compartilhar suas experiências e processos entre si e com as partes interessadas. Esta boa prática também ajuda a desenvolver capacidades por meio da aprendizagem entre pares em um ambiente no qual os países que enfrentam desafios semelhantes podem encontrar um ouvido solidário e compartilhar ideias e propostas práticas e operacionais. Uma vez que o contato tenha sido formalmente estabelecido durante as reuniões de geminação, canais informais e formais também podem ser abertos para comunicação futura e cooperação Sul-Sul e triangular.

Contato:

Nome: Dr. Riccardo Mesiano

Cargo: Representante de Desenvolvimento Sustentável

Organização: Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP)

E-mail: mesiano@un.org

NOME DO PROJETO: Programa de Geminação ESCAP para a Implementação da Agenda 2030 e as Revisões Nacionais Voluntárias

PAÍSES/REGIÕES: Armênia, Geórgia, Quirguistão, Uzbequistão

INDICADO POR: Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 17.9, 17.14, 17.16, 17.17, 17.19

APOIO: Escritório Regional ESCAP for Ásia Norte e Central, Divisão ESCAP de Desenvolvimento do Meio Ambiente

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ESCAP; Governos da Armênia, Geórgia, Quirguistão e Uzbequistão; Escritórios de Coordenação Residente das Nações Unidas nesses países

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3jttS7z>

Transferência de Conhecimento e Tecnologia no Censo de 2020 na África Oriental e Austral

Facilitando a cooperação no censo com Botsuana, Suazilândia, Quênia, Malawi, Maurício, Namíbia, Seychelles, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue

Desafio

Os países cobertos pelo Escritório Regional da África Oriental e Meridional do Fundo de População das Nações Unidas (ESARO UNFPA), que incluem Botsuana, Burundi, Suazilândia, Etiópia, Lesoto, Madagascar, Malawi Maurício, Namíbia, Ruanda, Seychelles, África do Sul, Sudão do Sul, Uganda, República Unida da Tanzânia Zâmbia e Zimbábue estão em diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico. Isso se reflete na capacidade de seus escritórios nacionais de estatística (ENEs) de conduzir a rodada de 2020 de censos populacionais e habitacionais. Enquanto alguns dos países têm sistemas estatísticos fortes e capacidade que pode ser aproveitada para conduzir um censo digital, outros têm capacidade técnica e recursos limitados para adquirir as tecnologias digitais necessárias. Além disso, a presença e os níveis de pessoal técnico do UNFPA às vezes são limitados, principalmente nos países de renda média alta. Portanto, novas estratégias são necessárias para fortalecer a capacidade para a rodada do censo de 2020 em toda a região.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esse desafio, o ESARO UNFPA promove o intercâmbio de conhecimentos técnicos e tecnologias para a rodada do censo de 2020 por meio da colaboração Sul-Sul (CSS).

Lesoto e Suazilândia foram os primeiros países da região a realizar censos digitais em 2016–2017, respectivamente, seguidos por Malauí em 2018 e Quênia em 2019, com apoio técnico do ESARO UNFPA. Dez países da região- Botsuana, Burundi, Maurício, Namíbia, Ruanda, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia – planejam conduzir seus censos entre 2020–2022. De acordo com as recomendações das Nações Unidas, todos os países com próximos censos deve adotar um censo digital. Para identificar os que ficaram para trás, os países devem usar tecnologias de informação e comunicação em todo o processo de coleta de dados para entrevistas pessoais assistidas por computador (CAPI), mapeamento cartográfico, análise geoespacial e processamento e análise de dados. Embora a adoção de tecnologia na realização do censo ofereça os benefícios de uma coleta, processamento e análise mais rápida de dados, bem como dados de melhor qualidade, os países também devem fortalecer a capacidade técnica de uso da tecnologia se garantir a disponibilidade de recursos financeiros para sua aquisição.

Reconhecendo o poder do compartilhamento de conhecimento por meio da aprendizagem entre pares **o ESARO UNFPA facilita o intercâmbio e incentiva os ENEs que realizaram censos digitais com sucesso a compartilhar suas experiências, incluindo os desafios enfrentados e as soluções para superá-los, com os países se preparando para seus censos. Esta é uma estratégia eficaz para identificar boas práticas e os cuidados necessários para um censo digital bem-sucedido** A este respeito, o ESARO UNFPA intermediou um intercâmbio de aprendizagem técnica e um acordo para compartilhar tablets eletrônicos de recenseamento entre Suazilândia, Quênia e Malauí e os países que se preparam para seus censos. Essas trocas de conhecimento técnico foram realizadas tanto para países individuais quanto para grupos.

Tendo concluído seu censo digital em 2017, Suazilândia hospedou equipes separadas de gerentes de censo da Etiópia, Malauí, África do Sul e Sudão do Sul em 2018 para compartilhar experiências práticas sobre o uso de tablets para mapeamento e coleta de dados. Após o seu censo digital em setembro de 2018, Malawi acolheu uma missão conjunta da Zâmbia e do Zimbábue em abril de 2019 e do Botsuana e das Maurícias em junho de 2019. O país partilhou as suas experiências nos aspectos técnicos, logísticos e administrativos do censo digital, mobilização de recursos, terceirização de mapeamento cartográfico e o desenvolvimento de um aplicativo para captura de dados. Malawi também recebeu missões individuais do Quênia e da Namíbia em janeiro e junho de 2019, respectivamente. A missão do Quênia ao Malauí foi composta por altos funcionários do governo e membros do Parlamento que representam os comitês relevantes e foi fundamental para a decisão do governo de adquirir 140.000 tablets para o censo. Em fevereiro de 2020, após seu próprio censo em agosto de 2019, o Quênia recebeu uma delegação conjunta de países de Botsuana, Libéria, Tanzânia e Uganda em preparação para seus próximos censos entre 2021–2022. Todos os programas de intercâmbio de aprendizagem técnica foram preparados com antecedência com contribuições de visitantes ENEs.



© UNFPA

O ESARO UNFPA emprega CSS como uma estratégia eficaz para atender à necessidade de tablets e fortalecer a capacidade técnica para censos digitais na região. O Escritório adquiriu inicialmente 250 comprimidos para uso em um processo de mapeamento piloto em Madagascar em 2017. Esses tablets foram posteriormente transferidos para a Zâmbia para mapeamento cartográfico do censo em 2018. Encorajado pela praticidade de compartilhamento de tablets entre países, o ESARO UNFPA adquiriu outros comprimidos em 2017 com apoio financeiro do Departamento de Desenvolvimento Internacional. Esses comprimidos foram fornecidos para complementar os 15.000 comprimidos adquiridos pelo governo do Malauí para seu censo de 2018. Os comprimidos adquiridos pelo UNFPA foram então transferidos para a Zâmbia para o censo de 2020. Embora o governo queniano tenha financiado totalmente a aquisição de seus próprios tablets, ele concordou em doá-los por meio de acordos de governo a governo intermediados pelo ESARO UNFPA para os seguintes países com censos futuros: Botsuana (5.000); Libéria (15.000); Gana (70.000); e Maurício (8.000). A um custo de aproximadamente US\$ 165,00 por tablets com acessórios, compartilhá-los garante um uso ideal dos recursos.

O ESARO UNFPA também usa o CSS para expor os ENEs aos requisitos técnicos para um censo digital bem-sucedido. Por exemplo, o intercâmbio de aprendizagem técnica mais recente foi realizado pelo Escritório Nacional de Estatísticas do Quênia (ENEQ) em fevereiro de 2020. Em colaboração com o UNFPA Quênia e o ESARO UNFPA, o ENEQ desenvolveu um pacote de informações sobre cada estágio do planejamento e implementação do censo digital, que eles compartilharam com uma missão conjunta de representantes do ENEs de Botsuana, Libéria, Tanzânia e Uganda. Durante essa troca de aprendizado, os fatores-chave para o censo digital bem-sucedido conduzido pela ENEQ foram identificados. Primeiro, o planejamento adequado começou quatro anos antes do censo. Em segundo lugar, a liderança do governo desempenhou um papel importante, refletido no fato de cobrir 99 por cento do orçamento do censo, estimado em US\$185 milhões. Terceiro, uma decisão firme e precoce de usar a tecnologia digital foi tomada, apesar da preparação significativa necessária e da experiência passada limitada. Quarto, construir capacidade local em tecnologias digitais era essencial; duas universidades públicas montaram localmente 140.000 tablets usados para a coleta de dados do censo. Quinto, a capacidade interna foi reforçada na programação CAPI. Em sexto lugar, diretrizes de recrutamento sólidas foram desenvolvidas e implementadas nos níveis de governo nacional e local. Sétimo, uma forte parceria multisectorial com provedores de serviços de telefonia móvel era necessária para a transmissão de dados, bem como com outras agências e departamentos governamentais para

a distribuição e coleta de materiais censitários

Uma avaliação anônima dos 23 participantes foi realizada no final do intercâmbio de aprendizagem do censo digital no Quênia, de cinco dias, para avaliar os benefícios do exercício. A maioria dos participantes (87 por cento) concordou fortemente que os objetivos da viagem de estudo de avaliação comparativa foram claramente definidos, com uma porcentagem semelhante concordando fortemente que a experiência adquirida durante a viagem de estudo seria útil para seus respectivos países. Com exceção dos relatórios e divulgação (61 por cento), desenho do questionário (87 por cento) e mapeamento cartográfico (96 por cento), todos os participantes concordaram fortemente ou concordaram que encontraram os seguintes elementos relevantes para seus países: planejamento e operações de campo, humanos recursos e logística de administração, CAPI e transmissão de dados, e publicidade e sensibilização. A grande maioria (96 por cento) dos participantes também considerou os materiais úteis. Os participantes valorizaram muito a oportunidade de aprendizagem cruzada de países em diferentes estágios do processo de censo e recomendaram uma estrutura semelhante para futuros intercâmbios de aprendizagem.

Para fomentar o CSS, o ESARO UNFPA está desenvolvendo um plataforma digital, comum a comunidade integral de prática, para facilitar a documentação e o compartilhamento de experiências censitárias, que incluirá análise, divulgação e uso de dados censitários.

Contato:

Nome: Sr. Fredrick Okwayo

Cargo: Consultor Técnico, Dados da População e Dados para Desenvolvimento

Organização: Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) Escritório Regional da África Oriental e Austral

E-mail: okwayo@unfpa.org

Skype: [fred.okwayo](https://www.skype.com/user/fred.okwayo)

Telefone: +27609976934

Nome: Dr. Willis Odek

Cargo: Especialista em informações estratégicas, país de renda média Centro Técnico

Organização: Escritório Regional do UNFPA para a África Oriental e Austral

E-mail: odek@unfpa.org

Skype: [dr.willis.odek](https://www.skype.com/user/dr.willis.odek)

Telefone: +27834888440

NOME DO PROJETO: Transferência de Conhecimento e Tecnologia para a Censo de 2020 na África Oriental e Austral

PAÍSES/REGIÕES: Botsuana, Burundi, Suazilândia, Etiópia, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícias, Namíbia, Ruanda, Seychelles, África do Sul, Sudão do Sul, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué

INDICADO POR: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.1, 3.2, 3.7, 4.3, 4.7, 5.1, 5.2, 5.3, 5-6, 5-c, 8.5, 10.2, 10.7, 11.1, 11.5, 11.7, 11-a, 11-b, 13.1, 17.19

APOIO: Escritório Regional do UNFPA para a África Oriental e Austral (ESARO), Escritórios do UNFPA nos países, Departamento para o Desenvolvimento Internacional, Escritório Nacional de Estatísticas do Quênia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: ESARO UNFPA, escritórios regionais do UNFPA

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2016–2024

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3gxNhzn>

Resposta Interinstitucional à Situação Venezuelana no Peru

Coordenando a resposta humanitária e de desenvolvimento aos refugiados e migrantes da Venezuela no Peru

Desafio

O deslocamento de aproximadamente cinco milhões de refugiados e migrantes da Venezuela atingiu o pico em 2019, afetando a maioria dos países da região. Como a situação na Venezuela continua volátil, mais pessoas continuam sendo deslocadas.

O Peru mostrou grande solidariedade e atualmente hospeda mais de 830.000 venezuelanos; no entanto, a escala e rapidez dos fluxos de refugiados e migrantes pressionam as instituições do Estado e as comunidades de acolhimento. Os problemas estruturais do país foram destacados e o descontentamento aumentou à medida que os venezuelanos são vistos como concorrentes dos recursos e empregos. Além disso, o fato dos venezuelanos estarem associados a maiores índices de criminalidade aumentou significativamente a xenofobia e a discriminação. Aproximadamente 100.000 crianças venezuelanas não têm acesso à educação e 88,5 por cento dos refugiados e migrantes economicamente ativos trabalham sem carteira assinada. Aumentos relatados nos fluxos irregulares de refugiados e migrantes agravam ainda mais a situação.

Uma resposta coordenada e abrangente das autoridades, da comunidade internacional e dos atores locais é a única forma de fornecer apoio contínuo e eficaz ao governo e às comunidades anfitriãs.

Rumo a uma Solução

A plataforma de coordenação nacional para o Peru, Grupo de Trabalho para Refugiados e Migrantes (GTRM), trabalha junto com suas contrapartes regionais para coordenar a resposta humanitária e de desenvolvimento aos vastos fluxos de refugiados emigrantes de Venezuela no Peru. Ele trabalha para atender às necessidades e reduzir os riscos e vulnerabilidades por meio do nexo de desenvolvimento humanitário. O GTRM é um modelo piloto para coordenação interinstitucional nacional e regional que incorpora maior colaboração e coerência entre os membros para aumentar suas vantagens comparativas. Ao reduzir os riscos e vulnerabilidades para aqueles que precisam de proteção internacional e suas comunidades anfitriãs, os parceiros do GTRM garantem que o desenvolvimento seja acessível a todos, especialmente aos mais afetados pela situação venezuelana.

Isso é fundamental em uma região composta por países em desenvolvimento que estão trabalhando para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O GTRM apoia o Governo do Peru no atendimento das necessidades dos refugiados e migrantes da Venezuela, o que complementa os próprios desafios de desenvolvimento do país, particularmente na pobreza, educação pública, saúde e economia informal. O GTRM trabalha para garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa para os venezuelanos e comunidades anfitriãs; promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável; encorajar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente; promover uma sociedade integrada, pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável; e fortalecer os meios de implementação e revitalizar as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. Endossado por 11 países dentro do Processo de Quito, o GTRM é fundamental para apoiar os esforços do governo em toda a região para receber e integrar refugiados e migrantes da Venezuela. Os parceiros do GTRM contribuem para o desenvolvimento e harmonização de iniciativas estratégicas nacionais e regionais em documentação, proteção, educação, saúde e integração, entre outras áreas. Por meio da cooperação Sul-Sul, as melhores práticas foram compartilhadas com outras plataformas de coordenação na região para disseminar e desenvolver habilidades, conhecimento e iniciativas de sucesso em áreas como a criação de empregos decentes e empreendedorismo; a proteção de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, fluídos e pessoas intersexuais, crianças e outros grupos vulneráveis; e fortalecer os sistemas nacionais para determinação da condição de refugiado.



© UNHCR

Em 2019, os marcos foram alcançados usando uma abordagem participativa e consultiva em que agências das Nações Unidas, organizações não governamentais internacionais e nacionais, organizações baseadas na comunidade e organizações baseadas na fé alinharam seus esforços sob um plano de resposta comum. O Plano de Resposta a Refugiados e Migrantes (PRRM) é, portanto, um produto e um meio para uma cooperação Sul-Sul engenhosa entre governos e atores humanitários e de desenvolvimento em toda a região. Ao coordenar e canalizar seus esforços por meio de grupos de trabalho temáticos, os parceiros compartilharam informações, procedimentos padronizados, duplicações reduzidas e melhoraram a eficácia e eficiência de sua resposta. **Como resultado, mais de 340.000 pessoas da Venezuela e comunidades anfitriãs no Peru receberam assistência emergencial direta, apoio socioeconômico e de integração cultural e serviços de proteção. Esses esforços também melhoraram as capacidades das instituições governamentais.**

Em 2020, graças aos mecanismos de coordenação e partilha de informação, tanto as plataformas nacionais como regionais passaram a uma nova abordagem setorial. Os novos setores, reproduzidos em toda a região, consistem em educação, segurança alimentar, saúde, transporte humanitário, integração, intervenções multifuncionais baseadas em dinheiro, itens não alimentares, nutrição, proteção, abrigo e serviços de apoio, bem como água, saneamento e higiene para todos. Esta abordagem setorial permite que os parceiros do GTRM abordem melhor os desafios humanitários e de desenvolvimento enfrentados pelos refugiados, migrantes e comunidades anfitriãs.

Para garantir uma resposta baseada em evidências, o plano de resposta para o Peru é baseado em uma análise de necessidades conjuntas (ANC) envolvendo todos os parceiros do GTRM que contribuíram para identificar e discutir necessidades, lacunas, riscos e vulnerabilidades. O ANC incorpora as opiniões, capacidades e necessidades de todos os parceiros. Além disso, os projetos regionais incluem o estabelecimento de uma rede regional de espaços de apoio onde comunidades de refugiados, migrantes e nacionais e suas organizações colaboram nos esforços de apoio aos necessitados. Outros projetos se concentram no compartilhamento de dados e informações sobre tendências e neces-

sidades populacionais, o que é essencial para harmonizar estratégias na região. Para garantir a sustentabilidade, mecanismos de coordenação foram estabelecidos para permitir que o GTRM trabalhe com o governo nos níveis local e nacional, o que é uma grande conquista no Peru. A nível nacional, o GTRM alinha o seu trabalho com o 'Grupo de Trabalho Intersetorial para a Gestão da Migração' do Governo. Em Arequipa, Cusco, Tacna e Tumbes, os mecanismos de coordenação são liderados por instituições governamentais regionais, com membros da plataforma fornecendo suporte técnico direto.

O GTRM desenvolveu uma estrutura de monitoramento adaptada para 2020 PRRM. Ele contém uma lista abrangente de atividades em vários setores, cada um com objetivos e indicadores estratégicos nos níveis nacional e regional. Estão sendo realizados exercícios regulares de monitoramento, que incluem a coleta sistemática de dados quantitativos e qualitativos. A estrutura de monitoramento ajudará a medir os resultados em relação aos objetivos e indicadores estratégicos. Também servirá para analisar melhor a eficácia da resposta, identificando lacunas e informando as mudanças de programação necessárias para abordar as metas dos ODS. Estruturas e plataformas de coordenação eficientes, como GTRM, devem ser replicadas. Esses fóruns permitem que os principais atores humanitários e de desenvolvimento e doadores colaborem em questões inovadoras e complementares e compartilhem conhecimentos e melhores práticas. Isso é essencial para o desenvolvimento de iniciativas bem-sucedidas que respondam a desafios humanitários específicos. Para os países em desenvolvimento em regiões afetadas por crises humanitárias e o resultante deslocamento de comunidades, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências bem-sucedidas em resposta a emergências podem fortalecer a resiliência das comunidades anfitriãs.

Contato:

Nome: Margarida Loureiro

Cargo: Oficial Sênior de Coordenação Inter Agências

Organização: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

E-mail: loureirm@unhcr.org

WhatsApp: +51 978234723

NOME DO PROJETO: Resposta Interinstitucional à Situação da Venezuela no Peru

PAÍSES/REGIÕES: Peru, Venezuela (República Bolivariana)

INDICADO POR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.1, 4.4, 4.5, 4.7, 4.a, 8.3, 8.5, 8.7, 8.8, 8.10, 16.2, 16.9, 16.10, 16.a, 16.b, 17.7, 17.9

APOIO: Governo dos Estados Unidos, Governo do Japão, Governo do Canadá, Governo da Suécia, Proteção Civil Europeia e Operações de Ajuda Humanitária (ECHO), Governo da Dinamarca, Programa Alimentar Mundial (PAM), Fundo Central de Resposta a Emergências, Programa das Nações sobre HIV / AIDS (UNAIDS), Comissão Europeia e outros

ENTIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO: 75 membros, incluindo 14 agências das Nações Unidas: ACNUR; Organização Internacional do Trabalho; Organização Internacional para a Migração; Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários; Voluntários das Nações Unidas; UNAIDS; Organização Mundial de Saúde; PMA; Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Fundo de População das Nações Unidas; Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat); Fundação das Nações Unidas para a Infância; Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 42 organizações não governamentais nacionais e internacionais, acadêmicas, comunitárias e religiosas, 1 organização nacional do setor privado, 4 Movimentos da Cruz Vermelha, 14 doadores, embaixadas e agências de cooperação e desenvolvimento

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2018–2020

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3hywnCA> (em espanhol)

Centro de Aprendizagem e Capacitação

Equipar jovens em países em desenvolvimento com habilidades industriais voltadas para a demanda e conhecimento

Desafio

Em muitos países em desenvolvimento, o acesso a sistemas educacionais de qualidade e programas de treinamento não é adequado para atender às novas demandas e enfrentar os desafios tecnológicos, sociais e ambientais. O diálogo descoordenado entre governos e empresas privadas nacionais e internacionais impacta o desenvolvimento e a sustentabilidade de um sistema moderno de formação técnica e profissional (FTP). Além disso, a pouca colaboração entre o setor privado e as instituições de FTP muitas vezes dificulta sua capacidade de fornecer programas e currículos que atendam às necessidades do mercado e aos requisitos de habilidades futuras. Além disso, investimentos financeiros limitados e comprometimento corporativo resultam em desconfiança em relação a um sistema de FTP desatualizado que não influencia o mercado de trabalho. Como resultado, os jovens não reconhecem o valor da FTP como um impulsionador de empregos, trabalho decente e empreendedorismo que promove o crescimento inclusivo e sustentável e apoia a transição para economias digitais e verdes.

Rumo a uma Solução

Em linha com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 17, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) colabora com parceiros públicos, privados e de desenvolvimento para projetar e expandir centros de treinamento a fim de preencher a lacuna de habilidades em países em desenvolvimento por meio do Centro de Aprendizagem e Capacitação (CAC). O treinamento e os currículos inovadores equipam os jovens estudantes com as habilidades futuras orientadas pela demanda, necessárias para aproveitar as oportunidades criadas pelo progresso tecnológico (ODS 4 sobre educação de qualidade e ODS 9 sobre indústria, inovação e infraestrutura). Até o momento, a UNIDO colaborou com mais de 40 parceiros para estabelecer e atualizar cerca de 15 centros de treinamento na Etiópia, Iraque, Libéria, Marrocos, Uruguai e Zâmbia, com uma entrada anual de 100 a 500 alunos e 20 a 100 instrutores por centro de FTP. Como resultado desses projetos, a participação feminina em setores dominados por homens atingiu 35 por cento e 60 por cento dos estagiários encontraram um emprego melhor. Por meio de parcerias de desenvolvimento público-privadas, a UNIDO e seus parceiros¹ desenvolvem currículos e estabelecem, mantêm e atualizam centros de treinamento. Os governos recebem assistência para avaliar seu sistema de FTP e identificar requisitos financeiros e de capacidade humana, vínculos e lacunas com o setor privado. As contribuições recebidas de doadores públicos e privados são usadas para oferecer serviços de treinamento que atendem aos padrões internacionais e às necessidades do mercado. As empresas privadas se conectam com os governos para aprender sobre o contexto local e identificar as habilidades necessárias para aumentar a eficiência, eficácia e segurança de seus negócios. Além disso, os alunos adquirem as habilidades necessárias e aprendem sobre o conteúdo do trabalho e a prontidão para o trabalho.

Um exemplo é o projeto MISALE² na Etiópia. Em 2017, o Instituto de Treinamento para Motoristas de Veículos Comerciais foi estabelecido na Etiópia para criar empregos na direção de veículos comerciais e resolver a es-

1 Para obter uma lista completa de parceiros CAC, visite www.CACacility.org/partners/

2 Para obter informações adicionais sobre MISALE, visite <https://CACacility.org/misale-ethiopia/>



© UNIDO

casas de mão de obra qualificada nas empresas de transporte. A academia oferece um programa de treinamento de cinco anos para 40 estagiários regulares anualmente. Também oferece treinamentos modulares de curto prazo para aproximadamente 480 motoristas de várias empresas. As partes interessadas do setor privado trabalham em conjunto para formular o currículo de acordo com as suas necessidades, enquanto o Governo desenvolve os regulamentos e as certificações para formadores e alunos. O modelo colaborativo e a experiência adquirida, principalmente em gestão, são partilhados com outras escolas, melhorando a qualidade da FTP na Etiópia.

O CAC oferece monitoramento e avaliação sistemáticos para rastrear resultados por meio da coleta, armazenamento e análise de dados sobre os estagiários. Uma característica fundamental deste sistema é que as informações são compartilhadas entre o CAC e os programas. Estes últimos apresentam relatórios semestrais e avaliações intermediárias e medem o retorno do investimento. O CAC é responsável pelos relatórios de linha de base do projeto e do país, relatórios de visitas de campo e avaliações intermediárias e finais. Avalia a escala e a sustentabilidade dos programas em termos de aprendizagem baseada em resultados e capacitação para medir suas contribuições e reduzir o desemprego juvenil. O mecanismo também fornece dados transparentes que demonstram a eficácia de custo dos programas e justificam expansões para outros países ou setores.

O componente de troca de conhecimento CAC ajuda a garantir escalabilidade e boas práticas entre países. Por exemplo, a Academia de Equipamento de Carga Pesada e Veículos Comerciais do Marrocos, em parceria com a Volvo, foi capaz de estender seu programa de treinamento a 600 alunos da Costa do Marfim, Marrocos e Senegal. Os homólogos da UNIDO na Costa do Marfim e no Senegal coordenaram-se com o setor privado local para recrutar alunos. Os parceiros criaram serviços integrados de apoio à carreira para ajudar os estagiários a definir melhor seus objetivos profissionais e apoiaram os graduados em sua procura de emprego. A Academia facilitou mais de 500 estágios com mais de 62 empresas anfitriãs.

A UNIDO também melhorou a colaboração regional na educação da indústria florestal e da madeira na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, o que levou a empregos verdes e manejo florestal sustentável e uso. Os treinamentos foram realizados na África do Sul com o objetivo de replicá-los no Malaui, Zâmbia e Zimbábue.

Outros projetos, como a Academia de Treinamento Industrial da Zâmbia (ZAMITA), bem como o centro de treinamento H20 Magrebe em Marrocos, contam com inovações para melhorar a eficácia do treinamento e vantagens competitivas. A ZAMITA emprega simuladores da mais recente tecnologia de motores e caminhões emissores Euro 6. Ele também usa ferramentas de aprendizagem digital para garantir o nível adequado de competência. **O projeto já aumentou a empregabilidade de mais de 450 alunos do setor de transportes e equipamentos pesados, com foco em mulheres e pessoas desfavorecidas.** Sua abordagem colaborativa aumentou o envolvimento do setor privado; outros seis parceiros firmaram memorandos de entendimento com um centro de serviços de carreira para garantir o fornecimento de mão de obra qualificada. Devido ao sucesso da Academia, um projeto semelhante foi desenvolvido na Libéria. Da mesma forma, o projeto Magrebe H20 oferece currículos que combinam conhecimento teórico e experiência prática usando realidade virtual e tecnologia de automação. O Magrebe H20 prepara profissionais de água para responder às necessidades complexas de municípios, indústrias e do setor agrícola. O projeto já entrou na sua segunda fase, com planos de replicá-lo em toda a região do Magrebe.

Contato:

Nome: Sr. Riccardo Savigliano

Cargo: Diretor da Divisão de Agroindústrias e Desenvolvimento de Competências, Departamento de Desenvolvimento do Agronegócio

Organização: UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

E-mail: r.savigliano@unido.org

NOME DO PROJETO: Centro de Aprendizagem e Capacitação (CAC)

PAÍSES/REGIÕES: Etiópia, Iraque, Libéria, Marrocos, Uganda, Uruguai, Zâmbia

INDICADO POR: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 4.8, 4.10, 5.8, 8.2, 8.5, 8.6, 9.1, 9.4, 9.6, 9.8, 17.6, 17.7, 17.8, 17.9, 17.16, 17.17, 17.18, 17.19

APOIO: Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (ASDI)

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: UNIDO

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2012–2025

SITE DO PROJETO: www.lkdfacility.org/

Apoiando Redes Continentais para Propriedade Regional de Alimentos e Nutrição

Cumprindo uma decisão da União Africana que liga a alimentação escolar ao desenvolvimento rural

Desafio

Em 2016, a Comissão da União Africana (UA) lançou a Estratégia de Educação Continental para a África (CESA). Tanto a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como a Agenda 2063 da UA apelam a uma revolução na educação e nas competências em África. Em resposta, o CESA exige uma mudança na forma como o continente oferece educação e treinamento. A alimentação escolar é um pilar central para a implantação do CESA, pois esses programas incentivam a frequência e retenção escolar e fornecem insumos saudáveis para a promoção do aprendizado. Desde a apresentação do CESA, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) juntou forças com a UA para apoiar a incorporação da alimentação escolar na Estratégia. Por meio da cooperação Sul-Sul e triangular, os escritórios do PMA e o Centro de Excelência (CE Brasil) do PMA no Brasil desenvolveram uma série de instrumentos, estruturas e documentos para tornar a alimentação escolar parte integrante do CESA. A entrega completa desses produtos ocorreu em 2020, e UA está avançando com propriedade total.

Rumo a uma Solução

Lançado em 2016, o CESA é liderado pelo Departamento de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia (RHCT) da UA. Enquanto a Estratégia estava sendo desenvolvida, a UA e o PMA desencadearam um novo ciclo de políticas para a alimentação escolar no continente como resultado de eventos Sul-Sul onde o conhecimento foi trocado com o Brasil. O RHCT convidou os líderes da UA a incorporar a alimentação escolar na resposta da Estratégia. O esforço de inclusão da alimentação escolar como um dos pilares prioritários do CESA foi formalizado em decisão complementar aprovada em 2016, após o lançamento da Estratégia.

Nesta decisão, o RHCT recomenda ao CE do PMA Brasil e ao Escritório do PMA na África, gerar parcerias multissetoriais para a merenda escolar através das redes públicas formais da UA. Para cumprir isso, o Escritório do PMA na África e o CE do PMA Brasil, em parceria com o Governo do Brasil e a Comissão da UA, projetaram e entregaram três resultados: os instrumentos para um agrupamento continental de alimentação escolar, um estudo da UA sobre alimentação escolar e um monitoramento e quadro de avaliação. O grupo multinacional e multissetorial opera atualmente sob administração da UA. É composto pela UA; PMA; a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas; a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e representantes dos Ministérios da Educação e da Agricultura dos Estados membros da UA. Os instrumentos desta rodada de intercâmbios CSST foram entregues à UA em 2020 para promover a apropriação dos esforços.

Apesar das conquistas positivas nos últimos anos, é importante destacar o papel do CSST na priorização da alimentação escolar no CESA. Entre 2012 e 2014, o CE do PMA Brasil acolheu várias delegações dos Estados membros da UA e organizou eventos regionais e internacionais na África para fomentar discussões sobre a ligação entre a alimentação escolar e o desenvolvimento rural. Após um forte diálogo político e trabalho de defesa do Escritório do PMA na África e do CE do PMA Brasil para fazer da alimentação escolar uma prioridade continental em eventos globais realizados na África do Sul e em Ruanda, o RHCT da UA enviou uma delegação de funcionários da UA e ministros de países africanos ao Brasil em 2015 para aprender com sua experiência de alimentação escolar. Eles trocaram conhecimentos com a Agência Brasileira de Cooperação e o Fundo Brasileiro de Desenvolvimento da Educação sobre as estratégias e programas do país para promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento da educação.



© WFP

Como resultado dos intercâmbios CSST com o Brasil e da forte defesa do Escritório do PMA na África, a discussão começou a considerar a inclusão da alimentação escolar como parte do CESA em 2016. Com o apoio político do CE do PMA Brasil, a **UA também reconheceu a alimentação escolar como uma oportunidade de avançar na educação, impulsionar as economias locais e promover a agricultura familiar. Os resultados da decisão já inspiraram outras regiões, incluindo a América Latina e o Sul da Ásia.** O primeiro dia de março foi designado como o Dia Africano da Alimentação Escolar, e um Comitê Multidisciplinar de Especialistas Africanos foi estabelecido para facilitar a implementação desta agenda. Além disso, vários países se mobilizaram para estabelecer a Rede Pan-africana de Alimentação Escolar (REPANS) e uma plataforma de conhecimento online em 2016.

Como parte da decisão, a UA apelou ao CE do PMA Brasil e ao Escritório do PMA em África para apresentar um estudo sobre o impacto da alimentação escolar na educação inclusiva e de qualidade nos países da UA e a forma como pode facilitar o progresso em vários setores. O estudo desenvolveu uma estrutura conceitual para a alimentação escolar que opera a partir de uma abordagem de sistemas e faz recomendações para o comitê composto pelas diversas partes interessadas.

Em 2017, a UA criou grupos temáticos para implementar objetivos específicos do CESA. Em cada grupo, as partes interessadas podem acessar informações sobre a concepção e implementação de programas de alimentação escolar. Sob esta estrutura, o PMA trabalhou para transformar e fundir REPANS e o comitê multisectorial em um

único grupo. O grupo formal de alimentação escolar do CESA foi lançado em 2017, e seus integrantes designaram uma equipe de coordenação para a gestão dos trabalhos, o que proporcionou sinergia, eficiência e eficácia. Em 2018, o CE do PMA Brasil e o escritório do PMA África elaboraram todos os documentos de apoio para organizar os grupos em um processo consultivo.

Em 2019, esses documentos foram entregues à UA durante o terceiro Dia Africano da Alimentação Escolar. Eles orientam as ações do grupo e são usados para elaborar um plano estratégico e operacional para alcançar a visão e missão do CESA até 2023. Essa experiência e metodologia incentivou parcerias multisectoriais públicas eficazes por meio de redes formais de propriedade de organizações regionais. Para replicar essa experiência, é importante aumentar a conscientização entre os tomadores de decisão e formuladores de políticas, e deve haver organizações regionais estabelecidas para assumir a propriedade dos processos e sistemas.

Contato:

Nome: Sra. Sharon Freitas
Cargo: Chefe do Programa
Organização: Programa Mundial de Alimentos (PMA) Brasil
E-mail: sharon.freitas@wfp.org

Nome: Sr. Bruno Magalhães
Cargo: Ponto Focal de Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST)
Organização: PMA Brasil
E-mail: bruno.magalhaes@wfp.org

NOME DO PROJETO: Rede de Alimentação Escolar Doméstica da União Africana

PAÍSES/REGIÕES: Estados membros da União Africana, Brasil

INDICADO POR: Programa Mundial de Alimentos (PMA) Centro de Excelência do Brasil contra a Fome

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.1, 2.3, 4.1, 17.14, 17.15, 17.16, 17.17

APOIO: Escritório do PMA África, Comissão da União Africana, Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), CE do PMA Brasil

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Departamento de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia da União Africana

STATUS DO PROJETO: Concluído

PERÍODO DO PROJETO: 2015–2020

SITE DO PROJETO: edu-au.org/cesa/ e <https://bit.ly/2El6vfd>

Transformação Digital para Apoiar Projetos de Desenvolvimento e Mobilização de Recursos na Ásia e na África



Usando tecnologias digitais para melhorar a cooperação Sul-Sul e triangular, assistência técnica e experiências para superar os recursos financeiros estagnados para o desenvolvimento

Desafio

No Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos no Brasil (CE do PMA Brasil), a transformação digital está mudando a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular (CSST). Dadas as restrições impostas pela doença do coronavírus (COVID-19), as ferramentas digitais facilitam o intercâmbio inovador entre o Brasil e outros países em desenvolvimento. Para fomentar a sustentabilidade do CSST no apoio à ampliação dos programas nacionais de alimentação escolar, o CE do PMA Brasil tem feito um piloto de assistência remota com o Nepal e a Gâmbia. Desde 2017, o CE do PMA Brasil tem apoiado o Escritório do PMA no Nepal no desenvolvimento de avaliações, planejamento e estruturas técnicas necessárias para expandir os programas piloto nacionais de alimentação escolar. Desde 2019, o CE do PMA Brasil tem apoiado a Gâmbia na vinculação de seu programa de alimentação escolar ao setor agrícola nacional e na solicitação de fundos internacionais para financiar a produção de alimentos e o acesso ao mercado para pequenos agricultores. As experiências de ambos os países ajudaram a transformar a assistência remota fornecida pelo CE do PMA Brasil em um pacote de assistência maior denominado "Intercâmbios Virtuais".

Rumo a uma Solução

Essa transformação digital permitiu que o CE do PMA Brasil substituísse as viagens aéreas frequentes, missões de implantação e atribuições de dever temporárias necessárias para promover serviços técnicos e de consultoria, parcerias, defesa e serviços de conhecimento por meio do CSST.

O Nepal foi o primeiro país a se beneficiar da iniciativa CSST. Em 2017, o CE do PMA Brasil compartilhou a experiência brasileira em alimentação escolar cultivada em casa por meio de sessões e reuniões virtuais, com o objetivo de apoiar a Representação no Nepal em sua avaliação de um programa piloto de alimentação escolar em dinheiro combinado com alfabetização complementar sensível à nutrição Educação. O PMA Brasil também está desenvolvendo um pacote de suporte técnico remoto para o PMA Nepal, que inclui o compartilhamento de conhecimento sobre o desenho do cardápio escolar e a realização de teleconferências sobre mecanismos de financiamento para programas de alimentação escolar. Os próximos resultados incluem a participação remota em eventos, workshops e seminários, com eventuais missões no país.

Aprendendo com sua experiência com o Nepal, o CE do PMA Brasil desenvolveu o protótipo de sua metodologia de 'Intercâmbios Virtuais'. O Centro projetou uma lista de serviços que podem ser ajustados para solicitação, e os componentes do programa incorporam gerenciamento de conhecimento e assistência técnica. O repositório combina o saber global com o valioso conhecimento da experiência brasileira em segurança alimentar e nutricional e proteção social. Para compartilhar esse conhecimento, o CE do PMA Brasil elaborou quatro séries de publicações, um canal direto para suporte técnico remoto e um conjunto de ferramentas de aprendizagem, todos disponíveis em seu site.

"Trocas Virtuais" promove assistência remota que apoia a concepção, implementação e entrega de um programa de alimentação de alta qualidade e facilita as operações de campo de acordo com os planos estratégicos do país. Esta metodologia desenvolve assistência remota baseada em dados e conhecimento que se baseia no papel e na experiência do CE do PMA Brasil como um centro de conhecimento. Esta abordagem define as necessidades e projeta um pacote para suporte técnico remoto e entrega de resultados.



© WFP

A troca pode envolver o compartilhamento de conhecimento por meio de publicações; chamadas de conferência; revisões de documentos relevantes; seminários online específicos para cada país; treinamentos de capacitação e vídeos; participação remota em missões, eventos, workshops e seminários; e eventos presenciais, se houver demanda e financiamento do país disponível.

Entre 2018 e 2019, o CE do PMA Brasil propôs que o escritório do PMA na Gâmbia participasse de algumas das 'Trocas virtuais'. **O PMA Brasil, o Escritório do PMA na Gâmbia e o Governo da Gâmbia apoiaram o Grupo de Trabalho Multissetorial de Alimentação Escolar para Cultivado em Casa, que busca ampliar a conexão entre o setor agrícola e os modelos de programas de alimentação escolar existentes no país** O PMA Brasil e o Escritório do PMA no país estão preparando vários projetos de mobilização de recursos para fundos internacionais de mais de US\$ 10 milhões para financiar a capacitação e desenvolver a agricultura familiar por meio da cooperação Sul-Sul com uma abordagem sensível ao gênero. No caso da Gâmbia, o transporte aéreo ainda é necessário; no entanto, já houve uma redução significativa na implantação física, dada a escala do projeto.

Esta abordagem sustentável é possível devido ao papel desempenhado pelo Escritório do PMA no País na Gâmbia, que é responsável pela coordenação com o Governo em todos os aspectos do programa. O Escritório de país serve como ponto de entrada, conectando o CE do PMA Brasil com as partes interessadas nacionais. Através do CSST, o PMA Brasil oferece fortalecimento da capacidade de conhecimento, advocacia e serviços de assessoria técnica para o escritório do PMA no país para melhor apoiar o governo, particularmente na mobilização de recursos.

O Escritório do Fundo de População das Nações Unidas em Gâmbia apoia o PMA em questões de gênero e saúde em Banjul, fornecendo conhecimento e assessoria política para uma abordagem com perspectiva de gênero. As atividades incluem reuniões de alto nível, seminários online e o desenvolvimento remoto de projetos e publicações. As missões presenciais foram amplamente evitadas, permitindo aos oficiais de ambos os lados flexibilidade no projeto e entrega de produtos; eles foram realizados apenas três vezes durante os prazos de apresentação do projeto.

Os resultados dessas duas iniciativas de CSST já fizeram contribuições, incluindo planejamento estratégico e financiamento, desenho e execução de programas de partes interessadas, acesso a mercados para a agricultura familiar e o envolvimento e participação de atores não estatais. Essa transformação digital busca novas maneiras de apoiar governos, atores locais, organizações não governamentais e as sedes e escritórios do PMA. A assistência remota será um componente chave para os países que buscam um suporte abrangente, adaptável e ágil, mas barato, especialmente enquanto durar os impactos do COVID-19.

Contato:

Nome: Sra. Sharon Freitas

Posição: Chefe do Programa

Organização: Programa Mundial de Alimentos (PMA) Brasil

E-mail: sharon.freitas@wfp.org

Nome: Sr. Bruno Magalhães

Posição: Ponto Focal de Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST)

Organização: PMA Brasil

E-mail: bruno.magalhaes@wfp.org

NOME DO PROJETO: Intercâmbios Virtuais sobre o Programa Mundial de Alimentos do Brasil

PAÍSES/REGIÕES: Brasil, Gâmbia, Nepal

INDICADO POR: Programa Mundial de Alimentos (PMA) Centro de Excelência do Brasil contra a Fome

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 2.1, 2.3, 4.1, 17.14, 17.15, 17.16, 17.17

APOIO: Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), CE do PMA Brasil, Escritório do PMA na Gâmbia

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: PMA, Banco Africano de Desenvolvimento, Escritório do PMA na Gâmbia, Governo da Gâmbia

STATUS DO PROJETO: Em andamento

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2025

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/3llsO4N> e <https://bit.ly/2EvBe99>



Fundo Fiduciário Codex

Capacitando os países a melhorar a segurança alimentar por meio da colaboração Sul-Sul

Desafio

Em 2010, doenças de origem alimentar causadas por micróbios perigosos, produtos químicos, metais e outros contaminantes resultaram em cerca de 175.000 mortes no Sudeste Asiático. Só na Índia, eles custam cerca de US\$ 28 bilhões a cada ano, o que representa 0,5 por cento do produto interno bruto. Muitos países da região não têm capacidade para cumprir os padrões internacionais de segurança e qualidade dos alimentos estabelecidos pela Comissão do *Codex Alimentarius*. Embora essa falta de capacidade de monitorar e regulamentar a segurança alimentar possa levar a suprimentos domésticos inseguros de alimentos, também pode causar problemas no comércio internacional de alimentos. No sul da Ásia, a Autoridade de Segurança e Padrões Alimentares da Índia, que é bem versada nos padrões e práticas do Codex, frequentemente colocou gengibre, chá e outros alimentos em quarentena importados do Nepal e do Butão e rejeitou os resultados de seus laboratórios de segurança alimentar. Isso resultou em considerável desconfiança e falta de comunicação entre as autoridades de segurança alimentar dos três países.

Rumo a uma Solução

O *Codex Alimentarius*, ou Código Alimentar, é uma coleção de padrões alimentares uniformes adotados internacionalmente que são usados para construir sistemas nacionais sólidos de controle de alimentos. Todos os Estados membros têm o dever de garantir que os padrões e diretrizes do Codex sejam desenvolvidos e atualizados para garantir que as pessoas tenham dietas saudáveis e alimentos seguros. No entanto, em países de baixa e média renda, a inocuidade dos alimentos e as atividades do Codex não são priorizadas e carecem de investimentos.

O Fundo Fiduciário CODEX (FFC) foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para apoiar os Estados membros na construção de capacidade nacional forte e sustentável para se engajar no Codex. A FFC oferece uma janela de financiamento para países de baixa e média renda para apoiar o fortalecimento das atividades do Codex em nível nacional e internacional por meio de inscrições individuais ou em grupo. O Butão, a Índia e o Nepal realizaram um diagnóstico de sua capacidade no Codex usando a Ferramenta de Diagnóstico da FAO / OMS para Avaliar a Situação dos Programas Nacionais do Codex, que os ajudou a identificar lacunas e áreas prioritárias para melhoria. Esses países prepararam suas candidaturas usando um processo consultivo nacional. Em colaboração com a FAO, a OMS facilitou a coordenação entre esses países durante o processo de inscrição.

A proposta do projeto foi apresentada no sistema online pela Índia em nome dos três países. Os objetivos eram fortalecer as Estruturas Nacionais do Codex, envolvendo efetivamente todas as partes interessadas nas atividades do Codex e nos processos de definição de padrões, melhorando a capacidade científica e técnica dos especialistas nacionais para contribuir com o Codex e promovendo a cooperação sub-regional. Com esta abordagem estratégica e inovadora, três países vizinhos amigáveis puderam se unir, especialmente porque compartilham uma relação econômica tradicionalmente interdependente e comércio transfronteiriço.

Este projeto proporcionou-lhes uma oportunidade de desenvolver confiança, segurança e compreensão mútua por meio de atividades bilaterais e multilaterais, a fim de avançar em direção ao desenvolvimento e harmonização dos padrões regionais do Codex.



© WHO

As autoridades de segurança alimentar dos três países tiveram que concordar com objetivos comuns para a aplicação em grupo. A OMS demonstrou liderança ao facilitar o desenvolvimento e implementação do complexo projeto desde o início, prestou apoio técnico para a apresentação da candidatura em grupo, em coordenação com as respectivas representações da OMS nos países. Além disso, os fundos foram canalizados para implementação. Este foi o primeiro projeto multinacional aprovado pela FFC em nível global e o primeiro projeto da FFC na Ásia destinado a promover a cooperação Sul-Sul. Este projeto fortalecerá ainda mais o código nacional nos países participantes por meio de colaborações internacionais, com foco em posições comuns na definição de padrões do código. Um total de US\$ 464.120 foi alocado pela FFC, OMS e países participantes para a implementação do projeto, e o escopo futuro das inscrições em grupo dependerá do seu sucesso. A OMS tem fornecido apoio técnico e coordenação com a sede e agências parceiras.

Embora muitos países na região do Codex Asiático se beneficiem do apoio da FFC no futuro, vários não tiveram sucesso na preparação e apresentação de solicitações robustas. Um evento paralelo sobre o FFC foi organizado na reunião do Comitê do Codex da Ásia em Goa, Índia, realizada em setembro de 2019, para ajudar os países membros a entender melhor o processo de inscrição e as características de inscrições bem-sucedidas. Butão, Índia e Nepal compartilharam sua experiência na preparação de sua inscrição em grupo, recomendações

para melhores resultados no processo de inscrição e seu progresso na implementação do projeto em grupo.

Esse projeto resultou na transferência de conhecimentos e práticas entre os países para fortalecer a cooperação técnica Sul-Sul. Como resultado, Mianmar apresentou um pedido de grupo em nome do Camboja, o Público Democrático do Povo do Laos e Mianmar, com assistência da FAO e da OMS. Em coordenação com a FAO, a OMS facilitou a participação dos Estados membros na reunião do Codex Comitê for Asia e nas conferências internacionais de segurança alimentar realizadas em 2019.

Ao ajudar a criar uma plataforma sustentável para permitir que as autoridades de segurança alimentar desses três países trabalhem juntas, este projeto terá potencialmente um impacto significativo por um custo relativamente baixo. Além disso, todos os três países sentem um forte senso de propriedade neste esforço.

Contato:

Nome: Dr. Gyanendra Gongal

Cargo: Consultor Regional de Segurança Alimentar

Organização: Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Sudeste Asiático

E-mail: gongalg@who.int

Skype: gn_gongal

NOME DO PROJETO: Fundo Fiduciário Codex

PAÍSES/REGIÕES: Butão, Índia, Nepal

INDICADO POR: Equipe de Avaliação da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) / Organização Mundial da Saúde (OMS)

OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 17.9

APOIO: FAO / OMS Fundo Fiduciário Codex

ENTIDADES DE EXECUÇÃO: Autoridades nacionais de segurança alimentar do Butão, Índia e Nepal

STATUS DO PROJETO: Em andamentos

PERÍODO DO PROJETO: 2019–2021

SITE DO PROJETO: <https://bit.ly/2YQXSA2>

ANEXO: LISTA DE ODS E METAS¹



¹ <https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300>

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivos

- 1.1** Até 2030, erradicar a pobreza extrema* de todo o mundo em todo lugar. *Viver com renda de até US\$1.90 por dia
- 1.2** Até 2030, reduzir pelo menos pela metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais
- 1.3** Até 2030, implementar medidas e sistemas de proteção social a nível nacional e alcançar ampla cobertura de segurança básica para todos, incluindo os pobres e vulneráveis.
- 1.4** Até 2030, garantir a todos os homens e mulheres, sobretudo os pobres e vulneráveis, o acesso a direitos iguais, renda mínima, serviços sociais, domínio da terra e de outras posses como recursos naturais, novas tecnologias, heranças, e serviços financeiros, incluindo microfinanciamento.
- 1.5** Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais
- 1.a** Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para erradicar a pobreza em todas as suas dimensões
- 1.b** Estabelecer quadros políticos sólidos a nível nacional, regional e internacional, com estratégias de desenvolvimento favoráveis aos pobres e conscientes do gênero, para incentivar investimentos acelerados nas iniciativas de erradicação da pobreza

Objetivos

- 2.1** Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano
- 2.2** Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas
- 2.3** Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola
- 2.4** Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo
- 2.5** Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente
- 2.a** Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos
- 2.b** Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha
- 2.c** Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivos

- 3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos
- 3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 mil nascidos vivos
- 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis
- 3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar
- 3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool
- 3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas
- 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais
- 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos
- 3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo
- 3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado
- 3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos
- 3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
- 3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Objetivos

- 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso ao ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
- 4.2 Até 2030, garantir que todos meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário
- 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade
- 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
- 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade
- 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática
- 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
- 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
- 4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
- 4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivos

- 5.1** Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
- 5.2** Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
- 5.3** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
- 5.4** Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
- 5.5** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
- 5.6** Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
- 5.a** Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
- 5.b** Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
- 5.c** Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis



Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

- 6.1** Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos
- 6.2** Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade
- 6.3** Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente
- 6.4** Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água
- 6.5** Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado
- 6.6** Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos
- 6.a** Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso
- 6.b** Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



Assegurar o acesso confiável, sustentável, atualizado e a preço acessível à energia para todas e todos

Objetivos

- 7.1** Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia
- 7.2** Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
- 7.3** Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética
- 7.a** Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa
- 7.b** Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável; o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Objetivos

- 8.1** Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7 por cento do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos
- 8.2** Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra
- 8.3** Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros
- 8.4** Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança
- 8.5** Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor
- 8.6** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação
- 8.7** Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas
- 8.8** Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários
- 8.9** Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais
- 8.10** Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos
- 8.a** Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos
- 8.b** Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

9 INDÚSTRIA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivos

- 9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos
- 9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos
- 9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados
- 9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades
- 9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento
- 9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
- 9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities
- 9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

Objetivos

- 10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40 por cento da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional
- 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra
- 10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito
- 10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade
- 10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações
- 10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas
- 10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas
- 10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC
- 10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais
- 10.c Até 2030, reduzir para menos de 3 por cento os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5 por cento



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivos

- 11.1** Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
- 11.2** Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
- 11.3** Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
- 11.4** Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
- 11.5** Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
- 11.6** Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
- 11.7** Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
- 11.a** Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
- 11.b** Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
- 11.c** Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais



Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivos

- 12.1** Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento
- 12.2** Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais
- 12.3** Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita
- 12.4** Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente
- 12.5** Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso
- 12.6** Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios
- 12.7** Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais
- 12.8** Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza
- 12.a** Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo
- 12.b** Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
- 12.c** Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas



Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos*



Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivos

- 13.1** Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países
- 13.2** Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais
- 13.3** Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima
- 13.a** Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente USD\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível
- 13.b** Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima

Objetivos

- 14.1** Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes
- 14.2** Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos
- 14.3** Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis
- 14.4** Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobre-pesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas
- 14.5** Até 2020, conservar pelo menos 10 por cento das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível
- 14.6** Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio
- 14.7** Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo
- 14.a** Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos
- 14.b** Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados
- 14.c** Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos"



15 VIDA NA TERRESTRE
Proteger, restaurar e fomentar o uso sustentável de ecossistemas terrestres, gerenciar florestas de forma sustentável, combater a desertificação, interromper e reverter a degradação da terra e perda da biodiversidade



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, dar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivos

- 15.1** Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais
- 15.2** Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente
- 15.3** Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo
- 15.4** Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável
- 15.5** Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas
- 15.6** Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos
- 15.7** Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem
- 15.8** Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias
- 15.9** Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas
- 15.a** Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas
- 15.b** Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento
- 15.c** Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável

Objetivos

- 16.1** Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares
- 16.2** Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças
- 16.3** Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos
- 16.4** Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado
- 16.5** Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
- 16.6** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
- 16.7** Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
- 16.8** Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global
- 16.9** Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento
- 16.10** Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
- 16.a** Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime
- 16.b** Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Objetivos

Finanças

- 17.1** Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas
- 17.2** Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7 por cento da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15 por cento a 0,20 por cento para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20 por cento da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos
- 17.3** Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes
- 17.4** Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o super endividamento
- 17.5** Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

Tecnologia

- 17.6** Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global
- 17.7** Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado
- 17.8** Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

Capacitação

- 17.9** Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, incluindo através da cooperação triangular, Norte-Sul e Sul-Sul

Comércio

- 17.10** Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha
- 17.11** Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020
- 17.12** Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

- 17.13** Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas
- 17.14** Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável
- 17.15** Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

As parcerias multissetoriais

- 17.16** Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento
- 17.17** Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

Dados, monitoramento e prestação de contas

- 17.18** Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais
- 17.19** Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.



Escritório das Nações Unidas
para a Cooperação Sul-Sul